

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**DANIELLE GALDINO SOLOUKI**

**IMIGRAÇÃO FEMININA NO BRASIL: UM ESTUDO INTERSECCIONAL SOBRE  
AS TRAJETÓRIAS, REDES SOCIAIS E TRABALHO DAS HAITIANAS  
RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL**

Brasília  
2021

**DANIELLE GALDINO SOLOUKI**

**IMIGRAÇÃO FEMININA NO BRASIL: UM ESTUDO INTERSECCIONAL SOBRE  
AS TRAJETÓRIAS, REDES SOCIAIS E TRABALHO DAS HAITIANAS  
RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social, sob a orientação do Professor Dr. Cristiano Guedes.

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Cristiano Guedes** – Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB – Brasília  
(Orientador)

**Prof. Dr. Handerson Joseph** – Departamento de Ciências Sociais – UFRGS – Porto Alegre  
(Membro Externo)

**Prof. Dra. Luciana Silva Garcia** – Departamento de Direito – IDP – Brasília  
(Membro Externo)

**Prof. Dr. Yannis Papadopoulos** – Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB – Brasília  
(Membro Interno)

**Prof. Dra. Lucélia Luiz Pereira** – Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB – Brasília  
(Membro Interno - Suplente)

Brasília  
2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SG149i Solouki, Danielle Galdino  
IMIGRAÇÃO FEMININA NO BRASIL: UM ESTUDO INTERSECCIONAL  
SOBRE AS TRAJETÓRIAS, REDES SOCIAIS E TRABALHO DAS HAITIANAS  
RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL / Danielle Galdino Solouki;  
orientador Cristiano Guedes de Souza. -- Brasília, 2021.  
430 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --  
Universidade de Brasília, 2021.

1. Migração Transnacional Feminina . 2. Mulheres  
Haitianas no Distrito Federal. 3. Interseccionalidade:  
Relações de Gênero, Raça, Classe e Nacionalidade. 4. Rede  
Sociais e Migratórias. 5. Divisão Sociosexual Racial  
Internacional do Trabalho. I. Guedes de Souza, Cristiano,  
orient. II. Título.

*“Como cualquiera, hice la revolución a golpe de fórmulas, de teorías, de retórica. Comprendí, después, que entre la revolución y nosotros hay la misma relación que entre la piedra arrojada en el lago y sus círculos concéntricos. Se trata de tender la mano – rech out –, esperar para ayudar, ensanchar nuestra esfera, multiplicar nuestros círculos, dilatar nuestros corazones al compás del planeta. Qué más noble papel asignar a la obra.”*

*Jeanine Tavernier-Louis / Poetisa haitiana  
Poema: Naima, hija de los dioses*

*Às mulheres imigrantes haitianas que circulam pelo  
mundo em busca de liberdade.*

*Dedico*

## AGRADECIMENTOS

O doutorado foi um processo aparentemente solitário e muitas vezes angustiante e exaustivo. Em quatro anos e meio muitas coisas aconteceram que me tentaram a desistir. Conseguir chegar ao final revela que isto só foi possível porque existiram redes que me acolheram, apoiaram e incentivaram. São a elas que dedico meus agradecimentos: à rede acadêmica, à rede institucional, à rede de pesquisa e à rede pessoal.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cristiano Guedes, pela sua orientação sensível e generosa, cujas dicas e participação foram valiosas para o alcance deste resultado. Nossa parceria de quase uma década tem sido exitosa. Obrigada pelo apoio e incentivo nessa árdua trajetória.

À banca de qualificação do projeto de pesquisa, realizada em setembro de 2019, composta pelos professores Dr. Handerson Joseph (UFRGS), Dr. Yannis Papadopoulos (UnB), Dra. Lucélia Pereira (UnB) e Dr. Leonardo Cavalcanti (UnB), que iluminaram os caminhos da pesquisa. Lamento não ter sido possível manter essa composição para a banca de avaliação final, em razão de mudança regimental (Resolução CEPE n.0098/2020), que limitou a participação interna para apenas um membro vinculado à UnB.

À banca de defesa da tese, composta pelos professores Dr. Handerson Joseph (UFRGS), Dra. Luciana Garcia (IDP), Dr. Yannis Papadopoulos (UnB) e Dra. Lucélia Pereira (UnB-suplente), pela gentileza de terem aceitado ao nosso convite, pela leitura atenciosa e pelas contribuições que aperfeiçoaram a redação final deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social, da UnB, por ser um espaço que tem me ajudado a pensar a sociedade de forma crítica e comprometida com a sua transformação. Mais diretamente, agradeço às/aos professoras/es que compartilharam seus conhecimentos, especialmente à Prof. Dra. Silvia Cristiana Yannoulas, pelas suas contribuições na disciplina “Seminário Avançado em Política Social”, que me inquietou a repensar o projeto inicial de tese; ao Prof. Dr. Yannis Papadopoulos, por suas aulas na disciplina “Migrações Internacionais”, pela gentileza em compartilhar bibliografias e dicas importantes para o projeto de pesquisa; à Prof. Dra. Lucélia Pereira, pelas aulas na disciplina “Relações de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, que me abriram os olhos para temas que eu ainda não tinha muita profundidade, e pela gentileza em ter revisado o roteiro de entrevistas e contribuído para o seu aperfeiçoamento. E não poderia deixar de registrar o meu agradecimento à secretária do Programa de Pós-Graduação, Sra. Domingas Carneiro, que sempre esteve disponível para me ajudar nas questões burocráticas do curso.

Ao Laboratório de Estudos sobre Migrações Internacionais (LAEMI/ELA/ICS/UnB), na pessoa do seu Coordenador, o Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti, que abriu as portas desse importante espaço de estudo e reflexão sobre temas migratórios, onde eu tive a oportunidade de participar de reuniões e atividades que me agregaram conhecimento.

Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Órgão ao qual estou vinculada como assistente social do quadro efetivo, na pessoa do seu Coordenador Geral de Gestão de Pessoas, José de Albuquerque Nogueira Filho, pela sua gestão e equipe comprometida com o

aperfeiçoamento de servidoras e servidores; e pela sua sensibilidade em destravar as burocracias e abrir caminhos que tornaram a minha licença possível. Pois a lei não garante, por si só, a materialização do direito.

Ao Departamento de Pesquisa e Inovação da UnB (DPI/UnB), pelo auxílio financeiro disponibilizado, que contribuiu na realização desta pesquisa, por meio do Projeto “Feminização da Migração Transnacional: um estudo interseccional sobre espaços laborais e redes de apoio das haitianas no Brasil”, inscrito em conjunto com meu orientador, e aprovado no âmbito do Edital DPI nº04/2019.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), pela revisão das questões éticas deste estudo, que possibilitou uma maior segurança às pessoas envolvidas na pesquisa.

Às inúmeras colaboradoras informais, que tão gentilmente contribuíram com informações, bibliografias ou sugestões, a fim de que este estudo encontrasse caminhos possíveis para se realizar. Mesmo que nem todos os caminhos tenham dado certo, agradeço a disponibilidade em tentar ajudar. Com o risco de esquecer alguma, não poderia deixar de citar: minha amiga Bruna Junqueira (GO); as amigas assistentes sociais Prof.<sup>a</sup> Marcia Emília Neves (UFPB) e Prof.<sup>a</sup> Milena Gomes (UFAL); as amigas dos direitos humanos Raimunda, Nyéde, Maria da Luz (AC), Marissol (SC) e Sandra (SP); a pastora metodista Eliade (SP); o pastor batista Jorge Ricardo (DF); a Irmã Rosita (DF); e as amigas Eliane e Jurilza (DF).

À querida amiga Neila, pelas frequentes mensagens de incentivo e por me isentar de compromissos em comum para que eu pudesse me dedicar melhor à fase final da tese. Obrigada também pelo seu olhar técnico no abstract.

Às e aos informantes-chave desta pesquisa, que mantive em anonimato, por questões éticas, toda minha gratidão por terem aberto as portas do campo para mim, o que tornou este estudo viável.

Ao meu professor haitiano de francês e a minha auxiliar de pesquisa Maria<sup>1</sup> que, além de importantes informantes-chave, articuladores das visitas de campo e tradutores, se tornaram amigos e me ajudaram a conhecer melhor o Haiti e o seu povo, que passei a admirar e desejar conhecer mais de perto, como resultado intrínseco dessas relações interpessoais.

As 33 participantes desta pesquisa e especialmente àquelas que abriram as portas da intimidade do seu lar e da sua vida para uma pesquisadora que lhes era estranha e, tão gentilmente, compartilharam seus relatos de vida, esperanças e indicaram outras haitianas para o estudo. Aprendi muito com a Sofia, Vitória, Liline, Ismaelle, Lia, Chelo, Maria, Misoula, Stephe, Mia, Ilene, Claudia, Adeline, Clara, Fabíola, Carline, Madoche, Dashmy, Sherley, Venise, Joana, Nahomie, Bianca, Anastasia e Jozeline.<sup>2</sup>

Aos meus afetos, amigas/os e familiares, que materializam o espírito do amor na minha vida. Sou grata por me sustentarem com orações, com palavras de ânimo, com compreensão e paciência por um reencontro após tese e pandemia, que parecia nunca chegar. São tantos que não dá para citar todas/os aqui. Apenas trago alguns nomes representativos dessa imensa rede do coração: meu parceiro Reza, pelo incentivo diário, paciência e cooperação; minha filha Drica, pela ajuda nas listas desta tese e por nunca ter duvidado de que

---

<sup>1</sup> Nome fictício.

<sup>2</sup> Nomes fictícios.

eu daria conta; minhas matriarcas: Mãe Fífia (bisavó, *in memoriam*), Mãe Tio (tia-avó, *in memoriam*) – pela herança da força e teimosia da mulher nordestina –; Dercy (avó), Laudemira (tia-avó-mãe do coração) e Lúcia (mãe) – minhas três guerreiras –, obrigada por aceitarem em amor a minha fase de reclusão no doutorado, e mesmo sem saberem exatamente o que signifique, certamente estão muito orgulhosas, lá na Paraíba, de terem uma filha e neta doutora, a primeira da família.

Ao Deus da minha fé, fonte de vida, inspiração, força e amor.

## RESUMO

Este estudo examinou a imigração feminina haitiana no Brasil, por meio da análise interseccional das relações de gênero, raça, nacionalidade e classe, a partir de três eixos: 1. Trajetórias e redes migratórias e sociais; 2. Vida no Brasil (antes e durante a pandemia de Covid-19); e, 3. Divisão sociosexual e racial do trabalho. Pensar essas categorias de discriminação no contexto das migrações internacionais é necessário diante da realidade de que as mulheres trabalhadoras, negras, imigrantes do Sul global, ainda estão marcadas pela invisibilidade nos estudos migratórios, principalmente na região da América Latina e Caribe, diante dos deslocamentos Sul-Sul mais recorrentes neste início do século XXI. Por muito tempo a mulher foi rotulada como mera acompanhante dependente do trabalhador imigrante masculino, sem projeto migratório próprio. Este estudo se propõe a desmistificar essa imagem e mostrar que a mulher tem estado cada vez mais presente e autônoma no movimento migratório internacional. Muitas delas viajando sozinhas e de forma independente da figura masculina. Embora não prescindam de redes sociais e migratórias que lhes deem suporte nessa empreitada. O fenômeno da feminização das migrações, na era da globalização neoliberal, tem se caracterizado pelo deslocamento cada vez maior de mulheres de países pobres em busca de uma vida melhor, principalmente pela via do trabalho, em países mais desenvolvidos. Mas, diante da própria lógica do capital e das estruturas de discriminação que ele cria ou se apropria para gerar desigualdades e explorações, essas mulheres permanecerão na periferia do desenvolvimento social, cultural e econômico. A diáspora haitiana é um rico terreno para investigar essas questões. Para tanto, realizei uma pesquisa qualitativa, na perspectiva crítica, utilizando as lentes analíticas da interseccionalidade e da posicionalidade translocacional. Recorri às técnicas de aplicação de questionário virtual e entrevistas presenciais, análise de relatos de vida, documental e bibliográfica, e consulta a dados quantitativos secundários relativos ao período de 2010 a 2020. Participaram deste estudo 33 mulheres haitianas, residentes no Distrito Federal (DF). Os dados revelaram que essas jovens mulheres, em sua maioria com médio a alto nível escolar, enfrentam barreiras estruturais, não apenas geográficas, como também linguísticas, culturais, sociais e econômicas no Brasil e, mais precisamente no DF. Elas encontram nas suas redes pessoais e institucionais o principal apoio para ingressarem e permanecerem no movimento migratório transnacional, tanto antes quanto durante a pandemia de Covid-19, com destaque para o Auxílio Emergencial neste período. O ambiente de trabalho foi o *locus* principal das intersecções entre as estruturas de desigualdade analisadas. O sexismo, o racismo e a xenofobia, com traços de classismo, por serem provenientes de um dos países mais pobres do mundo, se combinaram de forma perversa nas experiências migratórias dessas mulheres. Como resultado, elas vivenciam em seu cotidiano de trabalho diversas formas de preconceito e discriminação, levando-as a uma posição de subalternidade, em ocupações desprestigiadas e estigmatizantes tanto para os padrões culturais do Brasil quanto do Haiti, em áreas incompatíveis com a formação da maioria delas, principalmente como trabalhadoras do *care*, na área de limpeza, com baixas remunerações que não lhes permitem atingir os objetivos de seus projetos migratórios. A pandemia de Covid-19 aprofundou esse quadro, agregando novas dificuldades para a entrada e permanência das haitianas nos mercados de trabalho. O que se percebeu na fase empírica foi que a maioria delas está com os seus pés no Brasil e o coração no Haiti, mas seus olhos permanecem voltados para o horizonte migratório, aguardando tempos favoráveis para seguirem circulando pelo mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração Transnacional. Feminização das Migrações. Mulheres Haitianas no Distrito Federal. Interseccionalidade. Redes Sociais e Migratórias. Divisão Sociosexual Racial Internacional do Trabalho. *Care*. Discriminação.



## ABSTRACT

This study examined Haitian female immigration in Brazil, through the intersectional analysis of gender, race, ethnicity and class relations, based on three axes: 1. Migration and social networks and trajectories; 2. Life in Brazil (before and during the Covid-19 pandemic); and, 3. Socio-sexual and racial division of labor. Thinking about these categories of discrimination in the context of international migration is necessary in view of the reality that black, immigrant and working women from the global South, are still marked by invisibility in migratory studies, especially in the Latin America and Caribbean region, in the face of the more recurrent South-South displacements at the beginning of the 21st century. For a long time the woman was labeled as a mere companion dependent on the male immigrant worker, without her own migratory project. This study aims to demystify this image and show that women have been increasingly present and autonomous in the international migratory movement. Many of them traveling alone and independently of the male figure. Although it does not prescind from a social and migratory network that supports them in this endeavor. The phenomenon of the feminization of migration, in the era of neoliberal globalization, has been characterized by the increasing displacement of women from poor countries in search of a better life, mainly through work, in more developed countries. But, given the very logic of capital and the structures of discrimination that it creates or appropriates to generate inequality and exploitation, these women will remain on the periphery of social, cultural and economic development. The Haitian diaspora is a rich terrain for investigating these issues. To this end, I conducted qualitative research from a critical perspective, using the analytical lenses of intersectionality and translocational positionality. I used the techniques of applying a virtual questionnaire and face-to-face interviews, analysis of life reports, documentary and bibliographic, and consult secondary quantitative data for the period 2010 to 2020. 33 Haitian women living in the Federal District (DF) participated in this study. They find in their personal and institutional networks the main support to enter and remain in the transnational migratory movement, both before and during the Covid-19 pandemic, with emphasis on Auxílio Emergencial (Emergency Aid) in this period. The work environment was the main locus of intersections between the structures of inequality analyzed. Sexism, racism, and xenophobia, with traces of classism, for coming from one of the poorest countries in the world, combined perversely in these women's migratory experiences. As a result, these women experience in their daily work various forms of prejudice and discrimination, leading them to a position of subordination, in discredited and stigmatizing occupations for both Brazilian and Haitian cultural standards, in areas incompatible with the formation of most of them, mainly as care workers, in the cleaning area, with low wages that do not allow them to achieve the objectives of their migratory projects. The Covid-19 pandemic deepened this picture, adding new difficulties for the entry and permanence of Haitians in the labor markets. What was perceived in the empirical phase was that most of them have their feet in Brazil and their hearts in Haiti, but their eyes remain turned to the migratory horizon, waiting for favorable times to continue circulating around the world.

**KEYWORDS:** Transnational Migration. Feminization of Migration. Haitian Women in the Federal District. Intersectionality. Social and Migratory Networks. Racial Socio-Sexual International Division of Labor. Care. Discrimination.

## RÉSUMÉE

Cette étude a examiné l'immigration des femmes haïtiennes au Brésil, à travers l'analyse intersectionnelle des relations de genre, de race, d'ethnicité et de classe, en se basant sur trois axes: 1. La migration et les réseaux et trajectoires sociales; 2. la vie au Brésil (avant et pendant la pandémie de Covid-19); et, 3. la division sociosexuelle et raciale du travail. Réfléchir à ces catégories de discrimination dans le contexte de la migration internationale est nécessaire au vu de la réalité que les femmes noires, immigrées et travailleuses du Sud global, sont encore marquées par l'invisibilité dans les études migratoires, notamment dans la région Amérique latine et Caraïbes, face aux déplacements Sud-Sud plus récurrents au début du 21<sup>ème</sup> siècle. La femme a longtemps été étiquetée comme une simple compagne dépendante du travailleur immigré masculin, sans projet migratoire propre. Cette étude vise à démystifier cette image et à montrer que les femmes sont de plus en plus présentes et autonomes dans le mouvement migratoire international. Beaucoup d'entre elles voyagent seules et indépendamment de la figure masculine. Bien que cela ne préserve pas d'un réseau social et migratoire qui les soutient dans cette entreprise. Le phénomène de la féminisation de la migration, à l'ère de la mondialisation néolibérale, a été caractérisé par le déplacement croissant des femmes des pays pauvres à la recherche d'une vie meilleure, principalement par le travail, dans les pays plus développés. Mais, étant donné la logique même du capital et les structures de discrimination qu'il crée ou s'approprie pour générer l'inégalité et l'exploitation, ces femmes resteront à la périphérie du développement social, culturel et économique. La diaspora haïtienne est un terrain riche pour étudier ces questions. À cette fin, j'ai mené une recherche qualitative dans une perspective critique, en utilisant les lentilles analytiques de l'intersectionnalité et de la positionnalité translocationnelle. J'ai utilisé les techniques d'application d'un questionnaire virtuel et d'entretiens en face-à-face, l'analyse de rapports de vie, documentaire et bibliographique, et la consultation de données quantitatives secondaires pour la période 2010 à 2020. 33 femmes haïtiennes vivant dans le District Fédéral (DF) ont participé à cette étude. Elles trouvent dans leurs réseaux personnels et institutionnels le principal soutien pour entrer et rester dans le mouvement migratoire transnational, avant et pendant la pandémie de Covid-19, avec un accent sur l'Auxílio Emergencial dans cette période. L'environnement de travail a été le principal lieu d'intersection entre les structures d'inégalité analysées. Le sexisme, le racisme et la xénophobie, avec des traces de classisme, pour venir de l'un des pays les plus pauvres du monde, se sont combinés de manière perverse dans les expériences migratoires de ces femmes. Par conséquent, ces femmes font l'expérience dans leur travail quotidien de diverses formes de préjugés et de discrimination, les conduisant à une position de subordination, dans des professions discréditées et stigmatisantes pour les normes culturelles brésiliennes et haïtiennes, dans des domaines incompatibles avec la formation de la plupart d'entre elles, principalement comme personnel soignant, dans le domaine du nettoyage, avec des salaires bas qui ne leur permettent pas d'atteindre les objectifs de leurs projets migratoires. La pandémie de Covid-19 a aggravé ce tableau, ajoutant de nouvelles difficultés pour l'entrée et la permanence des Haïtiens sur les marchés du travail. Ce qui a été perçu dans la phase empirique, c'est que la plupart d'entre eux ont les pieds au Brésil et le cœur en Haïti, mais leurs yeux restent tournés vers l'horizon migratoire, attendant des moments favorables pour continuer à circuler dans le monde.

**MOTS-CLEF:** Migration transnationale. Féminisation de la migration. Femmes haïtiennes dans le District Fédéral. Intersectionnalité. Réseaux sociaux et Migratoires. Division internationale du travail raciale et socio-sexuelle. *Care*. Discrimination.

## REZIME

Etid sa a te egzamine imigrasyon fanm ayisyen nan Brezil, atravè analiz entèseksyonèl sèks, ras, etnisite ak relasyon klas, ki baze sou twa aks: 1. Migrasyon ak rezo sosyal ak trajektwa; 2. Lavi nan Brezil (anvan ak pandan pandemi Covid-19 la); epi, 3. Divizyon travayè sosyo-seksyèl ak rasyal. Reflechi sou kategori sa yo nan diskriminasyon nan yon kontèks migrasyon entènasyonal ki nesèsè nan gade nan reyalite a ke fanm k ap travay, nwa, imigran ki soti nan Sid mondyal la, yo toujou make pa envizibilite nan etid migrasyon yo, espesyalman nan Amerik Latin nan ak rejyon Karayib la, te fè fas ak plis mouvman frekan Sid-Sid nan kòmansman 21yèm syèk la. Pou tan pase yo fanm lan te make kòm yon konpayon sèlman depann sou travayè imigran gason an, san yo pa te genyen pwòp pwojè imigre. Etid sa a gen pou objektif pou demistifye ou byen dekante imaj sa a epi montre ke fanm yo te de pli zan pli prezan ak otonòm nan mouvman migrasyon entènasyonal la. Anpil nan yo vwayaje pou kont yo ak endepandman nan figi a gason. Malgre ke li pa dispanse ak yon rezo sosyal ak migrasyon ki sipòte yo nan jefò sa a. Fenomèn feminizasyon migrasyon an, nan epòk globalizasyon neyoliberal la, ki te karakterize pa deplasman fanm yo ogmante nan peyi pòv yo nan rechèch yon lavi miyò, sitou nan travay, nan peyi ki pi devlope yo. Men, yo bay lojik kapital la ak estrikti diskriminasyon ke li kreye oswa apwopriye pou jenere inegalite ak eksplwatasyon, fanm sa yo ap rete sou periferik devlopman sosyal, kiltirèl ak ekonomik. Dyaspora ayisyen an se yon tèren rich pou envestige pwoblèm sa yo. Pou sa ka fèt, mwen fè rechèch kalitatif nan yon pèspektiv kritik, lè l sèvi avèk lantiy yo analyse nan entèseksyonèl ak translokasyonèl pozisyon. Mwen te itilize teknik pou aplike yon kesyonè vityèl ak entèvyou fas-a-fas, analiz de rapò sou lavi, dokimantè ak bibliyografik, epi konsilte done segondè kantitatif pou peryòd 2010 a 2020. 33 fanm ayisyen k ap viv nan Distri Federal (DF) te patisipe nan etid sa a. Done yo te revele ke jèn fanm sa yo, sitou ak nivo lekòl mwayen ak segondè, fè fas a baryè estriktirèl, pa sèlman jeyografik, men tou lengwistik, kiltirèl, sosyal ak ekonomik nan Brezil ak, plis jisteman nan DF. Yo jwenn nan rezo pèsònèl yo ak enstitisyonèl sipò prensipal la antre ak rete nan mouvman an migrasyon transnasyonal, anvan ak pandan pandemi a Covid-19, ak yon konsantre sou Auxílio Emergencial la nan peryòd sa a. Anviwònman travay la se te pwen prensipal entèseksyon ant estrikti inegalite analize yo. Sèksis, rasis ak ksenofobi, ak tras klasism, ki soti nan youn nan peyi ki pi pòv nan mond lan, yo te konbine nan yon fason pervers nan eksperyans migratè fanm sa yo. Kòm yon rezilta, fanm sa yo fè eksperyans nan travay chak jou yo divès fòm prejije ak diskriminasyon, ki mennen yo nan yon pozisyon nan sibòdone, nan okipasyon diskredite ak stigmatize pou nòm kiltirèl brezilyen ak ayisyen, nan zòn enkonpatib ak fòmasyon nan pifò nan yo, sitou kòm travayè, nan zòn nan netwayaj, ak salè ki ba ki pa pèmèt yo reyalize objektif yo nan pwojè migrasyon yo. Pandemi Covid-19 la apwofondi imaj sa a, kòm nouvo difikilte pou antre ak pèmanans Ayisyen sou mache travay yo. Ki sa ki te konnen nan faz anpirik la se ke pifò nan yo gen pye yo nan Brezil ak kè yo an Ayiti, men je yo rete sou orizon an migratè, ap tann pou moman favorab kontinye sikile nan mond lan.

**MO KLE:** Transnasyonal Migrasyon. Feminizasyon nan Migrasyon. Fanm Ayisyen nan Distri Federal la. Entèseksyonalite. Rezo sosyal ak Migratè. Divizyon rasyal entènasyonal sosyo-seksyèl nan travay. *Care*. Diskriminasyon.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Haitianas entrevistadas na pesquisa segundo suas redes sociais e conexões.....	119
Gráfico 2	- Haitianas participantes da pesquisa segundo faixa etária.....	135
Gráfico 3	- Haitianas participantes da pesquisa segundo estado Civil.....	136
Gráfico 4	- Haitianas participantes da pesquisa segundo religião.....	139
Gráfico 5	- Haitianas participantes da pesquisa segundo perfil educacional.....	143
Gráfico 6	- Número de registros de migrantes da nacionalidade haitiana de longo termo/residentes, por ano de entrada, Brasil, 2010-2019.....	163
Gráfico 7	- Haitianas participantes da pesquisa, entrevistadas, segundo motivações para emigração do Haiti.....	172
Gráfico 8	- Haitianas participantes da pesquisa, entrevistadas, segundo motivações para imigração ao Brasil.....	177
Gráfico 9	- Haitianas participantes da pesquisa segundo ano de ingresso no Brasil.....	189
Gráfico 10	- Haitianas participantes da pesquisa segundo tempo de estada no Brasil, em meses.....	190
Gráfico 11	- Haitianas participantes da pesquisa segundo região administrativa de moradia no Distrito Federal.....	197
Gráfico 12	- Haitianas participantes da pesquisa segundo valor do aluguel que pagam no DF – em Reais.....	200
Gráfico 13	- Haitianas participantes da pesquisa segundo renda domiciliar mensal no Distrito Federal, em Reais.....	202
Gráfico 14	- Haitianas participantes da pesquisa segundo configuração do grupo doméstico.....	206
Gráfico 15	- Haitianas participantes da pesquisa segundo principais dificuldades enfrentadas no Brasil.....	214
Gráfico 16	- Haitianas participantes da pesquisa segundo políticas públicas mais utilizadas no Distrito Federal.....	218
Gráfico 17	- Haitianas participantes da pesquisa segundo impacto da Pandemia da Covid-19 em suas vidas.....	238

Gráfico 18	- Haitianas participantes da pesquisa segundo dificuldades vivenciadas durante a pandemia de Covid-19.....	241
Gráfico 19	- Haitianas participantes da pesquisa segundo recebimento do Auxílio Emergencial durante a pandemia de Covid-19.....	255
Gráfico 20	- Haitianas participantes da pesquisa segundo áreas profissionais autodeclaradas.....	268
Gráfico 21	- Haitianas participantes da pesquisa segundo tipo de inserção laboral atual no Distrito Federal.....	269
Gráfico 22	- Haitianas participantes da pesquisa segundo opinião sobre para quem é mais fácil conseguir trabalho no Brasil.....	280
Gráfico 23	- Haitianas participantes da pesquisa segundo opinião sobre país onde as condições de trabalho são melhores.....	305
Gráfico 24	- Haitianas participantes da pesquisa segundo renda mensal individual no Distrito Federal.....	308

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	- Haitianas participantes da pesquisa segundo departamento de origem no Haiti.....	140
Mapa 2	- Haitianas participantes da pesquisa segundo rotas do Haiti até Brasília/DF.....	166
Mapa 3	- Haitianas participantes desta pesquisa segundo região de moradia no Distrito Federal.....	199

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Matriz dos Critérios para Abrangência da Amostra da Unidade de Análise.....	64
Quadro 2	- Haitianas participantes da pesquisa segundo dados socioeconômicos.....	65
Quadro 3	- Haitianas participantes apenas do questionário virtual da pesquisa segundo dados socioeconômicos.....	66
Quadro 4	- Haitianas participantes da pesquisa segundo formas de tratamento no Brasil.....	335
Quadro 5	- Haitianas participantes da pesquisa segundo relatos das discriminações sofridas no Brasil.....	342

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Haitianas participantes da pesquisa segundo envio e recebimento de remessas.....	125
Tabela 2	- Haitianas participantes da pesquisa segundo inserção laboral, antes e depois da imigração para o Brasil.....	272
Tabela 3	- Haitianas participantes da pesquisa segundo atividades laborais antes e depois da imigração para o Brasil.....	275



## LISTA DE SIGLAS

ABIN	- Agência Brasileira de Inteligência
AC	- Acre
ACIDI	- Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACNUDH	- Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos
ACNUR	- Agência da ONU para Refugiados
AL	- América Latina
AM	- Amazonas
ARS	- Análise das Redes Sociais
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQDAS	- Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software
CARE	- Cooperative for American Relief Everywhere
CBO	- Classificação Brasileira de Ocupação
CEAM	- Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CEF	- Caixa Econômica Federal
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CEPEDISA	- Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário
CF/88	- Constituição Federal de 1988
CHR	- Conferência de Religiosos do Haiti
CNE/CES	- Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior
CNETP	- Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CNig	- Conselho Nacional de Imigração
CNS	- Conselho Nacional de Saúde
CODEPLAN	- Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Comigrar	- 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
Conare	- Comitê Nacional para os Refugiados
Conatrap	- Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CONEP	- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
Covid-19	- Coronavírus Disease 2019

CPF	-	Cadastro de Pessoa Física
CPS/FGV	-	Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas
CRAS	-	Centro de Referência da Assistência Social
CTPS	-	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DF	-	Distrito Federal
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DMIG	-	Departamento de Migrações
DPF	-	Departamento de Polícia Federal
DPI/UnB	-	Decanato de Pesquisa e Inovação/Universidade de Brasília
DPU	-	Defensoria Pública da União
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
ELA	-	Departamento de Estudos Latino-americanos
EMMUS-VI	-	Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services-VI
EUA	-	Estados Unidos da América
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
GEDEP	-	Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População
HDS	-	Haïti Data Service
HRAN	-	Hospital Regional da Asa Norte
HRT	-	Hospital Regional de Taguatinga
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
icem	-	Intergovernmental Committee for European Migration
ICMPD	-	International Centre for Migration Policy Development
ICS	-	Instituto de Ciências Sociais
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	-	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IESH	-	Instituições de Ensino Superior Haitianas
IHE	-	Institut Haïtien de l'Enfance
IHSI	-	Institut Haïtien de Statistique Et d'Informatique
IMDH	-	Instituto Migrações e Direitos Humanos
INSS	-	Instituto Nacional do Seguro Social
IOM	-	International Organization for Migration
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPPDH	- Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR
LAEMI	- Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MEC	- Ministério da Educação
MEI	- Microempreendedor individual
MEIs	- Microempreendedores individuais
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MINUJUSTH	- Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MJSP	- Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP	- Medida Provisória
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
MS	- Mato Grosso do Sul
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
NEPPE/UnB	- Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros/Universidade de Brasília
OBMigra	- Observatório das Migrações Internacionais
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OIM	- Organização Internacional para as Migrações
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONG	- Organização não governamental
ONGs	- Organizações não governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
OPAS	- Organização Panamericana de Saúde
PAIF	- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIB	- Produto Interno Bruto
PL	- Projeto de Lei
PLS	- Projeto de Lei do Senado
PNAD Contínua	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	- Paraná

PUC-Minas	- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RBE	- Renda Básica Emergencial
RBS	- Renda Básica Estendida
RJ	- Rio de Janeiro
RN	- Resolução Normativa
RNDDH	- Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
RNE	- Registro Nacional de Estrangeiro
RNM	- Registro Nacional Migratório
RS	- Rio Grande do Sul
SARS-CoV-2	- Coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave
SC	- Santa Catarina
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDS	- Secretaria de Desenvolvimento Social
SEJUDH	- Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINCRE	- Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SISMIGRA	- Sistema de Registro Nacional Migratório
SP	- São Paulo
STF	- Supremo Tribunal Federal
STI	- Sistema de Tráfego Internacional
STI-Mar	- Sistema de Tráfego Internacional-Marítimo
SUS	- Sistema Único de Saúde
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	- Universidade Federal de São Carlos
UnB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação
UNFPA-HAITI	- United Nations Population Fund - Haiti
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
WHO	- World Health Organization

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>O MÉTODO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	41
Tecendo a pesquisa .....	41
O método e a metodologia .....	44
A pesquisa.....	46
As estratégias de pesquisa em tempos de pandemia de Covid-19.....	48
O campo e os desafios de adentrá-lo durante uma crise sanitária.....	53
As entrevistas: desafios da comunicação e das relações de gênero .....	57
As participantes e seus relatos de vida.....	63
O processo de construção do relatório da pesquisa: análise, redação e validação dos resultados .....	67
Os cuidados éticos .....	69
<b>PARTE I: EIXO “TRAJETÓRIAS E REDES”</b> .....	72
<b>CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÃO HAITIANA TRANSNACIONAL: UM OLHAR SOBRE O HAITI E AS REDES SOCIAIS HAITIANAS</b> .....	73
1.1. O HAITI: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO .....	73
1.1.1. O Haiti colonial .....	74
1.1.2. O Haiti revolucionário .....	78
1.1.3. O Haiti atual .....	87
1.2. UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS .....	91
1.3. O PAPEL DAS REDES NO PROJETO MIGRATÓRIO DAS HAITIANAS .....	106
1.4. CULTURA DA REMESSA: A OBRIGAÇÃO DAS MULHERES HAITIANAS COM QUEM FICOU NO HAITI.....	122
<b>CAPÍTULO 2 – IDENTIDADES E PROJETOS MIGRATÓRIOS DAS HAITIANAS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	130
2.1. UM RETRATO DAS HAITIANAS NO DISTRITO FEDERAL.....	134
2.2. A POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA .....	150
2.3. A IMIGRAÇÃO DAS HAITIANAS PARA O BRASIL.....	158
2.4. OS SENTIDOS POR TRÁS DOS PROJETOS MIGRATÓRIOS DAS HAITIANAS QUE RESIDEM NO DISTRITO FEDERAL.....	168

<b>PARTE II: EIXO “VIDA NO BRASIL”</b> .....	183
<b>CAPÍTULO 3 – VIDA NO BRASIL: ENTRE O IMAGINADO E O VIVIDO</b> .....	184
3.1. PERCEPÇÕES SOBRE O BRASIL: REAIS E IMAGINÁRIAS.....	185
3.2. A VIDA NO BRASIL: TEMPO DE ESTADA.....	189
3.3. A VIDA NO BRASIL: CIRCULARIDADES INTERNAS E CONDIÇÕES DE VIDA NO DISTRITO FEDERAL .....	194
3.4. A VIDA NO BRASIL: FAMÍLIA E REDES.....	205
3.5. A VIDA NO BRASIL: PRINCIPAIS DIFICULDADES.....	213
3.6. A VIDA NO BRASIL: O IDIOMA E O ACESSO À EDUCAÇÃO COMO DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO .....	223
<b>CAPÍTULO 4 – UM PARÊNTESE (E DE REPENTE, A PANDEMIA): REPERCUSSÕES NA VIDA DAS HAITIANAS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	231
4.1. A PANDEMIA DE COVID-19 COMO EXPRESSÃO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL .....	232
4.2. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS HAITIANAS NO DISTRITO FEDERAL: A VIDA EM MODO DE ESPERA.....	238
4.2.1. Trabalho: “Não sei se é por causa do Coronavírus que não consigo encontrar trabalho ou se é assim mesmo” .....	241
4.2.2. As condições de vida: “agora aqui tá difícil” .....	248
4.2.3. O Auxílio Emergencial: “É o que tá entrando agora” .....	252
<b>PARTE III: EIXO “TRABALHO E DISCRIMINAÇÕES”</b> .....	258
<b>CAPÍTULO 5 – INSERÇÃO LABORAL DAS HAITIANAS NO BRASIL</b> .....	259
5.1. O LUGAR DAS MULHERES IMIGRANTES NO MUNDO DO TRABALHO E O CASO DAS HAITIANAS NO BRASIL .....	259
5.2. INSERÇÃO LABORAL DAS HAITIANAS: SITUAÇÃO ANTES E DEPOIS DA IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL.....	267
5.2.1. As comerciantes haitianas <i>madanm sara</i> : uma reedição à brasileira.....	282
5.2.2. O trabalho do <i>care</i> : “É o meu segredo” .....	288
<b>CAPÍTULO 6 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E DISCRIMINAÇÕES DAS HAITIANAS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	304
6.1. CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS HAITIANAS NO DISTRITO FEDERAL, BRASIL .....	304

<b>6.2. DISCRIMINAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM PROBLEMA BASEADO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, NACIONALIDADE E CLASSE</b>	315
6.2.1. Gênero e classe na sociedade capitalista de produção	315
6.2.2. Gênero e raça na sociedade capitalista de produção	328
6.2.3. As discriminações sofridas pelas haitianas nos ambientes de trabalho no Distrito Federal	333
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	349
<b>REFERÊNCIAS</b>	362
<b>APÊNDICES</b>	397
Apêndice 1 – Cronograma de Execução do Projeto de Doutorado	397
Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	398
Apêndice 3 – Questionário Virtual pelo Google Formulários	400
Apêndice 4 – Roteiro de Entrevistas	419
<b>ANEXOS</b>	425
Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	425

## INTRODUÇÃO

*S'il me fallait, au monde, présenter mon pays [...] /  
Je dirais le madras de la femme en bleu /  
Qui descend le sentier son panier sur la tête,  
L'onduleux balancement de ses hanches robustez[...] /  
Et le farouche amour que nous portons en nous /  
Pour une liberté au prix trois fois sanglant [...]*  
(Marie-Thérèse Colimon-Hall, 1918-1997, *Mon Pays*)<sup>3</sup>

O fenômeno migratório contemporâneo vivenciado no Brasil em 2010 e intensificado nos anos seguintes, com a chegada de milhares de imigrantes pelas fronteiras da região norte, impactou o país não apenas no que tange à administração pública. O tema também tem provocado à comunidade acadêmica de pesquisadores. Sayad (1998, p.15), tomando de empréstimo a expressão cunhada por Marcel Mauss, reconhece que a imigração é “um fato social completo”, que atrai o interesse de inúmeras disciplinas. Pois, como define o autor, “a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; [...] Mas [...] é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...] etc.”. O que o torna um fenômeno complexo e multifacetado, que desafia todos e todas aquelas que se debruçam sobre ele, quer de forma interventiva, quer de forma empírica e analítica.

Tal entendimento faz das migrações internacionais objeto de muitas ciências particulares. Prova disto são as diversas análises em âmbito nacional sobre o tema, em especial a capacidade do Estado de gerir fluxos migratórios e promover a integração de imigrantes no país. Entre as áreas disciplinares que têm produzido dissertações e teses sobre o assunto, estão: Economia, Gestão Pública, Direitos Humanos, Psicologia, História, Demografia, Geografia, Serviço Social; e se destacam os campos das Ciências Sociais, das Relações Internacionais e do Direito.

Partindo do conceito de migração enquanto um processo de desterritorialização e reterritorialização<sup>4</sup> (BETTIOL LANZA; SANTOS; RODRIGUES, 2016), as contribuições do

<sup>3</sup> Tradução livre: “Se eu tivesse que apresentar o meu país ao mundo [...] / Eu diria o manto da mulher de azul / Que desce o caminho com sua cesta na cabeça, / O balanço ondulante de seus quadris robustos [...] / E o amor feroz que carregamos dentro de nós / Por uma liberdade ao preço três vezes sangrenta [...]”. (Marie-Thérèse Colimon Hall, *poetisa e escritora haitiana, 1918-1997, poema: Meu país*). (SÁNCHEZ, 2014).

<sup>4</sup> De acordo com Bettiol Lanza; Santos; Rodrigues (2016, p.56) “[...] todo processo de desterritorialização implica em um processo de reterritorialização, que pode ser considerado um movimento dialético que se vincula a algumas características individuais e a outras essencialmente coletivas, pois são dependentes de questões conjunturais dos países de destino, como o estágio democrático, desenvolvimento econômico, sistemas de proteção social, entre outros, que influenciam essa relação, ao dispor de condições amplas de inserção no conjunto da vida social e acolher em uma perspectiva de direito do imigrante”.



geógrafo brasileiro Milton Santos (2006) nos ajudam a pensar esse movimento como um processo dialético no tempo e no espaço<sup>5</sup>. Para ele, nesse cenário espacial, que acompanha as mudanças históricas, na atualidade,

a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens [e mulheres] mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. (SANTOS, 2006, p.222).

Já que, segundo Santos (2006), a mobilidade é a regra, diversas abordagens teóricas buscam explicar a origem, as causas e a permanência dos movimentos migratórios, partindo de níveis de análise bastante diferentes: o indivíduo, o lar, o nacional, o internacional, o econômico, o mercado de trabalho, as instituições, os sistemas, as redes (MASSEY *et al*, 1993). Apesar de tantas perspectivas, Massey e seus colegas pesquisadores sugerem uma análise mais ampla dos processos causais, abarcando múltiplos níveis explicativos, o que é tarefa da investigação empírica.

Uma coisa é certa, a movimentação de pessoas de um lugar para outro, sejam homens ou mulheres, é inerente à própria existência humana e acompanha a sua história desde longa data. E, mais recentemente, o século XXI tem sido marcado por uma crise humanitária em decorrência do deslocamento de milhares de pessoas em vários lugares do mundo, especialmente de países pobres – em crise econômica e social, perseguição política, religiosa ou de outra natureza, guerras civis ou desastres ambientais –, que emigram para outros países, especialmente os de economia central, por diversos motivos que podem ser resumidos pela busca de melhores condições de vida.

Segundo Silva, Queiróz e Ferreira (2016, p.44-45), essa mobilidade humana contemporânea tem sido influenciada fortemente por dois fenômenos recentes, a crise econômica financeira mundial de 2007 (principalmente nos países capitalistas centrais) e a guerra civil na Síria, iniciada em 2011. De modo geral, eventos de várias naturezas, mas, em especial o de ordem econômica, que gera recessão e desemprego, aumenta o volume da circulação internacional de pessoas, mostrando sua relação com o movimento do próprio capital e suas crises, conforme concluem os autores.

Em 2019, havia um contingente de 272 milhões de imigrantes internacionais. Desse total de pessoas em deslocamento no mundo, quase a metade (47,9%) é composta por

---

<sup>5</sup> Num esforço ontológico, ele define o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, inserido no contexto histórico da “emergência das redes e do processo de globalização”, e que também se relaciona com a “questão de uma ordem mundial e de uma ordem local” (SANTOS, 2006, p.12,13).

mulheres. Recentemente, esses fluxos migratórios têm buscado também os países em desenvolvimento, muito em razão do aumento do controle das fronteiras<sup>6</sup> de países do Norte global e de suas políticas migratórias mais restritivas. Embora os países desenvolvidos ainda sejam os destinos mais procurados, tem aumentado o número de imigrantes que se destinam à América Latina e Caribe<sup>7</sup>. Prova disso é que quase 11,7 milhões de pessoas migraram para essa região, revelando um aumento em comparação a 2010 (8,3 milhões) e 2000 (quase 6,6 milhões). (ONU, 2019).

Neste início de século, o Brasil voltou a se destacar no cenário das migrações internacionais com a entrada de milhares de imigrantes, especialmente provenientes de países do Sul global, com destaque para a nacionalidade venezuelana e haitiana. O Relatório Anual 2020 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) informa que, de 2010 a 2019, o país registrou um total de 1.085.673 de imigrantes; sendo 660.349 de longo termo<sup>8</sup>; destes, 41% são do sexo feminino (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020a). Embora os dados possam estar subestimados, diante da dificuldade de se quantificar pessoas em movimento internacional, o número é significativo e merece atenção, dadas as especificidades atinentes à faceta feminina dessas migrações. Principalmente porque essas cifras emergem de vivências dramáticas durante o processo de deslocamento<sup>9</sup> migratório dessas mulheres, que não raro se dá de forma indocumentada e, portanto, irregular, para os países de destino (RIBEIRO, 2015; VILLEN, 2016; MAMED, 2016).

O tema das migrações vem sendo mais recentemente observado também a partir da participação das mulheres – fenômeno este denominado de *feminização das migrações*

---

<sup>6</sup> A abertura ou restrição da entrada de imigrantes pelas fronteiras de um país é um direcionamento político, muitas vezes à revelia do compromisso firmado por um Estado com os acordos internacionais no tema migratório. Razão esta que, a depender do cariz político governamental, quanto mais conservador um governo, mais tende a classificar a presença de imigrantes como um perigo para a população e uma invasão do território nacional, criando mecanismos que limitam a entrada e trânsito de imigrantes no país.

<sup>7</sup> O que não significa que antes não tenham ocorrido movimentos migratórios entre países do Sul global. Prova disto está nas próprias diásporas haitianas, que nos seus quatro grandes fluxos indicados por JOSEPH (2015a), migraram para países como República Dominicana, Cuba e outras ilhas caribenhas vizinhas. Bem como, apesar das maiores restrições, continuam indo para os países centrais, mostrando que as migrações internacionais, a despeito das tendências e características predominantes de cada momento histórico, não são unidirecionais. Elas continuam dinâmicas e operando uma lógica cruzada em várias direções Sul-Sul, Sul-Norte, Norte-Norte, Norte-Sul, de forma multifacetada, o que demanda uma árdua tarefa de investigação empírica.

<sup>8</sup> Migrantes de longo termo é uma tipologia utilizada em pesquisas brasileiras mais recentemente, para adequar as bases de dados nacionais às legislações atuais sobre o tema e às bases de dados internacionais. É utilizada “para migrantes com previsão de estada de mais longa duração, abarcando as classificações permanentes, residentes, provisórios, outros, asilados e parte dos temporários, com características de maior permanência” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2018).

<sup>9</sup> Em 2015, 3.770 imigrantes morreram na tentativa de travessia do Mar Mediterrâneo. Conforme dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), de 2015, também há uma estimativa de que 1.011.700 fizeram em 2015 o trajeto por mar até países europeus, e cerca de 34.900 por terra, colocando principalmente mulheres e crianças em situações de extremo risco e vulnerabilidade (SANTOS, 2016).

*internacionais* (MARINUCCI, 2007; TORRADO, 2014; BRASIL; ARAUJO, 2016). De acordo com Brasil e Araújo (2016), por muito tempo os estudos migratórios ocultaram as relações de gênero em torno dessa temática. A mulher possuía um lugar marginal de acompanhante do marido imigrante trabalhador, permanecendo associada aos seus papéis sociohistóricos de esposa e mãe. No Brasil, a última década tem sido marcada por um aumento na produção científica sobre imigração e gênero, destacando o papel mais autônomo das mulheres nesse processo<sup>10</sup>.

Apesar da presença significativa de mulheres em mobilidade transnacional, ainda se discute a aplicação do conceito de *feminização das migrações*, revelando sua heterogeneidade. Marinucci (2007) apresenta pelo menos três possíveis interpretações dessa expressão: *feminização quantitativa*, em termos de aumento numérico da participação feminina nas migrações internacionais; *feminização como visibilidade*, em que não se trata de um aumento numérico da migração feminina e sim um maior destaque do recorte de gênero nos estudos migratórios contemporâneos; e *feminização qualitativa*, com foco no perfil da mulher migrante contemporânea, a partir de sua participação na divisão sexual internacional do trabalho.

Antes dos anos de 1980, as teorias clássicas eram basicamente androcêntricas, insinuavam que o modelo representativo de sujeito migrante era de tipo econômico (produtivo) e do sexo masculino. As mulheres ficavam invisibilizadas num papel marginal no processo migratório e dependente da figura do trabalhador migrante, destinadas ao espaço doméstico e do cuidado. O ocultamento da migração feminina nas teorias clássicas escondia a realidade de que as mulheres sempre migraram e de que a migração não é igual para mulheres e homens, nem nas condições nem nos resultados (BOYD; GRIECO, 2003; REYSOO, 2004; LANDRY, 2012; TORRADO, 2014).

Foi a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, que se iniciou um esforço para incorporar a categoria de gênero nos estudos das migrações internacionais. O movimento feminista norte-americano teve grande influência nessa iniciativa de produzir novas epistemologias migratórias que refletissem a realidade das mulheres migrantes (BOYD; GRIECO, 2003; QUIMINAL, 2009). É com os estudos vinculados ao processo de globalização, e suas influências sobre a heterogeneidade dos movimentos migratórios, que se passa

---

<sup>10</sup> Sobre esse assunto ver Assis (2007); Rodrigues; Vasconcelos (2010); Peres (2011, 2015); Peres; Baeninger (2012); Dutra (2012, 2013); Scott; Vasconcelos (2015); Ribeiro (2015); Queiroz (2015); Mamed (2017); Jordão (2017); Bertoldo (2018).

a desmistificar a mulher de seu papel de mera acompanhante do migrante masculino e a evidenciar o seu papel de migrante independente (LANDRY, 2012; REYSOO, 2004).

Os estudos começaram a revelar que elas também ocupam espaços laborais no processo de reestruturação da economia global, que mudou profundamente a estrutura da divisão sexual internacional do trabalho, ampliando o papel econômico das mulheres (MOROKVASIC, 1984; REYSOO, 2004; TORRADO, 2014). A primeira a realizar uma análise das estatísticas sobre emprego de mulheres imigrantes foi a socióloga Jeanne Singer, em 1985; e Mirjana Morokvasic foi a primeira a analisar as dinâmicas dos fluxos migratórios de mulheres, em 1976 (QUIMINAL, 2009, p.141).

Várias autoras e autores<sup>11</sup> destacam que nessa relação entre migração internacional e globalização, as mulheres continuam limitadas a trabalhos tipicamente femininos, nos setores domésticos e de cuidados, além da indústria do sexo. Esses nichos de trabalho são caracteristicamente marcados pela baixa qualificação, precariedade das condições laborais, jornadas extensas, provisoriedade, e escassa proteção social e legal. Mas há também aspectos qualitativos positivos dessa mobilidade transnacional feminina, impulsionada pela dinâmica da globalização. A migração internacional tem se apresentado como uma das poucas alternativas para as mulheres, principalmente de países pouco desenvolvidos e afetados pela globalização do Capital<sup>12</sup>. Para Hazeu (2011, p.82), além das questões materiais, há também motivações subjetivas por trás desse movimento. Essas mulheres veem no projeto migratório a possibilidade de construir uma nova identidade, uma “identidade globalizada”, que abre

---

<sup>11</sup> A exemplo de Saffioti (1976); Sassen (2003); Morokvasic (1984); Anthias; Morokvasic-Müller; Kontos (2013); Torrado (2014); Hirata (2014); Abreu; Hirata; Lombardi (2016).

<sup>12</sup> Uma concepção bastante utilizada no cenário atual é a de “globalização”. Neste estudo adotarei a categoria “globalização do Capital”, no sentido colocado abaixo por Chesnais. Embora o autor prefira falar em “mundialização” (conceito de filiação teórica marxiana). A razão da minha escolha é que boa parte da literatura sobre migração internacional adota o termo globalização para tratar das novas configurações do capitalismo e sua relação com as mudanças geopolíticas, que rebatem sobre o trabalho, dentre outras esferas da sociabilidade humana, sob a égide do Capital, e que têm influenciado e impulsionado os movimentos migratórios contemporâneos, especialmente de mulheres (SASSEN, 2003; REYSOO, 2004; LANDRY, 2012; BOYD; GRIECO, 2003). Para Chesnais (1995), o termo globalização está carregado de conteúdo ideológico, que faz a economia parecer algo vago. Ele não pode ser confundido com “um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas”, já que “a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente” [conhecida como os 30 anos gloriosos, ou Estado de Bem Estar Social, ou ainda *Welfare States*] (CHESNAIS, 2001, p.12). Para se entender essa categoria – globalização – faz-se necessário lançar mão do conceito de “totalidade”, a fim de “analisar os diferentes componentes do capital, o sistema das relações entre governos e as relações entre classes sociais na mundialização do capital.” (CHESNAIS, 2001, p.13). Uma vez que não se trata de uma mera globalização em sentido econômico de “mundialização das trocas”, mas uma **“globalização do capital”** altamente concentrado e centralizado, numa “mundialização das operações do capital”, sob formas muito específicas: capital industrial (que se materializa na produção, em investimentos no setor industrial e de serviços) e capital financeiro (que representa a forma mais promissora de investimento do capital, que se valoriza em sua própria forma capital-dinheiro) (CHESNAIS, 1995, p.4).

caminhos para o novo, para se integrarem a esse “mundo globalizado”, “de quebrar com a lógica na qual cresceram”.

Boyd e Grieco (2003) acrescentam que o processo de migração feminina pode atribuir positivamente às mulheres um novo *status* dentro da família: com sua maior participação no mercado de trabalho, elas podem adquirir mobilidade social, independência econômica e autonomia relativa, alterando as relações de poder dentro da família e dando à mulher mais autoridade e participação nas decisões e gestão dos recursos domésticos. Contudo, isso não ocorre de modo automático, podendo inclusive aumentar seu fardo com o acúmulo de antigas obrigações referentes ao cuidado da família e do lar.

Landry (2012) adverte que apesar da conquista da inclusão da mulher nos estudos migratórios como uma entidade distinta do migrante masculino, ainda é incipiente a incorporação da análise de gênero nos estudos migratórios intrarregionais (em especial no fenômeno mais recente do aumento das migrações Sul-Sul). O que significa que as mulheres migrantes na região latino-americana ainda são marcadas pela invisibilidade. Além disso, Torrado (2014, p.129) acrescenta que para entender o conceito de feminização das migrações os discursos precisam ir além dos dados quantitativos e destacar o papel de protagonismo social e econômico das mulheres como figuras ativas nesse processo.

Por isso, estudar a participação da mulher no movimento migratório internacional é também analisar as relações de poder entre homens e mulheres, buscando entender como elas se manifestam na decisão familiar sobre quem migra; quem ocupa os melhores postos profissionais na divisão sexual internacional do trabalho; de como se revelam essas relações quando acrescentamos outras dimensões como raça, nacionalidade e classe. Nesse sentido, outro campo que também tem refletido sobre a relação entre gênero e migração, tanto numa perspectiva teórica quanto de método de análise, é o da interseccionalidade (PARELLA RUBIO, 2005; MASSON, 2006; ANTHIAS, 2008, 2009, 2011; JOSEPH, 2015c; JOSEPH; JOSEPH, 2015; JORDÃO, 2017; ROSÁRIO, 2019).

O conceito de interseccionalidade está circunscrito no âmbito da epistemologia feminista, especialmente em torno da categoria de gênero e sua articulação com outras categorias sociais que apontam para uma multiplicidade de diferenciações (PISCITELLI, 2008). Essa discussão é uma herança dos anos de 1970, do movimento *Black Feminism* (HIRATA, 2014, p.62). No final da década de 1980, esse tema ganha fôlego com a crítica feminista sobre as categorias gênero/sexo, que questionava o conceito de gênero como algo

dado, natural, universal, imutável, vinculado ao sexo biológico. No âmbito dessa discussão<sup>13</sup>, a Sociologia de Gênero foi se formando muito lentamente nas últimas quatro décadas, a partir das feministas que buscavam romper com essa tradição do pensamento científico normásculo dominante, questionando seus discursos pretensamente neutros sobre o lugar das mulheres na sociedade, que mascaravam as desigualdades entre os sexos e, em especial, a dominação sofrida pelas mulheres (CHABAUD-RYCHTER *et al*, 2014, p.3).

Apesar das relações de gênero atravessarem a totalidade da vida em sociedade, tecendo as relações entre os humanos e definindo papéis e lugares dos sexos nas estruturas sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas, a situação da mulher foi pouco ou quase nada problematizada pelos pensadores clássicos (e até mesmo contemporâneos) nas Ciências Sociais. Muitos deles, inclusive, acabaram por “naturalizar a existência de papéis hierarquicamente desiguais entre os sexos, acarretando relações de dominação” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2014, p. XVI).

Em concordância com Torrado (2014, p.132), este trabalho defende que o gênero ocupa um lugar central no projeto migratório internacional: as relações de gênero numa determinada cultura, contexto familiar ou comunitário, afetam a capacidade das mulheres de migrarem e definem suas trajetórias nesse processo (SAFFIOTI, 1987; BOYD; GRIECO, 2003; TORRADO, 2014). Entendo ainda que falar de gênero não se restringe a falar de mulheres, embora este recorte seja mais comum nas pesquisas sociais, o que também procede neste estudo. Apesar do foco nas mulheres, a análise da dimensão de gênero se dará na perspectiva relacional. A geógrafa feminista Joseli Maria Silva (2010, p.40) explica que a análise de gênero pela ótica relacional está vinculada à compreensão de que “os seres não estão isolados e estáticos e os recortes sociais estabelecidos no processo de pesquisa devem ser considerados de forma relacional e processual na estrutura socioespacial a que pertencem”. Por isso, utilizo neste projeto a expressão “relações de gênero” e não apenas “gênero”.

Este trabalho se alinha com a perspectiva teórica feminista de que relações de gênero e patriarcado são categorias imbricadas e inseparáveis, sem se confundirem. Para Saffioti (2004, p.119) patriarcado e relações de gênero são categorias distintas. O patriarcado compreende relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais; enquanto que, as relações de gênero comportam também relações igualitárias. Contudo, esse debate limitado à

---

<sup>13</sup> Ver Chabaud-Rychter *et al* (2014); Delphy (2009); Mathieu (2009); Butler (1998); Scott (1995), para citar algumas das estudiosas de gênero.

categoria gênero/sexo foi questionado por algumas feministas, que entendiam que outras categorias de diferenciação, como raça e classe, dentre outras, se intersectam ou se articulam, e incidem conjuntamente sobre as mulheres e outros grupos em condições de vulnerabilidade. Existem diferentes formas de teorizar esses cruzamentos. Piscitelli (2008) aponta para duas vertentes teóricas que trabalham com a perspectiva interseccional: a sistêmica e a construcionista.

Na abordagem sistêmica, a grande referência é a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw. Foi ela quem utilizou pela primeira vez, em 1989, o termo *interseccionalidades*, a partir de um caso interseccional concreto contra a Fábrica General Motors, nos Estados Unidos, que recrutava homens negros e mulheres brancas, mas excluía as mulheres negras (HIRATA, 2014). Crenshaw (2002, p.177) entende a interseccionalidade como uma “associação de sistemas múltiplos de subordinação”, que se sobrepõem e se combinam, levando determinados grupos de pessoas a uma condição de subinclusão.

A autora usa a metáfora de várias avenidas para representar cada um desses sistemas sociais (o racismo, o patriarcalismo, o sexismo, a xenofobia, a opressão de classe e outros). No cruzamento dessas avenidas, se encontram as intersecções entre dois ou mais desses sistemas de subordinação. As políticas institucionais também têm o potencial de se constituírem como espaços de opressão, criando estruturas de desigualdade e discriminação. Essa acepção resgata o conceito de patriarcado e foca sua análise em grupos específicos, particularmente aqueles mais suscetíveis às condições de vulnerabilidade e às limitações ao seu poder de agência, como mulheres, raças, etnias, dentre outros. Portanto, é uma perspectiva que aponta para o empoderamento desses segmentos sociais (CRENSHAW, 2002; s/d).

Essa visão sistêmica das interseccionalidades vai sofrer algumas críticas. A socióloga francesa Danièle Kergoat<sup>14</sup> tem como ponto central de divergência a noção geométrica de intersecção que Crenshaw faz de múltiplas variáveis de análise, ao invés de apenas as três relações sociais fundamentais – sexo, raça e classe (HIRATA, 2014). Piscitelli (2008) também cita outras críticas, como a fusão de ideias como diferença e desigualdade, raça e racismo, imprimindo uma visão estática a categorias que são dinâmicas; também o forte papel que os sistemas de subordinação exercem sobre a formação das identidades; e uma percepção unilateral do poder, ao invés de concebê-lo como relações sociais marcadas por conflitos e resistências.

---

<sup>14</sup> Kergoat vai propor, então, nos anos de 1970, o conceito de *consustancialidade*, com a ideia de articular relações sociais de sexo e de classe no contexto da divisão social do trabalho, a partir das dimensões de gênero, classe e origem (Norte/Sul) (HIRATA, 2014, p.63, 65).

Quanto à vertente construcionista, Piscitelli (2008) aponta como principais teóricas Anne McKlinton (1995) e Avtar Brah (2006), que trabalharão com a noção de categorias articuladas. McKlinton (1995) defende a ideia de que raça, gênero e classe não são categorias isoladas, mas também não estão unidas como peças de um Lego. São, em sua opinião, categorias articuladas umas às outras de maneiras contraditórias e conflituosas, unidas como um nó. Para explicar o porquê de determinados grupos ou culturas serem bem-sucedidos e outros não, ela desenvolveu noções de poder e de agência a partir da articulação de uma densa teia de relações em que estão em jogo “coerção, negociação, cumplicidade, recusa, dissimulação, mimetismo, compromisso, afiliação e revolta”<sup>15</sup>.

Em Brah (2006, p.348), também encontramos essa noção de articulação, que questiona a natureza essencialista atribuída a esses marcadores de diferença. Ela defende que essas categorias podem ter diferentes significados políticos e culturais a depender do contexto, a exemplo dos diferentes racismos<sup>16</sup>. Daí sua crítica aos movimentos feministas que colocam demasiada ênfase na identidade como hierarquias de opressão, em detrimento do esforço analítico de “identificar as especificidades de opressões particulares, entendendo suas interconexões com outras formas de opressão” e como operam as dinâmicas de poder nessas relações.

Assim como a abordagem sistêmica é criticada por dar mais atenção aos eixos de diferenciação, a abordagem construcionista é criticada por enfatizar demais a experiência (PISCITELLI, 2008). Apesar disso, a lente interseccional é um importante instrumento para se compreender as relações sociais e de poder, que também permeiam o fenômeno migratório. Nesse contexto, não raro, violências e discriminações com base no gênero, na raça, no lugar de origem, na classe etc. se intersectam e aprofundam as desigualdades contra as mulheres imigrantes<sup>17</sup>.

Anthias (2008, 2009, 2011, 2012, 2013) traz algumas contribuições relevantes para se pensar a interseccionalidade no contexto migratório. Ela reconhece o desafio de utilizar essa perspectiva de análise sem cair no problema do grupismo, quando se foca nas identidades de forma isolada, sem aprofundar as inter-relações da dinâmica social, que é cheia de nuances e contradições. Ela vai trabalhar com a noção de que não há limites fixos nos grupos

---

<sup>15</sup> Tradução livre extraída do original: "I wish to open notions of power and resistance to a more diverse I politics of agency, involving the dense web of relations between coercion, negotiation, complicity, refusal, dissembling, mimicry, compromise, affiliation and revolt." (MCKLINTON, 1995, p.15)

<sup>16</sup> Sobre os diversos racismos, ver Brah (2006, p. 344).

<sup>17</sup> A partir deste momento, passarei a utilizar o termo “imigrante” para representar as mulheres e, mais especificamente, as haitianas em movimento transnacional. De acordo com o Dicionário crítico de migrações internacionais, “imigrante” é um termo originado da geografia para definir “uma pessoa que deixou a sua terra natal para residir em outro espaço social” (CAVALCANTI, 2017, p.398).



identitários – os indivíduos podem representar diferentes identidades e pertencer a distintas categorias a depender do contexto, da situação, da temporalidade, do significado e outras variáveis, especialmente em realidades que envolvem deslocamentos transnacionais. Assim, ela se afasta da ideia de “grupos” ou “categorias” e aproxima seu quadro interseccional das *localizações e processos sociais* mais amplos, que vai chamar de “posicionalidade translocacional”<sup>18</sup> (“*translocational positionality*”). (ANTHIAS, 2008, p.7).

Para exemplificar, uma mulher imigrante trabalhadora racializada, com boa formação escolar, pode estar inferiormente posicionada no país de imigração, onde é explorada por sua condição de imigrante, mas que lhe permite algum acesso a recursos sociais e econômicos indisponíveis no seu país de origem. Por outro lado, essa mesma mulher pode adquirir um *status* social elevado no país de origem, em razão do seu relativo sucesso econômico, se localizando socialmente de maneira contraditória no contexto transnacional.

O contrário também pode acontecer, conforme evidenciado neste estudo, no caso das mulheres haitianas no Brasil. Uma mulher imigrante pertencente à classe média de seu país, que tinha uma vida relativamente boa, com certo acesso à renda e a uma formação educacional alta para os padrões mais gerais do seu país de origem, pode não alcançar o *status* econômico desejado no país de destino e ficar numa condição pior que antes da emigração. Contudo, ainda assim, pode manter um *status* social elevado em seu país pelo fato de ter conseguido chegar ao exterior e alcançar alguns tipos de acessos ou maior liberdade e segurança, que não encontravam naquele lugar, mostrando que os elementos simbólicos do sucesso migratório não se limitam aos aspectos econômicos, embora haja uma tendência deste ser supervalorizado.

As haitianas deste estudo passaram a ocupar uma posição mais decadente no país de imigração, social e economicamente falando. Sobretudo no que tange às formas e condições de participação no mercado de trabalho brasileiro. Por outro lado, ser uma participante ativa na dinâmica migratória do “saber-circular” (JOSEPH, 2015a), característica dessa diáspora, as eleva a um *status* social diferenciado no seu país de origem. Ainda que não tenham alcançado um capital econômico satisfatório no país de imigração, alimentam no seu país o imaginário sociocultural de que o futuro ainda pode ser melhor para elas que partiram do que para as que ficaram. Além disso, essas mulheres conseguiram um maior acesso às políticas públicas sociais indisponíveis ou precárias no Haiti. E também foi no Brasil que muitas conseguiram

---

<sup>18</sup> A ideia de “translocação” (*translocation*) centra sua análise nos indivíduos a partir de sua localização em espaços sociais múltiplos, que estão fraturados e inter-relacionados de diferentes formas (ANTHIAS, 2008, p.13).

acessar pela primeira vez o trabalho formalizado. Ou seja, segundo a noção de posicionalidade translocacional de Anthias (2013), uma pessoa pode estar em uma posição superior ou subordinada, simultaneamente, a depender do contexto, do parâmetro de análise.

Por isso, para Anthias (2008, 2013), identidade é um conceito-chave nas discussões contemporâneas sobre migração. Mas é um conceito escorregadio e contestável. Não apenas no sentido dos marcadores étnicos que definem quem são as imigrantes desejáveis e as indesejáveis, mas também porque abarca uma multiplicidade de situações (refúgio, asilo, apatridia, migração econômica, reunificação familiar, dentre outras) e fundamenta normas regulatórias nos Estados nacionais que criam novas e difíceis fronteiras para as pessoas em mobilidade. Ao cruzar essas múltiplas identidades no contexto das migrações, a interseccionalidade, como um dispositivo heurístico, contribui para construir um enquadramento mais híbrido de desvantagem social e para sensibilizar sobre a complexidade das relações sociais. Assim, dá mais visibilidade a categorias particularmente desfavorecidas. Este estudo segue nessa perspectiva interseccional.

Outro problema comum nas análises interseccionais é o de superdimensionar uma categoria, geralmente a de gênero, em detrimento das outras. Nesse sentido, Piscitelli (2008, p.266) aponta que as feministas do Terceiro Mundo e/ou pós-coloniais são críticas da centralidade na categoria de gênero que, “no máximo era pensada em articulação com a sexualidade, sem expandir a análise para outras categorias como raça, classe, religião e nacionalidade (como: Shohat, 1992; MacKlintock, 1992; Mohanty, 1991)”. Haraway (2004) também aponta para essa mesma crítica e vai propor que a categoria de gênero seja um eixo historicizador das demais categorias de análise, buscando superar as posições binárias.

Kergoat acrescenta que a maioria das análises acaba centrada em raça e sexo, dando pouca atenção à categoria de classe, perdendo-se a dimensão da totalidade (HIRATA, 2014). Anthias (2013) também vai criticar que a classe é uma categoria de análise subexplorada nas abordagens interseccionais, apesar de ser uma divisão social central. Ela supõe que esse problema se deva a preocupação em se corrigir as desvantagens étnicas e de gênero, dando a esses grupos visibilidade e voz. Contudo, isso não significa “que um enquadramento interseccional não possa ser utilizado como um elemento de base para uma compreensão mais ampla da hierarquia social e da estratificação”<sup>19</sup> (ANTHIAS, 2013, p.12).

---

<sup>19</sup> Tradução livre do original: “The relative under-exploration of class however does not mean that an intersectional framing cannot be used as a building block for understanding social hierarchy and stratification more broadly” (ANTHIAS, 2013, p.12).

Diante desse contexto e do problema da invisibilidade das mulheres nos estudos sobre migração internacional e, mais especificamente intrarregional, analisar a feminização das migrações numa perspectiva qualitativa, com um olhar *interseccional das relações de gênero, raça, nacionalidade e classe*, considerando a lente da *posicionalidade translocacional*, pode ajudar a compreender as desigualdades e opressões que vivem as trabalhadoras imigrantes negras no Brasil, especialmente as originárias do Sul global. A problemática da imigração feminina no Brasil é tema de interesse deste estudo, que escolheu como recorte de pesquisa as mulheres haitianas residentes no Distrito Federal<sup>20</sup>, capital do país. Embora os estudos sobre a imigração haitiana no país tendam a concordar que as mulheres são minoria em comparação ao universo masculino (COTINGUIBA, 2014; JOSEPH, 2015a; ARAÚJO, 2016; MEJÍA, 2016; JORDÃO, 2017), esta presença já vem despertando interesses de pesquisa (RIBEIRO, 2015; MEJÍA, 2016; PERES; BAENINGER, 2016; JORDÃO, 2017; MAMED, 2017).

A escolha deste objeto de estudo se deve a essas imigrantes serem um grupo de mulheres negras que têm aumentado sua participação no movimento migratório direcionado ao Brasil desde o início da década de 2010 e, especialmente, nos últimos anos. Bem como, sua presença em importantes indicadores do mercado formal de trabalho brasileiro, a exemplo de ter sido a principal nacionalidade de mulheres solicitantes de registro de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), em 2016 (TONHATI; MACÊDO, 2020). Mas também em razão da incipiência de estudos qualitativos sobre esta presença imigrante feminina no Brasil. Sobretudo no âmbito do trabalho e das condições de vida dessas mulheres no país. Nesse sentido, este estudo é um dos pioneiros no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB.

É sabido que a maioria da população imigrante dessa nacionalidade está concentrada nas regiões Sudeste e Sul do país (CAVALCANTI; TONHATI, 2017). Há muitas pesquisas focadas nesses espaços geográficos, que retratam essa imigração específica a partir de diversos enfoques<sup>21</sup>. O DF, apesar de não ser uma localidade com presença substantiva dessa população<sup>22</sup>, tem uma comunidade haitiana instalada que, embora já tenha sido alvo de

---

<sup>20</sup> A partir de agora citado simplesmente como DF.

<sup>21</sup> Apenas para citar algumas: Magalhães (2017); Diehl (2017); Oliveira (2017); Santos (2018).

<sup>22</sup> De acordo com dados da Polícia Federal (SINCRE/SISMIGRA), entre 2011 e agosto de 2020, foram registrados 1.183 imigrantes da nacionalidade haitiana no DF, sendo 294 do sexo feminino. Dados disponíveis no Portal de Imigração, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP): <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em 25 abr. 2021.

algumas pesquisas<sup>23</sup>, é um campo ainda longe de se esgotar empiricamente, em especial quanto à presença feminina dessa imigração.

Esta pesquisa se debruçou sobre os dados objetivos de 33 haitianas que responderam a um questionário virtual e, mais profundamente, sobre os relatos das histórias de vida de 25 delas, que foram entrevistadas e contribuíram para a análise sobre seus projetos migratórios, nos quais foram abordados temas como: trajetórias e redes sociais e migratórias; condições de vida no Brasil, antes e durante a pandemia de Covid-19; inserção produtiva e reprodutiva; e discriminações sofridas; buscando identificar assimetrias relacionadas ao gênero, raça, nacionalidade e classe nas suas experiências migratórias no Brasil, e fazendo um paralelo com suas vidas antes da emigração.

Tal recorte se revelou um grande potencial para se pensar a interseccionalidade a partir de determinados eixos de diferenciação no contexto das migrações internacionais. Sobretudo no que tange à situação de desigualdade no mercado de trabalho para essas mulheres e as difíceis condições laborais e de acesso à renda e às políticas sociais, o que ameaça a qualidade de vida no país de imigração. O trabalho é uma categoria central no projeto migratório dessas mulheres, por meio do qual elas esperam encontrar a mobilidade social que tanto almejam (DUTRA, 2013; RIBEIRO, 2015; JORDÃO, 2017), mas chegando ao país de destino elas se deparam com uma realidade tão ou mais difícil que no país de origem, de onde fugiram em busca de uma vida melhor.

Parti da hipótese de que essas mulheres, para além do papel de imigrante dependente, buscam na mobilidade geográfica sua tão sonhada mobilidade socioeconômica, pela via do trabalho, ainda que em um país dependente e periférico em relação à economia global, como é o caso do Brasil. E, para tanto, contam necessariamente com redes migratórias e sociais no país de origem, no deslocamento e no local de destino, para viabilizarem seu projeto migratório transnacional. Contudo, pela sua condição de mulher, negra, imigrante e trabalhadora precariamente inserida no mercado de trabalho, enfrentam barreiras estruturais para essa mobilidade, não apenas geográfica, como também linguística, cultural, social e econômica.

O objetivo geral desta pesquisa foi estudar a imigração feminina haitiana no Brasil, sua inserção laboral e redes de apoio, a partir da análise interseccional das relações de gênero, raça, nacionalidade<sup>24</sup> e classe. E para alcançá-lo, o projeto se propôs a realizar uma pesquisa

---

<sup>23</sup> Ver Pongon (2016); Dutra (2017); Dieme; Tonhati; Pededa (2020); Martínez (2020).

<sup>24</sup> Inicialmente, o objetivo geral pretendia analisar a categoria “etnia”, no sentido de grupo de pessoas que compartilham um mesmo *ethos*. Contudo, a fase de campo foi revelando que a dimensão de “nacionalidade”

qualitativa, a partir do estudo da imigração feminina haitiana, utilizando as técnicas de aplicação de questionário virtual e realização de entrevistas semiestruturadas, durante os meses de agosto a outubro de 2020. Os dados qualitativos foram ainda complementados com análise documental e bibliográfica e o levantamento quantitativo de dados secundários do período de 2010 a 2020, tendo como fonte outras pesquisas e relatórios públicos; e registros administrativos, a exemplo do SINCRE/SISMIGRA da Polícia Federal. A fase de campo foi geograficamente situada no Distrito Federal. As micro-histórias das haitianas participantes foram coletadas a partir de uma escuta sensível e suas vozes foram a principal matéria-prima das análises deste estudo. Pois, na linha do que problematizou Spivak (2010), acredito que ninguém melhor que a própria mulher imigrante em condição de subalternidade pode falar por si e sobre si.

Na área disciplinar do Serviço Social ainda é incipiente o debate teórico sobre o tema das migrações internacionais. Encontrei alguns dossiês com artigos sobre o tema em importantes revistas no campo das políticas sociais<sup>25</sup>. No Programa de Pós-Graduação em Política Social, no qual se situa este estudo, o tema também é pouco abordado, tendo apenas uma tese recente sobre a imigração venezuelana (PEREIRA, 2020). Há diversos estudos já realizados sobre a imigração haitiana no Brasil<sup>26</sup>. O meu estudo se inscreve na linha de pesquisa “Exploração e opressão de sexo/gênero, raça/etnia e sexualidades”<sup>27</sup>, mas também

---

fazia mais sentido nos processos discriminatórios sofridos no Brasil e, mais particularmente no DF, pelas mulheres haitianas. Razão esta que me levou a modificar a categoria de diferenciação “etnia” por “nacionalidade” na análise interseccional realizada neste trabalho. Ademais, a realidade haitiana difere de outras partes do mundo no que tange à questão da existência de uma homogeneidade étnica. Como bem ponderou o pesquisador haitiano Handerson Joseph em sua arguição na banca de defesa desta tese, o Haiti não é formado por etnias; mas sim, trata-se de uma república negra, com cerca 95% de sua população constituída de pessoas pretas e uma minoria de mestiças, chamadas de mulatas. Joseph também concorda que um dos elementos discriminatórios pelo qual sofre a população haitiana no Brasil é a sua nacionalidade.

<sup>25</sup> Como a Revista Políticas Públicas (2007, 2009, 2012, 2014), a Revista Argumentum (2016), a Textos & Contextos (2017) e a Revista Katálysis (2018).

<sup>26</sup> Muitos deles, focados na história dessa diáspora, buscando compreender suas causas e as dificuldades encontradas no processo de fluxo e acolhimento no país (ALCANTARA, 2014; SILVA, 2014; JOSEPH, 2015a; 2017; SILVA, 2017b; ARAUJO, 2018). Também há pesquisas relacionadas à integração social e à inserção desses imigrantes no mercado de trabalho brasileiro (PONGON, 2016; 2017; DUTRA, 2017; SILVA, 2016; MAGALHÃES, 2017; CARVALHO, 2018). Outra linha investigativa está mais ligada ao campo do Direito e das Relações Internacionais, sobre os instrumentos jurídicos e normativos que balizaram a regularização dessa imigração no solo nacional (SILVA, 2017a; SILVA, 2015), dentre outros.

<sup>27</sup> De acordo com o Programa de pós-Graduação em Política Social da UnB, “esta linha aborda as temáticas relacionadas às relações sociais de sexo/gênero, etnia/raça e sexualidades na sua relação consubstancial com as relações sociais de classe. Parte da compreensão de que as diferentes e particulares expressões da questão social são mediadas dialeticamente por tais relações. Analisa as classes sociais estruturadas no antagonismo capital/trabalho e nas desigualdades constitutivas da sociedade racista, patriarcal e heterossexista, que produz e reproduz discriminações, preconceitos e violações de direitos. Apresenta o debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça e sexualidades de forma multideterminada”. Disponível em: [http://www.politicassocial.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=710](http://www.politicassocial.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=710). Acesso em: 14 mai. 2021.

dialoga com a linha de pesquisa “Trabalho, questão social e emancipação”<sup>28</sup>. Sendo, portanto, mais um esforço teórico no campo do Serviço Social e da Política Social.

Meu interesse neste tema de pesquisa teve início no meu contexto profissional, enquanto servidora pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), onde tive minhas primeiras percepções sobre o assunto. Quando era assistente social na política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, participei de projetos comuns com a área de migração que, embora se tratasse de políticas públicas distintas, guardavam certa proximidade em contextos específicos, como o tráfico de imigrantes para fins de exploração sexual ou laboral. Outra motivação se inscreve no âmbito pessoal, em que a experiência de ser casada com um imigrante me tornou mais sensível ao tema.

A relevância deste estudo se deve à necessidade de agregar pesquisas empíricas sobre a participação das mulheres no mundo internacional do trabalho e lançar luzes sobre suas configurações, principalmente considerando que determinadas dimensões de desigualdade (como relações de gênero, raça, nacionalidade e classe) influenciarão nos resultados desse processo, demandando a participação de outros atores e suportes sociais, inclusive institucionais, para viabilizar a própria sobrevivência dessas mulheres em mobilidade transnacional. O que, conseqüentemente, contribuirá para a avaliação e aprimoramento das políticas públicas migratórias no país, especialmente no campo do trabalho, educação, saúde e assistência social, com foco nas mulheres imigrantes.

A fim de apresentar os resultados do estudo, esta tese se divide em seis capítulos, nos quais teoria e dados se inter-relacionam; e se organiza em três partes, conforme os eixos que estruturaram a pesquisa. A primeira parte foca no eixo “trajetórias e redes” e abrange os dois primeiros capítulos. Os temas condutores são: contextualização histórica do país de origem; a vida antes da emigração; projetos e trajetórias migratórias e o papel das redes para viabilizar esta empreitada feminina, que foi para algumas a primeira experiência fora do seu país e, para outras, uma readequação do roteiro, que permanece em aberto, revelando o perfil de circularidade dessa diáspora, também na sua versão feminina. As redes sociais cumpriram um papel fundamental nesse processo, tanto na decisão de migrar quanto na escolha do país e da

---

<sup>28</sup> De acordo com o Programa de pós-Graduação em Política Social da UnB, “esta linha articula pesquisas que debatem os fundamentos do trabalho, da questão social e sua produção e reprodução na sociabilidade capitalista. A relação entre trabalho, questão social e emancipação. O significado teórico, polêmicas conceituais e expressões históricas da questão social. As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na produção e reprodução da questão social e no conflito capital/trabalho e suas particularidades no Brasil, no contexto do capitalismo periférico e dependente. As lutas pelos direitos dos/as trabalhadores/as. Serviço Social, questão social e projeto ético-político profissional”. Disponível em: [http://www.politicasocial.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8&Itemid=680](http://www.politicasocial.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=680). Acesos em: 14 mai. 2021.

cidade de destino; e, numa característica própria de imigração transnacional, permanece em atividade, ligando dois mundos – o que ficou e o de destino – pela comunicação frequente, pela ampliação das redes sociais e migratórias e pelas remessas enviadas e recebidas. Apresenta ainda o perfil socioeconômico das haitianas participantes do estudo; e as causas da imigração dessas mulheres que, apesar de multifacetadas, tem um forte viés econômico, com centralidade no trabalho, com vistas à promoção da autonomia, mobilidade socioeconômica e melhoria de vida para si e para a sua família que ficou no Haiti.

A segunda parte foca no eixo “vida no Brasil” e é composta pelo terceiro e quarto capítulos. Os temas de ambos estão centrados nas condições de vida dessas mulheres no Brasil, em que são analisadas suas percepções imaginadas e reais sobre o país. Considera ainda o fator do tempo de estada como uma variável que propicia vivências e experiências distintas entre essas mulheres, mas também situações que prevalecem independente do tempo de chegada, porque são da própria estrutura do “não” acolhimento e das limitações das políticas de integração migratória no país. Mostra que a característica de circularidade dessa diáspora também acontece entre as mulheres, embora menos, e se dá pela busca de melhores condições de trabalho em diferentes estados brasileiros e por melhores condições de moradia em distintas cidades satélites do DF. Embora boa parte dessas mulheres tenha emigrado para trabalhar, as famílias e as redes se revelaram espaços importantes para elas, o que também contribuiu nas escolhas migratórias, como a vinda para o Brasil e residência no DF, conforme mostrado no terceiro capítulo.

O quarto capítulo vai retratar a vida dessas mulheres e as dificuldades específicas no contexto da pandemia do Coronavírus. Isto porque a nova crise sanitária, de dimensão planetária, e as medidas adotadas para sua mitigação, aprofundaram a crise do trabalho e da economia que estavam em curso no país. A crise já era uma realidade experimentada por essas mulheres após meados dos anos 2010, cuja natureza estrutural está na ordem da reprodução metabólica do Capital; mas também é conjuntural, no marco da crise nacional recente, de natureza política. Este quadro complexo refletiu drasticamente nas condições de empregabilidade e renda para as haitianas mais antigas no país, e confinou as recém-chegadas em um modo de espera por tempo indeterminado. Tais efeitos apenas confirmaram a importância da presença do Estado, por meio das políticas sociais, em tempos de crise. Em especial os programas sociais de transferência de renda, que foi o único recurso monetário para sobrevivência de algumas participantes deste estudo, através do chamado Auxílio Emergencial. Por ser um fenômeno em curso, cabe o reconhecimento das limitações próprias

de um olhar sobre uma história que ainda não terminou e que, portanto, pode ganhar contrapontos e outras interpretações no futuro.

A terceira parte está assentada no eixo “trabalho e discriminações”, categorias estas que guardam relação entre si no contexto da imigração feminina haitiana no DF. Os dois últimos capítulos compõem esta parte. No quinto, abordo a inserção das haitianas nos mercados nacionais de trabalho, em especial no DF. Os dados mostram também a divisão sociosexual e racial internacional do trabalho. No contexto da globalização, as imigrantes, principalmente de cor, vão entrar na esfera produtiva ocupando trabalhos vinculados à esfera reprodutiva. Essa tendência tem sido incentivada pela ampliação da participação das mulheres dos países mais desenvolvidos no mercado produtivo – geralmente mulheres brancas e da classe média e alta.

No caso das haitianas no DF, algumas têm se tornado cuidadoras de crianças para ajudar suas amigas conterrâneas a permanecerem no trabalho fora de casa, muitas delas também no *care*<sup>29</sup>, limpando residências, restaurantes, supermercados, e outros estabelecimentos. O que se tornou a ocupação produtiva mais destacada dessas imigrantes negras no Brasil. Elas acumulam tarefas tipicamente reprodutivas em casa e no trabalho. A economia dos cuidados, tão estigmatizada na cultura haitiana, vai ser assim uma das principais portas de acesso ao trabalho para essas mulheres no DF, principalmente no ramo da limpeza. A outra área mais evidente é a dos serviços, sobretudo no comércio do ramo alimentício, como vendedoras, atendentes e operadoras de caixa. As condições de trabalho são compatíveis com o que é ocupado por brasileiras com menor nível de escolaridade, mesmo as haitianas possuindo nível educacional de médio a alto.

As experiências migratórias dessas mulheres estão atravessadas por situações discriminatórias, a partir das dimensões de gênero, raça, nacionalidade e classe, quase que exclusivamente no ambiente de trabalho, tema abordado no sexto e último capítulo. Mas também a discriminação institucional, nos espaços de ensino, sobretudo de nível superior. Já que uma parcela das mulheres participantes da pesquisa, e mesmo a população imigrante no Brasil, tem dificuldade de acessar a universidade para dar continuidade aos seus estudos.

---

<sup>29</sup> Neste estudo, afora as ocupações clássicas da área do cuidado (como cuidadora de crianças, idosos e doentes; enfermeiras; babás; etc.), o *care* está vinculado a uma abordagem teórica mais abrangente, não se limitando apenas aos serviços relativos ao cuidado de pessoas dependentes, mas também do seu entorno, do ambiente do qual as pessoas se beneficiarão com os serviços realizados por essas trabalhadoras. Nessa perspectiva, entram as atividades de limpeza, seja como empregada doméstica ou em instituições ou estabelecimentos comerciais. Também entram aqui os serviços na cozinha, onde além de cozinhar, essas trabalhadoras realizam a limpeza. Essas atividades, que geralmente são classificadas como ocupações da área de serviços (que é uma categoria muito heterogênea), aqui estão vinculadas à área do *care*, onde ganham maior destaque e sentido para os fins deste estudo (MOLINIER, 2004, 2012, 2014).



Quando conseguem, enfrentarão obstáculos para permanecer estudando, muito em razão da inadequação dos programas às necessidades específicas dessas mulheres. Ou mesmo dificuldade para conseguir revalidar seus diplomas universitários obtidos nos países de origem. Essas assimetrias agravam suas condições de vida no Brasil e impactam nos seus projetos migratórios, levando-as a repensar e rearticular suas estratégias de sobrevivência e de permanência no país, ou de voarem para outros destinos se os ventos se tornarem favoráveis.

## O MÉTODO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

### Tecendo a pesquisa

A definição do meu objeto de estudo foi uma construção processual. Ingressei no doutorado em Política Social da UnB, em 2017, com o mesmo tema de pesquisa do mestrado – a política de proteção a testemunhas. No decorrer do processo de estudos e de tentativas de obtenção de dados qualitativos sobre o tema, percebi que as barreiras deste campo não me permitiriam chegar às informações necessárias para aprofundar minhas análises. Prova disto foram as respostas da Coordenação dessa política pública a algumas perguntas feitas com base na Lei de Acesso à Informação<sup>30</sup>, sob a justificativa do sigilo que envolve os programas de proteção a testemunhas no país. Avaliei, juntamente com meu orientador, a mudança de tema.

Considerando que eu estava em licença do trabalho para fins de estudo, e que uma das condições era a pertinência do meu tema de pesquisa para a instituição, este foi o critério objetivo da minha escolha. Como a política de migração brasileira está vinculada ao MJSP, passei a considerar a possibilidade do tema migratório. Até porque este guardava certa proximidade com minha experiência como assistente social na Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CNETP) e como secretária executiva do Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), do MJSP, entre os anos de 2014 e 2017.

Dessa forma, a motivação pelo tema teve início no meu contexto profissional. Mas houve também uma motivação subjetiva. Sou casada com um imigrante de origem iraniana, naturalizado brasileiro, que vive no país há vinte anos. A cultura, as tradições, as crenças, a cosmovisão são desafios cotidianos que me tornaram mais sensível à realidade da vida de uma pessoa fora do seu país – que está aqui e lá ao mesmo tempo. Diante disso, cabe reconhecer que o eu pessoal é inseparável do eu pesquisadora nesse processo. O que não representou um prejuízo, considerando que essa pequena bagagem foi útil durante a investigação empírica (CRESWELL, 2007).

Nesse contexto profissional construí as minhas primeiras percepções sobre o tema das migrações. Naquela época, tive a oportunidade de participar da revisão de publicações e da ementa de cursos de formação nessa área. Participei ainda da organização e ministração de módulos no curso “ Migração, Tráfico de Pessoas e Atendimento a Pessoas Vulneráveis à

---

<sup>30</sup> Lei nº 12.527/2011.

Exploração”<sup>31</sup>. E as discussões e encaminhamentos do Conatrap também transitavam com muita frequência no tema das migrações, o que me levou a conhecer mais sobre o assunto. Além disso, participei de reuniões no Departamento de Migrações (DMIG), do MJSP, para tratar de pautas comuns, especialmente quanto ao projeto da nova lei sobre migração<sup>32</sup> e ao funcionamento dos postos de atendimento aos migrantes no país.

Teoricamente, numa perspectiva mais acadêmico-científica, aprofundi meus conhecimentos sobre migrações por meio de disciplinas durante o doutorado<sup>33</sup>. Bem como, comecei a participar, no início de 2019, de reuniões e atividades do Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI), vinculado ao Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UnB, sob a coordenação do Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti, que trouxe importantes contribuições na banca de qualificação do projeto de pesquisa.

Uma vez definido que o tema seria migrações internacionais, parti para delimitar o objeto de estudo. As leituras ajudaram a escolher a imigração haitiana devido à relevância desse movimento migratório para o Brasil no início do século XXI. O que demandou uma série de intervenções do Estado (em várias esferas, poderes e instituições) e da sociedade civil, no enfrentamento das questões que se fizeram urgentes em razão da dimensão desse fluxo migratório e do apelo humanitário que adquiriu no debate público. E que despertou o interesse de muitos pesquisadores e pesquisadoras em desenvolver pesquisas sobre o tema. Enquanto eu pensava neste recorte, o tema da vez era a imigração venezuelana. Contudo, eu avaliei que a imigração haitiana proporcionaria mais elementos para análise, numa perspectiva espacial e temporal, dada a sua capilaridade territorial que, apesar de ter diminuído seu fluxo, permanecia presente e constante há dez anos no país.

Quanto ao recorte de gênero, com foco nas mulheres, esta foi uma escolha posterior. O estado da arte do projeto foi ganhando cara, cor e gênero à medida que eu ia mergulhando na literatura. O que me fez perceber que a face feminina desse fenômeno migratório ainda era pouco estudada. Outro importante fator foi o incentivo do meu orientador, o Prof. Cristiano

---

<sup>31</sup> Desenvolvido no âmbito do Projeto “MT Brasil: Migrações Transfronteiriças. Fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar fluxos migratórios”, por meio da parceria entre o MJSP e o International Centre for Migration Policy Development (ICMPD).

<sup>32</sup> O projeto de lei foi aprovado, se tornando o novo marco legal sobre migrações no país, por meio da Lei nº 13.445/2017.

<sup>33</sup> Foram duas disciplinas específicas nesse tema: “Migrações Internacionais”, ministrada pelo Prof. Dr. Yannis Papadopoulos, do Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social da UnB, no qual se vincula este projeto; e “Migrações e deslocamentos forçados”, ministrada pelo Prof. Dr. Leandro de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da UnB.

Guedes, que me desafiou a pensar nesta faceta das migrações internacionais. Na minha trajetória de vida não tive uma participação direta e ativa no movimento feminista. Mas como assistente social tenho o compromisso ético-político com as pautas de luta das mulheres contra as discriminações e opressões como base no gênero e em prol da conquista e ampliação de direitos, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva. Para expandir meu conhecimento teórico sobre o assunto, cursei uma disciplina<sup>34</sup> na linha da interseccionalidade, que discutia questões de gênero, raça e sexualidades.

Assim que defini as participantes da pesquisa – mulheres imigrantes haitianas –, me deparei com o receio ingênuo de ser criticada por ser uma pesquisadora branca discutindo expressões da questão social que eu nunca experimentei na pele: preconceitos, discriminações, racismos e xenofobia sofridos por mulheres imigrantes negras. Certo alívio encontrei nas aulas da Prof.<sup>a</sup> Lucélia Pereira, que me ajudou a entender que questões de raça e de gênero não são objetos de estudo exclusivos de militantes negras e feministas. Estes são temas que devem ser abraçados por toda a sociedade, independente de raça, lugar de origem, classe e sexo/gênero. O mais importante é praticar uma escuta atenta e sensível ao que essas mulheres têm a falar (SPIVAK, 2010; KRAHÔ, 2017).

A educadora indígena Creuza Prumkwyj krahô (2017, p.2-3) faz uma crítica aos estudos antropológicos que só escutam a voz dos homens, como se estes fossem os portadores de um conhecimento universal sobre o seu povo Krahô – os “mensageiros da aldeia”. Nem mesmo as pesquisadoras mulheres procuram as indígenas para perguntar questões relacionadas a elas próprias. O que, segundo a autora, gera um conhecimento falso, porque os homens “não sabem tudo”, portanto, não podem explicar tudo. Ao se tornar pesquisadora, Creuza percebeu “[...] que a maioria das coisas não é do jeito que estão registradas, porque são as mulheres que fazem e os homens que contam. [...] Mas quem tem mesmo muita coisa para falar e muita coisa para fazer e com quem devemos aprender são as mulheres”.

A pesquisadora Krahô (2017) fala de uma realidade vivenciada por mulheres indígenas. Mas mulheres de outros grupos e etnias também sofrem esse silenciamento quando pesquisadas se propõem a falar de um povo ou de um tema sem considerar o que as mulheres têm a dizer, como se a narrativa dos homens sobre suas experiências valesse igualmente para as mulheres. Esta também é uma crítica da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010), que denuncia a produção intelectual colonial sobre o sujeito do Terceiro Mundo, que é

---

<sup>34</sup> Trata-se da disciplina “Relações de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucélia Luiz Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social da UnB, no qual se vincula este projeto.

representado como “um Outro homogêneo” (p.90). O discurso ocidentalizado constrói continuamente o sujeito subalterno – que “não tem história e não pode falar” (p.85).

Spivak (2010) reconhece que “a questão da ‘mulher’ parece ser mais problemática nesse contexto”. Por ser “pobre, negra e mulher”, está subalternizada triplamente nesse processo colonial de silenciamento e obscuridade, com pouco ou nenhum espaço para falar ou poder para se fazer ouvir. É necessário um compromisso ideológico com o que ela chama de projeto de “desaprendizagem” (p.110) dessa cultura patriarcal e imperialista na qual todos e todas nós fomos formadas. Formação esta em que “a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da ‘mulher do Terceiro Mundo’, encurralada entre a tradição e a modernização” (p.156), figuração esta que teima em representar, por exemplo, a mulher imigrante como uma mera acompanhante de seu marido, sem projeto migratório próprio.

Embora, para Spivak (2010), dentro desse cenário, “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (p.163), a autora nos instiga, enquanto mulheres intelectuais, a “criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual” (p.18). Este estudo intenta que as haitianas falem de si e por si. E, embora este seja um espaço ainda muito limitado de expressão e autorrepresentação, já é uma contribuição para o rompimento do silenciamento ainda predominante das vozes imigrantes femininas nos estudos migratórios.

Apesar das experiências relatadas no início desta subseção, não podia me considerar uma *expert* no assunto e, portanto, gabaritada para adentrar o terreno empírico com ideias pré-formatadas e certezas sobre um “como fazer” a pesquisa. Estava ciente que tinha muito mais a aprender com as minhas interlocutoras e com o referencial teórico escolhido, que propriamente a oferecer. Também precisei ser flexível, pois nem tudo saiu conforme o previsto. Mas sem perder de vista a importância de garantir a cientificidade da pesquisa, para a qual o método e a metodologia são imprescindíveis.

## **O método e a metodologia**

De acordo com Silva (2019, p.34), “o método em Marx é um movimento dialético que parte da sua concepção ontológica da realidade social, em que o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica”. De acordo com Minayo (2010, p.123), “o

materialismo histórico, como caminho teórico, e a dialética, como estratégia metodológica, estão profundamente vinculados”. A autora nos adverte, contudo, que não é fácil operar esse método. Sua aplicação “não depende apenas de conhecimento técnico, mas de uma postura intelectual e de uma visão social da realidade”.

Busquei compreender as condições materiais de produção e reprodução social das imigrantes haitianas no Brasil, no período histórico analisado (2010 a 2020). E, na perspectiva da totalidade, procurei olhar o recorte da pesquisa em sua relação Haiti-Brasil-países do Norte e, de modo mais amplo, com o fenômeno migratório global, que tem se intensificado neste século, ganhando ares de crise humanitária. O que guarda conexão com o próprio mecanismo metabólico de sobrevivência do Capital (MÉSZÁROS, 2011), em resposta às suas crises endêmicas, que empurram milhares de pessoas pelo mundo afora, especialmente de países pobres, como vagantes em busca de melhores condições de vida.

A tese<sup>35</sup> deste trabalho, que foi a hipótese inicial do projeto de pesquisa, é a de que para além do papel de imigrantes dependentes, as mulheres haitianas buscam na mobilidade geográfica sua tão sonhada mobilidade socioeconômica, pela via do trabalho, ainda que num país dependente e periférico em relação à economia global, como é o caso do Brasil. A sua antítese é que a sociedade brasileira, formada historicamente pela cultura patriarcal e racista, inclusive como uma política de Estado durante a escravidão e pós-abolição, possui estruturas sociais de discriminação enraizadas, que limitarão a inserção e a mobilidade socioeconômica dessas mulheres, exatamente por serem mulheres, negras e provenientes de um país mais pobre na geopolítica global. A síntese deste trabalho será apresentada nas considerações finais, enquanto resultado da análise dessa relação dialética entre tese e antítese, com base nas evidências de pesquisa.

Considerando que as migrações internacionais são motivadas e atravessadas por questões multidimensionais, como relações de gênero, raça, etnia, lugar de origem, classe etc., busquei apoio também em outras lentes teórico-metodológicas para conseguir visualizar as interrelações de algumas dimensões do meu objeto de estudo que, na minha hipótese, se entrecruzavam gerando assimetrias. O que não comprometeu o método adotado, exatamente porque ele admite a interdisciplinaridade.

Recorri a algumas ferramentas de análise, dentro de uma perspectiva crítica e heurística, a fim de melhor interpretar esse fenômeno em razão das múltiplas dinâmicas que o

---

<sup>35</sup> O método dialético pressupõe a existência de uma tese e de sua antítese, que estão implicadas mutuamente e, por meio do estudo dessa relação contraditória, se chega a uma síntese, que por sua vez pode dar origem a outra tese, gerando um novo ciclo.

envolve. Pois reconhecia que não seria possível alcançar a totalidade do objeto pesquisado apenas com o foco nas relações econômicas e de classe. Até porque a grande maioria das mulheres participantes deste estudo sequer tem a noção política de pertencimento à classe trabalhadora. E, só após uma simplificação dessa categoria, elas se autoreconheceram como da classe que fica “no meio”, entre os pobres e os ricos; e alimentam um imaginário social próprio da classe média, mas estando “tecnicamente” fora dela no contexto brasileiro.

À primeira vista, suspeitava que as dimensões sociais de relações de gênero, raça, nacionalidade<sup>36</sup> e classe<sup>37</sup> seriam elementos que se entrecruzavam na vida das participantes deste estudo. O que me acendia a luz amarela sobre esses eixos de desigualdade era o fato do Brasil ser um país construído historicamente sobre as bases do colonialismo, do patriarcalismo, do escravismo e da formação de uma classe trabalhadora fortemente segregada por classe, raça e gênero. Para analisar a associação desses sistemas múltiplos de subordinação, escolhi a lente da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; S/D), com o apoio da noção de “posicionalidade translocacional”<sup>38</sup> (ANTHIAS, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013). Esta me ajudou a pensar a interseccionalidade no contexto migratório haitiano, caracterizado pela circularidade (JOSEPH, 2015a) e transnacionalidade (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999). Cujas diápora vai exercer um papel fundamental tanto na constituição identitária dessa população, quanto nos processos culturais, políticos, sociais e econômicos do seu país, o Haiti.

## A pesquisa

A partir desse estado da arte, defini os objetivos da pesquisa. De modo geral, me propus a estudar a imigração feminina haitiana no Brasil, sua inserção laboral e redes de apoio, a partir da análise interseccional das relações de gênero, raça, nacionalidade e classe. E, especificamente, busquei:

---

<sup>36</sup> Inicialmente, o projeto de pesquisa previa analisar a categoria “etnia”, mas a fase de campo evidenciou que a categoria “nacionalidade” fazia mais sentido nos processos discriminatórios sofridos no Brasil e, mais precisamente pelas haitianas residentes no DF. Razão pela qual mudei o foco de análise de “etnia” para “nacionalidade”.

<sup>37</sup> Quando pensei em classe, na realidade das mulheres haitianas, tinha em mente a noção de classe trabalhadora precariamente inserida na divisão social, sexual, racial e internacional do trabalho, proveniente de um país economicamente pobre rumo a um país mais desenvolvido. No decorrer da fase de campo e da análise de dados, precisei adequar as perguntas ao entendimento que essas mulheres tinham de classe. O que me fez recorrer ao sentido de estratificação social, na ideia de classes pobres, médias e ricas, que comumente tem sido classificadas/segregadas pelos institutos de pesquisa brasileiros por letras (classes A, b, C, D e E).

<sup>38</sup> A ideia de “translocação” (*translocation*) centra sua análise nos indivíduos a partir de sua localização em espaços sociais múltiplos, que estão fraturados e inter-relacionados de diferentes formas (ANTHIAS, 2008, p.13).

- a) Delinear as trajetórias migratórias e de vida das haitianas, a fim de identificar as motivações da sua emigração, o papel de agência dessas mulheres e se têm experimentado alguma mobilidade social e/ou econômica no seu projeto migratório transnacional;
- b) Identificar as redes migratórias e sociais das haitianas, e de como essas redes têm dado suporte as suas experiências migratórias desde o país de origem até (e no) país de destino, buscando analisar a dimensão coletiva e familiar de suas trajetórias;
- c) Investigar como as haitianas estão inseridas no mercado de trabalho brasileiro, as dificuldades enfrentadas e como suas condições laborais se identificam ou não com suas experiências no país de origem;
- d) Analisar as relações de produção (trabalho) e de reprodução social (família) das haitianas, a fim de identificar como elas percebem as assimétricas de gênero, raça, nacionalidade e classe, por meio de discriminações e/ou outras formas de opressão no Brasil, em comparação às suas experiências no Haiti e/ou outros países.

Para tanto, este estudo se dividiu em três eixos de análise que nortearam a produção dos instrumentais de pesquisa; a sistematização e análise dos dados; e a estruturação deste relatório de tese. Foram estes os eixos: 1. Redes migratórias e sociais que dão suporte a experiência migratória das haitianas; 2. Divisão sexual e racial internacional do trabalho e economia dos cuidados, no contexto da feminização das migrações; 3. Discriminações e condições de vida das mulheres imigrantes na sociedade de destino. A fase de campo foi norteada por três questões principais de pesquisa, relacionadas a esses eixos:

- a) Porque as haitianas vieram para o Brasil e como elas viabilizaram seu projeto migratório desde o local de origem, durante o deslocamento e no local de destino?
- b) Quais os desafios e limites que as haitianas encontraram para sua inserção no mercado de trabalho brasileiro e suas consequências?
- c) Como as categorias discriminatórias de relações de gênero, raça, nacionalidade e classe, numa sociedade sexista-racista-classista, se combinam e influenciam as condições de vida, inserção laboral e reprodução social das haitianas?

Uma quarta pergunta foi inserida, no desenvolvimento da fase empírica, em razão da inédita pandemia de Covid-19, que afetou não apenas o processo de levantamento dos dados desta pesquisa, como também a vida das participantes, razão pela qual não poderia ser ignorada. Dado esse cenário, foi perguntado para elas de que forma a pandemia estava afetando as suas vidas e agregando novas dificuldades na sua experiência migratória.



Esse contexto da pandemia trouxe uma série de complicadores para a pesquisa e o desafio de adaptação ao novo tempo, cheio de restrições que comprometiam o estudo em razão da abordagem metodológica escolhida para desenvolvê-lo. Contudo, tinha clareza de que estudos qualitativos realizados durante pandemias possuem importância destacada para se construir saídas coletivas de superação de crises sanitárias e, nesse sentido, conhecer a vida de imigrantes e como são afetadas pela Covid-19 no Brasil tem muita relevância (TETI; SCHATZ; LIEBENBERG, 2020).

### **As estratégias de pesquisa em tempos de pandemia de Covid-19**

Desde o início da idealização deste estudo, havia uma clara inclinação para a abordagem qualitativa. O recurso quantitativo teria um papel menor e entraria na pesquisa apenas com a finalidade de complementariedade dos dados qualitativos. Contudo, restava a dúvida sobre quais procedimentos adotar nesta perspectiva e como agregar dados quantitativos<sup>39</sup> sem que se confundisse com esta outra abordagem, já que ambas possuem naturezas diferentes.

Minayo (2010), com base em Kant, me ajudou a entender que todos os fenômenos possuem propriedades numéricas e qualidades intrínsecas. Creswell (2007, p.27) esclarece que a combinação dessas técnicas é mais que a simples utilização de dois tipos de dados nas fases de coleta e análise, “envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada”.

A dialética, do ponto de vista filosófico, segundo Minayo (2010, p.25), dissolve essas dicotomias entre “quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade/exterioridade” por serem inseparáveis e interdependentes. As interconexões orgânicas desses elementos contribuem para capturar a totalidade dos fenômenos sociais, revelando significados “tanto no nível das representações sociais como das determinações essenciais”. Numa perspectiva histórica, busca-se assim alcançar as mediações e correlações, identificando as categorias centrais do objeto estudado.

A estratégia qualitativa<sup>40</sup> é utilizada no “estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos de interpretações que os

---

<sup>39</sup> No caso desta pesquisa, especificamente, dados secundários, oriundos de outras pesquisas e relatórios e de registros administrativos, a exemplo do SINCRE/SISMIGRA da Polícia Federal.

<sup>40</sup> Alguns problemas são atribuídos a esta estratégia metodológica por uma parcela da comunidade científica. Como o risco de um reducionismo do fenômeno estudado; ou ainda uma suposta falta de cientificidade. O que

homens [e mulheres] fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2010, p.57). Creswell (2007) avalia que a escolha desse tipo de abordagem se justifica pela incipiência de estudos sobre o tema a ser investigado, sendo a melhor técnica para explorar e conhecer as variáveis importantes a examinar. Quanto aos objetivos da investigação qualitativa, para Bogdan e Biklen (1994) seria proporcionar uma melhor compreensão do comportamento e experiência humanos.

A abordagem metodológica qualitativa se caracteriza pelo ambiente natural em que se realiza; por ser essencialmente descritiva e interpretativa; por dar mais ênfase ao processo que aos resultados ou produtos da investigação; por ser mais indutiva na análise dos dados, não se preocupando em comprovar hipóteses previamente construídas; por dar ênfase aos sentidos atribuídos pelas participantes da pesquisa e por buscar o seu envolvimento e empatia na coleta de dados e a credibilidade junto às pessoas do estudo (CRESWELL, 2007; BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Desenvolver uma pesquisa qualitativa teve um desafio adicional neste estudo. Trata-se do momento atual, e ainda em curso enquanto escrevo este relatório, da pandemia do Coronavírus, responsável pela doença Covid-19. O surgimento de um vírus no outro extremo do planeta abalou o mundo inteiro desde janeiro/2020<sup>41</sup>. A pesquisa foi atravessada por este evento desde o momento da análise ética sobre a sua habilitação para a fase de campo. No final de setembro/2019 o projeto havia sido aprovado pela banca de qualificação. Após os ajustes necessários, submeti-o ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), virtualmente, pela Plataforma Brasil<sup>42</sup>, no início de dezembro do mesmo ano. Entre dezembro/2019 e fevereiro/2020 iniciei contato com algumas pessoas conhecidas de diversas localidades do país (mais precisamente dos estados da Paraíba, Pernambuco, Acre, Goiás, Manaus, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, além do Distrito Federal). A ideia era identificar possíveis informantes-chave que pudessem me aproximar de mulheres haitianas tão logo o projeto fosse aprovado pelo CEP.

Efetivamente, consegui articular algumas possibilidades de visitas nas cidades de São Paulo e Goiânia. Em Brasília, visitei informalmente uma instituição não governamental que

---

não passa de uma visão restrita da ciência, uma vez que esta estratégia de pesquisa cumpre com os requisitos científicos, ou seja, o exame empírico e sistemático com base em dados (MINAYO, 2010; BOGDAN; BIKLEN, 1994). Ademais, distintos métodos são importantes para a investigação de um fenômeno tão complexo e multifacetado, como é o caso da migração internacional.

<sup>41</sup> Este tema será desenvolvido no capítulo 4, trazendo maiores detalhes sobre o assunto.

<sup>42</sup> A Plataforma Brasil trata-se de “uma base nacional e unificada de registros de pesquisa envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP”, utilizada desde janeiro de 2012, conforme informações disponíveis em: [http://portal2.saude.gov.br/sisnep/Menu\\_Principal.cfm](http://portal2.saude.gov.br/sisnep/Menu_Principal.cfm) (acessada em 29 out. 2018). Os projetos são cadastrados e acompanhados na Plataforma por meio do link <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>.

tem experiência com atendimento a imigrantes, onde pude conversar por quase duas horas com a coordenação do local. Considerando a perspectiva informal da visita, mantereí em anonimato os dados da instituição e das pessoas envolvidas, embora sejam informações de caráter público. Contudo, cabe registrar que foi um momento muito importante para entender o terreno onde eu estaria “pisando” – a imigração haitiana. A coordenadora foi uma importante informante-chave, que compartilhou o contato de algumas haitianas como um ponto de partida e para que eu tentasse expandir minha rede de informantes.

Imaginava que em no máximo 45 dias estaria apta para iniciar a fase de campo, cujo cronograma (Apêndice 1) estava dentro do previsto. Até que os rumores do novo vírus ganharam uma dimensão pandêmica que alterou a dinâmica cotidiana das pessoas e do funcionamento de todos os setores da sociedade numa escala mundial. Nesse novo cenário, o CEP passou a priorizar a análise de projetos de pesquisa com foco no Coronavírus, impactando nos prazos de revisão dos demais projetos. Dessa forma, o parecer favorável à execução do meu projeto só foi liberado em 23 de fevereiro de 2020<sup>43</sup>. Dei largada na corrida do levantamento de dados, ainda sem saber o que viria pela frente. Contudo, após meados de março, se iniciaram as medidas de quarentena em algumas localidades do país, especialmente em Brasília e São Paulo, os dois lugares em que havia previsão de atividades. Assim, as incertezas do momento foram se estendendo e atrasou o cronograma do projeto por seis meses.

Se a pesquisa tivesse outro escopo metodológico, talvez o impacto não tivesse sido tão grande. Por alguns meses pensei em mudar a estratégia de pesquisa abrindo mão de seu perfil mais qualitativo. Mas isto comprometeria os objetivos do estudo. Por outro lado, eu tinha o dilema ético de não comprometer a saúde das minhas futuras interlocutoras. As medidas de distanciamento social dificultavam tanto a busca ativa das participantes quanto o próprio desenvolvimento da técnica inicialmente prevista – a de entrevistas. Essa era uma situação nova para a academia e o conjunto de pesquisadores sociais. O que era agravado pelo vácuo de informações e conhecimento, na fase inicial da pandemia, sobre o seu agente etiológico (SARS-CoV-2) e a doença que provocava. Logo, se proteger e esperar era preciso, até que luzes de como atuar qualitativamente e com segurança fossem surgindo.

---

<sup>43</sup> Apesar da morosidade que pode fazer parte da submissão de um projeto para a avaliação ao CEP e da necessidade de aperfeiçoamento do sistema de ética em pesquisa para as áreas de ciências humanas e sociais no Brasil, submeter o projeto ao CEP traz contribuições relevantes no âmbito do controle social das pesquisas científicas e contribui para refletir quanto aos cuidados éticos envolvidos durante pesquisas com pessoas em situações de vulnerabilidade (OLIVEIRA; GUEDES, 2013; GUEDES; GUIMARÃES, 2020).

Sobre o papel das investigações qualitativas nesse contexto, Teti, Schatz e Liebenberg (2020) problematizam que a pandemia de Covid-19, para além de uma questão sanitária, é um fenômeno multidimensional. Eventos como este são normalmente interpretados sob a lente quantitativa dos estudos epidemiológicos. Contudo, seus efeitos sociais exigem outras formas interventivas que demandarão uma radiografia mais subjetiva do fenômeno, e de como ele se manifesta e é compreendido em distintas geografias, culturas e grupos sociais específicos.

O artigo apresenta uma série de exemplos em que abordagens qualitativas foram muito úteis em estudos no campo da saúde pública e outras epidemias, captando os sentidos que as pessoas dão à doença e a relevância que as medidas de mitigação têm para elas. Sem esse entendimento, os protocolos exigidos das pessoas podem não surtir o engajamento coletivo esperado. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa pode oferecer significativos resultados de análise das lacunas deixadas pela ciência quantitativa, que não consegue alcançar todas as dimensões do processo da doença, pela sua própria natureza metodológica. A pesquisa qualitativa pode, então, ajudar na explicação, abordagem e planejamento do enfrentamento da crise que é sanitária, mas também social e econômica, para citar apenas algumas de suas dimensões (TETI; SCHATZ; LIEBENBERG, 2020). E como este tema acabou entrando no escopo da pesquisa, a abordagem qualitativa ganhou ainda mais peso no meu estudo.

A coleta de dados da pesquisa estava prevista para se dar de duas formas simultâneas: 1) revisão bibliográfica<sup>44</sup> e documental<sup>45</sup>, e; 2) pesquisa de campo, utilizando a técnica de entrevista semiestruturada. Em julho/2020, apenas a primeira parte do levantamento de dados estava sendo realizada e já havia se esgotado o tempo previsto no cronograma para a fase de campo. Adequar a metodologia de pesquisa ao novo tempo se fazia urgente. Então pensei, a partir de diálogos com meu orientador, em utilizar os recursos tecnológicos para realizar as entrevistas. Mas tinha dúvidas sobre a viabilidade técnica dessa estratégia, pois o roteiro de

---

<sup>44</sup> A fase da revisão bibliográfica, por meio de levantamento bibliográfico, e posterior aprofundamento das leituras e fichamento dos textos, foi orientado pelas seguintes categorias analíticas: a) Migrações internacionais e globalização do capital; b) Feminização das migrações internacionais; c) Diáspora haitiana (com leituras sobre o Haiti, Brasil e outros destinos migratórios); d) Redes migratórias e sociais; e) Mercados de Trabalho; f) Divisão sexual internacional do trabalho; g) Economia dos cuidados; h) Interseccionalidade; i) Relações de Gênero; j) Raça e Racismo. O processo de levantamento bibliográfico permaneceu em aberto até o final da análise e redação dos resultados, no qual outros referenciais teóricos iam sendo agregados à medida que os dados traziam elementos novos e não previstos. A exemplo de categorias relacionadas à mobilidade haitiana, como circularidade e transnacionalismo.

<sup>45</sup> Quanto ao levantamento documental, foram pesquisados: a) *documentos públicos* (relatórios e resultados de pesquisas); b) *documentos legislativos* (leis, decretos, Constituição Federal/1988, convenções e protocolos internacionais relativos ao tema das migrações, refúgio, dentre outros); e, c) *documentos normativos institucionais* (portarias, resoluções, instruções normativas, relatórios, dados oficiais etc.). Os documentos foram utilizados a partir da sua pertinência com base na análise dos dados e redação da tese. Cabe registrar que não tive interesse de elaborar um relatório com demasiada informação normativa e legislativa, em razão de não ser objetivo da pesquisa, possuindo um caráter meramente complementar.

entrevista (Apêndice 4) era relativamente grande e eu não sabia se as mulheres teriam tempo e internet com capacidade suficiente para a realização de videoconferência como canal exclusivo de coleta dos dados qualitativos.

Em meio a essa zona cinzenta, decidi criar um formulário virtual de pesquisa (Apêndice 3), por meio da ferramenta Google Formulários, transformando o roteiro de entrevista em um questionário objetivo (tanto quanto possível) e com poucas questões abertas. A ideia era dividir a fase de campo em dois momentos (um primeiro, virtual, e outro posterior, presencial). Por hora, eu teria condições de realizar a primeira fase, sistematizar os dados, para ir a campo com um roteiro customizado para cada participante, tão logo fosse possível. Ocasão em que aprofundaria as questões-chave da pesquisa e confirmaria algumas informações do formulário. Desta forma, eu reduziria o tempo das entrevistas, já que não iria me deter em questões impertinentes, que eu já saberia de antemão. Por exemplo: se a participante era solteira e sem filhos, eu iria pular uma série de questões relacionadas.

A estratégia foi a de encaminhar o questionário virtual por meio do WhatsApp, que poderia ser respondido pelo próprio celular, cujo tempo de resposta era de aproximadamente 15 minutos. O questionário foi criado no idioma francês, traduzido com a ajuda de um informante-chave haitiano, que era meu professor particular de francês (mais adiante falarei sobre ele). Eu fiz uma versão prévia com a ajuda da ferramenta Google Tradutor e depois marcamos alguns encontros para revisarmos o questionário e adequar as perguntas e opções de resposta de modo que ficasse mais compreensível para as participantes. Embora ele fosse homem e eu preferisse uma mulher, naquele momento era o único informante-chave de nacionalidade haitiana com quem eu podia contar. Além disso, ele não fez objeções às questões mais relativas às relações de gênero. E a fase de aplicação do questionário mostrou que isso não comprometeu a compreensão das participantes em relação ao instrumental.

Após receber o formulário respondido, seria possível articular a segunda etapa: a entrevista presencial. O questionário não era anônimo. Eu precisava do nome e do telefone e/ou e-mail das participantes para identificação, contato e posterior correlação com os dados da entrevista. Também não foi encaminhado aleatoriamente. Todas as participantes foram indicadas e contatadas por telefone a fim de me apresentar, falar sobre a pesquisa e fazer o convite de participação, em que eu já explicava as duas fases de coleta de dados.

Sem dúvida esse processo tornou a fase de campo mais trabalhosa e gerou uma quantidade volumosa de dados, que demandou maior rigor nas fases de sistematização e análise. Mas foi a estratégia que encontrei para viabilizar a pesquisa durante a pandemia.

Embora não possa nomear essa estratégia como netnografia<sup>46</sup>, a internet e o ambiente on-line foram bem presentes neste estudo. Os contatos com as participantes se deram inicialmente e, em alguns casos, exclusivamente, por troca de mensagens de texto e de voz, via WhatsApp. Quando tínhamos alguma dificuldade de compreensão na comunicação, utilizávamos o Google Tradutor. E elas abriam o questionário virtual do Google Formulários no próprio celular e me encaminhavam por meio da internet móvel quando concluía.

### **O campo e os desafios de adentrá-lo durante uma crise sanitária**

Minayo (2010, p.201, 202) define que, numa pesquisa qualitativa, o campo é “o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação”. Referindo-se as palavras de Malinowski, a autora esclarece que esta é uma etapa essencial dessa estratégia de estudo, que se constitui “o corpo e o sangue da vida real” que compõem “o esqueleto das construções abstratas”. O espaço real que constituiu o “corpo e o sangue” desta pesquisa foi a capital do país, Brasília, no Distrito Federal.

O projeto delimitava o DF como recorte geográfico, mas deixava em aberto a possibilidade para explorar outros campos caso a fase empírica demandasse. Como informei anteriormente, por meio de contatos pessoais, busquei haitianas em outros estados. A primeira porta que se abriu foi na cidade de São Paulo, por intermédio de uma informante-chave que era pastora e coordenava um trabalho de assistência e capacitação de mulheres imigrantes, com participação de haitianas. Ela foi muito receptiva e me convidou para conhecer o projeto e, na ocasião, contatá-las. Assim que recebi o parecer positivo do CEP, organizei uma viagem de dez dias para uma visita exploratória, onde pretendia estabelecer os primeiros contatos.

O meu orientador foi enfático quanto à importância de que eu registrasse em diário de campo minhas observações, dúvidas, curiosidades, expressões que me chamassem a atenção, impressões, ideias que surgissem no decorrer do convívio com as haitianas e dos estudos bibliográficos. Enfim, todo o processo da pesquisa, durante as visitas de campo, contatos realizados, viagens etc. O diário de campo foi importante para o registro de dados não

---

<sup>46</sup> “A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas, para agora também incluir a netnografia.” (KOZINETS, 2014, p.61-62).

captados pelas entrevistas formais e nem pelos questionários, e se tornou uma importante fonte de informações para pensar as análises e redação desta tese de doutorado. O relato da experiência em São Paulo foi extraído desse instrumento de pesquisa.

A viagem aconteceu no dia 17 de março de 2020. No dia seguinte, me reuni com meu ponto focal na capital paulista. Mas as atividades do projeto haviam sido suspensas em razão da pandemia. Ela me orientou a procurar algumas haitianas no Centro de São Paulo, nas imediações da Missão Paz e na Galeria do Reggae. Na Galeria, elas trabalham geralmente fazendo tranças em salões de beleza. Eu entrei em um deles, como quem tenta a sorte na loteria, sem falar francês e muito menos crioulo, e ciente que me apresentar como pesquisadora seria a pior estratégia de aproximação. Passei-me por cliente interessada em fazer uma trança. Há muitas africanas no local, então eu não conseguia saber se estava tratando com uma haitiana ou africana.

A dona do salão me destinou a uma jovem negra bastante simpática, que começou o trabalho. Era a primeira vez que eu fazia aqueles tipos de tranças no meu cabelo, o que me provocou estranheza e dores de cabeça. Fomos estabelecendo um pequeno diálogo até que descobri se tratar de uma haitiana chegada há menos de um ano no Brasil. Seu português não era tão bom, mas estava melhor que eu, que não conseguia conversar com meu nível de francês. A comunicação foi um pouco truncada, mas suficiente para conhecer um pouco sobre ela, sua família e seu projeto migratório.

Foram cerca de 40 minutos de conversa. Quando percebi que o trabalho estava concluindo, me apresentei como pesquisadora e falei sobre o meu estudo. Ao final, perguntei quanto ela cobrava para aplicar tranças em todo o cabelo, pois, se fosse necessário, eu pagaria para ela fazer o serviço completo, a fim de ter a oportunidade de estender nossa conversa em outro momento. Ela me repassou seu contato telefônico. Mas, posteriormente, durante as mensagens por celular, me fez muitas perguntas e se mostrou reticente em me encontrar.

No dia seguinte, decidi fazer uma visita às imediações da Missão Paz, onde soube que várias haitianas faziam comércio de rua na frente da igreja. Esta era a primeira vez que andava sozinha pelas ruas de São Paulo. Das outras vezes, visitei a trabalho e tinha um carro à minha disposição. Desta vez, fiquei hospedada num quarto pelo Airbnb, no Centro da cidade, com a intenção de fazer as visitas sem necessidade de transporte. Fui pedindo informações aos poucos transeuntes que passavam. O Centro estava deserto em comparação ao período anterior à pandemia. Passei por alguns lugares que ainda me pergunto de onde me veio tanta coragem. Chegando lá, de fato tinham alguns imigrantes na frente do endereço indicado.

Apenas observei, mas tive receio de me aproximar. Não era medo. Eu simplesmente não sabia como iniciar o contato naquele momento. Era uma situação ainda inédita para mim.

Decidi ir embora, até porque minha presença estava chamando a atenção de algumas pessoas que me observavam. Na volta, uma jovem negra caminhava na calçada perto de mim, e suspeitei ser uma imigrante. Um ímpeto de coragem me fez abordá-la e puxar conversa. Neste caso, já iniciei o diálogo como estudante pesquisadora. A jovem foi muito educada e atenciosa e falava muito bem o português. O tempo da conversa foi curto (durou até que nossos caminhos se bifurcassem), mas suficiente para estabelecer certa empatia. Ela me passou seu número de celular para conversarmos depois. Retomamos o contato pelo WhatsApp e agendamos uma conversa presencial numa praça pública de seu bairro, tendo me enviado a localização.

Contudo, a pandemia frustrou o planejamento. O governo distrital do DF foi o primeiro a decretar a quarentena, em 19 de março<sup>47</sup>. Eu já estava em São Paulo quando, três dias depois, o governo estadual também decretou a quarentena<sup>48</sup>, fechando praticamente todo o comércio local. O sentimento de angústia diante daquela situação me fez repensar a visita exploratória. Apesar de estar usando máscara e álcool em gel, além de naquele período os casos ainda serem poucos e as medidas terem uma conotação mais preventiva contra a disseminação comunitária, minha consciência me obrigava a parar. Além disso, havia rumores de fechamento de aeroportos, o que me deixou temerosa de ficar “presa” em São Paulo, longe da minha família. Entrei em contato com minha primeira interlocução bem-sucedida na capital paulista, agradecendo-a pela disponibilidade e cancelando o encontro. Deixamos em aberto para um momento oportuno. Aquela foi a última vez que tivemos contato. Retornei para Brasília cinco dias antes do previsto e com o prejuízo da viagem.

São Paulo continuava como um campo em aberto para oportunidades futuras, caso fosse necessário. Eu ainda tinha a indicação de um professor de Goiânia que participava de um projeto com algumas haitianas, e que poderia ser um informante-chave interessante. Mas, naquele momento, diante do avanço da pandemia de Covid-19 e como medida de proteção sanitária recomendada pelas autoridades, meu orientador aconselhou interromper a fase de campo e aguardar como a situação transcorreria, para futuras definições. Foi uma espera bastante incômoda, mas não tinha outra saída naquele momento.

Eu morava na mesma região (Guará) onde havia uma comunidade haitiana. Um colega da UnB, que já tinha contato com haitianos naquele local, se comprometeu em intermediar

---

<sup>47</sup> Cf. Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020.

<sup>48</sup> Cf. Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020.



meu acesso naquela área. Mas perdemos a comunicação durante a pandemia. Também pedi ajuda a outra estudante da UnB, que estava pesquisando mulheres haitianas, a fim de que me indicasse ao menos uma delas para eu iniciar os trabalhos no DF assim que fosse possível. Mas não obtive sua colaboração. Com todas essas dificuldades, deixei a tempestade diminuir para decidir o que fazer.

Nesse ínterim, precisei me mudar de casa e consegui alugar outra na área onde moravam várias haitianas, embora não tivesse sido intencional. Era no Polo de Modas, no Guará II. Éramos vizinhas, literalmente. Naquele momento, minha mente não estava mais focada na fase de campo, que estava parada, sem previsão de retomada. No dia seguinte à mudança, em um supermercado local, tive meu primeiro contato com uma haitiana da região. Quando vi aquela mulher ao meu lado, suspeitei que pudesse ser uma haitiana. Enfrentei meus segundos de conflito se estabeleceria algum contato ou não e, caso sim, como.

Decidi tentar. Perguntei-lhe se ela falava português e qual a sua nacionalidade. Na sua confirmação de que era haitiana, me apresentei como estudante e a única ideia que me veio naquele momento era perguntar se ela conhecia alguma haitiana que pudesse me dar aulas de francês. Ela falou que seu marido era professor. Apesar de preferir uma professora, não podia perder aquela oportunidade. Anotei seu telefone e no sábado seguinte já estava tratando com ele sobre as futuras aulas. Ele me fez algumas perguntas sobre o meu interesse no idioma francês, o que eu estudava na UnB etc. Depois o diálogo foi ficando mais solto e ele me falou que tinha muita gratidão pelo Brasil, que ajudou o seu país, e que cobrava bem barato para dar aula de francês a brasileiros. Ele me cobrou 50 reais por duas horas/aula.

A partir desse dia, mantivemos contatos semanais, que foram momentos muito importantes para a pesquisa. Nos encontros sempre aproveitava para tirar minhas dúvidas sobre o Haiti, sobre o seu povo, sobre a cultura, dentre outras curiosidades. Ele me ajudou na tradução do questionário virtual. Na verdade, utilizamos duas a três aulas apenas para trabalharmos com o questionário. A relação de confiança entre nós foi gradativa. Queria pedir-lhe ajuda na indicação de haitianas para a pesquisa, começando por sua esposa, mas sentia que não era o momento. Isto foi no início de junho de 2020, apenas em agosto ele começou a me indicar as mulheres haitianas. E com o passar do tempo me convidou para visitar sua igreja e participar do aniversário de um ano do seu filho.

Percebi que ao ter conhecimento do que seria perguntado no questionário, ele teve uma melhor percepção da pesquisa e, talvez, isto tenha o deixado menos desconfiado em relação a mim. Ademais, fui percebendo que ele era uma pessoa de confiança para a comunidade haitiana local e que era bastante articulado em relação aos direitos que os

haitianos e haitianas poderiam acessar no país, sendo uma rede social importante entre seus conterrâneos. Ele havia se formado<sup>49</sup> em Direito, no Haiti, e aqui trabalhava numa academia de ginástica. Mas depois encontrou um trabalho melhor, segundo ele, como porteiro/zelador em um condomínio da área nobre do DF.

No início de agosto, consegui o contato de outra informante-chave, brasileira, casada com um africano, que trabalhava com um projeto social de cunho religioso, e que conhecia algumas imigrantes. Ela me passou o contato de uma haitiana recém-chegada ao Brasil, e me falou que eu teria muita dificuldade de realizar a pesquisa sem fluência no idioma francês. O que já tinha escutado de outras pessoas. Esta informante-chave teve uma participação pontual, indicando apenas uma participante. Minha primeira interlocutora da pesquisa foi a jovem Sofia. Seu companheiro intermediou nossa conversa, em razão dela não falar o português. Eu precisava de uma ajudante de pesquisa que fizesse a tradução das entrevistas. E tinha em mente que precisava ser uma mulher haitiana e que fizesse a tradução no idioma nativo, o crioulo.

### **As entrevistas: desafios da comunicação e das relações de gênero**

Cheguei a fazer duas entrevistas traduzidas por homens haitianos. Um era o companheiro da Sofia, minha primeira entrevistada; e o outro era amigo da Ismaelle, a quarta. Estas experiências mostraram que o viés de gênero influenciava no resultado das respostas, tendo em vista que esses homens não faziam a tradução literal e, em muitos momentos, tentavam responder pelas próprias participantes, alegando que eles já sabiam a resposta e que aquele assunto perguntado não se referia apenas à experiência migratória feminina. Precisei intervir algumas vezes, explicar a importância de deixar que elas falassem e pedir que eles apenas traduzissem sem opinar. Mas estava ali contando com a boa vontade deles, não podia exigir nada.

Das 25 interlocutoras entrevistadas, 57,5% se comunicavam bem em português, e a entrevista transcorreu sem a necessidade de tradução. Outras 6,1% conseguiam se comunicar de forma limitada e algumas questões precisaram da intermediação de uma tradutora. Já

---

<sup>49</sup> Como será mostrado mais adiante nesta tese, uma parcela de imigrantes haitianos e haitianas vivendo no Distrito Federal possui formação universitária completa. Entretanto, ter nível superior não possibilita melhores postos de trabalho tendo em vista a dificuldade com a língua portuguesa e também a necessidade de revalidar o diploma haitiano no Brasil. O processo de revalidação é caro e burocrático, dificultando o reconhecimento da formação de grande parcela dessa população imigrante vivendo no Distrito Federal e no Brasil. As universidades públicas brasileiras têm o desafio de criar políticas de acolhimento e de incentivo à permanência de imigrantes e refugiados nas instituições de ensino superior. Ademais, novos processos de revalidação de diplomas seriam bem-vindos nesse contexto.

36,4% não conseguiam se comunicar em português, precisando da participação integral da tradutora. Eu estava procurando uma haitiana que fizesse esse trabalho. Recebi uma indicação do meu informante-chave, que me sugeriu a participante Liline. Como ela já havia estudado e feito pesquisa no Brasil, se mostrava cooperativa com pesquisadoras que lhe procuravam, e se dispôs a me ajudar voluntariamente como tradutora. Mas só tinha disponibilidade à noite, horário incompatível com o das demais participantes. Isto foi me deixando preocupada. Então priorizei as agendas com haitianas que falavam bem o português, enquanto buscava uma alternativa.

Na minha sétima entrevista, conheci a Maria, que havia sido indicada por sua comadre. Ela era uma jovem a quem se encaixa bem o ditado “fala pelos cotovelos”. Eu mal precisei conduzir a entrevista, pois ela contava longas histórias que respondiam várias questões do roteiro em blocos. Considerando que algumas experiências anteriores foram mais difíceis, com falas mais objetivas e precisando “puxar” as respostas das participantes, Maria foi uma das gratas surpresas desta pesquisa. Ao final, eu sempre pedia a indicação de alguma outra haitiana. Ela me indicou sete novas interlocutoras, das quais apenas uma não foi entrevistada. A Maria tinha apenas um ano no Brasil, mas se comunicava muito bem em português, com sotaque carregado e alguns erros que não comprometiam a compreensão. Sua experiência de dois anos na Argentina facilitou o rápido aprendizado do português, além das aulas que fazia na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), na rede regular de ensino.

Todas as suas amigas entrevistadas tinham dificuldades com o português. Ela se dispôs a ajudar voluntariamente na tradução. A primeira experiência foi com sua amiga Claudia. A participação dela como tradutora fluiu tão bem que a convidei para ser minha auxiliar de pesquisa e lhe pagaria por cada entrevista que ela participasse e um adicional por cada nova entrevista que ela conseguisse agendar. Ela aceitou prontamente, uma vez que ficou desempregada durante a pandemia. E assinou um termo de confidencialidade em relação às informações que estava tomando conhecimento em função da sua participação como auxiliar de pesquisa. A relação entre nós foi muito boa e em algumas situações ela me ajudava a compreender questões que surgiam durante as entrevistas, sob a ótica da mulher haitiana.

Retomando a questão da presença masculina durante as entrevistas, é importante registrar que as relações de gênero pautadas no machismo e no patriarcalismo ficaram muito evidentes em algumas situações. Em oito entrevistas havia homens haitianos na casa. No caso da Anastasia, se tratava do seu filho, que ficava atento, embora não estivesse no mesmo ambiente. Mas foi uma presença tranquila e, inclusive, participou dando sua opinião nas

questões sobre racismo. Quanto à Vitória e à Ismaelle, se tratava de amigos. No primeiro caso, o amigo morava na mesma casa e ficou com o filho pequeno da Vitória enquanto conversávamos. E no caso da Ismaelle, havia um primo do esposo que morava na casa, mas sem envolvimento com o nosso momento; e seu amigo, que mora no mesmo prédio, foi convidado por ela a ajudar na entrevista, já que seu português não era tão bom. Este foi aquele que julgava que poderia responder pela participante, já que não tinha diferença entre homens e mulheres nesse processo migratório, em sua opinião.

Em cinco casos a presença masculina era do namorado ou companheiro. No caso do namorado da Maria, em cujo apartamento fizemos seis entrevistas, ele estava presente em algumas delas. Como o apartamento não era grande, ele ficava na cozinha que era ligada à sala e, de lá, observava as conversas, ria de algumas falas e em alguns momentos também interveio, compartilhando sua opinião sobre como as “*coisas*” entre homens e mulheres são no Haiti, e avaliando que do jeito haitiano é mais pesado para o homem; e, do jeito brasileiro, quando a mulher trabalha fica melhor para os dois. O companheiro da Sofia, a primeira interlocutora, teve um papel coadjuvante. Ele foi cooperativo e solícito em todo o processo de pesquisa com sua companheira, traduzindo a entrevista (o que julgava importante). Os companheiros da Clara e da Dashmy, duas jovens com filhos pequenos, ficaram em seus respectivos quartos, com a porta fechada. A presença deles só foi sentida em um momento. O da Dashmy estava descansando e se negou a vir ajudá-la a responder uma questão que ela tinha dúvidas, o que me fez entender sua reclamação de que achava que o marido deveria ajudar mais quando estivesse em casa. O da Clara ficou com o bebê no quarto e, após um tempo, trouxe-o para amamentar.

O caso mais emblemático foi o da Bianca, onde estavam na casa os dois homens com quem compartilha a moradia, seu companheiro e um primo dele, além do bebê recém-nascido. O companheiro permaneceu na sala conosco durante toda a entrevista. Apesar de ele ter sido cordial, se revelou um homem machista. No bloco de perguntas sobre liderança na casa e divisão das atividades domésticas se formou um clima tenso. Ele se antecipou e deixou claro que quem tomava as decisões eram os homens da casa. E quando perguntei se ela também participava das decisões domésticas, ele comentou que esse tipo de pergunta poderia colocar “*coisas na cabeça dela*”, que ela poderia “*querer ser chefe*”. E quando perguntei quem fazia as tarefas diárias da casa, ela fez uma cara de desapontamento e disse que apenas ela. Ao perguntar como ela se sentia com isso, demorou um pouco para responder, demonstrando desconforto com a presença do companheiro. Percebi que ela tentou disfarçar seu incômodo dizendo que, às vezes, ele ajuda. Ele disse: “*Pode falar que eu ajudo muito. Ela só não quer*

*falar a verdade*". Percebendo o clima e com receio de gerar problemas para a Bianca, preferi interromper as perguntas nessa área e dar sequência a outras questões do roteiro, sem entrar mais em temas relativos às relações de gênero.

Ficou claro que ele estava fazendo ali o papel de fiscal da fala da companheira. Esta foi uma das entrevistas em que a presença masculina mais causou incômodo e peso ao ambiente. Era uma tensão tácita. O meu maior medo não era de ele agir agressivamente conosco, mas depois que saíssemos. A minha preocupação naquele momento foi tentar evitar problemas para minha interlocutora. Então, preferi não aprofundar mais as perguntas que pudessem gerar tensão entre papéis de gênero enraizados naquele contexto patriarcal. Quando saímos do imóvel, vimos muitas sacolas de supermercado, com itens alimentícios, ao pé da escada. O que poderia ser um indicativo do quanto o seu companheiro se sentia legitimado no seu papel de chefe, pela sua capacidade de ser o provedor da casa e da família. Enquanto a Bianca é a mulher submissa, dona de casa, mãe e desempregada.

Na saída, a minha auxiliar de pesquisa falou que ele fez um comentário em crioulo, comparando a companheira a ela. Ele questionou o porquê de a Bianca ainda não conseguir falar o português tão bem como ela, já que ambas tinham praticamente o mesmo tempo no Brasil. A Maria fez uma observação interessante. Em sua opinião, ele não estava levando em consideração os diferentes contextos entre as duas. Enquanto Maria era uma jovem sem filhos, fazia as tarefas domésticas de acordo com sua vontade e conseguia trabalhar em diversas atividades, lhe proporcionando oportunidades para aprender o português mais rápido; a Bianca vivia em função da vida doméstica e do cuidado do filho recém-nascido, e era completamente dependente do companheiro. Ou seja, havia condicionantes naquele contexto familiar que limitavam as possibilidades de autonomia da Bianca e restringiam suas oportunidades de desenvolvimento no país de imigração.

Algumas entrevistas se deram por meio de indicação de informantes-chave, mas a maioria foi resultado da técnica de bola de neve (*snowball*), na qual as participantes indicavam outras. Meu professor de francês foi o informante-chave mais importante na fase de campo, indicando várias haitianas. Ele próprio chegou a enviar o questionário virtual para algumas delas e eu só descobria depois que recebia as respostas e ele me confirmava a articulação. Eu só precisava ligar agendando a entrevista presencial, pois ele já havia falado sobre mim e a pesquisa para elas. Sem a participação de informantes-chave e das próprias interlocutoras da pesquisa este estudo não teria o êxito alcançado.

Essa dinâmica foi se tornando cada vez mais intensa e orgânica. Em 2020, em agosto, eu realizei 10 entrevistas; em setembro, 13; e as 2 últimas, em outubro; sendo mais duas

visitas adicionais, em outubro, para concluir duas entrevistas. Das 33 regiões administrativas do DF<sup>50</sup>, as participantes residiam em 10 delas, sendo a região do Guará a mais representativa, com 20 das 33 participantes. A agenda das entrevistas era combinada de acordo com a disponibilidade de horário delas. Geralmente era realizada na moradia da haitiana ou no apartamento da minha auxiliar de pesquisa.

Durante as entrevistas, eram adotados os devidos cuidados, como o uso de máscara; a distância entre pesquisadora e participante; sem contatos físicos, como apertos de mão ou abraços; eu higienizava as mãos com álcool em gel antes de entrar na residência; e não utilizei transporte público durante a fase de campo para minimizar riscos de contaminação. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização delas. O meu orientador participou da realização de alguns deslocamentos em campo e de três entrevistas, trazendo contribuições importantes nessa fase da pesquisa empírica. Ele compartilhou comigo suas observações sobre a experiência do contato com as haitianas e suas famílias, residentes em diferentes cidades do Distrito Federal, que foram registradas no diário de campo.

Quanto  duração das entrevistas, 72% delas tiveram em média 60 minutos de duração. Há de se considerar que o envio prévio do questionário virtual ajudou a reduzir o tempo, que certamente seria maior. Contudo, 28% das entrevistas duraram em média duas horas. Isto se deveu ao perfil mais comunicativo de algumas participantes, o que eu não quis tolher. Duas delas precisaram ser feitas em momentos distintos, em razão do horário avançado, o que fez com que, somados os tempos de cada visita, chegasse a durar pouco mais de três horas em cada caso.

Quanto  representatividade, “pode-se considerar que uma amostra qualitativa ideal  a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo”. Portanto, a delimitação da quantidade de entrevistas seguiu o *critério de saturação*, quando percebi o alcance do conhecimento das dinâmicas e lógicas internas de meu objeto de pesquisa e a repetição dos dados davam sinais de que era a hora de parar (MINAYO, 2010, p.197).

Quando atingi as 20 entrevistas na região do Guará, já tinha muitos elementos para análise, as informações até já estavam se repetindo. Mas a concentração de casos em uma única localidade me deixava em dvida se seria suficientemente representativa para analisar a imigração haitiana de mulheres no DF. Então, decidi buscar haitianas em outras regiões com a finalidade de verificar se seus relatos tinham características semelhantes. Ou seja, precisava

---

<sup>50</sup> No capítulo 3 falo sobre as regiões administrativas e suas peculiaridades com maiores detalhes.

descartar a dúvida se a região de residência no DF seria uma variável que interferiria nos resultados mais gerais da pesquisa.

Para tanto, utilizei duas estratégias. A primeira foi pedir indicação às participantes já entrevistadas de haitianas moradoras de outras regiões do DF. A segunda foi retomar os contatos compartilhados por aquela informante-chave de uma ONG do DF. Deixei esta fonte de dados “engavetada” porque percebi que o contato telefônico direto, sem indicação prévia de um ou uma conterrânea, não era muito produtivo com essas mulheres. Eu já havia tentado falar com algumas das haitianas indicadas, mas não obtive muito sucesso. Como agora eu estava em uma situação mais tranquila, com o objetivo de apenas comparar e complementar os dados, voltar a esses contatos poderia ser uma boa alternativa.

O trabalho com esses contatos era ligar para as haitianas, verificar se seus telefones ainda estavam ativos e seguir o procedimento que vinha adotando com as outras participantes. A maioria dos contatos já não estava mais ativo, não tendo como saber se elas apenas trocaram o número de telefone ou se mudaram do DF ou mesmo do Brasil. Vale registrar que esses contatos telefônicos sem um ou uma fiadora de confiança, ou seja, um de seus pares que garantisse a confiabilidade da pesquisa e da pesquisadora, gerava muita suspeita nas mulheres contatadas.

O perfil patriarcal de algumas famílias haitianas, somado a menor fluência no português entre as mulheres dessa nacionalidade, além da desconfiança, fazia com que alguns contatos fossem intermediados pelo marido ou companheiro. Esses homens assumiam o controle da comunicação, fazendo uma série de perguntas sobre mim e a pesquisa. E só se eu conseguisse convencê-los de que a pesquisa não envolveria riscos para a esposa e família, e que traria algum benefício para eles, é que eu conseguia a permissão para falar com as mulheres.

Alguns homens e mulheres com quem falei me perguntavam se esta pesquisa iria ajudá-las a conseguir algum trabalho. Muitas estavam enfrentando grandes dificuldades nessa área, sobretudo em razão da pandemia. Obviamente eu não podia fazer promessas falsas ou mesmo pagar pela participação delas. E deixei isso muito claro. Eu estava de mãos vazias e talvez a sinceridade tenha ajudado. Mas dei como garantia de pesquisa o compromisso com o anonimato das participantes e ser fiel ao registro de suas informações, cujo resultado de pesquisa poderia auxiliar a política migratória a melhor avaliar os mecanismos públicos de integração de mulheres imigrantes no país. Embora, até isto não estivesse em minhas mãos.

Em suma, desse último trabalho da fase de campo, consegui mais 7 questionários virtuais respondidos, completando um total de 33 participantes, sendo 25 delas entrevistadas

presencialmente. E, assim, consegui ampliar geograficamente o campo para outras nove regiões administrativas (ou cidades satélites) do DF: Estrutural, Ceilândia, Arniqueiras, Samambaia, Paranoá, Taguatinga, São Sebastião, Asa Norte (unB) e Varjão (conforme o gráfico 11, na p.197).

Minha avaliação é que o sucesso da fase de campo desta pesquisa, apesar dos contratempos e limitações, se deveu ao fato de ter conseguido importantes informantes-chave e o engajamento das mulheres na indicação de outras haitianas, além de ter encontrado uma auxiliar de pesquisa surgida do próprio terreno empírico. Isto viabilizou a abertura do campo e promoveu o acesso até essas mulheres de uma forma orgânica e fluida.

De modo geral, avalio que houve empatia entre a pesquisadora e as interlocutoras, que permaneceram disponíveis a me ajudar na pesquisa, indicando outras mulheres e até se disponibilizando a apoiar na tradução crioulo-português voluntariamente. Sem dúvida, o fator "desconfiança" foi reduzido pela indicação ter vindo de informantes-chave confiáveis para essas mulheres. Ademais, a maior concentração da fase de campo na região do Guará não prejudicou o resultado do estudo, tendo em vista que a localização geográfica não é a variável mais significativa do objeto estudado. Pois, os dados das participantes das outras regiões confirmaram a faceta feminina da imigração haitiana no DF, já identificada no Guará.

Cabe registrar que, durante o doutorado, não recebi bolsa de estudo pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em razão de ser servidora pública. A pesquisa contou com o apoio financeiro do Decanato de Pesquisa e Inovação da UnB, por meio do projeto "Feminização da Migração Transnacional: um estudo interseccional sobre espaços laborais e redes de apoio das haitianas no Brasil", inscrito em conjunto com meu orientador, e aprovado no âmbito do Edital DPI/UnB nº04/2019, por meio do qual recebeu um auxílio no valor de quatro mil reais. Afora este auxílio, as despesas com a realização da pesquisa foram custeadas com recursos próprios da pesquisadora. Também estava previsto um período de 3 a 6 meses de doutorado sanduiche, em país que não chegou a ser definido, o que foi inviabilizado pela crise sanitária, que tornou impossível essa experiência de estudo em âmbito internacional. Mas que poderá ser realizada em oportunidades futuras, como um pós-doutoramento.

### **As participantes e seus relatos de vida**

A pesquisa foi orientada por uma matriz, na qual defini alguns critérios de características das participantes, de modo a alcançar uma maior abrangência do perfil das



haitianas. E, no decorrer da fase de campo, foram alterados e agregados outros critérios. O quadro abaixo mostra quantas participantes se enquadravam em cada critério da matriz.

**Quadro 1** - Matriz dos Critérios para Abrangência da Amostra da Unidade de Análise (mulheres imigrantes haitianas)

<b>CRITÉRIOS DE ABRANGÊNCIA DA AMOSTRA</b>	<b>Nº</b>
Mulheres residentes no DF	<b>33</b>
Mulheres a partir dos 18 anos	<b>33</b>
Mulheres solteiras	<b>14</b>
Mulheres casadas	<b>17</b>
Outros estados civis (acrescentado)	<b>02</b>
Mulheres com filhos	<b>17</b>
Mulheres sem filhos	<b>16</b>
Mulheres com boa fluência no português (mudei para: Mulheres que não precisavam de tradutora para se comunicar em português)	<b>18</b>
Mulheres sem boa fluência no português (mudei para: Mulheres que precisavam de tradutora para se comunicar em português)	<b>14</b>
Sem contato direto com a participante (acrescentado)	<b>01</b>
Mulheres que migraram sozinhas	<b>23</b>
Mulheres que migraram acompanhadas	<b>10</b>
Mulheres que têm como destino final o Brasil	<b>18</b>
Mulheres que têm como destino final outro país	<b>11</b>
Mulheres que não têm certeza sobre o destino final	<b>04</b>
Mulheres inseridas no mercado formal de trabalho	<b>10</b>
Mulheres inseridas no mercado informal de trabalho	<b>06</b>
Mulheres sem trabalho	<b>18</b>
Mulheres recém-chegadas ao Brasil (com menos de 1 ano)	<b>09</b>
Mulheres com 2 a 5 anos no Brasil (mudei para: mais de 1 até 5 anos)	<b>19</b>
Mulheres com mais de 5 anos no Brasil	<b>05</b>

Fonte: Elaboração própria.

No quadro abaixo, apresento as participantes a partir dos seus nomes fictícios e algumas informações pessoais e socioeconômicas. Nela estão as 25 haitianas que foram entrevistadas, razão pela qual são identificadas por nomes que elas próprias se deram para serem apresentadas neste estudo.

Quadro 2 - Haitianas participantes da pesquisa segundo dados socioeconômicos

NOME FICTÍCIO	IDADE EM 2020	ORIGEM	RELIGIÃO	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	Nº FILHAS/OS	COM QUEM MORA?	TEMPO NO BRASIL EM MESES	LOCAL DE MORADIA	PROFISSÃO	OCUPAÇÃO EM 2020
SOFIA	30	Port-au-Prince/Ouest	Protestante	Graduação Incompleta	União Estável	Estou grávida do primeiro filho	Companheiro	16	Arniqueiras ADE Águas Claras	Esteticista	Sem trabalho
VITÓRIA	32	Anse d'Hainault/Grande-Ance	Protestante	Ensino Médio Completo	Casada	Um	Marido; filho; amigo; Cunhado	50	Guara II	Técnica de Informática	Sem trabalho
LILINE	33	Port-au-Prince/Ouest	Protestante	Pós-Graduação Incompleta	Solteira	Não tenho filhos	Irmão; amigo	108	Guara I	Arquiteta, Paisagista e Urbanista; Microempresária	Microempre-endedora (MEI)
ISMAELLE	33	Port-dePaix/Nord-Ouest	Católica	Graduação Completa	União Estável	Um	Companheiro; filha; outro parente	33	Guara II	Professora (Primário)	Sem trabalho
LIA	32	Croix-des-Bouquets/ Ouest	Protestante	Ensino Médio Completo	Solteira	Não tenho filhos	Irmãs (2)	58	Guara II	Comerciante; Trancista	Sem trabalho
CHELO	28	Les Cayes/ Sud	Protestante	Graduação Incompleta	Casada	Um	Marido; filho	33	Guara II	Auxiliar de Enfermagem	Trabalho formal
MARIA	23	Jean-Rabel/ Nord-Ouest	Católica	Graduação Incompleta	Solteira	Não tenho filhos	Amiga	13	Guara II	Trancista; Confeiteira	Trabalho informal por conta própria
MISOULA	38	Jean-Rabel/ Nord-Ouest	Protestante	Ensino Médio Completo	Casada	Não tenho filhos	Marido	77	Guara II	Atendente	Trabalho formal; Trabalho informal por conta própria
STEPHE	27	Croix-des-Bouquets/ Ouest	Protestante	Ensino Médio Completo	Solteira	Não tenho filhos	Irmãs (2)	6	Guara II	Sem profissão	Eu nunca trabalhei no Brasil
MIA	30	Croix-des-Bouquets/ Ouest	Protestante	Graduação Completa	Solteira	Não tenho filhos	Irmãs (2)	59	Guara II	Professora (Primário)	Sem trabalho
ILENE	30	Léogâne/ Ouest	Protestante	Ensino Médio Completo	União Estável	Um	Marido; filha	44	Guara II	Técnica em Gastronomia	Sem trabalho
CLAUDIA	23	Môle Saint-Nicolas/ Nord-Ouest	Católica	Graduação Incompleta	Solteira	Não tenho filhos	Amigos	6	Guará II	Estudante	Eu nunca trabalhei no Brasil
ADELINE	36	Jacmel/ Sud-Est	Protestante	Graduação Incompleta	Casada	Um	Marido; filha	6	Guará II	Secretária Escolar	Eu nunca trabalhei no Brasil
CLARA	25	Port-au-Prince/Ouest	Protestante	Graduação Incompleta	União estável	Um	Companheiro; filho; amigas (2)	40	Guará II	Operadora de Caixa	Trabalho formal
FABIÓLA	23	Port-dePaix/Nord-Ouest	Católica	Ensino Médio Incompleto	Solteira	Não tenho filhos	Amiga	8	Guará II	Trancista	Estou sem trabalho; trabalho informal por conta própria
CARLINE	22	Miragoâne/Nippes	Católica; Protestante	Ensino Médio Incompleto	União estável	Não tenho filhos	Companheiro	8	Guará II	Cuidadora (criança e idoso)	Eu nunca trabalhei no Brasil
MADOCHÉ	52	Jérémie/ Grande-Anse	Católica	Ensino Fundamental Completo	União estável	Três	Filha	7	Guará II	Comerciante	Eu nunca trabalhei no Brasil
DASHMY	25	L'Asile/ Nippes	Protestante	Ensino Médio Completo	União estável	Um	Companheiro; filho	18	Guará II	Boleira	Trabalho informal para terceiros
SHERLEY	24	Port-au-Prince/Ouest	Protestante	Ensino Médio Completo	Solteira	Não tenho filhos	Irmã; amigos (3)	36	Guará II	Atendente e Caixa	Trabalho informal para terceiros
VENISE	27	Port-au-Prince/Ouest	Protestante	Graduação Incompleta	Solteira	Não tenho filhos	Irmã; amigos (3)	9	Guará II	Gerente	Trabalho informal para terceiros
JOANA	30	Port-au-Prince/Ouest	Católica; Protestante	Ensino Médio Incompleto	Solteira	Um	Mãe	8	Guará II	Comerciante; Cuidadora (criança); Empregada Doméstica	Sem trabalho
NAHOMIE	28	Pétionville/Ouest	Protestante	Graduação Incompleta	Solteira	Não tenho filhos	Sozinha	70	Cidade Estrutural	Auxiliar de Enfermagem; Operadora de Caixa	Trabalho formal
BIANCA	23	Les Cayes/ Sud	Sem religião	Ensino Médio Completo	União estável	Um	Companheiro; filho; outro parente	17	Ceilândia Norte	Profissional de Hotelaria e Turismo; comerciante	Eu nunca trabalhei no Brasil
ANASTÁSIA	51	Saint-Marc/ Artibonite	Protestante	Ensino Médio Incompleto	Viúva	Três	Filhos (2)	31	Ceilândia Sul	Comerciante	Sem trabalho
JOZELINE	36	Anse-à-veau/Nippes	Protestante	Ensino Médio Incompleto	Casada	Dois	Marido; filhos (2)	38	Paranoá	Comerciante	Trabalho formal

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa

No quadro seguinte, podemos ver as oito participantes que responderam ao questionário virtual, mas não foram entrevistadas, razão pela qual não estão identificadas pelo nome fictício.

**Quadro 3** - Haitianas participantes apenas do questionário virtual da pesquisa segundo dados socioeconômicos

NOME FICTÍCIO	IDADE EM 2020	ORIGEM	RELIÇÃO	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	Nº FILHAS/OS	COM QUEM MORA?	TEMPO NO BRASIL EM MESES	LOCAL DE MORADIA	PROFISSÃO	OCUPAÇÃO EM 2020
Haitiana 26	28	Dessalines/ Artibonite	Protestante	Ensino Fundamental Completo	Casada	Um	Com meu esposo ou companheiro; Com minha filha ou filho (s);	20	São Sebastião	Costureira	Trabalho formal
Haitiana 27	44	Léogâne/ Ouest	Sem religião	Ensino Fundamental Completo	Separada / Divorciada	Um	Com minha filha ou filho (s)	69	Paranoá	Costureira	Trabalho formal
Haitiana 28	36	Cap-Haitien/ Nord	Protestante	Ensino Médio Completo	Casada	Quatro	Com meu esposo ou companheiro	56	Taguatinga	Cozinheira	Trabalho formal
Haitiana 29	24	Plaine du Cul-de-Sac / Ouest	Protestante	Graduação Incompleta	Solteira	Não tenho filhos	Com outros estudantes	30	Asa Norte (UnB)	Estudante	Eu nunca trabalhei no Brasil
Haitiana 30	22	Carrefour/ Ouest	Protestante	Ensino Médio Completo	Solteira	Não tenho filhos	Com minha irmã ou irmão (s); Com minha amiga ou amigo (s)	11	Varjão	Secretária	Eu nunca trabalhei no Brasil
Haitiana 31	27	Carrefour/ Ouest	Protestante	Ensino Médio Completo	Casada	Não tenho filhos	Com meu esposo ou companheiro	47	Varjão	Vendedora; Atendente	Trabalho formal
Haitiana 32	30	Gressier/ Ouest	Protestante	Ensino Médio Incompleto	União Estável	Quatro	Com meu esposo ou companheiro; Com minha filha ou filho (s);	88	Varjão	Cozinheira; Cabeleireira	Sem trabalho
Haitiana 33	20	Gonaïves/ Artibonite	Protestante	Graduação Incompleta	Solteira	Não tenho filhos	Com minha irmã ou irmão (s);	37	Samambaia Sul	Administradora	Sem trabalho

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa

Para compreender as dinâmicas migratórias das haitianas e aprofundar as categorias deste estudo foi necessário analisar suas trajetórias, numa perspectiva diacrônica, desde o momento do seu envolvimento no projeto migratório, ainda no Haiti, até o momento atual de suas vidas, no Brasil. Essas autobiografias, que prefiro chamar de “relatos de vida” (BERTAUX, 1989), me possibilitaram articular as realidades individuais com o contexto social mais amplo, no qual essas histórias se desenvolveram/desenvolvem.

De acordo com Dubar (1998, s/p), analisar trajetórias individuais coloca o pesquisador ou pesquisadora diante de duas questões identitárias fundamentais. De um lado, estaria o universo objetivo, que envolve o processo de categorização, com o fim de atribuir uma “identificação social (como sou definido/o que dizem que sou)”, num determinado campo, a partir do olhar de um outrem (pessoal) ou mesmo de uma estrutura (institucional). Por outro lado, estaria o universo subjetivo, a partir de uma “identificação pessoal (o que sou/gostaria de ser)”, numa linguagem biográfica ou autobiográfica, por meio da qual os indivíduos atribuem sentido as suas trajetórias em vários campos (familiar, educacional, profissional,

migratório etc.) o que, segundo o autor, “[...] é a (re)construção subjetiva de uma definição de si”.

Bourdieu (2011 [1986]) é um dos críticos desta abordagem, que ele chama de “ilusão biográfica”. Para ele, a história de vida enquanto um recurso de produção de conhecimento sociológico é absurdo. Ele parte da premissa de que o narrador, em cumplicidade com o incentivo do investigador, se inspira no desejo de dar sentido a sua própria história e identidade, construindo uma narrativa romântica da sua própria realidade, utilizando-se da memória que tem de acontecimentos desconexos, descontínuos e aleatórios, tentando colocá-los em uma sequência histórica e coerente, quando a vida real não é assim.

Tais críticas exigem da pesquisadora um trabalho empírico ainda mais vigilante e a clareza de que muito mais que uma ouvinte passiva, ela é uma coadjuvante dessa história, onde ela tem as perguntas e sua interlocutora vai tentando reconstruir suas memórias de forma lógica e coerente, resultando mais numa representação da história de vida real (ALBUQUERQUE, 2013). Motivo pelo qual, Bertaux (1989) prefere utilizar o termo “relato de vida”, com o qual concordo, por considerar que a história contada pela interlocutora é mais uma narrativa da sua história de vida que a própria história em si.

### **O processo de construção do relatório da pesquisa: análise, redação e validação dos resultados**

Creswell (2007) nos esclarece que a análise “é um processo constante, envolvendo refletir continuamente sobre os dados, fazer perguntas analíticas e redigir memorandos durante todo o estudo”. Esta fase acompanha toda a pesquisa, desde a coleta, o que requer o constante questionamento dos dados, visando descobrir o que eles têm a mostrar. Esse processo contínuo me ajudou a revisar os instrumentais quando surgiram informações novas no processo de coleta que não estavam contempladas no questionário e no roteiro de entrevista, a exemplo da questão do Auxílio Emergencial, benefício assistencial concedido pelo governo federal durante a pandemia.

Para analisar os dados do questionário virtual, utilizei o recurso do próprio Google Formulários, que sistematiza as respostas e cria gráficos automaticamente. Mas também criei uma planilha de Excel, com todos os dados objetivos da pesquisa. Pois durante as entrevistas alguns dados dos questionários foram atualizados ou corrigidos, o que foi feito nessa planilha, onde também criei tabelas e gráficos. Quanto às entrevistas, as transcrições foram feitas pela pesquisadora, nos intervalos entre uma e outra. Busquei ser literal nesse trabalho,

acrescentando notas explicativas entre colchetes apenas quando o entendimento do trecho da fala da participante ficava muito comprometido.

Depois, criei um projeto dentro do *software* de análise de dados qualitativos denominado Atlas.ti<sup>51</sup>, no qual anexe as 25 entrevistas transcritas. Em seguida, realizei a leitura delas e a marcação das palavras e trechos que se destacavam. Essas marcações eram agrupadas em códigos que eu mesma criei, que depois foram reagrupados em códigos mais amplos. Desse processo, iniciado com 29 códigos mais representativos e outros com menos destaque, concluí a fase de codificação. Em seguida, a partir desse trabalho de categorização, defini oito categorias-chave: projetos migratórios, redes sociais, remessas, vida no Brasil, vida no Haiti (ou outro país), mercados de trabalho, *care* e discriminações. Este foi um longo processo de captura da essência dos dados por baixo da aparência do fenômeno pesquisado.

O trabalho posterior foi redigir memorandos temáticos dentro do próprio *software*, triangulando os dados obtidos na pesquisa documental e bibliográfica, bem como nas entrevistas e nos questionários virtuais. A análise desse conjunto de evidências empíricas contemplou as percepções da pesquisadora, mas também as teorias estudadas, numa relação dialética de confrontação entre os dados empíricos e teóricos. Essa fase durou de agosto/2020 a janeiro/2021.

O próximo passo foi redigir as primeiras versões do relatório de pesquisa, fazendo o trabalho de diálogo constante dos resultados com a literatura contemporânea sobre os temas inicialmente pensados no projeto e posteriormente destacados pelas evidências de pesquisa. Também de diálogo com o orientador nos processos de revisão da redação, cuja escrita ocorreu entre fevereiro e maio de 2021. E ainda agregando as contribuições dos membros da banca examinadora da tese, resultando nesta versão final.

Creswell (2007, p.200) esclarece que a validade “é vista como um ponto forte da pesquisa qualitativa, mas é usada para determinar se os resultados são acurados do ponto de vista do pesquisador, do participante ou dos leitores de um relato”. A primeira estratégia que utilizei para validar os resultados deste estudo foi conversar com minha auxiliar de pesquisa e um dos meus informantes-chave, ambos haitianos, para esclarecer dúvidas surgidas do processo de análise dos dados. Fiz uma lista de perguntas sobre todas as questões que me intrigavam em relação aos resultados empíricos (geralmente relacionadas com o Haiti, a

---

<sup>51</sup> Forte *et al* (2017) afirmam que o uso de tecnologias computacionais (CAQDAS – Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software) tem sido cada vez mais comum para auxiliar a pesquisadores e pesquisadoras no processo de análise de grandes quantidades de dados, possibilitando um maior espaço de tempo para a concentração na tarefa de análise crítica e reflexiva dos dados e oferecendo maior rigor científico às pesquisas qualitativas.

cultura haitiana, as relações sociais, as motivações, as visões de mundo que emergiam dos dados). Depois convidei meu informante-chave para uma videoconferência na qual ele me esclareceu muitas dúvidas. Aquelas mais relativas ao gênero, a minha ajudante de pesquisa, Maria, fazia comentários que clareavam minha percepção da faceta feminina da imigração haitiana.

A segunda estratégia foi conferir outras pesquisas relacionadas à imigração haitiana no Brasil, especialmente de mulheres, a fim de verificar convergências e discrepâncias. Estas proximidades e distâncias foram indicadas no corpo da tese. Em terceiro lugar, busquei registrar possíveis vieses da pesquisa; bem como, as informações contraditórias que surgiram dos dados, mostrando a própria complexidade e dialética que envolve o processo de construção do conhecimento feito a várias mãos – minhas, das participantes, de outros estudiosos do assunto, de colaboradores.

Ademais, tentei realizar uma descrição detalhada e densa, mas em uma linguagem simples, de modo a possibilitar às leitoras (especialmente as haitianas) clareza sobre os resultados do estudo, guardados os devidos cuidados para não identificação das interlocutoras. Também enviei um relatório final da pesquisa ao Comitê de Ética (CEP) para avaliação deste processo de investigação científica. E compartilhei os resultados deste estudo com as participantes; e com a comunidade científica e a sociedade, inclusive organizações governamentais e não governamentais, para fomentar o diálogo e reflexões sobre o tema.

### **Os cuidados éticos**

Booth, Colomb e Williams (2005, p.325,327) terminam sua obra “A arte de pesquisar” com uma breve reflexão sobre pesquisa e ética. Destacam a preocupação que todas as pesquisadoras precisam ter na comunicação de seus estudos, considerando que a pesquisa não está mais restrita ao seletivo espaço acadêmico. Mais do que nunca ela é uma “atividade inteiramente social”, que ocupa atualmente as mais diversificadas esferas da sociedade. Portanto, “a pesquisa oferece a todo pesquisador um convite à ética, que, quando aceito, pode servir aos maiores interesses, tanto do próprio pesquisador, como de seus leitores”.

Partindo desse pressuposto, este estudo foi desenvolvido de acordo com as normas éticas brasileiras para pesquisas com seres humanos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 196/1996. Nesse sentido, cabe destacar a importância dos comitês de ética em pesquisa na proteção dos direitos de participantes de estudos científicos, conforme já apontado em Oliveira e Guedes (2013). Os quais têm o desafio de abrirem espaço em suas

composições para a entrada cada vez maior de participantes dos estudos, no papel de avaliadores dos aspectos éticos dos projetos de pesquisa, sendo essa uma reivindicação já presente entre povos indígenas e originários (GUEDES; GUIMARÃES, 2020).

De acordo com Creswell (2007), as questões éticas em uma pesquisa podem ser previstas e precisam ser observadas em todo o processo de elaboração e operacionalização do estudo. De modo que a pesquisadora tem obrigações para com as participantes, os locais investigados e leitores e leitoras potenciais. O processo qualitativo de coleta de dados promove uma invasão da vida das informantes, podendo inclusive surgir informações confidenciais que não devem ser expostas ao público. E estas têm direitos, necessidades, valores e desejos que devem ser considerados e respeitados pela pesquisadora.

É certo que toda pesquisa possui certo grau de riscos. Além daqueles mais comuns, tivemos ainda os riscos inerentes à crise sanitária, provocada pela pandemia de Covid-19. Este fator agregou uma série de outras preocupações, cujo cuidado ético era uma garantia à própria vida das pessoas envolvidas na fase de campo da pesquisa qualitativa. Para minimizar esses riscos, busquei seguir as orientações recomendadas pelos órgãos de vigilância sanitária; adequiei as estratégias de pesquisa às necessidades do momento; pausei a fase de campo nos momentos mais críticos e incertos da pandemia; reduzi o tempo de contato com as participantes; quando necessário, fracionamos as entrevistas para encurtar o tempo de contato, que durou em média 60 minutos; e, nos encontros presenciais, sempre fizemos uso dos recursos de segurança recomendados, como máscara, distância física e álcool em gel. Outras medidas também foram adotadas, como a não utilização de transporte público para se dirigir às residências das participantes, o que onerou ainda mais a pesquisa, mas reduziu os riscos da fase de campo.

Quanto aos compromissos assumidos no projeto de pesquisa, só fui a campo após a sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme parecer do Anexo 1. Foram oferecidas as devidas orientações às participantes sobre o objetivo da pesquisa e sobre a pesquisadora, também sobre os procedimentos na coleta de dados e a forma de devolutiva dos resultados da pesquisa. As participantes foram informadas ainda sobre a liberdade de solicitar esclarecimentos adicionais e de desistir de sua participação a qualquer momento, por ser voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Todas essas informações estavam disponíveis no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cuja cópia assinada foi entregue durante as entrevistas, conforme modelo no Apêndice 2. No início da gravação da entrevista foi solicitada a anuência da interlocutora em participar da pesquisa.

Outro compromisso ético cumprido para com as participantes deste estudo foi o encaminhamento por e-mail de uma cópia eletrônica da tese, como forma de socialização dos resultados desta pesquisa com quem ajudou a construí-la. Além disso, todas foram convidadas a assistirem a banca de defesa da tese, ocorrida em 01/07/2021, de forma virtual, sem transmissão de imagem das pessoas convidadas. Quanto ao cuidado com a veracidade dos resultados, no decorrer da análise dos dados, cheguei a contatar algumas das participantes para conferir informações e a precisão deles. Ademais, foi garantido o sigilo absoluto da identificação das participantes da pesquisa, cujos nomes fictícios utilizados neste relatório final foram indicados pelas mesmas, identificando apenas a região de moradia. Os seus dados pessoais ficarão de posse exclusiva da pesquisadora, por período de até cinco anos e depois serão descartados.

Quanto às pessoas que participaram deste estudo como informantes-chave, suas identificações também foram mantidas em sigilo, mesmo algumas que representavam instituições, por terem colaborado com o estudo de forma voluntária e informal. Não houve terceirização da coleta de dados e transcrição das entrevistas, e estas foram realizadas apenas pelas pessoas envolvidas no estudo, a exemplo da pesquisadora, do orientador (em alguns momentos), e da auxiliar de pesquisa (que assinou termo de confidencialidade sobre os dados). Não foi utilizada linguagem ou palavras preconceituosas contra as participantes da pesquisa em razão de sexo, orientação sexual, raça ou grupo étnico, religião, deficiência ou idade. Feito este detalhado registro do como a pesquisa foi realizada, convido a leitora e o leitor a viajarem comigo nas histórias contadas nesta tese e conhecermos um lado das migrações internacionais ainda pouco aprofundado, a participação das mulheres nesse movimento.



**PARTE I: EIXO “TRAJETÓRIAS E REDES”**

*“No Haiti, desde criança, nosso pai viaja muito pros Estados Unidos. Só que meu sonho não é por Brasil e por Argentina. Porque, por la verdade, desde criança, eu não conhecia esse país. Quando eu começou a crescer eu entender só do futebol, na copa do mundo [Brasil e Argentina]. É meu sonho [migrar], porque meu pai viaja quando eu tenho sete anos. Meu sonho é que meu pai vai arrumar todos as papel, me dá residência, pra entrar nos Estados Unidos. Só ainda ficar difícil. Entendeu?”*

(Maria)

## **CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÃO HAITIANA TRANSNACIONAL: UM OLHAR SOBRE O HAITI E AS REDES SOCIAIS HAITIANAS**

O tema da imigração haitiana no Brasil está demarcado nesta tese a partir dos anos 2010, pelo recorte de gênero e, geograficamente, situada no Distrito Federal (DF). E o seu ponto de partida é o Haiti, por onde tudo começou. É lá onde, em minha opinião, se encontram muitas das respostas às questões iniciais desta pesquisa. E, principalmente, as questões que surgiram do próprio campo empírico. Diante das narrativas das participantes sobre os problemas (de várias ordens) que tornaram a sua permanência no Haiti insustentável, pareceu-me necessário introduzir este capítulo com uma contextualização sobre o Haiti, desde sua fase colonial, quando se originam muitos dos problemas apontados pelas minhas interlocutoras.

Na sequência, trago uma abordagem conceitual sobre teorias migratórias que tem buscado responder as causalidades dos movimentos humanos internacionais e porque eles persistem. E ainda outros conceitos que, na minha avaliação, refletem bem a mobilidade haitiana no país, inclusive das mulheres. São as noções de migração transnacional, redes sociais, cadeias e redes migratórias, campos sociais transnacionais. Lembrando que o meu lugar de reflexão conceitual está vinculado principalmente ao campo disciplinar de estudos em Política Social e Serviço Social, que faz parte da minha formação, razão pela qual expandirei esta tese para aspectos mais sociais dessa imigração.

A partir desse aporte teórico, apresento os dados relacionados às redes sociais das participantes deste estudo, com as quais mantêm uma relação bastante presente e constante, onde trocas de afetos, informações e apoio material se realizam. Além disso, restou claro que suas redes pessoais, não apenas no Brasil e Haiti, como em outros países, possibilitaram seu projeto migratório na decisão e planejamento, bem como na viagem, chegada e permanência no país de imigração, até a fase empírica deste estudo. E quando escrevo “até” se deve a característica muito peculiar de circularidade desse movimento migratório, que também se percebe na sua face feminina.

### **1.1. O HAITI: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

As participantes desta pesquisa se referiram ao Haiti pelos seus distúrbios sociais, econômicos, políticos e ambientais, apontando problemas como o desemprego, fome, carestia,

falta de infraestrutura, insuficiência de serviços sociais básicos, guerra civil, corrupção no governo, violência, terremoto. Algumas delas usaram a conjunção subordinativa “se” para condicionar sua decisão de partir ou ficar. Como a Nahomie<sup>52</sup>, que afirmou: “[...] *Se meu país tivesse serviço grande, é melhor ficar. Só visitar e depois voltar pra fazer meu serviço no meu lugar, abrir um comércio, fazer outras coisas. Não é pra ficar no país dos outros não. Só pra visitar mesmo [...] e depois voltar pro meu lugar. Entendeu?*”.

Logo, para entendermos as motivações da emigração<sup>53</sup> haitiana é fundamental um olhar sobre a história desse país, que gera nas participantes da pesquisa o sentimento de pertencimento – o lugar que elas podem chamar de seu. Nas palavras de Pinto (2018, p.846), “se desejarmos entender minimamente uma forma de se ser haitiano [e haitiana] na atualidade, cuja essência se funda no laço entre localidade e globalidade, torna-se imprescindível tentar compreender o peso e o curso da história do Haiti”. Com esse intuito, farei um breve histórico do Haiti, desde a sua fase colonial, sem a pretensão de esgotar o assunto, buscando apenas elementos para melhor compreender os meandros que formam o emaranhado de problemas incentivadores da mobilidade haitiana, especialmente em conjunturas específicas.

### 1.1.1. O Haiti colonial

O Haiti está situado no lado ocidental da Ilha de São Domingos, compartilhada com a República Dominicana, que fica ao leste. Ele é banhado pelo Oceano Atlântico e pelo mar do Caribe. Fora da grande ilha, seus vizinhos mais próximos são Cuba, a 90 km, e Jamaica, a 190 km. Não à toa era conhecido pelos nativos mais primitivos como *Ahiti* (“montanha” no vocábulo do caribe<sup>54</sup>), pois com mais de 27.000 km<sup>2</sup>, 80% do seu território é montanhoso, sendo 98% de área não urbana e apenas 2% urbana, onde se concentra metade de sua população. A capital do país é Port-au-Prince (HAITI, 2015, 2018).

---

<sup>52</sup> Conforme informado no capítulo sobre Método, os nomes das participantes que serão apresentados a partir deste ponto foram criados pelas entrevistadas em alternativa ao nome real, de modo a preservar a identidade, sendo esse um cuidado ético adotado em acordo com os princípios da ética em pesquisa, com base na Resolução nº 510/2016.

<sup>53</sup> Em alguns momentos utilizarei os termos emigração e imigração por uma questão didática, para me referir a emigrante na perspectiva de quando esta sai de seu país, e de imigrante, na perspectiva de sua chegada e permanência no país de destino ou de assentamento. Mas concordo com a relação dialética com que Sayad (1998, p.14,16,18) trabalha os termos emigração e imigração. Segundo ele, “na origem da imigração encontramos a emigração, [...] duas faces de uma mesma realidade [...]”. Ou seja, “o imigrante, antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante”. Logo, ao tratarmos de migrações internacionais, é necessário analisarmos as causas “endógenas” que o atraíram a determinado país, mas também as causas “exógenas” que o expulsaram de seu país.

<sup>54</sup> Cf. James (2010, p.19).

Conhecido em seu apogeu econômico como a *Pérola das Antilhas* (DORSAINVIL, 1934) e consagrado como o primeiro e único país do mundo liberto por uma revolução operada pela base, os próprios escravos (JAMES, 2010), o Haiti é fruto de uma construção histórica que tem no colonialismo sua origem. Conforme o Manuel d'Histoire d'Haiti (DORSAINVIL, 1934. p.6-11), em 1492 teve início a sua colonização, quando Cristóvão Colombo pisou nessa terra, a qual deu o nome de Hispaniola. Seus primeiros habitantes, chamados de *Chemès* ou *Chemis*, se organizavam em cinco reinos ou “*caciquats*”, denominados: la Magua, le Marien, le Xaragua, la Maguana e le Hyguy.

Sua organização política, social e religiosa era simples e os cinco reinos viveram em harmonia, unidos por laços familiares, que também formavam uma força militar contra as tribos rivais em períodos de ameaça. A chegada dos espanhóis os surpreendeu e amedrontou. Eles eram um povo aparentemente pacato (DORSAINVIL, 1934). Chomsky (1993, p.237) cita que os habitantes originais da Ilha foram descritos por Colombo como ““amabili, docili, pacifici, miti, rispettosi”, e la loro terra ‘ricca e rigogliosa’”<sup>55</sup>. Gostavam de criar canções rítmicas em celebrações especiais e para seus deuses (Zemes), compostas por poetas chamados de Sambas, tendo como principal poetisa, à época, uma nativa chamada Anacaona (DORSAINVIL, 1934).

Com a chegada dos europeus, entrou também no país “o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome)” (JAMES, 2010, p. 19). No início de sua colonização havia cerca de um milhão de *Chemis* em Hispaniola. Cinquenta anos depois, poucas centenas sobraram do processo de extermínio<sup>56</sup>. Os índios foram obrigados a realizar trabalhos forçados nas minas de ouro e nas plantações de algodão e tabaco e, rapidamente, foram sendo eliminados pela própria dureza desses trabalhos e pelo tratamento cruel, mas também pelas doenças trazidas pelos brancos<sup>57</sup> (DORSAINVIL, 1934).

Os espanhóis experimentaram não mais de 70 anos de paz como proprietários exclusivos da Ilha. A baixa dos trabalhadores servís e os poucos colonos dispostos ao serviço pesado lhes renderam pouco tempo de prosperidade. Em 1625, quase todos os índios haviam sido dizimados. A região ficara praticamente deserta e desguarnecida, o que facilitou o caminho para ingleses, holandeses e franceses. Nesse período, aventureiros franceses se

---

<sup>55</sup> Tradução livre: ““amáveis, dóceis, pacíficos, mansos, respeitosos”, e sua terra ‘rica e luxuriante’” (CHOMSKY, 1993, p.237).

<sup>56</sup> Chomsky (1993) nos informa que sobraram apenas cerca de 200 indígenas.

<sup>57</sup> Segundo Dorsainvil (1934), houve uma terrível epidemia de varíola no período colonial que matou 200.000 pessoas.

estabeleceram na Ilha de Tortuga, a nove quilômetros de Hispaniola, que se tornou alvo de disputa e teve seu nome mudado pelos franceses para São Domingos. Foram muitos os conflitos com os espanhóis até que, em 1695, a Espanha cedeu e deu aos franceses o direito legal sobre esta parte da ilha, por meio do Tratado de Ryswick<sup>58</sup> (DORSAINVIL, 1934). A exploração espanhola se concentrou onde hoje fica a República Dominicana.

Já em 1503, com a insuficiente força de trabalho indígena, foi introduzida na economia extrativista e agrária colonial a mão de obra negra, por meio do tráfico de escravos trazidos da África, mas sem muito sucesso inicialmente (DORSAINVIL, 1934). Em 1517, foi retomada a importação de escravos, chegando a 15 mil nesse ano<sup>59</sup> e, na sequência, levando a ilha a uma ocupação total de meio milhão de escravos. Assim foi iniciado, “no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão” (JAMES, 2010. p.20). Dorsainvil (1934) registrou que eles vieram da costa da África, especialmente Congos, Aradas, Nagos, Ibos, Cangas, Caplaous, Pangs, Moundongues, dentre outros. Cerca de mais de dois terços da população residente na Ilha eram de escravos africanos. O restante da população era formado por cerca de 40 mil colonos brancos e 30 mil mulatos e negros livres (CHOMSKY, 1993).

A cor da pele definia o lugar de cada um na sociedade colonial da época. James (2010) cita uma infinidade de matizes que foram criadas para classificar as pessoas e aqueles tidos como não humanos, gerando conflitos e ressentimentos entre as classes: brancos, negros e mulatos. Nas palavras do autor:

As vantagens de ser branco eram tão evidentes que o preconceito de raça contra os negros impregnou a mente dos mulatos, que tão amargamente se sentiam ressentidos pelo tratamento preconceituoso que recebiam dos brancos. Os escravos negros e os mulatos se odiavam. Fosse em palavras, fosse devido ao seu sucesso na vida, fosse pelos seus variados procedimentos, os mulatos demonstravam a mesma perfídia que os brancos ao reivindicar uma superioridade inerente. Assim, o homem de cor que era quase branco desprezava o homem de cor que era apenas meio branco, que por sua vez desprezava o homem de cor que era um quarto branco e assim por diante, percorrendo todos os matizes. Os negros livres, [...] não eram muitos, e tão desprezada era a pele negra que mesmo um mulato escravo sentia-se superior ao negro livre. O mulato preferia tirar a própria vida do que ser escravo de um negro. (JAMES, 2010, p.53-54).

Isto não era apenas uma forma de discriminação e preconceito, mas uma política governamental implementada com muito sucesso. O Estado era acionado para impor a demarcação das diferenças entre brancos livres, escravos, e negros e mulatos libertos. Até o

---

<sup>58</sup> Esse Tratado foi “assinado na cidade de Ryswick, na Holanda, de 20/9 a 30/10/1697, que pôs fim a guerra de coalizão dos Habsburgos. (N.do T.)” (JAMES, 2010, p.20, Nota 2).

<sup>59</sup> A média de importações permaneceria de 10 a 15 mil entre os anos de 1764 e 1771; subindo para 27 mil em 1786; e, chegando ao patamar de 40 mil escravos por ano a partir de 1787, o que encheu a colônia de negros e negras, chegando a meio milhão de escravos (JAMES, 2010, p.65).

idioma marcava as diferenças sociais: os escravos falavam um francês mais rude conhecido como *créole*, os brancos livres falavam o francês mais polido da metrópole, e os mulatos libertos se esforçavam para alcançar este patamar. As vestimentas também definiam as pessoas. Mesmo libertos, negros e mulatos eram proibidos de se vestirem com determinadas indumentárias exclusivas dos brancos (JAMES, 2010, p.33). Joseph (2008, p.102), com base principalmente na obra de Frantz Fanon (*Pele negra, máscara branca, 1952*), destaca a importância do espaço social para entender a persistência da segregação racial. Pois, nas palavras do autor, “não vivemos e trabalhamos em um vácuo, mas sim, em um espaço que estabelece nosso *status* e poder, em parte, por intermédio da cor”.

Uma coisa é certa, a exploração da força de trabalho negra foi a responsável pela incomparável prosperidade daquela Ilha, elevando São Domingos ao patamar de “mercado do Novo Mundo” (JAMES, 2010, p.60), enriquecendo os latifundiários e a burguesia da época. A colônia abastecia o comércio exterior com seus produtos primários, especialmente açúcar, algodão, café, couro, melado, anil, tabaco, cacau e rum. Em 1789, ela sozinha era responsável por 11 dos 17 milhões de libras das exportações francesas. E recebia, em contrapartida, suprimentos manufaturados da Metrópole, nem sempre suficientes para atender as suas necessidades, que eram amenizadas pelo mercado clandestino – os escravos ficavam por último e muitos morriam de fome (JAMES, 2010).

Essa ideologia de dominação de brancos sobre as pessoas de cor servia também para reforçar a sistemática divisão racial do trabalho, já que, nessa lógica, a cor definia naturalmente papéis e lugares específicos na nova estrutura global do trabalho. E com isso, “uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido” (QUIJANO, 2005, p.119). Mas, para atingir esse sucesso, foi necessário domesticar a força de trabalho africana, que chegava à Ilha amargurada, furiosa e ressentida com a barbárie sofrida. E, “[...] para amedrontá-los e torná-los dóceis era necessário um regime de calculada brutalidade e de terrorismo [...]. Pela menor falta, os escravos recebiam a mais dura punição.” (JAMES, 2010, p.26).

Ou seja, tratavam de desumanizar o negro, como o fizeram com o índio, para poder justificar sua exploração, de modo que eles não fossem “o semelhante do homem” branco e colonizador (FANON, 1968, p.9). Joseph, com base em Fanon, deixa claro que não é inocente “o mito do negro mal”. “O negro [...] é vítima da civilização Europeia” (JOSEPH, 2015b, p.545). Pois, na Europa, o negro é a representação simbólica do mal – “Satã é negro”; o

“negro simboliza o pecado”; o negro representa “o lado obscuro da alma” (JOSEPH, 2008, p.107).

James (2010, p.39) aponta três grandes forças que mantinham o equilíbrio da economia colonial do século XVIII: “os proprietários de São Domingos, a burguesia francesa e a burguesia inglesa”. Estes, juntos, garantiam a manutenção do sistema escravista por meio de uma arquitetura social e econômica maquiavélicas, com verniz de legalidade e naturalidade. Mas, a prosperidade da colônia francesa suscitou a preocupação e inveja da sua rival, a burguesia inglesa, que reabastecia São Domingos com mão de obra escrava e intentava frustrar essa ascensão. A isto se some os ventos revolucionários que já passavam pela colônia americana e pela metrópole francesa; além da propagação do discurso antiescravagista; e o sonho de liberdade já latente nas mentes e corações escravos, que aguardavam uma liderança capaz de mobilizá-los. Tudo isto foi se juntando e preparando o terreno da única revolução negra bem-sucedida da História.

### 1.1.2. O Haiti revolucionário

A Revolução Francesa e, especialmente, a chegada da notícia da queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, na sua vertente mais popular, foi o gatilho para o início do levante na Ilha de São Domingos<sup>60</sup>. Inicialmente foi encabeçado pelos brancos, que formavam grupos nada homogêneos em seus interesses e mais brigavam entre si. Mas cuja maioria, sobretudo os colonos pobres, desejava o poder econômico e político, e todos queriam mais independência em relação à Metrópole (DORSAINVIL, 1934; JAMES, 2010).

Os mulatos seriam o principal alvo de ataques, considerando que eram maiores em número e em poder econômico que os brancos, mas desprovidos de *status* social e político. Por outro lado, havia um grupo mais à esquerda, apoiado pelos Amigos dos Negros<sup>61</sup>, que advogavam a causa dos mulatos e negros livres. A abolição ainda não era uma questão em pauta nessas disputas. Os escravos, que não tinham direitos sequer sobre seus próprios corpos, ficaram esquecidos pelos ventos de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa que ali sopravam (DORSAINVIL, 1934; CHOMSKY, 1993; JAMES, 2010).

Mas a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, nascida na França em 1789, fez brotar a esperança nas pessoas de cor daquela longínqua Ilha. E a verdadeira Revolução

---

<sup>60</sup> Para maiores detalhes sobre a Revolução na Ilha de São Domingos ver JAMES, 2010 e DORSAINVIL, 1934.

<sup>61</sup> “[...] um grupo de liberais na França, Brissot, Mirabeau, Pétion, Condorcet, o padre Gregório e todos os grandes nomes dos primeiros anos da Revolução [...] formaram uma sociedade: os Amigos dos Negros. [...] A sociedade visava à abolição da escravidão, publicava um jornal e agitava.” (JAMES, 2010, p.64).

Haitiana eclodiu como o resultado daquilo que Hall (2003, p.32) vai definir como uma “fusão explosiva da resistência escrava africana e das tradições republicanas francesas na demanda pela liberdade sob Toussaint L'Ouverture”. Em 22 de agosto de 1791 foi debelada a revolta dos escravos, embora antes já ocorressem tentativas de resistência, seja fugindo e formando comunidades (*Maroons*<sup>62</sup>) equivalentes aos quilombos, seja por meio do envenenamento dos donos das plantações, dentre outras artimanhas. Pinto (2018) aponta como as principais influências do levante escravo: a revolução americana, cuja independência, em 1776, foi a primeira das Américas; a revolução francesa; e a influência do período jacobino (1789 – 1799), razão pela qual James (2010) faz um paralelo com a revolução dos escravos de São Domingos, chamando-os de jacobinos negros.

De 1791 a 1804 foram 12 anos de revoluções e contrarrevoluções, numa acirrada disputa entre africanos, franceses, britânicos e espanhóis, que formavam ou desfaziam alianças entre si a depender dos interesses de cada grupo. Nesse período, se levantaram importantes personagens que lutaram pela abolição da escravatura, como Boukman, Vicent Ogé, Jean-François, Jeannot, Biassou, dentre outros. Mas, nenhum foi tão decisivo e ocupou o lugar de destaque e de reverência como o ex-escravo Toussaint L'Ouverture, que lutou pela liberdade do seu povo com profunda paixão (JAMES, 2010; DORSAINVIL, 1934). Sua carta de convocação atraiu as massas negras:

*“Irmãos e amigos. Eu sou Toussaint L'Ouverture. Meu nome talvez vos seja conhecido. Estou encarregado da vingança. Desejo que a Liberdade e a Igualdade reinem em São Domingos. Trabalho para trazê-las à vida. Uni-vos a nós, irmãos, e lutais conosco pela mesma causa, etc.”* (JAMES, 2010. p.126).

A Ilha foi literalmente posta em chamas. Em 1794, Toussaint e seu exército de centenas de negros e negras, que foi se tornando em milhares, treinados nas inúmeras batalhas, conseguiram acabar com a escravidão em São Domingos. Ele conquistou o coração dos escravos e o respeito de alguns oficiais brancos, e ocupou altas posições políticas na colônia até tornar-se o governador-geral, em 1801. Seu *status* e influência levantaram muitos inimigos, dentre eles o próprio Napoleão Bonaparte. E, após ser traído por um de seus principais guerrilheiros, Jean Jacques Dessalines, foi deportado para França e morreu na prisão de frio e desnutrição, em 1803 (DORSAINVIL, 1934; CHOMSKY, 1993; JAMES, 2010).

---

<sup>62</sup> De acordo com a ativista negra Tatiane Ribeiro, “Maroons são Africanos e seus descendentes que conseguiram fugir da escravidão nas Américas e criar comunidades independentes, termo utilizado em países caribenhos, equivale aos nossos Quilombolas.” (RIBEIRO, 2017, s/p).



Bonaparte, em aliança com os colonos brancos, intentava restaurar a ordem e a paz em São Domingos. A isto, leia-se, retomar a escravidão, embora não tão explicitamente, conforme James (2010). O povo negro jamais admitiria retornar aos horrores daquela época ainda tão vívida em suas mentes. Sob o comando de Dessalines, continuaram mobilizados não apenas pela manutenção de sua liberdade, mas agora pela completa independência da colônia, tendo como mote a morte aos brancos. O que ocorreu oficialmente em 1 de janeiro de 1804, após muito sangue derramado. A partir de então, São Domingos se tornou a República do Haiti (JAMES, 2010; DORSAINVIL, 1934).

Durante a pesquisa bibliográfica sobre o Haiti me intrigou a invisibilidade das mulheres nas narrativas históricas, quando muito, eram citadas de forma pontual. Então, decidi procurar especificamente pelo papel das negras e mulatas de São Domingos na Revolução. Encontrei uma interessante matéria no portal jornalístico Alma Preta, de autoria da ativista negra Ribeiro (2017), sobre o papel de liderança e articulação das mulheres nesse período revolucionário.

Ribeiro (2017) cita ao menos sete mulheres que fizeram proezas em seu tempo e que, de alguma forma, contribuíram para a libertação dos negros e das negras do Haiti colonial: Cécile Fatiman, Suzanne Sanité, Marie-Jeanne Lamartiniere, Marie Sainte Dédée Bazile, Henriette Saint Marc, Félicité e Catherine Flon. Buscando responder quem foram essas mulheres, segundo a autora, Cécile Fatiman era uma sacerdotisa ancestral do Vodou. Ela foi a guia espiritual que, ao lado de Boukman, o líder do primeiro levante de escravos, realizou a mais importante cerimônia Vodou de convocação dos escravos para luta pela liberdade, em agosto de 1791.

Suzanne Sanité Bélair era uma negra liberta que foi sargento no exército de Toussaint e, devido ao seu destaque nas batalhas, galgou a posição de tenente e era conhecida como a “Tigresa da Revolução”, lutando, inclusive, contra as tropas de Napoleão. Foi uma guerreira até na hora de sua morte, quando gritou antes da sua decaptação: “‘Viv Libète anba esklavaj’ - (‘Liberdade, não para a escravidão!’)”. Marie-Jeanne Lamartiniere também era uma guerrilheira, que apoiou a revolução durante o comando de Dessalines, tendo total confiança da parte dele como sua chefe de segurança. Marie Sainte Dédée Bazile foi uma escrava que desenvolveu transtornos mentais após ser estuprada pelo seu senhor e se tornou uma seguidora de Dessalines, acompanhando seu exército e suprindo-o com armamentos e munições. Foi ela quem recolheu os pedaços do corpo de seu líder, que morreu esquartejado (RIBEIRO, 2017, s/p).

A beleza de Henriette Saint Marc foi uma armadilha contra o exército inimigo durante a revolução liderada por Toussaint. Ela serviu como espiã, seduzia os soldados franceses até emboscadas e roubava suas armas e munições. Marie Claire Heureuse Felicité Bonheur e Catherine Flon atuaram como enfermeiras do exército haitiano. Mas ambas também se destacaram em outras frentes. Felicité, esposa de Dessalines, se destacou ainda na área da assistência às cidades sitiadas; e da educação, ensinando seu povo a ler e escrever. Já Catherine, se tornou conhecida também por ter confeccionado a primeira bandeira do Haiti (RIBEIRO, 2017, s/p).

A autora cita ainda o movimento das mulheres envenenadoras que, com acesso à casa grande, envenenavam seus senhores e viabilizavam a fuga de seus irmãos negros. Infelizmente, a maioria dessas mulheres foram presas e condenadas à morte, mas são lembradas como heroínas na história da libertação do seu povo. Voltando para as mulheres da pesquisa, pude entender melhor a garra das haitianas – uma herança dessas guerreiras revolucionárias. Nas palavras de Ribeiro (2017, s/p), “Assim, as mulheres do Haiti surgem dessa linhagem e mantêm presente a luta ancestral das mulheres africanas, que já existiam e estavam em movimento muito antes de qualquer ideologia criada pelo ocidente”.

Depois da proclamação da independência do Haiti, Dessalines se tornou o Imperador, e uma de suas determinações foi a proibição de estrangeiros se tornarem proprietários de terras haitianas. Após sua morte, em 1806, o país vivenciou mais um período turbulento. Grand e Armada (2017) indicam que entre 1804 e 1915, o Haiti passou por diferentes governos num clima de conflitos e disputas pelo poder, com raros períodos de estabilidade política e econômica. A independência<sup>63</sup> não foi bem recebida pelos principais países do Ocidente, que promoveram duros embargos e dificultaram o desenvolvimento da Ilha, enfraquecendo sua economia e deixando-a isolada do restante do mundo. Segundo os autores, a França só reconheceu a independência do Haiti em 1826, mediante pagamento de multa no

---

<sup>63</sup> Pinto (2018, p.828-829) também destaca que “[...] o sucesso de uma rebelião de escravos provocou, entre os Estados vizinhos, o temor de que a revolta fomentasse o ímpeto libertário dos demais povos escravizados nas Américas, desferindo um poderoso golpe no âmago do sistema capitalista e imperialista. Foi por este motivo que o país pagou um preço muito alto pelo seu arrojo, permanecendo, por muito tempo, isolado comercialmente e não reconhecido internacionalmente. [...] A brutal interrupção do sistema esclavagista e o fim da migração em massa de africanos abalaram a economia baseada na *plantation* e tornaram o percurso do país bastante distinto daquele dos demais territórios coloniais do Caribe. O país fechou-se sobre si mesmo temendo novas investidas coloniais. Tentou também, sem sucesso, restabelecer a produção em que se especializara (cana-de-açúcar), mas após o fim da escravatura a população, traumatizada, fugia dessa atividade, chegando a migrar internamente para escapar das tentativas de coerção do próprio governo”.

valor de US\$ 21 bilhões atuais<sup>64</sup>. E somente 40 anos depois, em 1862, os Estados Unidos também reconheceriam. Esse histórico de crises é na opinião dos autores “uma crise de poder” (GRANDO; ARMADA, 2017, p.75).

Essa “crise de poder” colocou o país num histórico cenário de disputas internas e externas. Diante das convulsões políticas e sociais e as endêmicas crises econômicas no país, agravadas pelos constantes desastres ambientais, o Haiti se tornou objeto de inúmeras intervenções militares e de organismos internacionais (GRANDO; ARMADA, 2017, p.75). Mas, por trás do discurso de se estabelecer a ordem e a paz estavam, na verdade, os interesses econômicos das grandes potências mundiais (CHOMSKY, 1993).

Entre 1915 e 1934, foi a vez dos Estados Unidos interferirem na soberania do país, com a chegada dos *marines*, cuja ocupação promoveu mais o racismo e os interesses comerciais norte-americanos que a paz social (CHOMSKY, 1993; PINTO, 2018). O Haiti era um lugar estratégico na região caribenha para a política internacional norte-americana e alvo de ocupação por parte de seus inimigos, como os alemães e franceses, durante a Primeira Grande Guerra, o que deveria ser evitado pelos norte-americanos (JOSEPH, 2015a; PINTO, 2018). Segundo Chomsky (1993), esse foi um período de crescimento econômico, financiado pelas corporações americanas, mas à custa de mão de obra barata e exploração das terras haitianas que, inclusive, foram expropriadas por meio de alterações legislativas.

Entre 1934 e 1956, grupos rebeldes conseguiram expulsar as tropas norte-americanas e se estabeleceu no país a ditadura duvalierista (de 1957 a 1986)<sup>65</sup>, aprofundando ainda mais o caos social, político e econômico; e acentuando a violência por meio da sua milícia particular (os *Tontons Macoutes*<sup>66</sup>, ou Voluntários da Segurança Nacional). (GRANDO; ARMADA, 2017). Contudo, Pinto (2018, p.832) esclarece que “à saída, em 1934, os EUA deixaram um exército treinado, um presidente da sua preferência e uma tremenda influência nas esferas política, econômica e militar”. Chomsky (1993) expõe que o governo norte-americano esteve por trás dessa ditadura e dos golpes de Estado que se seguiram, mostrando que, nesse contexto neocolonial, a defesa da democracia depende da conveniência dos interesses geopolíticos e econômicos das grandes potências. O que inclui ainda as preocupações com a influência cubana, durante a Guerra Fria, cuja proximidade entre as ilhas poderia trazer o fantasma do comunismo, que tanto assombrava os países do capitalismo central.

---

<sup>64</sup> Conforme matéria jornalística do BBC News Brasil (A MULTA..., 2019), o Haiti ficou 122 anos preso a essa dívida com a França, se livrando dela apenas em 1947. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129>. Acesso em: 11 mai. 2021.

<sup>65</sup> Os governos de François Duvalier, conhecido como Papa Doc, e de seu filho Jean-Claude Duvalier, chamado de Baby Doc (GRANDO; ARMADA, 2017).

<sup>66</sup> Cf. Pinto (2018, p.834. Nota de rodapé n.1650), “designação em crioulo haitiano do ‘bicho papão’”.

Em 1986, Baby Doc foge para a França em razão da instabilidade social e política, colocando em xeque a era duvalierista ao deixar “[...] um vazio de poder que abriu espaço para a polarização crescente entre progressistas [cada vez mais divididos] e neo-duvalieristas [conservadores], o que permitiu a continuação da arbitrariedade e da violência de Estado” (PINTO, 2018, p.843). A partir da década de 1990, a ONU e a OEA buscam restabelecer a estabilidade no país com a instauração de um processo eleitoral democrático, no qual sai vencedor o padre Jean-Bertrand Aristide, cujo projeto de governo se apresentava mais progressista, voltado para a justiça social e econômica. Contudo, ele não agradou a elite capitalista local e internacional, sendo deposto por meio de um golpe militar no mesmo ano em que foi eleito, em 1991. A partir de então, sob o comando do general Raoul Cédras, o país volta a sofrer as consequências sociais e econômicas de suas instabilidades políticas (CHOMSKY, 1993).

Os períodos de turbulência geraram movimentos migratórios e de refúgio da população, especialmente daqueles que se opunham ao Estado. Joseph (2015a, p.68-74) delimita quatro grandes fluxos<sup>67</sup>, em diferentes períodos da história do Haiti, desde o início do século XX, que marcam “os processos de mobilidade internacional haitiana” (p.68). O primeiro deles se deu no período da ocupação norte-americana, entre as décadas de 1910 a 1930, no Haiti e na República Dominicana<sup>68</sup>, cuja mobilidade afluíu especialmente para os países vizinhos, Cuba e República Dominicana.

O segundo fluxo se deu entre as décadas de 1950 a 1980, influenciada pelo enraizamento da cultura americana no Haiti, mas também pelo recrudescimento da ditadura duvalierista. A partir do final da década de 1970 e início de 1980, se tornou notório o fenômeno denominado *boat people*, quando milhares de haitianos e haitianas se arriscavam em botes lotados com a finalidade de entrarem nos Estados Unidos pela Flórida, experiências essas que resultaram em muitas mortes, prisões e repatriações. Os países mais procurados nesse período foram especialmente os Estados Unidos; mas também o Canadá, países africanos francófonos, ilhas caribenhas Bahamas, Grand Turck e Caicos, Guiana Francesa, Suriname e França (JOSEPH, 2015a).

---

<sup>67</sup> Pinto (2018) aponta três grandes períodos da imigração haitiana que coincidem com os apresentados por Joseph (2015a). Mas a autora não avança até os movimentos migratórios que ocorreram após o terremoto de 2010.

<sup>68</sup> De acordo com a cronologia apresentada por Joseph (2015a), no Haiti, entre os anos de 1915 a 1943 (outros estudos indicam o ano de 1934 como o final da ocupação norte americana); e, na República Dominicana, entre os anos de 1912 a 1924, simultaneamente.

O terceiro fluxo, segundo Joseph (2015a, p.73), teve início em meados da década de 1990, no contexto do golpe de Estado contra o governo democrático do então presidente Aristide. Na ocasião, mais de 100 mil haitianos deixaram seu país, muitos dos quais partidários do presidente deposto. Os *boat people* se arriscavam em alto mar, sendo muitos deles interceptados e detidos nos campos de Guantânamo Bay, em Cuba, quando não morriam no percurso. Nesse período, os lugares de destino foram principalmente a República Dominicana, Guantânamo, Cuba, Estados Unidos, Guadalupe, Guiana Francesa e Bahamas.

Chomsky (1993) descreve que o Departamento de Estado norte-americano tratou de camuflar a existência de perseguição e repressão política no Haiti. Objetivava, dessa forma, preservar a imagem de sua política intervencionista no país; evitar a legitimidade do Estatuto de Refúgio aos haitianos e haitianas que lá chegavam aos milhares, desqualificando assim os seus pedidos de reconhecimento do *status de* refugiados; e validar sua política migratória intolerante à presença haitiana em seu território, numa clara intenção de controle desse movimento.

E o quarto fluxo migratório haitiano iniciou-se em 2010, por razões de insegurança de várias ordens: “pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado [...] pelo terremoto de janeiro do referido ano [...]” (JOSEPH, 2015a, p.73). Nesta nova fase migratória, os imigrantes haitianos afluíram principalmente para países do Sul global: Equador, Peru, Argentina, República da Guiana, Suriname, Guiana Francesa e, principalmente, Chile e Brasil (JOSEPH, 2020). Esta fase será aprofundada no próximo capítulo.

Segundo Grando e Armada (2017), mesmo com a retomada do poder por Aristide, em 1993, e depois, em 2001, um cenário caótico de violência, corrupção, pobreza, desemprego e desgoverno prevaleciam. Conforme Cararo e Souza (2020, p.228, grifo das autoras), “de 1804 a 2004, o Haiti teve 41 governantes, sendo que 28 foram destituídos ou obrigados a renunciar e quatro foram assassinados”. Em 2004, Aristide renuncia e seu sucessor, o presidente do Supremo Tribunal, Bonifácio Alexandre, recorreu à ONU para restabelecer a paz. É a partir desse período que as histórias do Brasil e do Haiti se intersectam, especialmente com a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH (em francês), de 2004 a 2017, comandada pelo Brasil.

A MINUSTAH teve o objetivo de restabelecer a ordem, prestar assistência humanitária e fortalecer a institucionalidade no país (BRASIL, 2017d, s/p). O Brasil se destacou pelo seu efetivo militar, com cerca de 37 mil soldados, e um gasto de

aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, ao longo dos 13 anos da operação. Mas também pela sua atuação no campo social e humanitário, que se prolongou em razão do terremoto de 2010, seguido de um surto de cólera no mesmo ano; e do Furacão Matthew, em 2016 (HAMANN; TEIXEIRA, 2017; MORAIS, 2018). A atuação na MINUSTAH<sup>69</sup> ganhou um viés mais assistencial e humanitário após essas catástrofes naturais. Segundo Audebert (2017, p.63),

After the earthquake, the Mission played a major role in securing urban areas, delivering the humanitarian assistance to the camps, repairing infrastructures, and fighting against the cholera epidemic. Having command responsibilities in this mission, and making up 45 percent of the military force, Brazil took on a de facto pre-eminent geopolitical and diplomatic role in the country<sup>70</sup>.

Apesar disso, as participantes desta pesquisa quase não fizeram menção espontânea à missão desempenhada pelo Brasil no Haiti. Críticas e denúncias foram feitas contra a MINUSTAH por militantes dos direitos humanos. Cidadãos e organizações acreditavam que a ajuda humanitária não passava de mais uma ocupação militar, que limitava a soberania do país. A Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (RNDDH)<sup>71</sup> acusou soldados brasileiros de agredir três jovens haitianos, em 2011; além de outras 150 denúncias<sup>72</sup> envolvendo os capacetes azuis (de várias nacionalidades, incluindo brasileiros) em crimes de roubo, assassinato, detenções ilegais e arbitrárias, estupros e abusos sexuais, promovendo a violência e a prostituição de mulheres haitianas, e deixando filhos não reconhecidos. E ainda o surto de cólera, de 2010, cuja investigação da ONU indicou sua origem no acampamento nepalês, cujas más condições de saneamento das instalações da MINUSTAH ocasionaram a

---

<sup>69</sup> De acordo com matéria do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “Desde a chegada da MINUSTAH ao Haiti até seu término em outubro de 2017, o país realizou três eleições presidenciais democráticas e contou com o apoio da missão para superar a fase crítica de emergência humanitária pós-terremoto de 2010 e pós-furacão de 2016. Do ponto de vista da segurança, a missão foi bem-sucedida em conter a ação de grupos criminosos que antes atuavam na capital, Porto Príncipe, sobretudo nos bairros de Belair, Cité Soleil e Cité Militaire. Além de contribuir militarmente para a MINUSTAH, o Brasil intensificou a cooperação técnica e humanitária com o Haiti, com vistas ao desenvolvimento do país. A companhia de engenharia militar brasileira empreendeu projetos de impacto rápido, os quais incluíram a perfuração de poços artesianos, construção de pontes e açudes, contenção de encostas, construção e reparação de estradas – além de ter atuado em missões de defesa civil, sobretudo após o terremoto de 2010 e o furacão de 2016 (BRASIL, s/d). Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>. Acesso em: 06 mar. 2021.

<sup>70</sup> Tradução livre: “Depois do terremoto, a Missão desempenhou um papel importante na segurança das áreas urbanas, na entrega de assistência humanitária aos acampamentos, na reparação de infraestruturas e no combate à epidemia de cólera. Tendo responsabilidades de comando nesta missão, e constituindo 45 por cento da força militar, o Brasil assumiu um papel geopolítico e diplomático de fato preeminente no país.” (Audebert, 2017, p.63).

<sup>71</sup> Em francês, Réseau National de Défense des Droits Humains (RNDDH).

<sup>72</sup> Cararo e Souza (2020, p.227) citam mais de duas mil denúncias de abusos sexuais contra os capacetes azuis, de acordo com a agência Associated Press.

contaminação do principal rio da região (DESROSIERS; SEGUY, 2011; MACEDO, 2017; MORAIS, 2018).

Nesse período, eleições foram realizadas no Haiti. René Preval conseguiu governar por dois mandatos sem interrupção, no período 2006 a 2011 (GRANDO; ARMADA, 2017). Na sequência, Michel Martelly<sup>73</sup>, de 2011 a 2017; e, de 2017 até 2021, Jovenel Moïse<sup>74</sup>, do partido de centro-direita Tèt kale (PHTK), que foi assassinado em 7 de julho de 2021, enquanto eu fazia a revisão final desta tese, o que mostra a complexidade da “crise de poder”<sup>75</sup> que vivencia o Haiti desde tempos coloniais. Em 2017, as tropas da MINUSTAH deixaram o Haiti, e no seu lugar foi criada uma estrutura de transição, denominada Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH)<sup>76</sup>. Sem o componente militar, composta por civis e policiais internacionais (HAMANN; TEIXEIRA, 2017), a nova missão tinha o objetivo de “apoiar o diálogo político e o fortalecimento da Polícia Nacional do Haiti, as instituições judiciais e penais e a situação de direitos humanos no país” (BRASIL, S/D)<sup>77</sup> e permaneceu até 2019.

Isto não significa que esse processo democrático não tenha sido permeado por muitos conflitos até os dias atuais, como podemos perceber no evento mais recente de assassinato do último presidente do país. Desde 2019 o país vivencia uma crise política. O governo de Jovenel vinha sofrendo manifestações por suspeitas de corrupção (CARARO; SOUZA, 2020). Em outubro de 2019, a Conferência de Religiosos no Haiti (CHR) lançou um comunicado contra a situação do país: “[...] observamos com muito sofrimento a profunda decadência da situação sociopolítica do país durante uns dez anos e a vertiginosa queda para o inferno durante esses últimos oito meses.” (IHU, 2019). O manifesto do CHR foi relançado em março deste ano, alertando que “o país está morrendo, a população está sob o jugo, a insegurança é galopante, os mais pobres não podem mais suportar, a população está em desordem e à beira do desespero, o país não é mais governado” (VATICAN NEWS, 2021).

O presidente Jovenel foi objeto de comentários de algumas haitianas participantes desta pesquisa, sempre com conotação negativa, associada à corrupção e a má gestão pública,

---

<sup>73</sup> Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_presidentes\\_do\\_Haiti](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Haiti). Acesso em: 07 mar.2021

<sup>74</sup> Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_presidentes\\_do\\_Haiti](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Haiti). Acesso em: 07 mar.2021.

<sup>75</sup> Cf. Grando e Armada (2017, p.75).

<sup>76</sup> Cf. Hamann; Teixeira (2017, p.59, Nota de Rodapé n.2), “A Resolução 2350, de 13 de abril de 2017, do Conselho de Segurança da ONU, definiu a última extensão da MINUSTAH até 15 de outubro de 2017 e a criação da UN Mission for Justice Support in Haiti (MINUJUSTH). A nova missão será composta por até sete unidades de polícia, com 980 funcionários e 295 oficiais individuais. O tempo inicial da missão é de seis meses, entre 16 de outubro de 2017 e 15 de abril de 2018”.

<sup>77</sup> Cf. <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>. Acesso em: 06 mar. 2021.

mostrando que, apesar de estarem longe do Haiti, suas memórias e as informações que recebem de suas redes sociais as mantêm informadas, mostrando seu envolvimento transnacional com os processos políticos e sociais do seu país de origem. Como podemos confirmar no comentário da Nahomie: “[...] no Haiti, o governador só rouba as coisas, não quer fazer nada. [...] O governo cobra tudo. E cadê dinheiro pra ajudar?”. A Chelo resumiu que: “Não tem segurança nenhum; também o presidente tá demais”.

Essa contextualização histórica sobre o Haiti é fundamental para compreendermos como esses acontecimentos influenciaram o atual estado de miséria e instabilidade política e econômica do país. Agora apresentarei alguns indicadores demográficos e socioeconômicos que refletem o Haiti atual e desenham o quadro social e econômico apontado pelas haitianas, como veremos no decorrer deste relatório de pesquisa.

### **1.1.3. O Haiti atual**

O Haiti está dividido em dez departamentos (Ouest, Sud, Sud-Est, Grande Anse, Nippes, Nord, Nord-Ouest, Nord-Est, Centre e Artibonite) e possui ainda uma Região Metropolitana composta por seis municípios urbanos do Departamento Oeste (Port-au-Prince, Tabarre, Cité Soleil, Carrefour, Delmas e Pétion-Ville). Essas regiões administrativas estão subdivididas em 42 distritos (*arrondissements*), 140 comunas e 570 seções comunais (HAITI, 2015, 2018). Em 2015, a população total do Haiti era de 10.911.819<sup>78</sup>, sendo pouco mais de 50% composta de mulheres (5.503.354). (HAITI, 2015). A metade da sua população está aglomerada nas áreas urbanas do país, que representam menos que 5% do seu território (HAITI, 2018).

Grando e Armada (2017) atribuem essa superpopulação urbana aos problemas na fertilidade do solo e consequente falta de trabalho nas regiões rurais, causados tanto pelas abundantes chuvas, típicas do clima tropical, como pelo longo período de desmatamento e exploração dos solos. Pinto (2018) também justifica esse êxodo aos incentivos de programas humanitários, entre as décadas de 1970 a 1980, a exemplo do Food for Work, da ONG americana Cooperative for American Relief Everywhere (CARE), que oferecia comida vinda dos Estados Unidos a um menor preço por trabalho nas fábricas de montagem ou construção

---

<sup>78</sup> O último Censo Demográfico do Haiti foi feito em 2003, há 18 anos. O quinto levantamento censitário do país está em fase de captação de recursos financeiros para sua realização, conforme notícia do United Nations Population Fund (UNFPA) do Haiti (Disponível em: <https://bit.ly/3wv9Mhs>. Acesso em: 01 mai. 2021). Mas de acordo com estimativa do site Population Data (2020), a população do Haiti em 2019 é de 11.591.279 habitantes (Disponível em: <https://en.populationdata.net/countries/haiti/>. Acesso em: 07 mar. 2021).



de estradas na capital do país. Essa concentração demográfica nos grandes centros urbanos (principalmente na Região Metropolitana) acarretou múltiplas expressões da questão social<sup>79</sup> no Haiti, como desemprego, formação de favelas, pobreza extrema, escassez de serviços públicos, violência, dentre outros problemas que fugiram ao controle do poder público. Segundo Audebert (2017, p.57),

Over the last three decades, large-scale rural exodus has increased pressure on poorly diversified urban economies, where most of the jobs are in the informal sector. After 1986, the growth of slums and the “ruralization” of cities like Port-au-Prince and, to a lesser extent, Gonaïves and Cap Haïtien, have rapidly changed urban environments, and daily survival strategies have become the norm for a growing share of the population.<sup>80</sup>

De acordo com dados do PNUD (2020), referentes ao ano de 2019, o Haiti está no grupo dos países com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, com um IDH<sup>81</sup> de 0,510, ocupando a 170ª posição de um total de 196 países do *ranking*. Quando este índice é ajustado ao fator de desigualdade na sociedade, a partir das três dimensões avaliadas (expectativa de vida saudável, escolaridade e padrão de vida decente), o IDHAD (IDH Ajustado à Desigualdade) cai para 0,303. Sua população é formada majoritariamente por jovens com uma média etária de 23 anos (HAITI, 2018) e uma expectativa de vida em torno de 64 anos (PNUD, 2020).

---

<sup>79</sup> A expressão “questão social” data da terceira década do século XIX e surge para dar conta de um fenômeno novo consequente da primeira fase industrializante do século XVIII, na Inglaterra – o pauperismo. Embora a pobreza sempre existisse, a novidade do fenômeno estava em que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p.42). A questão social não representa a mera existência de necessidades ou problemas sociais, é o conjunto dessas necessidades problematizadas por “atores sociais dotados de poder de pressão e capacidade de ameaçar a coesão do sistema”. Ou seja, é a politização da desigualdade social (PEREIRA, 2001, p.116). Para Iamamoto (2001, p. 17-18), a “questão social” é “*parte constitutiva das relações sociais capitalistas*”. A autora alerta para a armadilha de desconectar a análise das multifacetadas expressões da questão social de sua gênese comum – os contraditórios processos sociais do sistema capitalista que criam e transformam essas expressões. Nesse cenário, as mulheres imigrantes vivenciam de modo geral as consequências da pobreza, do desemprego, da violência, da desigualdade e, de modo específico, outras situações aviltantes, mais decorrentes do processo complexo e muitas vezes perigoso de mobilidade transnacional, como a xenofobia, o racismo, a discriminação na divisão sociosexual racial internacional do trabalho, dentre outras. Para aprofundar o tema, inclusive sobre a discussão da existência de uma “nova questão social”, ver também Castel (1998) e Rosanvallon (1995).

<sup>80</sup> Tradução livre: “Nas últimas três décadas, o êxodo rural em grande escala aumentou a pressão sobre as economias urbanas pouco diversificadas, onde a maioria dos empregos está no setor informal. Depois de 1986, o crescimento das favelas e a “ruralização” de cidades como Porto Príncipe e, em menor medida, Gonaïves e Cap Haïtien, mudaram rapidamente os ambientes urbanos e as estratégias de sobrevivência diária tornaram-se a norma para uma parcela cada vez maior da população.” (AUDEBERT, 2017, p.57).

<sup>81</sup> Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano do país. Comparativamente ao Brasil, no mesmo ano de 2019, o IDH brasileiro foi de 0,765, ocupando a 84ª posição no ranking mundial; e considerando à desigualdade do país, seu IDHAD foi de 0,570 (PNUD, 2020).

De acordo com o site AD'OCC, com base em dados econômicos de instituições internacionais<sup>82</sup>, a economia do país gira em torno dos setores de serviços (65,0%) e da agricultura (28,3%). (AGENCE AD'OCC, S/D). E com a desvalorização da moeda (Gourde) em relação ao dólar, o consumo dos bens de importação, que compõe a maior parte do PIB do país torna o custo de vida bastante elevado (HAITI, 2018). A pobreza generalizada no Haiti leva 80% da sua população a viver com menos de dois dólares por dia (SAINT-LOUIS, 2020, s/p). O desemprego (taxa de 13,5%, em 2019) e o subemprego são uma realidade para 60% da sua população, que está maciçamente (80%) inserida no setor informal. A renda *per capita* em 2019 foi de 773 dólares, com estimativa de redução para 697 dólares em 2021; e uma inflação de 17,3% em 2019, com previsão de aumento para 23,8% em 2021 (AGENCE AD'OCC, s/d).

Esse quadro fica mais complexo pelo fato de o Haiti estar posicionado em uma região altamente vulnerável a catástrofes naturais, como terremotos e ciclones. Tanto é que na última década o país passou por dois grandes desastres naturais que trouxe destruição sem precedentes. Em janeiro de 2010, um terremoto com 7,3 graus de magnitude deixou mais de 200 mil pessoas mortas e desaparecidas; e, em março de 2016, foi a vez do Furacão Matthew, cuja passagem acarretou a morte de outras centenas; além dos milhares de feridos e desabrigados, e o aumento da vulnerabilidade social e grandes prejuízos econômicos para o país (HAITI, 2018; CARARO; SOUZA, 2020).

As consequências dessa catástrofe sísmica geraram outros problemas<sup>83</sup>. De acordo com dados de 2013, do Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique, as condições econômicas do Haiti eram consideradas as “piores do mundo”, com uma taxa de desemprego que chegava a 35%, e com 64,5% de sua população ativa na informalidade (apud JOSEPH, 2017, p.22). Somado a esses complicadores de ordem ambiental, a economia do país ainda amarga os efeitos de sua trajetória histórica de embargos e sanções dos países centrais e organismos internacionais, além das instabilidades políticas e sociais de caráter endêmico, o que o coloca entre as nações mais pobres do planeta.

A infraestrutura do país é precária, com uma rede rodoviária rudimentar e uma oferta insuficiente e ineficiente de transportes públicos, mesmo nas grandes cidades. Tal problema

---

<sup>82</sup> Como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

<sup>83</sup> Com base em dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo Haiti, Cararo e Souza (2020, p.224-225) apresentam o saldo negativo do terremoto de 2010: 1/3 da população afetada diretamente; 200 a 300 mil mortes e desaparecidos; 300 mil feridos; cerca de até 1,5 milhão de desabrigados; migração interna de cerca de 500 mil pessoas, e externa de 300 mil; danos ao patrimônio público (80% das escolas e 50% dos hospitais); epidemia de cólera que matou mais 4,5 mil pessoas; prejuízo econômico estimado entre 7 e 14 bilhões de dólares, sendo que o PIB do país gira em torno de 8,4 bilhões de dólares (em 2017). Já a passagem do Furacão Matthew, com ventos de mais de 230 km/h, deixou 29 mil casas destruídas; 300 escolas arrasadas, mais de mil mortes; o agravamento da cólera; e 19% da população afetada, o que equivale a 2,1 milhões de pessoas.

afeta a acessibilidade da população aos serviços públicos essenciais, como saúde e educação; além de restringir as oportunidades de emprego, mais disponíveis nos grandes centros comerciais, que tende a serem mais raros, informais e mal remunerados para aquelas que moram distante (LOZANO-GRACIA; LOZANO, 2017). Muitas participantes da pesquisa se deslocaram das regiões rurais para essas grandes cidades, especialmente a capital do país, em busca de um maior e melhor acesso à educação e ao trabalho. Como enfatizou a interlocutora Maria: “*Porque universidade, escola bom, tudo tá na capital. É por isso, às vezes, tem que deixar a província pra ir lá*”. A Misoula fez esse êxodo ainda criança: “*Eu nasceu na minha cidade e cresceu em Porto Príncipe. Foi toda família pra capital. Porque meu pai trabalhava e estudava lá*”. Mas chegando lá, se deparam com essas dificuldades.

Um estudo do Haïti Data Service (HAITI, 2010), sobre os movimentos populacionais na Região Metropolitana, antes e após o sismo de 2010, também confirma que as pessoas abandonam seu local de nascimento principalmente pela escassez de escolas e pela necessidade de trabalho; e a região mais urbanizada do país é escolhida em razão da presença de familiares na localidade e maior disponibilidade de equipamentos sociais. Após o terremoto, ocorreu o movimento inverso, de retorno aos lugares de origem. Mas, segundo a pesquisa, 80% retornaram após quatro meses.

Muitas famílias são obrigadas a morarem mais próximas aos centros urbanos, onde as chances de acessar os equipamentos sociais e o mercado de trabalho são maiores. Contudo, terão uma menor qualidade de vida, devido aos altos custos de manutenção nesses lugares, restando para muitas a alternativa das favelas (LOZANO-GRACIA; LOZANO, 2017). De acordo com a EMMUS-VI 2016-2017<sup>84</sup>, na região urbana, cerca de 79% das famílias estão nos dois quintis inferiores da pirâmide social; já as que estão nas áreas rurais, a proporção cai para 15%. Inversamente, 63% das famílias localizadas nas áreas rurais estão classificadas nos dois primeiros quintis, contra 4% que estão nas áreas urbanas (HAITI, 2018).

Outro problema é a distribuição de energia elétrica<sup>85</sup>, que alcança apenas 41% das famílias do país, sendo 17% nas áreas rurais contra 76% nas áreas urbanas (HAITI, 2018).

---

<sup>84</sup> A sexta edição da *Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services* (EMMUS-VI 2016-2017) foi realizada pelo Institut Haïtien de l’Enfance (IHE), em parceria com o Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique (IHSI). A pesquisa foi encomendada pelo Ministério da Saúde do Haiti e financiada por diversas agências internacionais. Teve como principal objetivo fornecer estimativas atualizadas dos indicadores demográficos e de saúde básicos. Para tanto, coletou dados relativos à fertilidade, planejamento familiar, amamentação, mortalidade infantil, saúde infantil e materna, autonomia das mulheres, violência doméstica, dentre outros. A amostra foi estratificada para abranger a maior representatividade possível das regiões urbanas e rurais do país. (HAITI, 2018).

<sup>85</sup> De acordo com o site da AGENCE AD’OCC (s/d), com a escassez de combustível no país, as concessionárias cortaram a produção de energia, levando a apagões em todo o país.

Este também foi um problema relatado pelas participantes da pesquisa, fazendo com que a abundância de “luz” no Brasil lhes chamasse a atenção desde o momento que o avião pousou em solo brasileiro. Inclusive, reduziu a sensação de medo aqui no país, já que a falta de energia elétrica em determinados horários, especialmente à noite, reduzia as oportunidades de trabalho e aumentava o risco de sofrerem alguma violência no seu país.

Diante do exposto, faz sentido o que mostrou a Pesquisa realizada pelo HDS; UNFPA-HAITI (HAITI, 2010), de que quase 60% das pessoas que migraram internamente no Haiti avaliaram que sua situação era pior do que antes da migração para as regiões urbanas do país. Ainda assim, apenas 20% planejavam deixar a Região Metropolitana nos cinco anos seguintes. E mais da metade via na migração internacional uma opção a ser considerada. A isto, Pinto (2018, p.845) vai chamar de inconformação com as amarras da História. Em suas palavras: “Inconformados com o lugar no qual a História insiste em querer imobilizá-los, os haitianos [e haitianas] encontram na emigração uma estratégia [...] que tem por objetivo o reencontro com a dignidade no trabalho e a possibilidade de apoiar a sua família e o seu país”.

Mas será que existem outras razões que justifiquem a mobilidade transnacional, e que sirvam de padrão para a compreensão desses fluxos? No campo social existe uma disputa entre teorias que buscam oferecer a melhor resposta a esta questão. Massey *et al* (1993) faz um apanhado das principais correntes teóricas sobre as migrações internacionais. Considerando que estou tratando de um movimento que se dá no campo transnacional, conhecer essas teorias é importante para a análise dos dados que se seguem.

## 1.2. UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

Os movimentos migratórios têm sido objeto de investigação, formulação de teorias e aplicação de metodologias na tentativa de enquadrá-los cientificamente. Levar adiante um estudo sobre migrações internacionais requer um olhar, ainda que breve, sobre esses *frameworks*, a fim de reconhecer (ou não) o lugar do Haiti e das haitianas nesse mosaico conceitual. Massey *et al* (1993) apresentam um panorama geral das teorias que tentam explicar as migrações internacionais, conforme sintetizo abaixo.

Uma das vertentes teóricas é a da **economia neoclássica**<sup>86</sup>, que põe ênfase na potencialidade do capital humano. Numa perspectiva macroeconômica, esta teoria defende

---

<sup>86</sup> Massey *et al* (1993) indicam como principais teóricos dessa vertente, no nível macroeconômico (LEWIS, 1954; RANIS; FEI, 1961; HARRIS; TODARO, 1970; TODARO, 1976) e no nível microeconômico (SJAASTAD, 1962; TODARO, 1969, 1976, 1989; TODARO; MARUSZKO, 1987).

que a emigração é estimulada pelas forças econômicas dos mercados de trabalho, de oferta e demanda de mão de obra. Já numa perspectiva microeconômica, o foco recai sobre as decisões individuais, que levam em conta o cálculo do custo-benefício da escolha por migrar. Na linha dessa abordagem, foi pensada a teoria da **nova economia da migração**<sup>87</sup>, deslocando o foco da decisão de migrar do indivíduo para a família; sendo a emigração não apenas uma estratégia para maximizar a renda do domicílio, mas também uma proteção para toda a unidade doméstica às restrições dos mercados locais, por meio do recebimento das remessas que vêm de fora. Nessa perspectiva, o domicílio avalia quem efetivamente tem mais condições de trazer benefícios para toda a família no campo migratório, o que privilegia principalmente os homens (MASSEY *et al*, 1993).

Discordando desse enfoque sobre a decisão de migrar com base meramente numa racionalidade de custo-benefício, outras correntes foram buscar respostas na dinâmica capitalista dos mercados de trabalho, especialmente na era da globalização. A **teoria dual do mercado de trabalho**<sup>88</sup> vai defender que a migração internacional é promovida por uma demanda permanente e inevitável por trabalho imigrante, a partir das necessidades estruturais das economias desenvolvidas, que promovem políticas de recrutamento de mão de obra estrangeira, com critérios que preservam a dinâmica hierárquica da formação dos empregos nos países receptores, promovendo uma bifurcação do mercado de trabalho, com postos específicos para imigrantes e para nacionais.

A **teoria dos sistemas-mundo**<sup>89</sup> atribui a migração internacional ao desenvolvimento capitalista, que impulsiona pessoas a fluírem da periferia para os centros de desenvolvimento econômico. Ou seja, para as “cidades globais”<sup>90</sup>, utilizando um termo de Sassen, onde estão sendo alocados os investimentos do capital estrangeiro. A migração nesse modelo é, portanto, uma consequência natural do próprio sistema capitalista de produção, dos seus processos de ruptura e reestruturação, seguindo a organização política e econômica de um mercado global em expansão (MASSEY *et al*, 1993).

Outra vertente vai focar nas relações como nós que formam redes articuladas de pessoas e/ou estruturas no processo migratório. A **teoria das redes**<sup>91</sup> vai atribuir a migração

---

<sup>87</sup> Massey *et al* (1993) apontam como principais teóricos dessa vertente Stark; Levhari (1982); Stark (1984); Katz; Stark (1986); Lauby; Stark (1988; 1991); Taylor (1986).

<sup>88</sup> Massey *et al* (1993) citam Piore (1979) como principal teórico dessa teoria.

<sup>89</sup> Massey *et al* (1993) registram que os principais teóricos dessa vertente são: Wallerstein (1974); Portes; Walton (1981); Petras (1981); Castells (1989); Sassen (1988, 1991); Morawska (1990).

<sup>90</sup> A expressão foi introduzida por Saskia Sassen, em sua obra "A Cidade Global" (1991), fazendo referência a Londres, Nova Iorque e Tóquio.

<sup>91</sup> Massey *et al* (1993) indicam como alguns dos teóricos dessa teoria Hugo (1981); Taylor (1986); Massey; Garcia Espafia (1987); Massey (1990a, 1990b); Gurak; Caces (1992). O conceito, contudo, tem sido trabalhado

internacional à formação de redes interpessoais que conectam migrantes a não migrantes, nas áreas de origem e de destino, por vínculos parentais, de amizade ou de conterraneidade, aumentando a probabilidade de movimento internacional pelo fato de tais redes reduzirem custos e riscos da migração, se constituindo em verdadeiro capital social para as pessoas envolvidas (MASSEY *et al*, 1993).

Há, contudo, críticas sobre essa perspectiva de análise centrada nas redes egocêntricas, perdendo de vista as relações sociais mais amplas e que incluem outros atores, inclusive institucionais (FAZITO, 2002, 2009). Este tema será retomado mais adiante. Outra perspectiva teórica é a **institucional**<sup>92</sup>, a qual argumenta que a própria dinâmica dos fluxos migratórios internacionais gera nichos lucrativos de mercados, lícitos e ilícitos, para recrutamento e movimento migratório, causando explorações que motivarão a formação de outro tipo de instituição – as organizações humanitárias. A formação dessas empresas migratórias torna o fluxo internacional cada vez mais institucionalizado e difícil de regular (MASSEY *et al*, 1993).

Ainda segundo Massey *et al* (1993), a **teoria da causalção cumulativa**<sup>93</sup> defende que a migração gera mais migração. Tal afirmativa advém da proposição de que a decisão individual ou familiar em migrar é influenciada pelo contexto socioeconômico da comunidade. Sendo assim, decisões anteriores pelo deslocamento migratório tenderão a estimular decisões ao longo do tempo. Já a **teoria dos sistemas de migração**<sup>94</sup> argumenta que a perenidade dos fluxos migratórios vai gerando certa estabilidade e estrutura no espaço e no tempo, o que possibilita a identificação de sistemas migratórios internacionais estáveis.

Após esse esforço de síntese, Massey *et al* (1993) concluem que não existe uma teoria única e absoluta para explicar as migrações internacionais. O que temos é um conjunto fragmentado de teorias isoladas geralmente em fronteiras disciplinares. Para eles, a natureza complexa e multifacetada desse fenômeno requer uma perspectiva analítica mais ampla dos processos causais, abarcando múltiplos níveis explicativos, como os indicados acima. E a classificação de quais explicações serão mais úteis para determinado fluxo migratório é uma tarefa da investigação empírica.

---

nas décadas seguintes por diversas pensadoras e pensadores das migrações internacionais, especialmente a partir da lente transnacional e algumas com o recorte de gênero, como: Glick Schiller; Fournon (1999); Portes; Guarnizo; Haller (2002); Pessar; Mahler (2003); Levitt; Glick Schiller (2004); Pérez (2004); Portes (2005); Garcia (2007); Pedone (2010).

<sup>92</sup> Massey *et al* (1993) citam como principais teóricos dessa teoria McKay; Whitelaw (1977); Salt (1987).

<sup>93</sup> Massey *et al* (1993) apontam como principais teóricos Myrdal (1957); Stark; Taylor; Yitzhaki (1986); Massey *et al*. (1987); Massey (1990b); Taylor (1992).

<sup>94</sup> Massey *et al* (1993) citam como principais teóricos Fawcett (1989); Zlotnik (1992).

Um aspecto importante sobre o quadro teórico exposto acima é o fato de que essas explicações surgiram com base em referências migratórias do norte global, especialmente a partir de fluxos no sentido Sul-Norte. Logo, essas causas não explicam muitas das particularidades do processo migratório que vem se destacando no hemisfério Sul – a chamada Migração Sul-Sul. Há, atualmente, um esforço acadêmico para entender esse aumento do fluxo migratório, em suas movimentações intra e inter-regionais, entre países da América Latina e Caribe e, de modo geral, entre os países considerados do Sul global<sup>95</sup>.

Conforme Cavalcanti e Oliveira (2020a), o chamado “Sul global”<sup>96</sup> é uma tendência associada à nova geopolítica internacional, pós-Guerra Fria, com a reordenação das posições das grandes potências mundiais em relação aos países periféricos. Caem as antigas fronteiras entre Leste comunista e Oeste capitalista, e se erguem as fronteiras Norte desenvolvido e Sul em desenvolvimento, especialmente composto por ex-colônias. Baeninger (2018, p.13) confirma esse perfil das migrações contemporâneas que “tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos, cada vez mais intensos, entre os países do Sul global”. Alguns estudos atribuem esse aumento do movimento migratório no sentido Sul-Sul às maiores restrições impostas pelas políticas migratórias de países do Norte (AUDEBERT, 2017; BAENINGER, 2018).

Contudo, o professor Handerson Joseph<sup>97</sup> destaca que as tecnologias e regimes de controle das fronteiras do Norte não explicam por si só as lógicas migratórias Sul-Sul atuais. Essa visão unilateral acaba desconsiderando a agência dos e das imigrantes como um dos fatores explicativos de suas escolhas migratórias. Ele argumenta que os movimentos migratórios permanecem dinâmicos e continuam afluindo em diversas direções, inclusive para o Norte global, a despeito do acirramento das restrições de entrada nesses países. Ademais,

---

<sup>95</sup> Com base na obra de Raewyn Connell (Southern theory), Rosa (2014, p.53) cita como países do Sul: “a América Latina, a África, a Índia, o Irã e, surpreendentemente para alguns, a Austrália”. Este último em razão de seu histórico colonial.

<sup>96</sup> Outro sentido atribuído a essa categoria é analisado por Rosa (2014), no campo das ciências sociais. O autor realiza uma revisão de literatura sobre as chamadas “teorias do sul”, que criticam a euro-americanização das narrativas sociológicas. Ele se baseia nas obras de: Boaventura de Sousa Santos (Epistemologias do Sul), Raewyn Connell (Southern theory) e Jean e John Comaroff (Teorias do sul). Segundo Rosa, essa tradição começou a ser criticada desde as décadas de 1950 e 1960, nas obras de Aimé Césaire e Franz Fanon. E nas duas últimas décadas esse movimento reivindicatório das explicações sobre o Sul a partir das lentes do próprio Sul, reacendeu-se. Busca-se uma forma alternativa ao “modelo colonial de produção de conhecimento” prevalente nas ciências sociais (ROSA, 2014, p.45). Nesse movimento, novas lentes teóricas e epistemológicas são privilegiadas, como os estudos decoloniais, pós-coloniais, modernidades múltiplas e temporalidades da modernidade (ROSA, 2014). E, a depender da obra em questão, o Sul pode ter vários sentidos: “Connell define o Sul por uma relação intelectual e não necessariamente cultural (como em Santos) ou econômica (como nos Comaroff)” (ROSA, 2014, p.54). Mas, prevalece a ideia de que o Sul é menos um lugar político e econômico e mais uma posição intelectual.

<sup>97</sup> Essa análise foi apresentada pelo professor Handerson Joseph durante sua arguição como membro da banca examinadora desta tese, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3LiqCTQtKVY>.

imigrantes do Sul já migravam para países do Sul antes do aumento recente dos fluxos nessa direção. Exemplo disto se encontra na própria diáspora haitiana, que já seguia para países do Sul, como Suriname, República Dominicana, Cuba e outras ilhas caribenhas desde o final do século XIX (JOSEPH, 2015a). Outro exemplo está na própria agência das mulheres desta pesquisa, em que algumas vieram para o Sul com interesse no Norte, mas outras desejavam vir para o Brasil e não têm desejo de migrar para países do Norte.

Em resumo, sem desconsiderar a importância dos movimentos migratórios que se intensificam entre os países do Sul, pensar as migrações atuais numa lógica unidirecional pode escamotear a realidade de que os destinos do Sul não são recentes e nem o Norte global deixou de fazer parte dos destinos migratórios, inclusive sendo ainda quantitativamente mais representativo. Na verdade, como defendeu o professor Joseph em sua arguição, há uma diversidade de experiências migratórias na contemporaneidade que mais se caracterizam por uma lógica migratória cruzada em várias direções – Sul-Norte, Sul-Sul, Norte-Sul, Norte-Norte –, embora esses movimentos entre distintos polos migratórios não se deem da mesma forma e intensidade.

As trajetórias migratórias das haitianas no Distrito Federal também revelam essa dinamicidade, como veremos mais adiante. Ademais, o ato de migrar envolveu mais que uma mera decisão racional de sair do seu país em busca de uma vida melhor, onde pesou a relação custo-benefício. Elas nem precisaram fazer essa conta. Era muito evidente em suas vidas que o custo de ficar seria muito maior, independente do que encontrariam pela frente. Apesar de haver mais que uma motivação para entrarem no movimento migratório, os dados empíricos destacaram determinados aspectos que merecem ser aprofundados. É o caso da relevância do mercado de trabalho, que será tratado no capítulo 5, e das redes sociais, que influenciaram/influenciam essas mulheres na decisão, planejamento, operacionalização e readequações nos seus projetos migratórios.

Durante o processo de revisão da literatura, tive contato com alguns conceitos que, após a fase empírica, ganharam muito sentido para este estudo. Essas referências discutem conceitos como transnacionalismo (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002; PESSAR; MAHLER, 2003; PORTES, 2005; GARCIA 2007; MEJÍA; CAZAROTTO, 2017); cadeias migratórias, redes e campos sociais transnacionais (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; PÉREZ, 2004; SOARES, 2004). Conceitos esses com os quais dialogarei no decorrer deste capítulo, especialmente o das redes sociais, numa perspectiva transnacional.



De início, gostaria de trazer à baila o tema das migrações numa perspectiva transnacional, que guarda muita proximidade com o movimento migratório específico deste estudo. Conforme Portes (2005, p.3), o transnacionalismo “representa uma perspectiva novedosa, no un fenómeno nuevo”<sup>98</sup>, que ganhou mais visibilidade com o advento de novas tecnologias nas áreas do transporte e das comunicações, aproximando as fronteiras nacionais. A emergência dos estudos sobre esse tema também foi influenciada pela tendência de estudar os processos transnacionais e a globalização (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999).

Guarnizo (2004, p.15) traz uma noção holística de um “*vivir transnacional*”, que interessa neste estudo. Segundo o autor:

El vivir transnacional se refiere a una amplia panoplia de relaciones sociales, culturales, políticas y económicas transfronterizas que emerge, intencional y inesperadamente, de la presión de los migrantes por mantener y reproducir su ambiente social-cultural de origen a distancia. El concepto de vivir transnacional nos permite detectar una miríada de efectos multiplicadores económicos engendrados por la acción transnacional de los migrantes, cuyos efectos previstos e imprevistos cruzan múltiples escalas geográficas, desde lo translocal a lo transnacional y a lo global. [...] los bienes y servicios demandados por los migrantes no fluyen únicamente del norte al sur, sino además del sur al norte, del norte al norte y del sur al sur.<sup>99</sup>

Apesar da ideia de transnacionalidade ter sido originalmente empregada para governos e corporações multinacionais, a maioria dos estudos está centrada nas categorias de base, ou seja, na atuação de pessoas comuns, como as imigrantes (PORTES, 2005). Portes registra a importância de se fazer essa diferenciação pela multiplicidade de tipos de atores envolvidos em atividades transnacionais. Inclusive foi criado um termo apropriado a essa ideia – “transmigrantes”<sup>100</sup>, para se referir a imigrantes com práticas “multivinculadas”, que extrapolavam as fronteiras do Estado-nação. Estas imigrantes continuam mantendo relações sociais, econômicas, religiosas, políticas com pessoas em seu país de origem, além de construir novas relações no país onde estão vivendo. Contudo, Portes (2005, p.5) esclarece que nem todas as imigrantes são transnacionais. Apenas uma pequena parte dessa população exerce de fato atividades que possam ser classificadas como transfronteiriças.

<sup>98</sup> Tradução livre: “Representa uma nova perspectiva, não um novo fenômeno” (PORTES, 2005, p.3).

<sup>99</sup> Tradução livre: “O viver transnacional se refere a uma ampla panóplia de relações sociais, culturais, políticas e econômicas transfronteiriças que surgem, intencionalmente e inesperadamente, da pressão dos migrantes para manter e reproduzir à distância seu ambiente sociocultural de origem. O conceito de viver transnacional nos permite detectar uma miríade de efeitos multiplicadores econômicos gerados pela ação transnacional dos migrantes, cujos efeitos antecipados e imprevistos cruzam múltiplas escalas geográficas, de translocais a transnacionais e globais. [...] os bens e serviços demandados pelos migrantes não fluem apenas do norte para o sul, mas também do sul para o norte, do norte para o norte e do sul para o sul.” (GUARNIZO, 2004, p.15)

<sup>100</sup> Portes (2005) se refere aos estudos de Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton, de 1994.

Até a ascensão dessa perspectiva de análise, prevaleciam as ideias de assimilação da imigrante ao país de destino, o que era incentivado e esperado pelas políticas públicas destinadas a esse público em alguns países, a exemplo dos Estados Unidos, Alemanha e França (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Mas para Portes (2005), o transnacionalismo e a assimilação não são práticas incompatíveis, uma vez que, dentre as poucas migrantes que vivem atividades transfronteiriças, as mais ativas são aquelas que conseguiram alcançar maior mobilidade social e/ou econômica na sociedade de destino, o que requer algum nível de integração. Levitt e Glick Schiller (2004) também defendem que não existe contradição entre a incorporação de indivíduos no Estado-nação e suas conexões transnacionais. Ao contrário, as autoras percebem nisto processos sociais simultâneos que posicionam essas pessoas tanto no país de destino como transnacionalmente.

Outra característica da transnacionalidade na esfera migratória é a sua capacidade de gerar efeitos macrossociais. Ou seja, atividades individuais no âmbito das relações interpessoais entre migrantes e não migrantes, localizados no país de destino e no de origem, somadas a tantas outras relações transnacionais em determinado campo migratório, promovem processos sociais que impactarão a sociedade de origem desses indivíduos. Exemplo disto são as remessas recebidas pelos familiares de imigrantes, que têm sua realidade socioeconômica melhorada. E esses recursos, somados ao montante de remessas que circulam naquelas localidades de origem, impactam também a economia de toda a nação. Essas consequências macrossociais levam muitos governos dos países de origem a criarem mecanismos de valorização da cidadania transnacional e incentivos à manutenção da lealdade da transmigrante ao país de origem (PORTES, 2005).

Para entender melhor como ocorrem esses efeitos macrossociais se faz necessário voltar os olhos para as microrrealidades que se inter-relacionam nos sistemas migratórios. Esses processos sociais particulares são resultados das relações operadas nas redes sociais que se estabelecem no contexto das migrações transnacionais. E essas microrrealidades estão permeadas de relações de poder. Daí a importância de, para além de conceituar, buscar entender as dinâmicas dessas relações, que são de cooperação, mas também de dominação, tendo na cultura do patriarcado a sua gênese. Por isso, pensar as migrações transnacionais é pensar nas relações de gênero, geracionais, étnico raciais, sociais, culturais, econômicas, políticas (PEDONE, 2010). Ou seja, é necessário usar a lente da interseccionalidade.

O debate em torno do tema das redes sociais é acalorado em razão dos múltiplos referenciais teóricos, analíticos e metodológicos. No campo das Ciências Sociais, o tema tem sido abordado por duas disciplinas de escolas de pensamento divergentes: a Antropologia

britânica, sob a perspectiva da análise situacional, processual e diacrônica, buscando captar as dinâmicas das relações interpessoais e analisar os mecanismos sociais que permeiam e conformam essas relações; e a Sociologia estadunidense, a partir da abordagem estruturalista, morfológica e sincrônica, predominantemente numa perspectiva nominalista, perdendo de vista os processos históricos e políticos (PEDONE, 2010).

No bojo dessas discussões, o conceito de **cadeia migratória** tem predominado nos estudos das migrações internacionais, com as contribuições da micro-história, a partir da década de 1950, lançando luz sobre indivíduos marginalizados nas narrativas históricas. Passa-se assim a resgatar as contribuições de imigrantes a partir de seus processos particulares de mobilidade, privilegiando a análise sobre comportamentos individuais e grupais, com ênfase nas relações primárias, atravessadas por conflitos e cooperação (PEDONE, 2010).

O estudo dos Mac Donald, em 1964, “Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks”, sobre cadeias migratórias de imigrantes italianos nos Estados Unidos e na Austrália, despontou o tema e contribuiu com uma definição clássica que foi bastante utilizada pela comunidade acadêmica nas décadas de 1960 a 1970. Segundo eles, “la cadena migratoria puede ser definida como el movimiento a través del cual los presuntos emigrantes se enteran de las oportunidades, son provistos de transporte y obtienen su instalación inicial y empleo, por medio de relaciones sociales primarias con emigrantes anteriores”<sup>101</sup> (PEDONE, 2010, p.106).

Esses movimentos ou cadeias são sustentados pelas **redes sociais**, que foram definidas por Massey (1987) como um conjunto complexo de laços interpessoais de parentesco, amizade e conterraneidade, que ligam migrantes a não migrantes nas cidades de origem e destino, por onde trafegam recursos materiais e imateriais, e retroalimenta a migração. Nessas trocas ocorre a provisão parcial ou integral para a viagem; o compartilhamento de informações; o apoio para conseguir documentação, acolhimento, inserção laboral no país de destino, dentre outros suportes que subsidiam o projeto migratório e amenizam o processo desde a sua concepção até a chegada e permanência no local de destino para a candidata à migrante. Essas relações levam aquelas que ficaram a vivenciar práticas transnacionais sem nunca ter saído de seu país, e tem o potencial de incentivá-las a participar da migração transnacional de fato, com base naquelas trocas (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Segundo Granovetter (1973), essas redes podem ser formadas tanto por laços fortes como

---

<sup>101</sup> Tradução proposta por Truzzi (2008, p.202): A cadeia migratória pode ser definida “como o movimento pelo qual os migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores”.

fracos, uma vez que relações diretas e mais frequentes não necessariamente são mais efetivas que as relações indiretas ou esporádicas no contexto transnacional.

Mas este não é um conceito isolado, está inserido numa estrutura maior, que seria a **rede migratória**. Esta consiste em estruturas sociais maiores com caráter transnacional e que ultrapassam os limites geográficos e interpessoais. Elas envolvem pessoas e instituições voltadas ao tema migratório, como políticas dos Estados de origem e de destino (e também de trânsito); instituições não governamentais, religiosas; empresas empregadoras; profissionais das políticas públicas; as próprias imigrantes e suas associações representativas; dentre outros atores (PEDONE, 2010). Soares (2004, p.107) adverte que ela não se confunde com as redes pessoais (sociais) e “precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar”. Seria uma rede de redes sociais. Ele acrescenta ainda que a rede migratória compreende três perspectivas: a da origem, a do destino e a do retorno. Com base em Sayad, o autor explica que a inclusão do elemento “retorno” se deve à compreensão de que o sentido de ser migrante está na expectativa de um futuro retorno ao seu lugar de origem. A partir do momento que ocorre uma “assimilação absoluta”, deixa de existir o migrante, pois sua identidade está ontologicamente vinculada ao tempo, ao espaço físico e ao grupo comunitário ao qual pertence.

Esse assunto dividiu as opiniões das participantes deste estudo. Algumas se mostraram desinteressadas em retornar para o Haiti, devido às condições do país, com pouca esperança de melhora. No máximo, pensam em voltar apenas para visitar a família e continuar sua trajetória migratória para um país melhor. Como relatou a Ilene: *“Não. Só sair daqui par ir noutro país. No Haiti agora não. Visitar sim, porque eu tenho família lá. Pra morar não. Nunca mais. Só passar lá e ver minha família”*. A Fabíola também segue nessa perspectiva: *“Ainda não. Eu sempre espero que vou encontrar coisas boas pra fazer antes de voltar. Quero voltar só pra visitar. Quero ir mais longe”*. Já a Clara, foi enfática: *“Não. Nem pra visitar porque tá piorando”*.

No outro extremo temos aquelas que veem a migração como uma oportunidade para ganhar dinheiro “no país dos outros” e voltar para ajudar “o seu país”, como podemos perceber na fala da Nahomie:

*Eu não vou falar que vou fazer vida toda não [no Brasil]. Porque país dos outros não é seu país. Tu pode ir lá trabalhar, fazer outras coisas. Minha filha pode nascer, ficar lá, não tem problema. Mas eu, é melhor ficar no meu país. Porque pode ter pessoas que tá precisando, pra abrir um lugar pra outros trabalhar. Porque você já tem oportunidade, mas tem outro que não tem. Pra ajudar, entendeu? Abrir serviço pra muita gente trabalhar, pra gente ficar com uma vida*

*melhor. Esse é meu sonho! Tem gente que foi viajar pra outro país e esquecer todo mundo. Eu não penso assim não.* (Nahomie)

Boa parte das haitianas entrevistadas condicionou seu retorno à formação de um capital econômico no Haiti que possibilite maior autonomia e poder “*comer trabalho de outro país no Haiti*” (Maria). Podemos visualizar esse pensamento na narrativa da Maria, que é representativa de muitas outras participantes:

*[...] eu vai realizar meu sonho de voltar no Haiti. Só não é agora. Pra voltar no Haiti, isso vai demorar. Pode demorar vinte, trinta anos. Só por causa dos Estados Unidos. Se ainda tudo dá certo, eu vou embora. [Mas] Tem que ficar aqui pra trabalhar. Porque no Haiti tem que comprar um terreno e fazer construção. Tem que ter um casa no Haiti e um loja. Porque quando eu voltar não vou pedir pra trabalhar com pessoa não, tem que trabalhar com minha casa [pra ela mesma]. E eu quer construir um família aqui primeiro. Filhos, marido, casamento. Eu quero fazer ele fora do Haiti. Porque eu quero voltar no Haiti com já tudo pronto. Porque ainda a situação é complicada no Haiti. [...] Quando acabar tudo os meus sonhos. Eu falar: “Tá bom, Maria, já fez tudo os seus sonhos que você quis. Agora você pode voltar no seu país pra ajudar as pessoas. Pra ficar tipo ‘comer o seu trabalho’. Vou comer trabalho de outro país no Haiti”.* (Maria)

Retomando a questão das críticas que recaem sobre a teoria das redes sociais, uma delas é a sua limitação para explicar as migrações pioneiras. As redes sociais conseguem explicar apenas as migrações posteriores aos primeiros grupos de imigrantes para determinado lugar. Uma vez que estes não dispunham de uma rede social que lhe fornecesse informações e suportes para se estabelecerem no local de destino (TRUZZI, 2008). Já Soares (2004, p.7) vai criticar a perspectiva analítica das redes sociais, na forma como tem sido proposta por Massey e seus colegas de estudo, que se limita à dimensão pessoal, o que gera imprecisões e provoca o que ele chama de “promiscuidade” conceitual.

Nessa mesma linha, Fazito critica que os estudos sobre redes sociais têm se restringido aos seus aspectos metafóricos, cujas análises não passam de meras descrições da existência dessas redes. Com isto, esses estudos se restringem às redes pessoais primárias de imigrantes transnacionais, “sem pensar na interação dos atores distribuídos em suas respectivas estruturas sociais” (FAZITO, 2002, s/p). O que, segundo ele, são insuficientes para vislumbrar as redes sociais concretas que sustentam a migração (FAZITO, 2009). Numa perspectiva estruturalista, o autor propõe a utilização da ferramenta de Análise das Redes Sociais (ARS), que busca “estabelecer um meio objetivo de identificar conexões (laços ou relações) e pontos (nós ou atores) dentro de um sistema determinado (uma rede pessoal ou total, por exemplo) e, desse modo, representar padrões estruturais de relações [...]” (FAZITO, 2002, s/p).

Para Soares (2004, p.107, 114) seria necessário se estabelecer bases que ancorem a teoria das redes sociais, desfazendo as imprecisões comuns neste campo teórico. A noção comum de rede social, segundo ele, não passa de uma rede pessoal, baseada nas relações de parentesco e afinidade. Seria um tipo de rede social, mas não o único. Pois, para ele, a rede social “consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação”. A rede pessoal por si só não determina a migração. A aspirante a imigrante precisa estar vinculada aos “laços ‘certos’ com os atores ‘certos’”. Sua rede pessoal precisa estar conectada a outras redes sociais que compartilhem entre si a perspectiva do ato de migrar, e que estejam articuladas a processos sociais, econômicos, políticos, simbólicos, afetivos, dentre outras ordens, de modo a tornar factível o seu projeto migratório.

Esses personagens envolvidos nas redes sociais que possibilitam o ato de migrar formam **campos sociais transnacionais** (PEDONE, 2010). Para adentrar nesse assunto, Levitt e Glick Schiller (2004) propõe o abandono das vendas do nacionalismo metodológico, que limita as análises da vida social dos indivíduos aos limites do Estado-nação. Para tanto, elas defendem uma aproximação ao conceito de sociedade não como um recipiente, mas na perspectiva de “campos sociais”. Pois, segundo elas, “Sin un concepto de lo social, las relaciones de poder y de privilegio que ejercen los actores sociales, con base en el interior de las estructuras y las organizaciones, no pueden estudiarse o ser analizadas”<sup>102</sup>. A partir dos estudos de Basch, Glick Schiller e Szanton [de 1994], as autoras definem “campo social” como “conjunto de múltiples redes entrelazadas de relaciones sociales, a través de las cuales se intercambian de manera desigual, se organizan y se transforman las ideas, las prácticas y los recursos”<sup>103</sup> (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, p.66). Essa perspectiva teórica traz para dentro do estudo da migração transnacional e redes sociais a perspectiva analítica das relações de poder, que são caras aos estudos de gênero.

Diante do conjunto de conceitos apresentados até aqui, seria possível inserir o Haiti e as haitianas nesse contexto transnacional, das redes e dos campos sociais? Encontrei uma resposta nos estudos de Glick Schiller e Fouron (1999), em seu artigo “*Terrains of blood and nation: Haitian transnational social fields*”. Os autores utilizam o conceito de campos sociais

---

<sup>102</sup> Tradução livre: “Sem uma concepção do social, as relações de poder e privilégio exercidas pelos atores sociais, baseadas em estruturas e organizações, não podem ser estudadas ou analisadas” (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, p.66).

<sup>103</sup> Tradução livre: “conjunto de múltiplas redes interligadas de relações sociais, através das quais se relacionam de forma desigual, se organizam e se transformam as ideias, práticas e recursos” (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, p.66).

transnacionais<sup>104</sup> para explorar a ideia do Haiti como uma nação transnacional. Eles realizaram um estudo longitudinal<sup>105</sup> com haitianos e haitianas que moravam nos Estados Unidos e no Haiti, nas décadas de 1980 a 1990. Ao focar nas redes sociais de transmigrantes, buscaram identificar a formação de uma identidade haitiana transnacional, na qual essas pessoas se identificavam como pertencentes ao Haiti, independente de estarem lá ou nos Estados Unidos da América (EUA).

Esse tipo de interesse de pesquisa também pode ser visto nos estudos de Papadopoulos (2013), que buscou, no caso da imigração ortodoxa grega para os EUA, iniciada na última década do século XIX, identificar o espaço simbólico de conectividade entre esses imigrantes e sua pátria. O autor explora a ideia da viagem transatlântica não como ponte entre dois mundos (o de origem e o de destino), mas como “espaço de conectividade”, que representava um “rito de passagem”. O navio se tornou um símbolo de interações e trocas entre imigrantes gregos. Nesse espaço de passagem, diversos grupos étnicos se conheciam, descobriam semelhanças, celebravam rituais juntos e compartilhavam suas experiências, projetos migratórios e expectativas sobre o novo mundo. Percebendo esse poder agregador e formador de redes sociais e migratórias, companhias marítimas utilizavam tal recurso simbólico para promover esse lucrativo negócio, inclusive com propagandas sobre um eldorado migratório que não se confirmou na realidade. O Estado também instrumentalizou esse espaço para a formação ideológica de uma etnia simbólica grego-americana e de laços permanentes entre seus emigrados e o país de origem.

No caso haitiano, Glick Schiller e Fouron (1999) partiram da pergunta: O que levava esses transmigrantes a manterem uma rede social ativa e constante com seus parentes, amigos e conterrâneos no Haiti? Inicialmente os autores destacam a importância das redes pessoais, por meio das quais se compartilhavam informações; remessas e presentes; apoio na criação e investimento na educação das crianças e jovens da família; visitas durante as férias; formação de uma economia no país de origem, para usufruir numa aposentadoria futura, como aquisição

---

<sup>104</sup> Glick Schiller e Fouron se utilizaram do conceito de campo social como “um terreno ilimitado de redes egocêntricas interligadas. É um termo mais abrangente do que o de rede, que é mais bem aplicado às cadeias de relacionamento social específicas de cada pessoa (Barnes 1954; Epstein 1969; Mitchell 1969; Noble 1973). O conceito de 'campo social transnacional' permite-nos um ponto de entrada conceitual e metodológico para a investigação de processos sociais, econômicos e políticos mais amplos através dos quais as populações migrantes estão inseridas em mais de uma sociedade e aos quais reagem (Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc 1994)” (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999, p.344. Tradução Livre).

<sup>105</sup> Os autores basearam suas análises em pesquisas e entrevistas em profundidade, realizadas na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, entre os anos de 1985-1986 e 1996-1997; e nas cidades de Port-au-Prince e Aux Cayes, no Haiti, nos anos de 1989, 1991, 1995 e 1996. A amostra de 109 pessoas incluiu 71 homens e 38 mulheres com idades entre 14 e 68 anos (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999).

de terrenos, edificação de casas, formação de negócios, como vimos no relato da minha interlocutora Maria. Um dos motivos da manutenção dessa rede social transnacional é a insegurança da vida nos EUA, que poderia levar a uma mobilidade econômica descendente, e na velhice, a solidão; o Haiti seria uma alternativa socioeconômica onde o dólar é mais valorizado e onde poderiam viver a velhice com mais dignidade, considerando o valor dos mais velhos na cultura desse país (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999).

Outra razão seriam as dinâmicas de *status* social que levam essas transmigrantes a viverem em duas posições antagônicas ao mesmo tempo (o que nos lembra da noção de “posicionalidade translocacional” proposta por Anthias, 2008): apesar de estarem inseridas nas classes sociais mais baixas dos EUA, alcançaram uma mobilidade econômica que lhes permite enviar remessas ao Haiti e, paradoxalmente, desfrutar de um *status* social superior no seu país de origem, o que se percebe pela forma como são tratadas quando visitam seu país (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999). Contudo, Glick Schiller e Fouron (1999, p.348) chegaram à conclusão de que nada disso é suficiente para justificar a formação de uma identidade haitiana transnacional, que não se restringe às redes pessoais, mas é resultado da conexão dessas redes egocêntricas com processos políticos e identificações mais amplos, que se estendem transnacionalmente. Segundo eles, para entendermos como essa conexão acontece, “we must examine Haitian transnational social fields where the connections between the personal and the political are forged”<sup>106</sup>.

A partir das amostras empíricas, eles perceberam certo “orgulho” de ser haitiana. Algumas interlocutoras se referiam à rebelião dos escravos que levou o Haiti a ser a primeira República negra independente. Isso não surgiu do nada. Houve uma política de Estado que promoveu a popularização dos símbolos da revolução, por quase 200 anos, entre todas as classes sociais do Haiti. Mas, ao chegarem aos EUA, essas haitianas negras passavam a ser estereotipadas pelas características de sua negritude e identificadas como afro-americanas. Elas já chegavam ali alertadas por suas redes sobre qual seria o seu lugar naquela nação. O que levou muitas, nas primeiras décadas dessa imigração, a não assumirem suas identidades haitianas, preferindo se identificar como francesas (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999).

Em contrapartida, os autores demonstram que em Nova York, entre as décadas de 1960 a 1970, haitianas que ali se instalaram encontraram um terreno fértil para a sua identificação racial e ético-comunitária, podendo se diferenciar publicamente da comunidade afro-americana. Eles identificaram diversas identidades públicas dessas transmigrantes que se

---

<sup>106</sup> Tradução livre: “devemos examinar os campos sociais transnacionais haitianos onde as conexões entre o pessoal e o político são forjadas” (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999, p.348).



sobrepujam sem serem contraditórias (“black, Christian, Haitian nationalist, Haitian ethnic, Masonic, French, African or African-American”). Apesar disso, permaneciam demarcadas as diferenças entre nativas e imigrantes. Ainda que dominassem o idioma inglês e até conseguissem a cidadania, eram sempre notadas pela cor da sua pele, cor esta que em seu país, no imaginário haitiano delas, é motivo de orgulho (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999, p.349).

No período da ditadura duvalierista (1957-1986) foi implementada uma política de negação da identidade haitiana para quem não estivesse no Haiti. Lembrando que muitos que saíram do Haiti para os Estados Unidos, nessa época, eram considerados inimigos do regime. Essa política de terror considerava traição até a obtenção de outra cidadania, o que levou muitos haitianos e haitianas a esconderem de seus compatriotas e familiares sua dupla identidade. Foi nesse período também que o movimento anti-Duvalier começou a construir a identidade “diáspora”, para representar os exilados e refugiados políticos do Haiti. Esses diásporas foram uma força política e econômica que contribuiu para a queda da ditadura e instauração da democracia. Jean-Bertrand Aristide, o candidato dos diásporas, venceu as eleições e resgatou a imagem positiva dos transmigrantes, nomeando-os simbolicamente como o 10º Departamento (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999).

Aquelas que migravam carregavam consigo o peso da responsabilidade de ajudar seus familiares e o seu país; enquanto as não migrantes, que permaneciam no Haiti, formaram o imaginário social de que a diáspora era a salvação do povo haitiano contra as dificuldades históricas que o país enfrentava, de diversas naturezas. Essa cultura da “diáspora” contribuiu para enfraquecer a noção de identidade nacional baseada no território. Com isso, ganhou força a ideia de que são os laços de sangue (*ties of blood*) que unem a família e a nação, independente de onde se esteja. Segundo os autores, “The ties of blood provide them with a living bridge that can connect them to a space of greater opportunity.”<sup>107</sup>. Porque sabem que suas conexões com o Haiti e o seu povo extrapolam as fronteiras territoriais do Estado (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999, p.351-352, 356).

Pessar e Mahler (2003, p.815) realizaram um esforço para inserir o gênero no contexto das migrações transnacionais. Com base em revisão da literatura, elas perceberam a invisibilidade das mulheres nos estudos sobre esse tema, apesar de alguns estudiosos, como Ravenstein (em 1885) e Hondagneu-Sotelo (em 1994), já haverem pontuado que a migração feminina é mais que uma variável a ser mensurada nos estudos sobre migração, por ser um

---

<sup>107</sup> Tradução livre: “Os laços de sangue fornecem a eles uma ponte viva que pode conectá-los a um espaço de maiores oportunidades.” (GLICK SCHILLER; FOURON, 1999, p.351-352, 356).

ponto central no conjunto das relações sociais que envolvem os processos migratórios. Para contribuir com uma análise de gênero mais aprofundada, as autoras criaram uma estrutura, que elas chamam de “*gendered geographies of power*”<sup>108</sup>, composta de três elementos analíticos chave: “*geographic scales*”, “*social locations*” e “*power geometries*”<sup>109</sup>.

Segundo elas, introduzir o gênero numa perspectiva transnacional é fundamental em razão de que nesses espaços geográficos o gênero opera de forma simultânea e articulada às múltiplas escalas espaciais e sociais, como o corpo, a família, o Estado. E nesse terreno, ideologias e relações de gênero são reafirmadas e reconfiguradas, ou ambos. Além disso, existem hierarquias de poder que são geradas por múltiplas dimensões de identidades (como classe, raça, sexualidade, nacionalidade e gênero) que operam em nível micro e macrossocial e territorial, posicionando as pessoas em determinadas localizações sociais de privilégio ou de subalternidade, o que afeta o seu acesso a recursos e à mobilidade. Essas localizações não são fixas, havendo a possibilidade de mudança. Daí também a importância de focar nos tipos e graus de agência que as mulheres exercem em função de suas localizações sociais (PESSAR; MAHLAE, 2003).

O conjunto das noções aqui apresentadas, dentro do contexto maior da migração transnacional, teve o objetivo de iluminar as relações culturais, sociais, políticas e econômicas, em outras palavras, as relações de poder e o lugar social onde se encontram as mulheres haitianas residentes no Distrito Federal. Os dados desta pesquisa corroboram para apoiar a afirmação da importância das redes sociais, especialmente as egocêntricas, para a concretização de seus projetos migratórios e inserção no mercado de trabalho, nas condições próprias do capitalismo tardio que caracteriza a economia brasileira, como veremos mais adiante.

Em resumo, as redes sociais pessoais representam um apoio diante das políticas sociais restritivas, características de um Estado voltado a privilegiar os preceitos do mercado financeiro internacional, em detrimento da proteção dos direitos sociais de pessoas vivendo em território brasileiro. A frequência, praticamente diária ou semanal, com que as haitianas deste estudo mantêm contato com suas redes sociais é uma forma de manterem vivas suas relações de parentesco e de amizade com quem ficou no Haiti e em outros países, para onde se expandem suas redes sociais e expectativas migratórias. Suas redes são também um canal por onde trocas são realizadas e projetos migratórios futuros são traçados, tanto para trazerem

---

<sup>108</sup> Tradução livre: “geografias de poder de gênero”. Garcia (2007, p.389) utiliza a seguinte tradução: “geografias gendradas de poder”, que eu considero melhor.

<sup>109</sup> Tradução livre: “escalas geográficas”, “localizações sociais” e “geometrias de poder”.

outros e outras haitianas para o Brasil, como para articularem possibilidades de irem mais além.

E, enquanto estão por aqui, as redes institucionais, especialmente vinculadas à igreja e às políticas sociais, também cumprem um importante papel como suporte em períodos difíceis, como a atual pandemia de Covid-19 (JOSEPH; NEIBURG, 2020; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b), ainda que oferecendo uma ajuda pontual, de forma seletiva e descontinuada. Diante da importância dessa categoria na imigração feminina haitiana para o Brasil, passarei a refletir sobre as narrativas das participantes deste estudo sobre a participação de suas redes no projeto migratório desde o Haiti até o Brasil e mais além, considerando que esse projeto permanece em aberto.

### 1.3. O PAPEL DAS REDES NO PROJETO MIGRATÓRIO DAS HAITIANAS

Os dados empíricos desta pesquisa deixaram claro o papel exercido pelas redes sociais das haitianas em sua decisão de migrar, mas também em todo o processo migratório desde o país de origem, no planejamento e execução da viagem; até sua chegada, instalação e vida no Brasil. Não necessariamente nessa ordem, pois esse processo não é linear. Mas uma coisa é certa, familiares, amigas e conterrâneas de algumas localidades do mundo forneceram ajuda para que essas mulheres colocassem em prática suas aspirações migratórias, ainda que de forma parcial, considerando que o Brasil não é o destino final almejado por parte delas, como veremos mais adiante. Aliás, essa ideia de destino final é muito relativa nesse contexto migratório, que é fluido e dinâmico, cuja possibilidade de mudanças está sempre em aberto, a depender da conjuntura social, política e econômica das localidades onde estejam ou desejem ir (destino que também não é estático). Por isso mesmo, o sonho americano de hoje pode não ser o de amanhã.

Embora a maioria das participantes tendesse a perceber melhor a ajuda dada pela sua rede pessoal, um ouvido mais atento aos seus relatos poderia identificar outros atores que também permearam o campo social transnacional dessas imigrantes, constatando que suas redes extrapolam o âmbito doméstico, apesar do peso deste nas suas relações. Nas narrativas delas apareciam personagens relacionados às agências de viagem; agiotas; bancos; postos consulares e alfandegários; agentes de aeroportos; políticas públicas; igrejas, ONGs, dentre outras esferas e atores públicos e privados. Nesta subseção, pretendo mostrar as redes construídas por essas mulheres na sua trajetória transnacional; quem participa delas; quais as

formas de interação; se existe uma rede específica de haitianas, diferente da utilizada pelos haitianos, para chegarem ao Brasil e ao Distrito Federal.

Contudo, não me proponho a seguir a perspectiva sugerida por Fazito (2002). Considerando que algumas técnicas de pesquisa se fariam necessárias para se chegar ao grau de detalhamento proposto nos esquemas apresentados pelo autor, a exemplo da etnografia, observação participante, entrevistas em profundidade e uma vivência maior com o objeto de estudo. O que não foi possível, no caso desta pesquisa, por limitações metodológicas impostas pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia, que me levou a reduzir o tempo e a frequência de contato com as participantes. Mas também pelo fato de não ser objetivo da pesquisa focar exclusivamente no tema das redes sociais, haja vista haver outras categorias de análise para abordar, como suas trajetórias migratórias, vida no Brasil, inserção laboral e formas de discriminação vivenciadas. As redes ocupam neste estudo uma posição transversal às trajetórias migratórias e laborais dessas mulheres. Daí os dados apresentados não alcançarem um nível de profundidade e extensão, conforme esperado num estudo de análise de redes sociais. O que, reitero, não é o propósito deste trabalho.

Independente do lugar de partida das participantes deste estudo, a decisão de migrar exigia a mobilização de uma soma considerável de recursos financeiros<sup>110</sup>, de informações sobre como era a vida e o mercado de trabalho no Brasil, sobre os apoios iniciais após a chegada. Enfim, exigia a participação de redes sociais e migratórias que fornecessem informações e suportes materiais. De acordo com dados da pesquisa de Mamed (2018, p.85),

para reunir os recursos financeiros destinados ao pagamento da viagem e do serviço das redes, as famílias haitianas revelaram a utilização de diversos mecanismos: (i) solicitação de ajuda financeira aos parentes 'diáspora', que moram fora do país, como Estados Unidos, França ou já no Brasil; (ii) levantamento de recursos por meio da venda de bens familiares (residência urbana, propriedade rural ou gado, por exemplo), ou do financiamento, com a hipoteca desse eventual patrimônio; (iii) aquisição de empréstimos com redes de agiotagem.

No caso das participantes deste estudo, as suas redes de amigas e parentes foram cruciais no desenvolvimento de seu projeto migratório. O Brasil foi citado por 60,6% delas como país onde já residia algum parente, a maioria era cônjuge ou namorado (24,2%);

---

<sup>110</sup> Retratando a migração haitiana nos primeiros anos desta diáspora para o Brasil, Mamed (2018) descreve que a moeda utilizada nesse percurso era o dólar, inclusive no Brasil, cujo custo com transporte era calculado nessa moeda. A viagem do Haiti até o Acre poderia custar em média 2 mil a 5 mil dólares, com uma estimativa de 6 bilhões de reais pagos à rede de contrabando e corrupção organizada para movimentar este esquema migratório. Já a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) estimava a monta de milhões de dólares até 2015. Ribeiro (2015) acrescenta que para as mulheres que se embrenharam nesse projeto, “ao final do processo migratório, os gastos ficaram bem acima do planejado, fazendo-as chegar ao Brasil totalmente sem dinheiro” (RIBEIRO, 2015, p.90).

seguido de irmã ou irmão (21,2%); prima ou primo (9,1%); e filho (6,1%). Vale destacar que quando somado à presença de pessoas amigas e conterrâneas, o percentual chega a 87,9% das haitianas que tinham uma rede social e migratória no Brasil. Como no caso da Maria: “[...] *Tenho um irmão no Brasil, ele pode me ajudar. Porque eu ainda não estuda, eu não tem um trabalho que me paga bem, eu não guardar dinheiro. Eu vou deixar a Argentina, vou lá no Brasil. E eu ligar pro meu pai [EUA], eu explicar isso. E meu irmão: ‘vem, vem’*”. A Chelo tem diversos parentes no Brasil: “*Tem cinco primas e seis primos. Tudo aqui em Brasília mesmo. Tem que mora aqui perto de mim, tem no Guará I, tem uma prima que mora em Águas Claras*”.

A grande maioria das participantes tem sido a rede social e migratória de amigas e parentes no Haiti, que pretendem vir ao Brasil, influenciadas por elas. Inclusive, já havia articulações com este fim, o que completa o sentido atribuído a uma pessoa diáspora no Haiti, para além do envio das remessas. Como afirma Joseph (2016, p.100), “para legitimar o sucesso, deve ‘mandar buscar’ outro familiar”. Alguns desses novos candidatos a migrante já estavam com o visto autorizado, ou prestes a entrar pela fronteira. Como revelou Maria: “*Mês de outubro meu irmão vai vim aqui. É um irmão mais novo. Ele vem pela fronteira*” (ela falou isto no mês de agosto). Contudo, as restrições sanitárias internacionais de mobilidade, impostas durante a pandemia, têm dificultado ou até mesmo impedido esses planos: “*Meu irmão [...] já tá marcado na Embaixada. Mas como chegou a pandemia, não chamou ele ainda não. Eu pagar tudo. Também minha irmã, minhas primas. Até já fez passaporte. Agora só esperar para marcar na Embaixada*” (Misoula).

Entre as pessoas que as participantes desejam trazer para o Brasil, estão principalmente as irmãs/irmãos (36,4%); pais e primas/primos (9,1% cada); filhas/filhos (6,1%); outros parentes (6%); esposo/companheiro ou namorado (6%); e amigas/amigos (3%). Foi interessante notar que há uma seletividade no perfil dos futuros emigrantes. De modo geral, são as pessoas mais jovens, com capacidade para o trabalho e, majoritariamente, do sexo masculino. Afinal elas já conhecem as condições laborais no Brasil, com marcada divisão sexual e geracional do trabalho. Nas falas das participantes elas quase sempre frisavam características das pessoas que pretendiam trazer, as quais se relacionavam ao gênero e à idade. A exemplo da Lia: “*Meu primo e meu irmão. São mais jovens. São maiores*”. E da Mia: “*Só meu irmão homem. Ele tem 21 anos*”.

Percebi que poucas falavam em trazer os pais. Então perguntei a Maria a razão disto, ao que me respondeu: “*Porque eles já aguentam a vida do Haiti. Porque eles já um pouco velho. Eles não quer vir só pra sentar aqui. Porque eles não vem pra trabalho. Não tem*

*trabalho pra idade deles*”. A Liliane também relatou que se trouxesse seus pais ao Brasil seria apenas para visitar, pois ambos estão na faixa dos 50 anos. Perguntei-lhe se ela considerava que eles já eram idosos para virem para o Brasil. Então respondeu: *“Eu acho que hoje em dia não é tão velho. Mas pra trabalhar [aqui] não. Porque eles já trabalharam muito. Agora é tempo de se cuidar e descansar*”. O que faz muito sentido se pensarmos que a expectativa de vida no Haiti é em torno de 64 anos (PNUD, 2020). As únicas que mostraram interesse de trazer suas mães foi devido à necessidade de tratamento de saúde, onde no Brasil as condições de acesso são melhores. Como analisado pela Ilene: *“Porque no Haiti, quando foi lá no hospital é muito caro. Aqui quando tem que levar no hospital quase não paga nada. Ela [mãe] fica muito doente. Se ela for aqui, eu já vou levar ela no hospital. É por isso que eu quero trazer ela aqui*”. Ou por razões afetivas:

*Minha mãe tem 63 anos. Eu tenho vontade de trazer minha mãe aqui só pra ficar junto comigo. Pra trabalhar não. Se eu tivesse oportunidade pra ajudar ela pra entrar, eu ia trazer ela. Imagina eu sair do serviço e minha mãe tá aqui me esperando. Que alegria tanto pra minha mãe quanto comigo. Se ela tá comigo, que alegria, hein! Porque minha mãe é minha vida! Tudo que eu tenho é minha mãe.*  
(Nahomie)

Apesar de poucas terem filhos menores deixados no Haiti, trazê-los para o Brasil é uma necessidade urgente, que transpareceu nas entrevistas. Como a Joana: *“Eu fiquei muito triste com minha filha [de 3 anos, que ficou no Haiti]. Vou trabalhar por ela. [Quer trazer] Minha filha e uma prima, que vai acompanhar ela na viagem e cuidando aqui no Brasil*”. Podemos notar nesta fala a importância do trabalho das cuidadoras haitianas. Esse aspecto se revelou comum entre elas (o que será abordado no capítulo 5). A Madoche também enfrenta essa situação: *“Agora tem que trabalhar pra juntar dinheiro e mandar buscar os três juntos [companheiro, filho de nove anos e neta de 3 anos]*”.

Confirmando a teoria das redes sociais interpessoais, o compartilhamento de informações sobre o país de destino ajuda novos candidatos a migrante a tomarem a decisão sobre ingressar na migração transnacional. Como podemos perceber no relato da Clara: *“[Quer trazer para o Brasil] Minha amiga e o namorado dela. Porque ela é enfermeira. Terminou já. Mas pra trabalhar lá é difícil. [Ela convidou a amiga:] Vem pra cá. Você vai trabalhar. Eu falo pra ela: Você vai ganhar seu dinheiro. E eu acho que você pode continuar estudando [...]”*. (Clara)

Essa propaganda sobre o Brasil me deixou bastante intrigada, uma vez que a maioria dos relatos sobre as condições de vida e de trabalho no país revelavam que aqui não era bem o

que elas imaginavam. Muitas apresentaram queixas de discriminação e exploração; e algumas até avaliaram suas experiências migratórias como negativas, tendo a maioria o interesse de sair do Brasil para outro país. Contudo, esse circuito migratório transnacional permanece ativo, independente dessas circunstâncias adversas. Pensei: O que leva essas mulheres a trazerem outras de seu círculo pessoal de parentesco e afinidade para um país que não está sendo bom nem para elas mesmas? Eu estava pensando com base na minha visão e lugar de mundo. O esposo da Chelo, que me ajudou na tradução da entrevista da Ismaelle, interveio nessa questão e explicou que "*a situação lá [no Haiti] é muito difícil e perigoso também. Aí, se a gente pudesse, ia trazer todos de lá*". Conversando com outro haitiano sobre essa minha inquietação, consegui entender essa questão a partir do ponto de vista dessas imigrantes:

*Não é só mulher, é homem também. Aqui tem paz, tem justiça, tem segurança um pouco melhor; tem infraestrutura; tem o jeito de pessoas trabalhando juntas pra comprar comida. Nessa área é muito melhor que o Haiti. Entendeu? A pessoa pode caminhar qualquer hora na rua. Essas coisas são muito diferentes no meu país. Tudo lá é caro. A pessoa pode vir pra cá e depois de quatro anos, cinco anos, ir para Canadá, França. Entendeu? Aqui pode dar oportunidade pra fazer outro país que você quer. Aqui pode ser um ponto para viajar mais rápido pra ir pro país que você quer. (Interlocutor-chave haitiano)*

Podemos perceber no depoimento desse haitiano que o Brasil, apesar de não ser o eldorado migratório, é um país que oferece melhores condições de vida que o Haiti e, a médio ou longo prazo, pode possibilitar a remigração para um país mais desenvolvido. Ou mesmo permanecer no Brasil, já que os elementos que definem o sucesso do projeto migratório dessas pessoas ultrapassam a dimensão econômica. Como vimos nesses relatos, a segurança, a infraestrutura, os direitos sociais etc., são outros tipos de capital que alimentam o interesse por ficar no país para algumas dessas mulheres. Avançando nesse tema das redes sociais, teve ainda aquelas participantes que foram pioneiras no Brasil, como no caso da Liline:

*Quando eu cheguei em Brasília, vieram meus irmãos, tem um primo, que mora no Polo de Modas. Tem outro primo também no Polo de Modas. Tem minha irmã, tem meu irmão aqui comigo. Meu pai tem doze filhos, tem dois no Chile, nos Estados Unidos. Acho que tem só três lá [no Haiti]. [Você tem ajudado outras haitianas a virem para o Brasil? Seus familiares?] Sim, pra poder ajudar nos documentos, pra poder se abrigar um pouco. Teve um primo que foi pra Santa Catarina. Até trouxe mais um primo, a esposa, a irmã. Tudo tá lá. A situação depois do terremoto se piorou. Aí tem gente que acha que a melhor coisa é viajar para encontrar uma vida melhor. É assim. (Liline)*

Já que ela foi a primeira dentre seus parentes e amigos no Brasil, então será que ela não se encaixa na perspectiva das redes sociais, conforme vimos? A Liline foi selecionada

para uma vaga de graduação sanduíche na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2011, por meio do Programa Pró-Haiti. Alphonse e Macedo (2017) fazem uma análise desse Programa, que foi implementado pelo Governo brasileiro, em parceria com algumas universidades públicas (UNICAMP, UFSC, UFSCAR e UFRGS), durante os anos de 2011 a 2016, e financiado com recursos da CAPES. O Programa tinha o objetivo de “contribuir com o processo de reconstrução do Haiti por meio do apoio à formação de recursos humanos e à reestruturação das Instituições de Ensino Superior Haitianas (IESH)” (ALPHONSE; MACEDO, 2017, p.234).

A Liline não tinha uma rede social pessoal instalada no Brasil, mas teve o apoio de uma rede institucional que lhe deu suporte ainda no Haiti, por meio de instituições brasileiras e haitianas, intermediadas pela Embaixada do Brasil no país, que atuaram no processo seletivo, na emissão de documentos migratórios e passagem aérea para o Brasil, dentre outras ações<sup>111</sup>. E ao chegar aqui, havia um coordenador do Programa para dar apoio ao grupo de estudantes. Ela também recebia uma bolsa de estudos mensal, no valor de 750 reais, durante todo o período do curso; e mais 500 reais a título de auxílio instalação. E cita ainda outra bolsa que recebeu por seis meses, financiada por uma companhia aérea (segundo ela), como outra forma de auxílio para subsistência no país. Os bolsistas tinham que arcar com todas as suas despesas apenas com esse recurso, que era insuficiente para suas necessidades e obrigava-os a buscarem trabalhos temporários durante as férias escolares, como veremos mais adiante. A pesquisa de Alphonse e Macedo (2017) confirma muitas das informações passadas pela Liline.

Além disso, ela informou que o intérprete contratado para dar assistência ao grupo, tinha uma casa que alugou para os alunos e alunas recém-chegadas: “*O Capes deixou também um brasileiro que fala francês pra ajudar a gente. Eu acho que contratou ele. Ele tinha uma casa lá, colocou a gente lá pra morar e a gente pagava um valor pra ele, porque a casa é dele*” (Liline). Mas desde o Haiti outras formas de apoio foram mobilizadas pela sua rede social. Ela ficou sabendo da seleção do Programa por intermédio de uma amiga haitiana, que lhe incentivou a participar: “*Amiga, tem bolsa pra o Brasil pra estudar. Eu vi ontem na televisão*”. E seus pais lhe apoiaram financeiramente quando foi confirmada a sua seleção.

---

<sup>111</sup> Segundo Alphonse e Macedo (2017, p.249-250), “Após retirar os vistos de entrada, os selecionados receberiam a passagem aérea de forma eletrônica para que fosse apresentada no aeroporto, onde receberiam o cartão embarque para viagem ao Brasil, o passaporte, visto e outros documentos pessoais válidos, formulário de visto e a carta de concessão de bolsa da CAPES. [...] A viagem dos candidatos selecionados do Pró-Haiti para o Brasil foi realizada no mês de agosto de 2011 com acesso exclusivamente ao visto de estudantes de tipo Item IV, por transporte aéreo em diferentes voos, partindo da capital haitiana, Porto Príncipe-Panamá e conexão aérea de Panamá para São Paulo”.



Alphonse e Macedo informam que houve uma divulgação bastante apelativa sobre o Programa nos meios de comunicação haitianos, anunciando a disponibilidade de 500 bolsas. Sendo que, efetivamente, nem 100 haitianos chegaram a participar do Programa. Na avaliação deles, o Pró-Haiti estava sendo utilizado pelo governo brasileiro como mais uma das estratégias de sua política internacional “subimperialista”, em que o Haiti não passava de “uma vitrine do *savoir-faire* (saber-fazer) brasileiro” (ALPHONSE; MACEDO, 2017, p.238, 262). As políticas educacionais no Brasil, desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nos anos 1990, não têm contemplado de forma clara os direitos de imigrantes nos diferentes níveis da formação brasileira. Programas como o criado pela CAPES, envolvendo um número reduzido de universidades, são ainda raros e insuficientes para o atendimento de imigrantes elegíveis ao ensino superior brasileiro, tanto da graduação como da pós-graduação, além do ensino fundamental e médio (MATOS-DE-SOUZA *et al*, 2021).

As redes sociais que permeiam o campo migratório transnacional são marcadas por relações de cooperação, mas também de poder e de tensionamento. Além dessas questões macrossociais, apontadas pelos autores acima, envolvendo duas nações com posições assimétricas na geopolítica global. Há também tensões nas microsferas. A Liline relata que imaginava que ficariam no Brasil até finalizar o curso. Ficaram surpresos de só poderem permanecer por 18 meses no país. Sendo seis meses de curso de português e um ano de graduação. Mas, afinal, quem sai do seu país para fazer uma graduação em apenas um ano e sem diplomação, questionou Liline? Ou seja, o Brasil estava oferecendo um apoio pela metade. Não se sabe se alguns detalhes do Programa não foram tão bem divulgados. A questão é que isto foi motivo de organização e mobilização entre estudantes haitianos que vieram para o Brasil. Liline e seus colegas ficaram revoltados. Ela contou que os estudantes haitianos da UFSC se organizaram para garantir seus direitos ou expandi-los, como foi no caso do Programa. Além disso, ampliaram suas redes sociais no Brasil. Vejamos seu relato:

*E a gente formou uma associação pra poder procurar o que a gente precisa, pra ajudar os outros. A gente procurou pessoas capacitadas pra ajudar a gente a procurar as coisas. A gente tinha ajuda de um padre [...]. E quando a gente chegou era pra ficar um ano. Ele [governo brasileiro] só quis ajudar pra gente fazer algum curso porque tinha o terremoto. O que a gente entendia era pra chegar e continuar o nosso curso até acabar. Aí quando a gente ouve isso, que tinha que ficar 18 meses aqui, a gente corre atrás pra achar um direito de ficar até fechar o curso. Aí, graças a Deus, a gente conseguiu. Mesmo assim, quando fechar o curso, tinha que voltar também. Eles te davam a passagem pra voltar. Até hoje meu diploma tá lá na Embaixada. Tenho que voltar pra pegar. É assim. Mas a gente conseguiu pra acabar o curso. (Liline)*

Apesar de ser o lado mais fraco na correlação de forças nessa arena institucional, a união das redes sociais e institucionais de estudantes haitianos, vinculados ao Pró-Brasil, levou esses imigrantes a conseguirem romper barreiras burocráticas e limitações orçamentárias, típicas das estruturas de educação e relações exteriores do país. Eles conseguiram a modificação do regulamento do Programa, que passou a ser de 60 meses. Isto alterou também o *status* desses estudantes, de alunos especiais para alunos regulares, e de graduação “sanduíche” para graduação “plena” (ALPHONSE; MACEDO, 2017, p.238, 255).

Dando continuidade, os dados da pesquisa revelaram que a grande maioria dessas mulheres teria muita dificuldade de sair do Haiti se não contasse com uma rede social transnacional. Mas não apenas no Haiti ou Brasil. Muitas citaram que a ajuda financeira e informações de parentes, amigos e namorados vieram dos Estados Unidos, Chile e Guiana Francesa. Quando perguntadas sobre quem lhes ajudou a migrar, as respostas foram: os pais, com 42,5%, em especial as mães (27,3%); cônjuges ou namorados (27,3%); irmãs/irmãos ou amigas/amigos (24,2% cada); tia/tio (12,1%) filho (6,1%); prima/primo (3%); outros parentes não especificados (12,1%); e a CAPES (3%). Joseph (2015a, p.177) também confirma essa variedade de redes: “As pessoas acionavam várias redes familiares, amizades, vizinhos e desconhecidos (*raketè* e *ajans*, entre outras pessoas)<sup>112</sup> para organizar suas viagens. Não há uma rede, mas sim, várias”. Vejamos alguns depoimentos:

*Tem meu tio que tá morando lá nos Estados Unidos que pagar passagem, pagar tudo. Tem uma irmã que me deu dinheiro para quando eu chegar aqui fazer documento, fazer tudo. [Você pesquisou sobre o Brasil pela internet?] Não [risos]. Pesquisei não. Porque eu tinha meu amigo, que viajou lá, ele falou. Eu falei que ia viajar. Ele falou que ia fazer tudo pra me ajudar. [Quem foi sua rede de contatos e informações para fazer essa viagem?] Só o pessoal conhecido, da família. (Vitória)*

*Minha mãe, ela vende muitas coisas. Ela [...] me deu 1500 dólares pra pagar tudo do Haiti pra Equador, pra mim, minha irmã e amigas e [...] passagem do Equador pra aqui não é muito caro. E depois quando eu vim aqui, meu primo pagar todo mês o aluguel, comida, em Curitiba. (Lia)*

*[...] Eu tenho um amigo que já passou um ano no Brasil. Ele foi pro Chile. Ele que pediu pra uma amiga dele me receber quando eu vim pra cá. Ele que mandar uma haitiana me buscar no aeroporto e levar pra casa dela. Morei um ano com ela [...]. (Jozeline)*

<sup>112</sup> Joseph (2015a, p.173), ao explicar as lógicas da mobilidade haitiana, inclusive no que tange à sua gramática, apresenta duas importantes categorias que agenciavam viagens entre os haitianos: o *ajans* e o *raketè*. Segundo ele, “a categoria *ajans* possui uma conotação profissional e *raketè*, um sentido pejorativo, não raro associado ao roubo. Por vezes, a categoria *ajans* serve para maquiar as viagens clandestinas através da sua profissionalização no contexto da mobilidade. Por isso, alguns preferiam acionar *ajans* para organizar as suas viagens do que *raketè* pela sua má reputação”.

Como podemos notar, as redes sociais dessas haitianas se fundamentam principalmente nas relações primárias. Vemos no depoimento da Vitória que ela até sorriu quando lhe perguntei se havia feito uma pesquisa prévia pela internet. Mais uma vez eu estava pensando na minha perspectiva, pois seria o que eu faria se estivesse no lugar dela. Sua fonte pessoal de informações dispensava investigação. Além de ter a confiança por ser seu amigo, também tinha o mérito do discurso competente, uma vez que já estivera no Brasil e tinha experiência no que estava informando. Ou seja: “*ele falou*”. Isto era suficiente para ela. Vemos ainda no caso da Lia e de suas irmãs, Mia e Stephe, que passaram um tempo no Equador e Chile, antes de virem para o Brasil, que os recursos da família, economizados pela sua mãe, que é uma comerciante no Haiti, ajudou a mantê-las no campo transnacional, mostrando o envolvimento do núcleo doméstico no movimento migratório dessas mulheres. Essas mesmas dinâmicas foram percebidas nos relatos de outras participantes.

Parentes que moravam nos EUA e em outros países geralmente contribuíam com dinheiro para passagens e outras providências relativas à viagem. Segundo Joseph (2015a, p.398), “fazer parte das redes ou ‘ter familiares’ *aletranje* foi, para muitos, uma porta de entrada para chegar ao Brasil ou seguir a viagem para outros países”. As redes sociais localizadas no exterior, especialmente nos países desenvolvidos, foram importantes fontes da economia migratória para as participantes, mesmo que seus laços fossem considerados “fracos”, para utilizar um termo do Granovetter (1973). É o caso da Sherley, que nem conhecia seu tio pessoalmente e não mantinha contato frequente com ele:

*Eu ligo pra um tio que tá nos Estados Unidos, mas a gente nunca se encontrou. Ele é irmão do meu pai. Ele não me conhece pessoalmente não. Eu expliquei pra ele como foi a situação e ele falou que iria me ajudar. Ele perguntou: “Você vai precisar de quanto dinheiro?”. A passagem tava tão cara que eu não quis falar pra ele o dinheiro certo. Só disse a metade. Ele falou: “Vou mandar pra você amanhã”. Eu pensei: “Oxe, por que eu não falei pra ele o dinheiro todo?” [Risos]. (Sherley)*

Os dados indicaram que os tipos de ajuda recebida de suas redes sociais para a viagem e estada no Brasil foram: dinheiro (78,8%); moradia, incluindo alimentação (69,7%); passagens (57,6%); informações (51,5%). E 24,2% disseram que elas mesmas, sozinhas ou com a ajuda de algumas dessas pessoas, promoveram sua viagem e manutenção inicial com recursos oriundos de seus trabalhos no Haiti ou outro país por onde passaram. Este foi o caso especialmente das *madanm sara* (comerciantes no Haiti), que tratarei em seção específica.

Muitas delas também contaram com a assistência de agentes de viagem desconhecidos (chamados de *ajans* e *raketès*), que foram contratados para providenciar as

passagens e, em alguns casos, também os documentos migratórios necessários. Elas informaram perder o contato com esses agentes após a prestação do serviço. Por essa estratégia ter se mostrado mais cara, ficou a dúvida sobre as razões de ela ser utilizada por várias das minhas interlocutoras. Uma possibilidade pode ser pela dificuldade que algumas mulheres teriam de realizar as tratativas da viagem sozinhas, devido à dificuldade de acesso aos recursos tecnológicos, como telefone e internet, bem como de locomoção das áreas rurais até os grandes centros, que integram essas redes migratórias.

Para a interlocutora Maria, a figura do *ajan* ou *raketè* é importante nesse processo de planejamento. Segundo ela: “*Pra vim aqui tem que pedir ajuda mesmo. Pra comprar boleto. Porque aqui tem mais pessoa que anda com internet. No Haiti não tem muito. Ainda no Haiti um telefone é difícil. Tem que pagar [ao agente]. Porque isso é um trabalho*” (Maria). Ela mesma desenvolvia o trabalho informal de agente de viagem, como uma de suas muitas estratégias para ganhar dinheiro no Haiti. Outro motivo pode ser o pouco ou nenhum conhecimento de como as redes migratórias funcionam, com suas estruturas e *modus operandi* complexos demais para mulheres cuja maioria estava saindo do seu país pela primeira vez. Ou ainda porque essas imigrantes já sabiam, por meio de suas redes sociais, que esses agentes conseguiam acionar as redes migratórias e obter as documentações e bilhetes de passagem de forma mais rápida, como citou a Nahomie:

*Foi fácil [conseguir o visto]. Tirei documentos no Haiti. Foi rápido, porque minha mãe pagou um homem e ele conseguiu o visto e passagem rapidinho. Tipo uma agência. [...] Minha mãe [...] foi lá em Petion Ville comigo e comprou. Tem um homem que tá fazendo isso [passagem, visto]. [...] Ele pegou meu passaporte, toda documentação. Ele pegou e foi levar na Embaixada do Brasil. A gente paga a ele. Ele comprou o visto lá. Me deu o visto no passaporte. Eu vim aqui com visto de cinco anos, de 2014. (Nahomie)*

Enfim, pode haver outros motivos, mas estes foram os que emergiram nos relatos das entrevistas e conversas com informantes-chave. Uma coisa é certa, recorrer a um agente desses pode facilitar a logística da viagem, mas deixa o processo mais caro, como relatou Maria, embora se referindo àquelas viagens cujas entradas se davam pela fronteira norte do país, que diminuiriam nos últimos anos, após o visto humanitário:

*Se você for contratar um agência fica mais caro. Vai custar uns dez mil reais. Porque ele vai te dá um visto da República Dominicana. Tem que passar por Guiana e depois passar por Boa Vista e depois por aqui. Entra no Brasil sem visto e depois pede aqui. Fica mais caro. Pra pedir o visto no Haiti demora mais. A pessoa que não quer esperar, paga mais. (Maria).*

Outro recurso apontado por elas para subsidiar a viagem foi a realização de empréstimos por meio de agiotagem (oficial ou não), que aqui temos que distinguir dos empréstimos feitos por familiares e amigos, que em alguns casos são dispensáveis de pagamento, haja vista que as remessas enviadas, que serão tratadas mais adiante, cumprem um papel de obrigação, consideração e compromisso das que partiram com as que ficaram, e não necessariamente um ressarcimento pela ajuda recebida. Como no caso da Bianca: “*Sim, precisou de empréstimo. [Companheiro complementou: Foi minha família, meu pai, que emprestou. Foi empréstimo não. Porque ainda tô devendo. Foi presente mesmo. Ele já esqueceu. Na hora que ele me dá o dinheiro, ele já sabe que tá me dando um presente].*”

Os empréstimos feitos a juros, tanto no Brasil quanto no Haiti, e alguns casos em ambos, foram feitos por parentes que estavam no Brasil e mandaram buscar suas esposas ou companheiras, com ou sem filhos, ou as mães e irmãs. Este tipo de recurso se mostrou bastante opressor para estas mulheres, que comentavam sofrer com a situação em que ficaram seus cônjuges ou filhos, os quais recebiam seus salários já descontados no Brasil, no caso dos empréstimos consignados, e ainda tinham que reservar uma parte para pagar a dívida com agiotas no Haiti. Como relatado pela Madoche e Adeline:

*Meu filho decidiu tudo e fez empréstimo para nossa viagem. Ele contratou um ajan para organizar a nossa viagem [dela e da irmã]. Paga caro, porque pra cada uma ele pagou três mil dólares ao ajan. [...] Teve que pedir dinheiro emprestado ao banco no Haiti e aqui no Brasil. Ele ainda deve mil dólares no Haiti e não tem como pagar. [...] Eu não me sinto bem, porque desde que cheguei aqui só vejo meu filho sofrer pra sustentar nós três [mãe, irmã e companheira dele]. Pois só meu filho trabalha. (Madoche)*

*Meu marido fez um empréstimo de uma parte aqui e mais no Haiti. O valor da viagem para mim e minha filha foi três mil reais. Agora pra devolver esse dinheiro, vai pagar mais. Porque no Haiti é dólares. Viu como aqui o dólar aumenta? É pior no Haiti. E não pegou emprestado só esse dinheiro. Um mês depois que cheguei aqui, minha mãe morreu. E agora a gente precisa de dinheiro de novo pra enterrar ela. Agora já começou a devolver o dinheiro. Não tem uma data fixa pra devolver. Só até o fim do ano tem devolver tudo. (Adeline)*

A pandemia agravou essa situação, pois diminuiu as possibilidades já escassas de trabalho e de renda para essa população imigrante no DF. Pois afetou os salários e aumentou o desemprego, como veremos em seção específica sobre a vida no Brasil durante a pandemia. Some-se a isto o alto preço do câmbio para converter reais em dólares a fim de enviar ao Haiti. Essas mulheres relataram sua urgência em começar a trabalhar para poderem ajudar seus parentes a pagarem essas dívidas. Pareceu-me mais um sentimento de obrigação moral, que uma cobrança desses familiares.

Uma das perguntas da entrevista buscava identificar a existência ou não de uma rede migratória exclusiva de mulheres haitianas com destino ao Brasil, ficando explícita sua inexistência. Obviamente não era a mesma rede para todas as mulheres. Algumas delas sequer se conheciam ou tinham contatos em comum. As mulheres haitianas que residem no DF utilizaram canais de contato pessoal e estratégias migratórias idênticas a dos homens. Ou seja, contaram com o suporte e informações de redes sociais e migratórias em comum. Os maridos ou companheiros, os filhos, irmãos, amigos que vieram primeiro compartilharam com essas mulheres as suas redes e foram também redes para elas.

Foi possível identificar um conjunto de redes sociais mais amplo e interconectado entre o grupo das participantes que moram no bairro do Guará, formado por 20 haitianas, se revelando um importante campo social dessa imigração no DF. Quase todas se conheciam e todas tinham pessoas conhecidas em comum, o que eleva a probabilidade de se conhecerem, ainda que de forma superficial. Isto ficou muito visível para mim na ocasião em que fui convidada pelo meu professor de francês haitiano, que era esposo de uma das interlocutoras da pesquisa, para participar do aniversário do seu filho.

A decoração da festa era simples, mas bem-organizada e convidativa. Várias haitianas colaboravam com o casal na recepção dos convidados e desenvolvimento das atividades do evento. As comidas, as bebidas, a forma de celebrar, as músicas, os traços físicos das pessoas, o idioma, o jeito de se vestir e a forma de se expressar me introduziram na cultura haitiana sem sair do Brasil. Ali estavam quase todas as mulheres entrevistadas do Guará e outras que moravam fora daquela área. Eu deveria ser uma das poucas, senão a única brasileira na celebração. Foi interessante notar que não percebi a presença de nenhum brasileiro da igreja que aquela comunidade haitiana frequenta no DF. Talvez por ter sido em dia e horário do culto dominical noturno.

Em outra ocasião, o meu professor de francês também me convidou para participar de um culto em sua igreja, a mesma que foi muito citada nas entrevistas como uma importante rede institucional de apoio aqui no Brasil. Eu decidi fazer uma visita num culto de domingo à noite. Não posso dizer que participei de um típico culto evangélico batista, em razão das mudanças decorrentes das medidas sanitárias na pandemia. Havia poucas pessoas para um culto de domingo, além do templo não ser grande. Aquela era uma das primeiras celebrações após um longo período sem encontros presenciais. Ao chegar, apresentei-me ao pastor, com quem já havia tido um contato telefônico por ocasião da pesquisa, já que ele tinha sido tão comentado pelas minhas interlocutoras. Fui muito bem recebida. Tínhamos que passar álcool em gel na entrada do templo, sem apertos de mão ou abraços, tão comuns nesses ambientes.

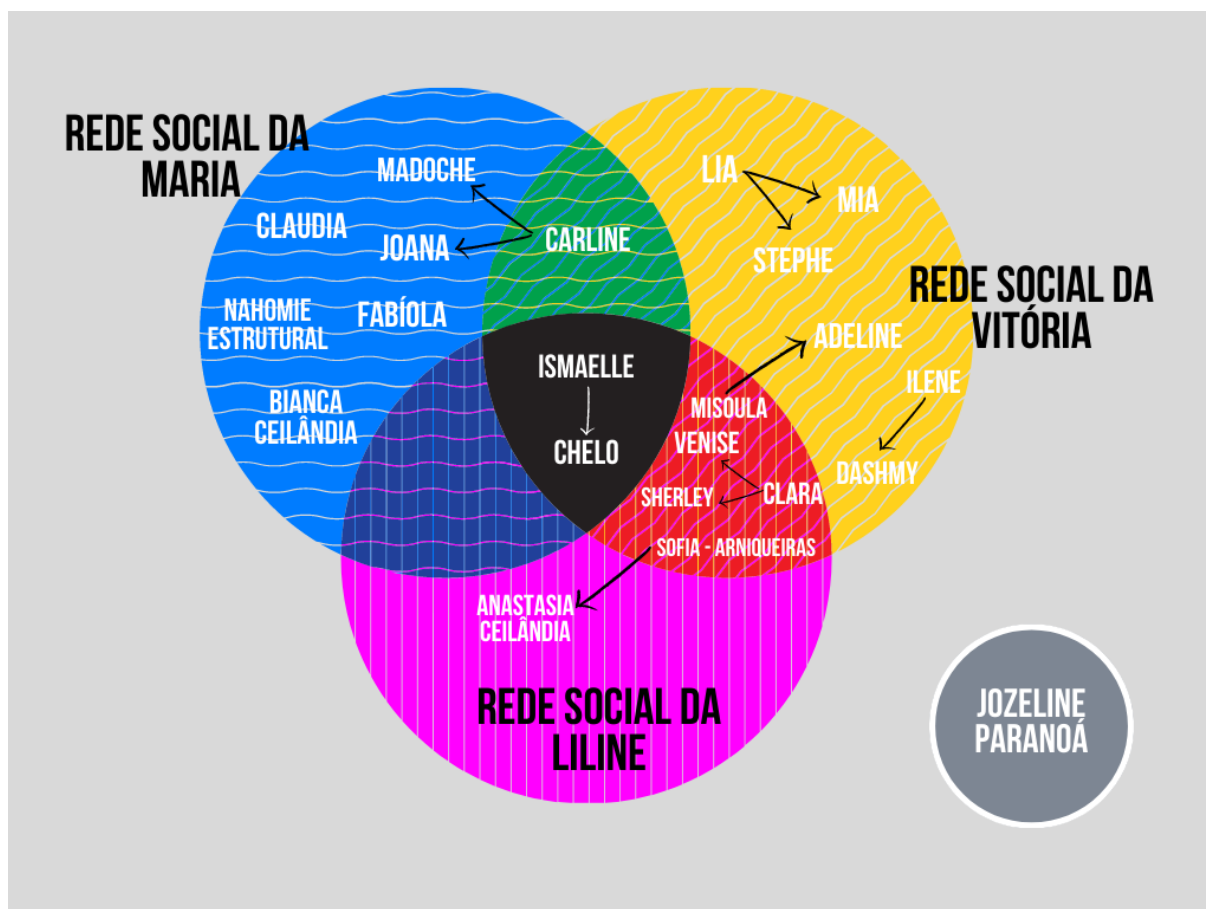
As cadeiras estavam distribuídas com cerca de um metro e meio de distância, e éramos obrigados a usar máscara durante todo o período do culto.

Aos poucos foram chegando as haitianas com suas famílias. A maioria ficou concentrada em um lado do templo, quase que como se combinassem que ali era a ala haitiana. Identifiquei várias das minhas interlocutoras. Mas só houve contato direto com meu professor, sua esposa e irmã. Não sei bem o porquê que elas não me cumprimentavam apesar de saberem quem eu era e termos passado um bom tempo falando de coisas tão pessoais, dado até muitas gargalhadas juntas. Talvez exatamente por isso elas me evitassem. Eu era uma estranha que sabia demais sobre suas vidas. Isso aconteceu tanto no culto quanto no aniversário.

Os contatos realizados durante as entrevistas e nesses dois eventos, bem como por meio das indicações das participantes para a pesquisa, me ajudaram a identificar a existência de uma comunidade étnica haitiana no Guará, com vínculos bastante fortes e outros nem tanto; e poder afirmar que as redes sociais cumprem um papel crucial nas trajetórias migratórias dessas mulheres, desde o Haiti, aqui e mais além. Contudo, essa “permanente interação comunicacional com a diáspora haitiana no mundo, através especialmente dos usos de tecnologias como a internet e o telefone celular, possibilita aos haitianos [e haitianas] também a desestabilização de certas percepções sobre o Brasil nação e como país de imigração” (COGO, 2014, p.28), desconstruindo imaginários que foram formados antes da emigração, como será aprofundado mais à frente.

Só para termos uma ideia dessas redes dentro do campo social do Guará, mas que se conectam a outros campos, como Ceilândia e Estrutural, pude identificar as seguintes redes pessoais:

**Gráfico 1** - Haitianas entrevistadas na pesquisa segundo suas redes sociais e conexões



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes as 25 entrevistas.

Inicialmente cabe registrar que existe a possibilidade de haver outras conexões entre as haitianas que fizeram parte deste estudo. Mas as observações de campo não me permitem ir além da configuração acima, que reflete apenas os laços, fortes e fracos, entre as 25 participantes que foram entrevistadas. Quanto as 8 participantes que apenas responderam ao questionário virtual, não tenho informações suficientes para uma melhor percepção das suas relações sociais. No gráfico acima, mostro a conexão entre as três maiores redes sociais identificadas entre as participantes entrevistadas.

Destacaram-se as redes da Vitória, da Maria e da Liline. A Ismaelle e a Chelo são as únicas das quais tenho certeza de que participam das três redes sociais. Existe uma significativa conexão entre as redes da Vitória e da Liline. Já não identifiquei de ambas com a rede da Maria, com exceção da Ismaelle e da Chelo, que são conhecidas pelas três redes. A Liline é a haitiana mais antiga no Brasil, ela foi indicada pelo esposo da Vitória, e já morou no Polo de Modas, onde reside a Vitória e a maior parte da sua rede. A Carline, recém-chegada ao Brasil, e que faz parte da rede da Maria, entrou na intersecção com a rede da



Vitória porque a vi no aniversário do filho dela, provavelmente em razão do seu companheiro conhecer a família. A participante em que não identifiquei relação com nenhuma das demais entrevistadas foi a Jozeline, que mora no outro extremo do DF (Paranoá) e foi indicada por uma haitiana que está fora do campo social do Guará, razão pela qual ficou em um círculo isolado.

Outro destaque que faço sobre o gráfico é que as haitianas ligadas por setas possuem uma conexão de proximidade maior, ou laços mais fortes, a exemplo das irmãs Lia, Mia e Stephe; da Clara que mora com as amigas Sherley e Venise, que são irmãs; a Carline é nora da Madoche e cunhada da Joana, que é filha da Madoche; em três casos, a relação é de amigas que moram vizinhas, como Misoula e Adeline, Ilene e Dashmy, Ismaelle e Chelo. Mas também há outras conexões de maior proximidade que não marquei com setas porque se referem às integrantes com relação à “líder” da rede. Por exemplo: na rede da Maria, tem sua comadre Ismaelle; também sua amiga Fabíola, com quem compartilha a moradia; e a Claudia, amiga de longa data, com quem iniciou sua trajetória migratória para a Argentina e depois Brasil. Na rede social da Vitória, tem sua cunhada Misoula; quanto às demais, não consegui aprofundar informações sobre possíveis laços fortes. Na rede da Liline, temos a Clara, que apesar de ser sua irmã, não possuem laços fortes, inclusive, percebi certo nível de cisão no relacionamento das duas; há ainda sua cunhada Sofia.

Embora a Maria seja uma “líder” de rede, não posso afirmar que ela tenha relações com as outras duas líderes. Apesar de conhecer muitas pessoas, ela se considera uma jovem reservada. Percebi que foi no trabalho como minha assistente de pesquisa que ela passou a ter contato com algumas das haitianas das outras redes. Outro destaque é que o fato de uma haitiana estar naquela rede não significa que tenha laços fortes com a líder e demais integrantes da rede. Algumas integrantes da mesma rede talvez nem se conheçam. É o caso das haitianas que não residem no Guará (cujo local de residência indiquei junto ao seu nome, todas as demais que não tem esta informação é porque residem no Guará). Mas, por estarem na mesma rede há uma maior probabilidade de virem a se conhecer. O principal critério de composição da rede no gráfico acima foi que a haitiana tivesse algum nível de relação com a líder e, quando eu sabia que elas tinham alguma proximidade com as outras redes, as coloquei em espaço de intersecção.

A Nahomie, que mora na Estrutural, é cliente da Maria. Ela foi a interlocutora mais isolada do meu grupo de estudo. Talvez pelo fato dela ter sofrido uma grande decepção com a amiga haitiana, que foi sua principal rede de informações, incentivo a migrar e acolhimento no Brasil. Sua decepção com a amiga começou pela propaganda enganosa de que aqui ela

encontraria trabalho na sua área profissional (técnica de enfermagem). A outra frustração foi mais dura pelo fato de a amiga ter furtado os dólares que sua mãe havia lhe dado para usar aqui. Depois disso, a Nahomie se fechou em seu mundo. É desconfiada com as pessoas no Brasil, mesmo de sua nacionalidade.

Ela mora distante das comunidades haitianas do DF e vive apenas para o trabalho, como ela mesma pontuou. Suas principais redes sociais são as poucas amizades do ambiente laboral; sua mãe, no Haiti; e namorado, no Canadá. Ela relatou sua aproximação com uma brasileira, da religião Testemunhas de Jeová, com quem faz estudos bíblicos esporadicamente. Ela admira esta mulher pelo seu esforço de ter aprendido o idioma haitiano, que não é uma língua fácil para pessoas brasileiras. E a comunicação entre elas se dá em crioulo. Sua mãe não se agrada dessa amizade por se tratar de uma religião diferente da sua, que é evangélica<sup>113</sup>.

As recém-chegadas ao Brasil também têm poucos laços sociais com haitianas já residentes no DF. São elas: Fabíola, Cláudia, Carline, Madoche e Joana. Elas estão mais próximas de suas redes familiares, e aos poucos vão se integrando às redes de amigos de seus parentes já instalados no Brasil há mais tempo. Todas moram próximas à Maria, no Guará, que foi meu ponto focal para chegar até elas. A Adeline e a Stephe também são novatas no Brasil. Mas percebi que elas logo se integraram à comunidade haitiana do Guará por consequência dos laços fortes de seu esposo e irmãs neste campo. As observei na festa de aniversário que participei, e elas estavam muito bem ambientadas entre aquelas redes.

A Maria é uma jovem muito articulada, tanto é que tive acesso a sete mulheres por seu intermédio. Mas percebi que ela não tinha muito contato com as haitianas da Quadra 40 do Guará, com exceção da Ismaelle, sua comadre, e, provavelmente da Chelo, pela proximidade entre as duas. Dashmy é uma incógnita para mim. Ela foi indicada pela sua vizinha Ilene. Meu contato com ela se deu apenas na ocasião da entrevista. Eu sei que a Ilene é amiga da Vitória, e provavelmente ela e a Dashmy devem se conhecer, pois a Vitória e seu esposo parecem ter uma relação de proximidade com toda a comunidade haitiana do Guará, especialmente da Quadra 40, razão pela qual as deixei na mesma rede.

De modo geral, as demais interlocutoras, principalmente as que moram na Quadra 40, formam redes sociais bem articuladas, se reúnem nos momentos de culto, de lazer e de festividades; e se apoiam nos momentos de necessidade. Pude perceber isto na ocasião das entrevistas, quando encontrava na casa da minha interlocutora o filho ou filha de outra

---

<sup>113</sup> A religião “Testemunhas de Jeová” é considerada uma seita pelas demais religiões evangélicas protestantes.

participante, que deixava lá para trabalhar ou resolver alguma coisa na rua. Essa dimensão do cuidado dos filhos de haitianas inseridas no mercado de trabalho por outras haitianas sem trabalho, numa relação de ajuda mútua, em alguns casos até remunerada, se destacou na fase empírica e será problematizada em outra seção.

Vimos até aqui a importância das redes sociais pessoais dessas mulheres em todo o processo de sua trajetória migratória. As redes cumprem importante papel na troca de informações, apoio de várias ordens, afetos e partilha de um jeito haitiano de viver no Distrito Federal. Outra dimensão das redes sociais que gostaria de tratar neste momento é o compartilhamento de ajuda por meio das remessas monetárias, tanto enviadas como recebidas.

#### 1.4. CULTURA DA REMESSA: A OBRIGAÇÃO DAS MULHERES HAITIANAS COM QUEM FICOU NO HAITI

Retomando a ideia de um “*vivir transnacional*”, sob a perspectiva econômica das remessas monetárias<sup>114</sup>, Guarnizo (2004, p.18) conceitua esta categoria analítica como “[...] vínculos sociales a larga distancia de solidaried, reciprocidade y obligaci3n, que unen a los migrantes con sus parientes y amigos a trav3s de las fronteras nacionales controladas por los Estados”<sup>115</sup>. Embora esta n3o seja a 3nica dimens3o do *vivir transnacional*, as remessas t3m importante rela3o com o desenvolvimento do pa3s que as recebe. Guarnizo argumenta que esse modo de vida transnacional gera efeitos variados e multidimensionais que tanto transformam as localidades de origem desses transmigrantes, como tamb3m geram processos macroecon3micos globais.

Cort3s Garc3a (2009), tomando com refer3ncia Guarnizo e outros estudiosos, trabalha a rela3o entre as remessas oficiais e n3o oficiais e o tema do desenvolvimento. Segundo o autor, o fen3meno migrat3rio, em maior evid3ncia neste s3culo, aumenta a import3ncia das remessas por dois motivos: primeiro, “por ser una fuente de divisas, necesarias para los pagos internacionales de muchos pa3ses subdesarrollados”; e segundo, “por ser una fuente de

---

<sup>114</sup> O envio e recebimento de dinheiro (especificamente na moeda estadunidense – o d3lar e, principalmente, intermediadas por casas de c3mbio), foi o 3nico tipo de remessa referido pelas participantes deste estudo. Remessas materiais de outra natureza (como bens, produtos etc.) n3o foram citadas, raz3o pela qual, neste estudo, me referirei 3s remessas apenas naquele sentido. E, a partir deste ponto, as remessas monet3rias ser3o simplesmente chamadas “remessas”.

<sup>115</sup> Tradu3o livre: “[...] la3os sociales de solidariedade, reciprocidade e obriga3o de longa dist3ncia, ligando os migrantes a seus parentes e amigos atrav3s das fronteiras nacionais controladas por Estados.” (GUARNIZO, 2004, p.18).

ingresos y de incremento de la riqueza nacional”<sup>116</sup> (p.12). O impacto das remessas possui uma dimensão nacional (macroeconômica) e uma dimensão individual (microeconômica). No primeiro caso, “reducen la pobreza, contribuyen a colmar la brecha comercial, facilitan el pago de la deuda, mejoran el rating crediticio, incrementan la reserva de divisas (aumentan la capacidad de pago internacional) y flexibilizan las restricciones generales en la actividad crediticia”. No segundo, “permiten el acceso a la vivienda, a la educación, a la formación, a una alimentación completa, etcétera”<sup>117</sup> (p.13).

Contudo, segundo o autor, na perspectiva do desenvolvimento, as remessas possuem vantagens/efeitos positivos e desvantagens/efeitos negativos. O lado positivo está no seu efeito multiplicador e dinamizador, estimulando a economia local; seu efeito distributivo entre as redes de ajuda mútua; equilibrando a balança comercial do país, melhorando suas reservas e poder de pagamento internacional e, conseqüentemente, a situação de crédito do país receptor em relação aos credores internacionais (CORTÉS GARCÍA, 2009, p.25-29).

Quanto aos inconvenientes apontados pelo autor, trago aqui apenas alguns: o carácter assistencial e compensatório, destinado ao consumo das famílias ajudadas não permite, na maioria dos casos, a formação de poupança/investimento que gere empregos estáveis e bem-estar a médio e longo prazos; ademais, o foco no consumo para sobrevivência com os recursos das remessas pode provocar alterações nos preços locais desses produtos básicos; em países com forte cultura de emigração, onde as remessas têm peso no contexto local, isto pode desequilibrar o mercado de trabalho, pode desestimular a oferta de trabalhadores dispostos a trabalhar por menores salários e aumentar o exército de mão de obra emigrante; as remessas podem ainda aumentar as diferenças regionais no país de recepção, em razão de sua alta concentração nas áreas urbanas; nem todas essas remessas circulam pelo sistema financeiro do país receptor, deixando de ser computadas como benefícios macroeconômicos e; quando o são, nem sempre esses recursos se transformam em benefícios sociais para a população e possuem baixa capilaridade na sua distribuição, gerando também desigualdades regionais; sua função de aumentar o crédito do país também pode, ambigüamente, aumentar a sua dívida externa. Contudo, o autor afirma que esses aspectos não são generalizáveis e demandam

---

<sup>116</sup> Tradução livre: Primeiro, “porque é uma fonte de divisas, necessária para os pagamentos internacionais de muitos países subdesenvolvidos”; e segundo, “porque é uma fonte de renda e um aumento da riqueza nacional” (CORTÉS GARCÍA, 2009, p.12).

<sup>117</sup> Tradução livre: No primeiro caso, “elas reduzem a pobreza, ajudam a preencher a lacuna comercial, facilitam o pagamento da dívida, melhoram a classificação de crédito, aumentam as reservas cambiais (aumentam a capacidade de pagamento internacional) e tornam as restrições gerais à atividade de crédito mais flexíveis”. Em segundo lugar, “elas permitem acesso a moradia, educação, treinamento, uma alimentação completa etc.” (CORTÉS GARCÍA, 2009, p.13).

investigação empírica para serem confirmados em cada realidade específica (CORTÉS GARCÍA, 2009, p.25-29).

No âmbito da diáspora haitiana, as remessas sem dúvida promovem impactos micro e macrossociais no país de origem. Numa perspectiva micro, enquanto “obrigação moral” para com os que ficaram, visa proporcionar uma vida melhor aos familiares e conterrâneos, e para si, num futuro retorno; além de viabilizar a participação de outros e outras nesse movimento. Numa perspectiva macro, representa aproximadamente 35% do PIB nacional do Haiti, provocando uma relação de interdependência histórica do país com a sua população no exterior (JOSEPH; NEIBURG, 2020a, p.467-8). Como aponta Guarnizo (2004, p.18), embora as remessas monetárias tenham uma finalidade geralmente limitada ao benefício do grupo social mais íntimo (familiares e amigos), “se convierte facilmente en un factor macroeconómico que desencadena vastos efectos en los países de origen y más allá”<sup>118</sup>.

Na fase de campo desta pesquisa, a “remessa” se revelou uma categoria fundamental para as interlocutoras. Sua dimensão ultrapassa o sentido econômico e ganha uma conotação moral, já incorporada na cultura diaspórica haitiana. Essas mulheres apenas reproduzem tais representações. Que, inclusive, apontam para o sucesso ou fracasso migratório delas. As remessas viabilizaram seus projetos migratórios por meio de suas redes sociais, especialmente de familiares e amigas, como já vimos. O sentimento de obrigação de devolver esse dinheiro apareceu em diversas entrevistas. Mas não necessariamente porque estavam sendo cobradas e que, após quitar a dívida, ficariam desobrigadas de enviar dinheiro. Algumas falas revelaram, inclusive, que o familiar nem está mais esperando a devolução. O empréstimo<sup>119</sup> que era uma ajuda ganhou *status* de presente. Como explicado pelo companheiro da Bianca: “*Foi minha família, meu pai, que emprestou. Foi empréstimo não. Porque ainda tá devendo. Foi presente mesmo. Ele já esqueceu. Na hora que ele me dá o dinheiro, ele já sabe que tá me dando um presente*”.

A cultura da remessa é algo que ultrapassa o aspecto da necessidade. Pois na maioria dos casos pesquisados, essas mulheres estavam enfrentando carências até maiores aqui no Brasil. Essa categoria ocupa um lugar tão importante na vivência transnacional dessas mulheres que algumas deixavam de suprir suas próprias necessidades básicas para enviar dinheiro às famílias no Haiti. Como relatou a Sofia: “*Ah, é muito difícil, pra falar a verdade.*

---

<sup>118</sup> Tradução livre: “torna-se facilmente um fator macroeconômico que desencadeia grandes efeitos nos países de origem e além.” (GUARNIZO, 2004, p.18).

<sup>119</sup> Com exceção dos casos nos quais foram feitos empréstimos com instituições financeiras ou mesmo agiotas.

*Às vezes, eu não faz compra pra mandar o dinheiro pra ela [mãe]”. E a Nahomie: “Não é fácil pra mim não. Tem coisa que eu deixo de comprar pra mim pra mandar pra ela [mãe]”.*

Em Joseph (2016, p.104) podemos perceber que as remessas geram uma relação simbiótica entre quem partiu e quem ficou no universo transnacional haitiano. Segundo o autor, “a mobilidade dos que partem contribui à imobilidade dos que ficam e vice-versa, particularmente quando aqueles em mobilidade enviam remessas para a manutenção dos que ficam ou quando quem fica financia a viagem dos que partem”. O envio de remessas é um sentimento tácito de dever e de responsabilidade cumprida para com os que ficaram. Obviamente, existe a questão da necessidade gerada pelas dificuldades vividas por aqueles que permaneceram no Haiti, em razão da situação política e socioeconômica, maximizada pelos efeitos das catástrofes naturais ainda não superados no país.

Dada à importância dessa categoria e o interesse de entender melhor o seu sentido para as haitianas no DF, o questionário abordou três perguntas relacionadas ao tema:

**Tabela 1:** Haitianas participantes da pesquisa segundo envio e recebimento de remessas

PERGUNTAS SOBRE REMESSAS	SIM	%	NÃO	%
Alguém no Haiti ou em outro país depende financeiramente de você?	22	66,7%	11	33,3%
Você envia ajuda financeira para o Haiti ou outro país?	24	72,7%	9	27,3%
Você recebe ajuda financeira de pessoas do Haiti ou de outro país?	10	30,3%	23	69,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Durante a construção dos instrumentais, eu tinha em mente que as mulheres enviavam remessas apenas por uma questão de carência socioeconômica dos seus familiares. Quando não houvesse, elas logicamente não enviariam. Essa ideia pode ter vindo do meu imaginário prévio de que os que ficaram no Haiti precisam dos que saíram. Também pode ser herança da profissão como assistente social, obrigada muitas vezes a operacionalizar uma prática institucional de concessão de benefícios sociais a partir da comprovação da hipossuficiência (atestado de pobreza). O que justificaria a necessidade de assistência daquela política pública. Sobretudo em razão dos recursos escassos e políticas restritivas e seletivas. Ainda que eu não concordasse com esse critério, e à revelia do princípio constitucional e profissional da universalidade do acesso a esses direitos.

Diante desse “preconceito”, quando recebi os questionários virtuais, não compreendia que para as haitianas não havia necessariamente essa relação. Sim, a maioria (66,7%) respondeu ter alguém no Haiti que dependia financeiramente delas; 72,7% enviavam ajuda financeira. Mas, mesmo as que responderam que não tinham dependentes, enviavam remessas mesmo assim. Há ainda situações em que a imigrante passa a assumir o lugar de um provedor ou uma provedora que faleceu no Haiti. É o caso da Misoula, que substituiu a mãe falecida no apoio financeiro aos irmãos: *“Tem meu pai [e] tem um grupo de irmão que mora em Porto Príncipe. Tem outros dois irmãos que mora noutra cidade diferente. Era minha mãe que ajudava esses dois. Ela faleceu, agora eu que paga aluguel, quando tá doente eu que manda dinheiro, pra comer. Tudo eu, tudo eu”*.

Como explicou Jozeline, a remessa é mais uma questão de obrigação, de responsabilidade para com os que ficaram: *“Todo mês [envia dinheiro para o Haiti]. É uma questão de obrigação e não de necessidade. É obrigação! [risos] A vida delas é difícil, porque minha mãe é velha”*. Mia também confirma esse caráter obrigatório das remessas:

*Todo mês eu manda. É obrigação pra nós. Mandar 200, 150, 100 dólar. [...] Tem que enviar. É uma obrigação. Se todas as famílias está no Brasil, você não tem obrigação de enviar. Mas se você deixou uma pessoa que você ama muito, tem obrigação. Porque minha mãe toda a vida dela fez sacrifício pra nós. Mas agora ela doente, ela não pode fazer nada. Agora é obrigação pra nós ajudar ela. (Mia)*

Segundo Joseph (2016, p.101) “ficar muito tempo sem mandar nada, passa a ser sinônimo de desonra e de fracasso individual e coletivo (família)”. Com base em Richman [2005], o autor esclarece que essa obrigação tem prioridade na economia da migração, cujos imigrantes priorizam a ajuda enviada aos familiares até mesmo que seus projetos de acumulação de capital (poupança) e investimentos pessoais no Haiti. Durante a entrevista da Sofia, seu companheiro contribuiu para a compreensão dessa cultura da remessa e a dificuldade em mantê-la:

*[...] aqui é um país melhor que o Haiti. Só que lá a mãe dela trabalha, tem um restaurante que faz comida pra vender. Só que no momento do Coronavírus parou um pouco. Mas aqui, se tem como, a gente tem que ajudar a família que tá lá. [A família] Pede, às vezes, pra fazer compras de comida. Porque lá é muito caro as coisas. [Mas] aqui, quando a gente trabalha, fica um pouco difícil pra comprar dólar. É muito caro aqui pra nós. Porque, imagina, a gente trabalha pra 900 e pouco, pra comprar dólar é quase 150 dólares. E tem que pagar aluguel e pagar tudo. Porque a maioria dos haitianos que tem aqui procura dois serviços pra ver se consegue viver. (Companheiro da Sofia)*

A fase de campo me ajudou a compreender melhor essa questão. As participantes tentavam me explicar, em suas palavras, que as remessas são uma categoria cultural do povo haitiano, com poder simbólico de definir o perfil de boa e de má migrante, e que sugere o sucesso da emigração. Segundo Joseph (2016, p.100),

o envio de dinheiro aos amigos e familiares desempenha subjetivamente algumas funções: manter financeiramente a família; mostrar que o processo de mobilidade está sendo um sucesso; renovar as proteções espirituais que possibilitam um revigoramento emocional e psicológico. Mas, para legitimar o sucesso, deve “mandar buscar” outro familiar [...].

Esse caráter de obrigatoriedade com a família no universo cultural haitiano aumenta a sobrecarga de responsabilidades da pessoa que emigra. Inclusive, pode rotular essa pessoa no sentido de que se emigrou, se tornou rica; e, se não envia dinheiro, se tornou negligente com a família. Como relatou Misoula: *“Eu é que manda [dinheiro] pra ele [pai]. E quando você tá fora também você tem muita responsabilidade. O povo acha que você tá viajando, que já ficou rico. E quando você não manda dinheiro lá, o povo fala mal: “Tem seu pai, tem irmã, tá deixando!”*. Vitória ratificou essa expectativa sobre a pessoa diáspora no Haiti, se colocando também no lugar dos que ficam, pois ela mesma antes de emigrar tinha o mesmo pensamento:

*[...] Tá ruim [no Brasil]. Porque trabalhar com salário-mínimo não dá. Tem que cuidar filho, faz tudo. Tem que mandar dinheiro pra família lá no Haiti. [...] Porque o salário-mínimo não dá pra fazer nada. É difícil ter que pagar aluguel, fazer as coisas e ainda ter que mandar dinheiro lá no Haiti. [...] A pessoa pensa que a pessoa não quer fazer as coisas pra outra. Mas ele não pensa que tá difícil aqui no Brasil. Tem quem pensa [que não envia dinheiro porque não quer]. [Quando não envia] Falam mal [risos]. Eu já sabe que vão falar mal [risos]. Porque quando eu morava lá, tem pessoa diáspora que não manda, eu falo mal. [Você tem medo que falem mal de você?] Sim, tenho medo. [Mesmo que a família lá não precise de dinheiro, tem que mandar?] Sim, precisa [...]. (Vitória)*

Também foi percebido nos dados de pesquisa um escalonamento de pessoas prioritárias, com mais direito que outras de receber a remessa, embora não seja uma regra. Em primeiro lugar estão os pais e filhos/filhas<sup>120</sup>, depois irmãos etc. Como explicou Vitória: *“Tem mês que eu mando só pra meu pai. Porque meu pai ficou no primeiro lugar pra ajudar. Quando eu tava trabalhando, eu mandava pra irmã. Mas agora, se eu tenho 200, eu mando 100. Um pouco pra ele, pra ajudar um pouco. Mas pra outra pessoa não dá”*. Também parece haver uma expectativa maior sobre diásporas que estão no Norte global, diminuindo um pouco o peso da responsabilidade sobre as haitianas diásporas do Sul global, que têm

<sup>120</sup> Quando deixados no país de origem, o que não foi um dado expressivo entre as minhas interlocutoras.



menor prestígio no campo migratório transnacional, como justificado pela Clara: *“Não mando todo mês. Só quando pode. Porque uns 100 dólares dá 600 reais. Mas eu não preciso mandar muito porque meu irmão que tá lá nos Estados Unidos tá ajudando muito. Ele manda todo mês.”* (Clara).

Agora, quando se tratava delas receberem ajuda de parentes, especialmente daqueles que migraram para países desenvolvidos, como Estados Unidos e Canadá, a relação necessidade-ajuda aparecia muito claramente. 33,3% das participantes relataram que quando precisam de ajuda, conversam com parentes e/ou amigas que moram em outros países e assim recebem remessas de fora. Isso acontecia em situações contingenciais, quando perdiam o trabalho, durante a gravidez e, mais recentemente, devido à pandemia. Como relatado pela Vitória: *“Quando eu falei que tava grávida, sem emprego, só [marido] que tava trabalhando. Tem primo, tem irmão, tem tio [nos Estados Unidos]. Quando eu tava precisando, tem vez que mandava 100, 200 dólares [...]”*. E pela Lia: *“Se eu precisar, parentes mandam [dos Estados Unidos]. [...] tem meses que é eles que me ajuda”*.

Também foi interessante descobrir que muitas usavam parte desse valor recebido para enviar remessas ao Haiti. Era a remessa da remessa. Uma mesma remessa fazia um longo circuito transnacional: o dinheiro vinha dos Estados Unidos para o Brasil, e parte dele seguia para o Haiti. Como revelado pela Anastasia: *“Tenho amigo nos Estados Unidos que, às vezes, manda dinheiro pra mim. Só que quando eu recebo, eu mando pra minha mãe no Haiti”*. Isso mostra que, mesmo em situação de vulnerabilidade social no Brasil, essas mulheres veem como uma obrigação partilharem o pouco que têm com seus parentes que ficaram no país de origem. Isso também acontecia com o valor recebido do Auxílio Emergencial, que muitas também juntavam para enviar parte dele aos familiares no Haiti. Um dos casos é o da Joana, recém-chegada ao Brasil e sem trabalho, que deixou sua filha no país de origem: *“Envio ajuda com o dinheiro do Auxílio Emergencial”*.

O acesso ao trabalho e a salários mais dignos será crucial para que essas mulheres consigam conciliar sua própria sobrevivência no Brasil, quiçá a concretização de seus projetos de vida, com as remessas obrigatórias a serem enviadas frequentemente aos familiares que ficaram no Haiti. Até aqui vimos sobre as redes sociais que deram suporte às participantes da pesquisa em vários estágios da migração. As trocas de informações, cuidados, afetos, favores e dinheiro foram muito presentes nessa diáspora feminina. O destaque recai sobre as trocas monetárias, por meio do envio e recebimento de remessas. Ademais, o contato permanente e frequente com os que ficaram, além do compromisso ativo nas futuras emigrações de parentes e amigos conterrâneos, caracterizam um *“viver transnacional”* dessas mulheres no Brasil. O

que demonstra que as redes sociais ganham força, sobretudo devido às dificuldades de acesso a nichos de trabalho bem remunerados e a escassez de políticas sociais que respondam às necessidades das mulheres em movimento transnacional, atualmente residentes no país. Agora vamos conhecer quem são essas mulheres e como foram suas trajetórias migratórias até chegarem ao Brasil.

## **CAPÍTULO 2 – IDENTIDADES E PROJETOS MIGRATÓRIOS DAS HAITIANAS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL**

Identidade é um conceito-chave nas discussões contemporâneas sobre migração. Mas precisa ser abordado com certo cuidado, dada a sua complexidade. Hall (2006) argumenta que este não é um conceito unívoco, e vem incorporando outras e novas perspectivas analíticas no caminhar das mudanças na modernidade, em especial na fase que ele chama de modernidade tardia. A identidade é um campo em disputa por três principais correntes teóricas (HALL, 2006, p.10-13):

- a) o “sujeito do Iluminismo”, cuja ideia de identidade é fixa e estável, a partir da noção do indivíduo racional, autônomo e autossuficiente, centrado em si mesmo, cuja identidade se originava no nascimento e assim permanecia como um núcleo central do sujeito;
- b) o “sujeito sociológico”, que nega a ideia individualista de sujeito do Iluminismo e coloca essa essência interior do “eu” em “interação” com o “outro”, com a sociedade, com as estruturas, com a cultura – é o sujeito social ou cultural, formado no diálogo “entre o mundo pessoal e o mundo público”, numa relação de internalização do exterior e externalização do interior; e
- c) o “sujeito pós-moderno”, que vai questionar essa identidade sociológica unificada, do eu pessoal com a sociedade, exatamente porque as estruturas e instituições estão em constante mudança, e as bases que davam sustentação àquela identidade cultural foram estremecidas, gerando uma crise de identificação e evidenciando identidades fragmentadas e deslocadas.

Aquele sujeito social, que abarcava múltiplas identidades a partir de uma única dimensão, em especial a de classe, já não é suficiente para dar conta das inúmeras subjetividades e especificidades das demandas sociais, postas no tabuleiro do “jogo de identidades” (HALL, 2006, p.20) – onde estão em disputa causas feministas, étnico-raciais, de comunidades originárias, de entidades de classes profissionais, ecológicas, dentre tantas e tantas outras.

Na atual fase da modernidade, o que define o sujeito são as diferenças, não as similaridades. E, segundo Hall (2006, p.13), “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. Essas mudanças têm se complexificado no bojo do processo de globalização mais recente, impactando as identidades culturais, embora não da

mesma forma e intensidade em todos os lugares do globo. Mas, sem dúvida, segundo Hall, com mais rapidez no Ocidente.

E nesse cenário de mudanças, o autor se preocupa particularmente com a questão da identidade nacional, sobre como ela vem sendo afetada pelo processo de globalização. Para Hall, a globalização não conseguiu solapar a ideia de nação e identidade nacional, exatamente por aquela não ser meramente um conjunto de estruturas e instituições, mas uma “comunidade simbólica” e, portanto, com “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ, 1986 apud HALL, 2006, p.49), apesar de ser atravessada por inúmeras diferenças e divisões internas. Assim, o efeito da “compressão espaço-tempo”<sup>121</sup> pode até estar conseguindo em alguma medida homogeneizar identidades nacionais, mas, paralelamente, também tem sido responsável por aguçar um novo interesse pelo “local”, pulverizando identidades culturais (HALL, 2006, p.69).

A migração, segundo Hall, é um tipo representativo dessa tendência, na qual não apenas mercadorias, dinheiro, imagens, ideias e informações se movimentam. Cada vez mais pessoas estão entrando nesses fluxos, das periferias para os centros. Pois,

[...] as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na “mensagem” do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os “bens” e onde as chances de sobrevivência são maiores. Na era das comunicações globais, o Ocidente está situado apenas à distância de uma passagem aérea. (HALL, 2006, p.81).

As haitianas não estão alienadas desses movimentos mais amplos do Capital, que têm se manifestado de forma radicalmente perversa em países mais pobres do globo, como no caso do Haiti. Motivadas pelo desejo de uma vida melhor, essas mulheres têm elaborado seus projetos numa perspectiva de saída do “*meu país*” para o “*país dos outros*”, como enfatizado pela minha interlocutora Nahomie. As trajetórias dessas haitianas – mulheres, negras, trabalhadoras, jovens, esposas, mães, estudantes, filhas, dentre tantas outras identidades que carregam e que, muitas vezes, são atravessadas pelas estruturas de discriminação e preconceitos nos países de destino –, serão analisadas a partir de seus projetos migratórios.

Conforme Boyer (2005), a noção de “projeto migratório” é uma importante ferramenta para explorar as complexidades das migrações circulares transnacionais. Pois possibilita uma visão dinâmica dos processos migratórios a partir da articulação de diferentes escalas sociais, espaciais e temporais. Quando indivíduos decidem migrar não são compelidos por uma

---

<sup>121</sup> Esta tem sido uma das características principais da globalização, que tem encurtado distâncias e acelerado o fluxo de informações e comunicação em tempo real (HALL, 2006).

simples relação de causa-consequências, como supõem a maioria das teorias migratórias, que geralmente apoia suas análises em apenas uma escala de determinação da migração: seja o *homo economicus*, seja a geografia/demografia, sejam as estruturas e instituições, ou os laços sociais, dentre outras (BOYER, 2005; MA MUNG, 2009).

O projeto migratório é uma formulação individual e subjetiva, a partir do qual o sujeito elabora suas representações, seu imaginário migratório, e projeta nele o seu futuro. Mas também, possui uma dimensão social coletiva, em que as redes sociais e migratórias participam do processo criativo e dinâmico do movimento transnacional desse indivíduo. O que envolve a participação de outros migrantes e não migrantes, no que a autora chama de “*contrat migratoire*” (“contrato migratório”) moral. Ou seja, “la décision de migrer est une affaire d’individualité, de parenté, de société”<sup>122</sup>. Nessa perspectiva, o projeto é intencional, de caráter estratégico, pragmático e contextual, e constantemente redefinido (BOYER, 2005, p.51,54). Isto é muito característico da imigração haitiana, inclusive das mulheres, como veremos adiante.

A formulação de um projeto migratório também pressupõe o poder de agência do sujeito (individual ou coletivo). Gosto da ideia de agência dentro do conceito das “necessidades humanas básicas”, desenvolvido por Doyal e Gough (1991) e debatido no cenário nacional especialmente por Pereira (2008), com o qual trabalhei no meu estudo de mestrado (GALDINO, 2013). Segundo Doyal e Gough, para que o ser humano consiga satisfazer suas necessidades humanas básicas ele precisa de duas importantes condições: saúde (não apenas física, mas também psicológica) e autonomia (de agência e crítica). A agência é a forma mais elementar de autonomia, que se refere à compreensão que o indivíduo tem de si mesmo, de sua cultura e de sua autoexpectativa dentro dela. Para exercer a autonomia de agência, as pessoas necessitam de capacidade psicológica e oportunidades objetivas. O segundo tipo de autonomia seria um nível mais elevado de capacidade de crítica, por meio da qual a pessoa poderia agir criticamente com base nas informações que possui, analisadas a partir de sua visão de mundo e de si no mundo. O exercício dessa autonomia crítica tem o potencial de operar mudanças nas regras e práticas da cultura a qual essa pessoa pertence.

No contexto das migrações internacionais, Ma Mung (2009) traz a ideia de autonomia em dois movimentos concomitantes, que também pressupõe o poder de agência a partir da

---

<sup>122</sup> Tradução livre: “a decisão de migrar é uma questão de individualidade, parentesco e sociedade” (BOYER, 2005, p.51).

iniciativa deliberada e da capacidade de agir criticamente com fins de operar uma transformação. A autonomia, para ele, abarca a ação de diferenciar e distinguir as relações sociais necessárias para a mudança, a partir de uma capacidade de “saber-fazer”; somada às condições de realmente “poder-fazer” a mudança de um mundo social por outro. Este sujeito, motivado por condições externas (determinantes macrosociais, constrangimentos macroestruturais) e pelas disposições internas (subjetividades, participação da família), elabora um mundo imaginário e se projeta nele na perspectiva de um futuro melhor. Um exemplo disso é que, embora a maioria das mulheres haitianas seja constrangida pela pobreza a migrar, nem todas agem nessa direção, pois para tal é preciso um *know-how* (“saber-fazer”) e um “poder-fazer”.

Este estudo segue na linha de que a decisão de migrar é atravessada por diversos fatores, inclusive históricos, e incorpora várias escalas (micro, meso e macro / sociais, espaciais, temporais). As migrantes em potencial nunca partem com base em informações iniciais precisas, completas e são quase sempre distorcidas, mas suficientes para imaginar um futuro, segundo a sua compreensão e de sua rede social, e partir. No decorrer do processo, no caminho ou na chegada, conhece novas informações, contextos e estratégias que as levam a reformular seu projeto. Ou seja, o projeto migratório não é estático, está em constante reformulação num “*continuum* temporal”, na multiplicidade de contextos e espaços sociais, o que o leva a sofrer também os “*effets de lieu*” (“efeitos do lugar”) (BOYER, 2005, p.55).

O projeto migratório também não é um termo neutro<sup>123</sup>, é um conceito amplamente discutido e analisado a partir dos anos de 1990 e, principalmente nos anos 2000, pela literatura francófona. Sua perspectiva analítica evoca a ideia de movimento, de ação, de intencionalidade, de agência, e não se prende a uma noção linear de começo, meio e fim. A ênfase do projeto migratório está nos percursos, no saber e poder fazer. E, no caso da diáspora haitiana, no saber-circular (JOSEPH, 2015a), em que o projeto migratório é caracteristicamente dinâmico e imprevisível, elaborado e reelaborado no e pelo próprio movimento migratório, por muitos atores e em distintos espaços.

O perfil e as trajetórias migratórias das haitianas residentes no Distrito Federal foram reconstruídos a partir de dois instrumentos, o questionário virtual objetivo, respondido por 33 participantes, e os relatos de vida e de migração, contados por 25 delas durante a fase de entrevistas. Essas autobiografias, que prefiro chamar de “relatos de vida” (BERTAUX, 1989),

---

<sup>123</sup> Esse debate foi problematizado pelo professor Handerson Joseph durante sua arguição na banca examinadora desta tese, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3LiqCTOtKVY>. Com o qual concordo e trago aqui com o objetivo de deixar claro ao leitor e à leitora qual a perspectiva de projeto migratório que defendo quando faço referência a esta categoria analítica.

me possibilitaram articular as realidades individuais dessas mulheres com o contexto social mais amplo no qual essas histórias se desenvolveram/desenvolvem. Assim, apresento no decorrer deste capítulo e dos seguintes um retrato dessas mulheres, as suas motivações e expectativas, seus projetos migratórios e como estes se desenrolaram no processo de mobilidade e estada no Brasil, bem como suas avaliações provisórias e perspectivas de futuro. Contudo, cabe registrar que tenho clareza das limitações desse método, no que concerne ao risco da “ilusão biográfica”, alertado por Bourdieu (2011).

Por isso mesmo, os “relatos de vida” aqui analisados foram uma das fontes de dados para a compreensão da imigração de mulheres haitianas para o Brasil. Todo um contexto social, cultural, econômico, político, histórico sobre o Haiti e a sociedade haitiana foi resgatado previamente, inclusive recorrendo a outros estudos com esta população migrante, para articular analiticamente com os dados quantitativos e qualitativos específicos sobre as participantes desta pesquisa, a fim de compreender os processos históricos e sociais mais amplos desse movimento migratório, com enfoque no gênero. Mas, sem dúvida, as falas das participantes tiveram um especial peso sobre as análises porque, numa perspectiva de “retorno ao sujeito” (MONTAGNER, 2007, p.249), acredito que não seria coerente estudar sobre a migração de haitianas sem considerar o que elas dizem sobre suas próprias experiências.

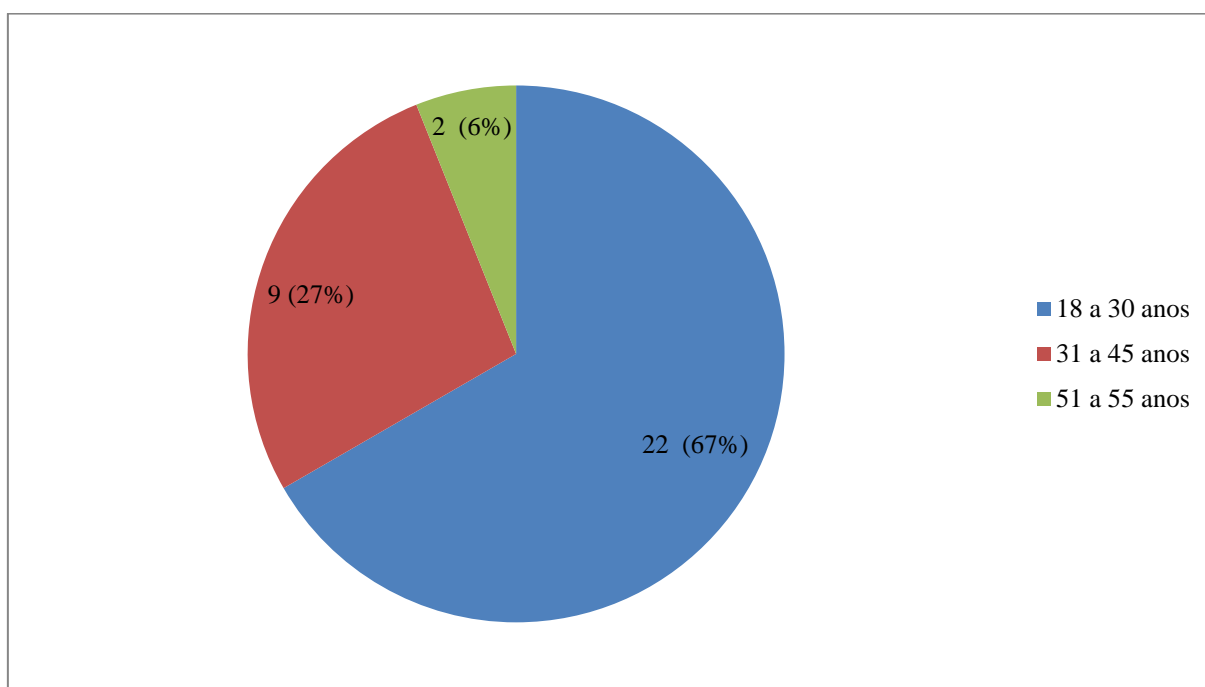
## 2.1. UM RETRATO DAS HAITIANAS NO DISTRITO FEDERAL

A minha aproximação das imigrantes haitianas se deu em paralelo ao desenvolvimento da fase de campo. Apesar do meu contato profissional com o tema no serviço público, meu conhecimento era meramente teórico, a partir das minhas leituras institucionais, acadêmicas e jornalísticas. Nunca havia tido contato pessoal com uma haitiana antes. Elas eram como um retrato embaçado para mim. Foram os contatos durante a fase de campo que me ajudaram a ter uma melhor percepção delas e os dados dessa aproximação ajudaram a formar mais um perfil dessa população no Brasil, especificamente sua face feminina presente na capital federal.

Contudo, é difícil definir um retrato fiel e detalhado dessa imigração no país em razão das pesquisas não serem censitárias e os registros administrativos oficiais não estarem estratificados o suficiente. Mas essas fontes são importantes e fornecem algumas indicações. De acordo com dados públicos, a maioria dessa população imigrante é do sexo masculino, muito em razão das características laborais brasileiras, de setores mais abertos à contratação de mão de obra estrangeira (CAVALCANTI; TONHATI, 2017; RIBEIRO, 2015). A

proporção era de 43,82% de mulheres haitianas em relação ao total dessa nacionalidade no país, nos anos de 2010 a 2019 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020b). Vejamos no gráfico abaixo o perfil etário das participantes deste estudo:

**Gráfico 2** - Haitianas participantes da pesquisa segundo faixa etária



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

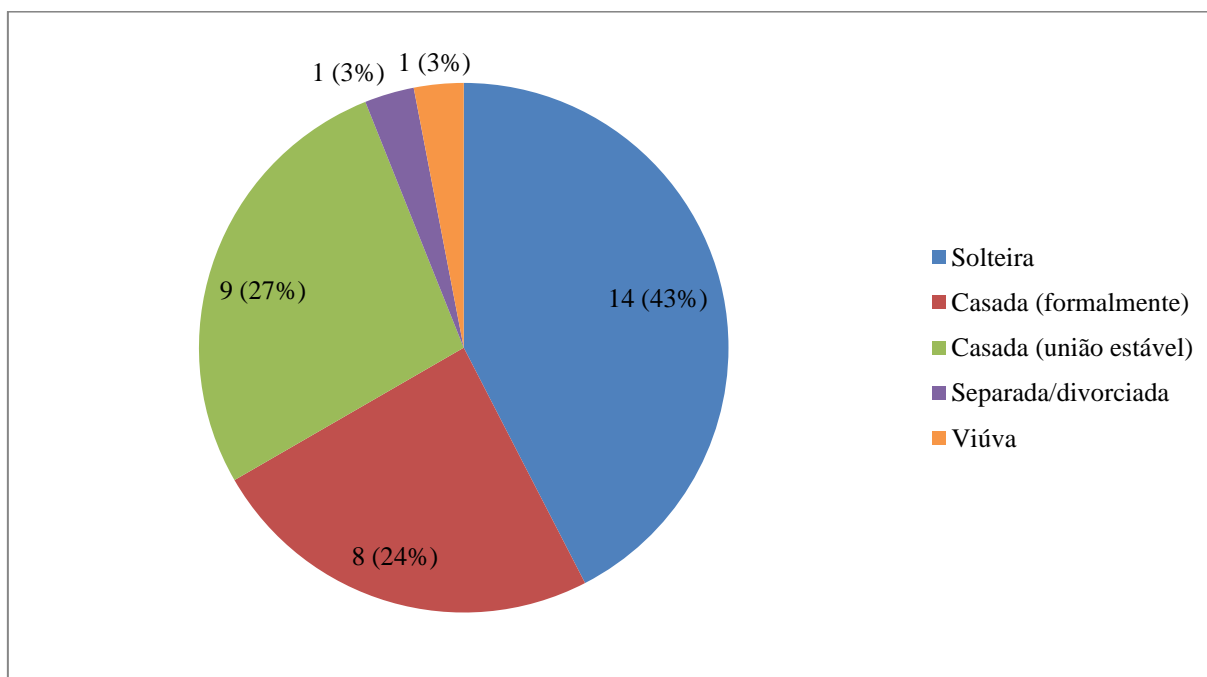
Os dados levantados nesta pesquisa revelam que o perfil etário prevalente das haitianas no Distrito Federal é de mulheres em idade economicamente ativa, e nas faixas mais jovens, sendo 67% com até 30 anos de idade. Na amostra não havia mulheres menores de 18 nem maiores de 55 anos. O que corrobora com os dados de outras pesquisas, como a de Ribeiro (2015), que aponta para a idade mediana feminina de 28 anos. Também nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) predominam haitianas em idade laborativa (CAVALCANTI; TONHATI, 2017). Embora aqui elas sejam minoria, no Haiti, há ligeiramente mais mulheres que homens, sendo 5.503.354 mulheres e 5.408.465 homens, conforme dados do IHSI (HAITI, 2015). E lá também predomina uma população jovem, com mais de um terço (35%) dela menor de 15 anos de idade. Aqueles na faixa etária de 15 a 64 anos representam 58%, e de 65 anos ou mais representam 6% (HAITI, 2018).

Outro aspecto importante para analisar a participação feminina na imigração internacional é o seu estado civil, uma vez que os estudos clássicos nesse campo enfatizavam



uma participação passiva das mulheres imigrantes como acompanhantes de seus maridos. O gráfico abaixo nos mostra esse aspecto do perfil das participantes:

**Gráfico 3 - Haitianas participantes da pesquisa segundo estado civil**



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Em relação ao estado civil, a maioria (51%) das participantes é casada ou vive em união estável. Mas também é alto o percentual de solteiras (43%). E, se considerarmos que algumas delas se casaram depois que chegaram ao Brasil, podemos constatar que cerca de 61% delas vieram para o país solteiras e a imigração tinha outros motivos que não a reunificação familiar, para boa parte delas. A pesquisa de Ribeiro (2015)<sup>124</sup>, que não focou exclusivamente nas mulheres, destacou que a maioria das suas participantes se declarou solteira, seguidas por aquelas que são casadas ou em união estável. Chamou-me a atenção que

<sup>124</sup> Trata-se de informações baseadas na “pesquisa ‘Migração haitiana para o Brasil: diálogo Bilateral’, realizada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em projeto apoiado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério de Trabalho e Emprego. A pesquisa foi realizada pelo Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População (GEDEP), que pertence ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, (PUC-Minas). [...] A pesquisa [...] ouviu 340 imigrantes haitianos por meio da aplicação de questionários, realizou nove grupos focais (quatro com homens e cinco com mulheres). [...] Os levantamentos foram realizados nas cidades de Porto Velho, Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo. Em Brasília e Campinas houve só a aplicação de questionário, e, em Manaus, a realização de um grupo focal com mulheres. [...] De todo o material obtido, selecionou-se para o [...] trabalho traçar o perfil dos haitianos entrevistados, analisar os aspectos relacionados aos motivos que os levaram a deixar o Haiti, mapeamento do trajeto Haiti – Brasil, informações sobre chegada dos haitianos ao Brasil, características a respeito do trabalho, moradia, saúde, e por último, análise sobre o processo migratório” (RIBEIRO, 2015, p.71,72,74).

as haitianas que moram com seus companheiros, sem vínculo conjugal formal, geralmente se referiam a elas mesmas como “solteiras” e aos companheiros como “namorados”. Isto me causou surpresa porque o relacionamento reunia as características de uma união matrimonial, com a única diferença de não ter sido oficializada. Muitas delas, inclusive, já tinham filhos e/ou filhas com seus companheiros.

Busquei entender melhor essa questão. A Maria, uma das minhas interlocutoras e auxiliar de pesquisa, me explicou que “*Lá no Haiti, mesmo se você ficar com o marido em casa, se você não casar legal, é solteira*” (Maria). Conversando com um informante-chave haitiano, formado em Direito no Haiti, sobre como essa situação é vista no seu país, ele me explicou que o Estado haitiano não reconhece a união estável, no que tange aos direitos de família, como no Brasil. Apesar de haver muitos casos e a sociedade aceitar esse tipo de relação, a lei haitiana só admite o casamento formal e o divórcio.

Em uma das pesquisas consultadas encontrei dois tipos de estado civil que se aproximam do que a Maria explicou: “*Célibataire sans concubin(e)*” e “*Célibataire avec concubin(e)*” (HAITI, 2010, p.28). São “solteiras” com ou sem parceiro, que no Brasil seriam “solteiras” e “conviventes ou em união estável”. O estudo de doutorado da haitiana Jean Baptiste (2019a, p.56) iluminou essa questão ao abordar as especificidades e funcionamento das relações matrimoniais no Haiti. Segundo a autora, no país há cinco tipos de união considerados pela sociedade e pelo Estado, embora não tenham as mesmas garantias legais<sup>125</sup>. São esses: “*maryaj, plasaj, vivavèk, fiyanse e renmen*”. As três primeiras implicam na coabitação do casal, já as duas últimas não.

*Maryaj* é o casamento civil, tal qual conhecemos no Brasil. *Plasaj* é um reconhecimento diante de autoridades da união consensual, o que não representa uma união formal, nem necessariamente uma relação monogâmica e, quando envolve a poligamia, pode ter vários tipos de configurações. Apesar de *plasaj* ser o tipo de união predominante no Haiti, principalmente nas áreas rurais, as mulheres continuam desamparadas juridicamente, sem garantias quanto à herança e bens. *Vivavèk* é um tipo de relação afetivo-sexual estável, mas sem coabitação permanente. “Nesse tipo de arranjo domiciliar, a mulher aceita se juntar com o cônjuge, uma vez que ele contribua nas despesas do domicílio”. Os dois últimos seriam equivalentes ao noivado e namoro que, embora tenham a característica da transitoriedade, podem levar a uma das condições anteriores de coabitação (JEAN BAPTISTE, 2019a, p.59).

---

<sup>125</sup> De acordo com o “Plan National 2017-2027 de lutte contre les violences envers les femmes”, do Haiti, a única união reconhecida legalmente é a “*maryaj*”, embora predominem no país as uniões consensuais, notadamente do tipo “*plasaj*”, de coabitação permanente, e “*vivavèk*”, sem convivência permanente (HAITI, 2017).

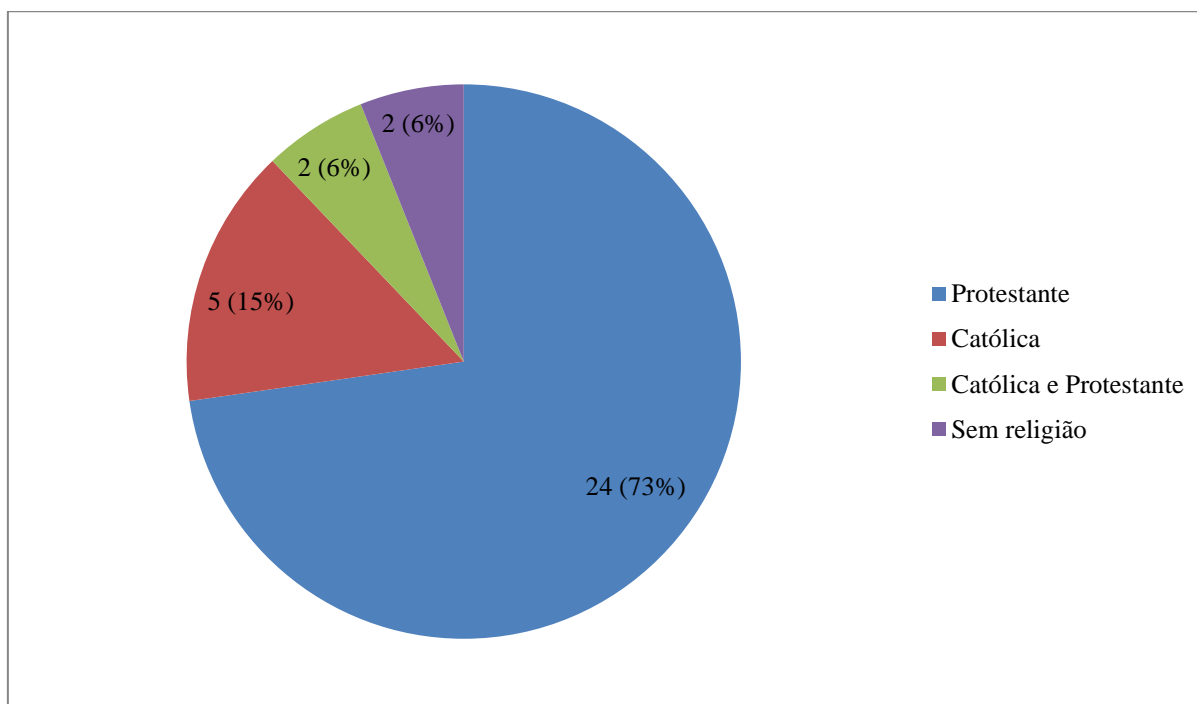
No âmbito dessa questão do estado civil está o direito de paternidade, que é uma situação complexa especialmente para as mulheres fora da relação *Maryaj*. Conforme Jean Baptiste (2019a, p.51), no contexto haitiano, “nem todos os tipos de união existentes garantem os mesmos direitos sucessórios, de filiação e relacionados à pensão alimentícia”. Houve um avanço legislativo em 2014, equiparando os direitos dos filhos e filhas, independente da condição conjugal de seus genitores. Antes, apenas filhos tidos como legítimos, nascidos dentro do casamento formal, eram portadores de direitos de reconhecimento de paternidade e herança. Mas, segundo a autora, a cultura local, inclusive institucional, ainda está se adaptando a essa inovação (JEAN BAPTISTE, 2019a).

A interlocutora Madoche é avó de uma menina de três anos que não tem o nome do pai no registro de nascimento. Recém-chegada ao país, ela já percebeu a diferença entre o Brasil e o Haiti nessa questão de reconhecimento da paternidade. Segundo ela: “*Aqui, se você tá grávida de um homem e ele não segurar nenê [assumir a paternidade], tem lugar aonde você pode ir pra pedir ajuda, pra pedir: ‘Faz esse homem segurar nenê!’.* No Haiti, não! Ele não segurar, não segurar! Não tem ninguém que obrigue, é se ele quiser”. A Madoche faz uma acusação contra o sistema de justiça haitiano que, apesar de já ter uma lei que regula essa situação, ela não funciona na prática. Na sua avaliação, as instâncias responsáveis são ineficientes a tal ponto que as mulheres se veem desassistidas quanto aos seus direitos e de suas filhas. Outra interlocutora também percebeu a diferença dos direitos da mulher entre os dois países: “*Aqui se você grávida, eles pagam quatro meses pra você ficar em casa. Lá, eu acho um mês. E você acha Bolsa Família*” (Misoula). Embora o Brasil não seja o melhor modelo nessa questão, sem dúvida possui uma estrutura jurídica e socioassistencial que minimamente atenua os efeitos desse espaço vazio deixado pelos homens que não assumem de fato e de direito a paternidade<sup>126</sup>.

Sobre a religião, esta se mostrou uma dimensão bastante presente na vida da maioria das interlocutoras, se constituindo também numa importante rede de apoio aqui no Brasil, como veremos mais adiante. Vejamos no gráfico abaixo o perfil religioso delas:

---

<sup>126</sup> No Brasil, o tema é tratado em legislações infraconstitucionais, especificamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); no Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406/2002, artigos de 1.607 a 1.617, do Capítulo III, que trata do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento e que assegura que o filho pode ser reconhecido de forma voluntária ou judicial); e na Lei nº 8.560/1992 (que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências). No âmbito socioassistencial, o Programa Bolsa Família tem assistido mulheres que chefiam suas famílias. E o Auxílio Emergencial, criado pelo Governo Federal durante a pandemia de Covid-19, teve um valor ampliado para famílias matrifocais.

**Gráfico 4 - Haitianas participantes da pesquisa segundo religião**

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

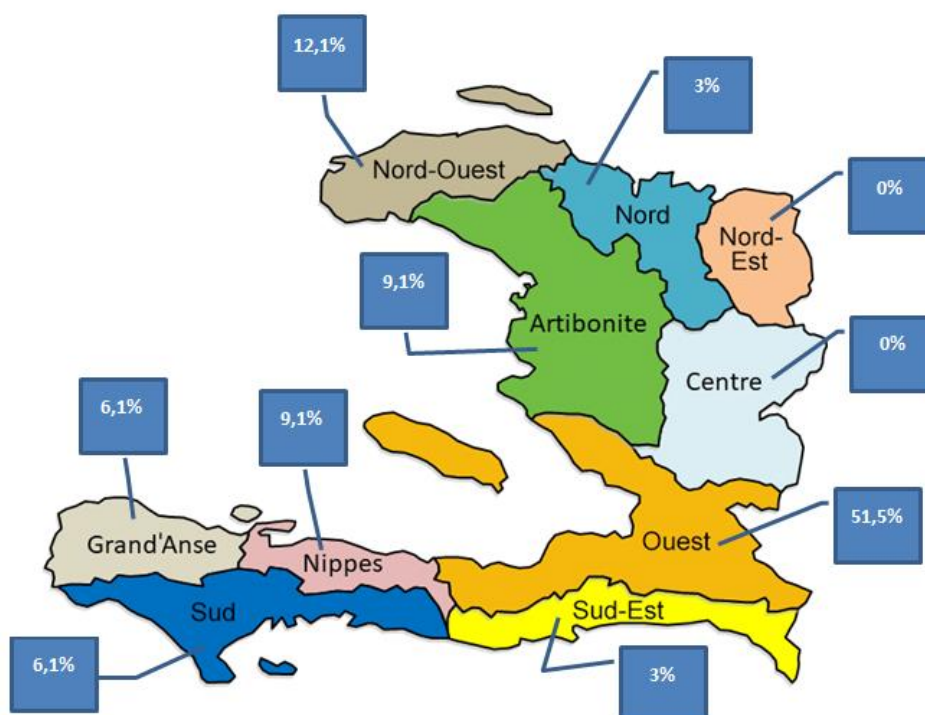
Majoritariamente, as mulheres pesquisadas professam a fé cristã (94% entre evangélicas e católicas), sendo a maioria da linha evangélica (72,7%) e do seguimento Batista; e 6% se consideram tanto católicas quanto evangélicas, informando que participam de atividades das duas correntes religiosas do cristianismo. Apenas 6% disseram não possuir religião. Outras representações religiosas não apareceram entre as participantes, embora certamente existam expressões religiosas que não tenham sido captadas por este estudo. Por exemplo, tive informação sobre uma haitiana que é Testemunha de Jeová, mas não obtive sucesso no contato. Dados do Haiti também indicam o predomínio da religião cristã<sup>127</sup> no país, com 48% de católicos e 37% de evangélicos, entre batistas e pentecostais (HAITI, 2010). A partir do recorte de gênero, outra pesquisa indica que a maioria das mulheres haitianas se declarou do segmento evangélico (56%) (HAITI, 2018).

<sup>127</sup> Pereira (2017, p.161) traz uma breve contextualização histórica da origem do cristianismo no Haiti. O catolicismo, de raiz europeia, chegou no início da colonização do Haiti, trazido por Colombo. Mas a sua liturgia e preconceito com as crenças locais fez com que fosse considerada “uma religião dos blancs, de estrangeiros, logo, importada e com conotação pejorativa”. O protestantismo chegou bem depois, no século XIX, atraídos pela possibilidade de implantação de suas igrejas caso investissem na educação do país. A sua disseminação foi influenciada principalmente pela formação de pastores autóctones e pela evangelização e fixação em bairros populares por todo o país.

Quanto à origem dessas mulheres no Haiti, estudos indicam que a maioria das imigrantes haitianas que chegaram ao Brasil procedia de Gonaïves e da capital Port-au-Prince (CAVALCANTI; TONHATI, 2017). Já outros, revelam que uma parte significativa delas nem residia no Haiti quando decidiu migrar para o Brasil, entre 2010 e 2012, mas procedia da República Dominicana, Equador, Cuba e Chile (JOSEPH, 2017, p.14, nota 23). Mamed (2018, p.85) informa também que no início do fluxo migratório haitiano para o Brasil (2010 e 2011), “embora os haitianos [e haitianas] apresentassem uma origem familiar rural, a maioria provinha das áreas urbanas e mediações da cidade de Porto Príncipe, epicentro do terremoto de 2010”. E nos anos seguintes (2012 a 2015), “esse perfil se diversificou e ao Acre chegaram pessoas das mais diferentes cidades e regiões do país, muitas declaradas de origem rural e não afetadas pelo sismo”.

As mulheres desta pesquisa procedem de 21 cidades diferentes do Haiti, sendo que pouco mais da metade (51,5%) nasceu no departamento Ouest, região mais urbanizada e onde fica a capital do país. Podemos ver melhor no mapa abaixo a origem das participantes da pesquisa:

**Mapa 1** - Haitianas participantes da pesquisa segundo departamento de origem no Haiti



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Segundo as participantes, 60,6% delas são de origem rural e 72,7% em algum momento de suas vidas foram morar na capital para estudar e/ou trabalhar, como no caso da interlocutora Maria: *“Eu nasci numa província. Só eu finalizar meu colégio na capital. E estudar em universidade também na capital. Porque universidade, escola bom, tudo tá na capital. É por isso, às vezes, tem que deixar a província pra ir lá”* (Maria). Dados desta pesquisa e de outras realizadas no Haiti (HAITI, 2010; LOZANO-GRACIA; LOZANO, 2017) confirmam que a razão desse deslocamento migratório interno se deveu às maiores oportunidades de estudo e de trabalho que a capital oferece. Com base nos estudos de Mènard, de 2013, Jean Baptiste (2019a) acrescenta ainda que em decorrência dessa precariedade do sistema educacional haitiano, muitos pais com maior poder aquisitivo enviam seus filhos para estudar no exterior, foi o caso das minhas interlocutoras Maria e Claudia, que foram para Argentina estudar Ciências da Computação e Medicina, respectivamente, financiadas pelos pais que moram nos Estados Unidos. Já aquelas famílias sem condições ou que preferem manter seus filhos fisicamente próximos, renunciam a importante soma de recursos para financiar a educação superior deles na rede privada haitiana (JEAN BAPTISTE, 2019a). Este foi o caso de muitas mulheres da pesquisa que conseguiram acessar o ensino superior no Haiti.

As maiores ofertas de escolas, do nível equivalente ao ensino médio e superior, estão concentradas na capital e nas grandes cidades do país. Contudo, são majoritariamente oferecidas pela rede privada. O que compromete significativamente os já poucos recursos da família que, segundo Jean Baptiste (2019a), pode comprometer até 40% do orçamento familiar (juntando custos extras de manutenção na escola com as mensalidades). Considere-se ainda o agravante de que muitas dessas famílias são monoparentais, com perfil matrifocal, no qual as mulheres acabam assumindo toda a responsabilidade pelos filhos e filhas, cuja figura paterna está ausente ou é inexistente. Segundo minha interlocutora Nahomie, criada apenas pela mãe: *“Ela [mãe] pagava todo mês, igual aluguel daqui. Pagava entrada e depois ela paga todo mês. Escola do governo tem muita gente e não tem vaga. É melhor você pagar escola normal [privada], entendeu?”* (Nahomie). Como podemos perceber, diante da escassez de ofertas de educação pública, o privado se tornou o *“normal”* para a população haitiana<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup> A grande maioria dessas mulheres estudava na rede privada de ensino do Haiti (dentre 19 mulheres que responderam a esta questão, 17 delas informaram que seus parentes, especialmente os pais, ou elas próprias, pagavam seus estudos).

Refletindo sobre as barreiras educacionais a partir do recorte de gênero, Jean Baptiste (2019a) traz alguns dados e informações, com base em fontes secundárias, que demonstram a difícil realidade dessas meninas e jovens mulheres para se educarem no Haiti. A autora aponta que 80% das escolas haitianas são privadas. Como os recursos são restritos, muitas famílias preferem priorizar os filhos homens, haja vista a cultura de que um bom futuro para as mulheres é sinônimo de conseguir um bom casamento, o que não demanda muito estudo, além de saber assinar o próprio nome. Já para os homens, sobre quem recai a responsabilidade cultural de sustentar a família e, em muitos casos mais de uma (poligamia), os estudos podem ajudá-los a conseguir melhores trabalhos e salários (JEAN BAPTISTE, 2019a).

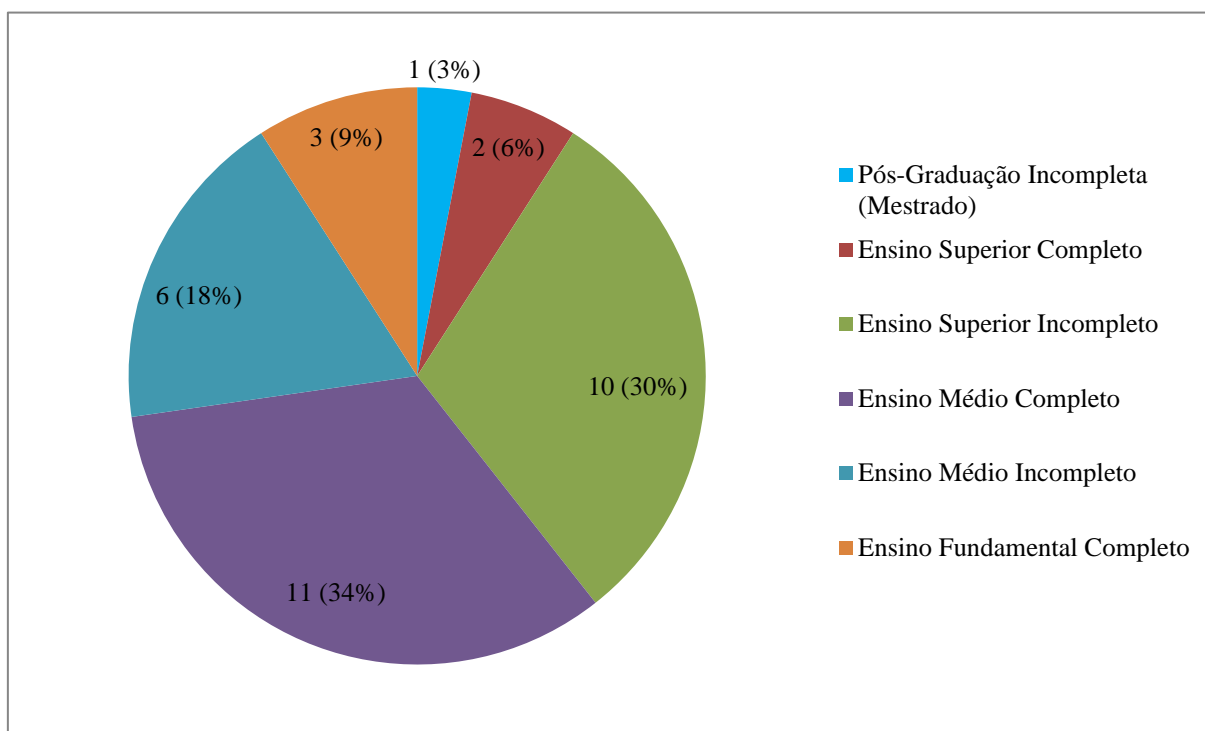
Os indicadores sociais de escolaridade no Haiti<sup>129</sup> revelam que existe uma desigualdade de gênero na educação: 24% das mulheres e 17% dos homens nunca frequentaram a escola. Poucos conseguiram concluir o ensino fundamental (6% de mulheres e 6% de homens) e o ensino médio ou acima (7% e 9%, respectivamente). O número médio de anos completados é estimado em 3,9 para mulheres e 4,1 para homens<sup>130</sup>. Como podemos perceber, os homens têm mais acesso à escola que as mulheres. A situação é mais problemática na região rural, onde 31% delas, contra 13% dos homens, não são escolarizadas (HAITI, 2018). É exatamente de onde procede a maioria das participantes da pesquisa, levando-as a migrarem para a capital, a fim de fugirem dessa realidade.

As mulheres desta pesquisa parecem ser um ponto fora da curva da tendência mais geral no Haiti, pois fazem parte de uma pequena parcela da população feminina que conseguiu alcançar níveis mais elevados de escolaridade, promovidas por seus pais, mas especialmente pelas mães, ou elas próprias trabalhavam como comerciantes ou empregadas domésticas para investirem em seus estudos. Vejamos no gráfico abaixo o perfil educacional das participantes desta pesquisa:

---

<sup>129</sup> Vale salientar a necessidade de adaptação do nível escolar haitiano ao brasileiro, em razão do sistema educacional do Haiti possuir uma divisão diferente da do Brasil (RIBEIRO, 2015). De acordo com Jean Baptiste (2019a, p.39, Nota de Rodapé 6), “No sistema educacional haitiano o primário dura 6 anos; o secundário, outros 7 anos. Ao término do secundário, o estudante realiza uma prova final, denominada ‘baccalauréat’. Se aprovado, ele é declarado concluinte do secundário e está apto a participar de processo seletivo de ingresso na universidade”.

<sup>130</sup> De acordo com a pesquisa EMMUS-VI 2016-2017, ocorreu uma diminuição desse percentual em relação a sua edição de 2005-2006, em que a taxa de não escolarização caiu de 28% para 24% para mulheres, e para homens, de 21% para 17%. E os anos médios de estudo aumentaram de 1,6 para 3,9 e de 2,2 para 4,1, respectivamente. (HAITI, 2018). Os dados mais atuais do PNUD, referentes ao ano de 2019, indicam mais um aumento da escolarização haitiana, no qual as mulheres subiram para 4,3 anos de estudo, enquanto os homens para 6,6 (PNUD, 2020).

**Gráfico 5 - Haitianas participantes da pesquisa segundo perfil educacional**

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Como podemos notar no gráfico acima, apenas 9% das participantes têm uma formação baixa, de nível fundamental. Elas têm 28, 44 e 52 anos e são provenientes da zona rural do Haiti. Confirmando a defasagem escolar das habitantes dessa região. Contudo, o perfil predominante das haitianas residentes no DF é o de mulheres escolarizadas, com 73% delas tendo concluído ao menos o Ensino Médio (sendo que 39% destas ingressaram numa universidade, mas apenas 9% conseguiram concluir o Ensino Superior, e uma delas chegou até o Mestrado, mas não concluiu). Muitas relataram que preferiram abandonar a universidade em busca de um futuro melhor pela via da emigração. E desejavam retomar os estudos no país estrangeiro. Destaco que essas mulheres não tiveram uma mobilidade educacional no Brasil, permanecendo no mesmo nível escolar com que chegaram aqui, com exceção de duas delas que vieram para estudar, uma já se formou no Brasil.

Dados da pesquisa de Joseph (2017) com imigrantes haitianos de ambos os sexos, em Manaus e Tabatinga, também indicam um perfil educacional mais elevado: 14% possuíam o Ensino Superior<sup>131</sup>; 59% tinham o Ensino Médio completo; e 27% estavam no Ensino

<sup>131</sup> Nas seguintes formações: Direito, Enfermagem, Farmácia, Ciências Contábeis, Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo, Teologia, Ciências Informáticas, Veterinária, Ciências da Educação/Normal Superior etc. (JOSEPH, 2017).



Fundamental. A formação universitária das mulheres desta pesquisa é nas áreas de Arquitetura, Pedagogia, Enfermagem, Gastronomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Medicina, Jornalismo e Gestão<sup>132</sup>. Muitas delas também fizeram cursos técnicos, como: Estética/Cosmetologia/Cabeleireira, Informática, Inglês, Auxiliar de Enfermagem, Assistente Financeiro, Técnico em Gastronomia, Recepcionista, Técnico em Contabilidade, Técnico em Gestão, Agente de Saúde, Florista e Jornalismo.

Outras pesquisas, abrangendo ambos os sexos, revelam ainda um desequilíbrio educacional no perfil de homens e mulheres. A pesquisa de Ribeiro (2015) indica que os homens haitianos possuem um nível de escolarização superior ao das mulheres, confirmando a tendência desde o Haiti. De acordo com a pesquisadora, a razão da maioria das haitianas não ultrapassar o Ensino Médio pode estar relacionada à necessidade de cuidar dos filhos e da casa no país de origem. Talvez por isso, aqui no Brasil, muitas delas tenham relatado o desejo de estudar e possuir uma formação profissional, na esperança de melhorar sua inserção laboral e mobilidade socioeconômica. O que torna a educação um importante capital cultural para a experiência migratória dessas mulheres.

Outra dificuldade apontada nos estudos de Jean Baptiste (2019a) foi a questão do domínio do idioma francês, língua oficial do ensino regular no Haiti. Nem todas as haitianas são fluentes nesse idioma, principalmente aquelas originárias das províncias rurais e pouco escolarizadas. Essas dificuldades acabam por reforçar a cultura patriarcal haitiana, na qual o melhor lugar para a mulher é dentro de casa, cuidando do marido e dos filhos, quando muito, cooperando com a renda da família por meio dos comércios domésticos tão comuns no país. A autora tem problematizado essa questão da acentuada desigualdade de gênero do sistema educacional no Haiti, reforçada pela tradição haitiana que favorece o desenvolvimento escolar dos homens em detrimento da formação das meninas e jovens mulheres. Elas ingressam mais tarde na escola e saem mais cedo, sem concluir os estudos. Segundo ela:

as tarefas domésticas representam uma das principais causas do “gap” educacional entre meninos e meninas no Haiti, dada a rígida divisão sexual do trabalho que responsabiliza as meninas pelas tarefas domésticas. Esse gap varia de acordo com a região de residência, tendo em vista que o desperdício do potencial feminino é maior entre as meninas da região rural. (JEAN BAPTISTE, 2019a, p.41).

Tal realidade se relaciona com o lugar que a mulher ocupa na sociedade. Esse lugar que lhe é destinado se torna um componente cultural imposto e limita suas possibilidades de

---

<sup>132</sup> Algumas mulheres que faziam o curso superior de Enfermagem, Gestão, Ciências Contábeis e Gastronomia, mas que não concluíram devido à emigração, conseguiram cursar o tempo necessário para obter o título de técnicas nessas áreas.

quebrar com tais estruturas formadas no tempo e no espaço. Mas essas estruturas não são fixas o suficiente para que não sejam movidas. A juventude feminina haitiana já percebeu essas amarras. A imigração, inclusive, tem sido uma alternativa de ruptura, ainda que lenta, com esses processos patriarcais. O que talvez não seja uma causalidade da imigração, mas uma consequência. O depoimento da Maria mostra a clareza que ela tem desses processos culturais e de que há outras opções que são melhores para as mulheres, como a autonomia promovida pelo trabalho:

*Acho que isso é coisa do cultura. No Haiti, deixa no cabeça de nós que é homem que tem que trabalhar e mulher tem que ficar em casa pra cuidar de casa e de criança. Só começou a sair no cabeça do jovem. Porque agora nós viaja e vê como é, que na verdade é mais gostoso quando você trabalha, você tem seu dinheiro. Porque quando eu ficar no Haiti é só o homem que trabalhar, qualquer coisa que você tá precisando tem que pide. Às vezes, ele não quer dar. Você fica pra sofrer.*  
(Maria)

Foi interessante que o namorado da Maria estava junto nesse momento e reconheceu que a autonomia financeira da mulher pode beneficiar também ao homem, pois amplia os recursos da família e equilibra o peso das responsabilidades econômicas que fica a cargo dos homens. Pois, segundo ele, “no Haiti, os homens trabalham e as mulheres ficam só em casa cuidando das crianças. Pra mim não é bom porque nós dois vai conseguir viver mais fácil. Tipo: Se eu fiz 600 e ela fez 500, já dá 1100. Dá pra gente se virar”. Podemos notar também na sua fala uma minimização do papel de reprodução desempenhado pelas mulheres, que ficam “só em casa cuidando das crianças”. Ou seja, a reprodução social não é considerada um trabalho, e está abaixo do papel desempenhado pelo homem. O que mostra uma hierarquização dos papéis sociais na família, onde a produção se sobrepõe à reprodução social, lugar este que é culturalmente destinado às mulheres.

Perguntei-lhe o motivo da maioria das mulheres não trabalharem fora de casa no Haiti. Ele respondeu que foi uma questão de costume: “a gente sempre seguiu essa convivência – mulher fica em casa, homem trabalha. É geral. O homem morrendo e deixa a mulher viver” (Namorado da Maria). Apesar do seu entendimento de que essa cultura favorece mais a mulher, que “deixa [...] viver”, enquanto os homens estão “morrendo” de trabalhar, esta é uma condição que nenhum dos sexos sai ganhando. E, a realidade mostra que as mulheres perdem muito mais, pois ficam presas a um *status* social rebaixado e suscetível a violências de várias naturezas, principalmente doméstica; além de acumular diversos papéis, pois muitas delas também realizam atividades econômicas no ambiente domiciliar (e fora de casa,

principalmente como comerciantes), que se somam ao cuidado da casa, dos filhos e do marido.

A elevação do nível de escolaridade pareceu um fator libertador para essas mulheres. Contudo, para alcançarem esse patamar, quase todas tiveram que realizar a migração interna ou internacional. Depois que concluía o ensino fundamental, boa parte delas ia estudar em Port-au-Prince, pois *“tudo tá na capital”* (Maria). Onde ocorria uma verdadeira reconfiguração familiar e troca de cuidados. Como relatou Maria: *“fui lá [na capital] com 16 anos pra morar, eu morar com minha tia, minhas primas, meu primo. Porque é um casa grande e meu tio fez pra nós mesmo, quando sair da província pra morar. Tipo, nós tudo vive junto, faz um outro família. Entendeu? Só que quem cuida de nós é minha tia. Meu pai mandar dinheiro[...]”*.

O relato da Maria me traz a ideia de um “consórcio” firmado entre parentes, com a finalidade de promover a educação dos filhos na capital. Uns providenciam a casa, como o tio dela; outras realizam o trabalho do cuidado dos mais jovens, como a sua tia; e outros ainda enviam remessas para o sustento e manutenção dos estudos, como o seu pai que mora nos Estados Unidos. Esta é uma das poucas alternativas para fugir da realidade de quem não estuda no Haiti. Pois, segundo Liline, quem *“não tem uma formação”*, vai acabar trabalhando como doméstica – profissão carregada de estigmas pela sociedade haitiana (JOSEPH; JOSEPH, 2015; JOSEPH, 2015c). Ou, na melhor das hipóteses, *“quem não estuda, viaja pra República Dominicana pra comprar roupa e vender no Haiti. E [...] fazer uma loja também na sua casa”* (Clara). Pesquisas realizadas pela UNICEF (2005) e pela UNESCO (2013) confirmam os impactos positivos da educação na vida de meninas e mulheres nas sociedades, especialmente aquelas com menor desenvolvimento e maior desigualdade de gênero.

Outra alternativa tem sido a prostituição. Thermidor (2018) denuncia a existência do que ele chama de *“diasporaphilie”*, envolvendo adolescentes e jovens estudantes do Haiti. As chamadas *“madam papa”* dos *“dyasporas”* são atraídas pelo valor do dólar em comparação à moeda do seu país<sup>133</sup>. Assim, elas ingressam nesse “mercado” de exploração sexual, que possibilita que se mantenham na escola ou universidade e ainda supram as necessidades de toda família, mas com efeitos perversos sobre suas vidas. Essas pessoas diásporas são residentes principalmente nos Estados Unidos, Canadá e França, e “patrocinam” a educação dessas garotas em troca de performances sexuais. Embora não se trate da mesma situação, a

---

<sup>133</sup> Atualmente a proporção é de 1 dólar para 79,42 gourdes, conforme cotação em 22 de março de 2021.

minha interlocutora Maria relatou uma experiência na qual ela foi assediada pelo funcionário de um banco enquanto fazia uma entrevista de trabalho:

*Lá no Haiti, trabalhar não é fácil. [...] Você acabou de estudar e quer um trabalho, às vezes, tem homem que pedir pra você sair com ele pra fazer sexo. Se você não tem uma família, um amigo que já tá num trabalho pra te ajudar a entrar, vai ficar difícil pra você. [...] no Haiti, quando você estuda numa universidade, num colégio mais caro, você tem mais possibilidade, porque ele tem um nome mais grande. Porque minha experiência, [...] graças a Deus, meu pai pagar uma universidade mais caro pra mim. Ele manda dinheiro [dos Estados Unidos]. Eu tenho uma possibilidade mais grande de encontrar trabalho. Eu já foi num banco pra trabalhar, eu fiz tudo, a entrevista, só no dia antes pra começar a trabalhar ele [entrevistador] pediu pra sair, pra passar um dia junto. [...] Fora do Banco. Eu falei: não. Se eu não for, eu vou perder. Eu preferi perder, porque ainda meu pai mandar tudo. Tô com necessidade não. [...] Eu não quer. Tem pessoa que quer. Eu já vi no Haiti. E vi brasileira que faz. Porque depois eu falei com meu pai e minha mãe: “Pai, sou nova, porque tem dezenove anos, não vou fazer isso não. Eu já pesquisei muito trabalho, eu não encontrei. Eu sou nova, posso fazer faculdade mais. Vou lá na Argentina pra fazer Ciências da Informática [...]”. (Maria)*

A Maria teve um suporte familiar, especialmente o recurso das remessas enviadas pelo seu pai, que lhe permitia a liberdade de dizer não a esse tipo de assédio. Mas essa não é a realidade de todas as jovens no Haiti, como bem apontado por Thermidor (2018). Assim como a Maria, a Liline também encontrou na imigração uma oportunidade de continuar seus estudos:

*A escolha do Brasil foi pra isso mesmo. Quando eu vi a oportunidade de estudar, porque eu sempre gostei de estudar. Eu me dediquei muito nessas questões. Desde criança meu pai investiu muito em mim. Acabando a escola, não deixou passar ano, [...]. Eu procurei uma vaga na faculdade pública, não consegui. Aí ele procurou uma vaga na privada. [...] Eu sempre sonhei de estudar. [...] toda minha família gosta de estudar. E meu pai sempre falou pra gente que o melhor caminho é isso. Ele lutou muito, mesmo que ele não chegou num nível alto, mas ele investiu muito nas crianças dele. [...] a minha vinda aqui era pra estudar, uma coisa que a gente valoriza muito. [...] Quando você estuda você tem um futuro, né?! E eu consegui. Pra mim foi uma vitória. Porque lá no Haiti eu tava pagando bem caro numa universidade privada [...]. (Liline)*

Como podemos perceber no relato acima, a escassez de ofertas da política pública de educação obriga as famílias haitianas da classe média a injetarem um recurso significativo nessa área. Os pais da Liline são servidores públicos no Haiti e alimentam o imaginário social de que a educação contribuiria para a formação de um capital cultural que, conseqüentemente, se converteria em capital econômico, para utilizar termos bourdieusianos. Este entendimento foi muito comum nas falas das minhas interlocutoras.

A Liline havia estudado quatro anos numa universidade haitiana, quando ocorreu o terremoto e não pode concluir o curso. Então surgiu a oportunidade de ela participar do Programa Pró-Brasil. Mas a universidade brasileira não reconheceu esse histórico escolar em razão da incompatibilidade curricular. Lá no Haiti, ela fazia Arquitetura e Paisagismo, e aqui, Arquitetura e Urbanismo. Sendo assim, passou oito anos para conseguir se diplomar como arquiteta. Quando concluiu a graduação na UFSC, passou na seleção de Mestrado da UnB, estudando mais quase dois anos. Porém não concluiu por ter sido reprovada em duas disciplinas, perdendo os únicos recursos que lhe mantinham no Brasil, as bolsas da CAPES e da Embaixada do Haiti.

Esta pesquisa revela que majoritariamente são as jovens haitianas com maior grau de escolarização e alguma formação técnica que emigram. As poucas mulheres que conseguem progredir nos estudos, vencendo todas as barreiras sociais, econômicas, geográficas e culturais do seu país, após a formação não encontram trabalhos e salários dignos, que recompensem tamanho esforço. A maioria vê na emigração uma fuga dessa realidade e uma esperança de encontrarem melhores oportunidades no exterior, especialmente nos países ricos.

Alguns estudos têm chamado a atenção para esse fenômeno migratório, denominado *brain drain* (fuga de cérebros)<sup>134</sup>. Segundo eles, tem aumentado a saída de pessoas com relativa qualificação, de países pobres para países mais desenvolvidos, na expectativa de encontrarem oportunidades melhores de trabalho e remuneração. Um estudo do Banco Mundial demonstrou que países da África, América Central e Caribe vêm perdendo seus melhores recursos humanos para países ricos. No caso do Haiti, essa fuga de cérebros ultrapassava os 80% na época do estudo. Se compararmos com outros países em desenvolvimento, como o Brasil, esse percentual cai para menos de 5% (ÖZDEN; SCHIFF, 2006).

De acordo com dados mostrados por Jean Baptiste (2018), o Haiti faz parte de um grupo de 15 países com maior taxa de emigração de médicos, tendo saído 22% deles no ano 2000 e 40% em 2017, especialmente para Estados Unidos, Canadá e países latino-americanos. Cogo (2018, p.445), analisando as narrativas produzidas e difundidas nas mídias digitais por imigrantes haitianos no Brasil, sobre suas experiências no âmbito das relações sociais, mostra a letra de uma música do haitiano Alix Georges, que no videoclipe canta sobre “Fuga de Cérebros” no contexto da diáspora haitiana no Brasil: “alguns vieram para estudar, outros acabam ficando porque o que buscam é um futuro certo, alguns como eu gostariam de voltar

---

<sup>134</sup> Sobre esse assunto ver Portes (1976) e Özden e Schiff (2006).

para mudar o país porque o país não oferece nada’, [...] ‘o cérebro do país se foi, a força do país se foi, a alma do país se foi, o país todo se foi’”.

Os dados apresentados até aqui revelam que essas jovens mulheres estão rompendo com um ciclo social que as limitavam a uma posição inferior na sociedade de origem, especialmente na educação e na divisão sexual do trabalho, inclusive reprodutivo. Mas será que essa mobilidade tem reposicionado essas mulheres a níveis mais elevados de igualdade de gênero, social e economicamente, na sociedade de destino? Esta reflexão será retomada mais adiante. Apresentado esse retrato das haitianas que residem no Distrito Federal, discutirei sobre as trajetórias migratórias dessas mulheres até chegarem ao Brasil. Suas narrativas revelam múltiplas causalidades tanto para saírem do Haiti como para terem escolhido este destino migratório. Uma coisa é certa, elas tiveram um papel de agência muito maior do que sugerem os estudos clássicos sobre migração internacional. E a perspectiva analítica da feminização das migrações tem sido um novo paradigma no qual essa questão tem mais recentemente observada. Como afirmam Milesi e Marinucci:

Se, no passado, mães, filhas ou irmãs costumavam acompanhar ou se reunir aos homens que viajavam para o exterior e lá permaneciam, hoje, cresce cada vez mais o número de mulheres com um projeto migratório individual, que se deslocam por razões de trabalho, não raramente como principais provedoras do lar. Essa nova tipologia de migração feminina, por vezes, é consequência da emancipação alcançada pelas mulheres nas últimas décadas; já em outros casos, o deslocamento geográfico visa, justamente, essa emancipação. A migração, portanto, pode ser sinal ou instrumento de empoderamento por parte da mulher. Mas nem sempre isso é verdadeiro. (MILESI; MARINUCCI, 2015, p.58).

Antes de entramos propriamente nas trajetórias migratórias dessas mulheres, farei um resgate histórico sobre o papel do Estado nessa seara. Pois esse personagem jurídico esteve presente em muitas falas das participantes ao justificarem sua decisão de migrar para o Brasil. Senão, vejamos: “*Outro país é mais difícil [para entrar]*” (Jozeline); “*Porque eu pensei que Brasil é mais fácil pra viajar que os Estados Unidos*” (Vitória); “*Ela falou que eu ia conseguir tudo*” (Nahomie); “*Ela falou de possibilidade no Brasil*” (Mia); “*A escolha do Brasil foi o estudo*” (Liline); “*depois do terremoto, Brasil abriu a porta pros haitianos*” (Misoula); “*Porque o governante daqui decidiu que a gente pode vir pra cá*” (Clara). Nenhuma dessas declarações seria possível sem a atuação e participação do Estado, por meio de uma política pública migratória. A questão é se essas falas refletem a realidade política brasileira atual ou não. Contudo, analisar o desempenho do Estado no trato da questão migratória não é objetivo deste estudo. Pretendo apenas colocá-lo no cenário. Daí a

importância de trazer uma breve contextualização do tema migratório enquanto uma política de Estado.

## 2.2. A POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA

Desde o início de sua colonização por Portugal, o Brasil é alvo de movimentos migratórios, ainda que não possua um fluxo constante e nem sempre volumoso de imigrantes. Primeiro foram os portugueses e depois outras nacionalidades também interessadas em explorar a nova terra, principalmente os holandeses, franceses e ingleses. O período escravocrata (que durou mais de três séculos) também introduziu forçadamente em solo nacional escravos africanos por meio do tráfico negreiro, o que aproxima o Brasil do Haiti em muitos aspectos. Com o fim da escravidão (1888), e início da fase republicana, oitenta e quatro anos depois do país caribenho, a política de imigração brasileira se tornou um empreendimento de Estado para substituição da mão de obra escrava pelo trabalhador estrangeiro livre.

Inicia-se assim a busca pelo “colono ideal” ou “imigrante ideal” – noção esta incorporada na figura do “agricultor branco que emigra em família”. Os negros, os índios e os mestiços foram então relegados à própria sorte e os imigrantes brancos europeus ocuparam majoritariamente os espaços laborais e territoriais vazios, deixados pelo fim da escravidão (SEYFERTH, 2002, p.118-119). As mulheres imigrantes ficaram ocultadas na categoria “família”. A invisibilização feminina nos registros históricos sobre a imigração no Brasil foi objeto de pesquisa documental de Matos, Truzzi e Conceição (2018, p.1), com o objetivo de “recuperar a presença feminina no processo de e/imigração para o interior do estado de São Paulo”, no período de 1880 a 1930.

Segundo os autores, a presença masculina quantitativamente superior à feminina, somado ao sentido atribuído socialmente ao trabalho das mulheres, como um complemento ao trabalho masculino, ou seja, uma “ajuda”, foram as principais razões do desinteresse pela face feminina dessa imigração nos registros históricos. Contudo, qualitativamente as mulheres exerceram um papel fundamental no processo migratório desde o país de origem, participando das decisões familiares e assumindo o lugar vazio deixado pelo marido, pai, irmão, enfim, os homens da casa que emigraram. Depois, ao ingressarem no movimento migratório para acompanharem esses homens no Brasil, por meio da reunificação familiar, essas mulheres participaram ativamente da esfera produtiva tanto quanto da reprodutiva (MATOS; TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2018).

A vinda das mulheres imigrantes<sup>135</sup>, brancas principalmente, foi crescendo gradativamente, e não apenas para encontrar seus familiares, mas também para trabalhar e melhorar suas condições de vida e o bem-estar da família. Prova disso era o reconhecimento de que “entre as famílias migrantes nas quais as mulheres estiveram presentes, as possibilidades de saúde e prosperidade da família foram muito maiores” (MATOS; TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2018, p.10). Os autores apresentam alguns dados relativos ao Censo de 1907 que confirmam essa presença ativa no interior paulista. Mas para os fins deste trabalho, gostaria apenas de mostrar que a imigração feminina para o Brasil e sua importância no sistema produtivo é uma realidade desde os primórdios desses movimentos para o país, embora elas tenham permanecido silenciadas oficialmente. Como afirmam os autores,

Na sociedade de acolhimento, as mulheres imigrantes tiveram seu cotidiano marcado pelo trabalho: foram atuantes no trabalho nas fazendas, núcleos coloniais, estabelecimentos comerciais, fabris e em múltiplas outras atividades, operando também por meio de várias estratégias de sobrevivência. Cercadas de invisibilidades, elas emergem, inevitavelmente, sempre que a névoa que as encobre é dissipada, revelando toda sua capacidade de reinvenção, essencial para o sucesso da empreitada de e/imigração. (MATOS; TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2018, p.4).

A política de Estado também foi importante para concretizar o projeto ideológico de formação de uma identidade nacional por meio do *branqueamento racial*<sup>136</sup> (BENTO, 2002). Desse modo, o “medo do negro”, enquanto segmento populacional majoritário no Brasil Colonial (cerca de 4 milhões trazidos num período de três séculos), incentivou o Estado brasileiro (controlado pela elite branca) a reverter esse quadro étnico-racial, substituindo o povo de matriz africana pelo povo europeu de pele branca, numa proporção praticamente equivalente (3,99 milhões de imigrantes num período de três décadas) (BENTO, 2002, p.7).

Como afirma Oliveira (2011, p.15), “mestiçagem, nacionalização e integração foram os pilares de toda ação e pensamento político em relação aos imigrantes”. Com base nisso, toda uma estrutura jurídico-normativa e político-institucional foi montada, com recursos

---

<sup>135</sup> Os autores citam a presença de italianas, portuguesas, espanholas, turcas, sírio-libanesas, dentre outras mulheres de várias nacionalidades (MATOS; TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2018).

<sup>136</sup> De acordo com a psicóloga Maria Aparecida da Silva Bento, branquitude é um conceito ideológico que ocupa um lugar socioestrutural de valor e de privilégio (simbólico e material) do branco sobre o negro na sociedade. Em suas palavras, “uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença. [...] o problema do branqueamento, abordado nas últimas quatro ou cinco décadas como um problema exclusivo do negro, nasce do medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro” (BENTO, 2002, p.13,20).



majoritariamente dos cofres públicos, para fomentar a política migratória brasileira e organizar os recursos humanos que chegavam do além-mar. Esta foi a fase da política migratória de atração de imigrantes e a base para a formação da ideia do Brasil como uma democracia racial, bastante difundida nos anos de 1930 e 1940 (ANDREWS, 1997). Outra importante razão para a formação desse mito, à luz das reflexões de Schwarcz (2019, p.13,17, 22), foi a escolha política de se “inventar uma nova história para o Brasil” pela pena do “naturalista bávaro Karl von Martius (1794-1868)”, que exaltava a tese de que no Brasil existia uma mistura sem igual de raças. A intenção era, segundo a escritora, “criar um passado mítico, perdido no tempo, repleto de harmonia, mas também construído na base da naturalização de estruturas de mando e obediência”.

Essa versão mítica da história do Brasil ganhou outros adeptos, até que se chegou à ideia de “democracia racial”, criada pelo antropólogo Artur Ramos (1903-49) e difundida amplamente, inclusive fora do país, por Gilberto Freyre. E só começou a ser contestada na década de 1950, a partir das pesquisas desenvolvidas por Florestan Fernandes e outros pesquisadores, sob encomenda da UNESCO com a finalidade de confirmar a harmonia entre as raças no Brasil, mas que contrariamente denunciou o “mito da democracia racial”. Essa nova versão da história foi fortalecida nos anos de 1970 pelo ativismo negro, que “mostrou a perversão desse tipo de discurso oficial, o qual tinha a potencialidade de driblar a força dos movimentos sociais que lutavam por real igualdade e inclusão” (SCHWARCZ, 2019, p.17-18).

A tradição imigratória no Brasil ficou “mais ou menos estancada desde o pós guerra” (SOUCHAUD, 2010, p.2). Durante a Ditadura Militar, o medo de influências comunistas no país levou o Estado Autocrático a considerar o estrangeiro uma ameaça a ser tratada pela lógica da segurança nacional (SPRANDEL, 2015). Nessa época, foi criada a legislação federal que regulava o tema da imigração no Brasil – a Lei nº 6.815/1980, conhecida como “Estatuto do Estrangeiro” – que só foi revogada em 2017, com a nova Lei de Migração nº 13.445/2017.

Deixando de ser um grande receptor de imigrantes a partir da década de 1960, o Brasil se torna na década de 1980 um exportador de emigrantes, principalmente para os Estados Unidos, Europa e Japão. Emigraram em média de 2 a 3,7 milhões de pessoas, deixando o país com um saldo migratório negativo de cerca de 1,5 milhão de habitantes<sup>137</sup>. O principal fator

---

<sup>137</sup> Tadeu Oliveira (2013, p.207) vai discordar que o Brasil tenha sido um *país de emigração* nas décadas de 1880 a 1990, bem como um *país de imigração* a partir do século XXI com a entrada de novos fluxos internacionais. Ele se baseia nas taxas que representam a população estrangeira no país (não mais que 0,8%) e de

de expulsão de nacionais foi o fim da era do milagre econômico brasileiro, com a crise mundial do modelo de acumulação fordista e os consequentes impactos que geraram uma queda nos investimentos internacionais no país (TADEU OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Reis (2011, p.50-52), a partir da década de 1990, o Estado passa a dar maior atenção a esses emigrantes, a exemplos do *Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior*, de 1995; e da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, entre 2005 e 2006, para apurar crimes contra brasileiros no exterior e assegurar seus direitos. Essas e outras medidas foram impulsionadas muito em razão das reivindicações dos emigrantes no exterior e sua representatividade política e econômica, em razão dos votos e das remessas que enviavam ao país; além do destaque do tema na mídia, principalmente com o assassinato do brasileiro Jean Charles Menezes pela polícia inglesa em Londres.

A partir de 1990, o Brasil emerge como uma opção para novas configurações migratórias, revertendo o saldo negativo da década anterior (CAMPOS; BORGES, SILVA, 2012). De acordo com Sala e Carvalho (2008, p.287),

No período 1991-2000, mantiveram-se as tendências das migrações internacionais no Brasil, caracterizadas pela emigração de brasileiros, a quase ausência dos fluxos de ultramar, outrora clássicos (de Portugal, Espanha, Itália), a imigração não-tradicional (como de Angola e outros países de África lusófona) e o incremento dos fluxos migratórios regionais para o Brasil.

Sala e Carvalho (2008) analisam que o país se tornou uma alternativa para os imigrantes do MERCOSUL a partir da década de 1990, período de reestruturação econômica de cariz neoliberal nos países do Cone Sul<sup>138</sup>. Segundo Reis (2011), uma importante política multilateral, que beneficia tanto brasileiros quanto outros sul-americanos, foi a criação de uma área de livre circulação na América do Sul, culminando no Acordo de Residência do MERCOSUL, Bolívia e Chile, de 2002, mas só vigente a partir de 2009. De acordo com o Censo 2000, entre 1991 e 2000, o número de imigrantes naturais dos países do Cone Sul subiu de 102.757 para 118.612, o que representou um aumento de 13,4% para 17,3% do total dos imigrantes internacionais no Brasil, com destaque para paraguaios<sup>139</sup> e bolivianos. Segundo

---

brasileiros fora do país (algo em torno de 1,6%), conforme dados do IBGE, Ministério da Justiça e Ministério das Relações Internacionais. Essas seriam proporções muito pequenas para atribuir ao Brasil tais *status*.

<sup>138</sup> A saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

<sup>139</sup> Sala e Carvalho (2012, p.294-6) apontam que o aumento dessa nacionalidade nas estatísticas do Censo 2000 se deu em razão do retorno dos chamados “brasiguaios” para o Brasil, que do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980 migraram para o Paraguai, instalando-se principalmente na região fronteira entre os dois países e concentrando-se na agropecuária (SOUCHAUD; CARMO; FUSCO, 2007). E partir da década de 1990, muito em razão de conflitos agrários e melhores oportunidades de trabalho no Brasil, começam a retornar com suas famílias, cujos cônjuges e filhos eram naturais do Paraguai (SALA; CARVALHO, 2012, p.294-6).

Sala e Carvalho (2008), esse fluxo migratório Sul-Sul parece ter sido influenciado pelo aumento do desemprego nos países de origem, desníveis de crescimento da população economicamente ativa e imigração de retorno (em especial da Argentina para o Brasil), principalmente dos exilados políticos que saíram do país entre as décadas de 1970 e 1980.

Mais recentemente, estudos revelam um aumento da imigração para o Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Grande parte dessa intensificação de fluxos migratórios internacionais no país se deveu a entrada de milhares de solicitantes de refúgio pelas fronteiras da região Norte. Dados oficiais revelam que houve um incremento de mais de 930% em solicitações entre 2010 e 2013 (de 566 para 5.882 pedidos) e um acréscimo de mais 8.302 solicitações até outubro de 2014 (IPEA, 2015). As cinco maiores nacionalidades de solicitantes foram haitianas, senegalesas, sírias, bengalesas e nigerianas. Com destaque para haitianos, que representaram a primeira grande onda de imigrantes solicitantes de refúgio no país<sup>140</sup> (BRASIL, 2016e; s/d <sup>141</sup>).

No Brasil, o instituto jurídico do refúgio é regulamentado pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Segundo a ONU (2014), esta legislação está na vanguarda dos principais documentos internacionais norteadores do tema<sup>142</sup>, ao ampliar a definição de refugiado para os casos de deslocamento em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos. Para o ordenamento jurídico brasileiro, refugiado é todo aquele que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, Art. 1, Lei nº 9.474/1997).

Posteriormente, os solicitantes de refúgio haitianos não tiveram o status de refugiado reconhecido em razão de não cumprirem a definição clássica descrita no artigo acima<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> O Brasil continuou como corredor de refugiados nos anos seguintes, com destaque para a população venezuelana, a partir de 2016, que fugia da crise política, econômica e social vivenciada no país vizinho. O ingresso no país se deu pela fronteira entre Roraima e Venezuela, e se tornou a segunda maior população estrangeira solicitante de refúgio no Brasil. E atualmente ocupa a primeira posição (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MACEDO, 2018).

<sup>141</sup> De acordo com divulgação do MJSP, por meio do relatório **Refúgio em Números**. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017\\_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf](http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2018.

<sup>142</sup> A Convenção de 1951, o Protocolo de 1967 e a Declaração de Cartagena de 1984.

<sup>143</sup> De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), é importante se fazer a devida distinção entre refugiado e migrante para evitar mascarar as situações específicas e complexas que envolvem cada um desses

Cotinguiba (2014, p.95) problematiza essa questão do não reconhecimento de imigrantes haitianas como refugiadas a partir de duas perspectivas: uma internacional e outra nacional. Quanto à primeira, “caso houvesse a concessão da condição de refúgio a haitianos[as], o Brasil declararia a incompetência da MINUSTAH e, ao mesmo tempo, o seu papel de líder”. No caso da segunda, “uma vez concedido o refúgio a um [uma] estrangeiro[a], o Estado brasileiro se torna responsável pela sua pessoa, assegurando-lhe segurança, alimentação, abrigo e condições dignas de vida”. Discorrer sobre a alternativa encontrada para definição do *status* jurídico dessas imigrantes se faz necessário por duas razões: primeiro por representar um tipo de regulamentação migratória inédita no país; e, segundo, porque tal medida também foi uma alternativa para viabilizar o acesso às políticas públicas para essas imigrantes.

Audebert (2017) problematiza que a mobilidade haitiana para a América do Sul, após o terremoto, não tem como ser rotulada como um fluxo de refugiados ou de imigrantes econômicos, em razão da complexidade dos múltiplos fatores que envolvem esse fenômeno migratório. O terremoto, segundo ele, foi apenas um amplificador das multifacetadas questões histórico-estruturais que caracterizam o país e a emigração de sua população por gerações. Contudo, a solução encontrada pelo CNig para enquadrar esse fluxo migratório específico foi autorizar a permanência de haitianos e haitianas no país por meio da concessão de visto por razões humanitárias, conforme estabelecido na Resolução Normativa (RN) nº 97, de janeiro de 2012.

De acordo com Fernandes e Faria (2017, p.154), “o governo federal, ao propor a concessão de vistos pelos consulados do Brasil em Porto Príncipe, tinha como meta não só organizar o fluxo migratório, mas também combater a migração irregular promovida pelos ‘coiotes’”. Audebert (2017), em sua análise sobre as geodinâmicas recentes da migração haitiana para as Américas, avalia que, com essa medida adotada, o Brasil se posicionou entre o grupo de países sul-americanos<sup>144</sup> que adotou uma política híbrida para o caso da imigração

---

status, em especial a do refugiado, que em razão da confusão conceitual pode sofrer consequências severas à vida e segurança. O status de refugiado possui conceito e proteção específicos no direito internacional, como apontado acima. O imigrante também está resguardado pelo direito internacional fundamentado pelos direitos humanos. Mas, apesar da migração possuir razões multifacetadas, incluindo migrações econômicas com o fim de melhorar as condições de vida e a migração forçada por questões de pobreza extrema e desastres ambientais, isso não torna o migrante um refugiado. Embora formuladores de políticas públicas e estudiosos do tema comumente tratem esses dois termos de forma genérica como imigrantes internacionais e seus movimentos transnacionais como fluxos mistos, a ACNUR prefere tratá-los separadamente para manter a devida clareza conceitual e dar ênfase à situação peculiar do refugiado, que já conquistou direitos específicos no campo jurídico internacional (ONU, 2016).

<sup>144</sup> O autor coloca o Brasil junto com o Equador no mesmo grupo. O outro grupo, no qual ele cita os países Peru e Chile, adotou a abordagem econômica para lidar com a situação haitiana (AUDEBERT, 2017).

haitiana, levando em consideração a vulnerabilidade multidimensional de naturezas sociais, políticas, econômicas e ecológicas que assolavam o Haiti.

Inicialmente, a medida não surtiu efeito<sup>145</sup> em razão das limitações de vistos e da centralização na Embaixada do Brasil no Haiti. Esses fatores levaram a continuidade do fluxo migratório dessa diáspora pelas fronteiras norte do país, utilizando o recurso da solicitação de refúgio, permanecendo assim as vulnerabilidades que se pretendia acabar com a RN 97/2012. Tal situação gerou ainda mais atritos entre as instituições e pressão política sobre o governo federal<sup>146</sup> (FERNANDES; FARIA, 2017). Desde a autorização do visto humanitário para essa população imigrante, o CNig prorrogou a vigência da RN nº 97/2012, por meio das RN nº 106/2013, 113/2014, 117/2015 e 123/2016, o que se tornou desnecessário a partir da nova Lei de Migração de 2017. Apesar de todas as fragilidades intrínsecas aos improvisos da política migratória nacional, não podemos deixar de considerar a importância dessas medidas para a viabilização do atendimento das necessidades humanas dessas imigrantes em solo nacional, sobretudo para sua inserção no mercado formal de trabalho e nas políticas sociais.

De modo geral, estudiosos dos movimentos migratórios contemporâneos para o Brasil indicam que os fatores dessa atração de imigrantes podem estar relacionados à estabilidade econômica e índices de crescimento da última década<sup>147</sup>. Outra razão foi a maior visibilidade mundial como país pacífico e apoiador de causas humanitárias, promovida a partir de 2004 pelo Estado, quando atuou no comando da MINUSTAH, no Haiti. Além de o país ter sediado dois importantes eventos mundiais – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (REIS, 2011; JOSEPH, 2017; MAMED, 2018). Essa nova realidade migratória do Brasil como uma opção de destino, sobretudo para imigrantes do Sul global, tem demandado do Estado a necessidade de adaptar suas políticas públicas e atualizar sua legislação migratória.

---

<sup>145</sup> Fernandes e Faria (2017, p.155) fazem uma análise crítica sobre a efetividade das medidas adotadas pelo governo brasileiro como desdobramentos institucionais da RN nº 97/2012, cuja “tentativa de estabelecer uma política migratória mostrou-se ambígua e deficiente”. Pois as exigências dificultaram o processo de obtenção do visto; gerou imensas filas de espera na Embaixada Brasileira em Porto Príncipe (segundo eles, em novembro de 2012 já não havia disponibilidade de agendamento para o ano de 2013); as cotas para os vistos (100 por mês) claramente não atendiam a demanda real.

<sup>146</sup> Como sinaliza Fernandes e Faria (2017, p.154-5), “a situação desses grupos gerou uma série de manifestações de diversos setores, dentre eles o Ministério Público do Acre, que ajuizou ação contra a União, o governo peruano, organizações da sociedade civil e até mesmo entre os imigrantes, que chegaram a iniciar uma greve de fome pela falta de empenho das autoridades em dar uma resposta conclusiva ao problema. Diante desse quadro, em abril de 2012, o Ministério da Justiça tomou a iniciativa de voltar a receber as solicitações de refúgio dos nacionais do Haiti, garantindo assim àqueles que estavam na cidade peruana de Inãpari a possibilidade de sua entrada regular no Brasil. A ação unilateral do Ministério da Justiça gerou certo desconforto nos demais órgãos que tratavam da migração internacional na área de governo (CNIG, 2012)”.

<sup>147</sup> Em 2012, o Brasil atingiu uma taxa de crescimento econômico de 0,9% e, em 2013, se tornou a sexta economia no *ranking* mundial.

Essa pressão se deve, inclusive, pelo Estado brasileiro ter assumido obrigações ao se tornar signatário dos principais tratados na área migratória e de direitos humanos de organismos internacionais e regionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), além de diversos acordos bilaterais com outros países (OIM, 2010). Ademais, alinhada com as diretrizes internacionais dos direitos de imigrantes, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) declara, na sua seção de direitos e garantias fundamentais, que nacionais e estrangeiros residentes são iguais perante a lei, sendo garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Art. 5º). Mas até 2017, o tema das migrações era regulado por lei da época da Ditadura, com princípios e diretrizes incompatíveis com a Carta Cidadã e com as normas internacionais.

De acordo com Fernandes e Faria (2017), foram várias as tentativas<sup>148</sup> de se modernizar o marco regulatório sobre migrações no país. Após vários anos de discussão e consulta a diversos órgãos e setores da sociedade, finalmente a Lei de Migração nº 13.445 foi sancionada em 24 de maio de 2017. Ao contrário da lei anterior, a imigrante passa a ser tratada “a partir de uma perspectiva humanitária” (FERNANDES; FARIA, 2017, p.148). De acordo com alguns especialistas do tema (OLIVEIRA, 2017; FERNANDES; FARIA, 2017; SILVA, 2017a), apesar dos vetos presidenciais, a nova Lei é um avanço, “principalmente ao se analisar a conjuntura mundial em que muitos países têm endurecido suas regras contra os imigrantes” (FERNANDES; FARIA, 2017, p.148).

A Lei de Migração vigente, em conexão com a CF/88 e os tratados internacionais sobre o assunto, está embasada nos princípios e diretrizes da “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”; do “repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação”; da “não criminalização da migração”; da “acolhida humanitária” e sem discriminação; da equidade e garantia de direitos; do acesso igualitário às políticas públicas; da não expulsão ou deportação coletiva; dentre outros (Art.3º, Lei nº 13.445/2017). Além de disciplinar questões relacionadas à regularização migratória, a nova lei vai ainda definir os direitos e os deveres de imigrantes em solo nacional. Sua

---

<sup>148</sup> Desde 2009, foram propostos projetos de lei sobre o assunto, até que se chegou às versões do PL nº 2.516/2015 (no Congresso) e do PLS nº 288/2013 (no Senado), sendo este apensado ao primeiro. Outras importantes iniciativas aconteceram durante esse período de atualização legislativa, como o Decreto nº 8.757/2016, que dispõe sobre a situação jurídica do estrangeiro no país, promovendo alterações no Decreto nº 86.715/1981, o que facilitou a transformação de vistos sem precisar sair do país. Também a criação da Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante, pelo CNig, em 2010 (BRASIL, 2010). E ainda a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), realizada em 2014 pelo Ministério da Justiça, contando com a participação de 700 pessoas. (FERNANDES; FARIA, 2017).

regulamentação ocorreu em 20 de novembro de 2017, por meio do Decreto nº 9.199, que definiu as competências da gestão da política migratória nacional<sup>149</sup> (FERNANDES; FARIA, 2017; CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2018).

Em suma, a atual legislação migratória brasileira (Lei nº 13.445/2017) define uma série de prerrogativas a imigrantes que antes eram direitos apenas de nacionais. Partindo do princípio da não discriminação, nas palavras de Guerra (2017, p.1727), a nova lei deu “concretude ao texto constitucional brasileiro, *in casu* o artigo 5, que consagra o princípio da igualdade entre os brasileiros e os não brasileiros”. O que merece ser objeto de investigação empírica, a fim de se verificar se há harmonia entre a legislação da política migratória nacional com as demais políticas públicas, bem como se há na prática a transversalidade entre elas.

### 2.3. A IMIGRAÇÃO DAS HAITIANAS PARA O BRASIL

Os estudos de Joseph (2015a, p.40) demonstram que o processo de mobilidade no Haiti é antigo e estrutural, remonta desde sua origem colonial, como vimos no capítulo anterior. A diáspora<sup>150</sup> é uma “categoria organizadora do mundo, pois designa pessoas,

<sup>149</sup> As competências do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a quem cabe a gestão das autorizações de visto de residência para trabalhadores estrangeiros, extensão de vistos de permanência e alteração de *status* migratório, foram unificadas às do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), após a extinção daquele. O MJSP já tinha a competência pelo registro e identificação civil de imigrantes em território nacional por meio do Departamento de Polícia Federal (DPF), deliberar sobre pedidos de residência que não sejam por razões laborais e sobre pedidos de naturalização; bem como, lidar com os casos de repatriação, deportação e expulsão de estrangeiros e estrangeiras. Se mantiveram os colegiados que já operavam a política migratória antes da nova Lei (o CNIg e o Conare), agora no âmbito apenas do MJSP. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) permanece com a incumbência de conceder os vistos nos consulados brasileiros e de acompanhar e auxiliar brasileiros e brasileiras no exterior (BRASIL, 2019).

<sup>150</sup> Não tive a preocupação de desenvolver conceitualmente a categoria “diáspora” nesta tese, porque ela entra de forma superficial e não central neste estudo. Prefiro aprofundar a ideia de transnacionalidade, conforme apresentada no capítulo 1. Contudo, diante da compreensão do movimento migratório haitiano enquanto um tipo de diáspora, trago em nota apenas alguns elementos para melhor entendimento dessa categoria. Busquei em Joseph (2015a) algumas contribuições por ele trazer um breve histórico da evolução desse termo no caso haitiano, com base em Nina Glick-Schiller [2011], mostrando que sua popularidade se originou nos Estados Unidos, nos anos de 1980, mais especificamente com o movimento popular antidualierista, em Nova York. Ademais, apesar de o autor criticar a rigidez dos conceitos clássicos sobre o termo, reproduzo aqui um dos conceitos que ele tomou como ponto de partida para desenvolver esta categoria numa perspectiva etnográfica, a partir de uma abordagem prática, resgatando os sentidos ênicos da categoria, no contexto haitiano, em quatro dimensões: “*diaspora lokal (diaspora local); ti diaspora (pequeno diaspora); gros diaspora (grande diaspora) e diaspora entênasyonal (diaspora internacional)*” (p.343). O conceito clássico apontado em nota por Joseph (2015a, p.345-6) é o de William Safran, “visto que foi uma das primeiras tentativas de construir um modelo conceitual fechado com vários critérios. O seu artigo foi publicado na revista norte-americana *Diaspora* editado por Kachig Tölölyan. Safran (1991) define *diasporas* como comunidades de minorias expatriadas: a) que se encontram dispersas a partir de um centro de origem para, pelo menos, dois espaços ‘periféricos’; b) que mantêm uma ‘memória’ mítica da ‘terra de origem’ (*homeland*); c) que sentem que não são – e, talvez, não podem ser – totalmente aceitos nos países de acolhida; d) que veem a sua terra natal como um lugar de retorno no momento oportuno; e) que são engajados na manutenção ou reconstrução da ‘terra de origem’ (*homeland*) e f) para os

qualifica objetos, dinheiro, casas e ações” no universo haitiano. As mulheres que participaram deste estudo estão imersas nesse contexto, no qual a imigração é uma das principais possibilidades de mudança. E não apenas numa escala menor, como na família, no negócio doméstico, no bairro. Mas também numa escala macro, na política, na economia, na cultura, na sociedade como um todo. Isso foi demonstrado na importância das redes sociais que integram e interagem nesse campo migratório transnacional.

Apesar da maioria das participantes ser imigrantes de primeira viagem, elas também são influenciadas por essa cultura de diáspora. Todas relataram que possuíam algum membro da família no exterior antes de emigrarem. Algumas delas desde criança perderam a companhia de seus pais para a migração, mas ganharam oportunidades que lhes abriram caminhos para hoje também serem mulheres diásporas. O dinheiro da diáspora estava presente em suas famílias, viabilizando o sustento e investindo na educação. Com o dinheiro da diáspora muitas delas chegaram ao Brasil. E agora elas também compõem essa rede social e migratória, na qual se sentem responsáveis por manterem essa dinâmica, características essas também apontadas no estudo de Joseph (2015a).

Nessa atmosfera diaspórica, me interessava saber como as trajetórias individuais dessas mulheres foram influenciadas, traçadas e financiadas. Enfim, descobrir se elas tinham um projeto pessoal no campo migratório ou seguiam um projeto familiar, ou se essas esferas se combinavam. Para tanto, identificar ações que refletissem o exercício da autonomia de agência e de negociação de suas liberdades de escolha, numa cultura em que o lugar por excelência da mulher é o da reprodução social, parecia necessário à análise. Tanto que, como explicou a Adeline, não é um problema no Haiti que a mulher já adulta permaneça na casa materna, sendo sustentada pela família: *“no Haiti, você tem quarenta anos, você pode ficar na casa do mãe, que vai pagar tudo, vai pagar comida”*.

Ficava notório em suas falas que elas desejavam ocupar outros espaços na sociedade, na esfera produtiva, mas não encontravam lugar no Haiti. Ou pelo menos, não o lugar que elas queriam, fora do espaço doméstico e dos circuitos comerciais que suas mães e algumas delas já operavam como *madanm sara*. O que não lhes permitiam uma ascensão econômica no seu próprio país, com maiores ganhos financeiros e acesso aos bens de consumo que seus parentes

---

quais, a consciência e a solidariedade do grupo são fortemente definidas pelos laços contínuos com a ‘terra de origem’ (*homeland*)”. Embora esse conceito restrito de diáspora não se aplique perfeitamente no caso haitiano, em razão dessa diáspora continuar independentemente de perseguição política e expatriação, podemos notar que alguns elementos desse conceito são perceptíveis nas narrativas das participantes deste estudo, principalmente pelos vínculos que elas mantêm com sua terra de origem e o desejo de voltar em um momento oportuno.



e amigos obtinham por meio da diáspora. A imigração pareceu uma via alternativa, talvez a única, para que elas ampliassem suas perspectivas de vida.

A partir dos relatos de vida das haitianas residentes no Distrito Federal, tento traçar as trajetórias migratórias dessas mulheres desde o Haiti. O que não significa um projeto migratório linear, com planejamento-partida-chegada, e sim um processo dinâmico, imprevisível e em aberto. Minhas análises partem do histórico desse movimento migratório para o Brasil a partir de 2010, marco temporal que se convencionou demarcar a presença notória de imigrantes de nacionalidade haitiana no Brasil. De fato, é a partir desse ano, e mais fortemente nos seguintes, que o Brasil entra na geografia da mobilidade haitiana de forma mais acentuada.

De acordo com as pesquisas de Araújo (2015) e Joseph (2015a), os registros estatísticos anteriores mostram uma presença numericamente inexpressiva dessa população no país, só começando a aparecer nos censos demográficos a partir de 1940 e na categoria “outros”, em razão da pouca representatividade. Com base em dados do IBGE, nas séries históricas entre 1940 até 2010, em um período de sete décadas, não mais que 605 pessoas dessa nacionalidade vieram ao Brasil<sup>151</sup>. Entre os anos de 1960 a 1991, houve um aumento se comparado aos anos antecedentes e posteriores até 2010. Interessante notar que este foi o período das ditaduras duvalieristas e do golpe de Estado contra Aristide. Contudo, não se pode afirmar que estas tenham sido as motivações da vinda desses imigrantes ao Brasil, por falta de embasamento empírico.

Esses dados subiram para a casa dos milhares a partir da década de 2010. As portas de entrada para o país inicialmente foram a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, particularmente pela cidade de Tabatinga (AM); e a tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru, pela cidade de Brasileia (AC)<sup>152</sup>; também há registros de entradas pelo Mato Grosso do Sul (MS), na fronteira com a Bolívia (JOSEPH, 2017). Como a maioria desses imigrantes não possuía visto de entrada no país, principalmente nos primeiros anos desse movimento, foram escolhidos caminhos alternativos<sup>153</sup> que representavam elevado grau de vulnerabilidade,

---

<sup>151</sup> Segundo os dados apresentados, em 1940 viviam no país 16 haitianos; em 1950 - 21; em 1960 -159; em 1970 - 90; em 1980 - 127; em 1991 - 141; em 2000 – 15; e em 2010 – 36. (ARAÚJO, 2015; JOSEPH, 2015a).

<sup>152</sup> Para maiores detalhes sobre a imigração haitiana por esta rota ver Mamed (2018).

<sup>153</sup> No que se referem aos caminhos feitos pelos haitianos até chegarem ao Brasil, Mamed (2018) traça em detalhes essas viagens no seu relato etnográfico e indica que esses imigrantes seguiram rotas flexíveis, a depender das condições que fossem mais favoráveis; e poderiam durar em média de 15 a 20 dias, ou até mais de um mês, em alguns casos. De acordo com Cavalcanti; Tonhati (2017, p.69-70), foram feitos os seguintes itinerários: “a rota via Tabatinga que saía do Haiti, passava pela República Dominicana com escala no Panamá, com destino a Quito. Chegando ao Equador começava a parte terrestre que passava por Lima, IQUITÓ, Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outra rota era saindo do Haiti, com escala no Panamá, direto para o Peru e de lá até a Tríplice Fronteira. Além de outros itinerários, como por exemplo, passando Peru-Bolívia até a fronteira com o

principalmente para as mulheres. Há relatos de maus-tratos, preconceitos raciais e privações. Essas condições motivavam as mulheres a preferirem viajar acompanhadas por amigos e/ou familiares (RIBEIRO, 2015).

O Brasil seria, a princípio, um lugar de passagem, uma espécie de corredor para se chegar a Guiana Francesa. Alguns fatores, como assinalados atrás, contribuíram para que o país ganhasse notoriedade para os haitianos e haitianas. Dentre eles, o seu papel diplomático estratégico no cenário internacional: na liderança da MINUSTAH; nos indicadores econômicos; na recepção de dois importantes eventos mundiais – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (JOSEPH, 2015a).

Fernandes e Faria (2017) registram que os primeiros grupos de poucas dezenas a chegarem ao Brasil em 2010 não provocaram preocupação nas autoridades nacionais. Inclusive se pensava tratar-se de uma passagem pelo país rumo à Guiana Francesa, já que o Brasil não era um destino de interesse de imigrantes dessa nacionalidade. O que, a princípio, não provocou preocupações nem nos dois colegiados que lidam com o tema (CNig e Conare). Mas, segundo esses pesquisadores, o fato da facilidade de entrar em quatro países latino-americanos (Equador, Peru, Chile e Argentina)<sup>154</sup>, que não exigiam visto de entrada para haitianas em viagens de turismo, e ainda assim terem escolhido o Brasil, demonstra que este destino fazia parte de seu projeto migratório, ainda que como estratégia para se chegar a outros rumos.

A partir de 2011 a presença desse grupo de imigrantes ganhou dimensões consideradas “alarmantes”<sup>155</sup> (termo bastante utilizado pela mídia nacional, dentre outros com conotação negativa, segundo estudos de Cogo [2014, 2018]), principalmente por entrarem por cidades fronteiriças sem condições estruturais de absorvê-lo. O impacto dessa presença “estrangeira” no país gerou, segundo Fernandes e Farias (2017, p.157), “grande receio por uma parcela da sociedade, por setores conservadores do governo e por alguns órgãos da imprensa nacional, que tratavam o fluxo como invasão”. Por outro lado, revelou a urgente “necessidade de

---

Estado do Acre. Todas as rotas estavam estritamente relacionadas às condições econômicas, ao nível de instrução, às redes sociais e migratórias e ao local de procedência”.

<sup>154</sup> Esses países também entraram para a geografia da mobilidade haitiana na América do Sul, a partir de 2010, como países de trânsito, mas também de assentamento (AUDEBERT, 2017).

<sup>155</sup> Conforme dados das Secretarias de Desenvolvimento Social (SEDS) e de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), do governo do Acre, que estavam responsáveis pelo atendimento dos imigrantes que chegavam, “nos anos de 2010, 2011 e 2012, os números foram de 37, 1.175 e 2.225 migrantes, respectivamente. Isso se exacerbou nos anos de 2013 e 2014, quando 10.779 e 14.333, respectivamente, chegaram até a região. A tendência de crescimento continuou até meados de 2015, mas desde então os números de entrada diminuíram e o ano fechou com o registro da passagem de 9.315 pessoas pela fronteira acreana. Nos cinco anos, o número total de haitianos recebidos no abrigo oficial foi de 37.864, e o número global de todas as nacionalidades registradas, com chegada pela mesma rota, foi de 43.558” (MAMED, 2018, p.83).

procurar soluções e delinear uma política pública apropriada a esse contexto” migratório diverso do que o país já havia presenciado até então, como vimos na subseção anterior (FERNANDES; FARIA, 2017, p.146).

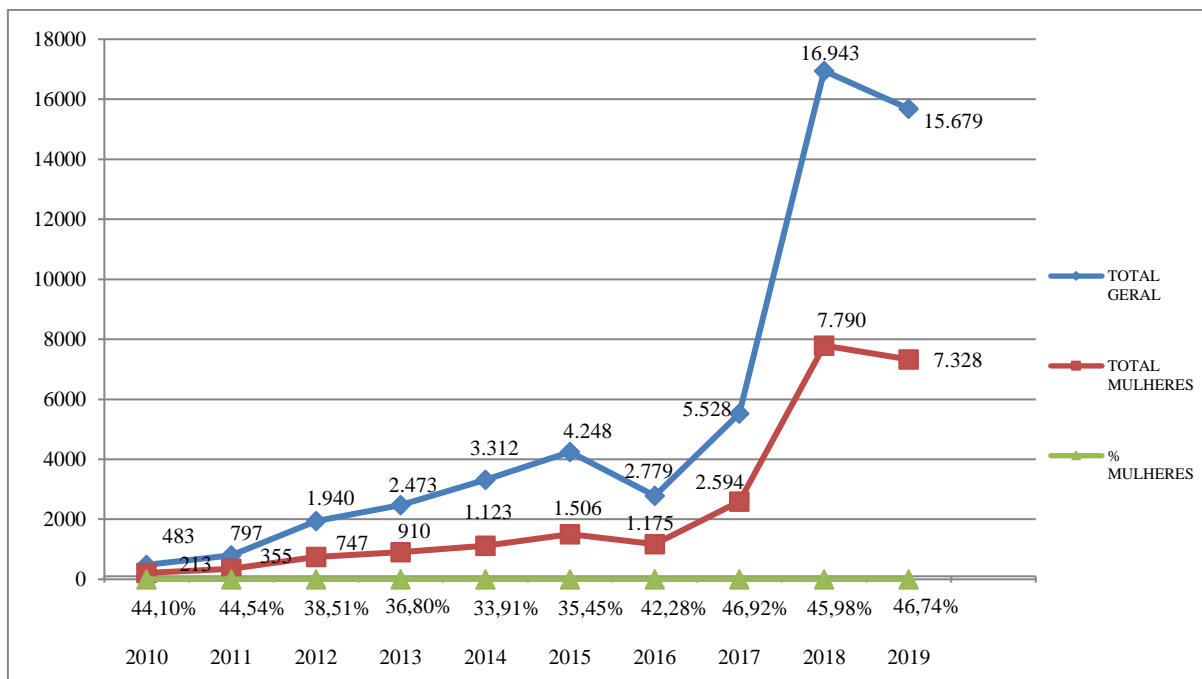
Os dados quantitativos nem sempre coincidem, muito em razão da dificuldade de se registrar dados de populações em movimento migratório, que conta também com o ingresso no país de forma indocumentada. Mas, segundo Joseph (2020), com base em dados do MJSP, estima-se que desde 2010 cerca de 160 mil haitianos e haitianas entraram no Brasil. Este número precisa ser visto com reservas em razão de não termos como dimensionar exatamente quantos deles e delas permaneceram no país ou ingressaram sem o devido registro.

O Relatório Anual do OBMigra trabalha com dados oficiais que abrangem os casos de imigrantes que acessam as esferas públicas que atuam em interface com a política migratória. De acordo com o Relatório de 2020, abrangendo a série histórica de 2010 a 2019, foi registrado no Brasil um total de 1.085.673 imigrantes, com base em dados da Polícia Federal<sup>156</sup>. Destes, 660.349 eram migrantes de longo termo, ou seja, que permaneceram no Brasil por um prazo superior a um ano, e 41% eram do sexo feminino. O Brasil recebeu, nesse período, um total de 54.182 imigrantes haitianos de longo termo, ficando entre as quatro maiores populações migrantes em território nacional. A presença de haitianas, na categoria migrante de longo termo, nesse mesmo período, foi de 23.741 mulheres, representando um universo de 43,82% do total dessa nacionalidade no país (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020b). Vejamos no gráfico abaixo a presença dessas mulheres com base no relatório do OBMigra:

---

<sup>156</sup> Uma iniciativa inovadora, no marco da nova Lei de Migração, foi a criação do SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório), com base nos dados da Polícia Federal (Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros - SINCRE). Uma limitação é que o Sistema registra apenas a população migrante que se registra nos postos da Polícia Federal com a finalidade de obterem o Registro Nacional Migratório (RNM), antigo Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). Alguns dados desse estudo serão embasados neste registro administrativo.

**Gráfico 6** - Número de registros de migrantes da nacionalidade haitiana de longo termo/residentes, por ano de entrada, Brasil, 2010 - 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Anual do OBMigra 2020, que se baseou em dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2020.

O destaque desse último Relatório recaiu sobre as nacionalidades haitiana e venezuelana, configurando-se um perfil migratório marcadamente regionalizado, de pessoas provenientes da América Latina e Caribe (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020b). Outros estudos indicam que a população haitiana no Brasil se constitui em um importante grupo no atual contexto migratório nacional por dois motivos significativos: sua destacada inserção no mercado de trabalho brasileiro e a inaugural e exclusiva medida de regulamentação migratória – a concessão de visto por razões humanitárias, autorizada por Resolução especial do CNIg (CAVALCANTI; TONHATI, 2017). Inúmeras pesquisas<sup>157</sup> já foram realizadas sobre este movimento migratório no Brasil. Portanto, não tenho o objetivo de aprofundar esse contexto histórico já tão amplamente discutido e acessível. Quando necessário, retomarei algumas questões mais gerais da migração haitiana no país para esclarecer algum ponto trazido pelas participantes da pesquisa.

Os dados deste estudo apontam que a maioria (87,9%) das haitianas residentes no Distrito Federal chegou ao Brasil após a criação do visto humanitário, e fez uso desse

<sup>157</sup> Especialmente sobre os primeiros anos de sua chegada, recepção e acolhimento (ALCANTARA, 2014; SILVA, 2014; RIBEIRO, 2015; JOSEPH, 2015a; 2017; SILVA, 2017b; ARAUJO, 2018); a regularização dessa migração no país (SILVA, 2017a; SILVA, 2015; FERNANDES; FARIA, 2017), a integração social e laboral (PONGON, 2016; 2017; DUTRA, 2017; SILVA, 2016; MAGALHÃES, 2017; CARVALHO, 2018; MAMED, 2018), dentre outros aspectos.

mecanismo para entrar no país. Os registros administrativos indicam que a entrada de imigrantes dessa nacionalidade pelas fronteiras da região Norte foi se reduzindo com o passar dos anos, principalmente após a possibilidade de conseguir o visto humanitário diretamente em Port-au-Prince. Com isto, elas podiam realizar o trajeto pela via exclusivamente aérea<sup>158</sup>, reduzindo custos e mitigando riscos (BAENINGER; PERES, 2017). Foi o caso da maioria das minhas interlocutoras, que veio pela via aérea e com situação migratória regular, diferentemente dos fluxos originados nos primeiros anos da década de 2010. Uma minoria delas entrou pelas fronteiras secas do país, como veremos mais adiante.

Cabe destacar também que 69,7% delas viajaram sozinhas, 21,2% vieram acompanhadas por parentes e 9,1% com um grupo de haitianos desconhecidos<sup>159</sup>. Uma coisa é certa, as minhas interlocutoras tiveram menos dificuldades no processo de regularização migratória e de ingresso no país que aquelas que lhes antecederam. Principalmente porque a maioria das participantes teve a ajuda (informações, orientações, dinheiro e acolhimento) da sua rede migratória, formada por amigas e parentes que chegaram primeiro, mostraram o caminho e abriram as portas para elas. Poucas citaram dificuldades com documentação migratória. Algumas recorreram aos serviços de *ajans* ou *raketès*, como já vimos. Mas muitas foram diretamente na Embaixada do Brasil no Haiti, deram entrada nos trâmites e aguardaram em média três meses para conseguir o visto. E muitas delas já vieram diretamente para a capital do país, onde tinham uma rede social que lhes deu suporte.

Quanto à situação migratória das haitianas entrevistadas, a grande maioria (63,3%) afirmou ter entrado com visto no país; 54,5% delas retiraram o visto na Embaixada do Brasil no Haiti; 9,1% regularizaram sua situação migratória em território brasileiro, na Polícia Federal; 6,1% tiraram o visto na Embaixada do Brasil no Equador. Apenas uma delas afirmou estar sem o visto por ter chegado durante a pandemia e os postos de imigração estarem fechados ao público<sup>160</sup>. Mas 27,3% delas não responderam esta questão<sup>161</sup>, o que não significa

---

<sup>158</sup> De acordo com dados apresentados por Baeninger e Peres (2017), baseados no Sistema de Tráfego Internacional (STI), da Polícia Federal, o ingresso de haitianos e haitianas pelos aeroportos internacionais do país, entre 2010 e 2015, representou um montante de 40.650 pessoas, ou seja, 47,8% do total do movimento migratório dessa nacionalidade no país. Com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (Sincre), da Polícia Federal, as autoras acrescentam que, no mesmo período, 28.866 imigrantes haitianos e haitianas ingressaram no país já com o visto permanente.

<sup>159</sup> Especificamente a que veio para estudar por meio do programa CAPES e aquelas que recorreram a agentes de viagem.

<sup>160</sup> Esse problema foi denunciado por 43 entidades da sociedade civil em carta encaminhada à área gestora da política migratória do MJSP, em 31 de maio de 2021, apontando as dificuldades e riscos sociais vivenciados por imigrantes e refugiados, após as medidas de fechamento das fronteiras e de não emissão de autorização de residência pela Polícia Federal durante o período de emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. A referida carta foi divulgada no Informativo nº 11/2021, de 30/06/2021, da Associação Brasileira de

que estejam irregulares no país. Até porque, 87,9% delas entraram no país de avião, o que demanda estar de posse de documento migratório. A maioria delas recorreu ao visto humanitário, mas 6,1% ainda lançaram mão da solicitação de refúgio como recurso para regularização migratória no país, seja pela facilidade, seja pelas vantagens. Estas foram as que entraram pela fronteira.

Dados do Relatório Anual 2020 do OBMigra (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020b) indicam que apesar do visto humanitário e, depois, com a nova Lei de Migração, que passou a nortear os pedidos de ingresso e residência no Brasil, muitas haitianas continuaram recorrendo ao estatuto legal do Refúgio para permanecerem no Brasil. Em 2016, foram 98 pedidos de refúgio de haitianas; em 2017, 969 pedidos; esse número foi aumentando em 2018, para 2.740; e, em 2019, chegou a 6.864 pedidos. Fica a questão do que tem levado essas haitianas a recorrerem a esse *status*. Será que as exigências e custos para solicitar o visto de entrada<sup>162</sup> e a autorização de residência no país<sup>163</sup>, a partir da nova Lei de Migração, ao invés de facilitar, tem dificultado o acesso ao país, contrariamente ao período no qual o visto humanitário estava vigendo? Não é o foco desta pesquisa aprofundar tal questão, mas deixo como sugestão para novos estudos.

Quanto às rotas da viagem até o Brasil, vejamos no mapa abaixo os caminhos percorridos por essas mulheres:

---

Antropologia (ABA). Disponível em: [http://www.abant.org.br/files/20210624\\_60d4e0d462c1f.pdf](http://www.abant.org.br/files/20210624_60d4e0d462c1f.pdf). Acesso em 27 jul. 2021.

<sup>161</sup> Pois esta era uma pergunta feita na entrevista e oito não participaram desse momento, além de outras que durante a entrevista não responderam a questão.

<sup>162</sup> De acordo com site do Ministério das Relações Exteriores, nacionais do Haiti precisam de visto para entrar no Brasil, com exceção de funcionários não acreditados no Brasil, que são dispensados do visto por até 90 dias, e os acreditados, pelo prazo que durar a missão (BRASIL, s/d). Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/qgrv/QGRV-simples-port-140120.pdf>. Acesso em: 17 mar 2021.

<sup>163</sup> Para solicitação de autorização de residência nas várias hipóteses elencadas no artigo 30 da Lei nº 13.445/2017 (nova Lei de Migração), há uma série de exigências que podem ser verificadas no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia>. Os custos dessa solicitação giram em torno de 370 reais (o que inclui a taxa de Processamento e Avaliação de Pedidos de Autorização de Residência - R\$ 168,13; e a taxa de Emissão de Carteira de Identidade de Imigrante - R\$ 204,77), conforme informações do referido site, acessado em 11 de março de 2021 (BRASIL, s/d).

**Mapa 2** - Haitianas participantes da pesquisa segundo rotas do Haiti até Brasília/DF



Fonte: Elaboração própria, por meio da ferramenta Google Earth, com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes as 25 entrevistas.<sup>164</sup>

Com base no mapa acima, algumas vieram de avião direto do Haiti para Brasília, com apenas uma escala no Panamá. Este foi o roteiro de viagem mais rápido relatado por quatro mulheres. Algumas também fizeram essa rota, mas com conexão em outras capitais antes de chegarem à Brasília, como: Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro (conforme informação de quatro delas). Outras fizeram um trajeto maior, saindo do Haiti de ônibus para a capital do país vizinho, República Dominicana, e de lá seguindo a viagem de avião por Panamá direto para Brasília ou com conexão em São Paulo ou Manaus. Cinco delas fizeram este roteiro. Foi possível notar que estas foram as que contrataram o serviço de um agente de viagem (*ajan* ou

<sup>164</sup> As linhas em amarelo representam as rotas das haitianas que saíram do Haiti tendo o Brasil como destino “final”. Não há uma linha para cada haitiana. Mas uma linha para cada rota semelhante. A maioria das viagens foram com destino à Brasília, ainda que tenha feito conexão com outros estados, como RJ, SP, AM. Outras, passaram um tempo em alguns estados (como AM, PR, SC e MS) antes de virem para Brasília. As quatro linhas com cores distintas (vermelha, preta, azul e roxo), representam as rotas das haitianas que saíram do Haiti com destino a outros países da América Latina, e só depois decidiram vir para o Brasil, e residir em Brasília. Das quatro, três entraram pela fronteira seca do país, nas regiões Sul (Foz do Iguaçu-PR) e centro-oeste (Corumbá-MS). Todas as demais, entraram no país de avião. Notei três tipos distintos de rotas iniciais, antes de chegarem à América Latina (AL): Haiti-Panamá-AL; Haiti-República Dominicana-Panamá-AL; ou Haiti-República Dominicana-AL.

*raketè*), restando a dúvida sobre o porquê que estes agentes faziam a viagem de avião a partir de São Domingos e não de Port-au-Prince.

Segundo um informante-chave, pode haver diversas razões para isto, que vão desde o menor custo da passagem saindo do país vizinho; ou porque a haitiana já morava lá na República Dominicana antes de vir ao Brasil (o que não foi o caso das minhas interlocutoras); ou porque tem gente que não quer esperar o visto e tem agência que faz viagem sem visto, passando por diversos países, em rotas aéreas, terrestres e até aquáticas para entrar no Brasil pelas fronteiras do Norte (o que também não se refere às minhas interlocutoras); e ainda tem agentes que fretam um avião a partir de São Domingos e realiza a viagem após juntar um grupo suficiente de imigrantes (mas esta informação não apareceu nas narrativas das participantes).

Há ainda algumas que, ao chegarem ao Brasil, moraram em outras capitais do país além de Brasília, como Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Campo Grande (MS), Porto Alegre (RS) e Manaus (AM). Duas delas, já moravam no DF quando decidiram passar um tempo noutro lugar. Uma passou três meses em Porto Alegre; e outra, um mês no Chile. Mas decidiram retornar para Brasília. Apenas 12,1% das participantes entraram por terra, pela divisa do Brasil com países da América do Sul, especificamente pelas fronteiras da Argentina com o Paraná (Foz do Iguaçu) e da Bolívia com o Mato Grosso do Sul (Corumbá). A viagem por terra, saindo do Chile ou Argentina de ônibus até chegar à fronteira do Brasil, foi o trajeto mais difícil apresentado entre as participantes entrevistadas. Muitas passaram dias de viagem e tiveram grande dificuldade de conseguir a autorização no posto alfandegário da Polícia Federal para entrarem no Brasil. Vejamos o relato da Maria, que entrou pela fronteira de Foz do Iguaçu (PR), e a viagem durou de sete a oito dias até Brasília:

*[...] na fronteira não é fácil entrar aqui. [...] Eu entrar ilegal. Tem policial que deixa passar, tem quem não deixa passar. No primeiro dia, [...] Falaram: “eu não vou deixar passar, tem que procurar visto”. Eu volta no fronteira do Argentina. [...] Eu pagar outro passagem pra voltar. Eu fui lá no outro fronteira. [...] Só que tem que ir no Federal [pedir] um visto de entrada, pra você poder subir no ônibus. Se você não tem esse papel do Federal, você não pode comprar passagem. Entendeu? Eu vou lá no primeiro dia, eu já demorou um dia, porque eu fui no lugar e não me deixar passar, eu voltar e dormir no hotel. Amanhã eu vou lá, eu encontro um [policial], ele fala: “Não. Tem que pedir visto. Não vou deixar você passar”. Eu voltar de novo no lado do Argentina e eu dormir de novo. Sozinha, só conversar no telefone com minha família. Eu falei: “Pai, eu vou voltar na Argentina. Porque, às vezes, eu não gosto problema”. Meu irmão ficar: “Não, você já tá lá irmã. Fica com paciência”. Porque meu dinheiro começou acabar. E meu irmão me mandar dinheiro pra não desiste. E eu já demorou dois dias na fronteira. E no terceiro dia eu foi lá de novo. Eu encontrou outra pessoa no feriado. Só entrar e ele me dá visto. Ele falar: “Você saiu aonde?”. Eu falar: “Saí na Argentina”. Ele: “E você vai aonde?”. Eu: “Vou passar três dias com meu irmão e depois volta. Sou estudante”.*



*Ele falou: "Tá bom". Porque já tem carteira de estudante no Argentina. E eu passa. Eu pagar boleto e passar em São Paulo, e vim aqui [Brasília]. Demorar dois dias de ônibus. (Maria).*

#### 2.4. OS SENTIDOS POR TRÁS DOS PROJETOS MIGRATÓRIOS DAS HAITIANAS QUE RESIDEM NO DISTRITO FEDERAL

Audebert (2017, p.63) aponta, com base em Faist [1997], que um quadro analítico sobre a migração internacional deve incorporar três níveis de análise:

[...] the macro-structural level, which includes the political, economic, and cultural structures of the host countries and the countries of origin; the relational mesolevel of transnational communities and social networks (families, religious structures, etc.); and the individual micro-level of values, expectations and migrant resources [...].<sup>165</sup>

Esses três níveis não são categorias analíticas estanques, eles se inter-relacionam. Neste momento tratarei do nível mais micro, o individual – as subjetividades por trás da imigração das mulheres haitianas no Brasil. O que não significa que em diversos momentos a atuação da rede pessoal e das estruturas aparecerão nas narrativas, mostrando a teia de atores que se conectam às trajetórias dessas mulheres. Começando por suas motivações e trajetórias migratórias, para 60,6% delas o Brasil foi a sua primeira experiência migratória, ou seja, nunca haviam saído do Haiti.

Mas 39,4% delas já haviam conhecido outro país, ainda que apenas para visitar ou realizar a migração pendular<sup>166</sup> para a fronteira com a vizinha República Dominicana, a fim de comprar produtos para comercializarem no seu país. Algumas foram mais longe e passaram por outros países da América Latina antes de chegarem ao Brasil, como Chile, Argentina, Equador e Colômbia. O ponto de partida de 72,7% delas para o Brasil foi o seu

<sup>165</sup> Tradução livre: “[...] o nível macroestrutural, que inclui as estruturas políticas, econômicas e culturais dos países de acolhimento e dos países de origem; o nível meso relacional de comunidades transnacionais e redes sociais (famílias, estruturas religiosas, etc.); e o nível microindividual de valores, expectativas e recursos migrantes [...]”. (ADEUBERT, 2017, p.63).

<sup>166</sup> A “migração pendular” é um conceito bastante utilizado nos campos disciplinares da Geografia e da Demografia, e está vinculado à ideia de movimento e mobilidade. Sua dinâmica envolve o deslocamento diário com a finalidade de realizar ações da vida cotidiana, como trabalhar, comprar, estudar, etc. Mas, especificamente, se encontra no debate sobre o movimento diário de trabalhadores, no contexto predominantemente urbano, de deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa. Há uma discussão se o termo “migração” é apropriado para este tipo de movimento, em razão de não ocasionar transferência ou fixação em outro lugar, razão pela qual alguns estudiosos preferem o termo “movimento” ou “deslocamento” (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p.122-124). Este foi o conceito mais próximo que encontrei para representar a mobilidade interna ou transfronteiriça das haitianas que, embora não seja diária, tem um período bastante curto, permanecendo no local só o tempo suficiente para comprar as mercadorias e retornar para sua província, até a próxima viagem para reposição do seu estoque, numa espécie de “vai e vem” periódico.

próprio país de origem; já 18,3% saíram de um daqueles países latino-americanos. Apenas uma delas já havia entrado no Brasil e foi passar um tempo no Chile, mas depois retornou; todas as demais entrevistadas entraram no Brasil pela primeira vez e duas visitaram o Haiti durante as férias e depois retornaram.

Muitas delas (42,4%) disseram que migrar para outro país era um desejo que alimentavam desde cedo<sup>167</sup>. O que mostra a influência das redes sociais transnacionais na vida daquelas que ficaram no Haiti: os contatos com seus parentes no exterior, as informações recebidas, as fotos nos perfis das redes sociais, o dólar que chegava de fora, o jeito diferente que se percebia nos parentes que retornavam para visitar. Essas mulheres viviam entre dois mundos, um real (bastante difícil) e outro imaginado (propagandeado pela sua rede social). E a relação dialética entre esses dois mundos foi moldando o projeto migratório dessas mulheres.

Podemos visualizar esse sonho de ser diáspora nas falas de algumas participantes. Como a Vitória: *“Sim, sonhava [risos]. Eu sou diáspora. Porque é um outro país. [...] Sempre sonhava ir lá nos Estados Unidos. Porque a pessoa achar que lá é muito bom pra trabalhar, pra dinheiro. A pessoa que for lá, paga bem”*. Para Maria, migrar: *“É meu sonho, porque meu pai viaja quando eu tenho sete anos. Meu sonho é que meu pai vai arrumar todos as papel, me dá residência, pra entrar nos Estados Unidos. Só ainda ficar difícil. Entendeu?”*. E a Ilene que, como todas as outras, sonhava com outro país, mas veio pousar no Brasil: *“Eu tinha [desejo de migrar]. Porque eu tenho família na França, Canadá e Estados Unidos também. [...] Brasil não tinha, pra vim pra cá [risos]. Eu só queria na outro país. Agora eu tô aqui”*. Isto mostra que os projetos dessas mulheres são moldados não apenas por sonhos e desejos, mas pela realidade das dinâmicas migratórias. Estas se desenrolam numa escala muito maior e mais complexa que seus interesses individuais. Estão em jogo as fronteiras sempre mutáveis da geopolítica internacional, que as obriga a se adaptarem e criarem estratégias de mobilidade. Mas também não as impedem de encontrar brechas para atravessá-las.

Ser uma mulher *“diáspora”*, para utilizar um termo de Joseph (2015a, 2017), não estava no horizonte de 24,2% delas. Estas queriam viver suas vidas e serem produtivas em seu próprio país, mas foram obrigadas a deixá-lo, pelos motivos que veremos à frente. Como a Clara: *“Não. Foi quando meu irmão falou pra mim. Eu queria viver no Haiti mesmo. Viajar e depois voltar, passear”*. E a Chelo: *“Eu estava na minha cabeça pra estudar e trabalhar no*

---

<sup>167</sup> Esta foi uma pergunta feita durante a entrevista, sendo assim, das 33 participantes, apenas 23 delas responderam, já que outras duas não desejaram ou não souberam responder. Logo, 30,3% não responderam, 24,2% não desejavam e 3% não souberam responder.

*meu país, pra ajudar meu país*”. Independente de ser um sonho ou a contragosto, realizar uma viagem para fora do seu país não era uma escolha fácil e demandava recursos materiais e imateriais.

Lembrando que a autonomia de agência demanda oportunidades objetivas (DOYAL; GOUGH, 1991), não basta querer e ter capacidade psicológica para decidir. Sem uma rede social bem articulada com uma rede migratória, além de dinheiro e documentos, provavelmente a emigração seria inviável. Além disso, muitas dessas mulheres precisavam negociar sua decisão com outras pessoas, geralmente com a mãe e, em alguns casos, com o pai também. Como a Sherley, que realizou diversas tratativas para a viagem: retirar documentos necessários na rede migratória institucional local; conseguir o dinheiro para a passagem e a moradia no Brasil com sua rede social. Tudo isso sem contar para seus pais, pois sabia que eles não permitiriam e frustrariam seu desejo de migrar. Ela pensou que se já tivesse com tudo pronto para a emigração, talvez eles cedessem. Uma vez estando com tudo em mãos, buscou negociar a autorização familiar para a viagem, apesar de ter idade suficiente para viajar sem tal permissão. Boyer (2005, p.54) vai dizer que o projeto de migração “se construit par le dialogue, [...] relève plutôt d’une négociation permanente entre ces diverses échelles [neste caso o grupo de parentesco], négociation qui se doit de prendre en compte les intérêts de chacun”<sup>168</sup>.

*Eu falei: “Mãe, eu tenho uma boa notícia pra você! Vou viajar!” [risos]. Ela falou: “Como assim?”. E ficou me olhando. [...] Eu falei: “Mãe, eu tenho 21 anos, não sou mais uma criança. Eu sei o que é bom pra fazer, eu sei o que mau pra fazer. Vai dar tudo certo!” [...] Eu mesma decidi. Eu falei “Mãe, a gente [ela e a irmã] tá querendo viajar. Eu acho que eu vou para o Brasil”. [...] Minha mãe e meu pai não tavam querendo. Eles só tinham nós duas. E a gente não tinha ninguém aqui no Brasil. Só que eu tinha minha amiga Clara. Ela tinha quatro meses aqui. Ela disse que tinha possibilidade da gente trabalhar. Eu fui lá falar pra minha mãe. Ela falou: “Não tem como você ir lá. Você é uma menina. Não tem ninguém pra te segurar lá. Não! Não vai dar certo! Ninguém vai embora daqui não!”. Eu fui falar com pai. A mesma coisa. Eu falei: “Não tem como a gente trabalhar aqui. O que a gente vai fazer? A gente vai sempre precisar de vocês. Se a gente tá precisando de dinheiro, a gente vai pedir a vocês. A gente também tá precisando ajudar vocês. (Sherley)*

Podemos perceber no relato da Sherley o quanto foi imperiosa a migração para fins de trabalho. Mas também as resistências que ela encontrou pelo fato de ser “*menina*”, de não ter “*ninguém pra [lhe] segurar [no Brasil]*”. O que revela o quanto a motivação laboral é mais

<sup>168</sup> Tradução livre: o projeto de migração “se constrói por meio do diálogo [...] é mais uma questão de negociação permanente entre essas várias escalas [neste caso o grupo de parentesco], negociação que deve levar em conta os interesses de cada um” (BOYER, 2005, p.54).

aceitável quando se trata dos homens, detentores históricos do papel simbólico de produtores, autônomos, mantenedores e desbravadores. A Nahomie também precisou convencer sua mãe da importância que a migração tinha para ela: *“Eu mesma decidi vir. Minha mãe não queria, ela chorou muito, porque eu sou filha única dela. Mas eu não gosto toda vez minha mãe que me ajuda. Deus me livre! Eu queria trabalhar pra ajudar a minha vida mesmo. Entendeu?”*.

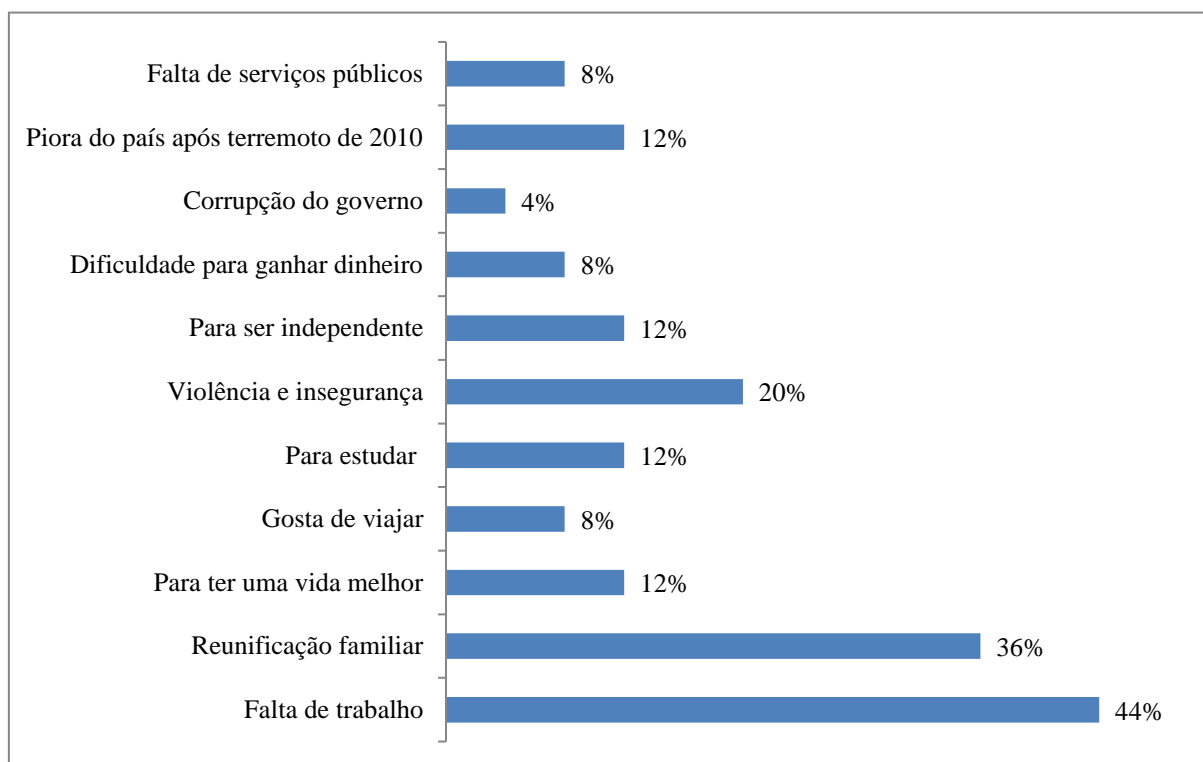
Migrar foi uma decisão própria de 72,7% dessas mulheres. Mas, o fato delas terem exercido a autonomia de agência sobre viajar para outro país não significa que este seja um projeto exclusivamente individual. Muitas outras pessoas do seu círculo íntimo participaram desse processo decisório, revelando que migrar é um projeto híbrido, que envolve a agência dessas mulheres, mas com o aval e/ou a participação de toda a família, não apenas aqueles que estão perto, mas também longe. Ao perguntar para elas quem tomou a decisão de migrar, a maioria indicou ao menos mais uma pessoa além delas próprias, como: cônjuge ou namorado (27,3%); os pais (18,2%), especialmente a mãe (15,2%); o filho (6,1%); e o irmão (6,1%). Poucas se excluíram da resposta, atribuindo apenas ao marido ou namorado, ao filho e à mãe o poder de decisão.

Quanto às motivações para sair do Haiti, as participantes apontaram uma combinação de fatores, seguindo na linha analítica de que não existe uma causa única para justificar a mobilidade haitiana (JOSEPH, 2015a; AUDEBERT, 2017), inclusive feminina. A conjuntura do país, abordada anteriormente, lança luz sobre diversas falas das minhas interlocutoras. O contexto socioeconômico e político, agravado pelas consequências dos desastres ambientais, sobretudo no que tange à falta de trabalho, a violência e a escassez de serviços públicos – como no campo da educação –, foram importantes gatilhos da decisão de migrar. Grando e Armada (2017, p.87) afirmam que o terremoto pode ter tido influência no movimento migratório haitiano após 2010, mas, assim como Joseph (2015a, 2017), também reconhecem que diversos elementos influíram: “busca por trabalho, fuga da miséria, [...] perseguições políticas e os efeitos da fragilidade em relação a desastres naturais”<sup>169</sup>.

Na pesquisa, abordei a questão da motivação sob duas perspectivas: da emigração do Haiti e para imigração ao Brasil. Os motivos que mais pesaram na decisão de emigrar do Haiti foram diversos, conforme gráfico abaixo:

<sup>169</sup> Conforme Grando e Armada (2017, p.89), “[...] o cenário de crise motivou muitos haitianos a se deslocarem para outros países e, segundo o Instituto de Política Migratória dos Estados Unidos (2013) (nota 11), estima-se que os haitianos localizados em outros países somem 664.000 nos EUA; 74.000 no Canadá, 1.000 em Cuba, 1.000 no México. 40.000 nas Bahamas, 2.000 nas Bermudas, 259.000 na vizinha República Dominicana, 2.000 na Venezuela. 77.000 na França, 2.000 na Suíça e 1.000 na Itália. O Brasil recebeu um número de 44.000 [...]. Estes dados indicam que o total de haitianos fora de seu país em 2013 era de 1.167.000 milhões de pessoas, ou seja, quase 11% da população”.

**Gráfico 7** - Haitianas participantes da pesquisa, entrevistadas, segundo motivações para emigração do Haiti



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes as 25 entrevistas.

O gráfico acima foi produzido a partir de categorias-chave extraídas dos relatos das participantes entrevistadas. Nele podemos perceber que as motivações para elas terem saído do Haiti foram, em primeiro lugar, de caráter econômico e por falta de autonomia (76%). Neste leque de fatores se sobressai a dificuldade de conseguirem trabalho (44%) no seu país e, conseqüentemente, de terem renda ou aumentarem seus rendimentos (8%). Aqui também agreguei o desejo de ser independente (12%) e de estudar (12%), porque todas as mulheres que se referiram a falta de autonomia no seu país, também responderam que estavam emigrando para estudar, trabalhar e ganhar seu dinheiro. Ou seja, para elas essas variáveis estavam inter-relacionadas.

Algumas avaliaram que se no Haiti tivessem oportunidades de trabalho, não valeria a pena deixar o país. Como expressaram a Nahomie e a Anastasia:

*Porque eu terminou os estudos, o emprego é pouquinho. Se tivesse eu não vinha aqui não. Mas não tem muito [...]. Se meu país tivesse serviço grande, é melhor ficar. Só visitar outro país e depois voltar pro meu lugar. Entendeu? [...].*  
(Nahomie)

*Aqui pede mais papel. No Haiti, se você trabalha num lugar e eu falar que tô precisando de trabalho, você pode conversar com as pessoas [...]. É mais fácil. E*

*aqui você não conhece ninguém. Tem que procurar mesmo. Só que no Haiti tem amigo, tem família. Se tem trabalho, vai ficar mais fácil no Haiti. Não vai valer a pena vir aqui. (Anastasia)*

Esse “*não valer a pena vir aqui*” (Anastasia) está muito relacionado com as dificuldades de se conseguir um trabalho num país estrangeiro, onde nem sempre se tem uma ampla rede social que dê apoio e as exigências documentais são maiores. Mas também por causa do salário no Brasil, que é muito baixo para as imigrantes conseguirem realizar seus objetivos, além dos tipos de trabalhos geralmente disponíveis para mulheres imigrantes, como veremos no capítulo 5, e a dificuldade com o idioma.

A pesquisa etnográfica de Mamed (2018, p.85) também segue nessa direção, mostrando que a imigração haitiana para o Brasil foi pela “necessidade imperiosa de trabalhar para enviar remessas para a sobrevivência dos familiares que permaneceram na terra natal e, em alguns casos, quitar o endividamento contraído para sua viagem”. A pesquisa de Ribeiro (2015) também identificou como principal motivo da emigração haitiana a busca pelo trabalho. O que foi constatado ainda pelo “Diagnóstico regional sobre migración haitiana”, que pesquisou esse fluxo no Brasil, Chile e Argentina (IPPDH; OIM, 2017).

Algumas jovens migraram com o objetivo de estudar na Argentina, especialmente pela facilidade de acessar as universidades públicas naquele país. Mas a realidade se mostrou diferente, com diversos empecilhos, como o desafio linguístico e a burocracia institucional, além do racismo e xenofobia. Como narra a Maria:

*Praticamente a majoridade de haitiano que vai lá na Argentina é pra estudar. Só quando você chegar, você tá na realidade, você vai ver se é estudar que é mais importante ou mais fácil, ou se é trabalho. Entendeu? Tem que chegar lá pra vê. [...] se você não tem uma pessoa que vai mandar dinheiro, vai ficar muito difícil pra você. Tem que deixar de estudar pra trabalho. Porque não vai dar pra trabalhar e estudar. E trabalhar é difícil também. É muito difícil pra você chegar num restaurante, você encontrar um garçom negra. É difícil pra você chegar num caixa, você encontrar uma pessoa preta. Em todo local tem racista. (Maria)*

A segunda maior motivação para a emigração abrange um conjunto de fatores que representa as condições de vida mais gerais no Haiti (com 56% ao todo). Problemas como a piora nas condições de vida após o terremoto (12%), como enfatizou a Mia: “*Depois de 2010 é difícil pra viver. Perdeu muitas coisas. Tem que procurar pra viver melhor*”. Um misto de condições sociais, como a violência/insegurança (20%) e falta de serviços públicos (12%), geraram nessas mulheres a urgência por buscarem uma vida melhor (12%). Segundo a Ilene: “*no Haiti pra gente estuda é muito difícil. E hospital também é quase muito difícil. Porque lá*

*tem que pagar tudo. E é muito caro*”. A Lia explica que haitianas buscam outro país “*porque o Haiti é muito difícil pra viver, [...]. Tem muitos problemas! E agora, faz dois anos, tem muita violência. Você não pode estudar, não pode trabalhar. No Haiti é pior*”.

Na opinião da interlocutora Clara, o aumento dessa violência no Haiti foi uma consequência social do desastre natural ocorrido em 2010: “*Depois [do terremoto] lá tinham muitas pessoas que eram vagabundas. Você sai e não sabe se vai voltar. Alguém pode te matar. É horrível! Estupram. São haitianos. Porque eles não tem nada pra fazer, não tem trabalho*”. Para ela, a falta de trabalho, ampliada pelo desastre natural, levou a essa “vagabundagem” que, por conseguinte, estava disseminando a violência no país. A Vitória avalia que essa insegurança é potencializada pela falta de energia elétrica em determinados horários<sup>170</sup>, o que limitava as já poucas possibilidades de trabalho para a população haitiana: “*[No Brasil as] Pessoas trabalhar até madrugada. Porque no Haiti é diferente da pessoa trabalhar até de madrugada. Porque as pessoas na rua pode fazer mal. No Brasil tem também. Mas no Haiti é mais perigoso, porque não tem energia*”. Se por um lado, para a Clara, a violência era gerada pela falta de trabalho; na percepção da Vitória, a violência, por sua vez, impedia as pessoas de trabalharem em determinados horários, retroalimentando esse ciclo de caos social.

A terceira motivação para sair do Haiti está relacionada à reunificação familiar com o esposo ou companheiro, namorado ou filho (para 36% delas). O que não significa que tenha sido uma razão exclusiva. Pois muitas complementaram que, concomitantemente, também desejavam melhorar de vida, como a Chelo: “*Só [por causa do] meu marido. E depois por achar que quando chegar aqui a vida vai melhorar*”. E a Venise: “*Pra trabalhar e porque minha irmã já estava aqui*”.

Apesar desse caleidoscópio de problemas sociais, econômicos e ambientais, para Chelo a culpa de tudo isso é do presidente<sup>171</sup> “[...] *Porque ele não tá ajudando os jovens de lá não*”. O que foi aprofundado pela Maria, para quem todos esses problemas que levam as haitianas a saírem do seu país são de natureza política e afetam diretamente a população mais jovem, que é maioria no Haiti. Em sua opinião, permanecer no país de origem é uma forma de conivência com a corrupção do Governo, que se aproveita da miséria da população e do caos

<sup>170</sup> A pesquisa *EMMUS-VI 2016-2017* apontou em seus resultados que apenas “41% das famílias possuem eletricidade em nível nacional. A diferença entre os locais de residência é significativa: 17% nas áreas rurais contra 76% nas áreas urbanas.” (HAITI, 2018).

<sup>171</sup> Elas estão se referindo ao presidente Jovenel Moïse, assassinado em 07 de julho de 2021, após a fase de coleta de dados desta pesquisa.

social do país para conseguir recursos internacionais, mas não repassa esse investimento para o povo haitiano:

*[...] no momento é bom mesmo de deixar o Haiti. Porque os políticos é muito ruim, não quer fazer nada. Se você fica, é você que vai perder. É você que vai sofrer demais. Vai morrer sem fazer nada. [...] Sempre que eu falei com meus amigos haitianos: a gente precisa mesmo de deixar ele [Haiti]. Se você não deixar, os políticos vão continuar roubando na sua cabeça mesmo, por causa que você fica. Ainda se ele roubou, tô no Haiti não. Às vezes, pede dinheiro [às organizações internacionais] por cabeça de pessoa que vive no Haiti, essa pessoa nunca receber dinheiro. É pra eles mesmos. (Maria)*

Considerando que a emigração haitiana é constituída majoritariamente de pessoas jovens, a Maria resumiu bem a principal causa da saída dessas mulheres do Haiti: “*Porque não tem futuro pra jovem!*”. Ao estudar o tema da mobilidade haitiana, Joseph (2015a) deixa claro que para além desses fatores de ordem social, econômica, política e ambiental, a diáspora é uma categoria organizadora do universo haitiano, que assume um papel essencial na realidade desse país. A emigração é uma alternativa que vem sendo historicamente recorrida por este povo. E prova desse movimento transnacional é que a grande maioria das participantes da pesquisa (72,7%) relatou ter parentes morando no exterior. Os destinos migratórios onde estão seus familiares seguem a tendência clássica no sentido Sul-Norte global: os Estados Unidos foram citados por 63,6% delas; Canadá, por 30,3%; e França, por 21,2%. Mas também há outras localidades que indicam o sentido Sul-Sul, como no Chile, que foi citado por 24,2%; República Dominicana, com 15,2%; e Guiana Francesa, com 3%.

De acordo com Audebert (2017, p.63), o interesse migratório de caribenhos, em especial haitianos, pela América do Norte e Europa, principalmente EUA, Canadá e França, remonta à época da intervenção norte-americana na região caribenha, e foi se consolidando no decorrer do tempo. Dados de 2011-2014 indicam que a imigração haitiana para essas regiões supera em números, com cerca de 600 mil nos EUA, 86 mil no Canadá e 40 mil na região metropolitana da França. Esses lugares também são os redutos históricos de solicitações de refúgio e asilo de haitianos e haitianas. O início do século XXI é o marco em que a América Latina comporá de forma mais expressiva esse grupo geográfico tradicional no “*Haitian geopolitical chessboard*”<sup>172</sup>.

A maioria das haitianas residentes no Distrito Federal desejava seguir os passos de seus parentes e conterrâneos, e buscar uma vida melhor num país estrangeiro, especialmente onde já estão instaladas as suas redes sociais, nos grandes países do Norte global. Segundo

<sup>172</sup> Tradução livre: “tabuleiro de xadrez geopolítico haitiano” (AUDEBERT, 2017, p.63).



suas fontes e o seu próprio imaginário, esses lugares oferecem melhores condições de trabalho e renda. O Brasil não fazia parte desse plano – é um país recente na geografia da mobilidade haitiana, como bem sinalizou Audebert (2017) e os dados estatísticos nacionais confirmam. Muitas relataram não saber nada além de ser o país do futebol. Sequer citaram a presença brasileira no Haiti durante a MINUSTAH, sem serem instigadas sobre o assunto:

*Sim, é comum [haitianos migrarem]. Mas eles procuravam mais outros países, tipo Europa, na França, Estados Unidos, Guadalupe. O Brasil é recente. Ouvindo falar da questão da migração, começou a chegar muita gente. Antes, a gente ouvia falar do Brasil, mas pra imigrar nunca a gente falava: Ah, eu vou no Brasil. [A MINUSTAH ajudou a dar visibilidade para o Brasil?] Também. [...] A situação depois do terremoto se piorou. Aí tem gente que acha que a melhor coisa é viajar para encontrar uma vida melhor. (Liline)*

*Sim [sonhava em migrar]. Não praqui. Eu não conheço. Se você não conhece nada, não tem amiga, não tem família. No Canadá eu tenho. Nos Estados Unidos eu tenho. [...] Eu não conheço aqui. Só na televisão, quando eu olhar futebol. Brasil e Equador eu não conhecia. Do Canadá eu ouvi falar muito. Dos Estados Unidos eu ouvi falar muito. Que é melhor pra trabalho, dinheiro. [...] todos os haitianos que vive no Equador e aqui é depois de 2010, tem muito haitiano que veio pra cá. Agora é melhor. Muita gente gosta de vir pra cá. (Lia)*

Independente das razões que estavam levando essas mulheres a irem para longe do seu país e dos seus afetos, ou mesmo se essa partida era a concretização de um sonho, ainda que imperfeito, por se tratar do Brasil e não de um grande país de verdade (do Norte global), ainda assim a emigração foi e é também sinônimo de tristeza. Todas as falas expressavam de alguma forma esse sentimento de vazio que ficou:

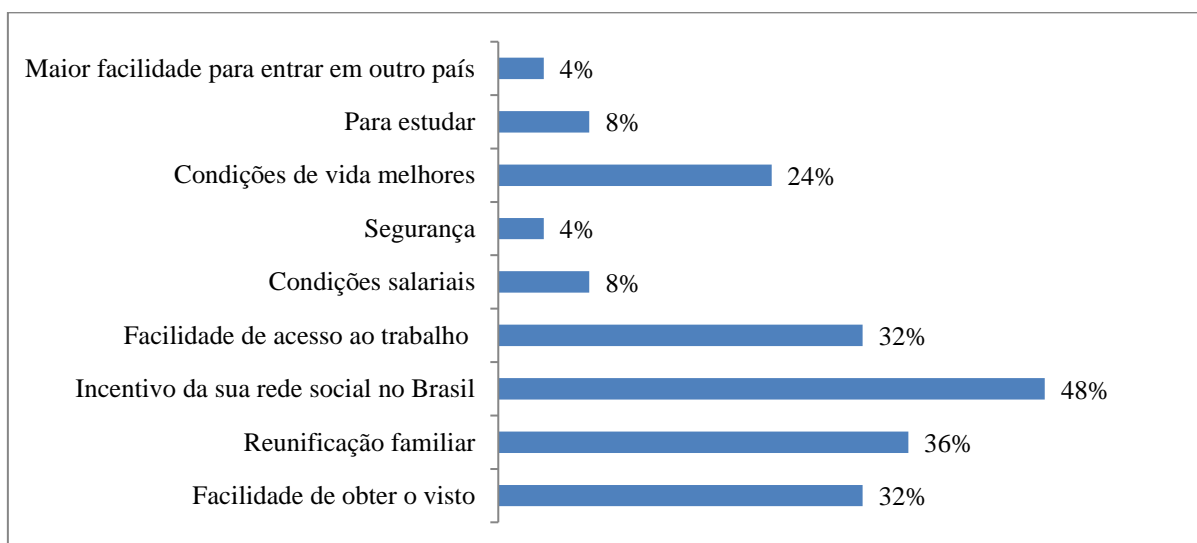
*Fiquei muito triste e estressada porque era a primeira vez que ia deixar o Haiti. E no momento que saí deixei minha mãe doente, e no momento que a mãe mais precisa teve que sair. (Adeline)*

*Não acho difícil a viagem. Difícil foi ficar longe do meu filho. (Dashmy)*

*Senti triste, muito triste, de deixar minha família. (Bianca)*

*Quando saí do Haiti, saí sozinha. [...] fiquei triste porque não tinha ninguém pra conversar no avião e deixei a família pra trás. (Ismaelle)*

O outro aspecto da motivação que foi abordado neste estudo estava relacionado à escolha do Brasil. Afinal, o que fez estas mulheres virem para um destino que elas só sabiam ser o país do futebol? O que não tinha nenhuma relação direta com seus interesses. Nesse sentido, também foram citadas múltiplas razões. E, geralmente, concomitantes. Vejamos no gráfico abaixo, quais as motivações citadas pelas haitianas entrevistadas para terem escolhido o Brasil como destino migratório:

**Gráfico 8** - Haitianas participantes da pesquisa, entrevistadas, segundo motivações para imigração ao Brasil

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes as 25 entrevistas.

A primeira motivação mais citada (84%) está relacionada à rede social das haitianas. 48% delas responderam que se sentiram incentivadas pela presença de parentes e amigas que já estavam no Brasil. E, mais especificamente, 36% para encontrar seus parentes (reunificação familiar com o esposo/companheiro, namorado ou filhos). Como a Bianca: *“Meu companheiro veio primeiro”*. E a Anastasia: *“Meu filho mais velho veio pro Brasil e depois trouxe eu e os dois irmãos. Foi decisão do meu filho. Nós quatro vivia junto e ele trouxe nós três praqui, pra viver todo mundo junto”*. Quase a metade das que vieram para se reunir à família também informou outras motivações para a sua vinda, como para trabalhar, estudar, pela segurança e para ter uma vida melhor. Isto está bem claro no relato da Bianca: *“Eu vim pra cá pra estudar e trabalhar também. Meu marido tava aqui, eu tinha que vim também. Não posso ficar lá no Haiti sem ele”*. Ou seja, essas mulheres viam a necessidade de conviver com seus cônjuges ou filhos, mas este não era um fim em si mesmo. Elas têm outras dimensões de suas vidas que pretendem expandir, como a educação e a vida produtiva.

A segunda motivação, com 64%, está relacionada às melhores condições de vida no Brasil, seja em relação ao mercado de trabalho ou numa concepção mais ampla, envolvendo também a infraestrutura do país. Dessas, 40% das mulheres teriam sido informadas ou achavam que no Brasil seria mais fácil conseguir um trabalho em sua área de formação profissional ou em outro ramo e/ou teriam melhores salários. Como aconteceu com a Nahomie, que se sentiu enganada pela amiga: *“[...] faltava um ano pra terminar [Superior de Enfermagem]. Mas eu tenho o diploma em casa, de Auxiliar de Enfermagem. Essa [...] amiga*

que vinha pra cá mentiu comigo: *‘Deixa, você vai conseguir serviço no Brasil, no hospital’. Mentira!’*. A Mia também percebeu que caiu numa propaganda enganosa: *“Quando eu cheguei aqui, eu tinha uma amiga de minha mãe. Depois de dois meses ela viaja pra outro país. Aí eu ficar sozinha. Ela falou que no Brasil é melhor pra viver, você pode ganhar mais dinheiro. Ela falou de possibilidade no Brasil”*. E 24% citaram, genericamente, que achavam que no Brasil teriam uma vida melhor: *“Quando eu tava lá [no Equador], tinha amigas que falou: “Vai pro Brasil, é melhor pra viver”* (Lia).

O terceiro maior motivo, com 36% de citações, se refere à questão migratória em si, relacionada à maior facilidade para conseguir o visto brasileiro (32%) ou porque seria mais fácil ingressar no país desejado a partir do Brasil (4%). Foi o que revelou a Misoula, que já tinha um irmão no Brasil: *“[...] depois do terremoto, Brasil abriu a porta pros haitianos [...]. Eu [queria] ir pros Estados Unidos. Como não deu, eu veio pra cá”*. A Clara também ficou sabendo desta facilidade:

*[...] era mais fácil vir pra cá [Brasil]. Porque o governante daqui decidiu que a gente pode vir pra cá. Só vai lá pagar o visto e fazer a entrevista. Mas pra ir pros Estados Unidos é mais difícil. É a mesma coisa: só pagar o visto, você vai lá e passa a entrevista. Mesmo assim eles podem não aceitar. Pra ir pro Brasil você já sabe, eu vou lá, eu vou receber. É assim: é só pagar e vir pra cá.* (Clara)

A Sherley também citou essa facilidade: *“[...] No momento, foi o Brasil que tava mais fácil. Mais caro, mas mais fácil pra o estrangeiro de chagar lá [...]”*. Foi o que também motivou a Vitória, que pretendia passar um curto tempo no Brasil e depois tentar o visto norte-americano: *“Porque eu pensei que Brasil é mais fácil pra viajar que os Estados Unidos. Pra entrar. [...] Eu pensei passar dois anos. Já tem três, vai pra quatro anos”*. E também a Fabíola, para quem o Brasil é uma ponte até o Chile: *“[...] O meu namorado vive no Chile. Só que ainda fica difícil sair do Haiti e ir pro Chile. O meu namorado me fez vir pro Brasil pra depois entrar no Chile”*.

Das participantes do estudo, 30% vieram para o Brasil tendo em mente de forma muito clara que este seria um destino provisório, até que suas articulações de rede, documentações e recursos materiais pudessem viabilizar a migração para seu destino de interesse. 15% delas não tinham certeza no momento da pesquisa se sairiam do Brasil para outro país, quer porque gostavam do Brasil, quer porque já estavam com a família se formando aqui, inclusive com filhos brasileiros natos. E 55% informaram que o Brasil era o destino escolhido inicialmente no seu projeto migratório. O que não significa que este era o destino sonhado e, muito menos

que não pretendam viajar para outro país. Pois, como sinaliza Joseph (2015a, p.93), uma das características da mobilidade haitiana é a sua capacidade de “*saber-circular*”. A noção de Alain Tarrius, de “territórios circulatorios”, segundo Joseph, ganha sentido nas práticas desse movimento migratório, e as mulheres haitianas não são uma exceção. Os estudos de Joseph sugerem que,

[...] na sua rota não há um polo de saída e outro de chegada. Em vez disso, há uma proliferação de polos constituindo os espaços de mobilidade. Assim, são diversos os circuitos da mobilidade, constituídos a partir de diversas lógicas pensadas e criadas, revelando um *saber-circular* (JOSEPH, 2015a, p.88).

Este estudo indica que as mulheres haitianas também vivenciam essa mesma lógica migratória, que Audebert (2017) vai caracterizar como uma dinâmica reversível e sujeita a novas orientações geográficas a depender das circunstâncias econômicas do país de residência. Prova disto é que boa parte das minhas interlocutoras afirmou ter a intenção de deixar o Brasil, tão logo seja possível. Como afirmou a Lia, motivada pela falta de trabalho: “*Agora eu quero sair, porque tá ruim de trabalho*”. A Vitória se mostrou desanimada com o baixo salário: “*Sim [quer viajar para outro país], porque é muito diferente. Tá ruim. Porque trabalhar com salário-mínimo não dá. Tem que cuidar filho, faz tudo. Tem que mandar dinheiro pra família lá no Haiti*”. Mesmo aquelas que no momento não estão planejando uma nova partida, deixaram essa possibilidade em suspenso: “*Depende do futuro*” (Claudia) e “*Depende, se tudo ficar certo aqui*” (Adeline). A Ismaelle fechou a questão dizendo: “*Não quero ficar aqui, se achar um país melhor*”.

Obviamente existem outros fatores que acabam ligando essas mulheres ao território de residência, como os vínculos que começam a ser criados no Brasil a partir da segunda geração que já começa a nascer no país. É o caso da Jozeline: “*[...] eu tenho dois filhos que nasceu no Brasil. Só vai olhar, visitar [outro país], e volta pra cá. E vai no meu país também, passar um mês, e voltar pra cá. Só vai lá olhar minha família. E depois vem pra cá*”. E da Bianca: “*No momento eu vou ficar aqui. Eu tenho nenê aqui. Ele é brasileiro. Não posso deixar aqui de qualquer jeito*”. Além disso, há aquelas que criaram um vínculo afetivo com o Brasil, e que não pretendem conhecer outros países, como no caso da Misoula: “*Se eu não morar mais aqui, eu vou pro Haiti. Eu não vou morar outro país não*”.

Aquele desejo original de migrar para os destinos clássicos – Estados Unidos, Canadá e França (e, em menor número, Chile) –, onde seus parentes conseguiram chegar, continua na mente da maioria delas. Como expresso pela Sherley: “*Se tiver oportunidade vou pros*

*Estados Unidos. Antigamente a gente não tinha ideia do Brasil, a gente não sabia que tinha o português. A gente só tava pensando nos Estados Unidos. Porque mais gente de nossa família mora lá. Tipo meu vô, minha vô, tudo mora lá”. A Claudia revela o sonho americano do imaginário social haitiano: “[...] Se não der certo, quero ir pros Estados Unidos. É sonho de nós. [risos]. Meu pai já está lá. Não fui direto porque é difícil conseguir visa”. E a Liline, que tem o desejo de concluir sua pós-graduação no Canadá, “porque pra nós que fala francês e as oportunidades que tem lá facilita muito, do que aqui no Brasil”.*

Interessante que alguns homens haitianos que estavam presentes durante as entrevistas, ao escutarem a resposta das participantes, principalmente daquelas que ainda tinham dúvidas sobre sair do Brasil, retrucaram:

*[...] Vou ficar no Brasil a minha vida toda não. Meu plano é ter passaporte brasileiro primeiro. Depois morar uns 5 a 7 anos lá na Europa, ganhar mais dinheiro, e depois voltar aqui no Brasil pra fazer meu negócio próprio. Mas se quiser fazer um negócio próprio aqui no Brasil, vai demorar até 50 anos. Porque o salário tá muito baixo, muito difícil. Esse aí é meu plano. (Companheiro da Bianca)*

Já o marido da Chelo, que estava presente na entrevista da Ismaelle, não entendia o motivo de eu fazer uma pergunta tão óbvia. Pois para ele qualquer haitiano ou haitiana iria responder a mesma coisa sobre o desejo de sair do Brasil para ir para um país mais desenvolvido. Em suas palavras:

*Essa questão aqui todos nós vai responder do mesmo jeito. Porque a gente lá, nos anos 80 , 90, saía de lá pra França, Canadá, Estados Unidos. Porque a vida é mais ou menos que aqui. Aí a resposta vai ser essa aí mesmo: sair daqui pra ir pra um país desses. Entendeu? Me jogue lá mesmo sem família por lá [Estados Unidos, Canadá]. Lá o que tu vai resolver em uma semana com renda, aqui tu vai demorar dois anos. (Marido da Chelo)*

Essa fixação com determinado destino migratório merece ser vista com cuidado, já que essa é uma escolha condicionada por muitos fatores, e pode ser redirecionada a depender do cenário e circunstâncias em jogo. Mais uma vez trata-se da noção do *saber-circular* própria da mobilidade haitiana (JOSEPH, 2015a). Exemplo disso é que quatro interlocutoras da pesquisa vieram de outros países da América Latina (Chile, Argentina e Equador), porque lá a vida não era como elas esperavam, e o Brasil se mostrou (ou foi mostrado) como uma janela de oportunidades. E as que vieram ao Brasil como “destino final”, como a Adeline,

deixaram claro que a permanência *“Depende, se tudo ficar certo aqui. [...] Eu não sei como vai ser no futuro, como vai vim as coisas. Mas agora eu quero ficar no Brasil mesmo”*.

Em resumo, podemos perceber pelas trajetórias e relatos das participantes que vários fatores interligados fizeram com que elas decidissem sair do Haiti e escolhessem o Brasil como lugar de destino, provisório ou não. A maioria dessas mulheres vivia limitada pela baixíssima oferta de trabalho no seu país. O Brasil, à época, se apresentava (ou era apresentado) como um país que integrava o polo de países capitalistas a oferecer oportunidades de trabalho e melhores salários, além de uma infraestrutura melhor em educação e saúde. Ele não era o país ideal, mas tinha lá suas vantagens.

O projeto migratório individual de cada uma dessas mulheres é também um projeto familiar – de reencontro com os que partiram antes, mas também de compromisso com aqueles e aquelas que ficaram. Mesmo as jovens solteiras, que saíram ao encontro da mulher que elas desejavam ser, não se desvinculam de sua família quando chegam ao país de imigração. Elas mantêm seus laços e se sentem obrigadas a cuidarem dos parentes que ficaram no Haiti. E aquelas que saíram em função de um projeto de família, umbilicalmente vinculado ao marido ou companheiro, ou ainda ao filho, não deixam de tecer um projeto pessoal, ainda que nas margens desse projeto principal. Pois, na dinâmica desse movimento migratório, o individual e o coletivo se misturam, é um campo híbrido.

As redes sociais dessas mulheres foram cruciais para realização de seus projetos migratórios, cuja maioria refletia uma autonomia de agência, potencializada pelos recursos disponibilizados por suas redes sociais. Ainda assim, a trajetória até aqui não foi fácil. Exigiu sacrifícios, passaram por muitos contratempos e provaram do sentimento de frustração em muitos sentidos. O drama vivenciado pela Sherley demonstra um pouco do que muitas vivenciaram na trajetória que, para algumas, foi solitária e pioneira. Essa interlocutora é uma verdadeira contadora de histórias, seu relato é grande, mas vale a pena conhecer um pouco de sua saga por 36 horas dentro de um aeroporto internacional:

*[...] Foi difícil! [...] A gente subiu no avião. Eles falam que a gente tem que descer pra resolver um problema. A gente desceu e ficamos na mesma porta. Mas eles falam que o voo vai ser na outra porta. Mas eu não entendo. Porque falou em inglês. Eles não falam francês. Eles não falam o mesmo inglês que a gente fala lá. A gente perdeu [o voo] lá no Panamá. [...] Eu passei dois a três dias no aeroporto do Panamá. Eu conheci dois meninos que também perdeu. A gente só ficava caminhando e perguntando: “Você fala francês?”. Ahamos um moço. Ele falou que não e me perguntou se eu falava inglês. Eu respondi que sim, mas que meu inglês não tá tão bom. Ele falou: “Então pode falar o que você quer, que eu vou tentar te ajudar”. Eu falei: “Eu tava sentada lá. [...] Eu não entendi o que vocês tavam falando.”. Ele falou: “Oh, meu Deus! É grave!”. Ele falou que ia me ajudar a sair e nem apareceu mais [risos]. A gente ficou sentado e no outro dia de manhã*

*chegou o policial. Ele falou que hoje é o último dia pra resolver esse negócio, porque você não pode passar 48 horas no aeroporto, senão você tem que voltar. Eu tava com dois meninos. Tinha um que começou a chorar. Eu falei: “Se você tá chorando, imagine eu que é mulher. Não chora não! Vai dar tudo certo!” [...]. Eu tentei ficar forte. Mas teve uma hora que eu tava quase chorando. Eu fui lá no banheiro. Fiquei chorando lá no banheiro pra ele não me ver. No outro dia tem um outro moço. Eu comecei a ficar brava com eles. Eu falei: “Moço, eu estou com fome! Vocês tem que me dar comida, porque foi vocês que fez o errado, não é a gente. Porque num aeroporto, você tem que falar todas as línguas. Eu nem falo crioulo, porque não é todo mundo que fala. Mas francês, deveria ter uma pessoa que fala francês”. Ele me passar um cartãozinho e disse que a gente podia comer no lugar que a gente quisesse. A gente conheceu todos os lugares do aeroporto. A gente só pedia ajuda, pedia ajuda. Aí teve um moço que falou: “Foi vocês que perderam o avião? Eu consegui ajudar vocês. Vocês iam pra onde?”. Eu falei: “Brasília”. Ele falou: “Não vai dar certo não. Porque eu tenho passagem pra três pessoas, mas vai ser em Manaus.”. Os outros meninos ficaram falando: “Manaus, Manaus?! Eu não tenho ninguém em Manaus!”. Eu fiquei pensando e falei: “Eu conheço uma pessoa em Manaus”. [...] Eu falei: “Então tá. Vai dar certo! [...] Chegar lá no Brasil, vou viver”. Pra ficar no Panamá, pra voltar lá [no Haiti], não! Se eu chegar em Brasília, se eu achar um haitiano, vou viver mesmo! [...] Eu fiquei três dias em Panamá e vinte e dois dias em Manaus. [...] E eles [a família haitiana de Manaus] nem quis que eu vim aqui em Brasília. Queria que eu ficasse com eles. Eu tive que comprar passagem pra Brasília de novo [...]. (Sherley)*

A frase da Sherley “*Chegar lá no Brasil, vou viver. Pra ficar no Panamá, pra voltar lá [no Haiti], não! Se eu chegar em Brasília, se eu achar um haitiano, vou viver mesmo!*” me mostra a confiança que ela tinha em suas redes sociais quando chegasse ao Brasil e, principalmente, em Brasília, onde encontraria “*um haitiano*”. Essa figura simbólica é, na realidade, mais que um indivíduo, representa uma comunidade de “irmãos” e “irmãs” que partilham do mesmo sonho, costumes, numa terra estranha, entre estranhos. Retroceder, naquele momento, depois de tantas lutas e desafios, seria inaceitável na perspectiva da Sherley. Pois todo um novo mundo estava para se descortinar diante dela. É sobre a vida nesse novo mundo que passarei a discorrer.

**PARTE II: EIXO “VIDA NO BRASIL”**

*“[Dificuldades:] Trabalho! Pagar aluguel também. Não falar o português. [...] Deixar o Haiti ajuda. Mas chegando aqui, o difícil é trabalho. Se uma pessoa chega e não encontra trabalho pra pagar aluguel, comprar comida, a vida fica difícil, do mesmo jeito do Haiti. Às vezes, mais difícil, porque tem pessoas que não pagavam aluguel no Haiti. Lá eu tinha casa própria. E a diferença no Haiti é nós fazemos aluguel para um ano, e aqui é cada mês.”*

(Madoche)



### CAPÍTULO 3 – VIDA NO BRASIL: ENTRE O IMAGINADO E O VIVIDO

Como vimos no capítulo anterior, a realização de um projeto migratório pressupõe mais que a consciência sobre a situação ao seu redor e a vontade de mudar de vida. É preciso dois movimentos interdependentes: um “saber-fazer” com um “poder-fazer” (MA MUNG, 2009). Apesar da maioria das mulheres haitianas vivenciarem as dificuldades do contexto social e econômico do Haiti, não são todas que tomam a iniciativa de migrar. Essa decisão precisa ser potencializada por outros recursos que não dependem apenas delas. O perfil mais comum da imigrante que chegou ao Distrito Federal é o da haitiana considerada de “classe média” para os padrões do seu país. Ou seja, as que tinham acesso, por meio da família, a recursos materiais, principalmente provenientes do comércio local e transfronteiriço das mães ou delas próprias, como *madanm sara* (mulheres comerciantes), e das remessas que seus parentes enviavam do exterior.

Outro aspecto do perfil das haitianas que migraram é o de mulheres mais escolarizadas, especialmente aquelas que saíram das suas províncias, nas áreas rurais, para estudar na capital, também apoiadas por suas famílias e financiadas com recursos provenientes do exterior. Além disso, elas possuíam contatos com redes sociais e migratórias capazes de lhes dar suporte nessa empreitada. Migrar foi uma decisão intencional para a maioria das mulheres desta pesquisa, que contou com certa capacidade de agência e o apoio de parentes e amigas, de perto e de longe, ainda que de forma negociada. As informações recebidas sobre o Brasil, embora limitadas, transformou esse destino numa escala alternativa e, para algumas, provisória, até que consigam materializar o seu projeto migratório de médio ou longo prazo – chegar aos Estados Unidos, Canadá ou França, principalmente.

O Brasil criado por essas mulheres, como o seu novo “mundo imaginado” (BOYER, 2005; MA MUNG, 2009), era o de um país que lhes ofereceria melhores condições de vida, maior acesso ao trabalho (inclusive em suas áreas de formação) e a uma renda mais digna que lhes permitisse também enviar ajuda para suas famílias no Haiti. Esse imaginário foi construído, segundo alguns estudos, pela atuação do Brasil no campo internacional e pela propaganda de um país aberto, acolhedor e com oportunidades para estrangeiros (REIS, 2011; JOSEPH, 2017; MAMED, 2018). Contudo, a principal e mais segura fonte de informações para essas mulheres foram as suas redes sociais, formadas por parentes e amigas que já estavam aqui, conforme evidências desta pesquisa. A única imagem mais precisa que elas

tinham sobre o Brasil era a do país do futebol. Mais até que a do país dos capacetes azuis que permaneceram tantos anos no Haiti em missão de paz.

A partir dos resultados do questionário virtual e dos relatos das 25 haitianas entrevistadas, mostrarei quais as percepções reais e imaginárias dessas mulheres sobre o Brasil, e como a realidade foi se descortinando na chegada e no cotidiano. Falarei ainda sobre o “saber-circular”, já sinalizado por Joseph (2015a), dessas mulheres dentro do Brasil e do próprio Distrito Federal. E como elas vivenciam o pertencimento e o apoio mútuo a partir de suas famílias e redes neste país, apontando as principais dificuldades que elas encontraram aqui, somadas ao sentimento de frustração por não poderem ajudar suas famílias no Haiti como o esperado. E, por fim, um parêntese que será discutido no quarto capítulo: a vida dessas mulheres imigrantes durante a pandemia de Covid-19, iniciada no Brasil a partir de março de 2020, que representou uma crise sanitária com repercussões para as crises econômica e política que já estavam em curso no país, e de como isso tem afetado suas experiências migratórias.

### 3.1. PERCEPÇÕES SOBRE O BRASIL: REAIS E IMAGINÁRIAS

Já sabemos que o Brasil não era um país clássico nos circuitos da mobilidade haitiana. Foi a partir de 2010, após o terremoto, que ele se tornou um destino alternativo, por motivos já apresentados aqui. Mas, poderia dizer que as principais razões para as participantes deste estudo virem ao Brasil foram pela maior facilidade de conseguir o visto brasileiro e pela presença de uma rede social já instalada no país. O Brasil não era de todo desconhecido e o que elas sabiam sobre ele talvez tenha alimentado o imaginário de que poderia ser uma boa opção migratória, ou seja, um tipo de “Norte global” (DIEME; TONHATI; PEREDA, 2020).

Na verdade, algumas eram apaixonadas pelo futebol brasileiro. No imaginário coletivo dessas mulheres, o Brasil é o país do futebol, por quem elas torciam, vestiam a camisa e hasteavam sua bandeira e até “*Tem haitiana que briga por tudo no futebol*” (Nahomie). A Sherley afirmou que o povo só conhecia o Brasil pelo seu futebol: “*A gente era fanático do Brasil.[...] Sabia que, às vezes, Brasil tá jogando com Haiti, eles colocam bandeira do Haiti e roupa do Brasil? [risos]. Tem lugar também que tem bandeira do Haiti e bandeira do Brasil*”. Diversas pesquisas já apontaram essa representação social sobre o Brasil (JOSEPH, 2015a; SILVA, 2017b; COGO, 2014). A dimensão dessa paixão pode ser percebida no relato da Madoche, que adora futebol desde criança e sonhava conhecer o país do futebol:

*Amo o Brasil 100%. [...] Quando o Brasil joga no Haiti é como uma manifestação. [...] O país se divide em dois: uma parte torce pra Argentina e a outra pro Brasil. Às vezes, eles brigam. Se Haiti e Brasil jogarem, vou torcer pelo Brasil, porque agora vivo aqui. Quando Brasil e Haiti participam no mesmo jogo, os haitianos dizem que está no meio – se Brasil ganhar fica feliz, se Haiti, fica feliz [Risos]. (Madoche)*

Outras conheceram o Brasil na escola, por meio das aulas de geografia, onde descobriram que assim como o Haiti, ele também era um grande produtor de café, algodão e cacau. Mas, diferente do seu, era um grande país territorial e economicamente falando, além de acolhedor. Como a Bianca relatou: *“já escutei que Brasil é um grande país. E que os brasileiros gostam dos estrangeiros. [...] Desde da escola eu vi que Brasil é um dos nove países mais grande do mundo. E quando eu vim aqui eu vi que o Brasil é grande”*. Também é o país das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro: *“quando eu recebi a bolsa, todo dia eu me sonhei que eu tô no Rio de Janeiro, porque a gente via na televisão essas coisas”* (Liline). A Vitória se encantou com o Brasil assim que o avião pousou no aeroporto. E o que mais lhe chamou a atenção foi a iluminação, que faltava no seu país:

*Quando eu chegou no aeroporto, quando o avião desceu, eu achei tão lindo. Nossa! É um paz eu chegar. Tá bem lindo! A energia, eu achei bem bonito. A luz. Eu cheguei de noite. Tá bem lindo! [...] Eu posso falar o Brasil é um gran peyi. Porque tem tudo que eu quero. Tem a luz. Pessoas trabalhar até madrugada. Porque no Haiti é diferente da pessoa trabalhar até de madrugada. Porque as pessoas na rua pode fazer mal. No Brasil tem também. Mas no Haiti é mais perigoso, porque não tem energia. Tem dia que tinha, tem dia que não tinha. Tem dia que a pessoa pode fazer três dias, quatro dias sem energia. Aqui no Brasil não. (Vitória)*

Mas algumas tiveram dificuldades de se adaptar as diferenças regionais, como o idioma, a culinária, o clima, o jeito das pessoas, a diversidade sexual:

*O meu grande problema foi a língua e pra me adaptar com o clima de lá [Santa Catarina] e as pessoas também. A gente tinha que conhecer muito pra poder adaptar com eles. As comidas também. Tinha muita comida diferente que a gente tinha aqui. No final a gente se acostuma [...]. (Liline)*

*[...] a gente não gosta tanto das comidas brasileiras. A gente acha que é diferente, entende? Alguém dá um suco, a gente acha que tá sem açúcar. (Sherley)*

*[...] Vou te falar de verdade. É agora que a gente fica se acostumando com essas coisas no Brasil. Porque, não sei se é legal de falar, ele é viado. Porque lá no Haiti eles não aceitam essas coisas. No Haiti, você nem pode ter amizade com uma pessoa que é viado. Ele foi meu primeiro amigo viado [...]. (Sherley)*

Uma das questões da pesquisa, a partir de um termo em crioulo tomado de empréstimo de Joseph (2015a), era se elas consideravam o Brasil um *gran peyi* (grande país) ou um *ty peyi* (pequeno país). O Brasil era para a maioria delas um *gran peyi*, porque “*é grande quando um país tem muita oportunidade. Aqui você tem pessoas pra te ajudar*” (Lia). Além disso, é um grande país por causa das possibilidades que a imigrante tem de integração, segundo a Misoula: “*Porque aqui você tem papel, você é livre. Não tem, é livre. Entendeu? E aqui também o Governo tem oportunidade pro brasileiro de trabalho, você tem também. E Brasil é o único país que dá residência, pra você voltar na sua terra mais rápido*”. E ainda por possibilitar uma vida com padrões mínimos de dignidade humana, ou seja, uma vida “quase normal”: “*Eu considero [o Brasil] um grande [país]. [...] Eu acho que pra um país ser grande, ele tem que ter tudo: trabalho, escola e hospital. Tem que ter tudo e a gente viver quase normal. Porque tem gente não viver normal*” (Ilene).

Outras não têm tanta certeza se o Brasil pode ser considerado um *gran peyi* devido à falta de experiência migratória, como a Adeline: “*Eu ainda não posso responder certo, porque é o primeiro país que eu visito. Não sei como é um grande país ou um pequenino. Comparado com o Haiti, aqui é um grande país. Só posso diferenciar por causa do Haiti*”. Ou ainda por causa da dificuldade de acessar as estruturas sociais, que para elas justificam um país ser grande, como a oferta e qualidade de suas políticas públicas:

*Mais ou menos é um gran peyi. Porque pra mim, um país assim deve ter bons hospitais. O Brasil não tem. Várias vezes eu já fui. O pré-natal foi no posto da 38 [Guará II]. Fui bem atendida lá. Não tratava diferente. Mas quando eu cheguei lá no HRT [Hospital Regional de Taguatinga] pra ganhar o bebê, nossa, foi terrível!* (Clara).

*Pra mim não um país muito grande, não um país muito pequeno também. [...] A segurança tá muito bom. O problema que eu tenho [é que] lá no Chile se tem criança, tem [...] creche e cada mês receber um pouco [auxílio] pra ajudar a criança. Até agora não consegui de achar um creche pra ele. E depois, tem que buscar uma ajuda pra ele [Bolsa Família]. Não consegui não, porque eu tô com carteira assinada. [...] É difícil. Mas todos país tem problema. Não é só Brasil não.* (Chelo)

Ainda que elas reclamassem de alguns serviços públicos, seja pela dificuldade de acesso ou mau atendimento, ainda consideravam a vida no Brasil melhor que no Haiti – tema que foi objeto de estudo do pesquisador haitiano Jean Baptiste (2018), como veremos mais adiante. Mas, o grande choque de realidade para as haitianas foi em relação ao mercado de trabalho, especialmente quanto ao acesso e ao salário. A frustração delas era a dificuldade de conciliar a própria manutenção com o envio de remessas para a família, diante do baixo poder

de compra do salário brasileiro e a desvalorização do real em relação ao dólar. O Brasil poderia até ser um *gran peyi* em comparação ao Haiti. Mas, dificilmente ganharia dos Estados Unidos ou Canadá, que permaneciam em seu imaginário como os clássicos *gran peyi*, que pagavam em dólar. Foi aí que o Brasil imaginado cedeu seu lugar ao Brasil do real. Podemos perceber nos depoimentos abaixo uma hierarquização entre os destinos migratórios para as haitianas:

*Eu imaginava o Brasil quase igual ao dos Estados Unidos. O povo falar: “Quando você chagar lá vai dar tudo certo”. [Se tivesse ido pros Estados Unidos teria sido melhor] Porque meu irmão tava aqui, a esposa dele mandou papel pra ele [ir pros EUA]. E ele já fez até a casa dele [no Haiti]. E eu tenho o mesmo tempo que ele. Quando ele tava aqui, não faz nada. E ele só tem dois anos lá e já mandar muitos carros lá, já comprar terra, já fez casa, muitas coisas [no Haiti]. (Misoula)*

*Aqui tá fraco de trabalho. E o salário mensal tá muito fraco. Comparando aqui com os Estados Unidos: hoje para ter um dólar, precisa de cinco ou seis reais. Nós que tá morando aqui, pra mandar dinheiro pra família [...], aí tá difícil. Outra coisa, do jeito que tá pagando. Em outros países como Canadá, Estados Unidos, é por hora, por semana que eles tá pagando. E aqui é por mês. (Ismaelle)*

*Aqui no Brasil é bom. Mas dinheiro é ruim. Nos Estados Unidos, se você trabalha, mil dólares é mil dólares. Se você quer tirar cem dólares, você vai enviar cem dólares pro Haiti. Mas aqui no Brasil, se trabalha, ganhar mil reais, se você quer enviar cem dólares aí é diferente [risos]. [Condições de trabalho] Aqui é melhor [que o Haiti]. Estados Unidos, Canadá, França é diferente. Lá é melhor [que o Brasil]. (Mia)*

O período do final do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff<sup>173</sup> foi marcado pelo acirramento da crise política e econômica, que também repercutiu na vida de imigrantes no Brasil, como evidenciaram as narrativas. Nos últimos anos tem diminuído a oferta de trabalho, aliado à precarização das condições laborais. Esse também foi um período de ampliação das contrarreformas operadas no âmbito das políticas da seguridade social, e sociais de modo geral, cortando ou restringindo a proteção social da classe trabalhadora (BRAZ, 2017; GALDINO; GUEDES, 2018; RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Apenas as haitianas que estavam há menos de um ano no país não conseguiram desenvolver suas opiniões sobre o Brasil imaginado e o Brasil vivido. Pois muitas delas chegaram e logo enfrentaram as restrições sanitárias da pandemia, o que dificultou a mobilidade e as relações sociais, além de não conseguirem acessar o mercado de trabalho, a escola e demais serviços públicos nesse contexto.

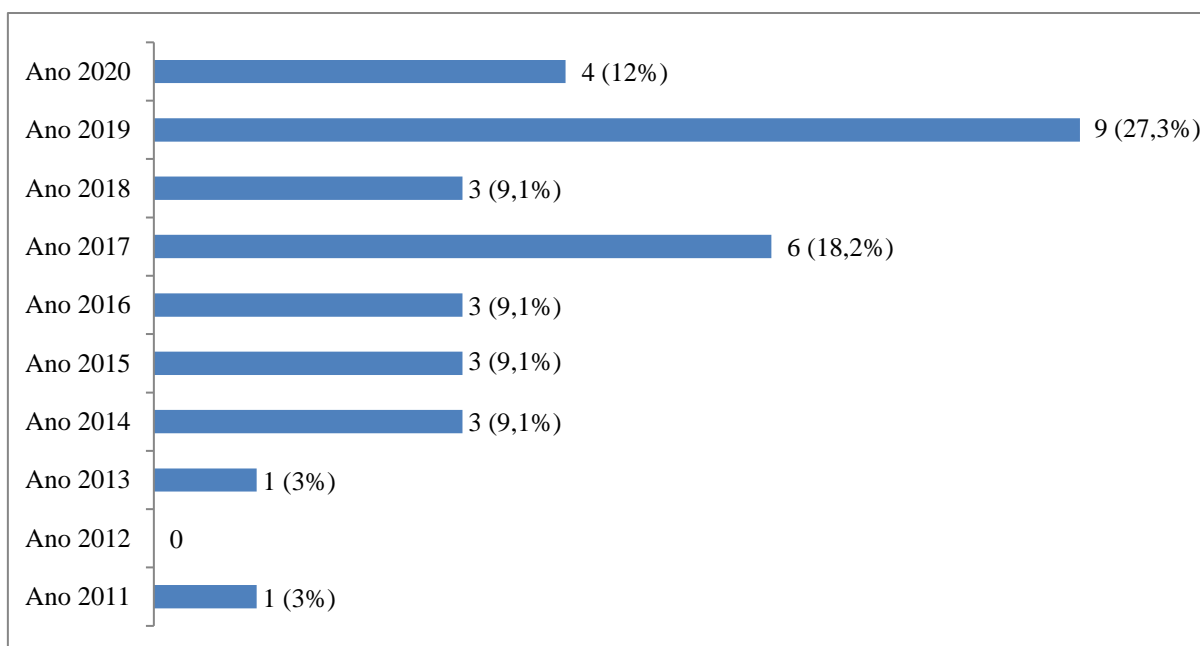
---

<sup>173</sup> A ex-presidenta Dilma Rousseff sofreu cassação do seu mandato por meio de processo de *impeachment* em 2016.

### 3.2. A VIDA NO BRASIL: TEMPO DE ESTADA

Esta pesquisa envolveu participantes com diversos intervalos de tempo no país<sup>174</sup>. Podemos ver no gráfico abaixo o ano de ingresso delas no Brasil:

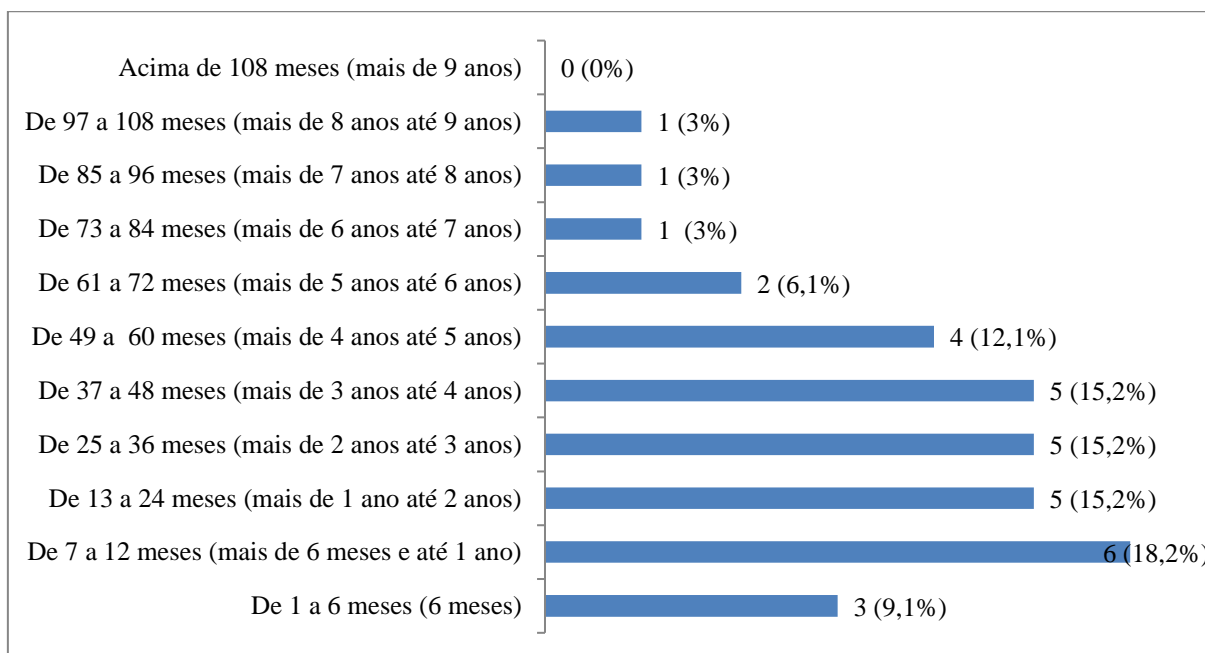
**Gráfico 9 -** Haitianas participantes da pesquisa segundo ano de ingresso no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

No próximo gráfico podemos ver na perspectiva do tempo de estada no país:

<sup>174</sup> O tempo de estada no Brasil foi contado a partir do mês de entrada no país até o mês de agosto de 2020, quando foi iniciada a fase de campo.

**Gráfico 10** - Haitianas participantes da pesquisa segundo tempo de estada no Brasil

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Para fins de análise, dividi as participantes do estudo em três grupos, com base no tempo de estada e algumas características que melhor representam cada grupo. Das mais antigas as mais recentes no país, temos o primeiro grupo que está no Brasil há mais de cinco anos, totalizando 15,1% das haitianas. O segundo grupo vive no país há mais de 3 e até 5 anos, com 42,5% delas. E o terceiro grupo tem até dois anos de estada no país, também com 42,5% de representatividade. De modo geral, podemos perceber que a grande maioria delas está no Brasil há não mais que 5 anos. Passo a apresentar algumas características peculiares de cada um desses grupos, que identifiquei durante a fase de campo.

As participantes do primeiro grupo são as mais antigas no Brasil. Trata-se de uma minoria que chegou ao país entre os anos de 2011 a 2014. A única que chegou em 2011, antes da criação do visto humanitário para imigrantes dessa nacionalidade, veio por intermédio do Programa Pró-Haiti, de forma regularizada. Nenhuma ingressou em 2012, ano de criação do visto humanitário, e as demais já vieram durante a sua vigência. Embora uma parte delas não tenha sido entrevistada, razão pela qual as informações são mais limitadas, sei que todas vieram para o Brasil de avião, o que me leva a inferir que entraram no país de forma documentada.

A maioria nunca esteve em outro país e todas se colocaram como a única ou uma das agentes da decisão de migrar. A principal razão de saída desse grupo do Haiti foi devido à necessidade de trabalho e ter mais independência, inclusive pela via dos estudos. E

escolheram o Brasil porque já tinha uma rede aqui (60% delas), por ser mais fácil de entrar e ter informações de oportunidades de trabalho e estudo no país. Mas 40% delas foram pioneiras aqui. Algumas peculiaridades, em razão do tempo de estada no Brasil, com mais de 5 a 9 anos, é que quase todas fizeram o curso de idioma no Brasil e todas se comunicam bem em português. Afora isto, o maior tempo de estada não influenciou em alguns indicadores sociais, como melhor inserção laboral e renda, cuja maioria recebe apenas um salário-mínimo e está inserida em trabalhos distintos de sua formação. Ademais, nenhuma está estudando no Brasil, e apenas uma teve mobilidade educacional fazendo graduação e chegando até a pós-graduação incompleta.

O segundo grupo, com 42,5% das participantes, chegou ao país entre os anos de 2015 até o início de 2018. A grande maioria delas ingressou de forma documentada, pela via aérea. Apenas uma entrou pela fronteira do Chile com o Brasil, pela cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Nesse grupo foi possível notar uma maior prevalência (43%) de mulheres que já conheciam outros países além do Haiti, inclusive vindo para o Brasil de um desses destinos migratórios (cerca de 21% delas). Os países que elas conheceram foram República Dominicana, Chile, Equador e Colômbia.

Essas mulheres decidiram emigrar por conta própria, em sua maioria, embora boa parte tenha contado com a participação decisória da família, como a mãe, o companheiro ou namorado. E apenas 21% disseram que sair do Haiti foi uma decisão apenas de terceiros, como da mãe ou do filho. Nesse período, a principal motivação da emigração também foi a falta de trabalho, dentre outras causas, como dificuldade de ganhar dinheiro, violência, escassez de serviços públicos. E foi o único grupo que citou o motivo da piora das condições de vida após o terremoto de 2010, citado por 21% delas.

Para esse grupo, a vinda para o Brasil também se deu por diversos motivos, mas especialmente pela facilidade de conseguir o visto, citado por 36% delas, somado a razões ligadas à informação de que no país haveria melhores condições de trabalho, salário e vida. A rede social já instalada no Brasil também foi significativa para o grupo, no qual 86% já tinham familiares e/ou amigas no país. Nota-se que já começa a diminuir o percentual de pioneiras no Brasil, sendo apenas 14%.

A maioria delas viajou sozinha para o Brasil e declarou já ter certeza de que se tratava de um destino provisório, tanto que 89% das que responderam, informaram que iriam migrar futuramente para outro país. Além disso, foi o grupo com maior inserção educacional no Brasil, com 21% delas inseridas na rede regular de ensino, à época da coleta de dados. A maioria havia feito curso de português no Brasil e apenas 14% não se comunicavam bem no



idioma nacional. Estas eram as que tinham em média dois anos e meio no Brasil e, apesar de terem feito um curso de português, tinham menos contato com brasileiras e pouco acesso ao mercado de trabalho – dois fatores que ajudam no processo de aprendizagem da língua, segundo minhas interlocutoras. Apesar do tempo desse grupo no Brasil, e o fato de ser uma mão de obra qualificada, isto também não alterou as condições de trabalho e renda, cujo grupo não recebe mais que dois salários mínimos por mês.

Quanto ao terceiro grupo, composto por 42,5% das haitianas participantes que estão no Brasil há não mais que dois anos, 36% delas também tiveram experiências migratórias anteriores, em países como Chile, Argentina e República Dominicana. Inclusive, 21% saíram do Chile ou da Argentina para o Brasil, e entraram por terra, pelas fronteiras de Foz do Iguaçu/PR e de Corumbá/MS. Uma característica desse grupo é que boa parte das mulheres (43%) teve um menor poder de agência na decisão de migrar, que foi tomada exclusivamente pelo cônjuge ou namorado, pelos genitores, pelo filho ou pelo irmão. O que não significa que elas vieram forçadas. Apenas não se reconheceram como parte do processo decisório.

É interessante que nesse grupo também foi maior a motivação de sair do Haiti (50%) e ter escolhido o Brasil (43%) por razão de reunificação familiar, o que justifica o percentual de menor poder decisório na agência dessas mulheres. Elas vieram a partir de um movimento externo, de parentes que já estavam no Brasil há mais tempo. Estes lhes enviaram a autorização de reunião familiar, fizeram empréstimos e/ou contrataram agenciadores para trazê-las ao país.

Outra curiosidade desse grupo mais recente no país é que todas, sem exceção, já tinham parentes ou amigas no Brasil. Ou seja, possuíam uma rede social já instalada, o que também justifica a maior citação do motivo de emigração para reunificação. Além disso, 57% delas já tinham certeza de que queriam o Brasil como destino para permanência. O que não significa que permanecerão, considerando as discussões já feitas sobre a característica de circularidade dessa imigração, que não se mostrou diferente no caso das mulheres imigrantes. E, apenas 29% afirmaram que tinham certeza de que gostariam de migrar para outro país; as demais não queriam, não tinham certeza ou não responderam.

O maior diferencial desse grupo está na menor ou total ausência de fluência no idioma português. Neste sentido, é necessário fazer uma subdivisão neste grupo: uma parte (15,2%), que está no Brasil há mais de 1 e até 2 anos; e outra (27,3%), que tem até 1 ano de estada no país – estas foram as que chegaram um pouco antes de começar a pandemia. Quanto àquelas que têm mais de um ano no Brasil, 20% estavam inseridas na escola regular e 60% tinham feito curso de língua portuguesa, mas apenas 20% conseguiam se comunicar sem ajuda de

uma intérprete e 40% se comunicavam parcialmente (entendiam mais que conseguiam falar). E outras 40% não conseguiam compreender ou se comunicar sem ajuda.

Quanto às recém-chegadas, com menos de um ano no país, nenhuma estava inserida na escola ou em um curso de português; e 89% delas não compreendiam nem conseguiam se comunicar no idioma do Brasil. A maioria destas chegou entre o final de 2019 e início de 2020, poucos meses antes de começar a pandemia no país. O que significa que sofreram os efeitos das medidas sanitárias de contenção da doença de forma muito mais aguda que as demais. Isto as colocou em um modo de espera, ainda mais isoladas com seu grupo de parentesco e de conterraneidade, sem poderem acessar o mercado de trabalho e os serviços públicos, dentre eles a escola e o curso do idioma português – tão importantes no estágio inicial no país de imigração.

Comparativamente, no gráfico 6 (no Capítulo 2, p.163) podemos ver o registro de entrada de imigrantes haitianas de longo termo no Brasil, na série histórica de 2010 a 2019, do Relatório Anual da OBMigra, lançado em 2020. Observando o gráfico também podemos perceber três fluxos da imigração haitiana feminina no país, que começa menor e vai crescendo, corroborando com os dados desta pesquisa: um fluxo menor, entre 2010 e 2013, quando não chegava a mil haitianas por ano; um fluxo intermediário, entre 2014 e 2016, com um ligeiro aumento, passando de mil haitianas, mas não chegando a duas mil por ano; e um fluxo maior, entre 2017 e 2019, com um aumento significativo, especialmente a partir de 2018.

No gráfico também podemos ver o percentual de entrada de haitianas em relação ao total anual de ingresso dessa nacionalidade. Nota-se que elas nunca foram maioria em relação aos homens, em nenhum dos anos da série, mas também não foi uma presença insignificante, estando sempre acima dos 30%, ou seja, mais de 1/3 da migração haitiana no Brasil. As imigrantes haitianas de longo termo representaram uma média de 41,52% da população total dessa nacionalidade no Brasil, durante a série histórica analisada.

Embora a maioria das participantes deste estudo tenha vindo do Haiti direto para Brasília/DF, algumas passaram por outros estados do país antes de virem para capital e mesmo depois. Além disso, muitas mostraram que continuam praticando esse “saber-circular” também dentro do DF. É o que veremos a seguir.

### 3.3. A VIDA NO BRASIL: CIRCULARIDADES INTERNAS E CONDIÇÕES DE VIDA NO DISTRITO FEDERAL

Situando a mobilidade dessas mulheres no território brasileiro, 72,7% delas já vieram direto para Brasília/DF e não conheceram outras cidades do Brasil. E 63,6% informaram terem vindo ao DF porque tinham parentes ou amigas para lhes acolherem e apoiarem. Já 18,2% delas conheceram outras cidades do país antes de virem para a capital do Brasil ou mesmo depois. Estas passaram um tempo em cidades como: Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Campo Grande e Manaus.

De modo geral, 3% delas moraram no Sudeste, 6,1% no Norte, e 15,2% no Sul. Algumas passaram por mais de uma região do país. Elas vieram também motivadas pela presença de uma rede de apoio no Distrito Federal. Como a Mia, que morou em Santa Catarina, e tinha uma irmã em Brasília: “[...] *Santa Catarina foi difícil pra mim. Porque lá não tem ninguém*”. Mas também pela busca de melhores condições de trabalho (6,1%), como no caso da Lia: “*Eu tinha um amigo [em Brasília] que falava: ‘vem aqui, você vai conseguir trabalhar’.* *Eu vim aqui, passou uma semana e eu consegui trabalho, em Taguatinga, um Salão. Fazendo trança, lavava cabelo. A dona era uma africana*”. E, em menor número, para estudar (3%), como a Liline: “[...] *eu fui atrás de programas [de Mestrado] [...]. Eu achei UnB. [...] Eu participei como estrangeira, porque eu tinha visto de estudante*”. Mas 27,3% delas não informaram sua motivação de virem para a capital do país porque esta foi uma questão aprofundada apenas nas entrevistas.

Desde a motivação para sair do Haiti e vir para o Brasil, até a escolha do Distrito Federal como lugar de residência, as redes sociais dessas mulheres exerceram um papel fundamental na sua circularidade migratória, além da necessidade imperiosa de trabalhar. Um exemplo disso é a Nahomie, que morou em Manaus e veio para Brasília: “*Porque eu tenho uma amiga que mora aqui. Eu falei com ela que eu não consegui serviço em Manaus depois que eu fui demitida. Ela falou pra eu vim pra Brasília, que tinha um supermercado e eu ia conseguir trabalhar lá [...]*”. Depois decidiu tentar a vida em Porto Alegre, mas percebeu que seria melhor retornar para a capital do país: “[...] *eu volta pra Brasília, porque Porto Alegre é mais difícil*” (Nahomie).

Nahomie é uma das poucas haitianas que não tem uma rede social extensa e bem consolidada no Brasil. Apesar de ter vindo por intermédio de uma amiga, deixou de ter contato com ela e vive sozinha no DF. Mesmo assim, isto não a impede de circular pelo país em busca de melhores condições de trabalho. Seu próximo projeto é retornar para o Haiti a

fim de se casar com seu namorado, que mora no Canadá, para onde ela pretende ir. E assim ela vai circulando pelo mundo.

Entre 2011 e agosto de 2020 foram registrados nos postos de atendimento da Polícia Federal do DF 1.183 imigrantes de nacionalidade haitiana, em todas as classificações migratórias. Destes, 294 eram do sexo feminino<sup>175</sup>. Entretanto, não é possível precisar quantas delas efetivamente estão morando no DF. Mas todas as participantes deste estudo moravam na capital durante o levantamento de dados. O Distrito Federal está situado na região central do país e é o centro administrativo do Brasil. Foi criado em 1956<sup>176</sup>, há quase 65 anos, de forma totalmente planejada<sup>177</sup>, durante o governo do então presidente Juscelino Kubistchek. Sua capital é Brasília, que é uma verdadeira obra de arte arquitetônica (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.84).

Brasília, desde a sua construção (a partir de outubro de 1956) e fundação (em 21 de abril de 1960), é palco de movimentos migratórios internos, se constituindo em um “fenômeno demográfico que provocou intensos deslocamentos populacionais”. Esses migrantes afluíram principalmente do próprio Centro-Oeste, do Sudeste e do Nordeste, atraídos pelas ofertas de serviço na área da construção civil, pois a nova capital do país era um imenso canteiro de obras. Os nordestinos passaram a liderar a representatividade de migrantes na capital, especialmente fugidos da seca e da miséria na sua região, em busca de melhores condições de vida (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.84).

As mulheres também foram gradativamente aumentando sua participação nesse movimento, especialmente para acompanhar os homens da família nas primeiras décadas dessa migração interna. Por ser a sede administrativa do país, nos anos seguintes à sua fundação, foi (e ainda o é) destino migratório para fins de inserção laboral no serviço público. A partir da década de 1980, a presença feminina ultrapassou à masculina e permaneceu na liderança em todos os censos seguintes. Agora não apenas para fins de reunificação familiar, mas também por razões laborais, na área de serviços, principalmente públicos, como foi o meu caso desde 2010. Até o Censo de 2000, a população migrante ainda era maioria na

---

<sup>175</sup> Dados da Polícia Federal, conforme base de dados do SINCRE/SISMIGRA. No ano de 2010 não houve registro de entrada de imigrantes haitianos e haitianas no DF. Este total se refere ao ano de 2011 até agosto de 2020. Não é possível precisar exatamente quantas haitianas residem atualmente no DF, pois após o registro não se tem o controle de quantas permaneceram ou saíram do DF (SISMIGRA, S/D). Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em 25 abr. 2021.

<sup>176</sup> Pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

<sup>177</sup> A cidade foi projetada pelo arquiteto urbanista Lúcio Costa. A coordenação e execução dos projetos arquitetônicos dos prédios públicos e monumentos foi realizada pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

capital e os saldos migratórios eram positivos. A população estrangeira, desde a fundação de Brasília, sempre foi inferior a 10 mil imigrantes, segundo os censos realizados<sup>178</sup> (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Com o passar dos anos, o Distrito Federal foi ganhando novos contornos territoriais e demográficos, por meio do processo de ocupação urbana desordenada, reconfigurando o seu desenho original de cidade arquitetonicamente planejada (CARLI; BERTUSSI, 2018). O Censo de 2010 indicava uma população total de 2.570.160 habitantes. Pela primeira vez os nascidos no DF ultrapassaram a população migrante, que passou a ser de 46,2% (desses, 65,3% viviam há mais de 10 anos na capital do país). (DISTRITO FEDERAL, 2013). Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal, de 2016, já apontava para um aumento demográfico em relação ao último Censo (2010), com uma população urbana de 2.906.574 (CARLI; BERTUSSI, 2018).

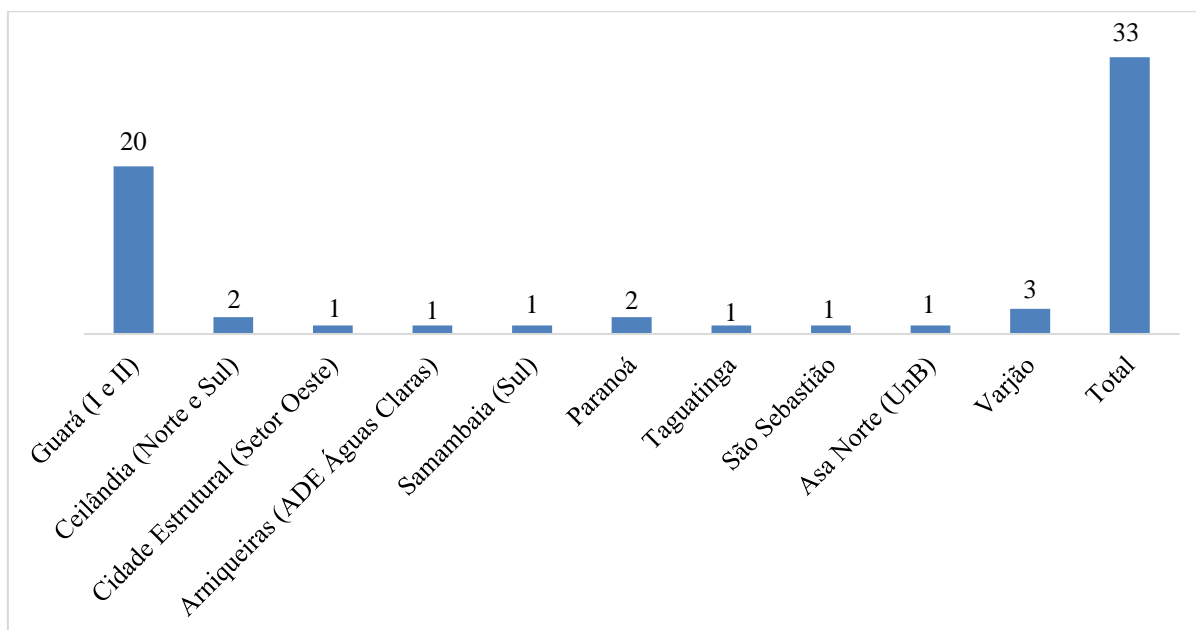
Diferente das demais capitais do país, na sua organização administrativa, Brasília não possui prefeitura nem câmara de vereadores, tem apenas governo distrital (no âmbito executivo) e câmara distrital (no âmbito legislativo). O que se chama de bairros nas demais capitais do país, nela há regiões administrativas, que são como grandes cidades. Também chamadas de cidades satélites, elas se desenvolveram ao redor do Plano Piloto, formando a grande Brasília que, por sua vez, é circundada por outras cidades chamadas de entorno<sup>179</sup>. As regiões de Brasília são administradas por uma espécie de prefeito local, chamado de administrador regional, indicado pelo governador, que faz a gestão dos problemas da sua região e busca as soluções junto à administração central (CARLI; BERTUSSI, 2018). De acordo com informações oficiais do Governo Distrital<sup>180</sup>, o DF possui 33 regionais. A pesquisa alcançou haitianas residentes em 10 delas, conforme gráfico abaixo:

---

<sup>178</sup> Segundo a Codeplan (DISTRITO FEDERAL, 2013): Censo de 1960 (3.079 – 2,2% da população); Censo de 1970 (4.584 – 0,9% da população); Censo de 1980 (9.456 – 0,8% da população); Censo de 1990 (7.687 – 0,5% da população); Censo de 2000 (6.960 – 0,3% da população); Censo 2010 (8.595 – 0,4% da população).

<sup>179</sup> São regiões, geralmente mais empobrecidas e resultantes de invasões desordenadas, que ficam em um limbo administrativo entre o DF e o Estado de Goiás e, cotidianamente, sua população se movimenta para Brasília com o propósito de trabalhar e/ou acessar seus serviços públicos, já que Brasília é mais desenvolvida que o entorno.

<sup>180</sup> Conforme site do Governo Distrital, disponível em: <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

**Gráfico 11** - Haitianas participantes da pesquisa segundo região administrativa de moradia no Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Como podemos perceber no gráfico acima, a região do Guará foi a mais representativa nesta pesquisa, com 20 das 33 participantes<sup>181</sup>. O Guará foi criado a partir de 1967 como bairro de assentamento para servidores públicos de menor renda, que vinham transferidos de outros estados; e para reassentar moradores de ocupações irregulares. A peculiaridade dessa região é que ela foi inicialmente construída por meio de um mutirão formado por seus futuros moradores, com material cedido pelo governo. Seu nome foi inspirado no córrego Guará, que atravessa a região e é uma área de preservação ambiental; e no lobo Guará, animal comum do cerrado brasileiro (JORNAL DO GUARÁ, s/d).

O Guará é uma região economicamente autônoma do Plano Piloto, possui uma boa infraestrutura comercial e pública, e é onde se localiza a famosa Feira do Guará, já bem conhecida em Brasília. Além disso, está bem localizada em relação à sua proximidade com o Plano Piloto, o aeroporto internacional e as demais regiões, em razão de ser ligado às principais estradas que conectam os centros urbanos do DF (JORNAL DO GUARÁ, s/d). O último levantamento distrital informa que, em 2015, o Guará possuía um total de 133.171

<sup>181</sup> Já foi justificado na parte do método que isto se deveu ao fato de ter conseguido importantes informantes-chave na região do Guará, que viabilizaram a abertura desse campo e promoveram o acesso até essas mulheres de uma forma bastante orgânica e fluida. Esta maior concentração da fase de campo no Guará não prejudicou o resultado final do estudo, tendo em vista que a localização geográfica não é a variável mais significativa da pesquisa. Ademais, buscou-se participantes de outras regiões como forma de confirmar se os dados convergiam, independente da variável "região de residência no DF". O que se confirmou, mostrando inclusive que poderia ser dispensada a etapa de entrevista, considerando o critério de saturação da amostra.

habitantes (DISTRITO FEDERAL, 2017). A região também possui uma boa disponibilidade de transporte público urbano, com variedades de linhas de ônibus que ligam a área a diversas regiões do DF, além de dispor do sistema metroviário, com duas estações de metrô passando na localidade.

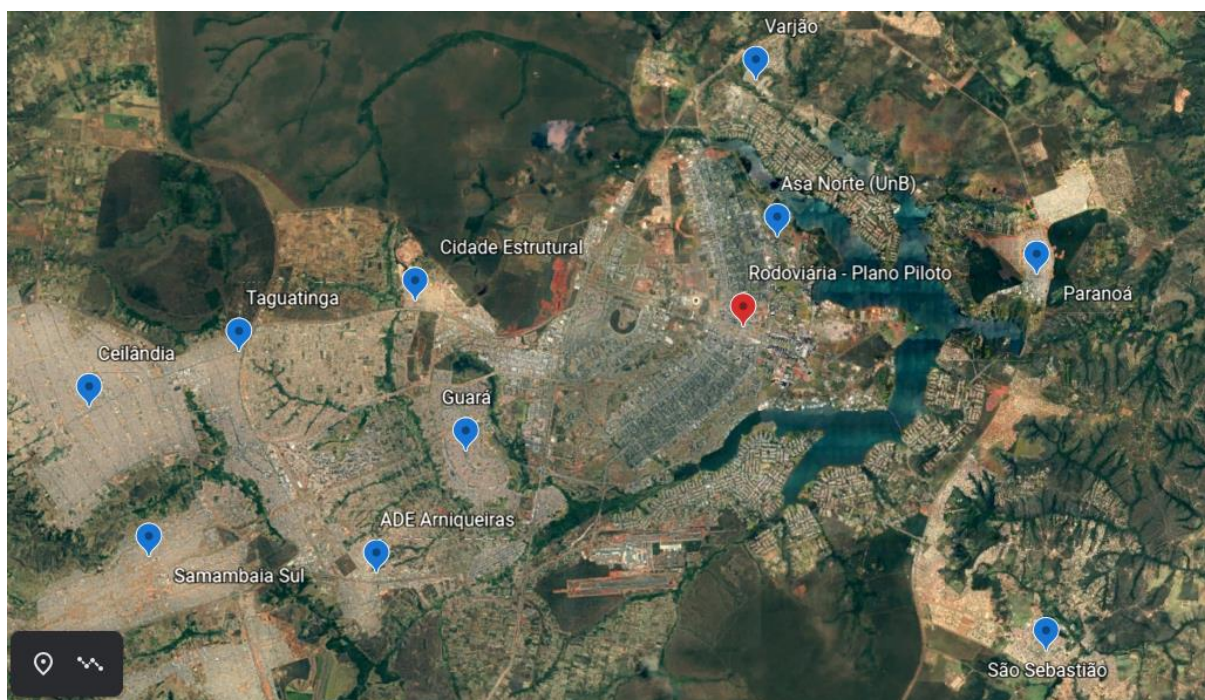
Com o decorrer dos anos, a região foi se ampliando e se dividiu em duas áreas (Guará I e II). No Guará II, ficam as quadras 38 e 40, cuja maioria da população possui uma renda mais baixa, e é onde mora a maior parte das participantes desta pesquisa. A quadra 40 é popularmente chamada de Polo de Modas<sup>182</sup> (JORNAL DO GUARÁ, s/d), que é uma área mais comercial do Guará II e tem habitações com preços mais acessíveis. Contudo, em comparação as outras regiões, como Ceilândia, Samambaia, Taguatinga e Estrutural, o Guará foi considerado mais caro. O que se deve à sua proximidade do Plano Piloto, região onde estão os bairros considerados os mais nobres de Brasília – um parâmetro que normalmente define a valorização imobiliária no DF.

As narrativas das participantes deste estudo sugerem que há um *status* vinculado ao local de moradia, sendo o Guará caracterizado como uma região com atributos que o tornam uma localidade superior. Com uma boa infraestrutura, tem *status* diferenciado se comparado a outras cidades satélites mais distantes do Plano Piloto e periféricas no Distrito Federal. O mapa abaixo nos mostra visualmente a geolocalização das regiões em que moram as participantes deste estudo. Coloquei como ponto central no mapa a rodoviária do Plano Piloto, para termos uma dimensão da distância e, portanto, da localização dessas mulheres em relação às áreas mais privilegiadas do DF.

---

<sup>182</sup> Nesta área, chamada de Polo de Modas, tem uma grande concentração de imigrantes haitianos.

**Mapa 3** - Haitianas participantes desta pesquisa segundo região de moradia no Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria, por meio da ferramenta do Google Earth, com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referente aos 33 questionários virtuais.

As haitianas entrevistadas informaram que escolheram as regiões apresentadas no mapa acima por três razões principais. Em primeiro lugar por causa das redes de parentesco e conterraneidade (motivo citado em 84% das respostas), como a Ilene: “*Meu companheiro já morava no Guarará*”; a Anastasia também: “*Meu filho já estava na Ceilândia*”; e a Maria: “*Porque eu chegar aqui e encontrou meu irmão*”. Em segundo lugar, por motivos relacionados ao próprio bairro, como tranquilidade, infraestrutura e localização (32% de citações), como disse a Clara: “*[Guarará] É bem tranquilo. Não é perigoso. Você paga caro, mas é bom*”. A Liliane também observou as características estruturais das áreas onde morou no Guarará:

*[...] Eu gostei muito do Polo de Modas. Não sei se é porque tem muitos haitianos, o movimento de lá e a facilidade de locomover também. Tem tudo perto. O lazer também. Tem vários lazer. Aqui [Guarará I] é quase tudo fechado, só tem casa. [Mas] Aqui [Guarará I] é tranquilo. Os valores dos aluguéis tá bom. Você tem o hospital aqui perto. (Liliane)*

E, em terceiro lugar, por causa do valor mais baixo do aluguel (12% de citações), como explicou a Nahomie, que não gosta da região onde mora, considerada uma das mais pobres do Distrito Federal, mas era a opção que coube no seu bolso:

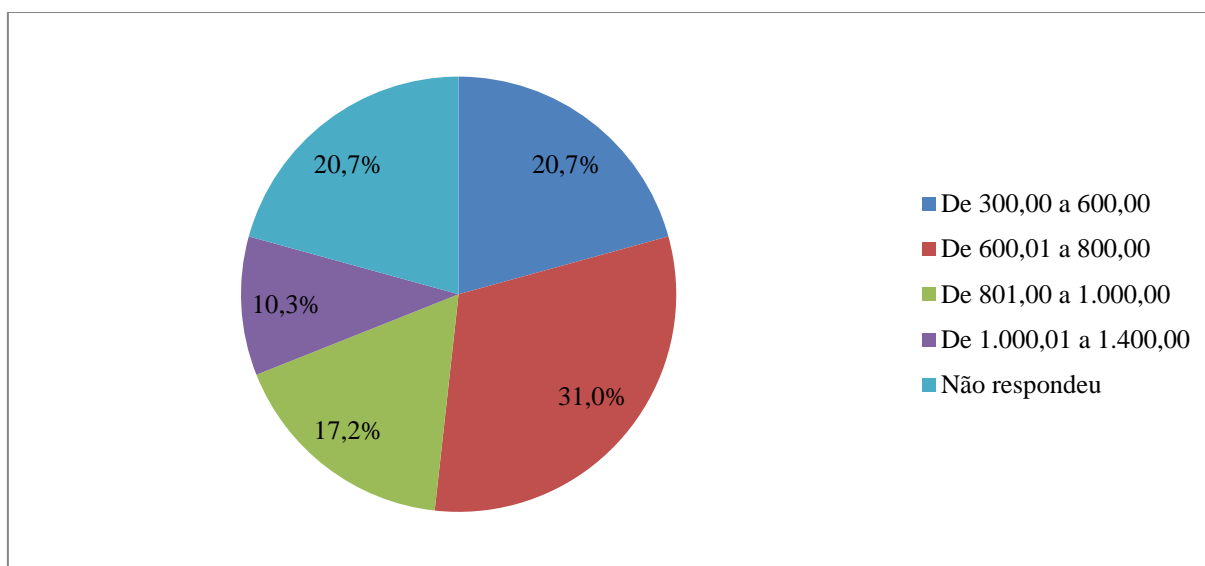


*Não gosto [de morar na Estrutural]. Mas fazer o quê, se você não tem onde ficar?! Aqui na Estrutural foi difícil achar nesse preço também. É pequenininho, mas fazer o quê? [...] é mais barato. Nos outros lugares é muito caro pra mim. O Guará é muito pesado pra mim. Imagine pra pagar internet 100 reais, aluguel, pra fazer compra. Esses 1100 reais é junto com passagem. Sábado e domingo não tem ônibus, eu vou de Uber. É puxado pra pagar aluguel muito caro. Dá não!* (Nahomie)

Podemos perceber que morar perto de uma rede de apoio é mais importante para essas mulheres que fatores econômicos e geográficos. Isto fica muito perceptível na fala da Sherley: “Gosto [do Guará II], porque aqui tem muitos haitianos. Se tem um que a gente encontra na rua pergunta porque não vem morar no Guará. Quando Clara tava ganhando nenê, eu contei 20 haitianos no hospital pra ajudar ela”. A Lia também enfatiza que apesar do Guará ser mais caro, ela encontrou na região uma comunidade haitiana: “[Veio morar no Guará] Porque tem mais haitianos aqui. As pessoas que eu conheço moram em São Paulo, no Rio. Aqui é mais caro. Candangolândia, morei cinco meses lá. Depois veio praqui”.

Em relação às condições de moradia, a maioria das haitianas residentes no DF mora em apartamentos de no máximo dois quartos, cômodos pequenos, sem elevador, em condomínios de até quatro andares, nas áreas econômicas da região onde moram. 6,1% delas moram em imóveis cedidos; 3% moram na residência estudantil da UnB; e outras 3% não informaram sua situação de moradia. O destaque recai sobre o aluguel, realidade para 87,9% das participantes. Vejamos no gráfico abaixo quanto essas mulheres pagam com aluguel no Distrito Federal:

**Gráfico 12** - Haitianas participantes da pesquisa segundo valor do aluguel que pagam no DF – em Reais



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes as 29 participantes que pagam aluguel.

O valor pago com o aluguel da moradia pode ultrapassar a metade do salário-mínimo<sup>183</sup> para uma parte (20,7%) delas, que chega a pagar até R\$ 600,00; já 48,2% chegam a pagar quase um salário-mínimo de aluguel, ou seja, até R\$ 1.000,00. As 10,3% que pagam até R\$ 1.400,00 moram juntas e alugaram um apartamento maior para comportar o número de moradores. As participantes relataram seus dilemas relacionados ao aluguel. Algumas apontaram o problema de conseguir um fiador ou de ter a renda exigida para fazer o contrato de locação, como explicou a Clara:

*Não é questão de documento, é fiador. Se você vai alugar uma casa de 1 mil ou 1200, pediu pra você um fiador [fiança] de 3 mil. Como você vai conseguir? Mas você pode pagar a casa, porque você vai dividir com quatro pessoas que mora junto. Querem o papel de que você trabalha e que você recebe 3 mil ou 4 mil. Onde a gente vai achar isso? (Clara)*

Algumas mulheres faziam um paralelo entre a situação de aluguel no Haiti e no Brasil, mostrando certo estranhamento com a exigência de pagamento mensal, quando no Haiti é geralmente anual. Além disso, mostravam o quanto o aluguel era um ponto negativo na sua avaliação migratória, considerando que, apesar da vida difícil no Haiti, muitas não tinham esse tipo de despesa lá ou, quando tinham, pagavam por ano. Vejamos esse desapontamento no relato da Maria e da Madoche:

*A gente já se acostumou a pagar um ano, parece mais barato. Porque quando vai chegar um ano eu posso pedir pra algum parente ajuda. E você fica um ano tranquilo. Aqui você vai pedir ajuda todo mês. (Maria)*

*[...] Se uma pessoa chega e não encontra trabalho pra pagar aluguel, comprar comida, a vida fica difícil do mesmo jeito do Haiti. Às vezes, mais difícil, porque tem pessoas que não pagavam aluguel no Haiti. Lá eu tinha casa própria. E a diferença no Haiti é nós fazemos aluguel para um ano, e aqui é cada mês. (Madoche)*

Outras registraram suas dificuldades para pagar o aluguel, como a Liline: “*No dia de pagar é difícil. A gente paga. Mas sempre atrasado*”. Se compararmos esses dados com o valor da renda mensal domiciliar dessas mulheres, notaremos o quanto o aluguel pesa no orçamento doméstico, como afirmou Jozeline: “*Aluguel tá muito caro. Trabalhar só paga mil reais, mil e cem reais [...]*”, o que exige ampliar a composição de moradores da residência para ampliar a renda doméstica a fim de conseguir pagar todas as despesas, como explicou

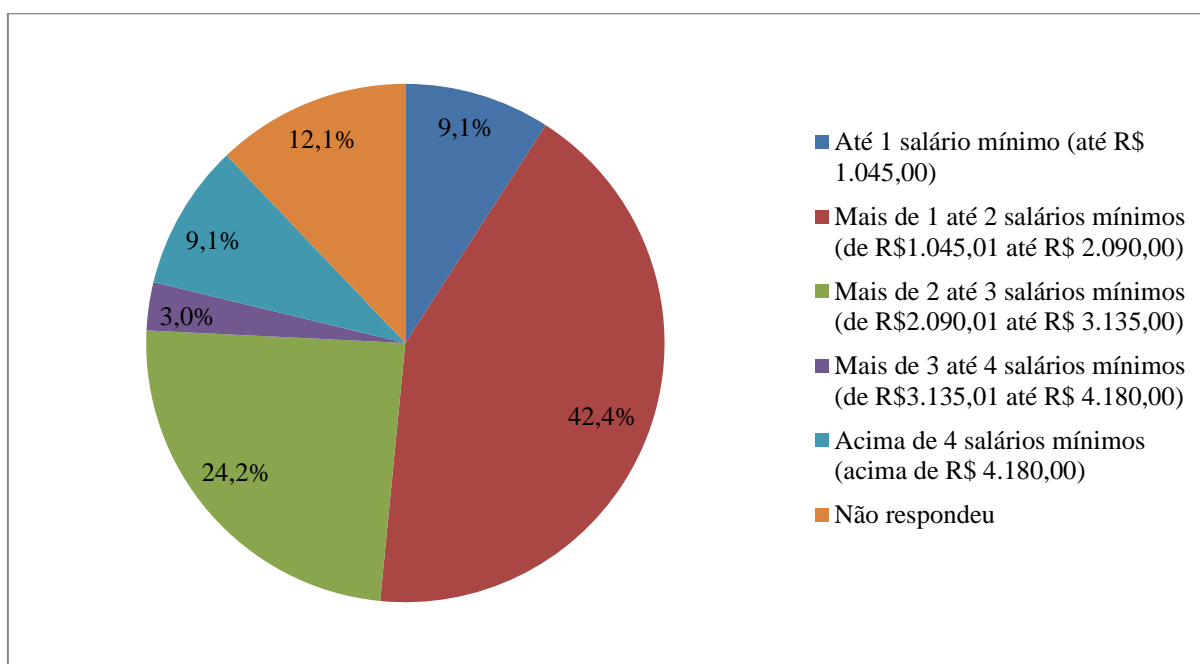
---

<sup>183</sup> O valor do salário-mínimo no período da pesquisa era de R\$ 1.045,00.

Vitória: “É, assim. Divide tudo. Aqui é 850 [aluguel], mais condomínio. Quase um salário. Tem que pagar a luz, água. É difícil. A pessoa não só pode morar sozinho. Mesmo família, eu, meu marido e filho, tem que ter outra pessoa pra ajudar”.

Dos domicílios pesquisados, 9,1% têm renda domiciliar de até um salário-mínimo; 42,4% dos grupos familiares ganham mais de um e até dois salários mínimos; 27,2% recebem mais de dois e até quatro salários mínimos; e 9,1% possui renda domiciliar superior, com uma média de sete salários mínimos mensais. Esta se trata de uma realidade excepcional, por se tratar de uma única residência onde moram três mulheres haitianas assalariadas e um haitiano que é motorista pelo aplicativo Uber, além de um recém-nascido. Vejamos no gráfico abaixo a renda doméstica das participantes do estudo:

**Gráfico 13** - Haitianas participantes da pesquisa segundo renda domiciliar mensal no Distrito Federal, em Reais



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Cabe registrar que no montante desses rendimentos está inserido o valor do Auxílio Emergencial, que se trata de um benefício socioassistencial provisório, concedido pelo Governo Federal às pessoas mais vulneráveis aos efeitos econômicos provocados pela pandemia. Mais da metade (51,5%) das participantes recebiam o Auxílio que, à época da coleta de dados, estava previsto para encerrar em dezembro de 2020. Ou seja, após esse prazo, essas mulheres estariam com situação ainda mais precária, especialmente as 9,1% com renda familiar de até um salário-mínimo. Sendo que algumas delas ficariam sem renda quando o

benefício fosse cortado, caso não conseguissem se inserir no mercado de trabalho, já que o benefício era a única renda familiar disponível.

Mais à frente será retomado o tema do Auxílio Emergencial, no âmbito dos resultados desta pesquisa sobre a pandemia. Mas, preliminarmente, observa-se assim a centralidade de políticas de cunho socioassistencial e do acesso à renda para mulheres imigrantes, sendo esse um direito a ser assegurado pelo governo brasileiro, conforme prevê a CF/88 e os acordos internacionais sobre migração dos quais o Brasil é signatário. Entretanto, o que se observa é o corte de recursos e as dificuldades crescentes para que mulheres imigrantes acessem políticas sociais fora de contextos emergenciais e extraordinários como o de uma pandemia.

Voltando à questão da mobilidade, também foi possível observar um movimento interno dessas mulheres em torno de Brasília ou dentro da própria região administrativa. Algumas que moram no Guará já haviam morado na Asa Sul, Asa Norte, Samambaia, Candangolândia e/ou Lúcio Costa. Outra mudou da Candangolândia para a Asa Norte, para morar na residência universitária da UnB, por meio da assistência estudantil; e outra ainda se mudou do Núcleo Bandeirantes para o Varjão. Interessante registrar que duas semanas após eu receber o questionário virtual de uma participante que morava em Taguatinga, por contato telefônico ela me falou que havia se mudado para Samambaia. Ou seja, essas mulheres estão em constante circularidade.

Além dessas mudanças entre as cidades satélites do DF, é ainda mais comum a mobilidade dentro da própria região administrativa. 60,6% das participantes afirmaram nunca ter saído da sua região de moradia, mas muitas relataram movimentação interna. Isto é, mesmo no nível micro, ocorre a mobilidade circular praticada pelas haitianas, que seguem buscando melhores condições de vida, seja indo morar mais próximo de sua rede de apoio ou de seu local de trabalho, seja porque o aluguel é mais barato, dentre outros motivos.

É interessante notar ainda que para além da importância das redes sociais e da questão econômica e laboral, para um bom número de haitianas a segurança é muito relevante na hora de escolher o lugar para morar. Esta motivação também esteve presente como uma das causas da emigração para 20% das participantes. Esse tema da segurança apareceu em muitas entrevistas, em que as mulheres relataram o medo que sentiam quando moravam no Haiti e o quanto lhes chamou a atenção poderem caminhar nas ruas de Brasília até mais tarde da noite e não sofrerem algum tipo de violência. Como disse Vitória: *“Eu gosto daqui. É mais tranquilo. Eu posso sair e entrar qualquer hora”*. A Clara revelou que ao ponderar entre pagar um aluguel mais barato ou morar em um lugar menos violento, a segurança falava mais alto: *“As haitianas que moram lá [Ceilândia] falam que o aluguel é mais baixo, que vai fazer*

*mais economia. Mas pra mim, a minha vida é mais importante. Eu prefiro pagar mais caro”*. Ceilândia tem a popularidade de ser uma cidade satélite mais perigosa.

Algumas, inclusive, afirmaram não considerar o Brasil um país perigoso para uma mulher imigrante. A Sofia deixou bem clara a sua motivação de ter deixado o Haiti: *“Eu vim aqui por causa da segurança. Porque no Haiti não é o mesmo que aqui. É guerra civil. Aqui tem mais segurança”*. O que foi confirmado pela Liline sobre a região onde morava no Haiti: *“Teve essas questões de problemas sociais, de guerras entre bairros que me incomodava. Tinha medo!”*. Uma interlocutora, recém-chegada ao Brasil, relatou o trauma que ficou desse contexto de violência no seu país. Ela afirmou: *“Quando eu cheguei aqui, escutava uns barulhos de carro que parecia arma e eu fiquei com medo como quando estava no Haiti. Porque no Haiti sempre tem barulho de arma. Eu fiquei muito assustada”*. Apesar das dificuldades vivenciadas no Brasil, algumas haitianas avaliaram como positiva sua vinda para o país por causa da segurança: *“[Aqui] É melhor pra viver. Você pode ter dificuldade, mas tem segurança, tem a gente que pode te ajudar”* (Mia).

Contudo, essa aparente sensação de segurança no Brasil, e mais especificamente em Brasília, precisa ser ponderada, pois muitas interlocutoras relataram situações em que sofreram assaltos, e os ladrões levaram seus celulares ou outros objetos. Uma das perguntas do questionário foi se elas sentiam medo de morar em algum lugar do Brasil. As participantes ficaram divididas: 42,4% afirmaram que sim e o mesmo percentual, que não. E 15,2% delas não souberam responder. Dentre estas, a maioria era recém-chegada e conhecia pouco sobre o país, além de ter chegado no período de isolamento social, ocasionado pela pandemia. Quanto as que afirmaram ter medo, os lugares mais citados em Brasília foram: Ceilândia e Samambaia (*“Eu tenho medo no Ceilândia, Samambaia. Porque tem pessoa que falou que tá muito perigoso.”* – Vitória); as quadras 38 e 40 do Guará II (*“Eu tenho medo da 40. É por isso que eu e meu comadre não vive mais junto. Ela tem medo do 38 e eu tem medo do 40 [risos].”* – Maria); e Estrutural (*“Eu chego aqui quase 11 horas [da noite]. Cada uma desce num lugar [diferente]. É perigoso, mas Deus cuida de mim.”* – Nahomie).

E muitas relataram terem medo da cidade de São Paulo por causa das notícias que viam nos telejornais, especialmente aqueles mais sensacionalistas, como relatou a Liline: *“[Tem medo de] São Paulo. Pelo que eu escutei. Também eu vi na Cidade Alerta. Eu vi as coisas que tão acontecendo. Não sei se é verdade [...]”*. A própria Liline vivenciou experiências de violência no Brasil por duas vezes:

*Já fui ameaçada em Santa Catarina [...]. O cara apontou uma arma. A gente tava saindo da igreja. No meu país, que não tem segurança, nunca aconteceu comigo. Isso me chocou muito. Porque eu não esperava isso no Brasil. Eu esperei mais pra lá [Haiti]. [...] No Eixo Sul [Brasília] também. Eu tava indo pra faculdade. Quando eu morava na W3 Sul, às vezes, eu ando de lá [até a UnB]. Entrei por dentro [da passarela subterrânea para pedestres] [...]. Eu sempre tinha um medinho. Eu fui entrando [...], não vi de onde o cara saiu. Ele veio com uma faca. Fiquei assustada. Eu gritei. Eu corri. Eu achei que tava morta. [...] Eu larguei a bolsa no chão. Ele ficou na bolsa, e deu tempo pra subir. Eu cheguei lá em cima, onde tem os carros passando. Eu pedi socorro. Ninguém parou. Eu fiquei com desesperança! (Liline)*

Por isso, quando observamos os relatos anteriores, sobre a suposta segurança no Brasil, precisamos interpretar tais afirmações com cuidado. Pois as haitianas estão tomando como parâmetro a situação caótica em seu país de origem. Então, por comparação, o Brasil parece um lugar seguro para mulheres imigrantes, como podemos confirmar na fala da Claudia: "*Aqui é mais ou menos, em comparação ao Haiti*". Jozeline foi mais específica: "*Aqui, se um ladrão pegar nós, pega só a bolsa e corre. Lá no meu país, pega e corta a garganta.*".

Apesar das haitianas não perceberem o Brasil como um país violento para mulheres imigrantes e, de fato este ser um problema ainda subnotificado, há diversas formas nas quais essas mulheres em movimento podem ser submetidas a situações graves de violência. Seja por meio do tráfico de pessoas para fins de exploração laboral ou sexual (SASSEN, 2006; LEAL; LEAL, 2002); seja por violência doméstica, em que elas preferem silenciar por causa de uma cultura machista já enraizada (BRANDINO, 2015), ou mesmo pelo medo de gerar outros problemas, principalmente quanto a sua situação migratória no país; seja por racismo e xenofobia, especialmente no ambiente de trabalho (IPEA, 2015; DIEME; TONHATI; PEDEDA, 2020).

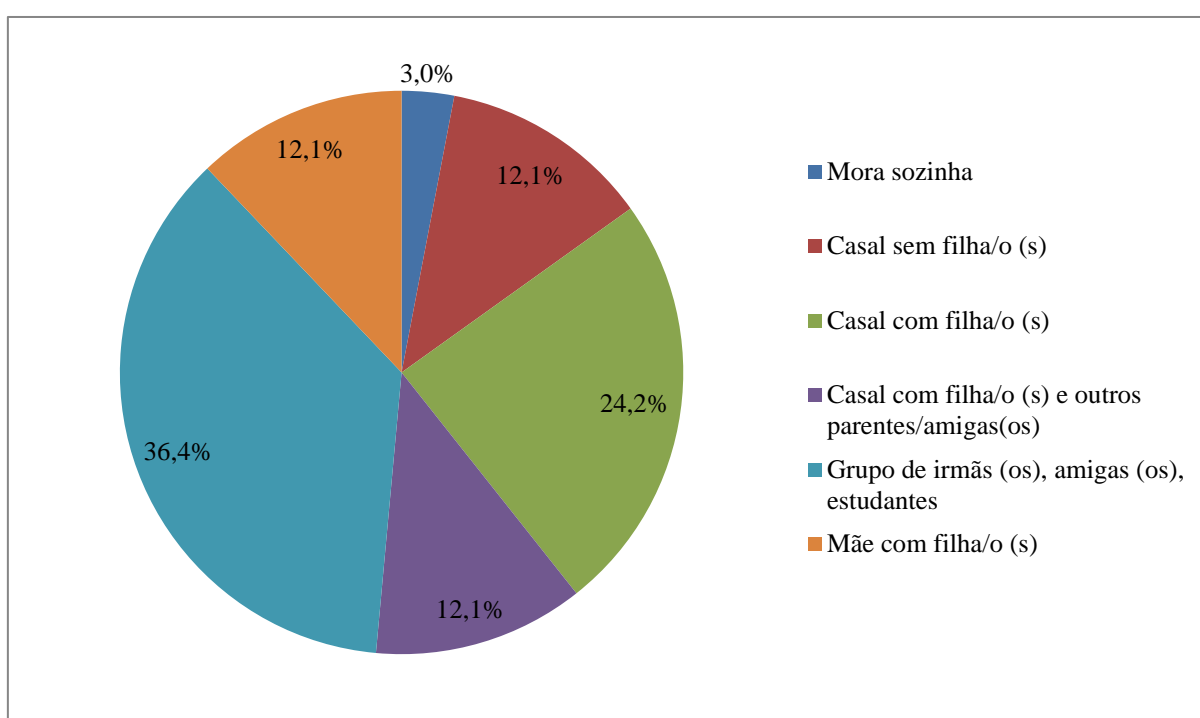
Agora passarei a mostrar como essas mulheres estão inseridas em grupos familiares no Distrito Federal e como suas redes sociais e migratórias continuam atuando de forma a dar sustentação à sua permanência no Brasil, incluindo outros personagens a essas redes, a exemplo das instituições.

### 3.4. A VIDA NO BRASIL: FAMÍLIA E REDES

A configuração familiar dos domicílios pesquisados mostra que a população imigrante haitiana compartilha de um espírito de solidariedade mútuo. No sentido mesmo de redes de apoio, inclusive, cedendo espaço em suas moradias para abrigar parentes e amigas. Ou até desconhecidas que vão chegando ao país, recomendadas por outras haitianas, alterando assim

o desenho doméstico do grupo familiar. Por isso, não parti das categorias comumente apresentadas em pesquisas com nacionais, uma vez que os arranjos domiciliares em contexto migratório apresentam características próprias: famílias que se separam na emigração e famílias que se reencontram ou se formam na imigração, que não são necessariamente consanguíneos. Assim, preferi perguntar com quem essas mulheres dividiam a moradia, para depois tentar categorizar seus grupos domésticos para fins de análise. Com base nesse critério, vejamos o gráfico abaixo:

**Gráfico 14** - Haitianas participantes da pesquisa segundo configuração do grupo doméstico



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

No caso das participantes desta pesquisa, podemos ver no gráfico que boa parte delas vive em contexto de república, com 36,4% convivendo com irmãs e/ou amigas, e uma delas, se insere no âmbito universitário. Essa configuração se mostrou bastante comum entre elas que, a partir de suas redes migratórias e sociais, vão se ajudando por meio do compartilhamento da moradia, o que reduz custos e a solidão. Apenas uma delas decidiu morar sozinha após uma experiência infeliz com uma amiga haitiana, em Manaus, que furtou suas economias (dólares que havia recebido da mãe na vinda para o Brasil e que guardava para necessidades emergenciais).

Uma configuração igualmente expressiva (36,3%) é aquela mais conhecida como família nuclear, formada por casal com ou sem filhos/as. Outras famílias de tipo nuclear se tornaram mais extensas (12,1%) ao incorporarem parentes e/ou conterrâneos que vão chegando do Haiti. Esses casos mostram uma relação solidária de ajuda mútua, na qual todas saem beneficiadas: a pessoa acolhida encontra um lugar e uma família para viabilizar sua estada inicial no país de imigração, além de minimizar o choque cultural, pelo compartilhamento de um estilo haitiano de viver; mas a família acolhedora também ganha um reforço para o seu orçamento tão logo aquele parente ou conterrâneo consiga um trabalho. É o caso do domicílio da Vitória, que acolhe o cunhado e um amigo, e ambos ajudam nas despesas e trabalhos domésticos: *“A pessoa não só pode morar sozinho. Mesmo família, eu, meu marido e filho, tem que ter outra pessoa pra ajudar”*. Além do fator econômico, encontrar um lar haitiano no Brasil, durante a fase inicial da imigração, traz diversas vantagens, como acrescentou Vitória: *“É mais fácil. Porque você não vai pagar aluguel; ele vai passar informação pra você; vai procurar emprego; documento vai fazer pra você. Mas quando você não tem ninguém vai ficar mais difícil”*.

E temos ainda o arranjo de domicílios compartilhados entre mães e filhos, mas que ultrapassa a lógica de família monoparental, conforme conhecemos. Trata-se, em alguns casos, de filhos que trouxeram suas mães para o Brasil. Estes compartilham com elas a mesma moradia e, nos casos analisados, é o filho quem sustenta a mãe no país. Tem caso em que a mulher tem companheiro no Haiti, mas veio primeiro, trazida pelo filho que lhe antecedeu, e pretende juntar dinheiro para mandar buscar os que ficaram: *“Tem um filho, o companheiro e a neta, que ficaram no Haiti. Ainda não posso trazer porque não conseguir trabalho. Tenho que pagar dinheiro que pegamos emprestado para pegar emprestado de novo”* (Madoche). Quanto ao tamanho desses grupos domésticos, a comunidade haitiana no DF é formada por famílias pequenas, sendo a grande maioria (63,6%) dos domicílios compostos por até três moradores; e 30,4% com quatro ou até cinco pessoas; 6,1% não responderam.

A atuação das redes sociais ultrapassa o apoio para a viagem e acolhimento inicial. Há uma perenidade nas relações de ajuda mútua dessa comunidade no Distrito Federal, que se manifesta em diversos momentos, principalmente naqueles em que a haitiana mais precisa de ajuda, como na fase da maternidade. Foi o caso da Ilene: *“Quando eu ganhei nenê, tem gente [amigas haitianas] que veio aqui e ajuda a fazer comida, a fazer tudo”*. E da Clara, conforme relatado pela Sherley: *“Quando Clara tava ganhando nenê, eu contei vinte haitianos no hospital pra ajudar ela. Chegou de manhã, foi embora à noite”*. Também é recorrente o apoio na indicação de trabalho: *“Tem uma amiga que ligou pra mim: ‘Sherley, você pode ir lá*



*trabalhar um dia por cem reais?’’ (Sherley). A ajuda algumas vezes também vem de longe, especialmente dos Estados Unidos, Canadá e Chile, por meio de parentes, amigos e namorados que têm mais condições econômicas para socorrer em situações emergenciais, como já vimos. E, em alguns casos, a ajuda vem de forma periódica: “[...] meu pai pagar tudo, aluguel, paga boleto, paga comida, pagar tudo, porque eu trabalhar não. Meu pai que manda tudo [dos Estados Unidos]” (Maria).*

Além do apoio da rede social mais pessoal, vinda de integrantes do círculo de parentesco e conterraneidade, houve ainda o apoio de uma rede institucional de assistência a imigrantes. 48,5% das mulheres receberam esse tipo de assistência aqui no Brasil. Dessa ajuda, 42,4% vieram de entidades religiosas (a exemplo da Igreja Batista no Caminho, para as haitianas batistas do Guará; além do Instituto de Migração e Direitos Humanos – IMDH, que fica no Varjão; e da Cáritas, no Plano Piloto). Em menor expressão, também foi citado o apoio institucional acadêmico por estudantes haitianas que receberam ou ainda recebiam bolsa da CAPES e auxílio estudantil na UnB e UFSC, bem como da Embaixada do Haiti no Brasil. Como podemos perceber nos relatos abaixo:

*A Caritas me ajudou na solicitação de Refúgio. (Maria)*

*[A igreja ajuda com] Cesta básica, mesmo antes da pandemia. (Anastasia)*

*Só uma vez fui no Varjão, na casa de refugiados [IMDH]. Mas é muito longe. (Madoche)*

*Quando eu cheguei em Brasília, eu recebi apoio da Embaixada do Haiti. Eu fui atrás de aluguel. Porque quando eu cheguei tava muito difícil, porque eu não conhecia ninguém aqui [...]. (Liline)*

As organizações não governamentais, sobretudo as de cunho confessional, são quem efetivamente realizam o acolhimento e a assistência humanitária aos imigrantes no Brasil. Algumas possuem parcerias com organismos internacionais e órgãos públicos nacionais para a execução de programas, projetos e benefícios destinados a esse público. Sem desmerecer a significativa e imprescindível contribuição e atuação da sociedade civil nessa seara, que sem a qual a vida das imigrantes e refugiadas seria muito mais difícil no país, esta forte presença revela, ambigualmente, a ausência do Estado (SILVA, 2017b). Muitas delas o fazem apenas com a boa vontade, sem qualquer contrapartida de recursos de instituições internacionais ou nacionais. Contudo, há que se fazer também a crítica do que essas parcerias público-privadas representam no campo da concretização dos direitos dessa população.

Diversos estudos, sobretudo no campo teórico da política social, têm analisado essa questão, mostrando que o elemento da solidariedade na execução de políticas públicas representa uma saída menos onerosa para o Estado na execução da proteção social no país. Ou seja, a ideia de solidariedade, voluntariado, participação do terceiro setor é um caminho funcional ao projeto neoliberal de reforma do Estado (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004). Montaña (2010) é um forte crítico dessa transferência da execução das políticas públicas de cunho social para o chamado terceiro setor<sup>184</sup>. Na sua análise, isso é um produto das transformações do capital.

Nesse contexto, uma parcela grande de ONGs assume a execução de ações e programas sociais de responsabilidade constitucional primária do poder público, o que retira dessa prestação de serviço o caráter universal e continuado, tornando-a pontual e seletiva. É o direito transformado em “ajuda”. Exemplo disto, no campo migratório, é o citado por Silva (2017b, p.109): “a Pastoral do Migrante acabou assumindo uma dupla função: a de encaminhar para o trabalho, que deveria ser exercida por [...] Serviço Nacional de Emprego; e a de ‘regular’ as relações de trabalho, tentando evitar possíveis abusos contra [...] imigrante”. Essa tendência não é exclusiva do Brasil. Parsanoglou e Papadopoulos (2019) nos mostram que grandes organizações migratórias, como no caso estudado – o Intergovernmental Committee for European Migration (icem), criado em 1952 com o objetivo de gerenciar as migrações de origem europeia para países ultramarinos –, terceirizava seu trabalho para organizações voluntárias nacionais, internacionais ou religiosas.

Podemos perceber a pontualidade da “ajuda” dessas redes institucionais do terceiro setor nas falas abaixo:

*[Ajuda] Das mulheres católicas da Igreja do Varjão [IMDH]. Elas davam cesta básica. Deram três vezes. Mas elas não querem dar mais. (Joana)*

*[...] Pararam de me ajudar porque cortou o curso né. Eles [Embaixada do Haiti no Brasil] podia me ajudar se eu continuar lá no curso. Sair da UnB influenciar nisso também. (Liline)*

*O pastor dá a cesta básica. Não é todo mês. Algumas vezes [...]. (Misoula)*

---

<sup>184</sup> “O chamado ‘terceiro setor’, [...] que é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, daria origem a uma ‘esfera pública não estatal’, constituída por ‘organizações da sociedade civil de interesse público’. No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de natureza as mais variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba sob o mesmo título, as tradicionais instituições filantrópicas; o voluntariado e organizações não governamentais: desde aquelas combativas que emergiam no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada ‘filantropia empresarial’”. (IAMAMOTO, 2001, p. 25).

Uma importante forma de atuação da sociedade civil, fora desse campo da prestação assistencial direta, mas que pode incidir positivamente nessa área, foi a elaboração coletiva de uma carta<sup>185</sup>, datada de 31 de maio de 2021, destinada aos gestores da política migratória do MJSP. 43 instituições denunciavam as condições precárias de vida que imigrantes e refugiados estavam vivenciando durante a pandemia, em razão das medidas restritivas criadas pelo Estado, que os impediam de entrarem no Brasil. E, os que já estavam em território nacional, não conseguiam obter o documento migratório nos postos da Polícia Federal. A falta da autorização de residência ou de protocolo de refúgio no país fechava diversas portas institucionais e do mercado de trabalho, criando obstáculos para a própria sobrevivência e deixando essas pessoas em grave situação de risco e vulnerabilidade social. Essa iniciativa foi louvável e certamente, caso o poder público tenha dado a devida atenção, podem trazer resultados significativos para essa população durante uma fase tão aguda como a da pandemia.

Não obstante a importância dessa rede institucional solidária de apoio às imigrantes, 51,5% das participantes afirmaram não ter recebido auxílio de nenhuma instituição no Brasil. Foram recorrentes as falas que expressavam o sentimento de desconforto em pedir ajuda.

*[...] Eu não pedi não. Por ocasião, se o pastor chamar: Chelo, tem cesta básica. Eu digo: Tá bom, obrigada! E vou buscar lá. Eu não pedi não. [...] Eu não gosto disso não [risos]. (Chelo)*

*[...] Eu quase não receber nada. Pidi eu não pide. Eu precisei, eu não pide. Eu tenho vergonha. Eu não gosto de pide. A igreja dá cesta básica. (Ilene)*

*Eu não gosto quando a pessoa me ajuda demais. [...] No meu coração tá doendo eu ver ela faz muita obrigação pra mim. Eu não gosto isso. [...] Eu não gosto quando a pessoa faz muito pra me deixar bem. Não gosto quando a pessoa sofre pra mim. (Maria)*

Interessante que muito antes de iniciar a fase de campo, conversei com uma informante-chave que atua junto a imigrantes no DF. Numa conversa informal, ela compartilhou comigo suas impressões pessoais sobre as mulheres haitianas. Primeiro me advertiu que eu teria muita dificuldade para entrevistá-las em razão do perfil delas. E aí, descrevendo-as, me afirmou que elas são fechadas e falam pouco; têm dificuldade de encarar seus interlocutores nos olhos, talvez por julgarem que são pessoas superiores a elas; e que boa parte delas tem uma relação de submissão ao marido.

---

<sup>185</sup> Divulgada no Informativo nº 11/2021, de 30/06/2021, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Disponível em: [http://www.abant.org.br/files/20210624\\_60d4e0d462c1f.pdf](http://www.abant.org.br/files/20210624_60d4e0d462c1f.pdf). Acesso em 27 jul. 2021.

E quanto à questão de pedir ajuda, a informante-chave se mostrou intrigada com essa característica, afirmando que elas não gostam de pedir, e quando o fazem, nunca dizem exatamente o que querem, talvez por vergonha ou orgulho; e as considera pouco agradecidas, por não reconhecerem o esforço institucional de tentar ajudá-las apesar dos recursos limitados. E, por fim, concluiu que talvez tudo isso esteja relacionado às questões culturais do povo daquele país. Na minha análise, independente de ser uma questão cultural ou pessoal, entendo que essas mulheres têm direito de não se sentirem à vontade numa relação de dependência de um outro, inclusive institucional.

Silva (2017b) problematiza essa questão mostrando que de fato imigrantes haitianos fazem uso de suas redes migratórias para atender suas necessidades mais imediatas, mas são críticos quanto a serem tratados como vítimas pelas políticas públicas. E esse perfil os levou a assumir um papel ativo nos fóruns de discussão durante a construção da proposta de lei do novo marco legal de migração. Joseph (2015a) também mostra em sua tese esse perfil associativista e a participação social de imigrantes haitianos em espaços de debate sobre temas de seu interesse no Brasil. Diversas haitianas que entrevistei também relataram seu histórico de participação em ONGs e associações haitianas, religiosas ou laicas, vinculadas às causas sociais. Em Brasília não identifiquei esse perfil mais participativo delas em movimentos e organizações sociais locais. Talvez em razão de estarem vivendo no nível da sobrevivência, sem condições de pensarem em outras dimensões da vida social. E mais ainda em aberto ficou a dúvida se movimentos sociais feministas e etnicoraciais têm buscado aproximação com essas mulheres.

O relato acima compartilhado, vindo de alguém experiente na atuação junto às haitianas no DF me deixou um pouco apreensiva e com uma visão prévia enviesada das participantes deste estudo. Cheguei, inclusive, a cogitar se deveria mudar meu grupo de análise para imigrantes de outra nacionalidade. Por outro lado, acreditava na viabilidade do meu projeto de pesquisa. Na fase de campo, confirmei que muitas haitianas são realmente tímidas e falam pouco. Contudo, outras se revelaram mulheres muito alegres, espontâneas e falantes. Podemos perceber essa característica pela duração das entrevistas, cuja maioria durou em média 60 minutos e, algumas chegaram a durar até mais de duas horas, sendo necessário dividi-las em dois momentos, para evitar o contato prolongado durante a pandemia.

Voltando à questão das redes sociais de apoio durante a estada no país de imigração, essas mulheres também acabam se tornando a rede de outras haitianas e haitianos, como ponto de apoio e referência aqui no Brasil. As experiências difíceis que passaram geraram em

muitas delas o desejo de minimizar o sofrimento de seus conterrâneos quando chegam aqui no Brasil. Como podemos perceber na fala da Maria, que vive das remessas do pai, mas que às vezes trabalha exclusivamente para ajudar algumas de suas amigas que enfrentam necessidades:

*[...] Quando eles me pedir alguma ajuda, eu não posso falar com meu pai. Eu que tem que ajudar. Porque meu pai já me ajuda. Eu não posso pedi pra ele ajudar outra pessoa. Ainda eu vou trabalhar pra ajudar essas meninas. Ela falar: “Maria, tô sem comida”. “Eu não posso ir na escola porque não tenho dinheiro pra pagar passagem”. É difícil! Às vezes, eu trabalhar pra ajudar eles. (Maria)*

A Misoula relata as dificuldades pelas quais passou, principalmente quando seu irmão, que mandou buscá-la, deu um ultimato para ela “*se virar*”. Em suas palavras, ela veio conhecer o sofrimento no Brasil. O que também lhe tornou solidária ao sofrimento dos seus conterrâneos. Obviamente é uma história de memórias fragmentadas, em que um parágrafo abrange uma longa dimensão temporal. Mas nos permite vislumbrar o sentimento de solidariedade entre as redes sociais haitianas, que Truzzi (2008) vai chamar de “capital social de solidariedade”. Vejamos uma breve passagem de sua história sobre como ela se tornou rede de outros haitianos no Brasil:

*Eu passei muito dificuldade, eu passei fome. Eu fiquei um ano na casa do meu irmão. [...] Depois ele falou: “Você tem que se virar”. E depois eu alugar um lugar. Eu fiquei sem televisão, sem geladeira, sem nada. Sem trabalho. As roupas de sair eu coloquei no chão pra dormir. Eu pensei ir embora, só minha mãe não deixa: “Não. Eu já gastei dinheiro. Tem que trabalhar pra ajudar nós”. Eu tava [morando] com outros dois amigos. Eles tava trabalhando. [Para pagar o aluguel] Eu ficava enrolando eles. Pedindo a muitas pessoas. Eu acho que fiquei uns dois anos [sem trabalho]. E também depois eu falei: eu vou fazer uma mudança, pra ajudar outras pessoas que vem e não tem família. E eu ajudar muita gente aqui no Brasil. Minha casa tinha dez pessoas. Eu ajudei com trabalho, eu dei comida, eles não pagar aluguel até a pessoa tá trabalhando. E quando um arranjar um trabalho, sair e alugar uma casa. Porque eu sofri muito, entendeu? Lá no Haiti eu não fazer nada, só estuda, chegava em casa comida já tá pronta, minhas roupas. Minha mãe pegava gente pra trabalhar com a gente, pra limpar, pra lavar, pra fazer comida, pra pegar água pra mim tomar banho. E quando eu cheguei aqui é muito diferente. Eu começar a sofrer. (Misoula)*

A Lia também nos mostra como o movimento de sororidade<sup>186</sup> entre as mulheres imigrantes se manifesta por meio dessas redes de apoio, até mesmo entre desconhecidas. Ela também citou a existência de um grupo internacional de WhatsApp, integrado por haitianas e

---

<sup>186</sup> Este é um termo bastante utilizado durante a segunda onda feminista, para representar a solidariedade entre as mulheres ou “classe de mulheres” (MOLINIER, 2012, p.14).

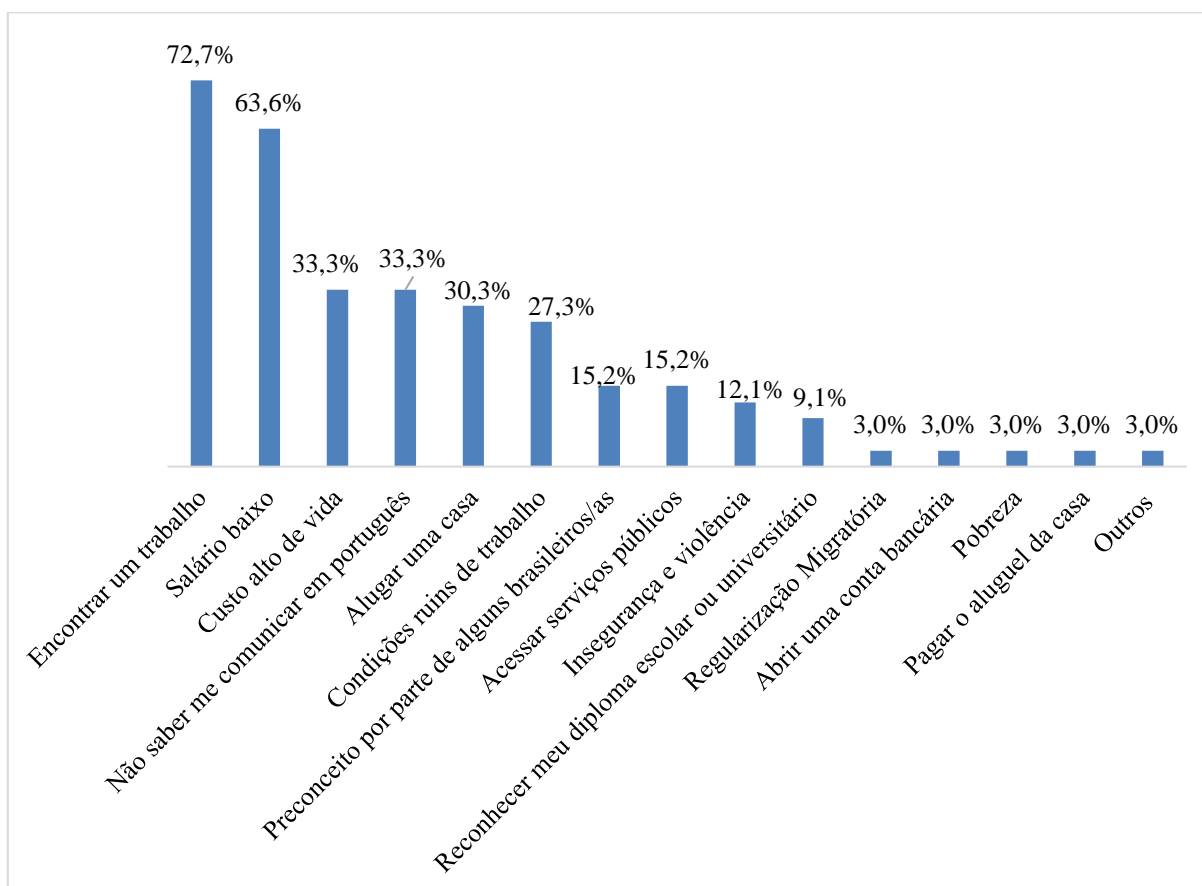
haitianos de diversos lugares do mundo, do qual ela faz parte. Mas não quis dar muitos detalhes sobre esse grupo:

*Eu ajudar depois que chegou aqui no Brasil. Ajudava com lugar pra dormir, pra comer, pra tudo. Eu conhecia elas no grupo do Whatsapp. Alguém falou [no grupo]: “Eu não tenho ninguém pra me ajudar”. Eu falei: “Vem aqui. Vem morar comigo”. [...] Agora ela mora em Santa Catarina. É um grupo de outros países, não só Brasil. É internacional. Tem homem, mulher no grupo. Aqui no Brasil entrei no grupo. (Lia)*

Essas redes sociais têm sido muito importantes como amparo para as mulheres haitianas no Distrito Federal e no Brasil, principalmente porque para elas é uma obrigação ajudar um parente ou conterrâneo onde quer que esteja, estando ao seu alcance fazê-lo. Recorrer a essas redes mais pessoais não se mostrou algo constrangedor, como no caso das redes institucionais. Embora ambas exerçam um papel importante na permanência dessas mulheres no Brasil. E, em momentos de dificuldades, são as redes que criam uma teia de proteção para elas não caírem na pobreza extrema. Neste sentido, passarei a mostrar quais as maiores dificuldades que elas enfrentaram no Brasil.

### 3.5. A VIDA NO BRASIL: PRINCIPAIS DIFICULDADES

Um dos interesses deste estudo foi identificar as dificuldades sofridas por essas mulheres no Brasil. Inicialmente, esta foi uma pergunta do questionário virtual, com sugestão de respostas objetivas, baseadas em outros estudos já realizados que apontavam essas situações como barreiras para a integração da população haitiana no país (JOSEPH, 2015a; IPEA, 2015; RIBEIRO, 2015, 2016; SILVA; FERNANDES, 2017). A questão foi aprofundada nas 25 entrevistas realizadas. Todas as participantes citaram uma ou mais situações que tornavam suas vidas mais difíceis no Brasil. Vejamos as respostas no gráfico abaixo:

**Gráfico 15** - Haitianas participantes da pesquisa segundo principais dificuldades enfrentadas no Brasil

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais e as 25 entrevistas.

As citações mais recorrentes que expressam as suas dificuldades no Brasil estão relacionadas ao mercado de trabalho: o acesso (72,7%), o salário (63,6%) e as condições laborais (27,3%). A Joana reconhece esta como a principal dificuldade que lhe descortinou o Brasil real: *“Eu já sei como é quando uma pessoa não trabalha aqui”*. A Sofia já entendeu que é difícil ficar sem trabalho *“porque aqui tudo é dinheiro”*. E a Madoche coloca isto de forma mais concreta: *“Se uma pessoa chega e não encontra trabalho pra pagar aluguel, comprar comida, a vida fica difícil do mesmo jeito do Haiti”*. Além de gerar o sentimento de impotência e frustração, como expressou a Chelo: *“No primeiro mês chorar toda hora. Quando marido ia trabalhar, eu fica sozinha em casa. Pensa, pensa! E eu acho quando entra [no Brasil] eu ia trabalhar pra ajudar minha família. Quando eu entro, não tem emprego, não tem nada para fazer”*. A Nahomie também enfrentou essas mesmas dificuldades com o desemprego. E, após se inserir no mercado de trabalho, vieram outras dificuldades nesse campo, como o salário baixo e as duras condições de trabalho:

*Você tem que trabalhar dobrado todo dia e você não pode reclamar de nada [...]. Você gasta mais que você recebe. Você faz seu serviço pra receber mais, e vai receber menos. Não paga tudo. Imagina, eu trabalhando três domingos dobrado, por que eu não recebo 1500, 1600 mais ou menos? Porque é domingo dobrado. E cadê o dobro? (Nahomie)*

A inserção laboral e as relações de trabalho das haitianas residentes no Distrito Federal serão aprofundadas na terceira parte desta tese. Por hora, este tema foi apenas pontuado como uma (e maior) das muitas dificuldades que essas mulheres enfrentam no Brasil. Se destacaram ainda dificuldades vinculadas ao atendimento de suas necessidades básicas: custo de vida alto (33,3%), aluguel da moradia (33,3%) e acesso aos serviços públicos (15,2%), inclusive à educação (reconhecimento de diploma para 9,1% delas). A Nahomie, que está no Brasil há quase seis anos, percebe que, de 2014 para cá, a vida ficou mais difícil, e a crise econômica tem reduzido o poder de compra da população: “[...] agora tem muita dificuldade de serviço, crise, subiu tudo. Antigamente, em 2014, o Brasil tava muito bom. O Brasil é grande, só o dinheiro que não vale nada agora”.

Os últimos relatórios anuais do OBMigra já vinham sinalizando a percepção da crise econômica brasileira no movimento migratório internacional. O que se expressa, sobretudo, no mercado de trabalho e nos rendimentos, afetando diretamente as condições de vida e, portanto, o atendimento das necessidades humanas dessa população. O Relatório de 2016 informa que desde 2010 o mercado de trabalho brasileiro vinha absorvendo progressivamente a mão de obra imigrante, com saldos positivos entre o número de admissões e demissões. A nacionalidade haitiana foi a responsável por puxar os números para cima e se manterem ainda com saldos positivos, mesmo quando se instaurou a crise econômica em meados de 2014, trazendo forte impacto sobre a empregabilidade no país (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2016; SIMÕES *et al*, 2019).

Os efeitos dessa crise só foram sentidos por trabalhadores imigrantes a partir de outubro de 2015 e, mais fortemente nos primeiros meses de 2016, quando os saldos se mostraram negativos (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2016). O que também foi sentido nos seus rendimentos médios. No último relatório da OBMigra, a série histórica analisada mostra que, em 2010, a força de trabalho imigrante, inserida no mercado formal, recebia uma média mensal de 10,6 mil reais em 2010; que caiu para 7,6 mil reais, em 2014; e, em 2019, era 5,3 mil reais (HALLAK NETO; SIMÕES, 2020). Embora esses números agregados não



permitam uma percepção mais detalhada e específica do caso haitiano<sup>187</sup>, os exponho com o fim de termos uma noção do impacto da crise nos salários da mão de obra imigrante no país. A recuperação do volume de imigrantes no trabalho formal começou a dar sinais positivos a partir de 2017, mais uma vez influenciada pela presença da força de trabalho haitiana, cuja participação no mercado laboral ampliou, chegando a 35,7% em 2018 (SIMÕES *et al*, 2019).

O difícil acesso às políticas públicas também é uma agravante das condições de vida dessas mulheres imigrantes no Brasil. Especialmente na área da saúde, apareceram relatos de reclamações, como da Mia: *“Saúde eu vai no particular. Eu fui no posto de saúde da 38 [Guará II] e não resolveram nada comigo. Eu vou lá na clínica particular, pagou muito, muito, muito caro. E resolveu”*. Mas também relatos com elogios, como da Liline: *“[...] Aqui tem um bom atendimento. É fácil acessar. É igual [para brasileiros e estrangeiros]. Precisa dos mesmos documentos. Tem lugar que te tratam melhor que brasileiro. [...] na W3 Sul [...] A mulher até tentou falar minha língua e também dá mais atenção”*.

Essa percepção haitiana das políticas sociais brasileiras, que tem como referência comparativa suas vivências no Haiti, foi estudada pelo haitiano Jean Baptiste (2019b, p.1-4), cuja pesquisa evidenciou a “re-descoberta de um outro modelo de Estado interventivo pelos imigrantes e dos elementos de contrastes nos atendimentos” (p.1). Segundo o autor, os haitianos chegados ao Brasil (mais especificamente ao município de Cambé-PR) vinham de uma experiência sócio-histórica no país de origem que ele chama de “Estado contestado” (p.3). Trata-se de um Estado autoritário desde a sua independência, com raras experiências concretamente democráticas; que subordina o país aos interesses do grande capital internacional; que abriu as suas portas para a atuação de ONGs estrangeiras, enfraquecendo e limitando a sociedade civil local; que governa pela política do medo e gera conflitos sociais e raciais entre a elite política mulata e a elite intelectual negra; e que joga a maioria da sua população na pobreza extrema. Nesse contexto, a “[...] população – pobre e negra – tratada de maneira desigual no sistema, contesta o Estado e resiste contra ele” (p.4).

As políticas sociais espelham os antagonismos de classe e as contradições das relações sociais no interior do sistema capitalista. Portanto, as políticas sociais haitianas, inevitavelmente, refletirão esse “Estado contestado”. Jean Baptiste (2018) nos mostra algumas características que as políticas de assistência à população haitiana assumem nesse modelo de Estado: (i) na educação, as escolas são concentradas principalmente nas áreas urbanas, e como instrumentos de dominação, privilegiavam os filhos das elites em detrimento da população

---

<sup>187</sup> O Relatório Anual 2020 do OBMigra apresenta dados desagregados que permitem uma melhor percepção a partir das diferenças regionais, de gênero, de nacionalidade, de tipo de inserção, dentre outras.

mais pobre e rural; (ii) na saúde, com infraestrutura inadequada, insuficiente e ineficiente, apenas 38% do sistema é totalmente público; em 2017, o Haiti tinha 1,4 médicos por 10 mil habitantes<sup>188</sup>; (iii) na assistência social e moradia predominam o caráter filantrópico, com forte presença do terceiro setor (ONGs) na gestão e execução da política; a atuação do Estado é caracterizada pela sobreposição de órgãos que atuam nessas áreas e uma relação clientelista com os usuários da política. Embora esses direitos sociais estejam afiançados pela Constituição haitiana de 1987, como dever do Estado e direito dos cidadãos, ainda é apenas uma garantia formal que não se concretizou na prática.

Esse modelo de Estado e a forma como tem negligenciado as necessidades do povo, especialmente dos mais pobres, trouxe diversas consequências, de acordo com Jean Baptiste (2018, p.10). Dentre elas, a imigração como uma forma de *Marronnage*<sup>189</sup> – de resistência contra a pobreza e fuga para encontrar uma vida melhor. E quando chegam aqui, trazendo consigo essa referência negativa de Estado, se surpreendem positivamente com o “papel do Estado através das políticas sociais brasileiras, na concretização de políticas, programas e projetos sociais, ainda que com imensas fragilidades e precariedades”.

No gráfico abaixo, podemos verificar quais as políticas públicas que as participantes deste estudo mais utilizaram no Brasil. Obviamente este é um dado que precisa ser analisado com ressalvas, tendo em vista que algumas haviam chegado recentemente e já se depararam com as restrições da pandemia, não conseguindo acessar os serviços públicos. Outras não reconheciam determinados serviços como parte de uma política pública. Por exemplo, nem todas percebiam o transporte público como uma política pública urbana, o que foi citado de

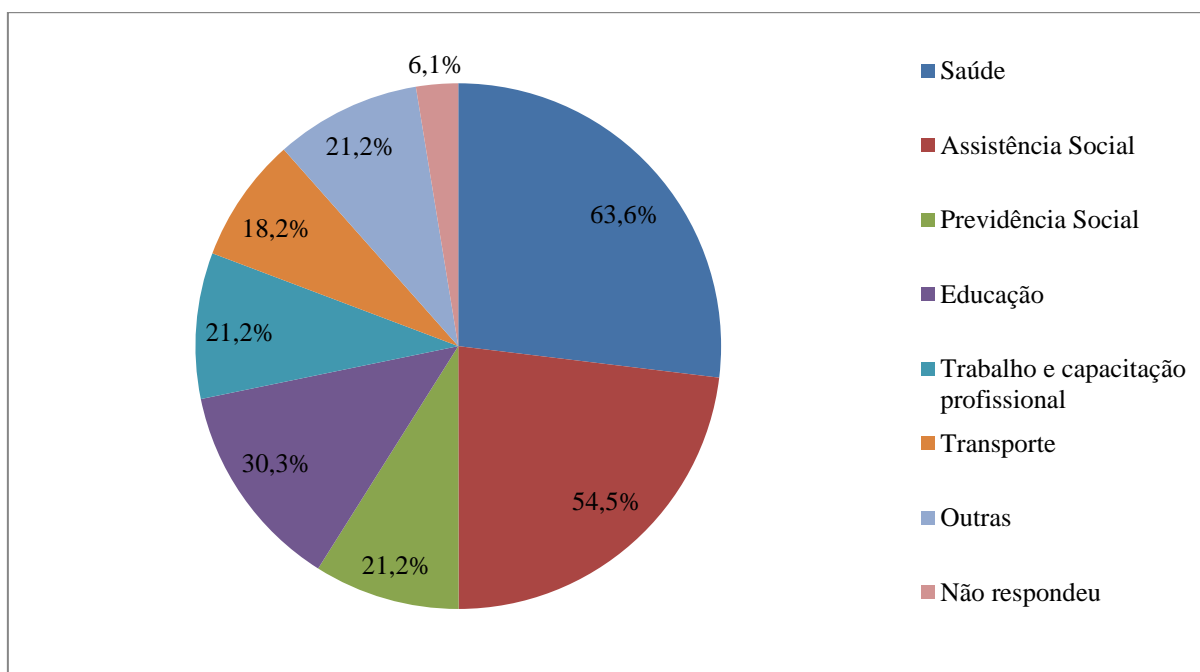
---

<sup>188</sup> A título de comparação, no mesmo ano o Brasil tinha 2 médicos por 1 mil habitantes, ou seja, uma proporção de 20 para 10 mil (INDEX MUNDI, 2020).

<sup>189</sup> Jean Baptiste (2018, p.4) explica que “*Marronnage* significa na língua crioula, fugir para viver livre, ou seja, reorganizar um lugar para morar e para se defender”. Joseph (2015a, p.67-68), em nota de rodapé (n. 33), aprofunda essa categoria, que cito na íntegra aqui para maior compreensão: “*Marronnage* vem da palavra espanhola *cimarronada* e refere-se ao fenômeno iniciado no regime colonial quando os africanos e seus descendentes escravizados na Ilha São Domingo fugiam dos trabalhos forçados e das condições dramáticas impostas pelo sistema colonial (James, 2000; Handerson, 2010). Os fugitivos eram denominados de *marron*. Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans)nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos. As pessoas costumam dizer: *Entèl nan maron*, fulano está fugindo, ou *Entèl nan kache* (fulano está se escondendo). A palavra *marronnage* está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, o deslocamento de um lugar para outro e também associada à categoria prática de *diaspora*. Nem sempre as pessoas acusadas de *marron* se consideram como tal, por mais que, de fato, possam estar no *marronnage* pelas razões evidenciadas, entre outras. Se a pessoa está em outro país como República Dominicana, quando volta ao Haiti, para as pessoas que ficaram e não a haviam visto durante o tempo de *marronnage*, ela pode ser chamada de *diaspora* pelo fato de ter ido residir em outro país por um tempo e depois voltado ao Haiti. No entanto, isso deve ser nuançado, porque, quando as pessoas sabem que o motivo da viagem é para se esconder em outro território, ele estava no *marronnage*, deixando de ser considerado e chamado de *diaspora*. Assim como o termo “refugiado” possui conotação ambígua e pejorativa, no Haiti, os termos *marronnage* e *marron* também são ambíguos e possuem suas nuances”.

forma mais crítica pela haitiana graduada em Arquitetura e Urbanismo e com mestrado iniciado na área de Transporte. Também não reconheciam os postos da Polícia Federal, onde se registram no país, como parte de uma política migratória, para além da segurança pública. E não reconheciam determinados benefícios como parte da política previdenciária. Embora percebessem que alguns deles (como férias, licença maternidade, seguro-desemprego) eram direitos relacionados ao trabalho com carteira assinada. Além disso, havia a necessidade de interpretar as citações das haitianas que não faziam essa categorização dos serviços públicos associando à sua respectiva política pública. Este foi um trabalho interpretativo da pesquisadora.

**Gráfico 16** - Haitianas participantes da pesquisa segundo políticas públicas mais utilizadas no Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Como podemos perceber no gráfico acima, as três políticas públicas mais utilizadas pelas imigrantes haitianas no Distrito Federal estão debaixo do grande guarda-chuva protetivo da seguridade social. A saúde (63,6%), a assistência social (54,5%), e previdência e trabalho (42,4%), que historicamente caminharam juntas na estrutura institucional brasileira. Somado a esse escudo de proteção social está ainda a política de educação, acionada por 30,3% das participantes.

Instituída pela CF/88, a seguridade social brasileira é um misto dos modelos alemão (bismarckiano)<sup>190</sup> e inglês (beveridgiano)<sup>191</sup>. Do primeiro, incorporou a ideia de seguro social para a classe trabalhadora, por meio da política de previdência; do segundo, trouxe a ideia de assistência pública, por meio de uma política de saúde universal e de assistência social para todos e todas que dela necessitem. Isto é o que temos de mais próximo do que podemos chamar de Estado de Bem-Estar Social. E nesta perspectiva, “a seguridade social pode garantir mais, ou menos, acesso a direitos, quanto mais se desvencilhar da lógica do seguro e quanto mais assumir a lógica social” (BOSCHETTI, 2009, p.327).

Contudo, essa base social tem sido ferida progressivamente pelas medidas de austeridade fiscal e emendas constitucionais, desde a década de 1990, o que compromete o seu ideário de cidadania, universalidade do acesso e primazia do Estado na condução das políticas sociais. Políticas estas necessárias para pavimentar o terreno da concretização dos direitos sociais das mulheres imigrantes, elencados no artigo 4º da nova Lei de Migração. Mas, como vimos no caso do Haiti, as políticas sociais brasileiras também não estão deslocadas do campo político dos conflitos e disputas sociais inerentes ao modelo de organização social vigente. O fundo público é uma arena onde concorrem diversos projetos políticos pelos escassos recursos disponíveis. A correlação de forças entre os grupos em disputa se mostrará mais determinante que a relevância da política pública em questão (OLIVEIRA, 2009; SALVADOR, 2010).

Esses antagonismos se refletirão nas desigualdades sociais e na capacidade de resposta das políticas públicas às necessidades da população. No campo migratório, relatórios internacionais (PNUD, 2009; OIM, 2013) identificam dificuldades de integração de imigrantes nos países de destino, sobretudo em políticas sociais fundamentais, como educação e saúde. Essas dificuldades aprofundam a pobreza, a vulnerabilidade, a discriminação e a desigualdade social envolvendo imigrantes e refugiados. O que afeta o seu bem-estar e

---

<sup>190</sup> De acordo com Boschetti (2009, p.324), “as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social do século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores. O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior”, dentre outras características.

<sup>191</sup> Também conhecido como pacto keynesiano. Em síntese, representou um modelo econômico com forte presença do Estado na regulamentação do sistema de produção capitalista, orientado pela doutrina econômica do economista inglês John Maynard Keynes (doutrina keynesiana) e pela doutrina social do estrategista político inglês William Beveridge (Sistema de Seguridade Social do Segundo Pós-Guerra). Esse modelo prevaleceu no período de 1945 a 1975, e compreendeu um conjunto de ações orientadas para o crescimento autossustentado que trouxe benefícios tanto para o capital quanto para o trabalho (PEREIRA, 2010).

desenvolvimento humano, principalmente para aqueles e aquelas que estão em situação indocumentada no país. Isso tem acontecido à revelia das obrigações do Estado para com essa população, que deve garantir-lhes direitos econômicos, sociais e culturais, independente de seu *status* migratório (ONU, 2010).

O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), que trata do acesso de imigrantes, apátridas e refugiados a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil, aponta para a invisibilidade dessas pessoas no âmbito das políticas sociais, sobretudo ao desconsiderar suas particularidades e necessidades específicas. Ribeiro (2016) aponta para uma narrativa bastante recorrente nos estudos sobre refúgio: da ausência relativa do poder público, expressa pela insuficiência de políticas públicas, como abrigamento e assistência, razão pela qual essas pessoas passam a viver nas margens do Estado.

De acordo com Silva e Fernandes (2017), o acolhimento, o domínio da língua e a discriminação racial e xenofobia são as principais barreiras para a integração de imigrantes no país. E ainda há o problema do despreparo das instituições públicas em lidar com o acolhimento inicial de imigrantes, como vimos no caso da chegada de haitianos no início da década passada; e, mais recentemente com o fluxo de venezuelanos, embora neste caso já acumulassem certa *expertise* do fluxo que lhe antecedeu. O acolhimento de imigrantes no Brasil não prescinde da sociedade civil (ONGs, entidades religiosas, associações de imigrantes etc.), que é a instância mais atuante na acolhida e assistência de imigrantes e refugiados no país.

Mas, nessa seara, a política pública de Assistência Social é imprescindível para corrigir desigualdades e amenizar as consequências sociais das políticas econômicas (ANDRADE; PEREIRA, 2019). As mulheres imigrantes, especialmente as negras e provenientes de países pobres, enfrentam os efeitos perversos das estruturas de discriminação nas sociedades de destino, juntamente com os grupos nacionais que possuem as mesmas características de gênero, raça e classe. Um estudo realizado por Andrade e Pereira (2019) revela que, não obstante o público majoritário da Assistência Social, no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), executado pelos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), ser composto por mulheres negras, há uma invisibilidade dos eixos de gênero e raça nessa política pública. Em decorrência disto, segundo as autoras,

Ao não reconhecer a cor/raça de seu público, o PAIF invisibiliza processos de subordinação ligados ao racismo, podendo naturalizá-los e reproduzi-los em suas ações. Nesse contexto, é imprescindível problematizar a inserção dos eixos gênero e raça na assistência social, de modo transversal e interseccional, para enfrentar as situações de vulnerabilidade e riscos vinculadas às discriminações de gênero e raça,

bem como buscar a superação das inserções desiguais das mulheres e pessoas negras, em especial das mulheres negras, na sociedade. (ANDRADE; PEREIRA, 2019, p.75).

Apesar do Estado e suas políticas públicas não serem unidades de análise deste estudo, é inevitável não trazer esses temas para dentro do debate da imigração feminina no Brasil, principalmente pelo compromisso deste estudo com a perspectiva da totalidade das relações sociais. Haja vista que no processo migratório internacional, a atuação do Estado, por meio de suas políticas, é determinante na qualidade de vida dessas pessoas em movimento migratório que chegam ao país. O que é especialmente verdadeiro para mulheres imigrantes que, assim como os homens, também participam na esfera produtiva, mas não têm uma retaguarda de apoio na esfera reprodutiva.

Embora a figura do mercado de trabalho tenha sido muito evidente nas falas das participantes deste estudo, a presença (ou melhor, ausência) do Estado também foi evidente quando elas relatam suas dificuldades de acesso às políticas públicas. O que revela as falhas do poder público no seu papel de garantidor dos direitos sociais. Quando essas mulheres se referiam ao Brasil como um *gran peyi*, em seu imaginário figurava um país capaz de absorver suas necessidades sociais e econômicas, promovendo uma integração, ainda que mínima, embora melhor que as possibilidades em seu país. De acordo com Costa (2015, p.56-57),

a política de integração dos imigrantes tem por finalidade promover a coesão social, criando condições para que eles possam beneficiar-se de condições sociais, econômicas e culturais semelhantes ou aproximadas às dos nacionais, ao mesmo tempo em que procura gerar um sentimento de identificação com a comunidade nacional por meio do estabelecimento de laços de união e da partilha de valores e práticas entre todos os residentes de um determinado território. [...] O sucesso desse processo de integração está dependente da atuação de três atores fundamentais: o Estado, os grupos e os indivíduos. E é condicionado por uma diversidade de fatores, como: a política de gestão dos fluxos migratórios, o pluralismo existente, a proximidade cultural ou o tipo de ligação com o grupo de origem e o Estado.

O conceito de integração tem passado por um processo de questionamento e revisão. Anthias; Morokvasic-Müller; Kontos (2013) discutem sua ambiguidade, que tanto pode ser um instrumento de poder e dominação sobre imigrantes quanto um instrumento de inclusão social. Esse tema ganhou destaque nos estudos migratórios do século XX, na Escola de Chicago, que tratavam dos problemas específicos para a sociedade colocados por imigrantes e a adaptação destes nos países de destino. Esse conceito se inspira na teoria sociológica clássica durkheimiana, da qual adota suas características funcionalistas, altamente normativas para o estabelecimento da ordem social.

Na contemporaneidade, o conceito de integração está atrelado à ideia de securitização e gestão das populações, com a intenção de promover a coesão social, sobretudo das minorias que são consideradas indesejadas por razões étnicas, de origem, de raça, de fé ou de outra natureza. Ou seja, se integrar é se tornar parte da nação. A não integração é um impeditivo para entrar e/ou permanecer no país, o que se deve unicamente a incapacidade do imigrante de se adaptar ao estilo de vida local, segundo essa perspectiva (ANTHIAS; MOROKVASIC-MÜLLER; KONTOS, 2013).

Nessa acepção, a integração social de imigrantes parte de padrões normativos bastante seletivos, estabelecidos pela população nativa, que define quem é o bom e o mau imigrante. Nessa relação de “*integration contract*” (“contrato de integração”), pré-definido e inegociável, se cria a ideia de “cidadania adquirida”, impondo inclusive testes prévios de admissão e períodos probatórios, numa espécie de “*tiered citizenship process*” (“processo de cidadania em camadas”). Essa direção política de integração (muito adotada nos países da União Europeia) desconsidera as múltiplas particularidades migratórias (inclusive a situação das mulheres) e a complexidade do fenômeno transnacional, homogeneizando as minorias como se fossem unidades estáticas e a-históricas (ANTHIAS; MOROKVASIC-MÜLLER; KONTOS, 2013, p.5-6, tradução minha).

Apesar disso, as autoras não descartam essa categoria, mas buscam reformular seu conceito a partir da perspectiva interseccional, transnacional e democratizante. Segundo elas, as políticas sociais têm o potencial de gerar pertencimento por meio de provisões para o acesso à cidadania e direitos, com igualdade de condições para todos e todas, independente de ser nativo ou imigrante. Nesse sentido, o que se entende por integração é a materialização dos direitos humanos, é o alcance desse lugar de cidadania na sociedade de destino. E interpretar a integração pela lente da interseccionalidade possibilita identificar as diversas categorias e locais sociais de desigualdade (como o gênero, raça, nacionalidade e classe) que se entrecruzam e pavimentam a exclusão social dessas pessoas. Tal perspectiva pode ajudar a superar o que as autoras chamam de “*the symbolic ghettoisation of migrants*” (“guetização simbólica dos migrantes”). A solidariedade é outro conceito que pode ser associado, no sentido da ação coletiva e de resistência, de modo a transformar a integração em instrumento de reivindicação e mobilização (ANTHIAS; MOROKVASIC-MÜLLER; KONTOS, 2013, p.9, tradução minha).

Conhecer as expressões da questão social (TELLES, 1994, 1998; CASTELL; 1998; IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001; PEREIRA, 2001; YAZBEK, 2001) que atingem as mulheres imigrantes no Brasil é fundamental para se pensar nas formas de integração na

perspectiva interseccional sugerida por Anthias; Morokvasic-Müller; Kontos (2013). A discriminação, em suas formas multifacetadas, tem sido uma barreira para que imigrantes tenham acesso a direitos e a inserção social, apesar da premissa da universalidade garantida no texto constitucional e nas normas internacionais de direitos humanos, que colocam imigrantes e nacionais no mesmo nível de cidadania – sendo que esta sequer foi equalizada entre brasileiros e brasileiras. Daí a importância das respostas do Estado para o enfrentamento dessas facetas da questão social no âmbito das migrações. Pois, aprofundam a dinâmica da pobreza e vulnerabilidade social dessas mulheres, tornando-as menos cidadãs que as mulheres locais.

### 3.6. A VIDA NO BRASIL: O IDIOMA E O ACESSO À EDUCAÇÃO COMO DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO

Ainda dentro do campo das dificuldades enfrentadas no Brasil, se destaca também a de comunicação no idioma português. O desafio linguístico é um fator importante para pessoas em mobilidade transnacional. O idioma nativo das haitianas é o crioulo e a segunda língua oficial do seu país é o francês. E, conforme Barbosa e Bernardo (2016), algumas também falam o espanhol, em razão da anterior experiência migratória na República Dominicana e em países latino-americanos. O que foi confirmado pela Maria, que morou dois anos na Argentina antes de vir para o Brasil: *“quando eu chegar, [...] português fica mais fácil pra mim porque eu já fala espanhol”*. A Lia também achou que o idioma espanhol, aprendido em suas experiências migratórias na República Dominicana e no Equador, ajudou: *“Não entende nada. O espanhol ajudou um pouco. Porque quando eu chegou no Brasil, alguns dias eu só [falava] ‘obrigada’”*.

Entretanto, o nível de proficiência linguístico-cultural em língua portuguesa é considerado baixo entre as haitianas, o que se constitui em um obstáculo para a inclusão social e laboral, sendo uma das principais dificuldades para essa população imigrante no país (SILVA; FERNANDES, 2017; RIBEIRO, 2015). Praticamente todas as participantes do estudo indicaram o idioma como um, senão o maior, desafio inicial ao chegarem no Brasil. As dificuldades de comunicação trazem para essas mulheres muitas limitações, como a integração social, deixando-as mais isoladas do convívio com a comunidade brasileira, como afirmou a Vitória: *“Nos primeiros meses, eu acho que é pra língua portuguesa. Fiquei difícil. Quando a pessoa falar comigo não pode responder. Não entende nada. Eu falei: Nossa, Senhor, é complicado pra mim!”*. A autonomia de mobilidade interna também fica



comprometida. Segundo o relato da Ilene, além da dificuldade de diferenciar as paisagens urbanísticas do Distrito Federal, que para ela é “*quase tudo igual*”, teve também a dificuldade de comunicação nos meios de transporte:

*Aprender o português é muito, muito difícil. E depois a gente aprender a pegar ônibus, é muito difícil [risos]. Porque quando eu pegar ônibus pra sair, não sabe aonde pra descer. Porque as ruas, as parada, quase tudo igual. Eu pegava ônibus quase sem falar português. Um dia eu pegar ônibus à noite, eu falar com cobrador, aí o cobrador esqueceu. [...] Eu não chegar na UnB. Eu só descer e ficar na parada. Eu falar com as gente pra ajudar eu chegar lá de novo [risos]. E depois a gente pegar metrô. Metrô fala, às vezes, eu não entende. Muito difícil! [risos]. (Ilene)*

Outras limitações significativas por causa da língua se dão nos espaços laborais, fechando as portas de trabalho para muitas delas, como constatado pela Dashmy: “*O companheiro falava só se eu consigo falar português eu consigo trabalhar aqui*”. Também pela Jozeline: “*Quando eu cheguei demorei a conseguir trabalho, porque eu não saber nada de português, não falar nada*”. E pela Anastasia: “*[...] Eu busquei outros trabalhos [fora dos serviços domésticos], só não achei. Como eu ainda não falo português, isso é ruim. Aqui em Brasília é muito difícil se você não fala português*”. Esses ambientes também podem ser castradores da liberdade dessas mulheres, onde além de não conseguirem falar em português, são impedidas de conversarem em seu próprio idioma, até nos momentos de descanso: “*Na loja, eles não falam com a gente. Só converso com o outro haitiano, tiramos hora [descanso] juntos. A gerente falou: ‘Vocês não podem falar a língua de vocês aqui não!’*” (Sherley).

Em outras circunstâncias, esses espaços profissionais se aproveitam da falta de domínio do idioma para explorar essas imigrantes. E o aprendizado do português se torna para essas mulheres um instrumento de defesa:

*[...] Eu acho que pensava que eu posso trabalhar mais que outro. Não sei. Eu percebia. Porque eu sempre chorava: “eu quero ir embora”. Quando eles me mandar embora eu fiquei feliz. Porque tava ruim. Trabalhava muito, muito, muito. Tinha outro [estrangeiro]. Ele passou só três meses e saiu. O dono mandou ele embora. Porque o gerente quer que ele fazer tudo. Ele não aguenta. Ele falou: não, não. Porque ele fala mais português que eu antes. [...] Mas quando eu consegui falar um pouco português, eu falei pra ele: Eu não sou animal, eu sou pessoa. Falei ruim com ele. Aí ele foi lá falar com o dono. Eu não sei por que, eu não fiz nada pra ele me mandar embora. (Vitória)*

*[...] agora eu tenho os olhos abertos [depois que aprendeu a falar português]. Se alguém me fez alguma coisa, eu vou falar: “Eu não gosto disso, eu sei tudo que tem que fazer. Eu conheço meus direitos”. (Clara)*

*Agora tá mais fácil pra mim. Porque quando eu entrei não falava nada, nada. [...] eu não posso defender com nada [risos]. Agora, graças a Deus, se uma pessoa falar mal comigo, eu vou falar com ela também. (Chelo)*

A realidade é que, segundo minhas interlocutoras, “*todo haitiano [e haitiana] aprende a falar português aqui no Brasil*” (Mia). Apesar dos relatos anteriores, os espaços de trabalho, paradoxalmente, também se constituem terrenos férteis para o aprendizado do idioma. Principalmente quando essas mulheres encontram trabalhos com chefias mais sensíveis em dar oportunidades de desenvolvimento do seu potencial, como nos casos relatados abaixo:

*Antes ele me colocou pra falar com os clientes, me ajudar a crescer. Ele falou: Não Sherley, você não pode falar assim. Fale: “Oi. Tudo bem!”. Dá um sorriso. Ele também me ajuda no português. Ele escrever coisa pra me ensinar. Eu também passei coisa em crioulo pra ele. E ele me passou coisa em português. (Sherley)*

*Ele [empregador] falou pra mim: “Pessoa que falar muito línguas é muito inteligente”. Quando eu chegar lá, eu não falar muito bem. Ele falou: “Eu vou colocar você pra atender. Pra você entende e você falar mais”. Ele dá oportunidade pra mim. (Misoula)*

Além disso, as próprias interações sociais no ambiente de trabalho ajudaram essas mulheres a aprenderem o português. Como relatado pela Misoula: “*eu começar a trabalhar e eu escutava quando você falava alguma coisa eu dizia: O que é isso? Você me explica? Pra ver se eu entender. Eu guardei*”. E pela Nahomie:

*Foi aqui em Brasília que eu aprendeu [o português], depois que achou o serviço. O serviço aqui sai muito tarde, não dá pra estudar depois. Lá em Manaus eu ainda não falava direito. Quando eu cheguei tinha um haitiano que tava me ajudando, falando crioulo comigo. Por isso, eu não conseguia falar direito [o português]. Depois que eu cheguei em Brasília, eu falei tudo, porque eu não tinha ninguém pra me ajudar. No supermercado o pessoal falava: “Nahomie, pega panela”. Eu fui procurar, achou, já aprendi. Primeira vez que eu cheguei no supermercado, o povo pensava que eu era analfabeta [risos]. Porque eu não falava direito. Tem uma brasileira, ela é casada com um africano, ela é gente boa. Ela falava que eu não era analfabeta não: “Ela só não fala o português. Ela fala francês.”. Tinha gente que falava: “O que está escrito ali? Oh, você sabe ler!” [risos]. Eu expliquei que eu estudei até os 22 anos de idade. (Nahomie)*

Além do ambiente de trabalho, muitas aprenderam a falar “*na rua*” (Mia), mostrando o quanto as interações ajudam na adaptação cultural, social e linguística. Mas, de modo geral, foram diversos os recursos utilizados para aprenderem o idioma. Como o apoio de suas redes institucionais: *Fiz um pouco [curso de português] na Igreja. Ajudou a falar melhor*

(Misoula). Recorreram também à tecnologia: “*Eu tava treinando no computador. Eu coloquei em francês e traduzia em português: ‘Bom dia! Vou sair’. Todo dia, todo dia: ‘Bom dia! Bom dia! Vou sair. Vou sair. Eu quero água. Eu quero água’. Quando eu apertei no negócio: ‘Eu quero água. Eu quero água’. [risos]”* (Misoula). Mas, um importante recurso que precisa ser encarado como um direito de todos e todas imigrantes é o do aprendizado nos espaços de ensino, públicos e gratuitos, como bem reconheceu a Adeline: “[...] *A escola é importante porque é muito diferente a pessoa que não vai e a pessoa que vai pra escola. Isso vai ajudar a pessoa a aprender mais rápido a língua. Por exemplo, português. Eu vejo aqui que se não for numa escola, aprender a falar, não vou conseguir trabalhar nesse lugar”*.

Este não é um problema exclusivo do Brasil. A Maria e a Claudia, que migraram para Argentina a fim de estudarem nas universidades públicas, tiveram que readequar seus projetos migratórios e, por fim, virem para o Brasil, abandonando a graduação, pois naquele país não conseguiram vencer as barreiras linguísticas e burocráticas impostas pelas universidades públicas:

*[...] Imagina, eu não falar muito bem espanhol. Quando me dá muitas palavras, eu não entende eles. Como eu vou saber se é verdade ou falso [Raciocínio Lógico]? Isso me atrapalha muito. [...] Fica muito, muito difícil. Quando é esse horário, eu: “Oh, meu Deus!”. [...] Eu passar três meses na faculdade e depois eu falar: “Pai, se eu ficar neste faculdade, você vai jogar fora seu dinheiro. Porque pra mim eu vê que não vou conseguir”. [...] Praticamente a maioria de haitiano que vai lá na Argentina é pra estudar. [...] Vou passar um ano a trabalhar e aprender espanhol. Depois que aprender espanhol, vai ficar mais fácil pra mim voltar numa universidade. (Maria)*

*Fui na Argentina pra estudar Medicina. Eu começou, mas não gostei e vim pro Brasil. A língua fica muito difícil pra mim. E a faculdade pediu um documento que ficou difícil. [...] Sem esse papel você não pode conseguir carteira de identidade pra ficar na faculdade. Fiquei dois anos na Argentina. Passei um tempo na Medicina, quando encontrei problema, deixei e passei o restante do tempo no curso de Informática. Porque é privada, não precisava do documento. (Claudia)*

Sobre o acesso ao curso do idioma português para estrangeiros, 57,6% das participantes frequentaram essa modalidade de estudo no Brasil. As principais instituições onde elas estudaram são de confissão religiosa (a Igreja Batista no Caminho e a organização humanitária Cáritas, no DF; e a “casa do padre” em Manaus, como referida pela Nahomie); também no âmbito acadêmico (o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros - NEPE/UnB e a UFSC); e da rede pública de ensino regular do DF, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na primeira versão do questionário, perguntei o nível de proficiência delas quanto à fala, compreensão, leitura e escrita, com as seguintes opções de respostas: bem, muito bem,

pouco ou nada. Contudo, no decorrer da fase de campo, percebi que as respostas não condiziam com a realidade. Algumas mulheres que mal conseguiam se comunicar em português respondiam "bem", enquanto outras conseguiam se comunicar muito bem, mas se autoavaliavam como "pouco". Como este nível de detalhamento não era uma questão relevante para minha pesquisa, durante a análise dos dados avalei a comunicação delas com relação a mim.

Considerando que eu não falo o crioulo nem o francês, e precisei contar com a assistência de uma haitiana nas entrevistas com as mulheres não falantes do português, decidi dividir as participantes em três grupos, a partir da necessidade de tradução, independente da fluência que elas tinham no português. O critério era conseguirmos nos comunicar sem, com ou parcialmente com a ajuda de uma tradutora.

A partir desse critério, 57,5% dos contatos entre mim e as interlocutoras da pesquisa não precisaram da intermediação de uma tradutora. Inclusive, algumas falavam muito bem o português e não fizeram o curso, alegando que não conseguiram conciliar o estudo do idioma com o trabalho; e que aprenderam sozinhas, com a ajuda do Google Tradutor e através de suas relações interpessoais, especialmente no ambiente de trabalho (estas representavam 42,4% que nunca fizeram um curso de português). Outras 6,1% conseguiam se comunicar de forma limitada e algumas questões precisaram da intermediação da tradutora.

Já 36,4% não conseguiam se comunicar em português e precisamos da ajuda da tradutora de forma integral durante as entrevistas. Estas eram, majoritariamente, as que haviam chegado ao Brasil há menos de um ano; mas também tinham algumas poucas com mais de ano e que apresentavam grande dificuldade com o idioma, especialmente aquelas com pouca ou nenhuma inserção laboral e social, e as mais velhas que tiveram poucos anos de escolaridade em seu próprio país.

Quando perguntadas em quais idiomas elas conseguiam se comunicar, além de sua língua materna (o crioulo), mais comumente utilizado pela população, a grande maioria (93,9%) respondeu o idioma francês, que é a segunda língua oficial do seu país de origem e o idioma utilizado pelo sistema educacional haitiano. Considerando que a maioria das mulheres possui um alto nível de escolaridade, entre Ensino Médio e Superior, justifica-se que a maioria também saiba o francês. Dentre elas, 69,7% responderam que se comunicavam em português; 27,3% em espanhol; e 18,2% em inglês. Cabe ressaltar que se trata de uma autoavaliação, sem o uso de qualquer ferramenta de avaliação das habilidades linguísticas e fluência dessas mulheres em tais idiomas, até porque este não era o foco da pesquisa nem a área de competência da pesquisadora. Tratar da questão do idioma, dentro do escopo deste

estudo, se justifica pelo impacto que a falta de comunicação na língua do país de imigração traz para a vida dessas mulheres, conforme elas mesmas relataram.

No que tange à inserção escolar no Brasil, apesar do reconhecimento de que “*sem escola não tem vida*” (Nahomie) e de que “*quando você estuda, você acha um serviço melhor e você vai caminhar pro seu sonho*” (Misoula), a maioria das interlocutoras estava sem estudar aqui no Brasil. Apenas 12,1% delas encontravam-se inseridas em alguma instituição educacional na ocasião da pesquisa. Parte delas, na rede pública de ensino regular, com a finalidade de aprender o idioma português, como a Maria:

*Estava estudando numa escola [de ensino regular] para aprender o português. [...] Tem uma escola de adulto no Guará I. É uma escola normal. Eu vou lá só pra aprender português. Eu já conhecer todas as coisas em francês. Tipo, 1 + 1 = 2. Não é 1+1 que é importante pra mim. Eu já saber que 1+1=2. Só que eu sei em francês. Agora eu aprendo como falar 1, como falar 2, como falar 3. Ele me ajuda muito [...]. (Maria)*

A maioria das haitianas, ao chegar à América Latina, viu inviabilizadas suas possibilidades de conciliar os estudos com o trabalho, pois não conseguia se manter apenas estudando. Como a Clara: “[...] eu pensei que eu ia fazer os dois ao mesmo tempo: estudar e trabalhar. E não consigo. Dá, mas você tem que receber um bom salário. Porque entrar nas universidades públicas é difícil”. Outras haitianas também relataram o mesmo problema, como a Jozeline: “Eu fui lá na escola da UnB, mas eu consegui trabalho e tive que deixar. Tem tempo não!”. E a Ilene: “Não tem como pra gente trabalhar e estudar também. Porque trabalhar é quase todo dia, folga só um dia”.

Essa não é uma realidade exclusiva das mulheres e nem apenas do Brasil. O Companheiro da Sofia relatou que “A gente começa [o curso de português] quando não tem serviço. Depois que encontra serviço, não dá pra continuar. Entendeu? Você não pode deixar de ir no serviço pra ir no curso”. Maria, que passou dois anos na Argentina, também vivenciou essa dificuldade de conciliar estudos e trabalho: “É [caro custo de vida na Argentina], porque se você não tem uma pessoa que vai mandar dinheiro, vai ficar muito difícil pra você. Tem que deixar de estudar pra trabalhar. Porque não vai dar pra trabalhar e estudar. E trabalhar é difícil também”.

Matos-de-Souza et al (2021) fizeram um estudo a partir de documentos norteadores da política de educação, em âmbito nacional e distrital, em busca da existência de alguma alusão ao tema migratório e ao sujeito migrante. Eles concluíram que esses documentos estão em descompasso com os movimentos migratórios que desafiam o Estado brasileiro na atualidade.

Os distintos sujeitos migrantes, com necessidades específicas de inclusão educacional, estão invisibilizados nos principais documentos que orientam o ensino brasileiro em suas diversas modalidades. Ou seja, segundo os autores, “não há políticas educacionais para migrantes” no Brasil e no Distrito Federal (p.11).

No caso das participantes deste estudo, a dificuldade de revalidação dos seus diplomas de ensino médio e/ou superior foi apontada por 9,1% delas. Há uma burocracia que exige a revalidação dos certificados para ter efeito de comprovação da escolaridade no Brasil. Como no caso da Misoula: *“Eu já fiz um concurso aqui e passar. Mas meu documento não traduziu. Por isso eu não estuda [graduação]. [...] Só não traduzir o papel do Ensino Médio Completo”*<sup>192</sup>. Matos-de-Souza *et al* (2021) expuseram as dificuldades para a inserção de imigrantes na política educacional brasileira, dadas as exigências para o reconhecimento da documentação comprobatória da escolaridade adquirida no exterior. No nível superior, os autores demonstraram o grande desafio para uma pessoa imigrante conseguir se inserir numa universidade pública brasileira<sup>193</sup>.

Outro desafio é a maternidade para as mulheres que são mães. Algumas haitianas, com filhos recém-nascidos no Brasil, expressaram o desejo de voltar a estudar e retomar o ensino superior abandonado no Haiti. Contudo, em estudo realizado com estudantes mães da UnB, Silva e Guedes (2020) mostram que não são favoráveis as condições para a permanência dessas mulheres na universidade. Ao contrário, esse espaço, que deveria ser inclusivo e sensível às necessidades das estudantes mães, na verdade cria obstáculos que aprofundam as desigualdades de gênero e reforçam o peso que historicamente recai sobre as mulheres como

---

<sup>192</sup> O portal consular do Ministério das Relações Exteriores dá algumas orientações sobre revalidação de diplomas de nível médio e fundamental: “A revalidação de estudos de nível fundamental e médio é feita pelas Secretarias Estaduais de Educação e não envolve trâmite no Ministério da Educação. 1. Providenciar a tradução do histórico escolar e diploma, de preferência por tradutor público juramentado, ou escola de língua estrangeira idônea, cujo tradutor tenha o Curso de Letras, com diploma registrado no MEC. 2. Estar de posse do histórico escolar relativo aos estudos realizados anteriormente no Brasil. 3. Reunidos esses documentos, recomenda-se dirigir-se à Secretaria de Educação do Estado onde irá fixar residência e solicitar a equivalência. 4. Obtida a equivalência, você estará apto a dar continuidade a seus estudos de nível fundamental e médio ou utilizar a documentação para as providências relativas ao acesso a curso superior.” (BRASIL, s/d). Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/retorno-ao-brasil/revalidacao-de-diplomas>. Acesso em 01 abr. 2021.

<sup>193</sup> Segundo eles, a revalidação do diploma superior só pode ser feita em universidades públicas, que determinam suas próprias formas de avaliação, exigências documentais e taxas. Mas, de acordo com a Resolução do CNE/CES nº8/2007, em linhas gerais é preciso: “[...] formulário de requerimento da universidade; carteira de identidade; visto de residência temporária ou permanente; certidão de nascimento ou casamento do estrangeiro; passaporte; declaração do alistamento e conclusão do serviço militar (para brasileiros); declaração de conclusão do Ensino Médio; diploma da graduação a ser revalidado apostilado ou autenticado pela autoridade estrangeira; histórico escolar e ementas das disciplinas, contendo menções, notas, créditos e carga horária apostilado pela Convenção de Haia, ou autenticado por autoridade competente; exemplar da monografia ou trabalho equivalente; e o comprovante de pagamento da taxa administrativa de, aproximadamente, R\$2.000,00, e por final, ainda aguardar o tempo do trâmite, que pode durar entre 60 e 180 dias, ou seja, um listado extremamente proibitivo para um grupo vulnerável e que sai do país de origem nas condições que encontra, por vezes, sem nenhum documento, e que desobedece em certa medida à Lei do Refúgio” (MATOS-DE-SOUZA *et al*, 2021, p.11).

as responsáveis (exclusivas) pela reprodução social. E isto, apensar das conquistas feministas já alcançadas para a participação das mulheres nos espaços públicos. Assim, segundo os autores, “O acesso à universidade, embora também configure uma importante conquista feminina ao longo de uma história de privações, negligências e subordinação, é fruto de uma relação contraditória entre possibilidades e limites do ser mulher no espaço acadêmico” (SILVA; GUEDES, 2020, p.473).

Apesar da grande maioria das haitianas desta pesquisa ter apontado o trabalho como o principal interesse do seu projeto migratório, muitas também disseram que conciliá-lo com os estudos é um grande desejo, como no caso da jovem Maria, que desde nosso primeiro contato compartilhou sua ansiedade em conseguir se inserir na UnB. Inclusive, ficou mais claro o porquê de ela ter buscado a regularização de seu *status migratório* como solicitante de refúgio e não pelo visto de residência. Ela é bastante articulada e já conhece as vantagens desse recurso jurídico:

*[...] vou lá fazer ENEM. Não é vontade, é um obrigatoriedade de fazer um faculdade. [...] Só por esse momento do Coronavírus, parar tudo. E também, meu trabalho é me virar de noite, e fica difícil ir na escola. [...] sou refúgio. [Uma professora da UnB] me falar que tem mais possibilidade pra pessoa que pedir refúgio pra entrar na UnB [...]. (Maria)*

A limitação linguística também foi responsável pelo aprofundamento da discriminação e do preconceito vivenciado por essas mulheres no Distrito Federal, tema que será tratado no capítulo 6. A partir de agora, passaremos a observar as dificuldades no mesmo espaço geográfico, mas numa escala temporal específica, o período ainda em curso da pandemia de Covid-19. Tentarei trazer breves apontamentos dos efeitos iniciais dessa crise sanitária, de escala planetária, na vida cotidiana dessas imigrantes no Distrito Federal. O tema da pandemia surgiu durante a pesquisa de campo e foi trazido como um tema central a ser discutido pelas haitianas entrevistadas. Isso se deveu às repercussões das medidas sanitárias (sobretudo de restrição da mobilidade e do distanciamento social) nas vidas pessoais, na inserção nos mercados de trabalho e demais relacionamentos sociais das mulheres haitianas com suas famílias e redes de afetos.

#### **CAPÍTULO 4 – UM PARÊNTESE (E DE REPENTE, A PANDEMIA): REPERCUSSÕES NA VIDA DAS HAITIANAS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL**

Quando o projeto desta pesquisa foi aprovado pela banca de qualificação, em setembro de 2019, tinha em mente diversos desafios e dificuldades para a sua realização. Mas jamais poderia prever uma pandemia, cujos efeitos colaterais atingiriam à execução deste estudo. Ao ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, no final de fevereiro de 2020, já circulavam nos noticiários, desde o mês anterior, o surgimento de um vírus na província de Wuhan, na China, cujo agente etiológico foi identificado como SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19.

Em março de 2020, momento em que me preparava para adentrar o campo, tentei iniciar as atividades com uma visita exploratória em São Paulo. Contudo, com poucos dias da minha chegada, os governos do DF e de SP editaram as primeiras medidas de restrições sanitárias, o que me fez interromper a experiência e antecipar o meu retorno à Brasília. Diante da situação de quarentena, foi necessário parar todas as atividades relativas à fase empírica e repensar as minhas estratégias de pesquisa, como já detalhado na seção sobre o método.

Nesse processo de incertezas, enquanto eu vivenciava as aflições de uma pesquisadora prestes a perder a batalha contra o tempo do doutorado, haja vista que o cronograma da pesquisa já estava completamente comprometido, minhas futuras interlocutoras estavam travando uma guerra muito pior – a da própria sobrevivência. Dentre as dificuldades vividas por essas mulheres, a pandemia estava presente em suas falas e dava para identificar claramente o tamanho das implicações desse fenômeno em suas vidas, especialmente por serem mulheres imigrantes.

Antes de adentrar nos dados desta pesquisa sobre os efeitos iniciais da pandemia na vida das participantes, cabe registrar que tenho consciência de que se trata de um fenômeno em curso e, portanto, ainda em aberto e passível de mudanças e novas interpretações. Além disso, apesar de ser uma crise sanitária de dimensão pandêmica, possui características e resultados diferentes a depender do contexto geográfico, político e socioeconômico de cada país. E, dentro deste, de cada microlocalidade. O que remete os dados aqui apresentados a uma perspectiva conjuntural, situada no tempo e no espaço. Como disse Granemann (2021, p.2,3),



Tais análises, porque produzidas à quente, constituem-se por sondagens do pensar a vida social na sua imediaticidade, e são exercícios tão perigosos quanto necessários. Necessários por precisarmos conectar momentos e elementos da vida real que se apresentam, na aparência dos fenômenos sociais, de forma caótica e desconexa. [...] Perigosos porque a conjuntura por sua natureza social é mutável e quase sempre imprevisível e porque seu deslocamento decorre dos antagônicos interesses e movimentos das classes e das frações de classe sociais em presença; assim, sem ser de manifesto, projeta-se o devir. [...] O que é constante nesse modo capitalista de produção é o próprio movimento; a metamorfose, talvez, como a mais essencial de suas leis.

Portanto, a análise conjuntural da situação das haitianas, durante os seis primeiros meses da pandemia, representa um olhar parcial desse fenômeno mundial, em um contexto específico: a imigração transnacional de mulheres haitianas no Distrito Federal. Contudo, já é possível inferir, com base nos dados por hora coletados, que o cenário atual da pandemia de Covid-19 tende a aprofundar as dificuldades vivenciadas por essas imigrantes no Brasil, as quais foram expostas no capítulo anterior. O que virá depois será um novo momento de um *continuum* processo sócio-histórico. E, só “a posteriori que as pesquisas e as sistematizações realizadas para além do calor da hora poderão afirmar quais as tendências se realizaram” (GRANEMANN, 2021, p.3).

#### 4.1. A PANDEMIA DE COVID-19 COMO EXPRESSÃO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Traçando uma linha espaço-temporal, Souza (2020a, 2020b) nos informa que em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi notificada dos primeiros casos em Wuhan. Uma semana depois, as autoridades chinesas reconheceram a nova cepa de Coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS emitiu alerta internacional de emergência de saúde pública em razão da rapidez com que o vírus já havia se espalhado entre os continentes. E, em 11 de março do mesmo ano, o Órgão reconhece oficialmente tratar-se de uma pandemia, embora desde fevereiro o vírus já estivesse presente em quase todos os continentes, como destaca o autor.

Para termos uma ideia da disseminação mundial desse coronavírus, enquanto concluía esta tese, o painel virtual de acompanhamento da OMS indicava 191.773.590 de casos confirmados e 4.127.963 de pessoas mortas por complicações da doença Covid-19 no mundo. O Brasil é, até então, o terceiro país com maior número de casos, ficando atrás apenas da Índia e Estados Unidos, com 19.419.437 de casos confirmados e 544.180 de mortes (OMS,

2021)<sup>194</sup>. Apesar de já existir diversas vacinas para enfrentar esse vírus, o país ainda está longe da imunização geral de sua população (G1, 2021; MAGENTA, 2021; OPERA MUNDI, 2021), o que tem gerado críticas ao governo federal pela condução da crise sanitária. Aqueles e aquelas que vão sobrevivendo à Covid-19 enfrentam outros impactos relacionados a ela, que também põem em risco suas vidas, como o desemprego, o pauperismo e, no caso de imigrantes e refugiados, deportações e falta de assistência social e de saúde.

Para entender melhor o impacto da pandemia na vida de pessoas em mobilidade transnacional, como é o caso das haitianas desta pesquisa, faz-se necessário fugir das análises pretensamente neutras ou fatalistas e ampliar a visão para um movimento maior, de caráter conjuntural. É o que faz Souza (2020a), por meio de uma reflexão teórica sobre os fundamentos sócio-históricos dessa pandemia, colocando-a como mais uma expressão da crise estrutural do capital. Raichelis e Arregui (2021, p.135) também seguem nessa perspectiva e demarcam a origem da crise sanitária de Covid-19 em um período bastante anterior ao surgimento do seu agente causador, o SARS-CoV-2. O nascedouro dessa crise está, segundo as autoras, “nas lógicas e configurações do sistema de metabolismo antissocial do capital, nos termos de Antunes (2020a e 2000b), que já estavam em desenvolvimento desde a década de 1970 e que se aprofundaram com as crises de 2007 e 2008”.

A partir de estudos assentados no materialismo-histórico dialético (em Chesnais, Fontes, Harvey e Mészáros), Souza (2020a) mostra como a dinâmica de sobrevivência do capital as suas próprias crises, sobretudo em sua fase atual, de mundialização ou imperialista, cria elementos de unificação (o que não quer dizer homogeneização) do processo de determinação social da saúde, por meio de um “intenso intercâmbio entre a esfera biológica e a esfera social [...] [no] processo saúde-doença, embora se expressando de diferentes maneiras ao longo do tempo e do espaço” (p.2473). A partir dessa compreensão, o autor vai pontuar alguns elementos unificadores desse fenômeno global, sem desmerecer as particularidades locais e os aspectos biológicos da doença:

1) a prioridade dada à esfera econômica [...]. 2) a fragilização dos sistemas públicos de saúde [...]. 3) A contradição constituída no âmago do neoliberalismo [...], uma vez que países baluartes dessa perspectiva política [...] precisaram injetar boa parte do fundo público em ajudas emergenciais para manter a renda de subsistência de segmentos populacionais e para o combate ao desemprego [...] a “mão amiga do Estado” não largou a “mão invisível do mercado” [...]. 4) O individualismo burguês

<sup>194</sup> Dados do dia 22 de julho de 2021, publicados no painel de monitoramento da OMS “[WHO Coronavirus \(Covid-19\) Dashboard](https://covid19.who.int/)”, disponível em: <https://covid19.who.int/>. Esses números devem ser ainda maiores, haja vista que não representa o quantitativo real de pessoas infectadas, diante do problema das subnotificações e da não realização de exames confirmatórios para todos os casos sintomáticos da doença, além dos casos assintomáticos que sequer são percebidos.

é o resultado mais concreto do processo de individuação em face do antagonismo de classe. [...] Esse *ethos* individualista converge para a insatisfação pela mudança da rotina cotidiana burguesa e fortalece o argumento de que a economia não pode parar porque é primordial [...]. 5) A intensa disseminação de informações falsas na mídia, em especial via internet, o que costumeiramente se chama de *fake news*. [...] 6) Os diferentes impactos que as doenças geram nas classes sociais, sobretudo nos grupos mais pauperizados. (SOUZA, 2020a, p.2475-6).

Esses elementos justificam o caos da realidade nacional nesse tempo de crise política, econômica e sanitária. A pandemia encontrou no Brasil um Sistema Único de Saúde (SUS) fragilizado por contrarreformas operadas anos antes. Correia (2007) já sinalizava que esse desmonte do SUS vinha ocorrendo desde a segunda metade da década de 1990 e, a cada década, sofrendo novos ataques. Agora, por exemplo, com a tentativa de mercantilizar o acesso a vacinas e tratamento da Covid-19 no Brasil. Galdino e Guedes (2018), com base em alguns estudos, também alertavam sobre as ameaças ao direito universal à saúde em consequência das bem-sucedidas propostas do Estado contra o SUS. Entre elas: (i) a redução do financiamento da saúde por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95), aprovada pelo Congresso, que limita os gastos da seguridade social e outras políticas públicas por vinte anos; (ii) a renúncia fiscal adotada pelo governo federal, que beneficia a rede privada de saúde, por meio da privatização da assistência médica e hospitalar aos mais ricos e à classe média, com direito à restituição no imposto de renda; (iii) e a mercantilização promovida pelo Ministério da Saúde, ao incentivar planos de saúde privados com preços populares, com o objetivo de alcançar os mais pobres.

Tais medidas transferem a responsabilidade do Estado na gestão e execução da saúde para a iniciativa privada; e descaracteriza o SUS naquilo que o diferencia e o destaca de outros sistemas de saúde nacionais – a universalidade e gratuidade do acesso da gestação à morte. E uma das melhores formas de desmontar um sistema público como o SUS é reduzindo o seu financiamento. Uma nota técnica feita para o Ipea sinalizava o caráter majoritariamente regressivo do financiamento público da saúde no Brasil (SÁ, 2018). O que se agravou com a EC nº 95/2016, comprometendo ainda mais uma assistência ampla e de qualidade para a população. Além disso, a nota técnica adverte que o congelamento por duas décadas no financiamento público da saúde desconsidera fatores demográficos e geracionais de crescimento e envelhecimento da população; a judicialização da saúde; a inflação setorial, que não será a mesma por 20 anos; e a pressão pela incorporação de novas tecnologias, que requer mais investimentos.

Acrescento ainda aos fatores acima que sequer considerou a possibilidade de doenças infectocontagiosas com potencial epidêmico, a exemplo das já instaladas no país (como a

febre amarela, Zica vírus, dengue, H1N1), o que não é algo incomum na história do país e do mundo. Prova desse desmonte é que a pandemia evidenciou, conforme Raichelis e Arregui (2021, p.135), “carências rudimentares, como a falta de equipamentos de proteção individual e coletiva, insuficiência de instalações hospitalares e de recursos humanos e capacidade de cobertura insuficientes, requisitos absolutamente necessários aos cuidados sanitários da população”.

Ainda segundo Raichelis e Arregui (2021, p.135), “o primeiro caso na América Latina foi reportado no Brasil, na cidade de São Paulo, em fevereiro de 2020, e em poucas semanas se alastrava para o conjunto dos países da região”. Em 6 de fevereiro de 2020, o Governo Federal publicou a Lei nº 13.979/2020 (“lei da pandemia”), com as linhas gerais das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública anunciada pela OMS. E, a partir de então, uma sequência de medidas legislativas e normativas seriam criadas nas três esferas governamentais, quase sempre desencontradas, polêmicas e controversas, para dar conta do surto provocado pelo SARS-CoV-2, que já chegara ao território nacional. O Centro de pesquisa CEPEDISA e a Ong Conectas Direitos Humanos realizaram um mapeamento e análise das normas jurídicas editadas no Brasil em resposta à pandemia, no ano de 2020. De acordo com o levantamento desse estudo, apenas no âmbito federal foram criadas 3.049 normas relacionadas à Covid-19 (CEPEDISA; CONECTAS, 2021, p.4).

Um dos temas desse mapeamento foi sobre as normatizações relacionadas ao fechamento das fronteiras, afetando os movimentos migratórios internacionais, sobretudo de refugiados, um dos grupos mais vulneráveis. Uma série de portarias conjuntas interministeriais foi editada com a finalidade de restringir, provisória e excepcionalmente, o acesso de não nacionais no Brasil durante a pandemia, com algumas exceções<sup>195</sup>. Somente após a “lei da pandemia”, essas portarias foram unificadas por meio da Portaria nº 255, de 22 de maio de 2020 (CEPEDISA; CONECTAS, 2021).

O estudo demonstra que o Estado brasileiro negligenciou seu compromisso com os pactos internacionais ratificados nas áreas de migração e refúgio. E as medidas adotadas revelaram que “na pandemia, o Brasil optou por erguer uma muralha, excluindo

---

<sup>195</sup> Grosso modo, segundo o Boletim n.10 (CEPEDISA; CONECTAS, 2021, p.50), o fechamento das fronteiras “não se aplica ao brasileiro, [...] em face da proibição constitucional; não se aplica ao imigrante com residência de caráter definitivo, por prazo determinado ou indeterminado, no território brasileiro ou que tenha registro nacional migratório ou a antiga carteira de identidade de estrangeiro – CIE, por analogia; não se aplica ao estrangeiro em missão a serviço de organismo internacional; não se aplica ao passageiro em trânsito internacional, desde que não saia da área internacional do aeroporto e que o país de destino admita o seu ingresso; não se aplica ao estrangeiro acreditado junto ao Estado brasileiro; não se aplica a estrangeiro cônjuge, companheiro, filho, pai ou curador de brasileiro; não se aplica ao indivíduo cujo ingresso seja autorizado especificamente pelo Governo brasileiro em vista do interesse público ou por questões humanitárias”.

indiscriminadamente os não nacionais, mesmo os merecedores de refúgio e acolhida humanitária”; e que “o fechamento de fronteiras impactou negativamente tanto a migração em geral regulada pela Lei de Migração [...] quanto o direito ao acolhimento regrado pelo [...] (Estatuto do Refugiado)” (CEPEDISA; CONECTAS, 2021, p.51-53).

Cavalcanti e Oliveira (2020b) dão uma ideia do impacto dessas medidas de fechamento das fronteiras nacionais no movimento migratório durante a pandemia. Em caráter exploratório<sup>196</sup>, eles mostram que houve uma queda significativa na mobilidade de imigrantes e refugiados no país. Prova da influência dessas medidas restritivas da mobilidade internacional foi o aumento de 969,1% de deportações de não nacionais, conforme previsto nas portarias, na comparação entre os dados de 2019 e 2020.

Os dados da Política Federal confirmam a maior redução de movimentos migratórios de entrada e saída no país na última década (2010 a 2020), em praticamente todas as modalidades e tipos de fronteiras (aérea, aquática e terrestre), com maior destaque para a terrestre. “A título de ilustração, o volume médio mensal de movimentos no ano de 2019 era de quase 2,5 milhões, enquanto, nos meses de abril e maio de 2020, [...] girou em torno de 90 mil, caindo ainda para menos de 40 mil em junho e julho [...]” (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.19).

Quanto ao registro de imigrantes de longo termo (maior permanência), que nos interessa aqui, a queda também foi sem precedentes desde dados dos anos 2000. O menor número até então computado de registros migratórios ativos, por ano e mês de entrada no país, foi de 1.359 em dezembro de 2000. Para termos uma ideia da redução de entradas de imigrantes no país nessa modalidade, “até agosto de 2020, apenas 18 haviam entrado no país em abril, o menor valor mensal da série histórica. Depois disso, há um ligeiro crescimento para 26 em maio, 69 em junho, 139 em julho e 155 em agosto” (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.24).

A queda desses fluxos regulares, que vêm para residir no Brasil, cujo grupo também contempla os refugiados, foi de 84% em relação ao ano de 2019. Os autores fazem ainda uma observação sobre a nacionalidade haitiana, que teve uma queda inferior nas entradas em relação às demais nacionalidades, mas seguindo a tendência geral de queda a partir de abril de 2020. E, entre os meses de janeiro e março de 2020 recebeu até mais haitianos que no mesmo

---

<sup>196</sup> A partir de dados em registros administrativos, datados de até agosto de 2020, para a análise do movimento fronteiriço, com base no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), no Sistema de Tráfego Internacional (STI) e no sistema de Medidas de Alertas e Restrições Ativas (STI-Mar). E até junho de 2020, para a análise do movimento laboral de entrada e saída de imigrantes no mercado de trabalho, com base nos registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.17-18).

período correspondente ao ano de 2019 (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b). As mulheres haitianas deste estudo, que estão mais recentes no Brasil, chegaram exatamente no primeiro trimestre de 2020.

Leão e Fernandes (2020, p.23) apresentam um breve panorama das políticas e restrições às migrações em tempos de crises sanitárias. Segundo eles, desde o século XIX existiram iniciativas a esse respeito, o que se aprofundou no século XX, cuja preocupação com as questões sanitárias levou à criação de instituições internacionais para lidar com o tema, como a OMS e a OPAS (Organização Panamericana de Saúde). O debate e as ações adotadas nesses espaços já mostravam uma sobreposição dos “temas sanitários e a mobilidade de pessoas”. Prova disso foi a criação de normas de quarentena em navios e portos para evitar a propagação internacional de doenças com potencial epidêmico, como a cólera, a peste e a febre amarela e, mais recentemente, a influenza.

Ainda segundo Leão e Fernandes (2020, p.27), essa associação entre temas sanitários e mobilidade humana reforçou o “estereótipo do imigrante que transporta doenças”. Isto me lembra o que aconteceu com os haitianos nos Estados Unidos, onde eram estigmatizados como portadores do vírus HIV/AIDS e acusados de serem os responsáveis pela sua disseminação no país. Os autores explicam também que as migrações internacionais que acontecem em tempos de crise sanitária são decorrentes de fatores precedentes a ela, acompanhando o movimento de fluxos migratórios anteriores. E que as migrações mais relacionadas às questões sanitárias se dão geralmente de forma interna, em que pessoas fogem para áreas menos afetadas da sua região ou país, até que a situação se amenize no seu lugar de origem.

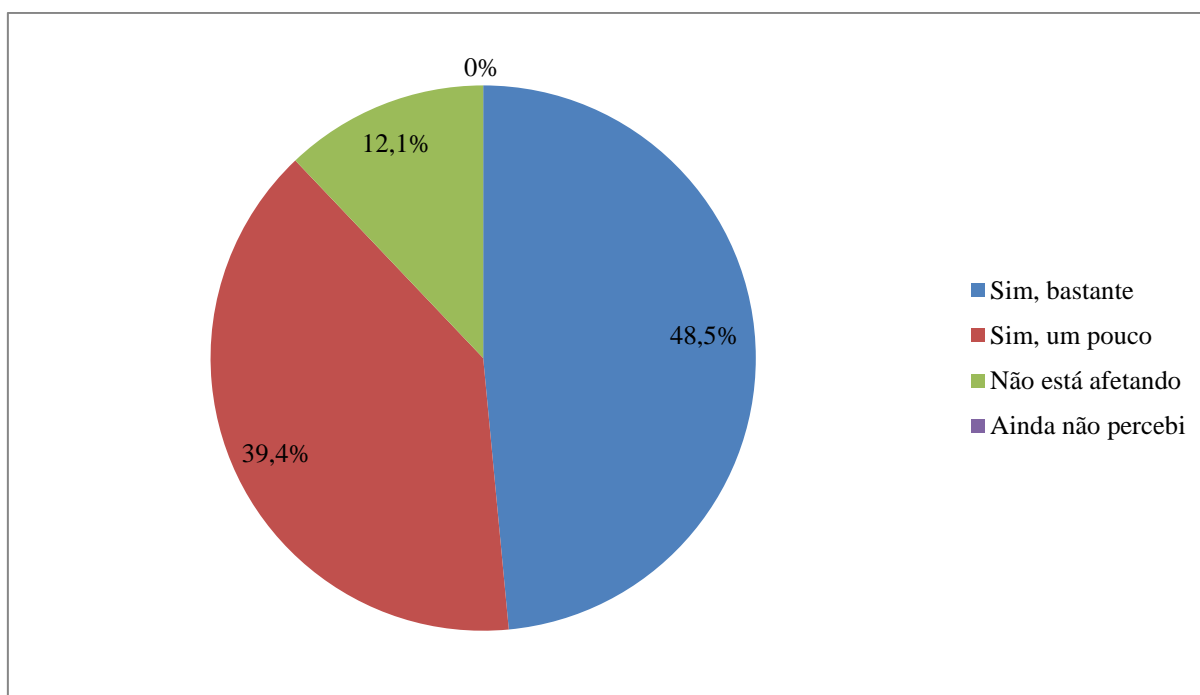
Uma das críticas apontadas por Leão e Fernandes (2020) sobre as medidas de fechamento das fronteiras internacionais é de que elas são extremas e, geralmente, adotadas como primeira alternativa de combate a doenças epidêmicas, muitas vezes sem embasamento científico. Na verdade, segundo eles, os dados indicam que a pandemia de Covid-19 não intensificou o movimento de entrada de estrangeiros em fronteiras internacionais, o que aumentou foi a quantidade de retornados aos seus países de origem. Ou seja, o impedimento da entrada de não nacionais nos países não tem comprovação de eficácia na redução da propagação do vírus. Exemplo disto seria o Brasil que, a despeito das inúmeras medidas legislativas de restrição da mobilidade de estrangeiros pelas vias terrestres, aquáticas e aéreas, não o impediu de se tornar um dos epicentros da doença no mundo. Ademais, tais medidas ferem os direitos humanos ancorados nas legislações nacionais (como a Lei de Migração e o

Estatuto do Refugiado) e nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Agora veremos como este cenário caótico afetou a vida das haitianas participantes deste estudo.

#### 4.2. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS HAITIANAS NO DISTRITO FEDERAL: A VIDA EM MODO DE ESPERA

Quando consegui os primeiros contatos das haitianas, a fim de convidá-las para participar do estudo, já era agosto de 2020, com seis meses da pandemia no Brasil. A aproximação se iniciava por telefone e o link do questionário virtual era encaminhado por mensagem via WhatsApp. Uma das perguntas específicas era se o atual contexto de pandemia estava lhes afetando (bastante, pouco, nada ou se ainda não percebiam). Podemos ver no gráfico abaixo o resultado das respostas:

**Gráfico 17** - Haitianas participantes da pesquisa segundo impacto da pandemia da Covid-19 em suas vidas



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Como podemos perceber, 87,9% informaram que suas vidas foram prejudicadas em alguma medida pela pandemia e, de forma mais intensa, para 48,5% delas. Já 12,1% responderam que não se sentiram afetadas. Estas equivalem a quatro haitianas, sendo que apenas duas confirmaram suas respostas durante a entrevista, indicando que de forma prática não se sentiam prejudicadas pelas restrições impostas nesse período. Uma delas reside no DF

há bastante tempo e não teve sua situação laboral fortemente prejudicada. A outra chegou ao país em janeiro de 2020 e informou que as dificuldades para conseguir um trabalho já vinham sendo sentidas antes do país ser afetado pela pandemia: “*Não afetou. No mês que eu entrei não tinha coronavírus e eu não achei trabalho.*” (Joana). Assim, ela não quis atribuir a esse cenário as dificuldades que já vinha enfrentando desde sua chegada ao país. As outras duas, apesar de terem informado não se sentirem afetadas pela pandemia, apontaram na questão seguinte do questionário formas nas quais suas vidas vinham sendo prejudicadas, como veremos mais adiante.

Joseph e Neiburg (2020a) apresentam um panorama dos efeitos do coronavírus nas paisagens haitianas, tanto no contexto interno do Haiti, quanto do seu movimento transnacional, sobretudo mostrando os impactos da imobilidade provocada pela pandemia na vida dessa população diaspórica. Eles apontam como principais efeitos, no campo migratório internacional, o retorno de haitianas e haitianos para o Haiti e a redução do envio de remessas, além da própria imobilidade migratória pelas restrições nas fronteiras internacionais. Esse retorno tem ocorrido tanto de forma voluntária quanto involuntária, chegando à marca de 200 mil egressos nos seis primeiros meses da pandemia, especialmente vindos da República Dominicana, Chile e Estados Unidos. Isto acarretou, segundo eles, um duplo estigma para esses retornados – o de imigrantes fracassados e o de potenciais transmissores do vírus – que, por sua vez, os colocavam em um duplo isolamento: a quarentena como medida sanitária obrigatória aos egressos e a rejeição social e moral por parte da família e da sociedade.

Em outro artigo, os autores (JOSEPH; NEIBURG, 2020b) abordam a precariedade do sistema de saúde haitiano para o enfrentamento da Covid-19 e como a insuficiência do sistema de saúde, aliado às dificuldades econômicas, reiteram também a importância das redes locais e internacionais, no caso de familiares imigrantes que, mesmo à distância, podem representar um apoio. Entretanto, esse recurso de fora também está comprometido, principalmente em razão da pandemia ter dificultado a mobilidade laboral de haitianos e haitianas dentro do Haiti, mas também no exterior. Isto se deve às medidas sanitárias de prevenção da pandemia, como o distanciamento social e consequente restrição de mobilidade, o que lhes impede de trabalhar nas ruas. Os autores evidenciam no seu artigo a fala de uma vendedora ambulante haitiana que afirma não ser um problema que morra, contanto que seja na rua. Nesse sentido, simbolicamente, a rua é sinônimo de risco diante da pandemia. Mas, ao



mesmo tempo, é o meio de preservar a subsistência pelo acesso ao trabalho – “I’m going to die in the street”<sup>197</sup> (p.1).

As haitianas entrevistadas não colocaram o retorno como uma alternativa à situação da pandemia no Brasil. Pelo contrário, elas informaram que a crise sanitária estava impedindo que familiares e amigos entrassem no país. Apenas uma delas informou que a pandemia estava atrapalhando seus planos de voltar para o Haiti com a finalidade de se casar e depois remigrar para o Canadá. Essa crise sanitária gerou um efeito de redução do ingresso de haitianas no país, devido às restrições de mobilidade internacionais. De 2018 para 2019 teve um aumento de 300% de ingresso no Brasil das participantes deste estudo. Em 2020, apenas nos dois primeiros meses do ano, entraram 12% do total das interlocutoras. Isto é quase a metade das que entraram no país em todo o ano de 2019. Considerando que havia pessoas de suas redes sociais no Haiti que estavam só esperando passar a pandemia para realizarem os procedimentos necessários à viagem, é provável que o ingresso de haitianas no Brasil continuaria subindo, mas foi interrompido pela pandemia.

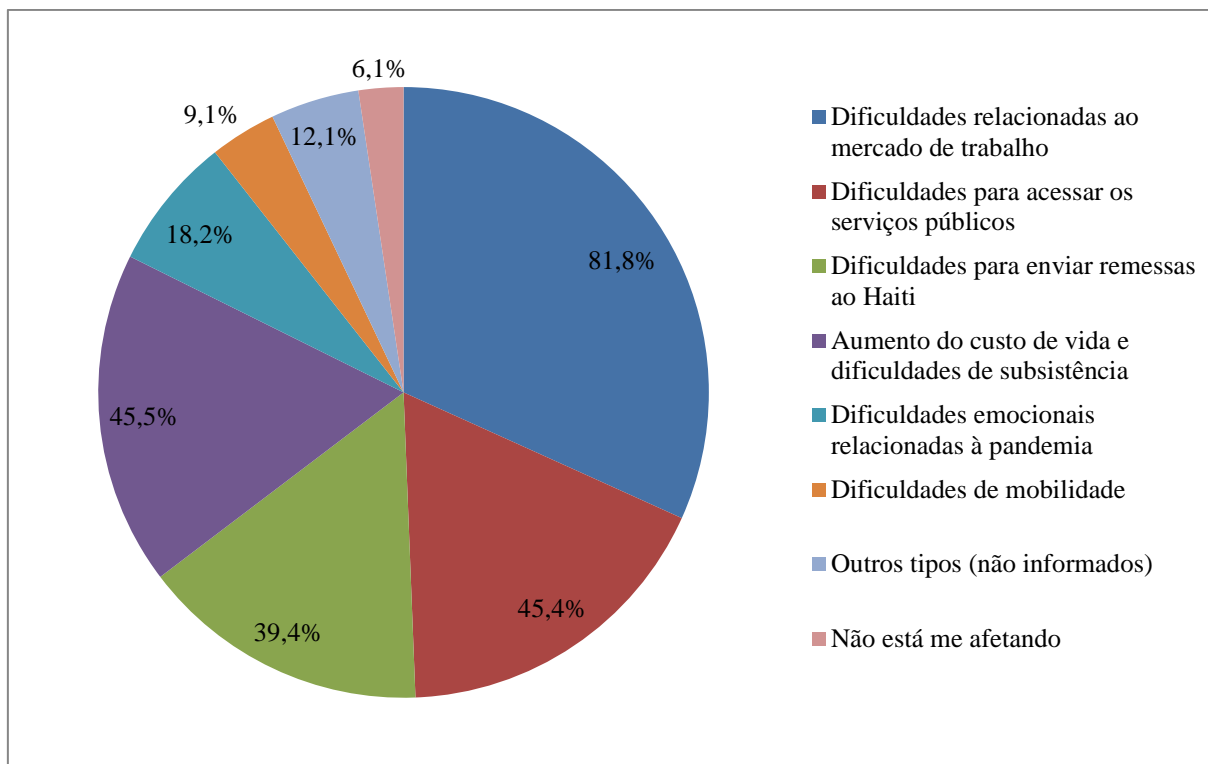
A Liline avaliou que a pandemia “*afetou todo mundo, mas a gente que é estrangeiro é complicado*”. Joseph e Neiburg (2020a) explicam que a mobilidade é sinônimo de vida para essa população. Sendo assim, de que forma a pandemia afeta esse coletivo transnacional? Por que, apesar de afetar “*todo mundo*”, é especificamente “*complicado*” para essas mulheres imigrantes, como sugeriu Liline? Os autores respondem que nesse contexto específico (que eles chamam de “paisagens haitianas”), “[...] a pandemia age de forma multidimensional e sistêmica, produzindo múltiplos feedbacks em relação a processos que ocorrem em outros espaços nacionais e em rotas globais, intensificando os sentidos das barreiras, dos controles, da imobilidade, das desigualdades e dos sofrimentos.” (JOSEPH; NEIBURG, 2020a, p.475).

No âmbito deste estudo, os efeitos da pandemia na vida das haitianas residentes no Distrito Federal também se mostraram multidimensionais. Podemos ver no gráfico abaixo as dificuldades mais apontadas pelas participantes no questionário virtual, que foram aprofundadas durante as entrevistas. Vejamos:

---

<sup>197</sup> Tradução livre: “Vou morrer na rua” (JOSEPH; NEIBURG, 2020b, p.1).

**Gráfico 18** - Haitianas participantes da pesquisa segundo dificuldades vivenciadas durante a pandemia de Covid-19



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

A partir dos dados do gráfico acima, analisaremos por partes como a pandemia de Covid-19 trouxe fortes reflexos sobre a vida das participantes, começando pela dimensão laboral, e seguindo para as suas condições de vida, que as tornou elegíveis ao Auxílio Emergencial, concedido pelo governo federal nesse período, que será o terceiro e último ponto de análise.

#### 4.2.1. Trabalho: “Não sei se é por causa do coronavírus que não consigo encontrar trabalho ou se é assim mesmo”

A **primeira** área mais afetada pela pandemia, a partir das vivências das participantes, foi a do trabalho. Dentre as 81,8% das respostas nesse sentido, 21,2% informaram ter perdido o trabalho por causa da crise econômica aprofundada pela pandemia; 57,6% alegaram não conseguir encontrar uma vaga de trabalho nesse período; e, 3% precisaram fechar seu restaurante em consequência das medidas sanitárias, que limitavam a circulação das pessoas e o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, reduzindo drasticamente o número de seus clientes.

Um dos grupos mais afetados pela pandemia foi o das haitianas recém-chegadas ao país. Como a Stephe: *“Cheguei e logo veio a pandemia. Não trabalhei ainda no Brasil. Não posso fazer nada agora. Por causa do coronavírus fico só em casa. Não tenho muito contato”*. A Claudia relata seu drama, cuja vida ficou paralisada e foi dominada pelo medo por pertencer ao grupo de risco:

*Só que eu veio no mês que começou o coronavírus. Ainda não consegui fazer os papel [regularização migratória], não consegui fazer nada, porque Polícia Federal tá fechada. Estou bem estressada, porque no mesmo tempo que cheguei aqui todas as coisas fica bagunçada. Fechou as lugar, fechou as shopping. Ainda não comecei a procurar [trabalho] por causa da pandemia e do documento [migratório]. Não posso fazer nada. Não consigo ajudar no aluguel. Nem consigo estudar. Eu sou asmática. A pandemia é perigoso pra mim. Eu fico com medo se eu pega esse vírus, tem mais possibilidade pra eu morrer. Por isso, eu fica com muito medo e estressada. [...] Eu tenho dois coisas que é mais importante pra mim: é trabalhar e ir na escola. Por causa da pandemia, eu não consigo fazer nenhum. Tem que trabalhar e ir numa escola pra ver se fica difícil ou fácil [a vida no Brasil]. Ainda não posso responder [se o Brasil é como imaginava]. Por causa da pandemia eu não sei. (Claudia)*

As medidas sanitárias para contenção da propagação do coronavírus colocou essas mulheres em um modo de espera angustiante, no qual elas não conseguiam sequer avaliar se vir ao Brasil foi uma boa decisão migratória. Como afirmou a Madoche: *“[...] Não sei se é por causa do coronavírus que não consigo encontrar trabalho ou se é assim mesmo”*. E o tempo necessário para que elas aprendessem o português e pudessem a trabalhar para se manter no país, recuperar despesas gastas na viagem e enviar ajuda ao Haiti, foi perdido. Como asseverou Maria: *“É seis meses perdido, sem fazer nada”*.

Essa “perda” foi sentida por toda a sociedade brasileira, no campo do trabalho, conforme dados da PNAD Contínua (IBGE, 2021), na comparação entre os trimestres de setembro a dezembro de 2019 e de 2020, ou seja, antes e durante o primeiro ano da pandemia, temos o quadro seguinte: a taxa de desocupação em 2020 foi de 14,1%, representando 14 milhões de pessoas. Se comparada ao trimestre do ano anterior, teve um acréscimo de 2,2 milhões de pessoas na fila dos desocupados. A população que estava ocupada em 2019 caiu 9,4% em 2020. Ou seja, foram 8,8 milhões de pessoas a menos no mercado de trabalho. O DIEESE (2020c) mostra, com base também na PNAD Contínua, que nesse período se aprofundou a desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho. No 1º e 2º trimestre de 2020, “6,4 milhões de homens e mulheres negros saíram da força de trabalho [...]. Entre os brancos, o número de pessoas nessa mesma situação chegou a 2,4 milhões”.

Se agregarmos a esse universo a força de trabalho disponível, mas subutilizada, ou seja, que trabalha menos de 40 horas semanais, mas gostariam e estavam dispostas a trabalhar mais horas, temos 32,2 milhões de trabalhadores nessa condição em 2020, com 21% a mais que no ano anterior (ou seja, um acréscimo de 5,6 milhões de pessoas). A população desalentada (que soma 5,7 milhões de pessoas que, apesar de estarem dispostas a trabalhar, deixaram de procurar trabalho por falta de esperança de conseguir uma ocupação<sup>198</sup>) cresceu 22,9% em relação ao mesmo período de 2019 (aumentando em 1,1 milhão de pessoas sem esperança de trabalho no período ainda inicial da pandemia). (IBGE, 2021).

De modo geral, a Pesquisa acima indica que a classe trabalhadora inserida como força de trabalho (equivalente a 99,6 milhões de pessoas no trimestre de 2020) teve uma queda de 6,3% (ou seja, de 6,7 milhões de trabalhadores), em relação ao mesmo período de 2019. E a classe trabalhadora que estava fora da força de trabalho em 2019 teve um acréscimo de 17,3% (isto é, 11,3 milhões de pessoas), chegando ao patamar de 76,4 milhões de trabalhadores sem trabalho em 2020. Houve ainda uma redução de empregados com carteira assinada, com uma queda de 10,3% em 2020, em comparação ao ano anterior. O que foi ainda maior para aqueles e aquelas sem carteira assinada, que teve uma redução de 17,6% no mesmo período. Ainda que alguns tenham sido absorvidos por outras formas de ocupação, o saldo entre trabalhadores formais e informais indica o quanto esses últimos estão mais desprotegidos e vulneráveis à perda do trabalho (IBGE, 2021).

Duas outras categorias que importam neste estudo também sofreram os impactos desse período. A de trabalhadores por conta própria (22,9 milhões de pessoas), que caiu 6,7% em relação ao mesmo trimestre de 2019, mas que foi 6,6% maior que o trimestre anterior de 2020, ocorrendo uma recuperação em relação ao mesmo período de 2019. E a categoria de empregados domésticos (4,8 milhões de pessoas no trimestre em análise de 2020) que, apesar de ter tido uma leve recuperação em relação ao trimestre anterior do mesmo ano, se comparado ao mesmo trimestre de 2019, teve uma queda de 24,6%, sendo uma das categorias mais afetadas proporcionalmente (IBGE, 2021).

Aproximando as estatísticas da população imigrante, o Relatório Anual 2020 do OBMigra nos aponta algumas tendências do impacto da pandemia no mercado de trabalho.

---

<sup>198</sup> Essas categorias de indicadores utilizados pelo IBGE estão tecnicamente definidas na “Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo”, da 19.ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo (OIT, 2013). E adaptadas ao contexto nacional no documento “Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial – Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. 2º trimestre de 2018” (IBGE, 2018).

Cavalcanti e Oliveira (2020b), com base em registros administrativos<sup>199</sup>, observaram a movimentação de admissão e demissão de imigrantes no mercado formal<sup>200</sup>, e verificaram que ele foi bastante impactado. Mas seus efeitos se deram de forma diferente nos distintos setores da economia. O período anterior à pandemia mostra que

o mercado de trabalho para os imigrantes encontrava-se em um bom momento antes da pandemia. Nos dois primeiros meses de 2020 – antes, portanto, da entrada em vigor da maior parte das políticas restritivas relacionadas à contenção da doença – o volume de admissões de imigrantes foi maior em comparação com o mesmo período de 2019, enquanto que o volume de demissões foi menor, resultando em saldos positivos de movimentação de quase o dobro do que se observava no anterior [...]. (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.31).

Quando o estado de emergência sanitária começa no Brasil, temos outro panorama:

Já em março de 2020, o volume de demissões cresceu, atingindo valor semelhante ao observado em 2019, enquanto o volume de admissões permanecia maior do que no ano anterior. O impacto foi mais forte a partir de abril, quando o volume mensal de admissões caiu em quase 60%, enquanto as demissões continuaram em patamar semelhante a 2019, fazendo com que o saldo de movimentações se tornasse negativo. Foram mais de 3.000 postos de trabalho a menos para os imigrantes só no mês de abril. Nos meses de maio e junho, o volume de admissões voltou a crescer, mas ainda se encontra distante do que foi observado nos mesmos meses do ano anterior. Por outro lado, o volume de demissões também caiu, fazendo com que o saldo voltasse a ficar positivo no mês de junho. No agregado do ano, o saldo é positivo, mas 25% menor do que no mesmo período de 2019. (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.32)

Ao analisar os dados de forma desagregada, os autores percebem que os impactos da pandemia no mercado de trabalho para imigrantes foram diferentes a depender do setor produtivo, da região e do perfil dos trabalhadores. Haitianos e venezuelanos foram os dois principais coletivos imigrantes menos afetados pelos efeitos da crise no emprego, “sobretudo homens de baixa escolaridade, predominantemente na região Sul e trabalhando em ocupações de baixo grau de especialização no final da cadeia do agronegócio” (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.38).

Numa perspectiva de gênero, o saldo entre admissões e demissões, na comparação entre janeiro a junho dos anos de 2019 e 2020, mostra que mulheres e homens sofreram o impacto da crise de forma desigual, com uma queda de 47,9% contra 15,2%, respectivamente. A escolaridade também influenciou de forma desigual nos efeitos da crise. O saldo para os menos

<sup>199</sup> Os autores informam que suas análises foram feitas “a partir do cruzamento das bases de dados do CAGED, da RAIS e da CTPS até 2019 e do eSocial em 2020” (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.31).

<sup>200</sup> Os autores fazem uma ressalva de que, por razões metodológicas, agregaram os dados de modo que a categoria “imigrante” engloba também solicitantes de refúgio e refugiados (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b, p.31).

escolarizados foi melhor que para os mais escolarizados. E as regiões Sudeste e Nordeste foram mais afetadas que outras regiões. Já os setores ligados aos bens essenciais de consumo, voltados para o mercado interno e a exportação foram os menos afetados (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b).

Apresentado esse panorama mais geral, voltemos às haitianas deste estudo. Vimos anteriormente que os efeitos da pandemia sobre as recém-chegadas ao Brasil foram fortes. Mas as haitianas que já estavam no país há mais tempo também sentiram o seu impacto, principalmente as mulheres com crianças recém-nascidas. Como a Vitória, que aguardava o período pós-puerpério para procurar trabalho: *“Eu acho que afetou um pouco. Porque eu pensava que ia conseguir um trabalho depois de cinco meses de ganhar o neném. Aí eu pensei: vou procurar um trabalho. Aí veio a pandemia e mudou tudo”*. Já a Ilene perdeu seu trabalho durante a pandemia, quando retornava da licença maternidade:

*Eu tava de licença [maternidade]. [...] Quando eu voltei a trabalhar, trabalhei só sete dias e veio o negócio de pandemia, a gente ficar em casa, depois só me ligar e mandar eu embora. Era no restaurante do [...] Shopping. Só eu haitiana trabalha lá. Mandou três embora. [...] e como eu ficar em casa eu comi muito. Gasta mais dinheiro. [...] Não dá pra enviar ajuda pro Haiti, porque o seguro [desemprego] só dá pra sobreviver. (Ilene)*

A Sherley informou que *“demitiram a gente na pandemia e depois recontratou”*. Essa tendência de flexibilização do trabalho foi amplamente esticada nesse período de pandemia pela Medida Provisória (MP) nº 936, de 1 de abril de 2020, que foi convertida na Lei nº 14.020/2020, criando o “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, durante a pandemia. Com isto, foi possível a redução da jornada de trabalho e do salário, suspensão temporária de contrato de trabalho, e recebimento de um tipo específico de “Auxílio Emergencial”, destinado a complementar a renda perdida pelo trabalhador formal intermitente nesses acordos trabalhistas, dentre outras medidas.

Assim, como vimos no caso da saúde, os direitos trabalhistas sofreram mais um ataque. Com a propaganda de que tal iniciativa visava à preservação do emprego e da renda do trabalhador, na verdade, foi um bote salva vidas para o empresariado, e não apenas o de médio e pequeno porte (MARTINS *et al.*, 2020). Além disso, vimos que tais medidas não evitaram o aumento de demissões nesse período de crise sanitária, apesar dos trabalhadores adquirirem estabilidade por tempo igual ao acordado com o empregador ao fazer uso do Programa Emergencial. O que também pode ser percebido pelo aumento nos pedidos de seguro-desemprego que, em maio de 2020, chegou ao patamar de 960,2 mil pedidos,

representando um aumento de 53% em relação ao mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (MARTELLO, 2020).

O recurso desse “Auxílio Emergencial”, chamado de “Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda”, é derivado do “cancelamento de despesas com serviços da dívida pública interna”, conforme Nota Técnica nº 21/2020, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. A Nota reconhece, inclusive, que “a medida implica aumento de despesa primária com redução de despesa financeira, há, neste caso, aumento do déficit primário da União” (BIJOS; CAMBRAIA, 2020.p.5, *sic*).

Ou seja, o Estado tem se endividado ainda mais durante a pandemia, por meio do chamado “orçamento de guerra”. Mas esse salvamento tem um custo e quem vai pagar, no final das contas, é a sociedade como um todo, mas principalmente a classe trabalhadora que é quem mais paga impostos no Brasil. Esse aumento da dívida pública, que em 2019 já representava 88% do PIB brasileiro, é usado como justificativa para a cantilena neoliberal de necessidade de privatizações, reformas e ajustes fiscais que reduzem direitos constitucionais e afetam o funcionamento das políticas públicas, essenciais à população, especialmente de baixa renda (ALMEIDA, 2020; LINDESAY, 2020). O que nos leva a perceber que essa “mão amiga” do Estado tem sido muito favorável aos interesses do grande capital que, nessa crise (sanitária, econômica e política), é quem mais tem lucrado (SOUZA, 2020a, p.2475; 2020b; RAICHELIS; ARREGUI, 2021; GRANEMANN, 2021).

Isso fica muito claro quando observamos os dados apresentados por Granemann (2021, p.4), com base no Relatório de Riqueza Global do Banco Credit Suisse, de 2019, no qual os milionários do Brasil aumentaram de 217 mil (em 2018) para 259 mil (em 2019). Tamanha acumulação de riqueza levou o Brasil a ocupar a 6ª posição no *ranking* dos países com mais milionários do mundo. E isto, no mesmo ano em que contrarreformas estavam em curso, minando os direitos da classe trabalhadora. A autora mostra ainda outra cifra escandalosa, que é a do aumento dos multimilionários, daqueles com fortuna igual ou superior a 50 milhões de dólares estadunidenses. Em 2019, “um ano de profundo desemprego para trabalhadores e trabalhadoras”, o Brasil ganhou mais 860 novos multimilionários, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

A pandemia de Covid-19 apenas deu ainda mais relevo às profundas desigualdades no mundo, entre pessoas e países. Segundo o relatório da Oxfam (2021, p.12), intitulado “O vírus da desigualdade”, os bilionários, que sofreram grandes prejuízos no mercado de ações durante a pandemia, precisaram apenas de nove meses para recuperar suas riquezas. E, “em todo o mundo, a riqueza dos bilionários aumentou em impressionantes US\$ 3,9 trilhões entre 18 de

março e 31 de dezembro de 2020. [...] Os dez bilionários mais ricos do mundo viram sua riqueza aumentar coletivamente em US\$ 540 bilhões durante este período".

Comparativamente, o mesmo relatório indica que os pobres precisarão de mais de uma década para se recuperarem economicamente da pandemia. Além disso, as desigualdades nesse período se revelam de forma multidimensional – se uma pessoa é pobre, mulher e negra tem probabilidade mais alta de sofrer as consequências do coronavírus, inclusive a morte, na América Latina. “No Brasil, pessoas negras têm 40% mais chance de morrer de Covid-19 que pessoas brancas. Se as taxas de mortalidade da doença nos dois grupos fossem as mesmas, até junho de 2020, mais de 9200 afrodescendentes estariam vivos” (OXFAM, 2021, p.10).

A pandemia também aprofundou ainda mais as metamorfoses do trabalho (ANTUNES, 2012; 2013; PREVITALI; FAGIANI, 2020). A minha interlocutora, Dashmy, relata as consequências na vida da sua família e a “uberização”<sup>201</sup> (FONTES, 2017a; ABÍLIO, 2020) como alternativa nesse período: “*A vida ficou mais difícil. Diminuiu o trabalho. Mandaram meu companheiro embora. Ele teve que trabalhar de Uber*”. Outros relatos indicaram essa tendência de adesão ao trabalho de entregas e transporte por meio de aplicativos pelos homens haitianos. E uma das participantes da pesquisa trabalhava à noite como entregadora de refeições, pelo aplicativo Uber, com sua bicicleta. Este era um dos seus muitos trabalhos informais, incorporado após perder o emprego de carteira assinada durante a pandemia. Aquelas que trabalhavam informalmente também foram bastante afetadas. A Maria explicou como a pandemia estava comprometendo seu negócio:

*[...] se não fosse o pandemia, eu fazia mais sucesso. Porque tem pessoa ainda que fica com medo pra vir na casa pra fazer trança. Tem pessoa que quer fazer trança e tá sem dinheiro. Entendeu? Se a pessoa guardar dinheiro é só pra comer [risos]. Beleza não é tão importante agora. É por isso que eu falei que me afetou um pouco. Entendeu? Se não é o momento do coronavírus, vai conseguir fazer mais coisa. Porque ainda tô com vontade de abrir uma loja. Só fica um pouco difícil. (Maria)*

A Liliane, aquela jovem que chegou há nove anos ao Brasil para estudar, mas que após ser desligada do Mestrado da UnB precisou buscar alternativas para permanecer no país, se tornou uma microempreendedora individual (MEI), no ramo alimentício, e abriu um restaurante que estava começando a fazer sucesso. Então veio a pandemia e

*[...] Eu acabei de fechar minha empresa. Eu fechei a loja. A empresa tá aberta. Eu aluguei um local no centro comercial do Cruzeiro. [...] Era almoço [...] O nosso era serviço top. Todo mundo fala. Era pratos bem montados, tipo Girafas. [...] E*

<sup>201</sup> Sobre a “uberização” do trabalho, na atual fase do capitalismo, ver Fontes (2017a) e Abílio (2020).



*chegando a pandemia, começou a dar uma caída. A gente não aguentou ficar. Até eu tentei ficar uns três meses durante a pandemia. Diminuiu a quantidade [de pessoas], porque a gente era novo. As pessoas que frequentavam eram as pessoas que trabalham lá, mais as pessoas do local. Aí eles não vieram trabalhar. Aí tinha que me virar um pouco. Tentar vender na internet. Mas o que a gente vendia tinha que gastar na hora. Eu falei: “Se eu ficar aqui eu vou ter muito prejuízo”. Aí eu conversei com a dona da loja e saí. Acho que foi em junho [2020]. (Liline)*

Uma matéria do Correio Braziliense, com base em dados do Portal do Empreendedor e do SEBRAE, informa que, apesar de 327.360 pessoas terem se tornado microempreendedores individuais (MEIs) durante o período de isolamento social, esse foi um dos grupos mais afetados pela pandemia: 52% dos MEIs pararam de funcionar; 89% sofreram queda no faturamento; a queda do rendimento foi em média de 60%; e 68% que recorreram a empréstimos, nesse período, não foram aprovados pelos bancos (BARBOSA, 2020).

#### **4.2.2. As condições de vida: “agora aqui tá difícil”**

A **segunda** área mais afetada está relacionada às condições de sobrevivência, com 45,5% das respostas. Dessas, 27,3% das participantes informaram que estavam com dificuldades para pagar o aluguel da moradia. Outras 18,2% perceberam o aumento no custo de vida, especialmente com alimentação, e estavam tendo dificuldades para comprar o básico para viver. Isto fica claro na fala da Jozeline: “[...] *agora aqui tá difícil. Aluguel tá muito caro. Trabalhar só paga mil reais, mil e cem reais. Agora comida no supermercado tá muito caro. Agora depois da pandemia tá difícil*”. O que foi confirmado pela Chelo: “[...] *agora as coisas tá bem cara. Eu acha que é a pandemia*”; e pela Nahomie: “[...] *Depois do Covid as coisas subiu*”.

Essa dificuldade também foi sentida pelos nacionais. De acordo com pesquisa realizada pela EXAME/IDEIA (GARRETT JR., 2020), para 59% dos brasileiros o custo de vida aumentou na pandemia, o que foi fortemente influenciado pelo preço da cesta básica. O Centro-Oeste foi a região que mais sentiu esse aumento dentre as pessoas pesquisadas (75%). E as classes sociais mais baixas (D/E, 62%; C, 58%; e A/B, 60%) foram as que mais afirmaram que a situação ficou pior com a pandemia. Segundo a pesquisa, o aumento no custo de vida foi mais sentido nas despesas básicas, como água, luz, gás e telefone, em primeiro lugar; e alimentos, em segundo.

Dados do DIEESE (2020a) comprovaram um aumento progressivo no custo da cesta básica em 2020, após a pandemia. Em Brasília, o aumento foi notado de forma mais abrupta

em novembro de 2020, subindo 17,05% em comparação ao mês anterior. Assim, a cesta básica passou a representar 59,24% do salário-mínimo líquido para uma pessoa adulta, que precisaria trabalhar 120h34m para adquirir os produtos da cesta, 17h18m a mais que no mês anterior. Tomando como referência o maior preço da cesta básica no período pesquisado, em novembro de 2020 uma família com dois adultos e duas crianças precisaria de um salário equivalente a R\$ 5.289,53 (5,06 vezes o mínimo vigente, de R\$ 1.045,00) para suprir suas necessidades básicas com alimentação (DIEESE, 2020d).

Com a perda do trabalho e a dificuldade de conseguir a (re)inserção laboral, os problemas foram se avolumando e as redes sociais mais próximas das haitianas também enfrentavam dificuldades nesse cenário, o que limitava as possibilidades de oferecer ajuda. Quando perguntadas sobre como estavam sobrevivendo na pandemia, muitas citaram algumas instituições do Distrito Federal como sua rede de apoio nesse tempo difícil. As igrejas foram as mais presentes, como afirmou a Sherley: *“A Igreja Batista no Caminho, nesses tempos de pandemia, eles ajudam todos os meses, dá comida pra gente”*.

A Mia também tem contado com o auxílio da igreja para o atendimento de necessidades mais imediatas, como de alimentação: *“Perdi trabalho antes, mas não posso procurar. Tudo fechado. Pra pagar aluguel, luz, tem mês que tenho dificuldade. Pra comida, graças a Deus, meu pastor me ajuda. Ficar triste, depressão”*. Conforme já discutido, podemos ver que, em tempos de crise como a que está em curso, mais uma vez é a sociedade civil que tem desenvolvido ações para salvar vidas em risco social, o que é responsabilidade primária do Estado. Contudo, tal omissão é um direcionamento proposital, pela adoção de políticas neoliberais incentivadas por instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial (CORREIA, 2007), cuja perversidade fica ainda mais evidente em momentos como este. Outras buscavam a sobrevivência em pequenos negócios. Como a Lia, que passou a fazer comida em casa para vender a uma pequena clientela haitiana e brasileira. *“Eu comecei o trabalho de fazer comida em casa há três meses. Depois da pandemia. Porque eu precisar dinheiro”*. E outras encontraram no Auxílio Emergencial uma forma de alívio para as dificuldades de sobrevivência nesse período, como veremos na subseção seguinte.

Para essas mulheres, a **terceira** área que sofreu maior impacto na pandemia foi a dos serviços públicos (45,4% das citações), que elas encontraram dificuldades para acessar. Os mais citados foram as escolas, as creches e os serviços de saúde. Como enfatizado pela Bianca: *“Afetou de todo jeito. Por causa da pandemia não tem creche pra nós deixar nenê. A escola fechou. Tive que estudar pela internet”*. A Sofia, recém-chegada ao Brasil, não conseguiu se inserir no curso de português: *“Eu já tava iniciando para fazer um curso de*

*português, só que chegou a pandemia”. A Maria também teve que parar os estudos e não conseguiu fazer uma capacitação profissional: “Estava estudando numa escola regular para aprender o português. Mas devido à pandemia, pararam as aulas. [...] eu já fiz uma inscrição no SENAC para confeitaria, só por causa da pandemia parou”.*

Uma das interlocutoras sentiu na pele o drama da experiência de acessar o serviço público de saúde nesse período de pandemia e ter que passar pelos protocolos de suspeita de Covid-19, em pleno processo de trabalho de parto, enfrentando uma verdadeira violência obstétrica. O seu relato é longo, mas considero importantes os detalhes dessa vivência tão traumática, descritos por esta jovem haitiana, mãe pela primeira vez:

*[...] quando eu cheguei lá no HRT [Hospital Regional de Taguatinga] pra ganhar o bebê, nossa, foi terrível! Porque eu passei 3 a 4 dias com contração. Eu cheguei era um domingo, era quatro horas da manhã. Me mandaram pra casa de volta porque eu tava só com um centímetro. Mas eu tava com dor. Eu voltei lá de 10h porque eu não aguentava. Depois me mandaram de volta pra casa. No dia seguinte, eu voltei. Eu tava com dois centímetros. Aí eu fiquei [...]. Eu tava com pouco febre, tava com frio, vai pra casa e volta. Eu fiquei com pouco febre. Não sei se era enfermeira, a moça falou pra mim, vamos fazer um exame. Ela foi embora e não volta. Meu namorado tava lá também. Depois eu vi um senhor que veio tirar meu sangue. Eu falei: “Por que você veio tirar meu sangue?”. Ele falou: “O médico pediu. Eu não sei nada”. Depois a moça falou pra mim: “Clara, você vai entrar nesse quarto”. Mas antes ela me deu dois injeção. Eu tava com muita dor, depois parou um pouco. Quando eu entrei no quarto, meu namorado falou: “Clara, você não viu o que tá escrito na porta? É pra pessoa que tá suspeito de coronavírus”. Eu disse: “Vixe, mas eu não tenho coronavírus! Deus não vai deixar isso acontecer comigo. Porque eu acredito em Deus”. Quando a gente entrou lá no quarto, depois a dor volta. Eu fiquei lá [...], ninguém veio pra ver a gente. Tava só eu e meu namorado, e a moça falou pra ele: “Se você sair desse quarto, você não volta mais”. Então ele ficou lá. A gente ficar lá por muito tempo. Passou a noite. Quando eu sair do quarto eu vi que todo mundo tava pegando as máscaras. Eu falei: “Eu não entendi nada, por que eu tô nesse quarto? Eu não tô com coronavírus”. Ela falou: “É porque a gente suspeita que você está como coronavírus. Amanhã você vai saber se tem ou não tem”. Ninguém falava do parto. No dia seguinte, eu falei pra moça: “Cadê o resultado?”. Ela fez dois exames: coronavírus e dengue. O dengue tava negativo. Eu falei: “E o coronavírus?”. Ela disse: “O resultado chegou ainda não”. Mas eu acho que eles não sabiam se a gente entendia o português. Porque eu vi que tinha um médico que chegou e falou: “Por que você botou ela nesse quarto? Por que você não fez o teste de coronavírus?”. Mas a moça falou pra mim que fez e que não chegou ainda não. Não recebi o resultado do exame. Ninguém falou nada. Só que eu vi um médico dizer que o HRAN [Hospital Regional da Asa Norte] não aceita, porque tinha que ter os outros sintomas. Eu só tinha um pouco febre. No dia seguinte eu gritei, chorei, orei. Eu falei pra médica: “Eu vou morrer! Me ajuda, por favor!”. Ela disse: “Tá bom, vou te ajudar. Hoje eu não vou sair”. E depois eu acho que me deu dois injeção. As 4h uma enfermeira falou pra mim: “Clara, você vai fazer cesárea. Mas o seu marido não vai entrar”. Eu responder: “Não, ele vai entrar! Por quê?”. Ela falou: “Então ele vai ficar distante, pra ele não contaminar nós”. Eu perdi muito sangue. Acho que até a bolsa rompeu, porque tava saindo muita coisa vermelha. O bebê nasceu bem, com saúde. [Como você avalia tudo isso?]. [...] pra mim, um país assim [como o Brasil] deve ter bons hospitais. O Brasil não tem. [...] pra mim, se você é médica, mesmo que eu tenha o coronavírus, você tem que cuidar de mim. Eu estou em perigo. (Clara)*

O relato da Clara mostra o despreparo do sistema de saúde para lidar com uma situação como essa, sobretudo na fase inicial da pandemia. Os relatos de pesquisa evidenciaram a grande dificuldade de acessar os serviços públicos durante esse período. Diversos setores passaram a atender apenas de forma virtual ou por telefone, e outros ficaram completamente fechados, sem atendimento ao público. Aqueles que funcionavam mostraram as consequências que o desinvestimento público pode acarretar, especialmente na área da saúde, em tempos como esse. Raichelis e Arregui (2021, p.143) mostram as contradições por trás da ruptura progressiva com o pacto social constitucional:

A situação de pandemia expõe com muita crueza as dimensões contraditórias desse processo: de um lado, a falência das medidas ultraneoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o Suas, os sistemas de proteção social mais requisitados no contexto da pandemia. E, ao mesmo tempo, a necessidade de mais Estado e do fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento dessa grave crise.

A **quarta** área relatada pelas participantes a sofrer as implicações desse período se refere ao envio de remessas monetárias aos familiares que estão no Haiti, apontado por 39,4% das mulheres como uma das dificuldades impostas pela pandemia. O impacto sobre o envio de remessas está muito relacionado às perdas dos postos de trabalho e do poder aquisitivo das haitianas, que tiveram que priorizar a própria sobrevivência e de sua família no Brasil. Embora muitas permanecessem enviando remessas, mas em menor valor e maior intervalo de tempo.

O efeito econômico da pandemia também foi identificado no Haiti por Joseph e Neiburg (2020a). Segundo eles, com a redução do envio de remessas em dinheiro, o panorama da pandemia ficou ainda mais dramático, considerando a importância das remessas na economia doméstica das famílias e do país, que representam 35% do seu PIB. Pelos dados apresentados pelos autores, os prognósticos não são nada positivos: o Banco Mundial estimou em 2020 uma queda de 20% nas remessas; e o Banco da República do Haiti confirmou uma queda real de 8,17%, apenas no mês de março de 2020, em relação ao mês anterior.

Os efeitos sobre o mercado interno haitiano tornam a situação ainda mais problemática. As restrições de mobilidade dentro do próprio país e entre os países vizinhos prejudicaram o comércio local e transfronteiriço – principal fonte de renda da maioria da população. Ou seja, o coronavírus, além de matar, reduz as poucas alternativas econômicas de sobrevivência dos e das haitianas, e ameaça a circularidade tão característica desse povo (Joseph; Neiburg, 2020b).

Quanto às mulheres haitianas residentes no Distrito Federal, a pandemia aprofundou as já difíceis condições de vida no Brasil e limitou ainda mais as restritas possibilidades de ajudar sua família no Haiti. Muitas informaram que precisaram destinar parte do ínfimo valor do Auxílio Emergencial para parentes no país de origem, imprimindo ao benefício uma dimensão transnacional. A seguir veremos como foi criado e de que forma esse benefício se tornou importante no atendimento das necessidades das haitianas durante a crise econômica aprofundada pelo coronavírus.

#### **4.2.3. O Auxílio Emergencial: “É o que tá entrando agora”**

Uma das maiores novidades surgidas na fase de campo, que eu não havia previsto como opção de resposta no questionário, foi o Auxílio Emergencial. A partir da quarta entrevista, começou a aparecer respostas relacionadas a esse benefício socioassistencial. Isto me surpreendeu porque, diante de tantas angústias para conseguir desenvolver a pesquisa na pandemia, eu não tinha parado para pensar nessa possibilidade das mulheres imigrantes se enquadrarem no benefício federal. Até porque, apesar dos ajustes nos instrumentais, minha mente ainda estava focada no projeto de pesquisa original, sem o elemento Covid-19.

O Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, em 2 de abril de 2020, foi fruto da pressão social sobre os poderes Legislativo e Executivo, criado para minimizar os impactos econômicos causados pelo coronavírus. Ele foi endereçado à população mais vulnerável, de baixa renda, usuários clássicos da Assistência Social e do mercado informal e autônomo de trabalho. Os critérios de seleção foram pessoas maiores de 18 anos (salvo mães adolescentes), sem emprego formal, não usuários de outros benefícios assistenciais e/ou previdenciários (com exceção do Programa Bolsa Família), trabalhadores informais, contribuintes individuais da Previdência e MEIs.

De abril a agosto de 2020, o Auxílio foi inicialmente concedido em três parcelas mensais de 600 reais, e ampliado em mais duas parcelas. Em setembro de 2020, o benefício foi prorrogado<sup>202</sup> por mais quatro parcelas a serem pagas até dezembro de 2020, mas com o valor reduzido para 300 reais. As mães chefes de família receberam o dobro desses valores. E aquelas que já eram usuárias do Programa Bolsa Família, receberam o benefício de maior valor. Em 2021, foi aprovado<sup>203</sup> o retorno do Auxílio, que amplia o benefício por mais quatro

---

<sup>202</sup> Por meio da MP nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.

<sup>203</sup> Pela MP nº 1.039, de 18 de março de 2021.

meses pelo valor de 150 a 375 reais, com o acréscimo de novas limitações<sup>204</sup>, tornando o benefício ainda mais seletivo, pontual e desidratado.

Cardoso (2020, p.1053), ao fazer uma análise do benefício no âmbito da Administração Pública, indica que o Auxílio Emergencial combina elementos da Renda Básica de Cidadania (Lei nº 10.835/2004) e do Programa do Seguro-Desemprego (Lei nº 7.998/1990), “com a ressalva de que o primeiro nunca fora regulamentado pelo Poder Executivo Federal e o último diz respeito exclusivamente ao trabalhador formal desempregado, quando preenchidos alguns requisitos”. Não é de hoje a discussão sobre o papel da política de transferência de renda em contextos de crise do capitalismo, quer para amenizar os seus efeitos deletérios sobre a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2013); quer na perspectiva da superação desse modelo de sociedade.

Durante a pandemia, com o aprofundamento da crise do trabalho e da economia, veio à tona novamente o debate em torno da possibilidade de distribuição de uma renda básica (ou mínima<sup>205</sup>) universal. Ayerbe (2020) discute esse tema mostrando-o a partir de uma ótica de dentro do capitalismo e para além dele. Em qualquer dessas correntes, se reconhece os dilemas do futuro desse sistema e seus limites. Segundo o autor, os que defendem a renda básica universal, sem alterar a essência da sociedade de mercado, seguem na linha liberal da necessidade de proteção aos mais pobres contra os efeitos nocivos do Capital, mas com a intenção de proteger o sistema de revoltas populares. Alguns propõem o uso da tecnologia em favor do desenvolvimento humano, separando gradualmente o salário do trabalho e encurtando a duração deste; há ainda os que sinalizam para o fim das estruturas socioassistências do Estado, já que o próprio cidadão receberia o seu auxílio e administraria conforme suas preferências, no mercado.

E há aqueles que, numa perspectiva à esquerda, defendem um “consenso pós-trabalho”, propondo uma agenda de transição para a diminuição de horas de trabalho, com o aporte da tecnologia, sem redução salarial até a plena efetivação da renda básica. O autor

---

<sup>204</sup> De acordo com o portal da Caixa Econômica Federal (CEF), o valor fica definido da seguinte forma: se a família for composta por apenas uma pessoa, o benefício é de 150 reais por mês; se a família for composta por mais de uma pessoa, o valor médio do benefício é de 250 reais por mês; e, se a família for chefiada por mulher sem cônjuge ou companheiro, com pelo menos uma pessoa menor de dezoito anos de idade receberá, mensalmente, 375 reais. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 8 abr. 2021.

<sup>205</sup> Para Pereira (2008), “mínimos *versus* básicos são palavras que guardam significativas diferenciações semânticas que, se não consideradas, podem trazer sérios prejuízos à condução da política de assistência no seu plano político-decisório. Enquanto o mínimo denota a ideia de ‘menor’ e ‘menos’, o básico traz a noção de ‘fundamental, principal, primordial’. Ou seja, para Pereira, mínimos sociais é um termo que se identifica com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social. Básicos sociais, no entanto, ‘é pré-requisito [...] para o exercício da cidadania em acepção mais larga’ (PEREIRA, 2008, p. 26)”. (apud GALDINO, 2013, p.87).

aponta que há mais resistência política que falta de condições econômicas para a sua implantação, seja em qualquer uma dessas propostas (AYERBE, 2020). Em âmbito nacional, esse tema começou a ser ventilado na década de 1970, mas só em 1991 se tornou projeto de lei, de autoria do então senador petista, Eduardo Suplicy. Mas, apesar de ter sido aprovado no Senado, ficou parado na Câmara dos Deputados (NOGUEIRA; AMARAL; JONES, 2020).

Contudo, em 26 de abril de 2021, o tema foi apreciado pelo Superior Tribunal Federal (STF), provocado por ação da Defensoria Pública da União (DPU) com o argumento de que, após mais de 17 anos da criação da lei da renda básica, ela ainda não havia sido regulamentada. A Suprema Corte decidiu, por sete votos contra quatro, pela obrigatoriedade do Poder Executivo Federal implementar o Programa Renda Básica de Cidadania, a partir do orçamento de 2022, para toda a população em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda pessoal mensal inferior a 178 reais. O valor e as regras do benefício ficarão a cargo do governo (TEIXEIRA, 2021).

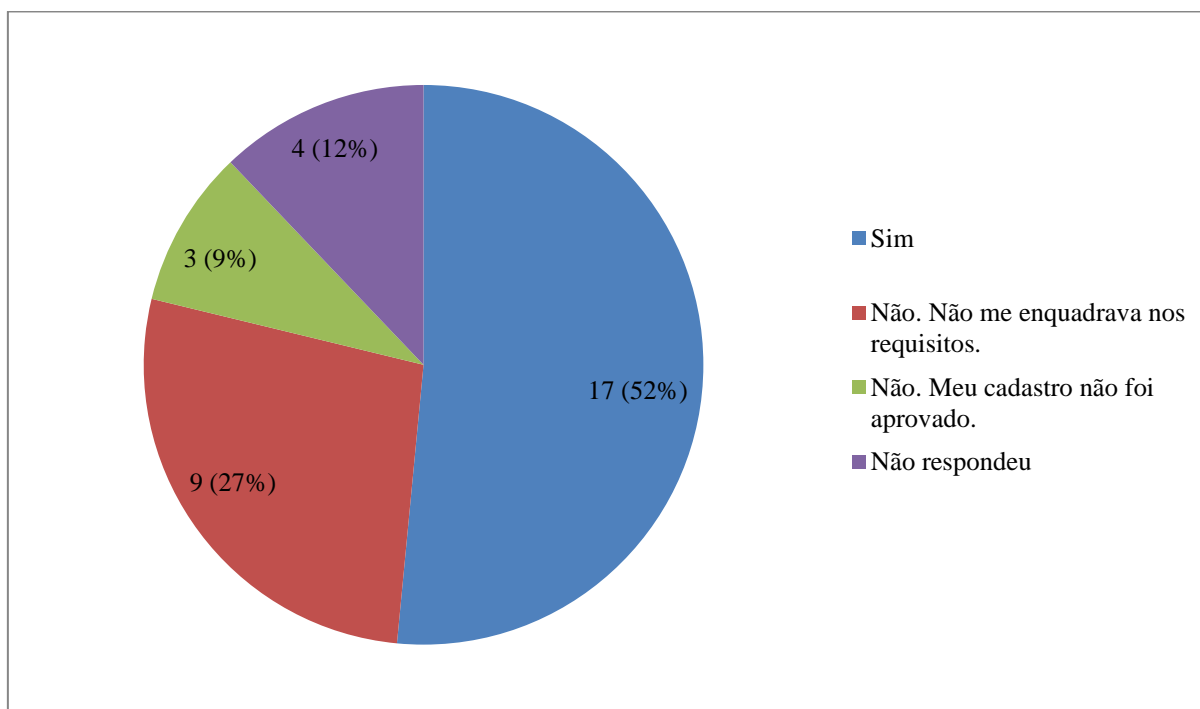
Vários países passaram a debater alternativas de salvamento daqueles e daquelas mais vulneráveis à crise econômica que se inscrevia nesse cenário, bem como preservar o capital de mais essa crise. O Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Cedeplar (UFMG, 2020) elaborou uma nota técnica sobre o tema da renda básica, mostrando que vários países adotaram, como medida temporária de enfrentamento da pandemia, a transferência de renda para seus habitantes. Auxílios emergenciais foram implementados ou estavam em vias de implementação por países como: Reino Unido, Itália, Espanha, Estados Unidos e Japão. E, na América Latina, países como: Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Brasil. Cada país definiu suas próprias condicionalidades de acesso ao benefício monetário; alguns foram pagos em várias parcelas, outros em parcela única; os valores e a sua capacidade real de atender as necessidades de cada cidadã e sua família também variavam. Mas, de forma geral, todos reconheceram que não podiam lidar com a crise sanitária e econômica sem socorrer aos mais pobres.

Os pesquisadores desse estudo (UFMG, 2020) analisaram o Auxílio Emergencial brasileiro a partir dos impactos setoriais, macroeconômicos e sobre as famílias, em dois cenários: o inicialmente proposto, de três parcelas de 600 reais (que eles chamaram de “Renda Básica Emergencial” – RBE); e uma projeção no caso de sua extensão até dezembro de 2020 (que chamaram de “Renda Básica Estendida” – RBS). A nota técnica vai desenvolver seus argumentos, com base nos resultados do método utilizado, em favor da RBS. Mas, em síntese, e sem me deter na linguagem economicista utilizada, os autores concluem que,

para as classes beneficiadas tem como efeito direto o aumento da renda e do consumo [que por sua vez] [...] gera uma série de efeitos na economia. [...] Tanto RBE como a RBS apresentam efeitos imediatos no trimestre em que se efetivam, e posteriormente devido aos efeitos que desencadeiam na economia. [...] Uma transferência de renda focalizada nas classes mais pobres gera renda também para as classes mais altas, via impacto na atividade econômica. Na RBE o impacto imediato se limita a 3 meses. Estendendo o benefício (RBS), esse impacto seria sentido por 3 trimestres. [...] Assim, a manutenção do benefício por um período maior é necessária para atenuar os impactos nas famílias mais vulneráveis, garantindo um nível mínimo de vida, mas, conforme esse estudo sugere, também é adequada para atenuar impactos econômicos severamente deletérios. (UFMG, 2020, p.8, 19).

Como vimos, o novo cenário nacional provocado pela pandemia de Covid-19 gerou uma pressão social e política por uma renda, ainda que provisória, aos trabalhadores informais, autônomos e desempregados, afetados por essa crise. Foi então que a gestão pública da pandemia criou o Auxílio Emergencial. Diante dessa importante evidência de pesquisa, introduzi uma questão sobre esse benefício nos instrumentos de coleta de dados e retornei o contato com as primeiras participantes para conferir essa questão, contemplando assim o total delas. Podemos visualizar as respostas sobre este tema no gráfico abaixo:

**Gráfico 19** - Haitianas participantes da pesquisa segundo recebimento do Auxílio Emergencial durante a pandemia de Covid-19



Fonte: Elaboração própria com base nos dados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.



Desse levantamento, verifiquei que, entre as 33 participantes, pouco mais da metade (52%) recebia o Auxílio Emergencial de 600 reais, que era o valor concedido à época da coleta de dados. As participantes ficaram sabendo sobre o Auxílio por meio das suas redes sociais pessoais no Brasil, a exemplo da Claudia e da Adeline, recém-chegadas ao país, e da Vitória que teve a ajuda do marido, um dos meus informantes-chave, bastante engajado nas causas que podem ajudar a comunidade haitiana local.

*Porque quase todo haitiano sabe. Um fala com o outro. Num primeiro momento, pensei não poder tirar porque eu tá sem carteira de identidade. E eles [haitianos] procurar informação e falar pra mim: “Você pode tirar ele com CPF e passaporte”. Comecei a tirar na terceira parcela. Porque primeira e segunda não sabia se tinha possibilidade de tirar. (Claudia)*

*Porque quando um haitiano conhecer alguma coisa, um fala com o outro. Um amigo haitiano ajudou a preencher as informação pra conseguir o Auxílio. Eu preencher em maio. Só recebeu um parcela. Esse mês vou receber outro. (Adeline)*

*Foi fácil [se cadastrar no Auxílio Emergencial]. Porque meu marido já sabe mexer. (Vitória)*

O Auxílio Emergencial se tornou a única fonte de renda para muitas mulheres durante a pandemia e, mesmo sendo tão pouco, foi com esse valor que elas estavam se mantendo, pagando o empréstimo da viagem e ainda enviando ajuda para seus familiares no Haiti:

*Única renda é o Auxílio Emergencial. (Ismaelle)*

*Agora tem os 600. Elas [irmãs] também [recebem]. É o que tá entrando agora. (Mia)*

*Só dá pra ajudar um pouco a pagar o empréstimo da viagem pro Brasil. (Madoche)*

*Envio ajuda [para filha de 3 anos que ficou no Haiti] com o dinheiro do Auxílio Emergencial. (Joana)*

Mas, 36% não receberam o Auxílio, sendo que, destas, 27% porque não se enquadravam nos requisitos, o que corresponde ao percentual de participantes registradas formalmente no mercado de trabalho; e, 9% delas informaram que se cadastraram, mas por algum motivo não foram aprovadas no benefício federal. Foi o caso da Fabíola, que chegou ao Brasil em dezembro de 2019, poucos meses antes da pandemia, e não conseguiu se inserir no mercado formal de trabalho, vivendo apenas de bicos como trancista e de remessas do namorado. Segundo ela: “Não foi aprovado o cadastro. Sempre que eu enchia as informações tava com problema. Só fala ‘errado’. E tá tudo regularizado. Tenho CPF aqui”.

A pesquisa coordenada por Fernandes e Baeninger (PUCMG, 2020), sobre os impactos da pandemia na vida de imigrantes no Brasil, também mostrou a dificuldade de acesso a benefícios socioassistenciais. No caso do Auxílio Emergencial, a pesquisa indica que 37% dos participantes não chegaram a solicitá-lo devido às dificuldades de acesso ao site da Caixa Econômica Federal (Órgão responsável pelo pagamento do benefício), ou por não conseguirem alguém que lhes ajudassem a realizar o cadastro. E, de 1.523 imigrantes solicitantes do benefício, integrantes do estudo, apenas 46 chegaram a recebê-lo. Esse problema também foi registrado por Cardoso (2020, p.1058), que situa a inclusão digital como um “desafio” e “grande inimigo” na implementação do Auxílio e das ferramentas tecnológicas criadas para facilitar e simplificar o acesso de forma remota ao benefício.

Embora o Auxílio Emergencial tenha sido cortado a partir de dezembro de 2020, os efeitos contínuos da crise sanitária sobre o trabalho e a economia forçaram a sua retomada em 2021. Contudo, o benefício foi reduzido nos valores pagos e quantidade de prestações, o que mostra o corte de recursos do governo nesse importante programa de renda durante a pandemia. As novas regras do Auxílio em 2021 podem dificultar ainda mais o acesso de mulheres haitianas a esse direito, mesmo sendo elegíveis. Estudos futuros poderão explorar essa questão, comparando os anos de 2020 e 2021. Apresentado esse panorama geral da vida das haitianas no Brasil desde a chegada até o período inicial da pandemia do coronavírus, passarei a mostrar a vida dessas mulheres a partir da sua inserção laboral no Brasil.

**PARTE III: EIXO “TRABALHO E DISCRIMINAÇÕES”**

*Ela quis assinar minha carteira não como cuidadora, como faxineira. Por isso que eu não deixei. Porque eu não cuidei só. Ela quer que eu faça faxina, cuidar da mãe dela. E pagava a mim mil reais. Aí quando ela viu que eu fiquei de boa, porque eu moro aqui, eu tava precisando. Ela também é uma boa pessoa. Só que não me pagou direito. Ela falou que ia me pagar mil e duzentos se eu vier morar aqui, porque não vai pagar transporte. Mas no final não me pagou. Só pagava mil por mês. Aí ela, nos primeiros meses falou pra mim fazer limpeza, comida. Ela colocou no anúncio da OLX que era pra cuidar da mãe dela. Eu fiz as coisas que ela pediu. Eu entrei em contato com alguns amigos que faz esse trabalho, aí falaram que não era o que eu devia receber. Mas eu fiquei. Não foi isso o meu sonho, né. Não era minha profissão [Arquiteta Urbanista]. Ela falou que só vai pagar tal dinheiro para uma profissional. [...]*

*O tratamento não foi muito bom, porque eles te tratam como uma pessoa que não tem uma formação. Porque a maioria que faz esse trabalho, como brasileiro, a maioria não tem uma formação.*

(Liline)

## CAPÍTULO 5 – INSERÇÃO LABORAL DAS HAITIANAS NO BRASIL

As mudanças mundiais nas relações de produção e reprodução irão resultar na feminização dos movimentos migratórios que, segundo Parella Rubio (2005), vai atrair as mulheres dos países periféricos para ocupar as demandas geradas pela globalização da economia e pela desregulamentação dos mercados de trabalho. Contudo, essas imigrantes são requisitadas para ocupar um mercado de trabalho altamente segregado por gênero, raça e classe. Elas se inserirão em profissões mal remuneradas e em condições precárias e subalternas, geralmente desprezadas pelas mulheres autóctones. Neste capítulo, veremos de que forma as haitianas que imigraram para o Brasil estão inseridas nos mercados de trabalho brasileiros e, mais especificamente, na capital do país.

### 5.1. O LUGAR DAS MULHERES IMIGRANTES NO MUNDO DO TRABALHO E O CASO DAS HAITIANAS NO BRASIL

O ocultamento da imigração feminina nos estudos migratórios clássicos esconde a realidade de que as mulheres sempre migraram. Além de acompanhantes de seus pais ou maridos, elas também ocupam espaços laborais no processo de reestruturação da economia global, que mudou profundamente a estrutura da divisão sociosexual e internacional do trabalho, ampliando o papel econômico das mulheres, mas também as submetendo a posições, papéis e condições inferiores em comparação aos homens e a espaços especificamente definidos como femininos (MOROKVASIC, 1984; REYSOO, 2004; ANTUNES, 2009; TORRADO, 2014; ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016; MAMED, 2017). Isto se revelará muito específico na imigração feminina haitiana no Brasil, como veremos nos resultados deste estudo. O que nos mostra também a realidade de que

No mundo do trabalho, as mulheres são tudo menos uma “minoria”. A contribuição de sua força de trabalho sempre foi maciça e indispensável. Seu trabalho nunca constituiu um acessório para a sociedade, assim como o seu salário não é um reforço para suas famílias. [...] Mas seu trabalho sempre provocou dúvida – isso que elas fazem é trabalho? (MARUANI; MERON, 2016, p.69).

No estágio atual e avançado da economia global<sup>206</sup>, o capital é altamente fluido, pode se mover para onde o lucro for maior. Contudo, para acompanhar essa mobilidade, o mercado também precisa de uma mão de obra fluida, barata, desregulamentada, desarticulada e desorganizada. Tal necessidade leva o sistema a gerar fatores de expulsão e atração de trabalhadores e trabalhadoras (FERRAZ, 2016, p. 4). Essa mobilidade de mercado vai gerar a necessidade de dois tipos de força de trabalho: uma formada por trabalhadores altamente qualificados, para lidar com tecnologia de ponta; e outra formada por trabalhadores de baixa ou média qualificação, de países periféricos, para os trabalhos precários e de baixa complexidade (FERRAZ, 2016; SILVA; QUEIRÓZ; FERREIRA, 2016). O perfil da mulher imigrante se encaixa perfeitamente nessa segunda demanda.

Nessa lógica polarizada do mercado de trabalho, o recrutamento de mão de obra é altamente seletivo (seja para um tipo ou outro de trabalhadora) e determinado, única e exclusivamente, pelas necessidades do capital estrangeiro (FERRAZ, 2016). A única liberdade da qual dispõe a trabalhadora é a de vender a sua força de trabalho, onde e quando o proprietário dos meios de produção quiser (MARX, 1987; SANTOS, 2016). Nesse cenário, se estabelece uma relação contraditória na qual a imigrante é, ao mesmo tempo, indesejada (inclusive pela população autóctone) e indispensável para o processo de acumulação e globalização capitalista (SILVA; QUEIRÓZ; FERREIRA, 2016).

Considerando o processo de recomposição mundial do Capital, e na contramão das teorias econômicas neoclássicas, migrar não é uma mera escolha racional para maximização do capital individual, numa relação entre custo-benefício. Esta é uma visão descolada do real concreto, das estruturas sócio-históricas que regem a vida em sociedade, mas especificamente a sociedade capitalista (FIALHO NASCIMENTO, 2016). A cultura, os meios de comunicação, os padrões e pressões sociais, os estilos de vida, as mudanças econômicas, as necessidades básicas, os conflitos, os desastres ambientais, dentre tantos outros fatores que são apropriados ou induzidos pelo Capital, penetram as relações sociais e as escolhas individuais (CHESNAIS, 1995, 2001, 2013; MARX, 2011; FONTES, 2017b).

Nesse complexo sistema, a força de trabalho é exigida a adaptar-se (CHESNAIS, 2001). Como assinala Fontes (2017b, p.410), “do ponto de vista da produção da vida material, massas crescentes de seres sociais devem estar em concorrência e aptas para assegurar a atividade concreta que permite valorizar o valor, isto é, o trabalho do qual se extrai mais-

---

<sup>206</sup> A esse processo que vem se configurando e se aprofundando desde o final da década de 1970, como estratégia de reestruturação do capital após a recessão de 1974-75, Chesnais (1995, 2001, 2013) tem chamado de “mundialização do capital”.

valor”. Fato que tem, em boa medida, retroalimentado as migrações internacionais contemporâneas e desencadeado uma série de situações de vulnerabilidade<sup>207</sup> para essa mão de obra em movimento transnacional. Dentre elas, o tráfico de seres humanos (principalmente de mulheres), o contrabando de imigrantes e o trabalho em condições tais que se assemelham à escravidão<sup>208</sup> (BRASIL, 2013a; 2013b).

A força de trabalho feminina vai encontrar sérias barreiras para sua integração no modo de produção capitalista, principalmente em razão de uma dupla dimensão da sua desvantagem social: o mito da inferioridade feminina *versus* superioridade masculina e sua posição marginal na esfera da produção. Tal condição reatualiza a subordinação e exclusão feminina nesta fase de desenvolvimento do Capital. Nesse processo, o trabalho das mulheres será demandado sazonalmente para atender as necessidades da produção capitalista e de preservação da sociedade na qualidade de reprodutora (SAFFIOTI, 1976). Como bem ressalta Yannoulas (2002, p.16), “a atividade econômica das mulheres é descontínua, basicamente em razão dos momentos cruciais de seu ciclo vital, dos quais o mais relevante é a maternidade”, pois precisam “harmonizar o desempenho doméstico e profissional”. Seguindo nesta linha, Antunes acrescenta que a mulher

é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. [...] As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo,

<sup>207</sup> Utilizo neste trabalho o termo “situações de vulnerabilidade” e não apenas “vulnerabilidades” para deixar claro que não estou me referindo a supostas características individuais que são atribuídas às mulheres, como se estas representassem o sexo frágil, concepção a qual não me filio. Nem que o ato de migrar em si seja uma decisão na qual a mulher quis se colocar em uma condição de vulnerabilidade. Quando trago a ideia de vulnerabilidades, me refiro ao campo social, cultural, político e econômico, relacionadas ao contexto, às políticas e às estruturas nas quais estas mulheres estão inseridas no país de imigração (que também podem ocorrer no país de origem e de trânsito), podendo gerar violações de direitos humanos por meio de situações que as deixam mais suscetíveis a riscos sociais e a determinadas condições da questão social, em suas múltiplas expressões, como o racismo, a xenofobia, o sexismo, a violência de gênero, a miséria, dentre tantas outras. Na linha do que afirma Lussi (2017, p.726), “Não são os sujeitos em mobilidade que, por razões intrínsecas, são vulneráveis. A vulnerabilidade se dá pela situação ou condição de uma pessoa que é exposta ou se expõe à possibilidade de ser lesada ou ferida”. A autora acrescenta ainda que há três grandes eixos produtores ou potencializadores de vulnerabilidades no fenômeno migratório: 1) as vulnerabilidades que estão relacionadas à condição da própria pessoa (a exemplo de crianças desacompanhadas); 2) as vulnerabilidades determinadas pela sociedade e suas instituições (a exemplo de políticas migratórias restritivas, leis que limitam a cidadania da pessoa migrante etc.); e 3) as vulnerabilidades imprevisíveis (a exemplo das questões ambientais). (LUSSI, 2017, p.727-8).

<sup>208</sup> Conforme publicação da Secretaria de Direitos Humanos, atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, “a maioria dos casos de trabalho em condições análogas à de escravo no meio urbano verificado no Brasil envolve imigrantes ilegais” (BRASIL, 2013a, p.15).

vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (ANTUNES, 2009, p.108-9).

Ao discutir as relações de gênero nos mercados de trabalho, Yannoulas (2002, p.15-16) descreve como funcionam essas relações e suas consequências para as mulheres trabalhadoras. Segundo a autora, na sociedade capitalista moderna a divisão sexual do trabalho se apresenta de duas formas: horizontal e vertical. Na primeira, há uma concentração das mulheres em atividades culturalmente tidas como femininas, relacionadas comumente às funções de reprodução social e cultural, ou seja, “são extensões diretas da domesticidade”. O que resulta numa “segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero”. Dessa forma, acontece o que a pesquisa de Dutra (2013, p.192) indica: “a migração feminina internacional reforça o fenômeno da segregação no mercado de trabalho, pois restringe as migrantes a determinadas tarefas que poucos/as estariam dispostos/as a assumir”.

Na segunda forma, indicada por Yannoulas (2002, p.15-16), há uma hierarquização das profissões e ocupações, levando as mulheres a permanecerem “em desvantagem em relação aos homens, em termos de salários, ascensão funcional (cargos) e condições de trabalho (em função de ser o homem, o responsável pelo sustento familiar)”. Tal divisão cria uma “pirâmide ocupacional baseada em gênero”, na qual as mulheres têm menos chances de acuparem níveis mais altos que os homens no mercado de trabalho. Se não bastasse, a autora ressalta ainda a seletividade no recrutamento entre mulheres, demonstrando “forte preferência para as mais jovens, mais escolarizadas, as que não têm um companheiro (solteiras, divorciadas, viúvas)” e, para determinadas funções, as brancas.

Paralelo à discriminação e às situações de vulnerabilidade mais gerais sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho, se evidenciam desigualdades mais específicas entre mulheres imigrantes e mulheres autóctones nos países de destino. O que leva a um *status* desprestigiado das ocupações laborais a que essas imigrantes têm acesso e que são rejeitadas pelas nacionais. Muitas dessas imigrantes possuem altos níveis de formação que não são aproveitados nos países de destino, e a migração acaba por levá-las a uma mobilidade social<sup>209</sup> descendente, como notaremos no caso das haitianas deste estudo.

---

<sup>209</sup> De acordo com Jannuzzi, Montagner e Taira (2017, s/p), com base no conceito de Boudon e Bourricaud [2001], “mobilidade social é um constructo sociológico entendido como a mudança de conjunto de indivíduos de uma posição social para outra, em um dado período de referência, entendendo posição social como uma condição de renda, classe socioeconômica ou mais comumente como status da sua inserção ocupacional”. Os autores acrescentam ainda que “a mobilidade pode ser horizontal ou vertical. Se a passagem de uma posição social para outra não muda a sua condição de classe ou status ocupacional, a mobilidade é dita horizontal.

Ademais, elas continuam acumulando papéis domésticos, de cuidado e de reprodução em seus lares, gerando uma sobrecarga de trabalho (SAFFIOTI, 1976; MOROKVASIC, 1984; HIRATA, 2014; TORRADO, 2014; ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016). Saffioti (1976, p.103) vai chamar essa dupla condição da mulher de “*status dual* de trabalhadoras assalariadas e trabalhadoras domésticas não remuneradas”. Ângela Davis (1982) adverte que tal condição é reforçada pela economia capitalista que, apesar de todo seu progresso industrial tecnológico, inclusive no campo doméstico, não teve interesse em socializar essa tecnologia para todas as mulheres, de todas as classes e cores. Sobre a mulher negra e as trabalhadoras brancas pobres permanece, segundo a autora, o peso das duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Ao mapear os principais circuitos da economia global, denominados por Sassen (2003) de *contradeografias da globalização*, a autora vai verificar uma crescente participação da força de trabalho feminina a partir da emigração e envio de remessas aos seus países de origem. Assim, a migração internacional tem se apresentado como uma das poucas alternativas para as mulheres, principalmente de países pouco desenvolvidos e afetados pela globalização da economia. Milhares de mulheres imigrantes entrarão nos novos circuitos globais dessa *economia subterrânea*, configurando-se no fenômeno que Sassen (2003) vai chamar de *feminização da sobrevivência*. Pois beneficia, sustenta e garante renda para governos à custa da exploração da força de trabalho e agravamento das condições de vida dessas mulheres.

Yannoulas (2011, p.283) problematiza o uso da categoria de *feminização* no âmbito do mundo do trabalho, e explica que há duas maneiras distintas de compreender esse fenômeno: pela perspectiva quantitativa, que se preocupa em mensurar o aumento numérico da participação de mulheres no mundo do trabalho, ou seja, “refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação”, que ela chama de *feminilização*; e pela perspectiva qualitativa, que busca analisar os processos que envolvem esse fenômeno, para além dos números, isto é, “refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão”, que ela vai chamar de *feminização*

---

Mobilidade vertical, ao contrário, significa a transição para uma situação melhor em termos de renda ou prestígio ocupacional – mobilidade ascendente – ou pior – mobilidade descendente. Imobilidade, como o nome o revela, é a situação de permanência na mesma ocupação, estrato sociocupacional ou padrão de renda no período de tempo considerado”.



propriamente dita. A autora acrescenta que, apesar dessas categorias se confundirem e até mesmo serem tratadas como sinônimas, possuem implicações científicas e políticas distintas.

Essa compreensão é ratificada por Maruani e Meron (2016, p.69), para as quais a visibilidade do trabalho das mulheres é mais que uma questão estatística, trata-se de uma decisão política e ideológica. Já que, “falar do peso do trabalho das mulheres no funcionamento da sociedade é uma escolha cheia de significados e consequências” (MARUANI; MERON, 2016, p.69). Se faz necessária, na visão de Yannoulas (2011, p. 284-5), a reflexão dessas diferenças nos estudos relacionados ao gênero e ao trabalho. Pois, “ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão (feminilização), é necessário entender como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação)”. Pois o aumento quantitativo não significa a melhora qualitativa da participação das mulheres nesse processo de “feminização do assalariamento” desde o final do século XX. Como alerta a autora,

O desafio, o propósito atual, seria o de ir além do enfoque quantitativo, qual seja, refletir em que medida esses elementos estariam, de fato, redefinindo a posição feminina na esfera produtiva ou se não estariam configurando uma nova estratégia de exploração dessa força de trabalho, pois a participação aumenta, paralelamente, com a precarização e a flexibilização do trabalho. (YANNOULAS, 2011, p.287).

No que se refere especificamente à imigração haitiana feminina, o trabalho teve um papel preponderante na decisão dessas mulheres de migrarem para o Brasil. E, a partir dessa sonhada inserção, conseguirem proporcionar melhores condições de vida para si e suas famílias que ficaram no Haiti. Ribeiro (2015, p.94) avalia que “a questão do trabalho talvez seja o maior desafio de todos a ser enfrentado pelos migrantes haitianos. Tanto homens como mulheres passam por situações e constrangimentos no setor de trabalho”. A maioria dessas pessoas emigrou sem conhecimento prévio sobre os sistemas trabalhista e previdenciário brasileiros; ou com informações equivocadas, principalmente sobre valores salariais superdimensionados<sup>210</sup>, o que gerou frustrações.

Focando no contexto brasileiro, o período de crescimento econômico e social, que atraiu milhares de imigrantes ao Brasil a partir de 2010, entrou em crise em meados de 2014, iniciando-se uma nova fase de incertezas quanto ao futuro. Conforme o Relatório do Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ONU, 2010, p.4), “en los países de acogida, las crisis han provocado un aumento de la xenofobia, la hostilidad hacia

---

<sup>210</sup> De acordo com Ribeiro (2015), os haitianos não compreendem os descontos previdenciários e trabalhistas nos contracheques e receberam informações de que no Brasil o salário-mínimo era de 800 dólares.

los migrantes y las prácticas discriminatórias”<sup>211</sup>. O recente quadro conjuntural, fruto do acirramento da crise política, econômica e social, vem sendo refletido por meio de recessão econômica, desemprego e instabilidade político-institucional. Tal situação foi aprofundada mais recentemente pela crise sanitária de Covid-19, atingindo não apenas a população brasileira, mas também imigrante, o que compromete a inserção qualitativa desta em solo nacional, como vimos nos dois capítulos anteriores.

O Relatório Anual do OBMigra trouxe na sua última edição (2020) um artigo especialmente dedicado às mulheres imigrantes, fazendo uma análise da inserção laboral a partir do recorte de gênero. Ele indica que o Brasil teve um saldo migratório de 688.367 imigrantes mulheres entre os anos de 2010 a 2019. As haitianas<sup>212</sup> estiveram em terceiro lugar dentre as nacionalidades, com 17.526, na primeira metade da série histórica (entre 2010-2015); e subindo para 37.082, na segunda metade (entre 2016-2019). O artigo busca responder quais as características dessas imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil; e indicar os nichos de trabalho onde essas mulheres estão inseridas na última década. Cabe destacar que se trata de um olhar parcial do fenômeno da imigração feminina no Brasil, considerando que abrange apenas àquelas que estão registradas formalmente nos mercados de trabalho, ou seja, as que entraram nas bases de dados oficiais (RAIS, CTPS, CAGED). Portanto, estão excluídas da análise aquelas que integram o mercado informal de trabalho, as autônomas (formalizadas ou não) e as empregadas domésticas (TONHATI; MACÊDO, 2020).

Segundo Tonhati e Macêdo (2020), no período analisado, ocorreu um aumento significativo nas solicitações de emissão de CTPS: de 3.722 (2011) para 39.813 (2019). Ou seja, um aumento de 970%. Interessante informar que as mulheres haitianas foram quem mais solicitaram CTPS em 2016, sendo 46% das carteiras emitidas naquele ano. Mesmo perdendo a posição para as venezuelanas em anos seguintes, em 2019 as haitianas ainda representavam 20% das emissões, ficando em segundo lugar. Esses dados, segundo as autoras, corroboram para afirmar a importância do trabalho para as mulheres imigrantes que chegam ao Brasil. Contudo, a posse da CTPS não significa o ingresso garantido ao mercado formal de trabalho. Pois os dados de admissões revelam que pelo menos 11.717 delas não conseguiram emprego em 2019.

---

<sup>211</sup> Tradução livre: “Nos países de acolhimento, as crises têm provocado um aumento da xenofobia, hostilidade para com os migrantes e práticas discriminatórias” (ONU, 2010, p.4).

<sup>212</sup> “Todas portadoras de vistos dentre as classificações de residente, temporário, fronteiriço, humanitário”. (TONHATI; MACÊDO, 2020, p.113).

Ademais, é expressiva a rotatividade e a instabilidade dessas mulheres no mercado formal de trabalho. O que pode ser notado pelo saldo entre admissões e demissões, que se mostra baixo em todos os anos da série (TONHATI; MACÊDO, 2020). A pesquisa de Ribeiro (2015) também confirma a alta rotatividade de imigrantes de nacionalidade haitiana no mercado de trabalho. Para os haitianos, as motivações mais relevantes para deixarem os empregos são as questões salariais e desrespeito nas relações por parte de patrões e colegas. Já para as haitianas, as demissões são motivadas principalmente pelas limitações linguísticas, razão pela qual muitas preferem trabalhos que exijam pouca comunicação. Isto foi sugerido pela minha interlocutora Anastasia: *“Se tiver a consideração de uma pessoa poder trabalhar sem falar, só observando. Porque tem trabalho que não precisa falar. Poderia facilitar para esses trabalhos”*.

A partir de uma percepção quantitativa das migrações internacionais, Tonhati e Macêdo (2020, p.123) afirmam que “no Brasil as migrações contemporâneas são ainda mais masculinizadas”. A proporção de inserção laboral entre os sexos é de 70% para homens, e de 30% para as mulheres imigrantes. Os dados também revelam uma migração laboral regionalizada (Sul-Sul), como imigrantes sul-americanas ocupando a dianteira da lista; seguidas das centro-americanas e caribenhas, cujas haitianas foram responsáveis por 55% das movimentações laborais na última década. Obviamente os dados pinçados do referido relatório são gerais e não revelam as diferenças nos mercados de trabalho regionais do Brasil, onde se destacam o Sudeste (principalmente São Paulo) e o Sul. Outras características apontadas pelas autoras é que a maioria das mulheres contratadas é jovem (20-39 anos) com ensino médio completo, confirmando os dados desta pesquisa.

Vejamos agora o que os resultados deste estudo dizem sobre a realidade das trabalhadoras haitianas nos mercados de trabalho do Brasil e, mais especificamente, do Distrito Federal. Considerando que busquei levantar um histórico de todo o período de estada dessas mulheres no Brasil, algumas experiências de trabalho se deram em outros estados e não exclusivamente no DF, embora a maioria tenha sido na capital do Brasil. Razão pela qual preferi situar o tema no contexto nacional, fazendo referência ao Distrito Federal, quando for o caso, para não gerar uma compreensão equivocada sobre a realidade pesquisada.

## 5.2. INSERÇÃO LABORAL DAS HAITIANAS: SITUAÇÃO ANTES E DEPOIS DA IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

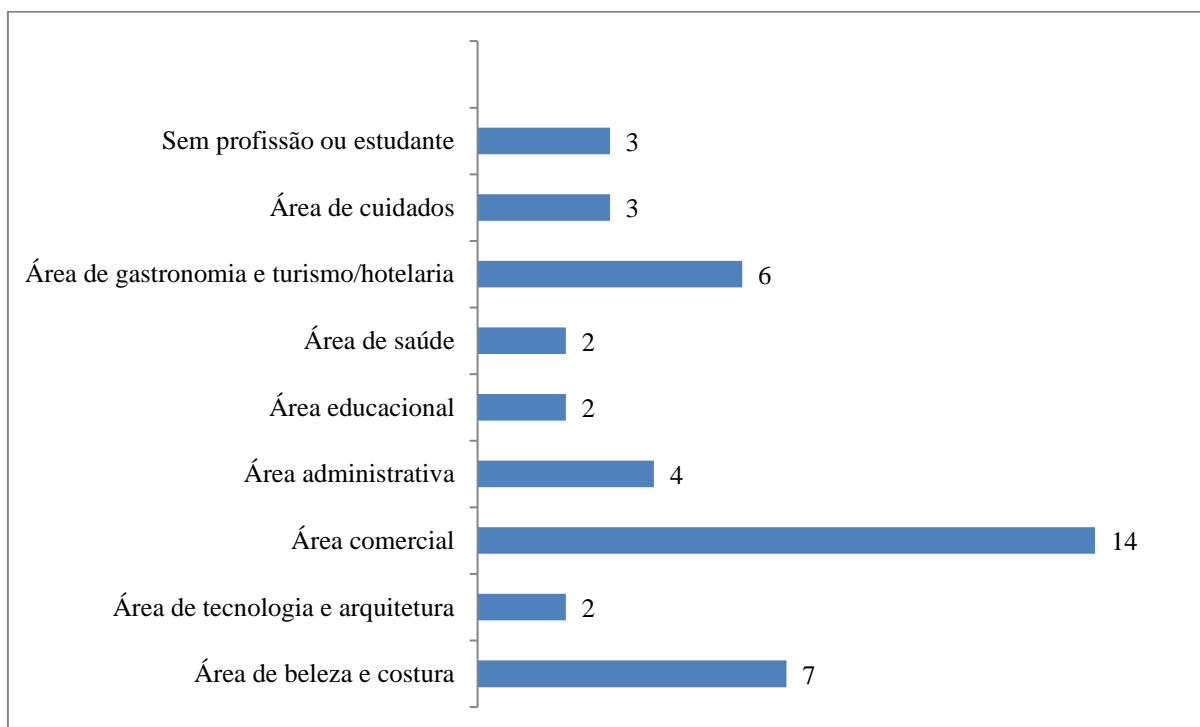
Vimos até aqui que a imigração internacional tem contribuído para a “recomposição das classes sociais, particularmente a da classe trabalhadora e constituindo-se num dos principais desafios políticos do capitalismo contemporâneo do século XXI” (SANTOS, 2014, p.4). Sobretudo para o Estado, que é demandado a dar respostas às violações de direitos e situações de vulnerabilidade social que envolve a mobilidade transnacional. Nesse movimento, como já vem sendo discutido, a mulher imigrante, especialmente de países pobres e racializados, estão mais vulneráveis à exploração e outros tipos de violência. Faz-se necessário, portanto, desvendar o lugar que elas ocupam em contextos migratórios específicos. Neste momento centrarei a análise em como as haitianas residentes no Distrito Federal têm se reproduzido enquanto classe trabalhadora, no cenário multifacetado da *nova morfologia do trabalho* (ANTUNES, 2008), que pode até vir sob novas roupagens (como a terceirização, a uberização etc.), mas com o mesmo conteúdo que historicamente é reservado às mulheres imigrantes pobres e de cor: limpar, cuidar e cozinhar.

As haitianas participantes da pesquisa têm um perfil profissional heterogêneo, mas com destaque em algumas áreas, como podemos visualizar no gráfico a seguir. Contudo, os dados a serem apresentados requerem uma ponderação inicial. Como vimos no capítulo 2 (gráfico 5, na p.143), o perfil escolar e de formação profissional dessas mulheres revela que 39% delas chegaram a ingressar no Ensino Superior. Algumas poucas concluíram e uma delas até alcançou a pós-graduação. A maioria abandonou o curso superior para realizar a emigração ou remigração (no caso das que estudavam no exterior). A formação profissional dessas mulheres seguia nas áreas de Arquitetura, Pedagogia, Enfermagem, Gastronomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Medicina, Jornalismo e Gestão. Mesmo sem concluir, muitas obtiveram certificados de curso técnico nessas áreas. E outras, que não chegaram à universidade, possuíam formação técnica em cursos como: Estética/Cosmetologia/Cabeleireira, Informática, Inglês, Auxiliar de Enfermagem, Assistente Financeiro, Técnico em Gastronomia, Recepcionista, Técnico em Contabilidade, Técnico em Gestão, Agente de Saúde, Florista e Jornalismo.

Logo, quando fiz a pergunta no questionário virtual sobre a profissão delas, muitas responderam não com base em sua formação profissional, mas no histórico de sua ocupação laboral, que não é mesma coisa. Por exemplo, a Liliane, que é arquiteta urbanista, se reconheceu nesta profissão, apesar de nunca tê-la exercido. Mas algumas profissões

identificadas acima não apareceram nos resultados, revelando que essas profissionais não se reconheciam como tais por nunca terem exercido essas profissões. Feita essa explicação, a análise que se segue se baseará nos dados do gráfico abaixo, considerando que a questão era aberta e a resposta autodeclarada.

**Gráfico 20** - Haitianas participantes da pesquisa segundo áreas profissionais autodeclaradas



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais<sup>213</sup>.

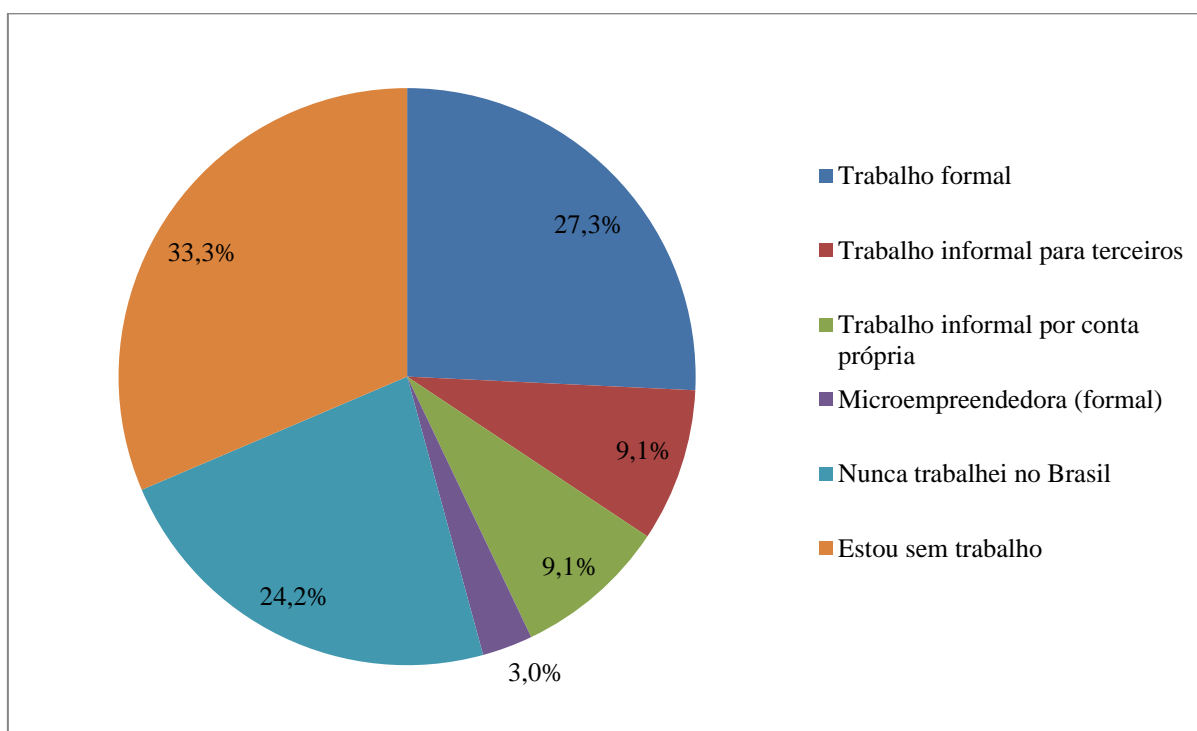
As profissões na área comercial se destacaram como perfil profissional mais representativo da amostra, com 14 delas se autodeclarando como: comerciante autônoma (6), vendedora para terceiros (1), atendente (3), operadora de caixa (3) e microempresendedora formalizada (1). Em segundo lugar está o setor de beleza/costura, exercendo a profissão de cabeleireira (4), especialmente como trancista (aplicando tranças), esteticista (1) e costureira (2). O segundo lugar pode ainda ser compartilhado com a área do *care*, se considerarmos uma perspectiva mais ampla, na qual se alinha este estudo, onde teremos 7 participantes que trabalham no campo do cuidado, como cuidadoras de crianças e idosos (2), empregada doméstica (1), técnicas de enfermagem (2) e professoras do maternal, numa espécie de creche (2). A terceira maior área é a da gastronomia/turismo/hotelaria, com as profissões de

<sup>213</sup> Algumas declararam possuir mais de uma profissão, por isto que o total de respostas é superior ao total de participantes (33 ao todo).

confeiteira/boleira (2), cozinheira (2), técnica de turismo/hotelaria (1) e técnica em gastronomia (1). E temos outras áreas em menor proporção. Algumas das interlocutoras informaram ser especializadas em mais de uma profissão.

Quanto ao tipo de inserção laboral, as formas de ocupação das 33 participantes no Distrito Federal, na ocasião da coleta de dados, revelam o que se segue:

**Gráfico 21** - Haitianas participantes da pesquisa segundo tipo de inserção laboral atual no Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

No momento da fase de campo, a maioria das participantes (57,5%) estava sem trabalho ou nunca tinha trabalhado no Brasil. Boa parte dessas mulheres estava vivendo com os recursos do Auxílio Emergencial do governo federal, em decorrência da pandemia do coronavírus, como já discutido no capítulo anterior. E também com a ajuda de sua rede social pessoal, bem como institucional. Algumas delas, inclusive, me questionaram se a sua participação na pesquisa lhe ajudaria a conseguir um trabalho. Essa era uma situação particularmente difícil para mim em ter que explicar-lhes que este não era o objetivo do estudo e que eu não poderia oferecer esse tipo de ajuda. O que eu podia garantir-lhes era o desenvolvimento de um estudo que fosse fidedigno em revelar suas reais condições de vida no Brasil, com o devido cuidado ético de sigilo das suas identidades, e tornar os resultados do

estudo acessíveis ao poder público e à sociedade. Os resultados disso estavam fora do meu domínio.

As que estavam desenvolvendo algum tipo de atividade laboral representavam 48,5%. Sendo que apenas 27,3% possuíam vínculo formal de trabalho. Apesar de a coleta ter acontecido na época da pandemia, essas mulheres não perderam seus trabalhos, embora algumas tenham relatado que ficaram algum tempo em casa, por causa das medidas de quarentena. Mas elas sofreram redução salarial devido à perda das comissões, haja vista que algumas recebem o salário-mínimo fixo e um percentual por produtividade. E 18,2% delas estavam inseridas informalmente, quer trabalhando por conta própria ou para terceiros.

Embora as haitianas tenham sido responsáveis por 55% das movimentações laborais na última década e ser o coletivo de imigrantes que mais solicitou emissão de CTPS em 2016, com as taxas permanecendo altas nos anos seguintes, isto não lhes garantiu a inserção no mercado de trabalho. Além disso, o saldo no mercado formal de trabalho revelou ainda a alta rotatividade e instabilidade dessas mulheres nos empregos, como vimos na subseção anterior, a partir dos dados do último Relatório do OBMigra (TONHATI; MACÊDO, 2020). As participantes deste estudo também falaram sobre suas impressões a respeito da formalidade e da informalidade das relações trabalhistas no Brasil. Um dado importante é que, para boa parte delas, foi no Brasil que conheceram o trabalho com carteira assinada. Como a Vitória, que fez uma análise comparativa entre o Brasil e o Haiti a partir das categorias trabalho formal versus trabalho informal<sup>214</sup>, demonstrando seu conhecimento prático sobre o assunto e a noção implícita de seguro social:

*No Brasil tem a pessoa trabalhar com carteira assinada. No Haiti não tem isso. Lá tem pessoa que trabalha no privado e no público. Tem o contrato. Mas aqui tem contrato e tem a carteira assinada. Aqui também tem quando a pessoa é mandada embora, depois de um ano, a pessoa recebe 5 meses seguro-desemprego. Também é bom, porque depois que sair de um emprego é difícil conseguir outro. Eu recebi quatro [parcelas de seguro-desemprego]. [...] Carteira assinada, formal, é bom.*

<sup>214</sup> De acordo com Salama, “O setor informal é um conjunto profundamente heterogêneo não só pelo tipo de ofícios que o compõem, pelas suas relações com o Estado e com a legalidade, mas também por suas origens. A terminologia setor informal é ambígua: ela não sublinha a especificidade das situações e não permite analisar as evoluções possíveis dos diferentes empregos informais (Lautier, 1994). [...] os empregos informais se caracterizam, portanto, essencialmente pelo fato de contornarem a lei [...]”. No Brasil, sobretudo em razão de seu histórico de desestruturação das relações de produção primitivas e reestruturação com base no escravismo, e posterior política de segregação do trabalho na sua fase industrializante, “[...] as formas de salariado trarão aqui, mais do que noutros lugares, formas de dominação pessoais. Longe de tornar-se anônimas, as relações de produção se caracterizarão pelo favor, e o salário não será somente uma troca de valor, mas também e sobretudo uma troca de favor. Essa combinação ‘valor-favor’, sublinhada por G. Mathias (1987), dá ao mesmo tempo, no nível político, a formas de dominação caracterizadas pelo autoritarismo e paternalismo; no nível econômico, pela ‘modernização conservadora’; e em nível salarial, pela salarização incompleta, isto é, por formas de emprego informais. [...] não se pode reduzir a informalidade à ilegalidade, sobretudo quando ela repousa sobre mecanismos de legitimação [...]”. (SALAMA, 2000, p.190-192).

*Mas tem um pouco bom no outro [informal]. Você recebe todo valor. Quem trabalha de carteira assinada, tem um pouco que vai pra INSS. Mas é bom, porque depois você vai receber de volta. (Vitória)*

A Liline faz a mesma análise só que comparando o Brasil aos Estados Unidos:

*Pelo que eu ouvi falar, aqui você tem [direitos] [...]. Se você sair do trabalho, se for mandado embora. Nos estados Unidos não tem isso. Aqui tem muito apoio pra quem trabalha. Mesmo que você não receber muito, essa questão é normal, os direitos que você tem. Porque eu tenho amigos nos Estados Unidos que falaram: “Se você tá trabalhando hoje, você recebe. Amanhã eles mandar embora, você não tem nada”. Não sei para os americanos. Aqui, se o trabalho mandar embora, você procurar seus direitos, você vai achar. [...] O formal as vantagens você tem seus direitos e você vai ter mais agilidade nas coisas. É quase também uma experiência nova pra você também. E quando você sair desse trabalho você vai ter essa experiência para te ajudar no futuro. E no trabalho informal ninguém sabe que você tem essa experiência pra provar, mesmo que você sabe fazer. O que é bom [no informal] é que você pode ganhar mais [...]. No trabalho formal você não ganha muito. Mas você sai ganhando os benefícios que vão te ajudar. E também na área de saúde [...] você tem suas vantagens. (Liline)*

Nas análises comparativas da Vitória e da Liline, ambas apontam os pros e os contras da relação formal e informal de trabalho. A única vantagem do informal para elas é a questão de receber o salário integral sem descontos trabalhistas e previdenciários. Mas elas têm consciência da importância do trabalho registrado como uma forma de seguro contra as incertezas do futuro. Como no caso de doenças: “Porque se você trabalha sem carteira assina, se você [ficar] doente, vai ter problema. Mas se você trabalha de carteira assina é diferente” (Mia) / “Tem muito benefício. Se você ficou doente, eles pagam. E sem assinado, nam nam. Paga nada!” (Misoula). E é ainda uma proteção contra a discricionariedade do empregador: “Se você vai trabalhar sem carteira assinada, por exemplo, se o dono falar ‘Chelo, você não vem mais trabalhar’, você vai sair sem nada. Com carteira assinada, ele não pode. Você vai receber tudo” (Chelo) / “Assinada pra mim é melhor. Porque assinada é mais seguro. Se ele te mandar embora, você pode passar até 5 meses em casa sem trabalho” (Clara).

Elas apontaram ainda como vantagens do trabalho formal a proteção à maternidade e outros benefícios: “Aqui se você grávida, eles pagam quatro meses pra você ficar em casa. Lá [no Haiti], eu acho um mês. E você acha Bolsa Família” (Misoula) / “[...] e o dinheiro que recebe no mês de dezembro [13º salário]” (Chelo). Várias participantes mostraram conhecimento sobre a legislação trabalhista brasileira. Perguntei-lhes como elas tomaram ciência desses direitos, pelo que me informaram ter sido através de conversas com pessoas (conterrâneas e autóctones) e das instituições no Brasil, como no curso de idiomas para



estrangeiros da UnB e na Embaixada do Haiti, por meio de cartilhas distribuídas no idioma crioulo, que tratavam dos direitos de imigrantes no país.

A fim de perceber se a imigração trouxe alguma mobilidade no campo do mercado de trabalho, apresento abaixo uma tabela comparativa com os tipos de inserção laboral das 33 participantes, a partir de suas experiências antes e depois da imigração para o Brasil. Lembrando que as vivências anteriores não aconteceram apenas no Haiti. Para uma pequena parte delas, pode ter ocorrido também na República Dominicana, Argentina, Chile, Equador ou Colômbia. Bem como, as experiências no Brasil abrangem todo o período de estada delas e os lugares por onde passaram no país, e não apenas o Distrito Federal ou o momento atual em que responderam. Além disto, as participantes poderiam responder mais de uma forma de inserção laboral, considerando a possibilidade de terem experimentado diferentes tipos de inserção simultaneamente ou no decorrer de seu histórico profissional.

**Tabela 2:** Haitianas participantes da pesquisa segundo inserção laboral, antes e depois da imigração para o Brasil

<b>Tipo de inserção laboral</b>	<b>Antes</b>	<b>%</b>	<b>No Brasil</b>	<b>%</b>
Trabalho formal	3	9,1%	15	45,5%
Trabalho informal para terceiros	13	39,4%	15	45,5%
Trabalho informal por conta própria	11	33,3%	7	21,2%
Microempreendedora (formal)	0	0,0%	1	3,0%
Estágio curricular	2	6,1%	1	3,0%
Nunca trabalhei	12	36,4%	8	24,2%
Não respondeu	0	0,0%	2	6,1%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Como podemos perceber, a informalidade foi a realidade mais presente na trajetória profissional da maioria das participantes, tanto antes (72,7%) como depois (66,7%) de chegarem ao país. No contexto brasileiro houve uma leve redução do trabalho informal causada pela menor participação como autônomas, o que era bastante comum no Haiti; e, especialmente, pelo aumento da formalização das relações de trabalho, o que foi inédito para muitas delas (45,5%) no Brasil. Tanto é que teve um aumento de 400% de haitianas com trabalho formal no país, em comparação ao seu histórico anterior.

Vale ressaltar que no Haiti não existe carteira de trabalho e um sistema de proteção trabalhista como no Brasil. As participantes informaram que lá são poucas as oportunidades

de formalização. E quando encontram, não passa de um contrato de trabalho um pouco mais protegido, geralmente em instituições do governo ou empresas privadas de maior porte. Como bem explicou a Liline: *“É difícil, mas algumas empresas dão [aposentadoria]. Como minha mãe trabalha numa empresa pública. Lá eles dão. Mas é raro, difícil. E essa questão de assinar carteira não é todo lugar. É um contrato. Nunca ouvi questão de carteira. Não sei se tem hoje [...]”*. Mas, o comum eram as relações informais, desprotegidas e imprevisíveis, como explicou a Anastasia, que trabalhou em restaurante e hotel no seu país: *“era sem contrato. [...] Se o dono do restaurante gostar de você, ele vai deixar você trabalhar até...”*.

A formação profissional não necessariamente melhora o tipo de inserção laboral e a renda dessas mulheres no Haiti, como nos casos da Mia e da Ismaelle. Ambas são professoras do nível fundamental, com curso superior em Pedagogia. A Ismaelle trabalhava formalmente: *“Lá [no Haiti] era professora de escola de criança [...]. Tipo uma creche. [...] Trabalhava de contrato assinado. [...] só que a renda não era muito bom. [...] Ganhava uns 110 dólares na época [...] Mas eu trabalhava pra poder ganhar a vida.”* (Ismaelle). Já a Mia, tinha como única proteção fazer bem o seu trabalho: *“Trabalhei no Haiti numa escola de criança como professora, por quatro anos, sem contrato. [...] Se você trabalhar bem você vai ficar. Se trabalhar ruim, vai sair. Lá no Haiti tem contrato, mas é diferente [do Brasil]”*. Vale registrar que no Brasil, apesar do maior percentual de formalizações, essas mulheres continuaram inseridas precariamente, tendo em vista as condições e discriminações no trabalho, como veremos mais adiante. Além disso, aqui elas sequer conseguiram trabalhar em suas áreas de formação acadêmica e/ou técnica. Apesar disso, os seus relatos revelam que elas reconhecem o trabalho formal como a melhor situação laboral para uma imigrante, apesar dos baixos salários.

Não obstante possuírem grau de instrução que as tornariam elegíveis para postos de trabalho potencialmente melhores e com maiores remunerações, a formação superior das mulheres não é suficientemente reconhecida. Dentre os fatores que impedem esse reconhecimento, por exemplo, pode estar o desafio que representa a revalidação de um diploma universitário estrangeiro no Brasil. Existem taxas a serem pagas e outros trâmites burocráticos nas universidades federais responsáveis pela revalidação, como o caso da Universidade de Brasília no DF, que dificultam ou mesmo inviabilizam que essas imigrantes tenham reconhecidos os seus cursos superiores no país e, assim, se tornem candidatas para vagas de emprego com melhores condições de trabalho. A pesquisa sugere, assim, que as universidades públicas federais têm um papel importante a desempenhar no sentido da criação de políticas mais acessíveis a imigrantes que buscam a revalidação de seus diplomas

universitários. Conseqüentemente, as universidades públicas com tal competência se tornariam importantes parceiras na promoção de novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida para mulheres imigrantes no Brasil.

Os dados da pesquisa apontam ainda que o Brasil foi o lugar onde algumas das imigrantes tiveram sua primeira experiência laboral. Como vimos, muitas jovens terminavam o ensino médio ou superior no Haiti e não encontravam trabalho, vendo na emigração uma oportunidade para se inserirem profissionalmente e terem mais autonomia econômica em relação aos pais. Vale esclarecer que quanto às participantes que nunca trabalharam antes de chegarem ao Brasil (12 ao todo), quatro permaneceram sem trabalho no país, uma delas porque era estudante da UnB, e as outras chegaram durante a pandemia, e enfrentaram seus impactos nesta área. As demais tiveram alguma experiência laboral no país. E outras quatro que também não trabalharam no Brasil, tiveram experiências laborais anteriores. Totalizando assim, oito haitianas que ainda não concretizaram seu sonho de alcançar a inserção laboral no país de imigração.

Quanto aos nichos de trabalho, o Relatório Anual da OBMigra de 2020 traz alguns dados específicos das mulheres imigrantes na última década, que indicam que a área de “serviços, vendedoras do comércio em lojas e mercados” foi quem mais empregou mulheres imigrantes nos anos 2011, 2015 e 2019. E, quanto às haitianas, as principais ocupações formais, entre 2011 e 2019, foram “em primeiro lugar de ‘faxineira’, em segundo lugar ‘alimentadora de linha de produção’, em terceiro ‘auxiliar nos serviços de alimentação’ e em quarto lugar ‘magarefe’”. Ou seja, “fica clara a prevalência das haitianas nos setores de trabalho chamado na literatura de migração como 3D jobs - Dirty, dangerous and demeaning<sup>215</sup> (CONNELL, 1993)” (TONHATI; MACÊDO, 2020, p.129-131).

Vejamos agora quais os nichos de trabalho que as participantes entrevistadas nesta pesquisa informaram ter trabalhado durante sua trajetória laboral antes e depois de chegaram ao Brasil<sup>216</sup>.

---

<sup>215</sup> Tradução livre: trabalho “sujo, perigoso e degradante”.

<sup>216</sup> Importa registrar que não necessariamente estes dados corresponderão ao gráfico 20 (ver na p.268) sobre profissões autodeclaradas, pois o fato delas se considerarem de determinada profissão, não significa que a exerceram na sua trajetória profissional. Além disso, aquela foi uma questão do formulário virtual que as 33 participantes responderam; já esta, é uma questão do roteiro de entrevista, que foi aplicado apenas para 25 delas. Tem ainda a possibilidade de algumas terem preferido não se reconhecer como profissionais de certas áreas lá no questionário, como por exemplo, empregadas domésticas, faxineiras e cuidadoras, pelo estigma que acompanha a área de cuidados no imaginário social haitiano, como veremos. E ainda as haitianas podem ter participado de mais de um nicho de trabalho, simultânea ou sequencialmente, tanto antes quanto depois de virem para o Brasil.

**Tabela 3:** Haitianas participantes da pesquisa segundo atividades laborais antes e depois da imigração para o Brasil

<b>ATIVIDADES LABORAIS</b>	<b>ANTES</b>	<b>%</b>	<b>NO BRASIL</b>	<b>%</b>
<b>ÁREA DE SERVIÇOS</b>	<b>17</b>	<b>68%</b>	<b>23</b>	<b>92%</b>
Comerciante; Vendedora; Revendedora de beleza (Avon e Natura)	9	36%	6	24%
Garçonete; Atendente; Operadora de caixa	3	12%	7	28%
Entregadora de alimentos por aplicativo	1	4%	1	4%
Secretária escolar	1	4%	0	0%
Agente de viagem informal	1	4%	0	0%
Polimento de veículos; Frentista	0	0%	2	8%
Trancista; Cabeleireira	2	8%	6	24%
Microempreendedora (MEI)	0	0%	1	4%
<b>ÁREA DE CUIDADOS</b>	<b>14</b>	<b>56%</b>	<b>26</b>	<b>104%</b>
Empregada doméstica	2	8%	1	4%
Serviços gerais (limpeza em geral; camareira)	1	4%	9	36%
Diarista (faxineira, passadeira de roupa)	0	0%	4	16%
Auxiliar de cozinha ou cozinheira	3	12%	9	36%
Cuidadora de crianças e idosos	4	16%	3	12%
Técnica de Enfermagem	1	4%	0	0%
Professora (infantil - creche)	3	12%	0	0%
<b>OUTRAS ÁREAS</b>	<b>3</b>	<b>12%</b>	<b>3</b>	<b>12%</b>
Indústria de Produção (vinhos, aves, plásticos)	1	4%	2	8%
Estagiária	2	8%	1	4%
<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>7</b>	<b>28%</b>	<b>6</b>	<b>24%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes as 25 entrevistas.

Podemos perceber que as atividades mais comuns da vida laboral pregressa dessas mulheres, antes de chegarem ao Brasil, estão relacionadas ao setor de serviços, como comerciantes (autônomas ou vendendo para terceiros), garçonetes, atendentes, secretária, operadoras de caixa, agente de viagem, cabeleireira e entregadora de alimentos, o que correspondeu a 68% das respostas. Em seguida, vem a área de cuidados, com 56%, onde estão incluídas as cuidadoras de crianças e idosos, profissionais do ramo de limpeza e cozinha, técnica de enfermagem e professoras (cuidando de crianças em creches). No Brasil, estas áreas continuaram na liderança, mas com impressionante destaque para a área do *care*, que analisarei exclusivamente mais à frente.

Outra situação percebida nos dados foi a de nichos de trabalhos pioneiros para as haitianas depois que chegaram ao Brasil, como o de polimento de veículos e frentista em posto de combustíveis; faxineira (diarista) e microempreendedora formalizada. Quanto às experiências trazidas do Haiti, a arte de trançar os cabelos se revelou uma estratégia de sobrevivência no país de imigração para parte delas, com um aumento de 8% para 24%, triplicando o percentual daquelas que aproveitaram sua habilidade nata para ganhar dinheiro no Brasil. O saber-fazer haitiano vai além do saber circular territorialmente. A Maria compartilhou seu relato de como aproveitou sua *expertise* como vendedora e como trançista para empreender informalmente no Brasil. Segundo ela, a prática haitiana faz muita diferença no trabalho de trançar os cabelos das mulheres brasileiras:

*No Haiti eu saber fazer cabeleireira. [...] Eu vi [que] aqui tem um monte de brasileira que coloca [tranças]. Eu falei: “Tá bom. Eu posso trabalhar com isso”. Comecei a colocar no Facebook, no Instagram, que eu faz trança. Mas eu tenho que procurar mais [clientes]. Elas vem na minha casa. Minha prima também faz trança. Ela mora aqui, só que ela não falar muito bem o português. Eu falar: “Prima, eu falar português, você não fala. Mas você sabe fazer trança, vai trabalhar junto”. [...] É difícil pra ela encontrar trabalho. Ela chegar em dezembro, e veio o coronavírus. [...] Não dá tempo de ela ir numa escola. Eu falei: “Vou fazer minha empresa mesmo”. E eu comecei a fazer divulgação, comecei a encontrar cliente. No Brasil, demora dez [a] doze horas pra fazer [tranças]. Quando é nós dois que faz junto, demora três e meia, quatro horas. Já é uma coisa mais bom. [O valor] Depende do modelo. Dois modelo que sai mais [...]. Se você quer colocar fio marrom, é duzentos reais, com material de mim. Se você quer fio preta, ele é linha, é cento e cinquenta reais. Eu fazer barato para encontrar mais cliente, pra ter mais pessoas que me conhece. Porque, às vezes, quando brasileira vem aqui, fala que com outra pessoa que faz é muito apertado, doendo. Pra nós é natural. No Haiti, desde que você crescer, começou a mexer [com tranças]. Eu demorar menos, faz mais barato e mais bem feito. É isso que me ajuda. Mesmo meu português sendo muito ruim. [...] Graças a Deus, começou a aumentar. Porque eu vivo só isso. Porque agora é as mulheres brasileiras que me ajudar. É elas que faz trança. Eu não tenho loja, eu não tenho um lugar muito bonito. Ela vem aqui e senta comigo. Passa três horas, quatro horas, a conversar comigo. Às vezes, pedir água. Se eu comer, come comigo. Fica tipo amiga. E elas voltam 1 mês, 1 mês e meio, 2 meses depois, depende do cabelo da pessoa. (Maria)*

Por outro lado, podemos notar ainda que para algumas atividades desempenhadas no Haiti, as haitianas não encontraram espaço de trabalho no Brasil, notadamente as que exigem um maior nível de especialização, como as profissões de técnica de enfermagem e professora, para as quais precisariam revalidação de seus certificados para poder atuar no Brasil, caso existissem oportunidades nesses nichos, o que não é uma realidade para mulheres imigrantes do Sul global. Esses trabalhos especializados são nichos dominados pela força de trabalho nacional. As participantes com formação nessas áreas mostraram-se frustradas em não conseguir atuar em suas profissões. Inclusive, uma delas veio ao Brasil por acreditar que aqui

conseguiria trabalhar como enfermeira. E, atualmente, é operadora de caixa em um supermercado. É o caso da Nahomie:

*[...] Fiz três anos [de Enfermagem], faltava um ano pra terminar. Mas eu tenho o diploma em casa, de Auxiliar de Enfermagem. Essa [...] amiga que vinha pra cá mentiu comigo: 'Deixa, você vai conseguir serviço no Brasil, no hospital'. Mentira! Melhor ter terminado. [...] É diferente [a sua vida profissional em relação ao que imaginava]. Eu pensava de chegar aqui pra estudar, pra trabalhar num hospital. Porque eu gosto de trabalhar lá. Mas eu não acho serviço lá. (Nahomie)*

Chelo foi outra interlocutora que tinha o desejo de concluir seu curso de Enfermagem no Brasil para trabalhar na área. Na ocasião da entrevista, ela estava trabalhando no ramo de limpeza em um supermercado: “Aqui eu não consegui trabalhar na enfermagem. Eu gosto da enfermagem. [...] Eu pensei quando vem [pro Brasil] vou terminar [curso de Enfermagem] pra trabalhar. [...] aqui é bom demais. O único problema que tem é eu não trabalhar na minha profissão. Só isso” (Chelo). Já a Mia era professora no Haiti e não conseguiu desempenhar sua profissão no Brasil:

*Trabalhei no Haiti numa escola de criança como professora, por quatro anos [...]. Depois eu vim pra Brasília, pra ser auxiliar de cozinha [...]. Eu trabalhar na pia, eu lavar tudo. [...] Limpeza. [Você gostava do que fazia aqui no Brasil?] Não. Mas é uma obrigação trabalhar. Porque quando você chega aqui, você não tem nada. Não tem outro. Trabalho no restaurante. [No Haiti você nunca trabalhou com isso?] Não [risos]. (Mia)*

Como vimos em capítulo anterior, a busca pelo trabalho foi um grande impulsionador da emigração dessas mulheres. Mas é também um fator para a circularidade delas no Brasil, que além de se moverem para mais perto de suas redes sociais, também são atraídas pelo mercado de trabalho, como podemos perceber no relato da Lia:

*No Brasil, morei sete meses em Curitiba. Só é difícil pra trabalho. Não sei agora se tem. Eu passei um mês em Santa Catarina, não tem nada. Eles falavam: “vou te chamar depois”. E depois nada! Ai vim pra Brasília. [...] Eu tinha um amigo que falava: “vem aqui, você vai conseguir trabalhar”. Eu vim aqui, passou uma semana e eu consegui trabalho [...]. Agora eu quero sair, porque tá ruim de trabalho. Se tem uma situação melhor, eu vou ficar. Porque se eu ficar aqui sem trabalho não pode pagar aluguel, não pode pagar nada, e minha mãe não pode ajudar eu. (Lia)*

As interlocutoras da pesquisa associam a maior dificuldade no acesso ao trabalho à falta de fluência na língua portuguesa. É o caso da Adeline, recém-chegada, que não vê esperança no Brasil sem aprender o português. Ela está disposta a estudar o que lhe der mais

oportunidade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro, na condição de mulher estrangeira e negra:

*Eu vejo aqui que se não for numa escola, aprender a falar, não vou conseguir trabalhar nesse lugar. Meu sonho é fazer Administração. Mas agora não conheço bem Brasil. Eu sou estrangeira, sou negra. Não sei que profissão que vai dar mais oportunidade. Eu quero aprender uma coisa que vai dar mais oportunidade. Porque o mais importante é encontrar um trabalho que vai conseguir dinheiro pra viver bem. (Adeline)*

Podemos perceber na fala da Adeline que ela tem ciência dos determinantes de origem e de raça para a sua inclusão laboral no Brasil. O ser “estrangeira” e “negra” são ingressos que determinarão, via de regra, as oportunidades e lugares profissionais no país de imigração. Daí ela recorrerá aos recursos disponíveis para tentar maximizar suas chances, principalmente por ser estrangeira e negra: aprender o idioma e uma formação compatível com a demanda do país, por exemplo. Entretanto, como na trajetória de suas conterrâneas mais antigas no Brasil, a necessidade de sobreviver no país possivelmente falará mais alto e a fará aceitar o que estiver disponível no mercado – que provavelmente será o oposto do seu sonho de ser administradora. Outras haitianas também avaliaram que dominar o idioma de um país pode abrir melhores oportunidades de trabalho. Como explicou a Mia, o melhor país para uma mulher imigrante é aquele que ela domina seu idioma:

*Quando lá no Haiti, as pessoas que já vinha aqui no Brasil, falar coisa boa, que é melhor. O problema é português. Mas se você vem aqui e pode falar português, você pode procurar um trabalho melhor. Porque todo haitiano aprende a falar português aqui no Brasil. Mas se eu vai num país que fala espanhol, é melhor pra mim [porque já teve experiências migratórias na República Dominicana, Equador e Chile]. Se um país que fala francês, vai ser melhor, melhor pra mim. Mas português, ai ai [risos].” (Mia)*

A Anastasia também concorda que a limitação linguística dificulta a vida da mulher imigrante no país de destino. Ela já está no Brasil há dois anos e meio, estuda português há dois anos, mas ainda tem muita dificuldade de falar o idioma. Para ela, o melhor seria que fossem criadas oportunidades de trabalho para haitianas não falantes do português, em atividades que não exigissem muita comunicação:

*Às vezes, eu faço faxina. Diarista. Para brasileira e haitiana. Eu busquei outros trabalhos, só não achei. Como eu ainda não falo português, isso é ruim. [...] Aqui em Brasília, é muito difícil se você não fala português. Se tiver a consideração de uma pessoa poder trabalhar sem falar, só observando. Porque tem trabalho que não precisa falar. Poderia facilitar para esses trabalhos. (Anastásia)*

Além do domínio do idioma, outro fator que para as haitianas influencia no acesso ao trabalho é a idade. Além do perfil etário majoritariamente jovem das participantes, percebi que elas desejavam trazer do Haiti para o Brasil pessoas igualmente jovens, em razão de o Brasil ser um país com mais vantagens para imigrantes em idade economicamente produtiva; e para os homens, por ter mais trabalhos pesados destinados a essa população.

Ademais, as interlocutoras recém-chegadas se depararam com os efeitos da crise do mercado de trabalho, que já há algum tempo vem mostrando sinais de esgotamento, em comparação aos anos de 2010 até o início de 2014. Mas, como suas chegadas coincidiram com o período da pandemia do coronavírus, esta escamoteou a realidade de que a queda em contratações de mão de obra já vinha se dando antes desta crise sanitária. O que ela fez foi potencializar o problema do acesso ao trabalho para todas as imigrantes, independente do tempo de chegada, conforme discutido no capítulo anterior.

Apesar dessas dificuldades, boa parte das participantes da pesquisa percebe que o acesso ao mercado de trabalho no Brasil foi melhor que em suas experiências anteriores, principalmente no Haiti, já que 60,6% delas nunca saíram do seu país antes de virem para o Brasil. Como afirmou a Lilie: *“Aqui, por ser um grande país, tem mais chance de ter a possibilidade de trabalhar que no Haiti. E no Haiti tem esse problema de trabalho. Tem pouco [trabalho formal]”*. E a Clara: *“Lá no Haiti, você precisa fazer uma universidade. É o que eu gosto aqui: você não precisa fazer universidade pra trabalhar. E lá no Haiti não tem também muito lugar pra trabalhar [...]”*.

Já para algumas poucas, o Haiti é melhor para a mulher trabalhar por ser menos burocrático quanto às exigências documentais e devido ao apoio das redes sociais locais, como ressaltou Anastasia:

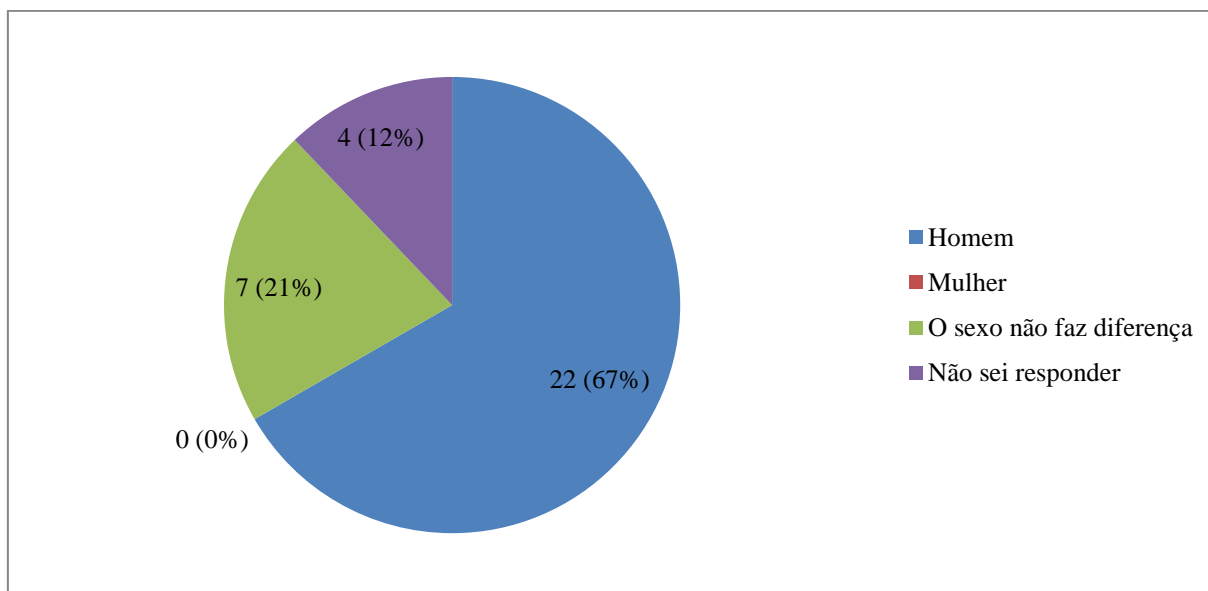
*No Haiti, a condição de encontrar trabalho é mais fácil, só que não tem. Aqui pede mais papel. No Haiti, se você trabalha num lugar e eu falar que tô precisando de trabalho, você pode conversar com as pessoas [...]. É mais fácil. E aqui você não conhece ninguém. Tem que procurar mesmo. Só que no Haiti tem amigo, tem família. Se tem trabalho, vai ficar mais fácil no Haiti. Não vai valer a pena vir aqui.*  
(Anastasia)

A divisão sexual do trabalho no Brasil escancarou as desigualdades de gênero para a força de trabalho imigrante. O que evidenciou uma acentuada segregação sexual por razões biológicas, que associam a mulher à fraqueza e à maternidade; enquanto o homem é sinônimo



de força física e agilidade. Essa afirmação é confirmada pelas opiniões das participantes quando perguntadas sobre para quem é mais fácil conseguir trabalho no Brasil.

**Gráfico 22** - Haitianas participantes da pesquisa segundo opinião sobre para quem é mais fácil conseguir trabalho no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Para a grande maioria (67%) das participantes, os homens conseguem trabalho mais facilmente que as mulheres. Geralmente porque a maioria dos trabalhos disponíveis é repetitivo e pesado, atribuindo maior capacidade aos homens para a sua realização: *“Porque, às vezes, mesmo quando ele não tem profissão, encontra mais coisa pra fazer. É trabalho pesado, que é pra homem e não pra mulher”* (Bianca). Essas mulheres vivem na pele a divisão sexual do trabalho no Brasil, como a Chelo: *“[...] eu tava procurando emprego. [...] Deixando currículo. O gerente falar: Não aceito mulher não, porque mulher dá problema, depois vai engravida. Homem também é mais forte. [...] Tem trabalho que tá bem pesado, que a mulher não pode, homem pode”*. A Vitória também citou essa discriminação contra a mulher, o que a fez não buscar trabalho enquanto estava grávida e amamentando: *“[...] o dono não quer contratar mulher porque quando contrata a mulher engravida. [...] Nossa! [...] aqui no Brasil, o dono não contrata a pessoa grávida [...]. [Você procurou trabalho durante a gravidez?] Não, porque eu já sabe que a pessoa não vai me contratar”*.

Algumas, inclusive, já internalizaram e naturalizaram essa segmentação do mercado de trabalho por sexo: *“[...] tem trabalho que só homem pode fazer. Homem consegue mais rápido. Não sei se é porque ele tem mais força. Homem pode fazer todo trabalho, na*

*construção. Você [mulher] não pode. [...] É muito fácil pra homem. Homem trabalha muito duro. Preferem os homens”* (Lia). E como elas constatarem isto? Para Carline, *“[...] é mais fácil pra homem porque os homens que chegaram junto comigo já começaram a trabalhar e eu ainda não”*. Para Ismaelle, a razão é *“Porque tem medo das mulheres. Porque as mulheres fica grávida e vai dar problema. E também os homens são muito fortes e faz o serviço mais rápido”*.

As que chegaram a migrar para outros países da América Latina também perceberam essa diferença, especialmente as que passaram pelo Equador e Argentina. Como no caso da Lia, que esteve no Equador e percebeu a preferência pela mão de obra masculina: *“No Equador procurei trabalhado. Não consegui nada. É muito fácil pra homem. Homem trabalha muito duro. Preferem os homens”*. E no caso da Maria, que veio da Argentina, e sentiu na pele o racismo naquele país, que limitava o acesso de mulheres imigrantes negras a determinados nichos de trabalho: *“[...] trabalhar é difícil [na Argentina]. É muito difícil pra você chegar num restaurante, você encontrar um garçom negra. É difícil pra você chegar num caixa, você encontrar uma pessoa preta. Em todo local tem racista. No banco, no tudo.”* (Maria).

Nenhuma das participantes afirmou que para a mulher o trabalho seria mais fácil que para o homem. Mas, para 21% delas, a diferença não está no sexo, mas em outros fatores, embora a questão do gênero aparecesse no meio de suas justificativas. Um desses fatores é o idioma, como afirmou Sherley: *“Em Brasília, não faz diferença não. Eu acho que não é de sexo, é de língua”*. A Misoula acha a mesma coisa: *“Eu acha o trabalho no Brasil melhor pra pessoa que fala. Se não fala, é mais difícil”*. Só que o aprendizado do idioma também é permeado pela desigualdade de gênero. Os haitianos conseguem aprender o idioma muito mais rápido que as mulheres, exatamente pela sua maior inserção social e laboral no Brasil.

Outro fator colocado por elas é a territorialidade. Ou seja, as condições de trabalho para homens e mulheres imigrantes variam no Brasil segundo a região onde estão. Esse elemento também foi confirmado nos relatórios do OBMigra. Segundo observações de Cavalcanti e Tonhati (2017, p.70), *“os imigrantes haitianos na atualidade não se encontram dispersos em todo o território nacional. O coletivo está concentrado no chamado Brasil Meridional (Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)”*. E que permaneceu sendo o polo econômico produtivo que mais empregou imigrantes no Brasil na última década (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020b). Contudo, Cogo (2018, p.430) compartilha de outra opinião: *“apesar da preferência pelos grandes centros urbanos, nos primeiros quatro anos [...] os haitianos já estavam inseridos em 16 dos 26 estados*

brasileiros, além do Distrito Federal, [...]. Isso demonstra [...] a difusão espacial [...] dessa imigração”.

A Liline foi uma das participantes que citou o fator territorial, baseada em sua experiência em Santa Catarina e nas informações de suas redes sociais. Além disso, ela reconhece que o Brasil não é um bom país para mulheres imigrantes porque reserva os trabalhos mais pesados “*para estrangeiros*”, que demandam a força de trabalho imigrante masculina. Ela acrescentou ainda outros elementos discriminatórios, como raça, nacionalidade e gênero. Numa única fala ela intersecta três grandes estruturas de discriminação – sexismo, racismo e xenofobia –, que se articulam e se sobrepõem tornando a vida mais difícil para as mulheres imigrantes no Brasil:

*Depende da cidade. Porque eu tinha uma amiga que tava em Chapecó, só teve trabalho pra negro na área de frigorífero. Se você procurar qualquer outro trabalho, você não consegue. Pra mulheres era muito difícil, porque tinha trabalho pesado que mulher não pode fazer. Em Curitiba é difícil pra uma mulher conseguir trabalho. Pra uma mulher haitiana. Não sei para outras pessoas. Aqui em Brasília é mais fácil para homem. As mulheres estão trabalhando. Mas eu tenho experiência, eu conheço várias pessoas, eu achei que pra homem é mais fácil conseguir um trabalho aqui. Pro homem é sempre mais fácil! [...] Eu acho que não é um bom país [pra estrangeiro]. Porque esses trabalhos para estrangeiros são, eu fiz pesquisas também na minha área, são trabalhos pesados que eles deixam pra estrangeiro. Aí os trabalhos mais leves sempre já tem um brasileiro que faz. Aí, [...] pras mulheres estrangeiras haitianas que chegaram, vão ter dificuldade pra esses trabalhos pesados que tem. (Liline)*

Quer na área de cuidados, no comércio ou demais nichos verificados, as evidências de pesquisa mostram que apesar dessas mulheres terem sido contratadas para uma determinada função, elas acabam sendo demandadas para diversas outras atividades, principalmente para a limpeza desses locais e que, muitas vezes, esta será uma atividade atribuída prioritariamente a elas, antes das brasileiras. Veremos agora em subseções separadas os dois principais nichos de trabalho das participantes deste estudo, pois apresentam características específicas no quadro mais amplo das relações sociais de gênero, de classe e de raça, tanto no Haiti quanto no Brasil, que merecem destaque.

### **5.2.1. As comerciantes haitianas *madamm sara*: uma reedição à brasileira**

As haitianas são muito participantes e ativas como comerciantes autônomas – um mercado importante na econômica interna do Haiti. São as chamadas *madamm sara*. Braum, Dalmaso e Neiburg (2014) trazem algumas contribuições para compreendermos a dinâmica

dessas mulheres comerciantes itinerantes, tão comuns no comércio haitiano e do Caribe. Elas frequentam o espaço público das ruas cotidianamente e o dia inteiro. E algumas fazem regularmente a migração pendular para outras cidades do país e/ou países vizinhos, como a República Dominicana, Panamá ou Miami. Essas mulheres são figuras importantes, tanto nos mercados públicos como nas ruas, para a distribuição de alimentos e pequenos produtos/bens de consumo à população haitiana, como vestuário, eletrodomésticos, cosméticos, dentre outros.

Os autores citam uma atividade comercial significativa no Haiti que é realizada essencialmente pelas mulheres jovens, que é a venda de água para o consumo, demanda provocada pela escassez na distribuição desse serviço pela rede pública. A maioria dessas mulheres sai regularmente do interior para o sul do país (especialmente), onde ficam por semanas e até meses ou em datas especiais. Períodos estes em que ficam vulneráveis a diversas formas de violência e exploração, inclusive sexual, por parte dos donos das cisternas e suas famílias (BRAUM; DALMASO; NEIBURG, 2014). A interlocutora Anastasia relatou essa dinâmica de ir para capital, como *madanm sara*, onde passava até meses longe de casa: “[...] *era comerciante. Ia na capital pra comprar e voltava pra minha cidade pra vender. Eu passava na capital um mês, dois meses e depois volto pra minha cidade*”.

Além da venda, muitas prestam serviços de cuidados pessoais na área de beleza, por exemplo. Essas mulheres compartilham esses espaços públicos com os homens, onde a segmentação por sexo também é visível. Determinados nichos são uma exclusividade masculina, como o comércio de certos produtos (carne, animais, ferramentas, eletrônicos, peças para veículos e maquinarias) e a prestação de determinados serviços (a administração e segurança dos mercados). Nesses espaços se manifestam, contraditoriamente, solidariedades e assimetrias entre os gêneros. “The hierarchical gender relations and the subordination of women to men are greater the more we move down the social scale and the more vulnerable the female traders”<sup>217</sup> (BRAUM; DALMASO; NEIBURG, 2014, p.27). As casas de algumas dessas mulheres, muitas delas construídas com o dinheiro da diáspora enviado por parentes (JOSEPH, 2015a), também abrigam pequenos comércios locais.

Os relatos das minhas interlocutoras vão dar concretude a esse contexto das *madanm sara*, vivenciado por elas no Haiti. Liline me explicou que “*as mulheres que não têm uma formação, fazem comércio de rua*”. Mas também há aquelas que até têm uma profissão, mas

---

<sup>217</sup> Tradução livre: “As relações hierárquicas de gênero e a subordinação das mulheres aos homens são maiores quanto mais descemos na escala social e mais vulneráveis são as mulheres comerciantes.” (BRAUM; DALMASO; NEIBURG, 2014, p.27).

não encontram trabalho na sua área, então vão desenvolver o comércio autônomo. Como afirmou Madoche: “*lá, quando a pessoa tem uma profissão, busca trabalho e não encontra. Então eu vendia todo dia*”. Diante da dificuldade de se conseguir um trabalho “formal” no Haiti, Sofia acrescentou que “*a maioria das pessoas abria um negócio pra trabalhar pessoalmente com ele*”. E era um mercado que atendia às necessidades dessas mulheres, além de ser sensível às demandas da população local, como explicado pela Madoche:

*[...] gosto desse trabalho. Mesmo sendo difícil, você não sai num dia e fica sem vender nenhuma coisa. Comprava os produtos numa grande feira do Haiti e vendia no meu bairro. Fiz um minimercado na minha casa mesmo. Vendia comida e cosméticos. Vendia o que as pessoas estavam precisando. (Madoche)*

Como no relato da Madoche, era comum que algumas dessas mulheres realizassem o comércio na própria casa, se tornando um trabalho para toda a família. Maria ajudava sua mãe, dividindo seu tempo entre os estudos e formas de ganhar dinheiro, mesmo ela morando na capital e sua mãe numa província. Esse contexto de vivência com mães *madanm sara* formou nas participantes da pesquisa certo *know-how* na arte de comerciar, como explicou minha interlocutora:

*No Haiti, minha mãe é uma vendedora. Ela vende na província que nós nasce. Eu comprar pra ela na capital pra mandar na província. Às vezes, eu chegar num mercado eu encontro uma coisa bom, eu comprar e mandar pra minha mãe vender isso pra mim. [...] Porque tudo, tudo tá na capital. Às vezes, quando ela quer comprar roupa, [...] se você comprar mais, compra mais barato. Eu vou comprar três, porque três vai sair mais barato. E quando eu vender um, vou procurar outros dois pessoas pra comprar esses dois. Quando você pedir pra comprar um sapato, por exemplo, esse sapato custa cem reais. Eu posso comprar três por duzentos reais. Eu já ganho cem reais a mais. É isso que eu faz. (Maria)*

Nahomie foi outra participante que seguiu o exemplo da mãe e, paralelamente, estudava Enfermagem, seu sonho profissional:

*Ela faz comércio, vende as coisas desde os doze anos na escola. [...] Ela estudava e levava coisa pra vender [...]. Eu cresci fazendo isso também. Minha mãe nunca trabalhou com ninguém. Só fazia isso desde criança até agora. Ela tem um lugar, tipo mercado. Todo dia ela foi lá e depois voltou pra casa. Ela compra no Panamá, Curaçau. Ela continua vendendo. Mas agora as coisas lá tão fraquinha. (Nahomie)*

Sherley me relatou como funciona uma das rotas comerciais das *madanm sara* no Haiti:

*Minha mãe é comerciante. Ela vende num mercado que vende um monte de coisa. Ela ia a Jacmel, no Porto Príncipe. Lá tem muito turista. Ela ia lá, vendia e depois voltava. É uma coisa muito cansativa. Na segunda-feira ela vai lá comprar na*

*fronteira do Haiti, na República Dominicana, pra vender no Porto Príncipe. E de lá ela pagava pra levar em Jacmel, onde ela vende em grande quantidade pros vendedores de lá. Às vezes, ela vende por encomenda: chocolate, coisas pequenas. Se via uma coisa nova, que acabou de chegar, ela compra pra vender lá, pro turismo. (Sherley)*

Outras interlocutoras também compartilharam suas experiências como comerciantes itinerantes, também confirmando essa rota comercial de migração pendular para o país vizinho, a República Dominicana, e Panamá; ou mesmo internamente, saindo de suas províncias para comprar/vender na capital, e depois retornando às suas cidades para revender no comércio local. A exemplo das participantes Lia, Bianca e Jozeline:

*No Haiti eu era comerciante, vendedora. Ia comprar na República Dominicana e vendia no Haiti. Só de lá [República Dominicana], porque de outro país precisa de muito dinheiro. [...] Na República Dominicana eu ia e volta, pra comprar coisas pra vender. Comprava tudo, roupa, sapatilha, produto de cabelo. (Lia)*

*Eu comprar pra revender. Eu comprava numa cidade, não é Santo Domingo e não é Haiti, é uma fronteira. Tem um lugar no meio, que eles vendem. As pessoas do Haiti vão lá pra comprar. Eu vendia em Porto Príncipe, no mercado [...]. (Bianca)*

*Era comerciante no Haiti. Você vai lá comprar; sentar e lamber [?] o lugar; vender pra três, pra seis, pra doze. Eu vender sapato. Eu comprava na capital também. Tem uma pessoa que ia comprar no Panamá [para ela]. Vendia na capital. No mercado não. Sentava na fila pra vender. Sabe o que é fila, não? Iche! Por exemplo, no meu país é marché. Aqui eu entendia fila. Não é fila não? [como as mulheres que ficam na calçada vendendo?] É. Só trabalhei como comerciante. É bom! (Jozeline)*

Algumas das participantes, que tinham experiência como *madanm sara*, reclamaram das dificuldades de abrirem seu próprio negócio no Brasil, onde há uma maior fiscalização dos órgãos públicos contra as vendedoras informais, além da burocracia para conseguirem alugar um ponto comercial. Como no caso da Madoche, que tinha um mercado em sua casa no Haiti: “*Não faço comércio aqui porque falaram que precisa de papel [autorização] pra fazer*”. Sua filha, que lhe ajudava nesse trabalho, também sentiu essa diferença: “*Aqui estou achando mais difícil pra mim. Tem muito lei pra aplicar. No Haiti você pode vender onde você quiser. Aqui é diferente. Tem muito lei aqui*” (Joana). A Jozeline, que vendia em comércio de rua no Haiti, acrescenta: “*Ser comerciante no Brasil é difícil. Porque nós falar só um pouco; pra comprar negócio, pra vender. Aqui policial não deixa você colocar na rua. No Haiti você pode ter em qualquer lugar*”. Não sem motivo, o número de comerciantes autônomas diminuiu no Brasil de 9 para 6 haitianas, em comparação às experiências anteriores. A Maria também relatou suas estratégias para ganhar dinheiro como uma *madanm sara* à brasileira. Ela expõe seus sonhos e barreiras para desenvolver seu negócio no Brasil:

*Agora [também] sou revendedora do Avon, do Natura. Eu procura as coisas que pode me dar dinheiro. Eu vender roupa também online, no Facebbok, no Instagram. [...] E tô com vontade de ter meu próprio empresa, no meu nome mesmo. Loja de salão, pra fazer trança, vender as coisas. Só que fica difícil pra mim [...], no Brasil eu já ligar num montão de loja e pedir fiador imobiliário. É muito difícil pra mim. É impossível mesmo. Só eu fazer um depósito de três meses ou eu ter um pessoa pra ser fiador que tem imóvel. Pra alugar uma loja é difícil. [Mas] Ainda eu achar que eu vou fazer mais sucesso no Brasil, porque eu começar a ganhar meu dinheiro com meu próprio negócio. (Maria)*

Diversas haitianas têm seguido o mesmo exemplo de empreendedorismo da Maria, fazendo comércio na própria casa, no ramo da beleza e de alimentos, especialmente nesses tempos de pandemia, quando fechou o comércio de rua e diminuíram as ofertas de emprego. Como no caso da Sofia: *“Eu tô tentando abrir um negócio aqui em casa [salão de beleza]. Eu atendo de vez em quando”*. As irmãs Lia e Mia também: *“Eu faz comida haitiana [...]. O pessoal vem comprar aqui [por encomenda]. Tem haitiano e brasileiro também. [...] Eu faz sexta, sábado e domingo. Ganha uns 400, 300, 500”* (Lia). / *“Agora tô sem trabalho. Agora eu fazer pastel pra vender pra nós haitiano. Você pode ganhar 500, 400 reais, depende do mês. E tem comida de haitiano”* (Mia). Já a Misoula, mesmo inserida no mercado formal de trabalho, também busca aumentar sua renda como revendedora de produtos da Natura.

O sonho de ter o seu próprio negócio no Brasil acompanha muitas dessas mulheres. Como a Clara que, mesmo trabalhando formalmente, expressou: *“Eu gostaria de ter uma loja de roupa e restaurante também. Mas eu tenho que estudar pra administrar. Quero ser uma comerciante”*. A Jozeline, que trabalha no restaurante de um shopping de Brasília, acrescenta que ao superar o desafio linguístico, pretende abrir seu comércio também: *“depois que falar bem, eu vai fazer um restaurante aqui, um comércio”*. Essa realidade não é só no Distrito Federal. A Nahomie, que passou dois anos em Manaus, compartilhou que lá a população local já se acostumou com os imigrantes haitianos que se estabeleceram e negociam na cidade: *“Em Manaus, não trata haitiano muito mal não, porque eles já acostuma com haitiano. Tipo, haitiano faz restaurante e brasileiro vem comprar [...].Tem muito haitiano que tem supermercado lá em Manaus”*.

Durante a entrevista com a interlocutora Bianca, seu companheiro entrevistou e compartilhou seu plano de ter seu próprio negócio. Mas, para isso, ele avalia que precisa levantar recursos em outro país, a fim de conseguir realizá-lo no Brasil, haja vista que com o salário-mínimo nacional levaria décadas para realizar seu sonho. Apesar de todas as dificuldades, uma das participantes da pesquisa conseguiu abrir sua própria empresa. Esta foi a interlocutora mais antiga no Brasil, com cerca de nove anos no país, que veio para estudar. Mas, diante do seu desligamento da pós-graduação na UnB, perdeu os recursos da bolsa

estudantil. Diante da falta de apoio institucional da UnB para a sua permanência na pós-graduação, ela teve que se reinventar no Brasil, e engavetar seu sonho de avançar nos estudos para conseguir se manter no país. Vejamos seu relato de como foi o processo de formação da sua empresa, as intempéries enfrentadas, principalmente com a chegada do coronavírus, mas também sua esperança de dias melhores, onde tentará fazer seu negócio crescer e, quem sabe um dia, conseguir trabalhar como arquiteta (por prazer):

*Hoje eu posso falar tem [tipos de trabalho que não faria de jeito algum]. Porque hoje eu comecei a ter minha liberdade de trabalhar pra mim. Desde que eu fui desligada [da UnB]. Eu comecei em casa, até abrir uma empresa [...] com meus irmãos. A gente formou uma sociedade. Antes disso eu fazia também. Nunca dava pra pagar as contas, [...] em março de 2019 que eu abri a empresa. [...] no ramo de confeitaria. [...] Eu tenho parceiros que entregam. [...] Eu chamo ele quando eu preciso. Cada entrega tem uma taxa. Eu pago na hora. [...] Eu fechei a loja. A empresa tá aberta. [...] A primeira vez aluguei no Guará, no Polo de Modas. Lá foi mais pra servir kit festas, lanches. [...] e tentei fazer almoço também. Os haitianos nos apoiaram. Mas não deu, não tinha movimento. [...] Em janeiro, eu mudei pro Cruzeiro. A gente começou a servir pratos executivos. Tinha pratos típicos também. No começo não tem muita coisa, mas tava indo bem. Era almoço, prato. [...] Muita gente gostava. [...] E chegando a pandemia, começou a dar uma caída. A gente não aguentou ficar. [...] Eu falei: Se eu ficar aqui eu vou ter muito prejuízo. [...] Acho que foi em junho [2020]. Eu fiquei trabalhando em casa. [...] Ano que vem vou ver um bom espaço pra recomeçar. [...] Não trabalho na área de Arquitetura, mas tô satisfeita. Os quatro anos não foram perdidos porque eu aprendi muito. [...] eu não tenho tantas experiências. É por isso que eu procurei ter uma empresa primeiro. Eu não vou deixar a profissão fora, né. Mas pra poder completar minha renda. Aí eu vou seguir a área, porque eu gosto. Não é pra ganhar muito. É porque eu gosto. Mas eu vou ter uma empresa que vai me ajudar nas coisas também. [...] Eu quero que a empresa cresce. (Liline)*

A experiência da Liline evidencia o desafio das universidades públicas brasileiras de criar políticas de acesso, acolhimento e permanência de estudantes imigrantes que necessitam de acompanhamento pedagógico. As políticas universitárias de permanência, voltadas às imigrantes estrangeiras, são um requisito fundamental para concluir com êxito seus cursos de formação, seja na graduação ou na pós-graduação. Na ausência de tais políticas, há o risco de evasão ou, como evidencia a experiência da Liline, o de “desligamento” de um curso de mestrado, por não atender às exigências da instituição. Mesmo a Liline tendo recebido bolsa estudantil, tal acesso necessitaria ser combinado a estratégias pedagógicas capazes de contemplar a especificidade de estudantes imigrantes. Mas nem sempre os currículos e exigências pedagógicas universitárias atentam para a diversidade e necessidades de seu corpo discente. As universidades públicas seguem, portanto, como instituições com importância destacada no sentido de promover o reconhecimento e desenvolvimento profissional de mulheres imigrantes no ensino superior brasileiro. Agora veremos em particular a situação das



trabalhadoras da área do *care*, buscando dialogar com autoras e autores que discutem esse tema.

### 5.2.2. O trabalho do *care*: “É o meu segredo”

A centralidade da mulher nas atividades de reprodução relacionadas ao cuidado ou *care* tem seu lugar já há algumas décadas em diversos ramos do saber científico, especialmente nos estudos feministas sobre trabalho e gênero. Sua característica interdisciplinar lhe permite transitar em áreas como filosofia, direito, história, economia, ciência política, sociologia, dentre outras. O termo, de origem anglo-saxã (*care* ou *care work*), também se caracteriza pela polissemia em torno de seu significado, que pode ser “cuidado, solicitude, preocupação com o outro ou ainda atenção às necessidades do outro” (IPEA, 2016, p.11-12). Termo este que sofre críticas em razão de sua limitação semântica para abarcar uma dimensão social tão complexa (MOLINIER, 2004).

Segundo estudo do Ipea (2016, p.13), há duas vertentes teóricas principais que buscam conceituar a categoria *care*: “a do cuidado como *nurturance* (amparo, em uma tradução aproximada) e a do trabalho reprodutivo (DUFFY, 2005). Cada uma delas propõe compreensões distintas sobre os sujeitos envolvidos, seu posicionamento e relacionamento na organização social do cuidado”. A primeira é a mais abordada, e traz a ideia do *care* como um trabalho relacional. Outro termo que indica essa perspectiva é o do “trabalho de proximidade” (criado por Nancy Folbre em 1997). Mas que, segundo Molinier (2004, p.229), também não é satisfatório porque denota uma dimensão afetiva que apenas “embeleza” uma realidade laboral marcada por ambiguidades – por sentimentos e atitudes de amor e ódio.

Aqui adoto o conceito proposto por Molinier (2004), que segue a linha da psicodinâmica e psicopatologia do trabalho, em razão da sua sensibilidade em abarcar inúmeras outras possibilidades de atividades que não estejam diretamente ligadas ao cuidado apenas de pessoas, mas também do entorno. O que, conseqüentemente gera bem-estar àquelas, como por exemplo, os serviços domésticos, serviços gerais na área de limpeza, na cozinha etc. Além de sua crítica ao forte apelo sentimental que alguns conceitos aplicam ao significado do *care*, o que reforça o sistema sexista de trabalho, baseado nas relações desiguais de gênero. Para ela,

O conceito de *care* engloba, [...] uma constelação de estados físicos ou mentais e de atividades trabalhosas ligadas à gravidez, criação e educação das crianças, aos

cuidados com as pessoas, ao trabalho doméstico e, de forma mais abrangente, qualquer trabalho realizado a serviço das necessidades dos outros (MOLINIER, 2004, p. 229).

Na mesma linha de Molinier, Hirata vai apresentar um conceito de cuidado que dialoga com a proposta interseccional deste estudo:

O cuidado pode ser definido como um trabalho material, técnico e emocional atravessado por relações sociais de sexo, de classe, de raça, entre diferentes protagonistas: os provedores e as provedoras do cuidado, de um lado, os beneficiários e beneficiárias do cuidado, de outro, assim como todos os que administram, supervisionam ou prescrevem o trabalho. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele recobre um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em dar uma resposta concreta às necessidades dos outros. O cuidado é uma disposição, portanto contendo um aspecto ético, e é igualmente prática. Também podemos defini-lo como uma relação de serviço, de apoio ou de assistência, remunerada ou não, implicando um sentido da responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar do outro. O trabalho de cuidado diz respeito às pessoas em situação de dependência, mas todos os seres humanos são vulneráveis em algum momento de suas vidas. (HIRATA, 2020, p.26)

Com base em Glenn, Molinier (2012, p.20) trabalha com a ideia de “sociedade de cuidado” que, por um lado, denuncia o equivocado ideário neoliberal de busca pela independência, autonomia e sucesso individual, quando para alcançá-lo se depende do trabalho de outras pessoas, que estão geralmente em relação de desigualdade na sociedade e são invisibilizadas nesse processo. Por outro lado, evoca uma visão de dependência das pessoas, que atendem suas carências pelas relações de proximidade, mas de forma desigual e injusta. É este o problema que deve ser atacado. Porque como humanos sempre dependeremos, em alguma medida e em algum momento, de outras pessoas. Portanto, não podemos prescindir de uma “sociedade de cuidado”, sobretudo com as transformações na família (cada vez menores e em franco envelhecimento) e no mundo do trabalho (que exige cada vez mais dedicação de suas trabalhadoras, gerando um conflito entre a esfera pública e a privada).

Essa “sociedade” me pareceu ser, pela exposição da autora, as estruturas sociais que se fortalecem em contraposição ao desmantelamento de “la civilización del trabajo” (“da civilização do trabalho”) do século passado, nomeadamente as sociedades ocidentais (em especial as europeias) que vivenciaram o Estado de Bem-Estar Social (caracterizado pelo “pleno empleo masculino, el crecimiento del empleo femenino, la adquisición de derechos fundamentales en la seguridad social como la cobertura en salud, pensiones y el derecho a la

formación”)<sup>218</sup> (MOLINIER, 2012, p.9). Essas estruturas sociais são formadas por múltiplos atores provenientes do Estado, mercado, família e comunidade, que “se combinam de maneiras diferentes, desiguais e assimétricas em cada contexto societal para assegurar a organização social do cuidado” (HIRATA, 2020, p.32).

Molinier (2012) defende, com base em Tronto, que é preciso politizar o cuidado – torná-lo um debate público e discutir privilégios, fugindo de visões acríicas de um fenômeno que é permeado por relações antagônicas. Esse senso comum – preso à representação social do cuidado como trabalho gratuito, realizado pelas mulheres e confundido com afetividade –, naturaliza as explorações (inclusive salariais) e as más condições de trabalho desses segmentos, principalmente dos mais vulnerabilizados. Para a autora, a mudança desse modelo civilizatório de trabalho, que hierarquiza atividades produtivas como superiores às reprodutivas, só é possível pelo rompimento desse pensamento dominante.

Para ela, “a perspectiva do cuidado é indissociável de uma utopia política que coloca a divisão do trabalho no centro. Alguns e algumas devem aceitar o risco de perder privilégios” (MOLINIER, 2014, p.32). Pois, quem pode usufruir desse trabalho desfruta da vantagem de poder dedicar-se a “outras tareas más visibles y gratificantes” e, inclusive, “disfrutar el ocio”<sup>219</sup> (MOLINIER, 2012, p.23). Enquanto, para quem oferece o cuidado, este é um trabalho duramente sacrificante (e sem “*esperança*” – como descreveu minha interlocutora Mia).

Por isso, Molinier enfatiza que politizar o cuidado é se questionar coletivamente quem são as pessoas que dependem desse cuidado e quem são as pessoas que o oferecem. É entender que a maior visibilidade e sucesso das primeiras representam a invisibilidade e subalternidade das segundas. É estar sensível e aberta à voz de quem ocupa o lado ativo do cuidado – geralmente mulheres, pobres, imigrantes e de cor. É buscar criar as condições de superação dessas desigualdades e iniquidades sociais. “Politizar el trabajo de cuidado significa [...] disparar flechas al corazón mismo del sistema de género”<sup>220</sup> (MOLINIER, 2012, p. 25). “Não é uma questão de objetivá-lo ou de valorizá-lo, mas de compartilhar de outro modo e de des-hierarquizá-lo”. É abordá-lo “como experiência real – e não como tipo ideal” (MOLINIER, 2014, p.32).

---

<sup>218</sup> Tradução livre: caracterizado pelo “pleno emprego masculino, o crescimento do emprego feminino, a aquisição de direitos fundamentais na seguridade social como cobertura de saúde, pensões e direito à formação” (MOLINIER, 2012, p.9).

<sup>219</sup> Tradução livre: “outras tarefas mais visíveis e gratificantes” e, inclusive, “desfrutar do ócio.” (MOLINIER, 2012, p.23).

<sup>220</sup> Tradução livre: “Politizar o trabalho de cuidado significa [...] atirar flechas no próprio cerne do sistema de gênero.” (MOLINIER, 2012, p. 25).

As “vozes” das minhas interlocutoras, parafraseando Molinier (2012, 2014), se aproximaram muito desta e de outras teóricas que refletem sobre a relação trabalho e cuidado, no bojo dos movimentos migratórios na era da globalização do capital (Sassen, 2003). Elas vivenciam no Brasil a segmentação do mercado laboral, que reserva para esse “tipo” de trabalhadora o trabalho “sujo”, baixos salários e o acúmulo de várias funções (cuidar, limpar, cozinhar etc.). Bem como, suas falas refletem a dimensão ambígua das subjetividades das trabalhadoras do *care*, discutida por Molinier (2004), do limite entre amor e ódio. Identifiquei esse aspecto nos relatos das minhas interlocutoras, que destacam a questão do afeto, do tratar como se fosse um ente da família, de que gosta de cozinhar, de que não vê problema em limpar. E, na mesma narrativa, aparece a patroa, que apesar de ser uma boa pessoa, também é injusta e não paga o salário corretamente. E ainda, relatos que evidenciam o sentimento de vergonha e de humilhação por fazerem esses tipos de trabalho, fora da expectativa delas e tão estigmatizado na sua cultura de origem. Fato este que as leva a manter esse tipo de ocupação em segredo da família que ficou no Haiti. Vejamos os dados deste estudo e de como ele dialoga com a categoria do *care* ou trabalho de cuidados.

No Brasil, apesar da área do comércio ser bastante expressiva na absorção de mulheres haitianas, foi o trabalho na área do *care*, que se destacou, com 104% das respostas. São mulheres exercendo atividades como ajudantes de cozinha ou cozinheiras de bares, lanchonetes e restaurantes; na limpeza de comércios (geralmente supermercados, lanchonetes, hotéis, bares e restaurantes) ou como empregadas domésticas ou diaristas; e ainda como cuidadoras de crianças e idosos. É interessante notar que nesta última atividade não teve uma variação grande de participação antes e depois do Brasil, com uma leve diminuição no país de destino (com 16% e 12%, respectivamente). Já os serviços na cozinha e limpeza tiveram um significativo aumento aqui no país (de 24% antes, para 92% no Brasil, ou seja, um aumento de quase 400%).

Algumas participantes relataram suas experiências na área dos cuidados. A Joana trabalhou no Haiti como cuidadora de crianças e empregada doméstica na casa de uma família haitiana mais abastada. Aqui no Brasil a única experiência de trabalho que ela conseguiu foi como diarista, e depois veio a pandemia, não conseguindo mais trabalho. Mas seu desejo é trabalhar como agente de saúde:

*[...] Gosto muito de cuidar de crianças. Eu fazia tudo nessa casa: cuidava das crianças, fazia comida, lavava roupa, como doméstica. Era uma casa grande, de pessoa que tinha dinheiro. Eu era bem tratada pelos patrões. [No Brasil] Trabalhei só um dia como faxineira. Recebi 150 reais. Essa mulher me tratou muito bem. [...]*

*Gosto [...] Mas quero fazer só pra ajudar. Minha vontade é trabalhar como agente de saúde. (Joana)*

Como podemos constatar no relato acima, o trabalho doméstico envolve uma gama de atividades do *care* em um único espaço, o que demanda uma organização do tempo e da rotina diária da trabalhadora, cujo salário e condições em que se realizam geralmente não compensam o volume de trabalho desempenhado (ANGELIN; TRUZZI, 2015). Lia também atuou no ramo do *care*, tanto no Haiti quanto no Brasil. Só que no Haiti ela fazia para ajudar a irmã, e aqui para sobreviver.

*Eu fez [trabalho na área dos cuidados], de haitiano, aqui. No meu país todo dia tem muita bebezinha lá em casa, porque minha irmã era professora de criança. Eu ajudava ela. Só pra ajudar ela. Já cuidei no Brasil de idoso da igreja. Não todo dia. Eu vou um dia e ele pagar 100 reais pela diária. Fazia tudo: limpa, ficar com pessoa que tá doente. Aqui cuidei só de criança de haitiana. Eu gosto de bebezinho. [O que você acha desse tipo de trabalho?] Porque eu gosta muito de pessoas. [E na área de faxina, você gosta?] Não tem problema se gosta ou não gosta. Eu faz. [...] Se eu estiver estudando eu vou fazer um trabalho. Agora se não pode, eu vou fazer o que tiver. (Lia)*

O relato da Lia revelou uma peculiaridade que é a rede de cuidados entre as mulheres haitianas no Distrito Federal. As haitianas que estão fora dos mercados de trabalho acabam cuidando das crianças de outras haitianas que conseguiram a inserção laboral. Estas se sentem mais seguras deixando suas filhas e filhos aos cuidados de suas amigas conterrâneas que em creches da rede pública. Podemos confirmar isto nos relatos das mães trabalhadoras:

*Eu vou trabalhar dia 27 [acaba a licença maternidade]. Então eu vou deixar ele [filho] com uma amiga. Mas a gente paga. Eu deixo lá na casa dela. Vou pagar 500. Eu prefiro deixar meu nenê com ela. Eu tenho medo [de creche], porque eu já assisti na TV muitas coisas. Eu tenho medo de deixar meu nenê de três meses. (Clara)*

*Quando eu fui pro trabalho, depois de ganhar ela, eu pagar uma haitiana, ela vem ficar aqui com ela. Agora eu tô em casa, eu não vou pagar ninguém. [Se voltar a trabalhar] vou pagar a ela mesma pra ficar com ela. Não tentei procurar uma creche, eu não gosto de colocar ela na creche. Quando acabar a pandemia e eu for procurar um serviço, e a menina não quiser ficar com ela, tem que botar ela na creche. (Ilene)*

*[Após licença maternidade] Uma amiga haitiana fica com eles [filhos]. Eu paga. Já fazer inscrição na creche pra ele. Teve a epidemia, aí não chamar ele. (Jozeline)*

Algumas das participantes da pesquisa também cuidavam de crianças de outras amigas haitianas, mesmo de forma não remunerada, para ajudá-las a permanecerem no trabalho. Haja vista que a maternidade pode se tornar um fator ainda mais limitante, ou mesmo excludente,

para essas mulheres. O que se agrava pela falta ou insuficiência de uma estrutura institucional gratuita, além da desconfiança com a qualidade do serviço público das creches no Brasil. Como relatado pela Clara: *“Tinha uma amiga haitiana que tinha uma criança de 2 anos. Ela deixava a menina comigo. [...] Ela não me pagava. Aqui se recebe pouco. Você recebe 1200, tem que pagar aluguel, comprar comida. Fazia pra ajudar ela”*.

No Haiti, essa dimensão de rede de cuidados também é muito comum. Como podemos ver no comentário da Chelo: *“[...] uma tia cuida de uma criança, porque a filha ela tá fora do Haiti, nos Estados Unidos. Ela deixar uma filha pra minha tia cuidar dela. E manda o dinheiro”*. E no relato da Sherley que, aqui no Brasil, encontrou apoio junto a uma haitiana que morava em Manaus. Esta lhe acolheu muito bem como forma de gratidão pelo cuidado que sua família teve com a filha dela no Haiti durante sua imigração no Brasil:

*Eu conheço uma pessoa em Manaus. [...] é uma mulher que tem uma filha e minha mãe é a madrinha dela. Quando a mulher viajou, a menina ficou dois anos na casa da gente. Ela mandou buscar. [...] quando a menina foi lá com a mãe, ela contou como a gente tratou ela. Tipo: minha mãe não comprou pra gente pra comprar pra ela. (Sherley)*

Entre as participantes desta pesquisa não se evidenciou o fenômeno das “cadeias globais de cuidado” (“global care chains”), formulado por Hochschild no início dos anos 2000 e que Salazar Parreñas vai desenvolver em seu estudo sobre as trabalhadoras domésticas filipinas para o Norte global, em 2001. No marco da “feminização da sobrevivência” na era da globalização (SASSEN, 2003), as cadeias globais de cuidados são os vínculos que se formam entre as mulheres (mas não exclusivamente), nas transferências das atividades relacionadas à reprodução social, em que “una se encarga de los hijos de la emigrante en el país de origen, otra cuida de los hijos de la mujer que cuida de los hijos de la migrante, y una tercera, la madre emigrante, cuida de los hijos de las profesionales en el Primer Mundo”<sup>221</sup> (HOCHSCHILD, 2000, p. 193). Apenas uma das minhas interlocutoras havia deixado sua filha de 3 anos com a bisavó e aqui no Brasil a única experiência de trabalho foi como diarista. Mas não tenho dados suficientes para desenvolver qualquer análise que aponte para esse fenômeno entre elas.

Também não apareceu uma categoria que tem sido discutida no âmbito dos estudos sobre gênero, cuidados e migração transnacional, que é a das trabalhadoras sexuais. Eu não fiz

<sup>221</sup> Tradução livre: “Uma cuida dos filhos da emigrante no país de origem, outra cuida dos filhos da mulher que cuida dos filhos da emigrante, e uma terceira, a mãe emigrante, cuida dos filhos das profissionais do Primeiro Mundo” (HOCHSCHILD, 2000, p. 193).

diretamente esta pergunta, embora tivesse a expectativa de que surgisse espontaneamente. Apenas questioneei as participantes se elas estariam dispostas a fazer qualquer tipo trabalho no Brasil. A maioria respondeu que sim, mas parecia evidente que o mercado sexual não era uma opção em mente. Durante uma das entrevistas, a questão surgiu. Foi no momento em que a minha ajudante de pesquisa, a haitiana Maria, indagou a participante Joana sobre o assunto, quando esta havia dito que “*Eu fazer tudo por dinheiro. Eu vou trabalhar por tudo*”. Foi quando Maria lhe perguntou se “*ela faria prostituição por dinheiro*”. Seu semblante foi de espanto e logo exclamou: “*Isso não é trabalho*”. A Maria lhe advertiu que no Brasil tanto é trabalho que até assinam a carteira profissional de prostitutas<sup>222</sup>. A Joana, aos risos, logo rechaçou: “*Isso eu não faria. No Haiti isso não é trabalho. Elas não são tratadas bem lá*”. O trabalho sexual para Joana e, possivelmente para as demais participantes, não se classifica como uma ocupação profissional, pois “*No Haiti isso não é trabalho*”. O sexo está circunscrito no âmbito do privado, do ato por amor, por prazer, por procriação. Como podemos ver no relato da própria Maria sobre o assunto, em outro contexto, quando falou sobre o assédio que sofreu no Haiti durante uma entrevista de trabalho em um banco:

*Eu não gosto disso. Eu sempre falei: eu só trabalho por dinheiro, ou eu faz sexo por dinheiro. Não vou fazer as dois coisas. Não vou trabalhar e fazer sexo só por um dinheiro. Eu ainda preferir trabalhar, não vou fazer sexo não. Porque fazer sexo é uma coisa tipo pra divertir, é com amor, pra dinheiro não. (Maria)*

De modo geral, apesar da expressiva participação laboral das haitianas na área de cuidados, o *care* é um assunto proibido de ser compartilhado com a família que ficou no Haiti. Pois é uma área carregada de estigmas, como retratado por Handerson Joseph e Rose-Myrlie Joseph (2015, p.13, 26), ao analisarem as experiências migratórias de mulheres haitianas no Brasil e na França, a partir das relações de gênero, classe, raça e nacionalidade. Apesar de a emigração ser considerada um progresso socioeconômico e cultural no imaginário social haitiano, que concede ao emigrante um *status* privilegiado naquele país, suas pesquisas demonstraram a decepção dessas mulheres com a vida que passaram a levar após a emigração. Esse sentimento está relacionado com o papel social desempenhado por elas no Brasil e na França, como trabalhadoras domésticas e do *care*. Esses nichos possuem

---

<sup>222</sup> O tema dos direitos das e dos profissionais do sexo ocupa o debate político há mais de uma década, mas tem avançado pouco. O que existe de concreto até o momento é o reconhecimento da profissão na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), desde 2002, o que lhes garante o cadastro no INSS para fins de contribuição previdenciária e aposentadoria. No Legislativo, já foram propostos três projetos de lei para regulamentar a profissão, mas sem sucesso. Alguns avanços tem se dado no âmbito do judiciário, com sentenças favoráveis aos profissionais do sexo, o que vai criando jurisprudência sobre o assunto (CORREIO BRASILIENSE, 2014).

para essas mulheres uma conotação negativa, vinculada à ideia de “trabalhos sujos”, que as conectam a um *status* considerado depreciativo para os padrões sociais do Haiti. Razão que as levou a um sentimento de decadência e fracasso em relação ao seu projeto migratório.

Além do que foi constatado por Joseph e Joseph (2015), as participantes deste estudo acrescentaram ainda que o trabalho do *care* está associado no Haiti à baixa escolaridade, como já vimos anteriormente. E, de modo geral, foi perceptível o constrangimento delas em falar sobre o assunto, como se fosse um segredo que sua família no Haiti não pudesse saber. Algumas até baixavam o tom da voz, como se o vento pudesse levar esse segredo até o Haiti. Como afirmou a Ilene: “*Minha família não sabe o que eu tá fazendo aqui [trabalhando na cozinha de um restaurante]. Eu não conto. [...] Eu só falei: ‘eu tô trabalhando’. Só. Quando eu não tô trabalhando, eu só falar ‘eu não tô trabalhando’. Só.*”. E também como revelou a Nahomie:

*[...] Não falo pra ela [mãe] não. É segredo. Ela só sabe que eu tô trabalhando normal. Mas ela não sabe os serviços que eu tô fazendo. Só falo pra ela que eu tô trabalhando, entendeu? Porque minha mãe pagava minha faculdade e agora saber que eu tô trabalhando de limpeza! Quem vai aceitar isso? Não tem mãe que vai aceitar. Vai dizer: “volta, volta, volta!”. Lá no Haiti as pessoas que trabalham com limpeza é porque não tá estudando nada, nada, nada. É meu segredo. Porque eu quero ganhar meu salário. [Ela sabe que você trabalha no Caixa de um supermercado?] Ela sabe. Ela não fala nada não. Só diz que eu não mereço isso não. Porque eu tava estudando. Você sabe como que é mãe. Só na limpeza eu não falo pra ela não. (Nahomie)*

Quem trabalha com limpeza no Haiti “*as pessoas lá não tem respeito, fala mal com ela. Eu não gosto não. É uma humilhação!*”, afirmou Chelo, que trabalha na área de limpeza de um supermercado do DF. Na concepção delas, era uma vergonha ter estudado no seu país, e até ter tido empregada doméstica em casa, migrado em busca de uma vida melhor e, ao chegar ao país de imigração, só ter conseguido trabalhos que elas próprias rejeitavam em seu país. Como confirmado por Jozeline: “*[...] tem muita [haitiana] que vai fazer faxina. Tem gente que não quer não. Mas vai fazer aqui no Brasil e no meu país faz não [risos]*”. Esse estigma com o trabalho do *care* já se transformou numa espécie de complexo do qual as haitianas preferem fugir:

*No Haiti, as pessoas tem muito complexidade, não quer fazer tudo. Tem alguns trabalhos lá que se você estudar você acha que é ruim de fazer. É uma vergonha. Aqui no Brasil, qualquer coisa que você encontra você vai fazer [risos]. Se você encontra esse trabalho no Haiti, você vai fazer não. No Haiti, você tem quarenta anos, você pode ficar na casa do mãe, que vai pagar tudo, vai pagar comida. E aqui tem que trabalhar pra pagar tudo. (Adeline)*



Chegando ao país de destino, a realidade migratória lhes impõe aceitar o trabalho que estiver disponível, e aqui, como afirmou Misoula, “*quando eles vê que você é estrangeira, eles tem só uma opção pra você: limpeza*”. O que mostra o entendimento das participantes sobre o lugar destinado às mulheres imigrantes na divisão internacional do trabalho. Como afirma Sayad (1998, p.55), “são trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam dessa forma trabalhos para imigrantes”. É como se a própria condição de imigrante lhes impusesse a obrigatoriedade de aceitar o trabalho “*que aparecer*”: “*Porque aqui é muito diferente. Se você viaja tem que fazer tudo pra conseguir dinheiro. O que aparecer. [...] Eu preciso de dinheiro, tenho que trabalhar.*” (Vitória). No imaginário social haitiano, o estigma sobre o trabalho doméstico, e de limpeza de modo geral, é tamanho que, ainda que uma pessoa seja diáspora, se for uma diáspora do *care* não tem muito valor. Daí o receio que essas mulheres têm de que esse *status* depreciativo seja descoberto no Haiti. A fala da Misoula resume bem todos esses aspectos em torno da categoria do *care*:

*[...] Deixa eu te contar, quando você faz Ensino Médio completo elas não trabalhar na casa dos outros, elas não trabalhar na limpeza, elas não trabalhar em qualquer lugar não. Entendeu? Ela procura trabalhar num banco, na escola como secretária, no hospital. Essas coisas. O pessoal lá fala mal. Porque estudar quatorze anos e vai trabalhar nesses serviços [domésticos]. [...] Minha mãe pegava gente pra trabalhar com a gente, pra limpar, pra lavar, pra fazer comida, pra pegar água pra mim tomar banho. E quando eu cheguei aqui é muito diferente. Eu começar a sofrer. [...] porque aqui é obrigação pra trabalhar em qualquer coisa. Porque como você vai pagar aluguel? Como você vai comer? [Você teria vergonha de falar pra alguém do Haiti que você trabalha aqui na área de limpeza?] Sim! O pessoal lá já sabe também [que ela trabalha numa lanchonete], aí falar: ‘Você não pode falar muita coisa não, porque lava louça lá e passa pano pros brasileiro! Você não é nada não!’ [risos]”. (Misoula)*

Para entendermos melhor essa questão, a tese de doutorado da haitiana Rose-Myrllie Joseph (2015c) pode nos trazer alguma luz. Ela analisa as relações sociais de gênero, de classe, de raça e dos conflitos Norte/Sul em torno e por dentro das cadeias de cuidados de mulheres haitianas desde o Haiti até a França. Ela percorreu o circuito de mobilidade interna das haitianas camponesas das áreas rurais do Haiti, que migram para Port-au-Prince, onde só encontram espaço de sobrevivência no serviço doméstico. Essa mão de obra barata e acessível possibilita às mulheres da capital a investirem no trabalho não doméstico e, por conseguinte, na emigração para o Norte (no caso em estudo, a França). Numa perspectiva transnacional, a autora relaciona a imigração de mulheres do Sul para o Norte como uma estratégia individual e familiar de busca por melhores condições de vida. Mas também como uma estratégia do

Capital, na sua fase atual de globalização neoliberal, para solucionar a crise do *care* no Norte, ocasionada pelas transformações nas relações entre os sexos e na ocupação do mundo produtivo pelas mulheres, que gerou um vazio no espaço da reprodução social – a casa e a família, lugares atribuídos ao feminino na divisão sexual do trabalho.

Ou seja, a feminização das migrações, no caso estudado por Joseph (2015c), é gerada não apenas pela piora nas condições de vida das mulheres do Sul, mas também em razão da melhora das condições de vida das mulheres do Norte, criando uma demanda por mão de obra extrafamiliar para o âmbito doméstico no Norte. As situações de vulnerabilidade das mulheres do Sul, somado às situações de empoderamento pela via produtiva das mulheres do Norte, geram uma alquimia perfeita para a crise de cuidados na era do Capital globalizado. A externalização ou terceirização do trabalho do cuidado para as imigrantes pobres e negras do Sul global se mostrou uma solução necessária ao desenvolvimento dos países do Norte, apaziguando o conflito entre os sexos. Contudo, este é um sistema perverso, que promove uma dupla exploração das mulheres envolvidas nesse processo. Ele explora tanto as mulheres imigrantes do Sul, por meio de condições de trabalho degradantes e servis, quanto às mulheres empregadoras do Norte. Pois ainda que estas tenham ganhado mais disponibilidade para assumir o trabalho produtivo, a vinculação do seu gênero ao trabalho reprodutivo não se desfaz, e continua gerando demandas que lhes impedem de dedicar-se ao trabalho não doméstico nas mesmas condições que os homens (JOSEPH, 2015c).

Assim, de acordo com a autora, as haitianas de classe média foram privilegiadas pelas haitianas mais pobres, no cuidado doméstico e dos filhos e filhas no Haiti, para que elas ingressassem no mercado global do trabalho. Mas, contraditoriamente, elas passam a vivenciar na França uma relação de subalternidade por meio do trabalho doméstico (que possui *status* rebaixado em qualquer sociedade, mas com especial estigma para a haitiana). Tal cadeia de trabalho tem viabilizado a redução da desigualdade entre os sexos na França e um maior sucesso profissional para as francesas, à custa de uma mobilidade social descendente das imigrantes do Sul. Por meio dessa análise interseccional, a autora evidencia as desigualdades e conflitos envolvidos nessa cadeia de cuidados entre as mulheres mais pobres e menos pobres do Haiti; entre as mulheres francesas de classe média e alta e as haitianas pobres na França (mas que eram classe média no Haiti); entre o rural e o urbano, no Haiti; e entre o Sul e o Norte no processo de globalização neoliberal. Esta cadeia liga a migração interna à internacional, mas também vincula empregadoras e empregadas pela sua condição de ser mulher, embora as distancie pelo cruzamento de outras dimensões de desigualdade como raça, classe e origem. Segundo Joseph, a vida rural no Haiti já não fornece as condições

de vida necessárias às mulheres camponesas e suas famílias. É um ambiente marcado pela pobreza, e as mulheres são quem mais sofrem, haja vista que muitas delas são as responsáveis únicas por suas famílias, dado o abandono dos homens (JOSEPH, 2015c). Como no caso da Anastasia: “*O pai do primeiro filho não teve consciência de ajudar filho. E depois o pai dos dois filhos morreu. Eu que faz tudo*”.

O êxodo para a capital se torna uma estratégia de sobrevivência. Algumas dessas mulheres enviam suas filhas, ainda crianças ou adolescentes, como *restavèk*<sup>223</sup>, para servirem nas casas de famílias mais abastadas ou menos pobres em cidades maiores, especialmente na capital, em troca de receberem melhores condições de vida e educação. Este tipo de “troca de favores” no Haiti também é comum entre famílias brasileiras, por meio da qual uma família com mais condições “ajuda” a filha de uma mulher pobre do interior, com roupas, alimento e educação, em troca de “pequenos favores” domésticos (RIZZINI; FONSECA, 2002), o que, na realidade, mais se configura como trabalho análogo à escravidão.

Exemplo disso, foi um caso recentemente decoberto no Estado de Minas Gerais, amplamente divulgado na mídia<sup>224</sup>, em que uma mulher negra, de 46 anos, vivia nessas condições desde os 8 anos de idade, tendo sido explorada por duas gerações de uma família branca, cujo atual “patrão” era um professor universitário, que se defendeu alegando que a mulher “fazia parte da família”. O caso foi configurado como trabalho análogo à escravidão e a trabalhadora foi indenizada pelos 38 anos de exploração.

Embora algumas políticas de transferência de renda (a exemplo do Programa Bolsa Família) tenham contribuído para a melhora de alguns indicadores sociais (como frequência escolar), o trabalho infanto-juvenil ainda persiste, sobretudo em famílias mais pobres e numerosas (ARAÚJO, 2010; CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2010). No Haiti, desde novas essas meninas são inseridas nesse lugar de servilismo como trabalhadoras do *care*, remuneradas ou não. Ou seja, esse estigma tão forte no imaginário social das haitianas entrevistadas vem de um histórico de pobreza e rebaixamento social, do qual suas próprias

<sup>223</sup> “No Haiti, o termo *restavèk* refere-se a crianças e adolescentes que são confiados pelos seus pais, que vivem em condições de miserabilidade, a famílias menos pobres e famílias burguesas para trabalharem como domésticos. Muitas dessas crianças nunca vão à escola, perdem contato com suas famílias consanguíneas e são despejadas pelos patrões, sem preparo nenhum, quando tornam-se adultos. Estima-se que, nesse pequeno país de 7 milhões de habitantes, existem até 500.000 *restavèks*.” (RIZZINI; FONSECA, 2002, p.7, Nota de Rodapé n.10).

<sup>224</sup> Conforme matérias consultadas nos sites: O Povo online (<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/12/21/mulher-e-resgatada-apos-viver-38-anos-em-condicoes-analogas-a-escravidao.html>); G1 (<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/12/21/professor-denunciado-por-manter-diarista-em-condicoes-analogas-a-escravidao-e-afastado-de-universidade-em-patos-de-minas.ghtml>); O tempo (<https://www.otempo.com.br/cidades/madalena-escravizada-por-38-anos-em-minas-e-indenizada-com-imovel-de-algoz-1.2512905>). Acesso em: 24 jul. 2021.

famílias se beneficiaram, permitindo-lhes dedicar menos tempo ao trabalho doméstico e mais tempo aos estudos. O que, conseqüentemente, lhes ampliou o capital cultural e social para se tornarem mulheres diáspora.

A realidade do Brasil é bem diferente da França, onde ainda não temos uma crise do *care*, apesar das reduções das taxas de fertilidade nas últimas décadas e estarmos caminhando para o envelhecimento demográfico, além da maior escolarização e participação da mulher brasileira no mercado de trabalho. Entretanto, esses são fatores que impactam na necessidade de cuidados na família, principalmente de dependentes, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e doentes. Mas ainda há uma grande oferta interna de mão de obra para os trabalhos de cuidados e serviços domésticos (DIEESE, 2020b). Ainda assim, a mão de obra feminina, negra e imigrante, como alternativa mais barata e menos exigente, tem sido demandada a ocupar esses nichos de trabalho no Brasil. Não necessariamente no âmbito doméstico, mas no trabalho com limpeza de modo geral, tanto em residências como em instituições públicas e estabelecimentos comerciais.

Parella Rubio (2005, p.98, 99) reforça a tese de serem esses nichos uma face da divisão internacional do trabalho, que gera uma demanda crescente por trabalhadoras imigrantes, para incorporarem o peso das transferências dos “servicios de proximidad o ‘servicios a la vida diaria’”<sup>225</sup> pelas mulheres autóctones para “outras” mulheres. As mulheres imigrantes aceitam esse peso atravessado por desigualdades de gênero, raça, nacionalidade e classe, que se materializam em situações de vulnerabilidade social fora de seu país de origem, pela necessidade de renda para sobreviver, sendo obrigadas a deixarem o cuidado de sua própria casa e família nas mãos de “outras” para emigrarem, muitas delas sozinhas. Como afirma autora, “[...] en la era de la globalización, la migración internacional femenina nos revela una emergente ‘internacionalización del trabajo reproductivo’”<sup>226</sup>. Parella Rubio deixa claro que este não é o único determinante da emigração. Pois ainda que não houvesse essa demanda, elas continuariam migrando, porque esse é um processo que envolve múltiplas causas, relacionadas tanto aos países de destino quanto aos países de origem.

Uma parte desses demandantes de cuidado cotidiano são as pessoas idosas, cuja renda não lhes permite terceirizar o cuidado para as instituições privadas, nem encontram serviços geriátricos públicos disponíveis. Essa insolvência vai encontrar solução nos serviços informais, sobretudo por meio de mão de obra barata, onde se encaixa perfeitamente as

---

<sup>225</sup> Tradução livre: “Serviços de proximidade ou ‘serviços para a vida diária’” (PARELLA RUBIO, 2005, p.98, 99).

<sup>226</sup> Tradução livre: “[...] na era da globalização, a migração internacional feminina revela uma emergente ‘internacionalização do trabalho reprodutivo’” (PARELLA RUBIO, 2005, p.98, 99).

mulheres em mobilidade transnacional (PARELLA RUBIA, 2005). Liline é uma dessas imigrantes. Depois que ela perdeu sua vaga como estudante de mestrado na UnB e antes de se tornar microempreendedora individual (MEI), precisou passar pela experiência de trabalho como cuidadora de uma idosa de 93 anos. A necessidade lhe obrigou a aceitar essa vaga, apesar de não ser a sua profissão de formação (arquiteta urbanista), nem o que sonhava. Mas, na sua análise, “*trabalho é liberdade*”, não importa em qual área. Vejamos um trecho do relato de sua experiência, que reflete bem a realidade de muitas haitianas no Brasil:

*[...] na época que eu fui desligada [do Mestrado na UnB], fui atrás de alguns empregos. Ela [proprietária do local onde mora] tava precisando de uma cuidadora pra mãe dela, que tava com 93 anos, tava acamada. Aí eu vim aqui para trabalhar com ela. [...] Ela me deu um quarto. [...] Eu fiquei uns dois a três meses cuidando da mãe, porque a pele tava abrindo, tinha muito problema. [...] Ela quis assinar minha carteira não como cuidadora, como faxineira. Por isso que eu não deixei. Porque eu não cuidei só. Ela quer que eu faça faxina, cuidar da mãe dela. E pagava a mim mil reais. Aí quando ela viu que eu fiquei de boa, porque eu moro aqui, eu tava precisando. Ela também é uma boa pessoa. Só que não me pagou direito. Ela falou que ia me pagar mil e duzentos se eu vier morar aqui, porque não vai pagar transporte. Mas [...] Só pagava mil por mês. Aí ela, nos primeiros meses falou pra mim fazer limpeza, comida. Ela colocou no anúncio da OLX que era pra cuidar da mãe dela. Eu fiz as coisas que ela pediu. Eu entrei em contato com alguns amigos que faz esse trabalho, aí falaram que não era o que eu devia receber. Mas eu fiquei. Não foi isso o meu sonho, né. Não era minha profissão [Arquiteta]. Ela falou que só vai pagar tal dinheiro para uma profissional. Teve um dia que eu falei pra ela procurar uma profissional. [...] Eu não falo que você vai pagar igual aos profissionais. Mas tem que pensar direitinho. No final, [...] ela tinha medo de deixar [a mãe dela] em casa. Procurou lugares pra deixar a mãe. [...] Um asilo. [...] Mas, no mínimo, tinha que ter seis mil. E no asilo eles não tratam direito. E ela não quer me pagar mil e quinhentos?! Que eu fiquei cuidando direitinho. [...] eu cuidei de coração. Eu vou pensar que eu tô fazendo pra minha família. [...] Aí em dezembro a mãe foi pra o hospital. [...] Mas a gente cuidou direitinho até morrer. [...] Os trabalhos que eu fazia era só pra me ajudar financeiramente. Não era na minha área. Era no restaurante, serviços gerais, limpeza, camareira, essas coisas. Pra mim foi... [risos]. A gente trabalha. Como trabalho é liberdade. Mas a gente nunca pensou em fazer essas coisas. Mas quando você trabalha você tem liberdade. [...] O tratamento não foi muito bom, porque eles te tratam como uma pessoa que não tem uma formação. Porque a maioria que faz esse trabalho, como brasileiro, a maioria não tem uma formação. [...] Minha mãe, eu não deixei ela saber. Porque ela sabe que lá quando não tem luz a gente faz as tarefas na vela. A gente lutou pra chegar até aqui. Eu não deixei ela saber. [...] pra melhorar nosso tempo, por que a gente estudava, não tinha tempo pra fazer as coisas, minha mãe tinha que contratar alguém [faxineira]. [...] Eu posso achar [trabalho] nas outras áreas que eu não quis, tipo limpeza. Essas coisas tá lotado. Nessas áreas sim. Não sei pra Arquitetura. Mas nessas áreas eu conseguiria. O que eu não quis pra mim. Hoje, se eu vou trabalhar pra alguém, só seria na minha profissão. Se for pra fazer limpeza, comida, eu posso fazer pra mim mesma. (Liline)*

Os relatos da Liline e das demais participantes deste estudo nos mostram como o projeto de vida dessas mulheres ganha outros contornos no país de imigração. A realidade revela que, apesar de elas terem um nível escolar médio ou até superior, isto não faz diferença na divisão internacional, social, sexual e racial do trabalho, quando se tratam de trabalhadoras

de cor, provenientes de países sem expressão na economia global. Há um lugar específico no sistema de produção capitalista globalizado para as imigrantes negras do Sul global, funcional à reprodução da classe trabalhadora e, conseqüentemente, do capital – que é preenchendo a cisão entre a antítese produção/homem x reprodução/mulher. O que vai gerar uma dupla desigualdade: entre mulheres e homens e entre mulheres empregadas (geralmente pobres, negras e imigrantes) e mulheres empregadoras (nacionais, geralmente brancas, de classe média e alta), como já sinalizado no trabalho de Joseph (2015c).

Mas não foram esses tipos de trabalho que estavam no imaginário das haitianas quando vieram para o Brasil. Ainda que elas prefiram ser trabalhadoras da limpeza e do cuidado no Brasil que no seu próprio país. Contudo, foi aqui que elas experimentaram o que Parella Rubia (2005, p.109) chama de “triple discriminación” – “Ser mujer, de clase trabajadora y de origen inmigrante, o de una nacionalidad determinada”<sup>227</sup>. A autora se baseia em Anderson para afirmar que, nesse contexto do trabalho de cuidados, se

establece relaciones de dominación/subordinación, a través del servilismo inherente al servicio doméstico. En este sentido, quien emplea adquiere algo más que el producto del trabajo de la empleada; ‘compra’ a la persona en su totalidad, sobre todo [no] servicio doméstico interno.<sup>228</sup> (PARELLA RUBIA, 2005, p. 113).

Em relação à afirmação da Liline de que “*trabalho é liberdade*”, a ativista feminista negra, Hooks (2018), faz uma crítica a essa associação entre trabalho e libertação, utilizada como bandeira por alguns grupos feministas. Essa perspectiva levou muitas mulheres a criticarem o movimento, ao verem que suas vidas não ficaram melhores depois de ingressarem na esfera produtiva. Isto em razão de que não houve um pacto de partilha dos papéis domésticos, como ocorreu com as despesas do lar, entre mulheres e homens.

O trabalho majoritariamente feminino do cuidado de crianças, idosos e doentes no espaço doméstico evidencia como esse tipo de trabalho no Brasil, além de não ser sinônimo de libertação, segue sendo uma atividade laboral invisibilizadas. Apesar da sobrecarga física e psíquica que traz para a vida das mulheres cuidadoras. Sobretudo, diante da insuficiência das políticas públicas sociais na esfera reprodutiva (FALEIROS, 2013; GUEDES, 2016).

---

<sup>227</sup> Tradução livre: “tripla discriminação – ser mulher, de classe trabalhadora e de origem imigrante, ou de determinada nacionalidade” (PARELLA RUBIA, 2005, p.109).

<sup>228</sup> Tradução livre: “Estabelece relações de dominação/subordinação, através do servilismo inerente ao serviço doméstico. Nesse sentido, quem emprega adquire algo mais do que o produto do trabalho da empregada; ‘compra’ a pessoa em sua totalidade, especialmente [no] serviço doméstico interno” (PARELLA RUBIA, 2005, p. 113).

Para Hooks, o trabalho não necessariamente liberta as mulheres. Principalmente porque a grande maioria delas está inserida em trabalhos mal remunerados. O que não lhes permite alcançar a autossuficiência econômica necessária para ter a liberdade de decidir permanecer numa situação de dominação masculina ou de se libertar dela. A autora nos sugere então um passo à frente na reflexão e nos perguntarmos sobre “qual tipo de trabalho é libertador?”. E ela mesma responde: “Claramente, empregos com melhor remuneração e horários flexíveis tendem a oferecer mais liberdade à trabalhadora” (HOOKS, 2018, s/p). Contudo, como afirma Parella Rubia (2005), o mercado de trabalho já é estruturado de modo a gerar desigualdades ocupacionais pela sua própria segregação sexual e racial.

O que resta então às trabalhadoras haitianas negras no Brasil? Para Mia, “*Não tem esperança. Não tem outras coisas pra fazer. Nós haitianos é muito inteligente. Tem advogado, por exemplo; eu [pedagoga]. Mas, quando você chega aqui, [...] só trabalhar em restaurante, limpeza*”. Ou seja, esse tipo de trabalho não lhes oferece perspectiva de futuro e ainda coloca sobre elas o peso estigmatizante do fracasso. Diferente de outras pesquisas citadas aqui, as haitianas não embarcaram numa “migração de cuidados” (termo utilizado por Robinson, 2011 e Williams, 2011 e citado por MOLINIER; PAPERMAN, 2015). Não havia agências de recrutamento específicas para a imigração com fins de trabalho doméstico, como evidenciado nas imigrantes filipinas em Salazar Parrenãs (2015). Pelo contrário, as haitianas emigraram exatamente para fugir do trabalho do *care* no seu país – uma das áreas de serviço mais disponíveis no Haiti, mas rejeitada pelas mulheres de classe média e mais escolarizadas, perfil predominante das minhas interlocutoras.

Apesar disso, os dados revelam que, à semelhança do que fora identificado no estudo de Joseph (2015c), as participantes desta pesquisa, mesmo sem participar de uma *cadeia global de cuidados*, também vivem um rebaixamento no Sul (Brasil), por meio da inserção laboral precária, mal remunerada e em serviços “mal-vistos” dentro de sua cultura. Isto leva boa parte delas a permanecer com o olhar para o Norte (especialmente EUA, Canadá e França), na esperança de poderem encontrar melhores condições de vida e de trabalho, e de ascender ao menos economicamente no país de imigração. Embora, sob as mesmas relações de discriminação de gênero, raça, nacionalidade e classe, mudando apenas de endereço. Mas, apesar disso, tal reposicionamento lhes faria experimentar, simultaneamente, um maior *status* social no seu país de origem por meio do que Anthias (2008) chama de “posicionalidade translocacional”. Essas mulheres ocupariam, simultaneamente, dois *status* sociais, um socialmente rebaixado no país de destino e, outro, economicamente prestigiado, no país de origem.

No caso das haitianas desta pesquisa, o que ocorreu foi uma posicionalidade translocacional às avessas. Elas sustentam um *status* social como mulheres diásporas, no seu país de origem, mantido pelo segredo sobre a sua realidade no Brasil; e aqui, elas tiveram um rebaixamento social e econômico, como profissionais do *care*, se configurando como classe trabalhadora precarizada e, simultaneamente, se distanciando do perfil da classe média que integravam no Haiti, onde elas próprias tinham empregadas domésticas.

Diante dos desafios apresentados nesta seção, no que tange ao acesso ao trabalho, quando essas mulheres conseguem finalmente se inserir nesse mercado, passarão a enfrentar outras dificuldades, especialmente relacionadas às condições laborais e discriminações no ambiente de trabalho, como veremos no capítulo a seguir.



## CAPÍTULO 6 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E DISCRIMINAÇÕES DAS HAITIANAS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL

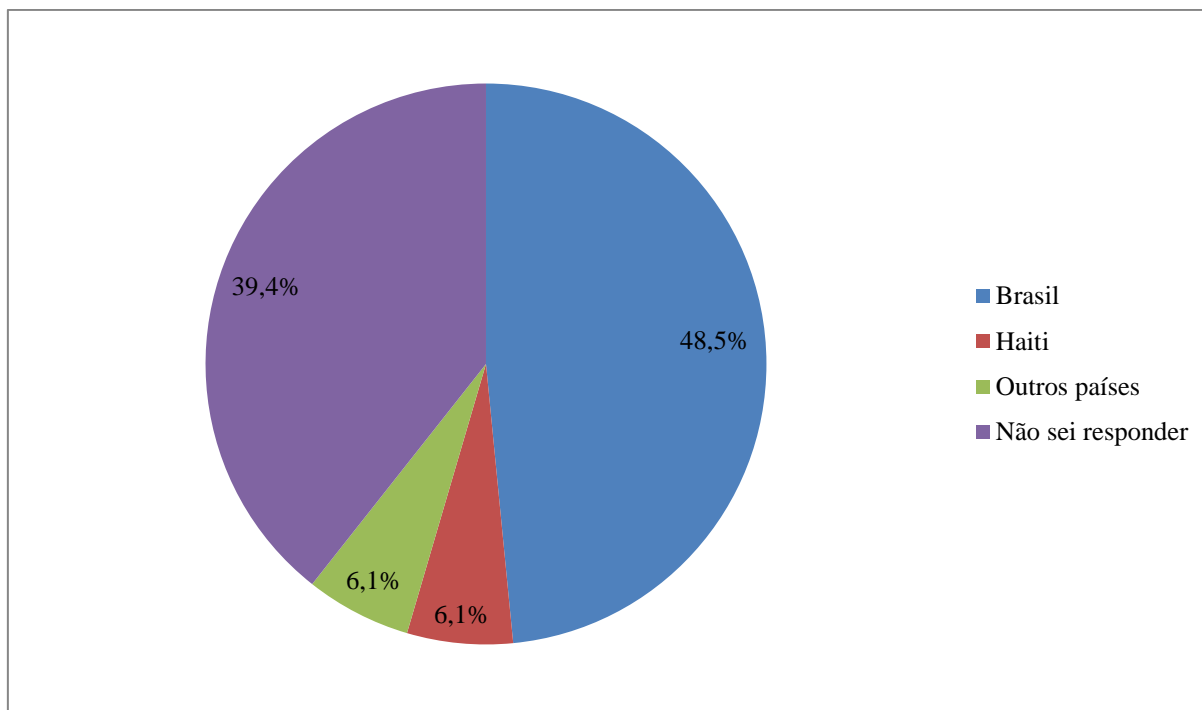
Diante dos dados apresentados pelas participantes desta pesquisa, posso afirmar que as desigualdades sofridas por elas nos mercados de trabalho brasileiros, em especial no Distrito Federal, são geradas por assimetrias de gênero, em que elas são preteridas pelos empregadores, que preferem a mão de obra masculina. A principal razão apresentada foi a sua condição feminina, o que as torna potencialmente sujeitas à maternidade. Além de serem consideradas fracas e lentas para os tipos de trabalhos disponíveis, normalmente pesados e que exigem agilidade. Ademais, como mulheres negras, ocupam, na mesma condição das mulheres de cor nacionais, os trabalhos mais rebaixados social e economicamente pela sociedade, como na área do *care*, fazendo limpeza principalmente. O fato de serem provenientes de um país pobre, situado na periferia do capitalismo globalizado, também pesa na forma como são vistas e tratadas no ambiente laboral e nos tipos e condições de trabalho disponíveis para imigrantes do Sul global.

Para mostrar de que forma essas dimensões de desigualdade agem na vida dessas mulheres, inicialmente apresentarei as condições de trabalho narradas pelas participantes deste estudo. Em seguida, tratarei das discriminações sofridas, trazendo alguns elementos históricos sobre as categorias de diferenciação social em análise: gênero, classe, raça e nacionalidade no âmbito das relações sociais capitalistas, e de como essas dimensões interagem gerando assimetrias. Por fim, apresentarei os dados da pesquisa que demonstram de que forma as haitianas pesquisadas percebem essas discriminações, tendo nos espaços laborais e nos atores neles envolvidos seu principal *locus* e agentes de discriminação, com base nas relações de gênero, na classe, na cor e na nacionalidade.

### 6.1. CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS HAITIANAS NO DISTRITO FEDERAL, BRASIL

Além de identificar as formas de inserção dessas mulheres no contexto laboral transnacional, foi objeto de interesse deste estudo conhecer as condições de trabalho nas quais elas estavam submetidas. Por isso, foi pedido às participantes que opinassem sobre qual país, a partir de suas experiências, oferecia melhores condições de trabalho. Vejamos o resultado no gráfico abaixo:

**Gráfico 23** - Haitianas participantes da pesquisa segundo opinião sobre país onde as condições de trabalho são melhores



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados deste estudo. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Quando essas mulheres pensavam em condições de trabalho, suas percepções abrangiam a questão do acesso, das condições salariais e de vida que o trabalho poderia lhes proporcionar no país. Quase a metade delas avaliou que o Brasil foi o país com melhores condições para acessar o mercado de trabalho, em comparação ao Haiti e outros países vizinhos, como Equador e Argentina. Mas algumas delas relataram preferir o Chile ao Brasil, principalmente pela questão salarial e condições de vida naquele país. Foi o caso da Ismaelle, que morou lá em 2016: “*Passsei um ano lá. Lá foi mais ou menos. Fui lá pra trabalhar. A condição do Chile é melhor, por causa do salário e a vida lá é melhor*”. Já para Stephe, apesar do salário ser melhor, o custo de vida mais alto não compensou ficar no Chile, o que se agravava pelo fato dela não ter uma rede social que lhe desse suporte nesse contexto migratório:

*No Chile a vida é mais caro. Precisa de mais dinheiro pra viver [...]. No Brasil é melhor. Fui do Haiti pro Chile. Lá só tinha uma amiga. [...] Eu não tinha família no Chile. A minha família é as duas irmãs [que estavam no Brasil]. É melhor viver aqui. Fiquei um ano e meio no Chile. Trabalhei numa fábrica de vinhos, de contrato formal. Limpava a uva, preparava para a produção. Trabalhei também num restaurante [formal] e num hotel [informal], como garçom, servindo. Recebia o salário-mínimo no Chile. O salário aqui é 1030 reais. [...] E no Chile, o salário é como se fosse 2686 reais.” (Stephe)*

O companheiro da Bianca, uma das participantes da pesquisa, também passou um tempo no Chile. Durante a entrevista dela, compartilhou sua experiência. Ele concorda que o salário de lá é melhor, mas avalia que as condições de trabalho são melhores no Brasil. Além do problema do preconceito vivenciado naquele país pelos haitianos: *“Lá no Chile o que eu não gostei foi preconceito. [...] Pra mim aqui é melhor. Mas é só o dinheiro de lá que é melhor, mas o serviço aqui é melhor. Mas, na verdade, a América do Sul é difícil pra viver, pra morar. O serviço no Haiti é mais fácil”*. A Maria e a Claudia, que viveram quase dois anos na Argentina, também perceberam de forma muito expressiva a questão do racismo nesse país. Este tema será explorado mais adiante.

Algumas haitianas (6,1%) avaliaram que no Haiti as condições de trabalho são melhores quando comparadas à realidade salarial do Brasil. Segundo elas, além de não ser suficiente para atender suas necessidades, a desvalorização do real frente ao dólar torna a imigração desvantajosa, se olhada pelo prisma do envio de remessas. Nas palavras de Sherley,

*No Haiti tá melhor [o mercado de trabalho], pras pessoas que eu tô sabendo que tão trabalhando. Tipo, a gente que tá trabalhando aqui, quando a gente fala quanto tá ganhando por mês, eles acham muito pouco. Se a gente tá querendo mandar 100 dólares pro Haiti, a gente vai pagar quinhentos e pouco. Vai ficar nada pra gente.”*  
(Sherley)

E outras 6,1%, pelas mesmas razões apontadas acima, avaliaram que as condições de trabalho em países como os Estados Unidos, Canadá, França e Chile seriam melhores que as do Brasil. Como expresso pela Mia: *“[Condições de trabalho] Aqui é melhor [que o Haiti]. Estados Unidos, Canadá, França é diferente. Lá é melhor [que o Brasil].”* (Mia). A Ismaelle afirmou que: *“Não quero ficar aqui, se achar um país melhor”*. Seu amigo haitiano, que estava presente durante sua entrevista, entrevistou confirmando a fala de suas colegas conterrâneas, e argumentando que imigrantes homens e mulheres enfrentam condições de trabalho semelhantes no Brasil, em especial no que tange ao salário: *“Lá [EUA] o que tu vai resolver em uma semana com renda, aqui tu vai demorar dois anos”*. Apesar dessas observações, nenhuma das participantes esteve em um desses países do Norte global. Isto revela que essa opinião é mais uma questão do imaginário social sobre esses países, principalmente com base nos relatos de seus parentes e conterrâneos que conseguiram chegar lá e ganham em dólar ou euro, ostentando um estilo de vida superior ao delas, que ganham em real.

Como vimos um pouco atrás, boa parte das participantes tinha conhecimento sobre os direitos trabalhistas no Brasil e até avaliavam que aqui as garantias legais às trabalhadoras eram melhores que no Haiti e até mesmo que nos Estados Unidos, o eldorado migratório para elas. Entretanto, a legislação trabalhista brasileira passou por uma série de reformas nos últimos anos que tem mudado o seu *status* protetivo, afetando diretamente à classe trabalhadora. O que é ainda mais sentido pela mão de obra imigrante – elo mais frágil na cadeia global do trabalho. As reformas operadas em âmbito nacional, desde 2017, já estão vigorando e deixam os e as trabalhadoras ainda mais vulneráveis em tempos de crise, como na atual pandemia de Covid-19. As reformas trabalhistas (Leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017) e previdenciárias (EC nº 103/2019) e a edição da Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) são exemplos das mudanças que afetam a classe trabalhadora.

Na área trabalhista, com a promessa de desburocratizar, desonerar as contratações e ampliar o emprego, a Lei nº 13.429/2017 regulamentou o trabalho temporário, abrindo o caminho para terceirizações ilimitadas e irrestritas, inclusive no setor público. E a Lei nº 13.467/2017 trouxe mais um pacote de flexibilizações cujos efeitos foram a redução de processos trabalhistas em razão do risco de trabalhadoras pagarem os custos processuais; o fim da contribuição sindical obrigatória, enfraquecendo ainda mais os espaços coletivos de reivindicação de direitos; a criação da modalidade de trabalho intermitente, na qual a trabalhadora fica a mercê das necessidades da empresa; a regulamentação do teletrabalho; a possibilidade de acordo de demissão entre patrão e empregada (SANCHOTENE, 2020); dentre outras alterações nas regras trabalhistas (PREVATELI; FAGIANI, 2020; GRANEMANN, 2021).

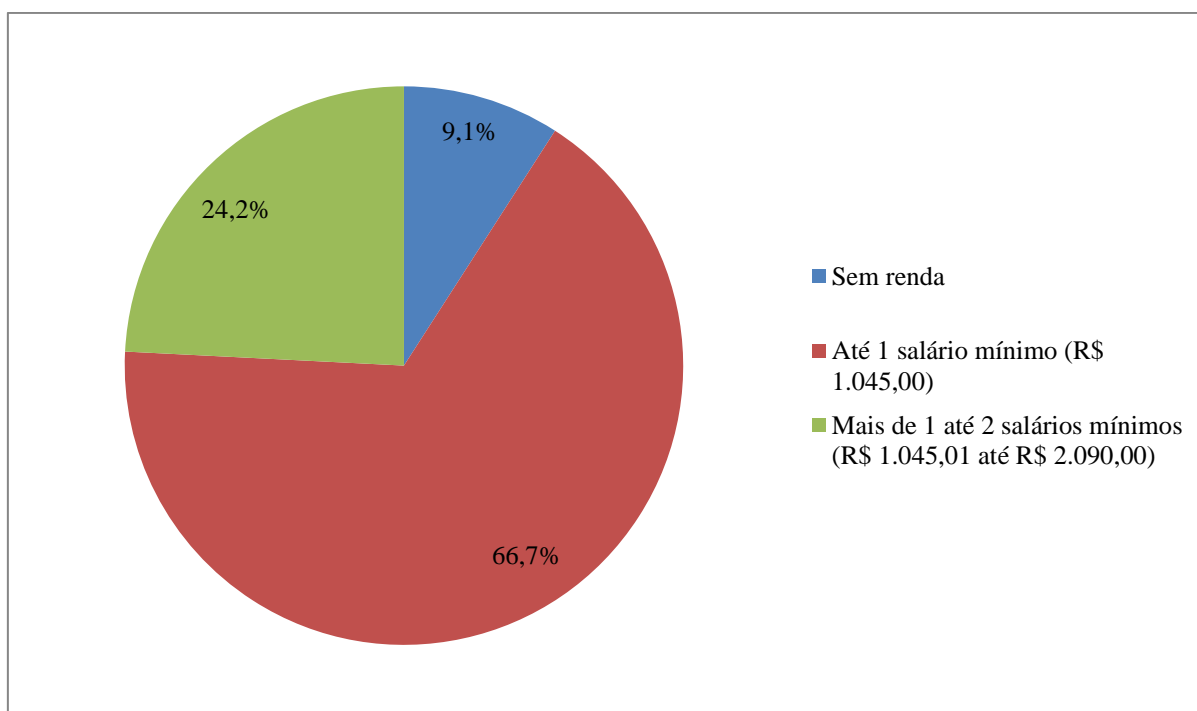
Na área previdenciária, a modificação da idade mínima e tempo de contribuição para se aposentar foram algumas das medidas que impactarão a segurança social da classe trabalhadora no futuro, principalmente durante a velhice. A Lei de Liberdade Econômica trouxe mudanças no registro de ponto, computação das horas-extras de trabalho e descanso semanal, dentre outras (SANCHOTENE, 2020). Essas “contra-reformas”, para usar um termo de Behring (2008)<sup>229</sup>, merecem ser problematizadas e analisados os impactos em curto, médio e longo prazo para a força de trabalho imigrante. Mas não há espaço neste estudo para aprofundar essas questões.

---

<sup>229</sup> Behring utiliza o termo “contra-reforma” em contraponto ao termo “reforma”, amplamente utilizado pelos defensores da Reforma do Estado, mas que na verdade visa disfarçar a desresponsabilização do Estado e o desmonte das políticas sociais – projeto de natureza neoliberal em curso no Brasil a partir da década de 1990. Segundo a autora, essa “contra-reforma” é “um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas.” (BEHRING, 2008, p.281).

O salário é outra dimensão na qual podemos avaliar as condições de trabalho dessas mulheres. Quanto à renda individual<sup>230</sup>, o gráfico a seguir nos mostra a situação delas durante a fase de campo:

**Gráfico 24** - Haitianas participantes da pesquisa segundo renda mensal individual no Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos 33 questionários virtuais.

Podemos notar que a grande maioria (66,7%) recebe até um salário-mínimo, equivalendo a 22 das 33 haitianas. Vale ressaltar que o Auxílio Emergencial compunha a renda pessoal de 17 dessas mulheres, que estavam sem trabalho (sete delas), ou nunca trabalharam no Brasil (outras sete), ou ainda estavam inseridas no mercado informal (três delas). Para 24,2% das participantes a renda pessoal conseguia ultrapassar o salário-mínimo, mas a realidade é que não chegava nem perto de dois salários. Praticamente todas elas se queixaram do baixo salário, principalmente com o aumento mais recente do custo de vida e da desvalorização do real frente ao dólar. Como reclamou Adeline: *“Salário é muito baixo. Por causa de mim, tem muito dinheiro pra devolver no Haiti [empréstimo]. E nesse trabalho do*

<sup>230</sup> A renda foi convertida em salários-mínimos para fins de análise, considerando o valor do salário-mínimo à época do levantamento de dados, entre agosto e novembro de 2020, a saber R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais).

*Brasil o dinheiro é muito pouco pra mim. Quando eu cheguei aqui as coisas já aumentou muito”.*

E uma terceira parcela (9,1%) dessas mulheres informou que não possui renda pessoal, estas estão excluídas do mercado de trabalho e desassistidas pelo Estado. O acesso ao trabalho é a maior de todas as expectativas dessas mulheres imigrantes ao chegarem ao Brasil. Elas vieram com a ideia de que aqui conseguiriam trabalho facilmente e poderiam ter uma vida melhor. Logo, não conseguir trabalho foi o maior desapontamento delas com o Brasil. A Ismaelle chegou a avaliar sua experiência migratória no país como negativa devido à dificuldade de acesso ao trabalho e aos baixos salários:

*É negativa, porque gastei muito dinheiro pra vir pra cá. Até hoje não consegui voltar esse dinheiro. [...] Lá no Haiti [a vida era melhor]. Porque lá trabalhava, morava na casa dos meus pais e não gastava quase nada. E nas férias, eu vai fazer plantação. Essa plantação vai crescer as coisas, eu come. E aqui tem que comprar comida, tem que comprar tudo. [...] Aqui tá fraco de trabalho. E o salário mensal tá muito fraco. Comparando aqui com os Estados Unidos: hoje para ter um dólar, precisa de cinco ou seis reais. Nós que tá morando aqui, pra mandar dinheiro pra família, a gente tem que comprar dólar pra poder mandar. Aí tá difícil. Outra coisa, do jeito que tá pagando. Em outros países como Canadá, Estados Unidos, é por hora, por semana que eles tá pagando. E aqui é por mês. (Ismaelle)*

O último relatório do OBMigra também confirmou a baixa remuneração de imigrantes e que, de modo geral, os homens recebem mais que mulheres. Segundo Tonhati e Macêdo (2020, p.132), “em 2019, a diferença de rendimento entre homens e mulheres foi de R\$ 297, sendo os homens imigrantes recebendo na média de R\$ 2.262 e as mulheres R\$ 1.965 mensais”. A diferença entre trabalhadores e trabalhadoras imigrantes da América Latina e Caribe, onde se inserem as haitianas, é de 11% a menos para as mulheres. Na série histórica analisada (2011-2019), notaram uma queda na diferença de renda entre ambos os sexos. Contudo, isto não se deve, segundo elas, à implementação de medidas de equidade de gênero no mercado de trabalho, mas ao aumento da inserção de imigrantes em ocupações com baixos salários. Ribeiro (2015, p.100) também identificou na sua pesquisa que a maioria das trabalhadoras haitianas recebe em média de 1 a 2 salários-mínimos, confirmando que os dados deste estudo, neste aspecto, representam a realidade das haitianas em todo o país.

Apesar de o salário ser baixo e não atender todas as necessidades das participantes, receber o seu salário e ter o seu próprio dinheiro tem um importante valor simbólico para elas. Como compartilhou a Nahomie: “*Eu fico alegre! [Quando recebe o salário] Oh, minha filha, no dia certo de ir no banco, pagar as contas. Nossa, é bom!*”. A Clara se sente independente por ter seu dinheiro e a imigração a ter tirado da condição de dependência dos pais, passando

ao *status* de participante do arrimo da sua família no país de origem. Segundo ela: “[...] aqui eu tô independente. Porque aqui eu trabalho e recebo meu dinheiro. Lá no Haiti era só minha mãe e meu pai que fazia tudo pra mim. Isso é muito importante pra mim, porque agora eu posso ajudar minha mãe”.

Ter a própria renda ajuda essas mulheres a assumirem uma posição mais autônoma sobre suas próprias vidas e nas relações intrafamiliares. Como afirmou a Dashmy: “*Quando a mulher trabalha fica igual ao homem*”. A Joana também expressou essa percepção, quando afirma não se sentir confortável com o irmão decidindo tudo em sua casa por ser o único provedor: “*Meu irmão fazer tudo, comprar comida. Não gosto do meu irmão tomar as decisões. Eu tô com vontade de trabalhar pra eu mesma pagar tudo*”. A Ilene estava recebendo o seguro-desemprego à época da entrevista, e expressou sua preocupação quando acabar o benefício, e ter que depender do marido:

*Agora eu já tô pensando, porque eu não trabalha e eu não gosta de ficar só pedindo dinheiro pra homem. Eu tô no seguro [desemprego]. Quando acabar o meu seguro, eu tô pensando: “Eu tenho que trabalhar!”. Quando eu cheguei aqui eu já tô trabalhando, estuda, trabalhando. Eu não quero agora ficar pedindo dinheiro pra homem: “Eu quero sapato, me dá dinheiro” [risos]. Eu não gosto. Eu quero ter dinheiro. Eu quero gastar meu dinheiro. Pronto, ninguém não vai falar nada, porque é meu [risos]. (Ilene)*

Outra dimensão das condições de trabalho dessas mulheres no Brasil tem a ver com a garantia de seus direitos trabalhistas. Mesmo com um rol mínimo desses direitos ainda preservado pela legislação, foi possível ouvir das participantes vários relatos de violações, a maioria ocorreu em restaurantes do DF. Como no caso da Ismaelle, que a empregadora reteve sua carteira sem assinar por um ano e a demitiu após ela engravidar:

*Teve uma experiência de restaurante. Mas a pessoa ficou com a minha carteira de trabalho por ano e não assinou. [...] Quando eu engravidou, mandou embora e não pagou nada. Só pagou uns dias. Achei que foi ruim [a experiência], porque tinha horário pra entrar, mas não tinha pra sair”. (Ismaelle)*

A participante Chelo nem sabia qual seria o seu salário e não tinha dia de descanso. Quando foi exigir seus direitos, o empregador classificou sua oferta de trabalho como uma ajuda que estava lhe prestando, na qual o salário se configura como uma relação de “valor-favor”, o que é muito característico nos serviços informais (SALAMA, 2000):

*[...] um homem que eu tava trabalha com ele, passei quase vinte dias. [...] Eu não tem dia de descansar. O dinheiro que eu vou receber, ele não falou nada comigo não. [...] Ele falou que tá me ajudando. Ajudar o quê? Eu tá trabalhando, pra ele falar comigo que tá me ajudando. Era restaurante também. Na cozinha, produção. Ai ele não me deu dinheiro. Passou vinte dias, ele me deu só cento e cinquenta reais. Eu saíu. Eu fui conversar com ele pra me pagar. Ele me deu cem reais quatro vezes. [...] Por semana não. Cem por mês. (Chelo)*

Essas situações não acontecem apenas nas relações informais de trabalho. A Mia também enfrentou esse problema em um restaurante, onde trabalhava com CTPS assinada, no qual ficou meses sem receber seu salário e comissões, precisando judicializar a questão:

*Quando eu trabalha aqui no restaurante, eu trabalha e ele não paga nada. E depois todo mundo vai na Justiça, no Ministério do Trabalho. [...] Três meses sem pagar. Seis meses sem comissão. Eu ia todo dia pra lá. E com carteira assinada. Tem sete, três brasileira e quatro haitiana. Ele não pagou pra ninguém. Quando eu vai falar com ele, ele falar que não tem dinheiro. Ainda tá na Justiça. Teve dois audiência. Ele não apareceu. Não recebi nada ainda. Faz 8 meses que saí de lá e tá na Justiça. (Mia)*

A situação das trabalhadoras grávidas ou com filhos/filhas recém-nascidas também era um caso específico de violações. A Ilene foi demitida após seu período de licença-maternidade. A Clara sofreu “punição” por causa dos seus atestados médicos durante a gravidez:

*Antes eu trabalhava muito, mas quando eu fiquei grávida eu tava com muita dor na barriga. Eu tava dando atestado médico. Uma vez deu cinco dias. E quando eu voltei ele disse: “Você tá sempre com dor!”. Foi só uma vez que eu dei cinco dias, mas [antes] era só um dia, dois dias. O gerente reclamava. Aí ele me colocou todo dia pra trabalhar [antes era 12/36 horas, trabalhava um dia e folgava o outro]. Acho que foi 11h até 19h20. Isso ficou ruim pra mim. Todo dia tinha que tá lá. Tinha dia que eu não queria levantar porque eu tava com dor [...]. (Clara)*

A Liliane também vivenciou a precarização do trabalho em Florianópolis (SC), quando fazia graduação na UFSC. Segundo seu relato, ela e algumas colegas haitianas universitárias buscavam trabalho no verão, período de maior movimentação turística na cidade, e uma alternativa para conseguirem se manter. Nesse contexto, empresas terceirizadas se aproveitavam dessa mão de obra mais barata e, algumas vezes, não cumpriam com o combinado:

*[...] durante o verão eles procuram empresas para dar pessoas nas áreas. Essas empresas tem seu contato caso precise, aí eles chamam. De boca eles falam que vai ficar um mês ou vai ficar até precisar. Aí você vai receber tal dinheiro. Até eu tinha*



*um problema com uma mulher. Mas eu recebi o dinheiro depois de uns dois anos. Porque eu fiquei no pé dela, eu falei que vou na Justiça. Mas eles podem não pagar. Porque eu já sei de africanos que sofreram. Tem haitianos também. Mas eu falei: o meu eu vou receber. Mas eu sei de pessoas que teve esses problemas. (Liline)*

Tomando como referência o relato da Liline, de acordo Passos e Nogueira (2018), a terceirização é mais uma estratégia neoliberal de precarização da classe trabalhadora. As flexibilizações das relações de trabalho, inerentes a esse processo, trazem a reboque outros efeitos nefastos, especialmente para as trabalhadoras negras, dada a divisão sexual e racial do trabalho. No Brasil, a disseminação desse fenômeno tem seu nascedouro nos anos de 1990, período em que o Estado se lança nos braços do neoliberalismo. Os países centrais já estavam ao menos duas décadas à frente nesse processo de “metamorfose do trabalho” (ANTUNES, 1999).

Para Passos e Nogueira (2018), as últimas mudanças na legislação brasileira nesse campo só aprofundaram ainda mais a tendência de transferência dos custos e responsabilidades com a mão de obra para empresas terceirizadas e até mesmo para as próprias trabalhadoras e trabalhadores autônomos. Se pautando no Relatório Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça de 2017, do IPEA, as autoras acrescentam ainda que as mulheres trabalhadoras negras ocupam os piores lugares nos indicadores sociais analisados. E, no ramo da limpeza, registram que este é um espaço majoritariamente ocupado pelas mulheres negras, área esta em franca apropriação pelas empresas terceirizadas de prestação de serviços. Elas assinalam ainda que “a subalternidade do trabalho das mulheres negras na sociedade brasileira está vinculada a construção da nossa formação social”. Os índices sociais são a representação concreta de que as bases da sociedade brasileira “estão assentadas no racismo, no patriarcado e no colonialismo”. Sendo a terceirização “apenas uma das expressões do aprofundamento das desigualdades brasileiras no cenário contemporâneo”, especialmente para “as mulheres, os negros, os homossexuais (homens e mulheres) e os imigrantes” (PASSOS; NOGUEIRA, 2018, p.490).

Os resultados qualitativos deste estudo revelam que é grande o leque de violações de direitos no ambiente laboral indicadas pelas participantes. Além das expostas acima, encontramos situações de cargas horárias extremas, com folgas irregulares, descontos salariais injustificáveis, não pagamento de horas-extras, demissão após atestados médicos, dentre outras, como podemos ver nos depoimentos abaixo:

*A gente trabalha muito e ganha pouco [no Salão de Taguatinga]. [...] Tem dia que eu trabalhava até onze horas [da noite]. Você não ganha nada. Ela te dá só dinheiro para pagar ônibus, comida nada. Quando eu cheguei, é mil reais, sem carteira assinada, não ganhava por trabalho que fazia. Você pode trabalhar de nove horas [da manhã] às onze horas [da noite] e nada. Só mil. Ela falava: “se tem um cliente que vem, você não pode deixar a pessoa sem terminar”. [...] Só descansava se não tinha cliente [...]. (Lia)*

*[...] Ele faz um montão de desconto. [...] É só pra diminuir. Quase cada mês eu sair com oitocentos reais. (Maria)*

*[...] eu tava com alergia da gasolina [trabalhava como frentista em Manaus]. Eu desmaiei. O cheiro! Eu levar atestado na experiência. Ele não achou bom e me mandar embora. Agora eu aprendeu! Porque no supermercado [onde trabalha em Brasília], se você está na experiência, se você colocar atestado eles mandam embora. (Nahomie)*

*[...] Você tem que trabalhar dobrado todo dia e você não pode reclamar de nada. [...] domingo eu trabalhei de 8 às 8; depois trabalhar a semana todinha. Só amanhã eu vou folgar. Eu só folgo um domingo no mês. [...] Agora tem que trabalhar três domingo dobrado [...] de 8 às 20h, tem vezes de 10 às 22h. [...] Se a gente encher a boca de água [não reclamar] a gente sai de 11 horas [da noite]. [...] Você não pode falar não. Vai mandar embora. [...] Eles não querem saber nada do povo. Tipo, não tem consciência. (Nahomie)*

Algumas, contudo, relataram não perceber problemas de violação de direitos em alguns lugares onde trabalharam/trabalham e afirmaram ser tratadas com respeito e dignidade no ambiente laboral, inclusive, recebendo qualificação, incentivo e apoio por parte de alguns empregadores e chefes/gerentes, como podemos notar nos relatos da Maria e da Misoula:

*[...] meu chefe de confeitaria ficar meu amigo. [...] Meu português tá muito, muito ruim. Tá pouco também. Esse meu chefe me ajuda, [...] “Vou passar cardápio [de bolo] e você vai fazer. Você vai pegar um mês pra aprender. Pra fazer estágio. Se você pode, você vai ficar”. Sem carteira assinada. [...] E esse chefe de confeitaria, ele é branco. Só que ele gosta de negra. [...] E pra mim era a primeira vez. Só que eu aprender rápido também. Ele ficar feliz pra me ensinar, porque eu não dá muito trabalho. (Maria)*

*Esse trabalho que eu tenho, eu senti bem uma beleza. Porque ele me trata muito bem. Ele [...] me colocar num lugar melhor. Ele me ajuda. Ele não tem essas coisas não, pra falar: “Você vai fazer limpeza!”. Ele falou pra mim: “Pessoa que falar muito línguas é muito inteligente”. Quando eu chegar lá, eu não falar muito bem. Ele falou: “Eu vou colocar você pra atender. Pra você entende e você falar mais”. Ele dá oportunidade pra mim. [...] Porque ele é boa pessoa, tem coração. Se você chorar, ele chora com você. Ele te ajuda. Ele não tem preconceito com quem é brasileira, com quem não é. Ele trata normal, com respeito [...]. (Misoula)*

Contudo, pelas falas acima, podemos perceber que elas estão avaliando um indivíduo específico, uma pessoa em cargo de chefia que “tem coração”, que “não tem preconceito”, que “gosta de negra”. Nesse momento, elas não estão analisando seus processos de trabalho, as relações contratuais, as explorações sofridas nesses ambientes. O fato de terem sido bem

tratadas por esses chefes em particular, o que não é comum no contexto laboral para imigrantes negras no DF, faz muita diferença para elas, a ponto de ser digno de nota. Mas, quando aprofundamos um pouco mais suas experiências, aparecem os antagonismos e explorações de classe nesses mesmos ambientes em que elas julgavam ser bem tratadas. Vejamos nos relatos das mesmas participantes acima e nos mesmos ambientes de trabalho:

*[...] eles me passar um contracheque com desconto de 109 reais, no adiantamento. Eu pergunta a outro brasileiro: “O que é adiantamento?”. Ele falou: “É quando você pedir dinheiro no mês”. Eu nunca pedi. Eu falei: “Dono, o que é adiantamento?”. Ele falar: “Adiantamento é quando você tem algum desconto”. Eu falei: “Não! Já perguntar a várias pessoas, eles não me falar isso. Eles falar que desconto de adiantamento é quando você pegar dinheiro no meio do mês. Eu nunca pedi. Porque me dá um desconto de adiantamento?”. Ele falou: “Tá bom. Vou olhar no caderno. Vai resolver”. E depois, [...] ele falar: “Tem um bolo de mandioca que não tá saindo bom”. Eu falei: “Isso é outra coisa. Porque antes de eu chegar aqui você me fala: Se um bolo não tá saindo bom, você vai me passar esse bolo e você vai me fazer desconto. Você nunca me avisa. Nunca me mandar foto. Eu nunca olhou esse bolo. Por que não me avisa?”. Ele falou: “Tá. Eu esqueci”. Eu falei: “Sabe porque você esquece, porque eu sou estrangeira. Você já sabe que qualquer jeito você vai tirar seu dinheiro. É por isso não é importante me avisar. Você sabe que isso você falta respeito pra mim. Se eu tenho respeito pra você, tem que procurar respeito pra mim também”. [...] Tem uma encomenda que me passar no mês, é um bolo de cenoura. Só que ele me passa num tempo muito pouco. Quando eu tirar bolo do forno tem que deixar ele frio pra tirar ele. Porque se você tirar [desenformar] ele quente, vai quebrar. Ele me diz: “Faz ele logo”. [...] Quando eu vou tentar cortar ele, um lado dele fica um pouco feia. Não tem como, porque ele tá quente. Cliente não quer levar ele. [...] Eles vende ele na loja e bota ele na minha conta. [...] Eu falei: “Eu vou pagar ele não”. Ele falou: “Tá bom. Eu vou trabalhar com você mais não”. Eu começou a brigar com eles. Eles me pediu aviso. Antes dessa briga, eu já comecei a procurar uma coisa pra sobreviver. Porque, por la verdade, eu não posso sobreviver com oitocentos reais. (Maria)*

*[Todos te tratam bem nesse trabalho?] Tem alguns que tratam. Tem alguns que não. Tipo, nós duas trabalha junta, tem uma gerente. Eu posso sentar, você senta. Você tá mexendo no celular e eu também. Ela diz: “você não pode”. E com a outra não fala nada. Eu não posso, você pode. Eles tava assim comigo. [...] Também [...] tem gente [cliente] que chega, eu tô aqui, não pede as coisas pra mim. Fala: “Fulano, Fulano, vem me atender!”. Eu não tô nem aí pra eles também [risos]. (Misoula)*

O relato de pesquisa de Mamed (2017, p.167), sobre a imigração haitiana para a região Sul do Brasil, a partir da experiência feminina, revela qualitativamente a realidade dessas mulheres imigrantes negras, cuja trajetória laboral é atravessada por três elementos discriminatórios: “gênero, raça e origem”. Segundo a autora:

O universo produtivo dos frigoríficos é um contexto exemplar de precarização das condições de trabalho das mulheres. Ainda que representem a maior parcela dos trabalhadores e estejam submetidas a postos e jornadas exaustivos e a salários inferiores, isso não é suficiente para a adoção de ações estruturais mínimas nas plantas, como um igual número de banheiros, e para cumprimento de normas básicas

de segurança e saúde, menos ainda daquelas que interessam mais diretamente as mulheres, como licença-maternidade e auxílio creche. A esse respeito, há constantes relatos de descumprimento de direitos, como também a manifestação de formas diversificadas de assédio moral sofrido por homens e mulheres, mais intensamente por mulheres (CNTA Afins, 2016; FERREIRA, 2015), e em especial por mulheres imigrantes negras [...]. (MAMED, 2017, p.160-161)

De modo geral, as pesquisas sobre a imigração haitiana no Brasil indicam a desigualdade no acesso, no tratamento e nas condições de trabalho para as mulheres imigrantes, principalmente para aquelas que são mães. Os trabalhos não são flexíveis quanto aos horários, e as políticas públicas para a primeira infância são restritas, e faltam vagas em creches públicas (RIBEIRO, 2015). Os relatos da Maria e da Misoula, vistos acima, são representativos de diversas outras situações de discriminação no ambiente laboral envolvendo as participantes desta pesquisa. A maioria dos relatos revela que as haitianas no Distrito Federal enfrentam situações de preconceito e discriminação quase que exclusivamente no local de trabalho, conforme abordarei a seguir.

## 6.2. DISCRIMINAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM PROBLEMA BASEADO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, NACIONALIDADE E CLASSE

### 6.2.1. Gênero e classe na sociedade capitalista de produção

Na teoria marxiana, o problema da mulher faz parte do problema estrutural da sociedade de classes, não é algo isolado, como analisa Saffioti (1976) na sua obra *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Contudo, segundo a autora, nem Marx nem Engels aprofundaram a análise sobre as funções da mulher na família e na sociedade. Hirata e Kergoat (1994) problematizarão a questão da mulher na sociedade de classes a partir da ótica de que a classe trabalhadora possui dois sexos. Contudo, o sexo social feminino ficou subsumido na generalidade da categoria “classe trabalhadora”, que sempre foi pautada pelo perfil masculino, como se fosse um todo homogêneo.

Segundo as autoras (HIRATA; KERGOAT, 1994, p.93, 94, 96), “o conceito de classes sociais, ou melhor, a utilização que dele foi e é feita, não permite captar o lugar da mulher na produção e na reprodução sociais”. Esta é uma crítica do movimento feminista, para o qual o conceito de exploração, tão caro à teoria marxista e que sustenta a ideia de relações antagônicas entre as classes, não dá conta de revelar as particularidades das opressões existentes nas relações entre os sexos homem/mulher. As mulheres vivenciam essas opressões

tanto na esfera da produção (fábrica, e na contemporaneidade, nos mercados de trabalho voltados para os serviços) quanto na esfera da reprodução (casa).

Saffioti (1976, p. 187-189) observa que “o amadurecimento da ideia de admissão da mulher como um ser socialmente igual ao homem se faria, entretanto, muito lentamente”. E, apesar da relevância do movimento feminista pequeno-burguês nas sociedades competitivas, não somente não se produziu uma participação direta e efetiva da mulher no modo de produção capitalista, como ainda contribuiu para refinar mecanismos de exploração das mulheres nesta sociedade de classes. A autora destaca que tais mecanismos se constituirão em barreiras à integração feminina, que irá variar de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da classe social a qual pertence.

Trazer esse eixo de diferenciação para a análise interseccional das condições de vida e de trabalho das haitianas no DF é fundamental porque a classe define o lugar social e econômico da mulher imigrante proveniente do Sul global no país de imigração, onde participa da produção das riquezas deste país. Bem como, no campo das políticas sociais, define o seu acesso aos programas socioassistenciais, cujo alcance tem como principal condicionalidade a renda do seu público-alvo. O conceito de classe, embora genérico, como denunciado por Hirata e Kergoat (1994), é basilar na sociologia do trabalho, tendo sido o ponto de partida dos estudos de Marx e Engels sobre o desenvolvimento das sociedades modernas e suas estruturas econômicas na era do Capital (BOTTOMORE, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d).

As participantes deste estudo se reconheceram enquanto classe média. Mas o que esta categoria significa? Na tradição marxista, a classe média foi utilizada de várias formas. Engels a utilizou no sentido de “aquela parte das classes proprietárias que se distinguiu da aristocracia” inglesa ou francesa. Em Marx, ganha o sentido de “‘pequena burguesia’ para designar a classe ou camada social que está entre a burguesia e a classe operária”, que tenderia a aumentar “como aspecto importante do desenvolvimento do capitalismo”. Essa camada social era para ambos um elemento conservador na sociedade, sendo considerada “a principal base social dos movimentos fascistas” das décadas de 1920 e 1930. Contudo, é uma categoria difícil de conceituar, dado o seu perfil heterogêneo, sobretudo na fase mais avançada do capitalismo, abarcando múltiplas formas e tipos de ocupação, o que dificulta uma classificação satisfatória (BOTTOMORE, 2001c, p.65-66).

Quando a classe média pode ser considerada “alta” ou “baixa”? O que a torna distinta ora da classe proletária, ora da classe burguesa dominante? Seria esta uma “classe de

serviços” que a coloca numa posição de trabalho intelectual, em contraposição a classe proletária, que desempenharia o trabalho manual? Estaria a classe média se proletarizando em função do processo de mecanização do trabalho de escritório? Enfim, muitas são as questões relacionadas às classes médias ainda em aberto para esta corrente de pensamento sociológico (BOTTOMORE, 2001c, p.65-66).

Contudo, os autores clássicos não se preocuparam em formular um conceito sistematizado dessa categoria, talvez por não ter sido necessário no seu tempo histórico. Mas, de modo geral, podemos concluir de suas teses que classe é um produto da sociedade moderna burguesa, que produziu uma sociedade cada vez mais polarizada em duas principais classes antagônicas: a burguesia (uma minoria que forma a classe dominante) e o proletariado (a grande massa de trabalhadores assalariados que formam a classe operária). A primeira é a proprietária dos meios de produção e, a segunda, dona apenas de sua força de trabalho, a qual vende para a primeira em troca de um salário. As relações capitalistas entre esses dois atores coletivos são baseadas na exploração, cujo resultado é a produção da mais-valia pela classe trabalhadora, por meio do trabalho produtivo, que é apropriada pela classe burguesa (BOTTOMORE, 2001a).

As classes sociais são, portanto, atores históricos e não meramente ocupantes de lugares na perspectiva do materialismo histórico-dialético. E a tomada de consciência da classe trabalhadora de *classe em si* a *classe para si* não ocorre de forma automática, mas é resultado de um processo social e histórico das lutas de classe (PRZEWORSKI, 1977). Entretanto, no processo de desenvolvimento do capitalismo, foi emergindo e crescendo uma classe intermediária, de trabalhadores não-manuais – a classe média –, trazendo dificuldades de se estabelecer contornos claros entre essas três grandes classes (BOTTOMORE, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d).

Refletir sobre a classe média neste estudo se torna relevante em razão da autoidentificação simbólica das participantes desta pesquisa com essa fração de classe. Ademais, se faz necessário entender o significado de pertencer a classe média haitiana e a classe média brasileira, ou “nova classe média” como vem chamando alguns estudiosos desse tema (SOUZA; LAMOUNIER, 2010; NERI, 2013). O que nos remete ainda à necessidade de compreender o que significa pertencer à categoria social “pobre” em ambos os países. Olhar para a vida concreta dessas mulheres no país de imigração revela que, material e culturalmente, elas não se configurariam enquanto classe média no Brasil. Por outro lado, já discutimos que não são as mulheres pobres haitianas que migram, mas as da classe média. O que demonstra que essas mulheres vivem duas realidades de classe simultaneamente distintas:

uma que tinham e acham que ainda têm, construída social e simbolicamente no Haiti; e outra que vivenciam no Brasil, mas que devido ao imaginário social e cultural haitiano, elas se negam a assumir ou aceitar, com poucas exceções, como veremos em suas narrativas.

Para entendermos as percepções de pertencimento de classe das haitianas participantes deste estudo foi, portanto, necessário olhar para a realidade da divisão de classes do Haiti – um país marcado pela desigualdade, cujas raízes históricas estão na sua fase colonial e neocolonial e que, não sem propósito, foi retratada no primeiro capítulo desta tese. Segundo o pesquisador haitiano Desrosiers (2020), desse processo sociohistórico surgem três principais classes após a sua independência da metrópole francesa: o grupo dos antigos livres (da escravidão, formado pelos mulatos, que detinham o poder econômico); outro grupo que se tornou dominante, formado pelos novos livres (constituído pelos oficiais militares da libertação nacional, que ganhou força política); e a grande massa de camponeses, representada por 95% da população, desprovida dos meios de produção, especialmente a terra, dispendo apenas de sua força de trabalho como único recurso de sobrevivência nas *plantations*. A apropriação das terras, tomadas pelo Estado da elite branca, pós-revolução, não foi seguida de uma reforma agrária<sup>231</sup> que possibilitasse a sua redistribuição para a população camponesa, aprofundando assim as desigualdades sociais no país.

A partir dessa herança histórica se edificou a estrutura social haitiana atual, formada por uma pequena elite de grandes famílias latifundiárias, que concentra a maior parte da renda do país e controla importantes setores econômicos da sociedade; a outra parte é formada por uma imensa parcela de miseráveis, que vive no limiar da sobrevivência, com menos de dois dólares por dia; e entre esses dois grupos se espreme uma pequena classe média. O pesquisador haitiano atribui essa desigualdade social no Haiti a três fatores: sua relação subalterna com outros países, em razão de estar na periferia do capitalismo como o país mais pobre do mundo; a concentração fundiária; e a corrupção (DESROSIERS, 2020, p.144).

De acordo com a economista haitiana Saint-Louis (2020, s/p), a classe média do Haiti, embora imprecisa e heterogênea, é um conceito comum nesta sociedade – é “[...] une étiquette sociale” (“um rótulo social”). Na pirâmide social do país, essa classe é numericamente quase invisível, representando cerca de 8% da sua população. E apenas uma ínfima minoria dela consegue realmente sustentar um padrão de consumo considerado alto. A maioria fica no limite das necessidades básicas, diante da realidade socioeconômica do país, precisando de

---

<sup>231</sup> Segundo Desrosiers (2020), o líder da revolução haitiana, Dessalines, intentava realizar a redistribuição das terras confiscadas para a população camponesa. Contudo, grupos com interesses contrários promoveram uma emboscada contra ele, tirando-lhe a vida e frustrando o projeto de reforma agrária pretendido.

mais de um trabalhador na família para este fim. Há, na verdade, muitos pobres dentro da classe média haitiana, segundo a autora. Essas características não são apenas no Haiti, “a classe média raramente representa mais que uma minoria da população nos países em desenvolvimento e, muitas vezes, é composta por várias subdivisões” (MACLENNAN, 2013, p.4).

Segundo Saint-Louis (2020, s/p), é possível ver a face da classe média haitiana nos setores artísticos, como na música, no teatro, na pintura etc.; também nos setores da administração pública, em políticos e funcionários públicos; nos setores econômicos, em profissionais liberais, comerciantes, empregados de grandes ou médias empresas ou de instituições privadas, filantrópicas e internacionais; dentre outros. A classe média haitiana pode ainda ser vista por meio das cerimônias religiosas afrocrístãs e no vodu que, quanto maiores e mais caros os rituais, melhor se percebe os seus três níveis, que comumente identificam esse grupo no Haiti: a classe média alta, a classe média intermediária e a classe média baixa. Segundo a autora, seus integrantes, em especial as mulheres, buscam manter uma aparência estética de classe que não fica a desejar aos países mais desenvolvidos (SAINT-LOUIS, 2020).

As nuances que melhor representaram o grupo de haitianas participantes deste estudo formam um misto das características da classe média intermediária e principalmente baixa, apresentadas Saint-Louis (2020), com famílias especialmente dependentes de pequenos e médios comércios e do dinheiro da diáspora, e alguns poucos do funcionalismo público. Nas palavras abaixo, consegui visualizar muitas das minhas interlocutoras:

Au cœur des questions, du flou et du chaos se trouve la classe moyenne haïtienne, dans sa puissance culturelle, sa solidarité familiale, sa profonde croyance dans l'éducation, son très fort attachement au succès, sa lutte des classes en dehors et à l'intérieur de la classe moyenne [...] (SAINT-LOUIS, 2020, s/p)<sup>232</sup>

No Brasil, a classe média é um conceito em discussão. Segundo dados apresentados em uma coletânea de artigos publicada pelo Grupo de pobreza, do Escritório de Políticas para o Desenvolvimento do PNUD, “entre 2003 e 2011, 40 milhões de pessoas (o equivalente à população da Argentina) adentraram a classe média no Brasil” (p.18). O que tem sido interpretado como uma evidência de que existe no país uma “nova classe média”. O

---

<sup>232</sup> Tradução livre: “No cerne das questões, da imprecisão e do caos está a classe média haitiana, em seu poder cultural, sua solidariedade familiar, sua profunda crença na educação, seu apego muito forte ao sucesso, sua luta de classes fora e dentro da classe média [...]” (SAINT-LOUIS, 2020, s/p)



economista Marcelo Neri é um dos que defendem esta categoria. Segundo ele, a “nova” classe média representa o grupo econômico localizado na categoria C, definida por institutos de pesquisa, a exemplo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), que acompanha a evolução econômica de brasileiros e brasileiras classificadas em classes pelas letras A, B, C, D e E. Nos dois extremos, as classes A e B representam a população com maior poder aquisitivo, ou seja, os ricos; e as classes D e E representam a população mais pobre. Para Neri, “a ‘nova classe média’ evoca sentimentos positivos acerca de pessoas que alcançaram e continuam alcançando avanços socioeconômicos e que também conquistaram um novo padrão de vida” (p.17), sobretudo por meio de uma maior formalização das relações de trabalho desse período. Para ele, “o que de fato caracteriza a nova classe média brasileira é sua capacidade produtiva.” (NERI, 2013, p.17,18).

Esse conceito de classe é bastante utilizado pelos economistas, que fundamentam suas análises principalmente pelo critério da renda (ou consumo), com base em valores que podem ser absolutos ou relativos, o que tem sido criticado pela sua limitação para explicar uma categoria tão complexa como classe social (SOLIMANO, 2013). Uma nova forma de se pensar a classe média, dentro da linha econômica, é a noção de “segurança econômica”, proposta por Lopez-Calva e Ortiz-Juarez, e que tem sido bastante utilizada em estudos comparativos na América Latina e Caribe, inclusive por pesquisadores ligados ao Banco Mundial (LOPES-CALVA, 2013, p.14). Segundo Lopes-Calva,

De acordo com esta abordagem, um indivíduo se torna de classe média quando não mais está vulnerável à pobreza. Segurança econômica é, portanto, a principal funcionalidade por trás do fato de ser de classe média. Como resultado da classificação de grupos de renda de acordo com esta noção, não ser pobre não classifica pessoas imediatamente na classe média. Existe um grupo, que na verdade representa a maioria na América Latina, que não é pobre, mas que ainda não é de classe média: os vulneráveis. (LOPES-CALVA, 2013, p.14)

Essa abordagem sugere que a classe média latino-americana precisa de uma renda *per capita* de 10 a 50 dólares por dia<sup>233</sup>, para não perder esse *status* frente às crises econômicas e outros imprevistos. Isto é, para “estar protegido da volta à pobreza”. Essa referência lança uma maior expectativa sobre as políticas sociais, segundo o autor, pois uma grande massa de pessoas que não é mais miserável, mas também não pertence à classe média, e para quem essas políticas não estão direcionadas, precisará de uma retaguarda pública contra os riscos de rebaixamento social e econômico, ao qual está ainda vulnerável, e que ofereçam reforços para

---

<sup>233</sup> Com base no ano de 2005, em termos de paridade de poder de compra (LOPES-CALVA, 2013, p.15).

que essas pessoas também possam ascender à desejada classe média (LOPES-CALVA, 2013, p.15). Outra forma de medição, mais utilizada pelos sociólogos, agrega à análise critérios como “padrões de ocupação, posse de bens, valores, atitudes em relação ao risco e aspirações a uma mobilidade social ascendente. Neste quadro, a classe média é definida nos termos de sua inserção na estrutura produtiva da economia e de suas atitudes” (SOLIMANO, 2013, p.13).

Filiada à concepção marxista de classe, Chauí (2013) afirma que “uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes” (p.22). Com base nessa compreensão, ela critica as conclusões que são tiradas do aumento da população brasileira na faixa que se convencionou chamar classe média e, em especial, na suposta “nova classe média”. Para a autora, o que se pode concluir dos dados apresentados mais acima é que, no Brasil, o que aconteceu entre os anos de 2003 a 2011 foi a ampliação do acesso a direitos sociais e ao consumo de massa por parte da “nova classe trabalhadora brasileira”, como ela prefere chamar essa “nova classe média” (p.22). E, o que ainda não se sabe é como essa nova classe trabalhadora vai se comportar diante do seu maior nível de consumo na sociedade capitalista.

Jessé Souza (2013) também é um dos estudiosos que critica com veemência essa noção de classe social com base na renda e no poder de consumo, e a chamada “nova classe média”. A partir de uma abordagem analítica bourdieusiana<sup>234</sup>, ele vai afirmar que o “capital econômico” é insuficiente para “descrever e compreender a realidade social em sua inteireza” (p. 24). E que a formação da classe média não prescinde do “capital cultural”, precisando da “(in)corporação” deste para ascender socialmente. O que não se trata apenas de ter um melhor currículo e formação educacional, mas principalmente um capital cultural herdado da família. Pois o *habitus* de classe é construído socialmente desde a infância e produz um jeito de ser e de pensar próprio da sua classe. Os estudos do autor indicam que essa massa de novos integrantes da chamada nova classe média é, na verdade, uma “nova classe trabalhadora precária”, que ele chama de “batalhadores”. Essa classe não é a classe média propriamente dita, caracterizada pelo privilégio do acesso ao capital cultura; mas também não é a classe de

---

<sup>234</sup> Bourdieu construiu suas noções de classe com base em Max Weber, para quem a posição social de um indivíduo dependia do seu *status* (honra e privilégios), riqueza (bens e renda) e poder (influência social). Segundo Ribeiro (2007, p.95), nessa abordagem teórica, “além de determinarem desigualdades de níveis de renda, chances educacionais e acesso a serviços e bens, as classes sociais em que as pessoas crescem influenciam enormemente suas chances de mobilidade social. Segundo Max Weber (1978), uma das principais chances de vida determinadas pelas classes sociais são as oportunidades de mobilidade social”.

“excluídos e abandonados sociais”, em razão de sua “ética articulada do trabalho duro”. Ou seja, é uma classe abaixo da média e acima da miserável (p.25).

Apresentado esse debate teórico em torno da categoria classe social e, mais especificamente, classe média, posição na qual se consideram as haitianas deste estudo, passo a analisar as narrativas dessas mulheres sobre seu pertencimento de classe. Uma das questões de pesquisa foi sobre a percepção que as participantes tinham sobre a classe social a qual pertencem. A maioria pediu para eu explicar melhor a questão. De imediato elas não entendiam o que eu estava querendo dizer com classe social. Mesmo quando perguntado em crioulo. Uma alternativa para iluminar a questão foi perguntar diretamente se elas se consideravam pobres. Apenas quatro das participantes entrevistadas se reconheceram enquanto pertencentes à classe pobre. Estas responderam com base em sua condição atual no Brasil, mesmo sem que eu colocasse qualquer parâmetro. Duas delas estavam desempregadas e uma vivia numa quitinete de um vão na região mais pobre dentre as áreas pesquisadas, na Cidade Estrutural. De modo geral, elas associaram a sua pobreza com a falta de trabalho e a baixa renda, o que de fato as colocaria nas classes D ou E, na perspectiva da renda dessas mulheres, cuja maioria não ultrapassa o salário-mínimo.

Como podemos notar na fala da Vitória: *“Eu? Agora? Eu acho é pobre, porque não ganha bem, não fazer nada. Mas ninguém não quer [ser pobre]”*. Bem como a Joana e a Jozeline: *“Eu sou pobre. Porque eu não tem dinheiro. Eu não tenho trabalho.”* (Joana) / *“Eu tô na baixa. Porque lá no meu serviço dinheiro tá muito pouco.”* (Jozeline). A Nahomie comparou<sup>235</sup> sua condição atual à vida que tinha no Haiti e, segundo ela *“aqui desceu”*:

*Eu? Pobre, pobre, pobre. Porque eu não tem nada. Não tem nada. Pobre mesmo. Aonde que eu sou rica? [risos]. Pobre, pobre, pobre. No Haiti é um pouco melhor, porque minha mãe tem casa; a gente aluga casa a outra pessoa; meu quarto é todo bonitinho. Já teve empregada doméstica quando eu tava estudando. Lá eu era mais ou menos. Aqui desceu. Pobre! Imagina, se as coisas que minha mãe tem lá no Haiti, se a gente tem aqui no Brasil, a gente tava bem. Não é rica, mas dá pra viver. Fazer o quê? A vida é assim mesmo. Aqui não é meu país. (Nahomie)*

---

<sup>235</sup> Conforme Paugam (2003, p.49), “[...] é sempre difícil comparar a pobreza entre sociedades que não atingiram o mesmo nível de desenvolvimento econômico, e, às vezes, no interior de um mesmo país, de compará-la entre regiões cujas condições geográficas são desiguais”. Aqui neste trabalho, não visio estabelecer critérios de avaliação quantitativa para analisar a questão da pobreza comparativamente entre Haiti e Brasil, que são unidades de análise bastante distintas. Busquei analisar esta questão de forma qualitativa, a partir das percepções que as haitianas imigrantes no Brasil têm de sua própria posição social nas duas sociedades.

A fala da Nahomie reflete a mobilidade descendente que essas mulheres, consideradas de classe média em seu país, vivenciam no país de imigração (“*Aqui não é meu país*” – Nahomie), onde sua participação no mundo do trabalho está, via de regra, associada aos nichos mais subalternizados, sócio e economicamente falando, cujos salários não lhes permitem ter uma vida equivalente a que tinham no seu país, nem ajudar aos parentes que ficaram lá. É importante registrar que não foi fácil para essas mulheres se reconhecerem enquanto da classe “*baixa*”. Pois no imaginário social haitiano, pobre “*é uma pessoa que não consegue encontrar o que comer e não consegue atender suas necessidades mais básicas*” (Carline). Para Chelo, “*um pobre é uma pessoa que não tem condição pra viver. Que [pra] viver depende da outra pessoa. Que não tem nada pra comer, que procura comida na rua, que dorme na rua, que faz tudo na rua*”. Ou seja, pobre é alguém que “*quase tá só respirando, não tá vivendo*” (Ilene) – sua “*existência biológica [encontra-se] ameaçada*” (PAUGAM, 2003, p.49). Esta é a representação social da pobreza que essas mulheres trazem da realidade haitiana, conforme vimos mais atrás.

Na perspectiva da interlocutora Chelo, a rua no Haiti representa a única alternativa à sobrevivência, não apenas para as comerciantes retratadas em Joseph e Neiburg (2020a, 2020b), mas também para a população em condição de miserabilidade, que sequer consegue extrair algum lucro desse espaço, ficando à mercê da solidariedade das pessoas que transitam nele. Ser pobre, para essas mulheres é, portanto, alguém que está desprovido das condições mínimas para uma vida digna e autônoma. É aquele que está às margens da produção e do consumo de bens, produtos e riquezas de uma sociedade, e depende de outras pessoas para continuar existindo.

É assim que essas quatro mulheres se enxergam no Brasil. Elas se percebem em condição de dependência, ainda que nenhuma esteja morando na rua. Mas a necessidade de contar com o apoio de uma rede social que lhes dê suporte nas questões mais essenciais da vida, como alimentação, as faz se enxergar como pessoas que não conseguem suprir autonomamente, pela via do trabalho, “*suas necessidades mais básicas*” (Carline), se tornando pobres no Brasil. Ou seja, essas mulheres se perceberam pobres a partir de sua relação com a assistência (SIMMEL, 1971 *apud* PAUGAM, 2003, p.54-55). Outras, ainda que não tenham essa relação com a assistência, mesmo assalariadas não conseguem se inserir no padrão de consumo da nova classe trabalhadora brasileira e muito menos dos imigrantes que se encontram em países mais desenvolvidos.

No imaginário cultural dessas mulheres, a partir de uma perspectiva cristã, religião de 94% delas, é até pecado falar que é pobre. Principalmente porque muitas delas parecem estar mais sob a influência da teologia da prosperidade<sup>236</sup> que da libertação<sup>237</sup>. Prova disso são algumas narrativas que supõem o desejo de se tornarem ricas na *sociedade de consumo* (BAUDRILLARD, 1995), a partir de uma *ética protestante do trabalho* (WEBER, 2013). Como podemos notar nas falas abaixo, em que o trabalho seria o meio para atingir esse fim, conforme a ética da classe de “batalhadores” em Souza (2013), que apesar de não pertencerem à classe média brasileira, têm absorvido valores dessa classe (CHAUI, 2013):

*A pessoa que trabalha, depois pode ficar rico também. [Você acha que vai ficar rica?] Sim, no nome de Jesus. Eu vou ter muito dinheiro pra ajudar o povo. (Misoula)*

*Eu não sou rica ainda [risos]. Mas eu vou ser. (Clara)*

*Só tô precisando trabalhar pra continuar a melhorar a vida. (Adeline)*

*[...] Às vezes, se eu sair na rua, eu vê uma pessoa que tem um carro de luxo eu matar de vontade. Oh, meu Deus! Tipo, um casa próprio, bem grande e arrumar tudo. Porque cada domingo eu morrer de saudade, se eu tenho uma casa grande meu amigo vai almoçar na minha casa. E tô com vontade de ter meu próprio empresa, no meu nome mesmo. E meu sonho aqui é eu ficar no televisão, pra fazer um entrevista, falar do meu experiência no Brasil, como eu começa pra chegar aqui. Tipo, quer fazer muito sucesso! Eu quero, no dia que eu deixar Brasil, vou deixar meu nome também! É meu sonho! É grande, tem que trabalhar demais! [risos]. E vou trabalhar mesmo! (Maria)*

Mas, quando elas conseguem pensar um pouco fora dessa ética protestante, que em alguns aspectos é funcional ao sistema capitalista de produção (WEBER, 2013), e focar sua perspectiva no real concreto das suas vidas nesta sociedade, a realidade da pobreza fica mais

<sup>236</sup> A teologia da prosperidade tem origem norte-americana, na década de 1930, e é muito comum nas denominações evangélicas neopentecostais, mas também fez adeptos em algumas igrejas tradicionais. Esta doutrina apregoa o ensino do sucesso na vida dos fiéis, como recompensa divina pela sua fidelidade a Deus, por meio de suas ofertas e declarações positivas de fé. A “prosperidade financeira era um direito do cristão”. Também “ensina que a marca do cristão verdadeiro consiste em ter muita fé, ser bem-sucedido, ter boa saúde física, emocional e espiritual, isto inclui a prosperidade financeira, mas, se o cristão é pobre ou está doente, são resultados de pecado ou falta de fé.” (MAURILIO; KUNZ, 2018, s/p).

<sup>237</sup> Originada na América Latina, na década de 1970, a Teologia da Libertação, que fundamentou a atuação das comunidades católicas eclesiais de base, sobretudo durante as ditaduras militares na região latino-americana, também apregoa a superação da pobreza, mas sob outro prisma, não “na direção da riqueza, mas da justiça [...] Esta é uma questão prática de ordem pedagógico-política”, e não apenas espiritual. Trata-se de uma libertação operada pelo próprio oprimido, uma “libertação histórico-social”. O ponto central “[...] é o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e os padecimentos sem conta que sofre. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. [...] a marca registrada [...] é [...] a opção pelos pobres contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade”. Boff aponta três perspectivas de superação da pobreza, uma primeira que criou o assistencialismo e paternalismo, não libertando o pobre da relação de dependência; a segunda, que coloca a superação da pobreza no ingresso do pobre nas relações capitalistas de produção, que por serem baseadas na exploração não o liberta das amarras da injustiça e da opressão; e a terceira, da superação da pobreza pela via libertária de mudança do sistema que gera tais desigualdades, ou seja, pela superação do capitalismo. Nesta terceira via se localiza a doutrina da libertação (BOFF, 2011, s/p).

flagrante aos seus olhos, e percebem que a lógica do capital dificilmente possibilitará a uma trabalhadora assalariada chegar ao topo da pirâmide social, como explicou a Liline:

*Pela Bíblia ninguém é pobre. Se a gente tá falando da Bíblia, é outra coisa, né. Porque a gente tem Deus, tem saúde. A gente nunca quer falar que é pobre por conta disso. Mas se a gente pegar a sociedade, a pobreza, eu acho que sou pobre. Como empresária, eu posso lutar e falar: “Em cinco anos eu vou sair da pobreza”. Mas pra quem tá trabalhando [como assalariada], tá longe ainda. (Liline)*

Algumas das participantes chegaram a me perguntar se tinha alguma outra classe além de pobre e rica, pois não se percebiam em nenhuma destas, como a Mia: “*Depois de pobre, qual? Rico? Não, rica não sou. Mas tem dois categoria, só rica ou pobre? Eu acho que média mesmo, no meio [risos]*”. E a Clara: “*Depois de pobre tem o quê? Eu não sou rica ainda [risos]*”. Das mulheres entrevistadas, 17 se consideraram da classe que fica “no meio”, ainda que estivessem em condição semelhante as quatro primeiras que se percebiam como pobres. Podemos notar essa percepção nas falas abaixo:

*No meio, entre os dois. (Anastasia)*

*Mais ou menos. Pobre não me considera. Nunca! No Haiti, eu considera pobre não pode comer, não consegue fazer nada. (Dashmy)*

*Entre os dois, porque consigo comer. (Carline)*

*Entre os dois. Não tô pobre, não tô rico também. Só tô precisando trabalhar pra continuar a melhorar a vida. (Adeline)*

*Não sou rica e não sou pobre. Estou no meio. Não sou pobre porque posso comer, posso pagar esse aluguel e não preciso morar na Estrutural [risos]. Tem uma amiga haitiana que mora lá. A vida do Estrutural é muito diferente da vida que tem aqui [no Guará]. (Fabíola)*

*Sou rico não. Sou pobre não. Sou rico não porque ainda tem alguns vontades que eu não posso nada. Eu já tem um jeito na minha cabeça que eu quer viver. Entendeu? Ainda não consegui. Sou pobre também não, porque quando eu olhar as pessoas na rua, graças a Deus tô na rua não. Se eu precisar de alguma coisa, tem meu pai pra pedir, tem minha família. Entendeu? Sou pobre não. Tô no meio, graças a Deus! (Maria)*

Liline foi a única que associou a classe média a outros fatores para além da renda, como a formação de um capital cultural, colocando a noção de que uma pessoa pode ser socialmente de uma classe e economicamente de outra:

*Média [risos]. Porque eu já perguntei sobre a questão de classe a um amigo meu que tá fazendo doutorado na UnB. Ele falou que a questão de classe tem a ver com a formação também. Se você estuda, você tá na classe média. É isso? Também faz*

*parte. E a questão econômica, né? Bem, socialmente sim [classe média]. Economicamente, não. Sou pobre. Da rica tô muito longe [risos]. (Liline)*

Podemos ver em sua fala uma mobilidade relativa, que também apareceu em outros depoimentos. Algumas avaliavam que haviam avançado socialmente no Brasil, a partir de fatores como acesso às políticas públicas (principalmente educação e saúde) e a uma maior segurança, dentro dos limites já discutidos nesta tese. Mas, economicamente, não percebiam uma progressão. Ou seja, economicamente, no Haiti era melhor; enquanto, socialmente, no Brasil é melhor. Vejamos suas percepções:

*Socialmente sim. Economicamente eu não posso falar porque eu não trabalhei lá [no Haiti]. Eu acho que é um avanço, porque pros brasileiros que moram aqui, eles lutam muito pra fazer um curso numa universidade pública. A gente que saiu de um país pobre e achar esse lugar é uma vitória. E também a experiência foi boa. Minha vida melhorou. (Liline)*

*[No Brasil] Tá melhor um pouco. [...] No Haiti, minha classe social era maior. Lá era meu país. Só que aqui hospital é de graça, lá no meu país é muito dinheiro. Tudo paga. Pagava escola. É muito caro também a escola. (Jozeline)*

*Lá no Haiti não tinha trabalha. Porque não trabalha lá no Haiti pra fazer a diferença econômica. [...] acho que [no Brasil] ficou melhor um pouco. Eu acho aqui no Brasil é melhor [mesmo sem trabalho]. (Vitória)*

*Quando eu cheguei aqui, eu cheguei só com uma mala. A mala traz só roupa, não é? Então, agora eu consegui fazer um aluguel, eu comprei geladeira, eu trabalha, eu comprei cama, eu comprei televison, e eu mandei dinheiro pra minha família. (Misoula)*

*[...] aqui eu tô independente. Porque aqui eu trabalho e recebo meu dinheiro. Lá no Haiti era só minha mãe e meu pai que fazia tudo pra mim. Isso é muito importante pra mim, porque agora eu posso ajudar minha mãe. (Clara)*

Conforme podemos notar na percepção sobre classe social das participantes desta pesquisa, ser pobre é uma categoria que remete a uma condição de vida que beira à exclusão não apenas social, mas também espiritual – pobre é uma pessoa amaldiçoada, sendo até um pecado se considerar assim. A maioria delas se autorepresentou enquanto da classe que fica “no meio”, “entre os dois”, “mais ou menos”, enfim, da classe média. Mas quando elas se referem a essa categoria social, estão voltadas para a realidade que viviam no Haiti, na qual suas famílias tinham acesso à renda, sobretudo do comércio, como *madanm sara*, mas também por meio de remessas vindas do exterior; e a uma boa educação, inclusive em escolas e universidades de maior qualidade no seu país.

Contudo, no Brasil, elas não apenas não conseguiram manter esse padrão do Haiti (ainda que mínimo) como também caíram economicamente, só conseguindo uma inserção

laboral nos nichos menos prestigiados na esfera produtiva, especialmente em trabalhos na área de serviços, no comércio e no *care*, sendo a limpeza sua principal ocupação. O que representa uma mobilidade descendente, tanto econômica como socialmente, para as expectativas da diáspora haitiana. Assim, essas mulheres adquiriram uma *identidade negativa* (PAUGAM, 2003)<sup>238</sup>, como trabalhadoras do *care*, que preferem omitir das famílias no Haiti. Pois, essa nova identidade se contrapõe àquela adquirida pela emigração – a de mulher diáspora.

Quando elas consideram que no Brasil passaram a ter uma vida melhor, alcançando uma mobilidade social ascendente, significa que tiveram algum nível de acesso a bens e serviços dos quais não dispunham em seu país de origem, de forma mais ampla e gratuita, por omissão do Estado. Ou porque viviam em condição de dependência econômica de suas famílias no Haiti. E aqui conquistaram os dois acessos: tanto às políticas públicas, ainda que de forma limitada e insuficiente para atender as suas necessidades básicas; quanto ao trabalho, ainda que precário e estigmatizante, mas por meio do qual alcançaram um pequeno nível de autonomia econômica.

Contudo, a partir do debate teórico que vimos sobre classe média, tanto no Haiti como no Brasil, podemos concluir que estas mulheres pertenciam, em sua maioria, a uma classe média baixa no seu país de origem, dependendo da renda de seus pais e de suas redes sociais no exterior. E no Brasil, uma parte está localizada no que Souza (2013) chama de “nova classe trabalhadora precária”, que apesar de seu esforço por alcançar uma ascensão social pela via do trabalho, se encontra inserida precariamente na esfera produtiva e, sequer têm seu capital cultural reconhecido no país de imigração – o que poderia possibilitar algum tipo de mobilidade social. E outra parte, fora das relações formais de trabalho, está sobrevivendo no Brasil com o apoio de suas redes sociais, do trabalho informal ou, mais recentemente, por meio do Auxílio Emergencial, da política de assistência, o que revela sua localização numa condição de vulnerabilidade social, cuja renda não é suficiente para lhes assegurar estabilidade em tempos de crise.

---

<sup>238</sup> Ao trazer o sociólogo francês Serge Paugam (2003) para este debate, gostaria de deixar claro que tenho consciência de que a realidade de seu objeto de estudo é diferente do meu. Ele se debruçou sobre a classe média francesa que, em razão da crise do pleno emprego, se torna clientela da assistência social, gerando o que o autor vai chamar de “desqualificação social” no imaginário desses trabalhadores (muitos deles eram considerados “colarinhos-brancos”). A condição de assistidos vai trazer para eles uma identidade negativa. Guardadas as devidas distâncias entre essa classe média francesa e a classe média haitiana na qual as participantes deste estudo se autoidentificam, acho que o estudo de Paugam traz elementos interessantes para o meu estudo, daí o diálogo pontual com este pesquisador.



### 6.2.2. Gênero e raça na sociedade capitalista de produção

De acordo com Saffioti (2004), a emergência da sociedade de classes acarretou numa série de transformações no gênero, agravadas ainda pela questão do racismo, gerando um nó de determinações sociais. Racismo, gênero e classe social conformam esse nó. E essas dimensões de opressão contra as mulheres adquirem relevos distintos a depender das circunstâncias históricas e dos contextos específicos. Em Jaccoud (2008) e Osório (2008) podemos ver que a fundação dessas estruturas de desigualdade social no Brasil está assentada na sua fase colonial, e foi erguida no processo de construção de sua identidade enquanto Estado-nação e de sua reorganização econômico-social, passando de uma sociedade de castas a uma sociedade de classes, após a abolição da escravidão no país.

Nessa nova forma de sociabilidade, o racismo vai nascer então associado à escravatura e fundamentado sobre a ideologia de inferioridade biológica da raça negra, atribuindo cientificidade à discriminação racial. Sem oportunidades, a população liberta foi excluída do projeto de modernização e urbanização do país. “O projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca” (JACCOUD, 2008, p.49). Com isso, as ex-escravas foram duplamente discriminadas: por serem mulheres e por serem negras.

Nesse processo, a imigração foi o elemento fundamental para implementar, numa perspectiva higienista racial, o padrão eurocêntrico de branquitude e civilidade, na busca pelo “imigrante ideal” que, chegando ao país, era incentivado a se assimilar e formar família, miscigenando a população local (SEYFERTH, 2002, p.118-119; BENTO, 2002). Apesar dos negros e das negras já possuírem habilidades para o trabalho que seria ocupado por esses imigrantes, sua cor lhes desqualificava para assumirem a crescente produção agroexportadora desse período e o projeto de Brasil moderno – eles eram o passado (JACCOUD, 2008).

Jaccoud (2008) vai assinalar uma mudança progressiva no discurso sobre o racismo, a partir da década de 1930, cedendo lugar a uma valorização da miscigenação (com o ideal de descoloração da população, de modo a se distanciar cada vez mais dos fortes tons de pele que lembravam a África). O mito da democracia racial vai maquiagem o racismo no Brasil e criar a ideia do mulato como o típico brasileiro, de um povo que, embora heterogêneo, vivia harmonicamente integrado. Osório (2008) destaca que os estudos que defendiam essa pretensa democracia racial comparavam o Brasil aos Estados Unidos, constatando uma segregação racial mais violenta e excludente na realidade norte-americana, o que tornava o Brasil o melhor dos mundos para o povo negro.

Estudando a realidade das mulheres afrodescendentes nos EUA, no campo do feminismo negro, Angela Davis (1982) trará relevante contribuição para os estudos sobre a interseccionalidade. Ela vai abordar na sua obra “*Mulheres, raça e classe*” a invisibilidade das condições das mulheres negras nas histórias contadas sobre a escravatura nos Estados Unidos, que reforçavam o estigma da escrava como promíscua ou reprodutora, ofuscando o papel multidimensional das mulheres negras e a centralidade do trabalho (forçado) em suas vidas. O fim da escravatura para as mulheres negras naquele país apenas representou a passagem de um sistema cruel para outro igualmente opressor. Elas continuaram nos seus trabalhos no campo, na cozinha ou lavando roupa. As poucas ex-escravas que conseguiram se empregar nas indústrias obtiveram os piores salários e condições de trabalho. No Brasil não foi diferente – as negras libertas permaneceram ocupando os mesmos espaços laborais que lhes eram atribuídos enquanto escravas. E, muito lentamente, de forma desigual e subalterna, a população negra foi se inserindo no Brasil moderno, sem qualquer concessão de negociação sobre o seu lugar nas novas estruturas, permanecendo em um *status* inferior até mesmo que imigrantes menos qualificados (JACCOUD, 2008; OSÓRIO, 2008; COGO, 2018).

Na antropologia haitiana, a partir das obras de dois importantes pensadores do século XIX (Anténor Firmin [1885] e Hannibal Price [1898]), Déus (2020) nos mostra que o racismo científico europeu também pautou o lugar de negros e mestiços na sociedade colonial haitiana, sendo objeto de denúncia desses dois pensadores. Ao contrário do que aconteceu no Brasil, as teses que defendiam uma hierarquização natural entre as raças rechaçavam a mestiçagem, que era vista como “um fator de degeneração” (p.208). As pessoas mestiças, ainda que libertas e com poder econômico, eram desprovidas de influência social e política, como visto no capítulo 1. “Depois da transformação da antiga colônia São Domingo em Haiti independente, uma mudança foi feita no costume e na cultura de mulatos. Antes os mestiços eram considerados como vagabundos, mas no Haiti independente eles se tornam homens” (p.215).

Ainda segundo Déus (2020), o fato de ter se tornado a primeira República Negra do mundo, por meio de uma revolução operada por pessoas de cor, colocava em xeque as teses de inferioridade e incapacidade amplamente disseminadas pelo racismo científico. Além de suscitar medo nas metrópoles e inspiração nas colônias. Daí o grande investimento intelectual na desqualificação da raça negra ter continuado enquanto projeto da burguesia branca e europeia para legitimar a desigualdade, retomar o controle sobre a ilha e o lucrativo trabalho escravo, mesmo após a independência em 1804. Ao argumentar que “a raça é uma construção social” (p.220), os dois antropólogos haitianos do século XIX foram vozes dissonantes no

pensamento dominante de sua época e ecoaram como um discurso contra-hegemônico, a fim de “(re)construir uma imagem positiva das pessoas negras” (p.207) no Haiti. Déus vai concluir sua análise afirmando que “as obras desses autores sofrem o mesmo processo de silenciamento e de exclusão que sofreu o Haiti depois da sua independência, que faz com que tudo que é produzido nesse lugar não seja digno de reconhecimento” (p.223).

No Brasil, a herança escravagista e ideológica dominante da classe branca colonial patriarcal gerou sérias implicações para o povo negro e contribuiu para a formação ainda vigente da percepção do negro e da negra como uma ameaça, como pessoas preguiçosas, promíscuas, sujas, inferiores. Nas palavras de Quijano (2005),

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos [índios e negros] foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico [...]: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. (QUIJANO, 2005, p.127).

Desse processo de formação social brasileira se constituiu o racismo estrutural no país, que se manifesta por meio de preconceitos, discriminações, violências, opressões e, mais diretamente ligada às migrações, a xenofobia. De acordo com Martínez e Dutra (2018, p.99), a ideia de democracia racial tem sido colocada em xeque pelas migrações internacionais contemporâneas. Os sentimentos e ações contra imigrantes negros e negras revelam um racismo latente na sociedade que, na verdade, segundo as autoras, tem acompanhado a própria história das migrações no Brasil. Quando se trata de imigrantes de nacionalidade haitiana, que procedem de um país que foi o segundo das Américas a abolir a escravidão e a se tornar a primeira República negra do mundo, experiências de racismo têm sido inéditas em suas vidas aqui no Brasil, último país a pôr fim ao escravismo (DIEHL, 2017).

As experiências veladas e explícitas de racismo contra imigrantes no Brasil refletem a herança colonial escravagista e a ideologia do branqueamento racial presentes na formação social brasileira, confirmando o mito da democracia racial (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018; COGO, 2018). Um caso sintomático desse reflexo do racismo histórico-estrutural se deu em um abrigo em Brasiléia, no Acre, na ocasião do recrutamento de imigrantes haitianos para o trabalho (SILVA, 2015). Em um cenário típico de mercado negreiro, um empresário de Porto

Velho selecionava imigrantes negros a partir de critérios tradicionais de seleção de escravos, ou seja, pela ideia de que “quem tem canela fina [...] é bom de trabalho, canela grossa o pessoal é ruim de serviço”, fato que foi veiculado nas mídias sociais (A GAZETA NET, 2012)<sup>239</sup>.

Muitos desses imigrantes acabam caindo em situações de exploração laboral, como em um caso ocorrido em 2013, quando 121 haitianos foram resgatados da condição de trabalho análogo à escravidão (WROBLESKI, 2014). Pesquisando mulheres haitianas no Brasil e na França, Joseph e Joseph (2015, p.27) destacam que “o fato de serem negras e desenvolverem serviços domésticos podem remeter a algumas características do processo colonial. Nesse sentido, o racismo na atualidade pode retomar ou reproduzir algumas características da escravidão”.

Na pesquisa de Diehl (2017), visando compreender o processo de formação do estereótipo de imigrantes haitianos e haitianas, no município de Lajeado, no Rio Grande do Sul, ele identificou dois aspectos na interação social desse coletivo com a comunidade local: a *racialização* e a *estigmatização*. Pelo fato de serem imigrantes de cor, sentem o preconceito na pele por estarem numa cidade racializada, com histórico de colonização europeia, cuja população associa imigrantes de cor com o povo negro nativo, com o diferencial de ser considerado um povo trabalhador, enquanto a população negra local é vista como preguiçosa. E são estigmatizados como “uma praga e epidemia, [...] estão por toda parte” (p.45). O termo “haitiano” se tornou uma categoria identificatória para todos os coletivos de imigrantes negros que chegaram à cidade, independente da nacionalidade – todos são chamados de haitianos, mas numa perspectiva pejorativa, como indesejáveis por não estarem no seu “devido lugar” (p.161).

Ao analisar narrativas midiáticas no âmbito das relações raciais no Brasil, produzidas e difundidas por imigrantes haitianas e haitianos, entre 2015 e 2017, Cogo (2018, p.441) chega ao resultado de que essa população imigrante reconhece a existência de um racismo “não imaginado” no Brasil. O que lhes causa surpresa, dado o histórico comum das relações raciais dos dois países. Ao contrário do discurso oficial recorrente, de que a questão do negro e da negra no Brasil é um problema de classe e não de raça (o que também é discutido em Osório, 2008), a realidade cotidiana de imigrantes de cor no Brasil revela o oposto.

Diante desse cenário, imigrantes haitianos e haitianas têm utilizado as mídias sociais para disseminar um contradiscurso sobre as formas de representação negra e haitiana no

---

<sup>239</sup> Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=hsY9RZIkTWA>. Acesso em: 01 ago.2019.

Brasil, em grande parte formada pela mídia, que associa o Haiti e seu povo à imagem da pobreza e da penúria, quando não, à imagem de invasores. Esses e essas imigrantes visam, por meio de suas amostras artísticas, dar visibilidade às experiências de racismo e discriminações sofridas no território brasileiro e, ao mesmo tempo, recontar a história de seu país e de sua diáspora a partir de uma ótica positiva, se contrapondo aos estigmas que lhes são atribuídos no país (COGO, 2018).

Gadea (2013) vai estudar as experiências haitianas com o racismo em outro contexto – a diáspora haitiana em Miami. O autor busca entender como indivíduos negros vivenciam o ser “negro” enquanto “espaço de negritude”; como esses e essas imigrantes lidam com o cruzamento entre distintas filiações grupais: o autorreconhecimento em relação a sua cor (ser negra) e a sua origem (ser haitiana). Enquanto o ser negra está associado à questão da cor e às tensões pertinentes que desembocam numa frequente associação entre raça e racismo; o espaço de negritude seria a tomada de consciência do ser negra, a partir de uma “afrocentridade”, de identificação e orgulho em relação ao seu passado ancestral africano.

No caso da comunidade haitiana em Miami, o autor identificou uma “indiferença” pelo discurso da africanidade. Ao mesmo tempo em que percebeu que as experiências diaspóricas guardam um maior significado para essa comunidade, que se mostra mais identificada com a sua identidade nacional. Não que, situacionalmente, haitianos e haitianas em Miami não se vinculem a causas de apelo racial, como ocorre em conflitos urbanos de cunho inter-racial nos Estados Unidos. Mas, longe das clássicas práticas antirracistas, essas mobilizações são, para o autor, “mecanismos ‘mais individualizados’ de descontentamento, e isso tem relação estreita com as novas dinâmicas urbanas de sociabilidade” (GADEA, 2013, p.227). O que também não percebi nas haitianas residentes no DF. Elas não demonstraram uma identificação com o seu passado ancestral africano, mas ficou muito patente o reconhecimento das suas raízes nacionais haitianas. Contudo, as estratégias metodológicas deste estudo não me forneceram dados suficientes que me permitam ir além neste assunto.

Diante do exposto, vale reafirmar as palavras de Schwarcz, de que

é impossível jogar num tempo distante e inatingível todas as nossas mazelas atuais. Desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência. A despeito de vivenciarmos, desde 1988, e com a promulgação da Constituição Cidadã, o mais extenso período de vigência de um estado de direito e de uma democracia no Brasil republicano, não logramos diminuir nossa desigualdade, combater o racismo institucional e estrutural contra negros [negras] e indígenas, erradicar as práticas de violência de gênero. Nosso presente anda, mesmo, cheio de passado [...]. (SCHWARCZ, 2019, p.24).

Considerando que as discriminações sofridas pelas haitianas residentes no Distrito Federal se deram exclusivamente no ambiente de trabalho, Yannoulas (2002, p.17-18) traz contribuições relevantes para refletirmos sobre esse tema. Segundo ela, há três formas de discriminação existentes nos mercados de trabalho e que afetam duramente as mulheres, em especial as negras: “a direta ou manifesta, a indireta ou encoberta e a autodiscriminação”. A primeira forma de discriminação se revela abertamente em “regras e códigos instituídos para salvaguardar espaços de poder, ou seja, a exclusão explícita de um grupo social, em função de seu sexo/gênero, raça/etnia, religião, idade, nacionalidade, entre outros aspectos”, desfavorecendo àquelas que estão fora do grupo privilegiado. O segundo tipo de discriminação está no âmbito da informalidade, consistindo em comportamentos e práticas aparentemente neutras, mas carregadas de poder simbólico capaz de criar “desigualdades entre pessoas com condições idênticas por sua raça/etnia, sexo/gênero, idade, religião, nacionalidade, entre outros aspectos”. A terceira discriminação está no âmbito pessoal, onde ocorre “uma espécie de vigilância internalizada que assegura o comportamento de acordo com os parâmetros delimitados pela manifestação encoberta ou indireta”, levando essas pessoas a não se imaginarem merecedoras de ocuparem determinados espaços, *status*, posições. No âmbito do meu objeto de pesquisa, percebo mais evidente a segunda forma de discriminação, que passarei a discorrer adiante.

### **6.2.3. As discriminações sofridas pelas haitianas nos ambientes de trabalho no Distrito Federal**

Analiso a partir de agora a questão das discriminações sofridas pelas mulheres haitianas no Brasil, especialmente no Distrito Federal, com base nos dados empíricos. Um dos meus objetivos específicos de pesquisa era analisar as relações de produção (trabalho) e de reprodução social (família) das haitianas, a fim de identificar como elas percebem as assimétricas de gênero, raça, nacionalidade e classe, por meio de discriminações e/ou outras formas de opressão no Brasil, em comparação às suas experiências no Haiti e/ou outros países. Esse tema foi diluído nas questões de pesquisa tanto do questionário virtual quanto do roteiro de entrevista. As participantes tinham a possibilidade de marcar múltiplas respostas no instrumental objetivo.

Eu esperava uma maior evidência do racismo e da xenofobia nos resultados do questionário virtual, uma vez que essas categorias estavam disponíveis como opção de resposta, e alguns estudos (SILVA, 2015; SILVA; FERNANDES, 2017; DIEHL, 2017)

indicavam a existência dessa iniquidade social na vida dessa população imigrante no país. A primeira devolutiva de dados foi através dos questionários que elas me remeteram pela plataforma do *Google Formulários*. Fui surpreendida por eles demonstrarem que para essas mulheres, em sua maioria (78,8%), a sociedade brasileira em geral, e brasiliense, em particular, era acolhedora, respeitosa e amigável. Pois eu já tinha lido estudos que desmascaravam o mito do Brasil acolhedor (DIEHL, 2017).

Além disso, moro no Distrito Federal há mais de 10 anos, na condição de migrante econômica interna, vinda do nordeste do país, e sei o quanto a população local é individualista e segregada. Inclusive, para superar os preconceitos (tácitos) precisei deixar bem claro, por meio de minhas intervenções profissionais, que mulheres nordestinas são intelectualmente capazes como qualquer outra. Mas a minha realidade não era um parâmetro de comparação com o meu foco de estudo. Os dados mostravam que apenas 27,3% e 12,1% das haitianas pesquisadas apontaram ter vivido experiências de racismo e xenofobia, respectivamente. Mas me chamou a atenção que 30,3% delas informaram ter sofrido “outras formas de preconceito”.

Esse “outras” só foi possível decifrar durante as entrevistas presenciais. Foi nessa fase que o racismo e a xenofobia apareceram, mas de uma forma camuflada pela exploração e discriminação no ambiente de trabalho. O que também já foi identificado em outros estudos com esse público (JEAN BAPTISTE, 2018, 2019b; DIEME; TONHATI; PEREDA, 2020). Nas entrevistas essas “outras formas” ganharam concretude nos exemplos de acentuada divisão sexual do trabalho, de tratamento desigual em relação aos nacionais, de descontos salariais injustos no espaço laboral, dentre outras formas. As participantes acreditavam que isto se devia ao fato de serem mulheres, negras, haitianas e limitadas linguisticamente.

Para facilitar a análise dessa questão, que me gerou uma grande quantidade de dados qualitativos, fiz um quadro listando todas as haitianas, tempo de estada no Brasil, tipos de inserção laboral, suas respostas sobre formas de tratamento no país e o local onde ocorreram esses eventos. O tempo e a situação laboral foram variáveis que entraram no quadro porque percebi que, quanto ao tempo, praticamente todas as recém-chegadas ao Brasil não marcaram ter sofrido preconceito ou discriminação. Isto pode ter sido motivado tanto pela estada recente no país quanto pela pandemia que, ao gerar isolamento social, afetou as relações interpessoais com nacionais, quer por meio da pouca inserção no trabalho ou na vizinhança. E quanto a variável trabalho, se deveu ao fato de a grande maioria dos relatos indicarem o ambiente laboral como um *locus* opressor.

Depois que construí o quadro, excluí todas as participantes que não marcaram as opções relacionadas a ter recebido tratamento preconceituoso e discriminatório; todas as que não foram entrevistadas, razão na qual eu não poderia qualificar suas respostas; e excluí todas as que tinham menos de 12 meses no país, pela falta de representatividade no tema em análise. Em seguida, fiz duas outras colunas, informando o lugar onde aconteceram as violências e os relatos das participantes sobre essas experiências. Mas considerando o tamanho dos relatos, precisei fazer outro quadro separando-os de uma forma mais sistemática para conseguir analisá-los e apresentá-los neste relatório de tese. Aplicado esse filtro, de 16 sobraram 12 haitianas que afirmaram ter passado por algum tipo de situação preconceituosa ou discriminatória, que lhes fizeram perceber o racismo, a xenofobia, a indiferença e/ou outras formas de preconceito no Brasil; com mais de um ano de estada no país; e que foram entrevistadas. Vejamos no quadro a seguir:

**Quadro 4 - Haitianas participantes da pesquisa segundo formas de tratamento no Brasil**

NOME	TEMPO NO BRASIL (EM MESES)	TIPOS DE EXPERIÊNCIAS LABORAIS NO BRASIL?	TRATADA DE FORMA RESPEITOSA, ACOLHEDORA E AMIGÁVEL	SOFREU RACISMO	SOFREU XENOFOBIA	SOFREU OUTRAS FORMAS DE PRECONCEITO	FOI TRATADA COM INDIFERENÇA	ONDE?
LILINE	108	Trabalho informal para terceiros; Fiz estágio curricular; Trabalho informal por conta própria; Microempreendedora (com empresa registrada)	X	X				SC e DF / No trabalho (empresa terceirizada na área de limpeza); Na universidade (graduação UFSC)
MISOULA	77	Trabalho formal; Trabalho informal por conta própria	X	X	X			DF / No trabalho (lanchonete)
NAHOMIE	70	Trabalho informal para terceiros; Trabalho formal	X	X	X	X		DF / No trabalho (supermercado)
MIA	59	Trabalho formal; Trabalho informal para terceiros; Trabalho informal por conta própria	X			X		DF / No trabalho (restaurante)
LIA	58	Trabalho informal para terceiros; Trabalho informal por conta própria	X			X		DF / No trabalho (restaurante)
VITÓRIA	50	Trabalho formal; Trabalho informal para terceiros				X		DF / No trabalho (restaurante)
ILENE	44	Trabalho formal; Trabalho informal para terceiros	X	X				DF / No trabalho (restaurante)
CLARA	40	Trabalho formal; trabalho informal para terceiros	X				X	DF / No hospital (durante o parto) e no trabalho (restaurante)
JOZELINE	38	trabalho formal	X	X	X			DF / No trabalho (restaurante)
SHERLEY	36	Trabalho formal; Trabalho informal para terceiros	X	X		X		DF / No trabalho (loja de bolos e restaurante)
CHELO	33	Trabalho formal; Trabalho informal para terceiros				X		DF / No trabalho (supermercado)
MARIA	13	Trabalho formal; Trabalho informal por conta própria	X			X		DF / No trabalho (Loja de bolos)

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados desta pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes as 12 haitianas que afirmaram ter passado por algum tipo de situação preconceituosa ou discriminatória, que lhes fizeram perceber o racismo, a xenofobia, a indiferença e/ou outras formas de preconceito no Brasil; com mais de um ano de estada no país; e que foram entrevistadas.



Como podemos notar, a maioria das participantes que foi discriminada no Brasil tinha um acúmulo de vivências de quase três anos ou mais no país e, mais especificamente, no DF. Todas tinham experiências de trabalho e o tipo de inserção não fez diferença para a ocorrência das discriminações. Tanto em trabalhos formais quanto informais elas se manifestaram. Ademais, o *locus* privilegiado, quase que exclusivo, de opressão com base na raça e na origem foi o ambiente de trabalho, sendo a maioria em restaurantes do DF. E duas delas também vivenciaram em outros espaços, como na universidade e no hospital. Também cabe registrar que algumas enfrentaram mais de uma situação discriminatória. Eram alvos preferenciais de diferentes agentes agressores, às vezes, no mesmo ambiente. Ou seja, eram dupla ou triplamente discriminadas, ora pelo seu superior, ora por outros funcionários que imitavam seus superiores em suas ausências, ora por clientes, como podemos perceber nos relatos abaixo.

*E quando ela [gerente] saía, os outros funcionários que ficaram, só botou eu e o outro haitiano pra fazer tudo. E eles ficavam mexendo no celular. Se a gente saía sem fazer alguma coisa, porque eu tava na minha hora de sair, eles mandam mensagem pra gerente. E eu fiz até o que não era pra eu fazer. E eles não tão fazendo nada. E a gerente me dizia: “Sherley você tem que fazer tudo, eu não preciso estar aqui. Se alguém te pedir pra fazer alguma coisa, você tem que fazer.”. Eu falei “Tudo bem” – porque eu tava precisando. (Sherley)*

*[...] No supermercado de Brasília, às vezes [sofre preconceito]. Porque tem cliente que não gosta de mim. Antigamente eu era empacotadora. [...] Tem funcionário que não gosta de mim, mas eu me acostumei com ela. [...] Se nós tá aqui pra trabalhar, porque que você vai fazer isso comigo? [...] tem um segundo [gerente] que não é gente boa não. Às vezes, ele faz um brincadeira que é muito forte. [...] Eu não falei nada. [Por que eles te tratam assim, na sua opinião?] Porque sou morena, meu país é pequeno e [me] acham feia. Mas não são todos. Em minha opinião são uns 20% dos brasileiros. [...] Ninguém merece! [...] Tem um pouco de racismo. (Nahomie)*

As formas de discriminar quase nunca eram verbalizadas, fazendo referência direta à cor da pele ou a origem, por exemplo. Eram manifestações tácitas, na maioria das vezes, que se exteriorizavam de diversas formas como podemos observar abaixo:

**a) Pelos gestos e jeito de olhar:**

*“Quando eu cheguei, o dono faz uma cara do tipo é uma pessoa que ele não espera. [...] Ele é bem branquinho.” (Sherley)*

*“Mas eles não falam direto. Mas eu senti [...].” (Liline)*

*“[...] Percebo pelo olhar.” (Jozeline)*

**b) Pela forma diferenciada de tratar, lhes atribuindo os serviços mais sujos e mais pesados:**

*“[...] tinha uma funcionária lá que me tratava mal. [...] Tipo: ela vê um vômito no banheiro, ela me manda limpar, mas ela também pode limpar.”* (Clara)

*“[...] Tinha uma menina que tava levando uma coisa, ela [gerente] disse: ‘Deixa pra Sherley fazer que é pesado.’”* (Sherley)

*“[...] Te dão um trabalho mais pesado.”* (Liline)

**c) Aumentando o volume de trabalho ou reduzindo o tempo de descanso só para as haitianas:**

*“Eu acho que pensava que eu posso trabalhar mais que outro.”* (Vitória)

*“[...] não tinha pausa, ficava direto. Mas pras outras pessoas tinha. Tinha meu irmão também que trabalhava lá. Era a mesma coisa pra nós. A gente vai comer e volta. Os outros vão lá passar uma hora [de descanso]. O gerente dizia que tinha que comer rápido e voltar.”* (Clara)

**d) Por meio de descontos salariais como punição por pequenos acidentes, não aplicando a mesma punição às funcionárias brasileiras:**

*“Na hora eu tá lavando, o copo caiu e quebrou. [...] Ela descontar do meu salário quinze reais. E depois tem muita gente brasileiro que quebrar e não paga nada. Quando eu quebrar um negócio ela cobra.”* (Ilene)

**e) Por comemorar os aniversários de todos os demais funcionários menos o da haitiana:**

*“[...] eu trabalhar lá quase 2 anos e 3 meses. Quando é o aniversário de alguém, a gente chega, fazer um bolo pra gente. E meu aniversário chega, não faz nada. Faz pra todo brasileiro. Não faz pra mim. É muito chato e é muito racismo também.”* (Ilene)

**f) Impedindo que falem seu idioma original entre si no ambiente de trabalho, inclusive no seu horário de descanso:**

*“A gerente falou: ‘Vocês não podem falar a língua de vocês aqui não!’”* (Sherley)

*“[...] lá no meu serviço não deixa nós falar meu língua.”* (Jozeline)

**g) Pela desvalorização da capacidade intelectual:**

*“[No trabalho] O tratamento não foi muito bom, porque eles te tratam como uma pessoa que não tem uma formação.”* (Liline)

**h) Na forma indiferente de tratar:**

*“Eu falar com ele, ele só me olhar e vira sem me responder.”* (Maria)

*“Na loja, eles não falam com a gente. Só converso com o outro haitiano, tiramos hora [de descanso] juntos.”* (Sherley)

*“[...] Acho que eles [universitários] não me queriam no grupo, porque eles não me chamaram pra nada.” (Liline)*

*“Porque eu passei 3 a 4 dias com contração. [...] Eu fiquei lá [Hospital HRT] [...], ninguém veio pra ver a gente. [...] No dia seguinte eu gritei, chorei, orei. Eu falei pra médica: ‘Eu vou morrer! Me ajuda, por favor!’” (Clara)*

**i) Pela forma grosseira no falar:**

*“Eles falam com você mal, diferente que com o brasileiro.” (Mia)*

**j) Espalhando mentiras sobre elas:**

*“[...] Ele falar coisas que são mentira de mim. Se eu não faz um coisa, ele ligar pro dono e falar: ‘Maria fazer isso’. Não é verdade.” (Maria)*

*“Eu tava falando umas coisas com ela [funcionária haitiana], vem outro [funcionário] e fica escutando, e subiu lá no gerente e falar: “haitiano trabalha não, só fica de brincadeira”. (Jozeline)*

Como podemos notar, as discriminações praticadas contra as haitianas em seu ambiente de trabalho, mas também em outros espaços (universidade e hospital), são percebidas por elas como uma forma diferenciada de tratar, o que era fácil de constatar pela comparação com o tratamento dispensado aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, inclusive com o mesmo nível de subordinação que elas. As determinações sociais dessas violações de direitos humanos foram encontradas nas falas das participantes. Podemos notar que a base da formação social brasileira, assentada no racismo, no colonialismo e no patriarcalismo, influencia posturas de nacionais em relação às estrangeiras, especialmente de cor. As pessoas que praticavam as discriminações eram, majoritariamente, aquelas em posição de mando, ainda que também pertencentes à mesma classe trabalhadora.

Este estudo identificou que a grande maioria dos agentes discriminadores (tanto do sexo feminino quanto masculino) ocupava cargos de chefia, quer como proprietários dos estabelecimentos ou como gerentes (na maioria). Outros eram funcionários ou clientes. Mas também houve situações envolvendo alunas universitárias e profissionais de saúde (para duas participantes). Algumas das interlocutoras chegaram a registrar a cor da pele desses agressores (“São os brancos que tratam mal” – Jozeline; “Ela é branca” – Nahomie; “ele é bem branquinho” – Sherley). Para as participantes, as principais motivações para as atitudes dessas pessoas eram:

**a) Por causa da cor da pele das haitianas (racismo):**

*“Nas faculdades a gente encontra esses problemas que tem, de racial.”* (Liline)

*“Acho que era pela minha cor.”* (Misoula)

*“Esse gerente não gosta porque sou negra.”* (Maria)

*“Porque nós é preto. Tem brasileiro preto lá também. São os brancos que tratam mal.”* (Jozeline)

*“Porque tem povo que não gosta de moreno, entendeu? Não gosta de negro, porque parece feio.”* (Nahomie)

**b) Porque o Haiti é um país pobre e, portanto, achavam que elas também eram pobres (preconceito social de classe):**

*“[...] quando a gente chega aqui, eles acha que a gente vem aqui porque a gente tá pobre, pobre. [...] E eles trata mal. Tipo, a gente é pobre.”* (Misoula)

*“[...] diz que no seu país não tem nada.”* (Nahomie)

*“[...] Fica com raiva de nós. [...] Tem quem conhece que nós deixar nosso país, que país tá muito mal, tem muitas coisas na cabeça deles. Eu acho que eles pensam que a gente veio tirar o trabalho deles.”* (Jozeline)

**c) Porque eram estrangeiras (xenofobia):**

*“É porque eu sou estrangeira.”* (Lia)

*“[...] Eu acho [...] porque eu sou estrangeira.”* (Maria)

Outras opiniões menos expressivas se referiam às características individuais dos próprios agressores (“*Ela não é boa pessoa.*” – Lia); pela posição de classe (“*Porque pessoa um pouquinho pobre achar muitas coisas. O rico não acha nada de nada.*” – Misoula); ou por falta de habilidade para se comunicar (“*Tem gente que não sabe como conversar, como falar.*” – Chelo). Essas discriminações também provocaram formas de resistência nas haitianas. Obviamente as reações foram diversas, considerando que cada ser humano tem sua forma de reagir às violências sofridas e, uma mesma pessoa pode ter reações diferentes em situações semelhantes.

Foi possível perceber uma maior incidência da postura de “defesa” e de chamar a pessoa agressora para uma conversa, o que não significa que tenha sido de forma imediata. Algumas acumularam as humilhações por certo tempo, até explodirem. Tempo que foi necessário para que elas aprendessem a se comunicar melhor em português (“*Mas quando eu consegui falar um pouco português, eu falei pra ele: eu não sou animal, eu sou pessoa, falei ruim com ele.*” – Vitória; “*Eu conversar com ela muito duro. Eu expliquei pra ela: eu não*

gosto.” – Ilene; “*Eu chamar ele e conversa com ele [...]: Você não pode falar comigo desse jeito. Tem que me respeita!*” – Chelo).

Alguns casos demandavam uma reação urgente por parte dessas trabalhadoras haitianas. Aquelas que não sabiam falar o português criaram algumas estratégias de comunicação. Elas escreviam cartas com o auxílio do Google Tradutor e treinavam a fala para se defenderem das acusações e discriminações recebidas: “[...] *quando eu cheguei em casa eu estudava, pra saber como é que fala pra ela. E um dia eu voltei e falei pra ela [...]: ‘Eu não trabalho pra você, me deixa, eu sei tudo que eu tenho que fazer aqui.’*” – Clara; “*Eu passei a noite a escrever tudo que eu vou falar pra ele. Fui no Google e lia, lia, lia [a tradução]. Eu fui lá com papel, como se eu tô passando prova.*” – Sherley.

Era um momento de alívio para essas mulheres, no sentido de libertação de sentimentos reprimidos; e, ao mesmo tempo, de lavar a alma contra as injustiças sofridas. Outras reações eram: se adaptar ao ambiente hostil (“[...] *não foi fácil. Mas eu me adaptei. Porque quando eu cheguei eu já sei que eu não tô no meu país.*” – Liline); pedir demissão (“*Pedi pra sair.*” – Lia); orar (“[...] *eu fiz uma oração atrás delas. Falei pra mudar o coração delas.*” – Misoula); chorar (“*Eu quase morrer esse dia, chorando demais. E ele viu.*” – Maria); tratar da forma oposta (“*Eu falei: ‘Tá bom! Então eu vou abrir a sacola pra você. Pode ser?’*” – Nahomie); ou, simplesmente, ignorar (“*Eu não tô nem aí pra eles também [risos].*” – Misoula).

Mas suas resistências não ficaram sem consequências. Uma parte foi demitida (“*Aí ele foi lá falar com o dono. Eu não sei por que, eu não fiz nada pra ele me manda embora.*” – Vitória), o que não foi de todo ruim para algumas que, de tão opressora a situação, se sentiram felizes com a demissão (“*é por isso que quando foi mandar eu embora, eu ficar feliz.*” – Ilene). Outras receberam descontos no salário (“*Gerente chamar nós pra subir lá. Ela mandou eu assinar [contracheque com desconto]. Eu falei que não: ‘Nós não fazer nada. Eu assinar não!’ Depois, no pagamento tirar um pouquinho.*” – Jozeline). A Liline foi reprovada na disciplina porque não encontrou acolhimento por parte da sua turma, no curso de Arquitetura da UFSC. A Clara teve que chorar aos gritos, pedindo ajuda, para poder ser feito o seu parto, após quatro dias em sofrimento, isolada em um quarto para paciente suspeita de Covid-19, sem providências urgentes de confirmação do seu diagnóstico, apesar do seu estado. O patrão da Sherley tentou suborná-la para que não lhe denunciasse. Também houve resultados positivos: algumas receberam pedidos de desculpa e mudança de postura das pessoas agressoras; outras foram ressarcidas de descontos indevidos. Mas, no geral, essas discriminações contra imigrantes negras se revelaram comuns no contexto laboral brasileiro.

Eu selecionei algumas histórias para mostrar o racismo, a xenofobia e outras formas de preconceito vividas por essas imigrantes no Brasil, pois não conseguiria descrever com tamanha sensibilidade tais violências como quem as viveu. Contudo, precisei fazer recortes e organizar suas falas em um quadro, a fim de viabilizar a exposição das narrativas neste relatório de pesquisa. Selecionei quatro histórias representativas de tratamentos discriminatórios realizados por diferentes agentes, como alunas universitárias, no caso da Liline; empregador, no caso da Sherley; funcionários, no caso da Jozeline; e, clientes, no caso da Nahomie. O caso da Clara, relativo a tratamento discriminatório em um hospital e maternidade de Brasília não foi selecionado por já ter sido apresentado em detalhes no capítulo 4. Vejamos um resumo de suas narrativas no quadro a seguir:

**Quadro 5 - Haitianas participantes da pesquisa segundo relatos das discriminações sofridas no Brasil**

Nome:	Como percebia?	Quem praticou?	Motivação?	Como discriminava?	Sua reação?	Consequências?
<i>Liline</i>	<p><b>Racismo:</b>  <i>Já sofri disso na universidade lá em Santa Catarina. Mas eles não falam direto. Mas eu senti [...]. Mais em Santa Catarina [que na UnB]. (Liline)</i></p>	<p><i>Universitárias do curso de Arquitetura (UFSC)</i></p>	<p><i>[...] Acho que eles não me queriam no grupo, porque eles não me chamaram pra nada. [...] Não sei se é pela cor. [...] Como eu sou estrangeira, e pra morar aqui num país assim que não é minha, e outra coisa, eu sou de um país negra, [...] Quando você fala do Haiti, a primeira coisa que vem à cabeça é a pobreza. Porque é o país mais pobre da América. [...] Nas faculdades a gente encontra esses problemas que tem, de racial. [...] Aí tem isso também na cabeça das pessoas: você é de um país pobre, além disso você é negra. Tem pessoas que não se adapta com essas coisas. Depende da família dela.</i></p>	<p><i>[...] Foi uma disciplina de Urbanização. Eu chegando lá tinha uma apresentação. Na época eu não falava bem. A professora falou: “Liline, você tá pronta pra apresentar?”. Eu falei: “O quê?”. [...] porque a gente formou um grupo. [...] Eles se reuniram na casa da outra, não me chamaram. Eles fizeram tudo. [...] A professora que tentou me ajudar eu falei que não vou dar conta. Mesmo assim eu tentei fazer um projeto. É uma disciplina bem fácil de passar. Mas tem que ter tempo e tem muitas coisas pra fazer. [...] Eu já ouvi elas [alunas] falando [dela]. E tinha uma menina que eu não gostei do jeito dela. Não sei se é pela cor. Mas ela tava falando coisa pra uma outra que falou pra ela: “Vamos pegar ônibus?”. Ela respondeu: “Eu ando de</i></p>	<p><i>[...] não foi fácil. Mas eu me adaptei. Porque quando eu cheguei eu já sei que eu não tô no meu país. Eu tenho que adaptar às culturas, essas coisas. [...] Uma vez eu tentei [chegar junto das alunas], mesmo que eles não me chamaram.</i></p>	<p><i>Eu tive que reprovar a disciplina, porque não tinha jeito de fazer a coisa [trabalho] sozinha.</i></p>

Nome:	Como percebia?	Quem praticou?	Motivação?	Como discriminava?	Sua reação?	Consequências?
<i>Sherley</i>	<p><b>Racismo e outras formas de preconceito:</b></p> <p><i>Quando eu cheguei, o dono faz uma cara do tipo é uma pessoa que ele não espera. [...] Ele é bem branquinho.</i></p>	<i>Empregador (loja de bolos)</i>	<i>Estrangeira não. Pode ser negra. Porque ele tinha um estrangeiro com ele, que é árabe. Mas negra pode ser. Estrangeiro, não. [...]</i>	<p><i>“Ônibus?!”</i></p> <p><i>[...] quando eu cheguei aqui, [...] fui lá num restaurante de bolo, [...] no final do dia, ele me pagou cem reais. Meu português não tava tão boa. [...] Quando eu cheguei em casa, [...] ele me ligou: “Sherley, assim mesmo que você foi embora com meu celular”. Sabe como eu consegui me defender? [...] Eu só ficava falando: “Non, non, non...”. Ele falou: “Ou você leva meu celular pra mim agora ou eu vou lá na sua casa com polícia”. Eu falei: “Meu Deus!”. E ele me ligou de novo e falou: “Agora eu estou te olhando nas câmeras, na hora mesmo que você pegou meu celular”. [...] eu fiquei pensando: “Na hora que eu saí, poderia ser que eu levei o celular mesmo sem saber?”. Eu fui lá ver na minha mochila, pra ver se eu peguei sem saber. Eu falei: “Não. Eu nem sentei. Ele só me passou</i></p>	<p><i>Eu nem consegui dormir. Eu levantei 5 horas da manhã pra ir na loja dele. [...] Eu fiquei tão brava. Eu passei a noite a escrever tudo que eu vou falar pra ele. Fui no Google e lia, lia, lia [a tradução]. Eu fui lá com papel, como se eu tô passando prova. Quando eu cheguei lá, ele ficou calado. [...] Eu falei: “Moço, eu não peguei seu celular não. Mas eu vim aqui só pra confirmar o que você tá falando. Você tá falando sério?”. Ele falou: “Eu tô falando sério”. Eu disse: “Então eu vou te falar sério. Aqui tem sua voz gravada. Amanhã vou lá na Justiça. Vou denunciar você. E como você falou que me vê nas câmeras, que eu tava pegando o seu celular, você vai lá comprovar. E eu vou levar esse aqui pra você [gravação da voz]. E a gente não tem mais nada pra falar”. Ele pegou</i></p>	<p><i>[...] Antes de ir embora, sabe o que ele me falou? Se eu tô precisando de dinheiro – “Oh, Sherley, tá tudo bem? Você não precisa de nada? Você não tem algum problema de dinheiro?” Tipo, pra eu não denunciar. Eu falei pra ele: “A problema que eu tinha é por isso que eu tava lá ontem trabalhando com você. Mas agora resolveu. Mas o dinheiro não pode me comprar. Eu não sou pra vender”. E eu foi embora. Eu ia lendo no papel. Eu fiquei brava. Eu tava lendo e chorando, chorando, chorando. [...] No dia mesmo eu tava querendo ir embora [de volta para o Haiti]. Se eu tinha dinheiro, eu compraria passagem pra ir embora. [...] Eu fiquei traumatizada no dia. Mas depois eu não senti mais nada. Porque na vida tem que acontecer essas coisas pra gente crescer. A</i></p>



				o dinheiro e eu falei tchau pra ele". Ele me ligou de novo. Eu peguei o celular da Clara e gravei tudo que ele tava falando, porque eu nem conseguia falar. Ele falou muitas coisas ruim.	minha mão: "Sherley, não fale isso não. É porque você tem problema de português. [...] Eu falei: "Tá bom. Amanhã a gente vai lá na Justiça. Vou denunciar você. Porque eu sou estrangeira, no meu país tem como também roubar. Se eu precisar de roubar, eu roubaria no meu país, aqui no Brasil não". [...] Porque lá [no Haiti], mesmo a gente não trabalhando, a gente tinha condições. A gente não tinha condições melhor, melhor. Mas a gente tinha condições pra viver, pra comer". Eu falei assim pra ele.	humilhação ajuda. Você tem que pegar essa humilhação pra crescer.
Nome:	Como percebia?	Quem praticou?	Motivação?	Como discriminava?	Sua reação?	Consequências?
Jozeline	<b>Racismo e xenofobia:</b> Tem gente que sobe lá no gerente pra falar que a gente tá trabalhando não. [...] Tem gente que falou ruim comigo. [...] Percebo pelo olhar. Tem quem fica bravo comigo e com outra haitiana também.	Funcionários brancos (restaurante)	[...] Fica com raiva de nós. [...] Tem quem conhece que nós deixar nosso país, que país tá muito mal, tem muitas coisas na cabeça deles. Eu acho que eles pensam que a gente veio tirar o trabalho deles. [...] Percebi [racismo e xenofobia] só no meu serviço. Porque nós é	[...] lá no serviço [restaurante] nós trabalha muito, muito. Tem gente que sobe lá no gerente pra falar que a gente tá trabalhando não. [...] Lá tem outro haitiano. [...] Por exemplo: lá no meu serviço não deixa nós falar meu língua. Tem outra haitiana que foi	Eu falei que não [vai assinar contracheque com os descontos]: "Nós não fazer nada. Eu assinar não!"	Gerente chamar nós pra subir lá. Ela mandou eu assinar [contracheque com desconto]. Eu falei que não: "Nós não fazer nada. Eu assinar não!" Depois, no pagamento tirar um pouquinho.

			<i>preto. Tem brasileiro preto lá também. São os brancos que tratam mal.</i>	<i>mandada embora. Eu tava falando umas coisas com ela, vem outro [funcionário] e fica escutando, e subi lá no gerente e falar: “haitiano trabalha não, só fica de brincadeira”.</i>		
<b>Nome:</b>	<b>Como percebia?</b>	<b>Quem praticou?</b>	<b>Motivação?</b>	<b>Como discriminava?</b>	<b>Sua reação?</b>	<b>Consequências?</b>
<i>Nahomie</i>	<b><i>Racismo, xenofobia e outras formas de preconceito:</i></b>  <i>Porque tem cliente que não gosta de mim.</i>	<i>Cliente (supermercado)</i>	<i>Tem [xenofobia e racismo] porque tem pessoa que não gosta de você porque você é morena, diz que no seu país não tem nada.</i>	<i>[...] Tem uma cliente que chegou no supermercado. Ela olhar na minha cara. Eu fiquei olhando pra ela. Ela falou: “Eu vou chamar a polícia”. [...] Ela chamar a fiscal que eu tô olhando na cara dela, que ela tem medo de eu. [...] Ela é branca. Eu lembro dela. Depois [outro dia] ela veio, passou no meu caixa. Toda vez que ela vem fazer compra, ela passa no meu caixa. Não sei o que tá acontecendo. Eu trato ela bem. Mas eu não tenho nada com ela. Ela só olha na minha cara. É meu jeito.</i>	<i>Eu falei com ela: “eu peguei a sua bolsa? Eu tô roubando? Me respeita, viu!”. [...] Eu falei: “Uai, eu não tô roubando aqui não. Eu tô trabalhando. Me respeite!”. [...] O povo faz coisa ruim comigo, eu vou brigar.</i>	<i>Todo mundo ficou olhando.</i>

Fonte: Elaboração própria com base nos relatos das participantes entrevistadas na pesquisa. Dados coletados entre agosto e outubro de 2020, referentes aos relatos de discriminação de 4 haitianas.

Diante desse quadro, com claros traços de discriminação pela cor e pela origem dessas mulheres, cabe uma última reflexão sobre o porquê que esses eventos ainda acontecem no Brasil. Com base nos estudos de Osório (2008), apresentado na coletânea de artigos publicada pelo Ipea sobre “As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição”, estudos que analisavam a relação entre raça e classe, apresentavam o racismo ora como inexistente, ora como um anacronismo herdado da era colonial escravagista, que ainda persiste na sociedade, mas que estaria fadado à extinção como um resultado inerente do processo de desenvolvimento do Brasil. Osório vai apresentar as explicações das desigualdades raciais e de como estavam associadas à questão de classe no Brasil, e a evolução dessas concepções, em três principais correntes teóricas, que ele vai chamar de “três ondas”.

A primeira onda se inscreve na já discutida noção da democracia racial, amplamente difundida a partir da década de 1940, por expoentes como Gilberto Freyre e os pesquisadores Donald Pierson, Arthur Ramos, Thales de Azevedo e Charles Wagley. O que esses pensadores tinham em comum era a negação do preconceito racial e a crença de que a desigualdade entre as raças era um efeito da “proximidade histórica da escravidão” (p.72) e que o progresso magicamente mudaria a relação entre cor e estratificação social. A segunda onda é mais heterogênea nas suas conclusões sobre a relação entre raça e classe. Os principais estudos se situam entre os anos de 1960 a 2000, e se destacam nomes como Florestan Fernandes, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário da primeira onda, eles afirmam a existência do preconceito racial e sua origem histórica no regime escravista, mas concordam que a mudança na forma de sociabilidade acarretaria na mobilidade social dos negros. E discordam entre si “quanto às origens, a natureza e a forma de atuação do preconceito, e também quanto à provável dinâmica temporal (futura) da desigualdade racial” (p.74). (OSÓRIO, 2008).

Um dos maiores expoentes da segunda onda foi Florestan Fernandes, para quem, segundo Osório (2008), “o preconceito e a discriminação racial são expressões de mecanismos que teriam mantido o passado no presente”. E “a presença do racismo não impede a integração do negro, apenas a retarda” (p.78). Cardoso e Ianni, seus discípulos, vão seguir as ideias do mestre praticamente na sua integralidade. Só que mais adiante, reconsiderarão suas conclusões afirmando, na mesma linha de Costa Pinto, que a desigualdade racial é “uma face do conflito de classes” (p.79). E Nogueira será mais original em seus resultados de pesquisa, concluindo que no Brasil existe um preconceito “de marca”, ligado aos traços físicos (cor da pele, cabelo, feições); enquanto nos Estados Unidos havia um

preconceito “de origem”, baseado na consanguinidade, independente das características externas (OSÁRIO, 2008, p.74).

A terceira onda, a partir dos anos 2000, vai ser representada por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que em suas teses de doutorado mostram de forma quantificável, por meio de métodos e técnicas mais sofisticadas de análise, que a desigualdade racial no Brasil persiste apesar das previsões de seus antecessores de que o progresso acabaria com o racismo e nivelaria as diferenças entre as raças, no desenvolvimento da sociedade de classes. Hasenbalg e Silva, contrariamente, irão demonstrar “o peso da discriminação racial *vis-à-vis* o da origem social na realização educacional, no mercado de trabalho, no posicionamento na estratificação social, e mesmo na atividade política” (p.82). Eles desenvolvem, então, a “teoria das desvantagens cumulativas” (p.84) como a resposta para a permanência da desigualdade racial e o impedimento da mobilidade social de pessoas de cor no país. E, para Hasenbalg, “somente a atividade política dos negros [e das negras] pode romper com o ciclo cumulativo de reprodução das desigualdades a que estão sujeitos” (p.84). (OSÁRIO, 2008, p.82,84).

Osório (2008) vai trazer uma metáfora que bem representa os efeitos do racismo e as desvantagens da população negra em relação à população branca no Brasil:

No momento da abolição, foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão oferecia à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Mas quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante. Essa é a condição inicial. Para que os negros superem a desvantagem imposta por ela, é preciso que, a cada geração, percorram uma distância maior do que a percorrida pelos brancos. Se não conseguem fazê-lo, a desigualdade racial existente no momento da abertura dos portões persiste. [...] A discriminação racial funciona para os brancos como calçados que usam para correr contra negros descalços. Torna a corrida tranqüila para os primeiros e extenuante para os últimos. Para que a equalização racial ocorra no Brasil, em um horizonte de tempo aceitável, é preciso, primeiro, tirar os calçados dos brancos. Depois, deixá-los correrem descalços por algum tempo e calçar os negros para que os alcancem. (OSÁRIO, 2008, p.66, 91).

O preconceito e a discriminação com base principalmente na cor e na origem haitiana (de raiz africana), pelos quais passaram as mulheres desta pesquisa, nos mostram o que Rosário (2019, p.113) trouxe em seu estudo, com base na obra *Plantation Memories*, de Grada Kilomba [2010], que “no sistema racista e de silenciamento, os corpos negros são sempre construídos como corpos não quistos e vistos como estando no lugar errado, na hora errada e de maneira errada, ou seja, corpos que não pertencem, ao contrário de corpos brancos”.

As haitianas com quem conversei para desenvolver este estudo sentem na pele a opressão, quase sempre tácita, sobre seus corpos negros e percebem que outros condicionantes as colocam em um lugar de subalternidade, embora nem sempre consigam fazer o cruzamento analítico dessas estruturas de desigualdade que incidem sobre suas vidas no Brasil em razão de serem mulheres, negras, da classe trabalhadora e imigrantes provenientes do Sul global. Neste estudo, tentei fazer a análise interseccional das relações de gênero, raça, nacionalidade e classe, a partir das evidências empíricas, e espero ter conseguido realizar esta árdua tarefa. Busquei ainda tornar esta tese um canal no qual essas mulheres pudessem falar por si e sobre si. Quiçá possam ser ouvidas!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese deste trabalho é a de que, para além do papel de imigrantes dependentes, as mulheres buscam por meio da mobilidade geográfica a desejada mobilidade socioeconômica, pela via do trabalho, ainda que em um país dependente e periférico em relação à economia global, como é o caso do Brasil. A sua antítese é que a sociedade brasileira, formada historicamente pela cultura patriarcal e racista, inclusive como uma política de Estado durante a escravidão e pós-abolição, possui estruturas sociais de discriminação enraizadas que limitarão a inserção e a mobilidade socioeconômica dessas mulheres, exatamente por serem trabalhadoras mulheres, o que se agrava quando são negras e provenientes de um país mais pobre na geopolítica global. A imigração feminina haitiana é um bom exemplo disto – o que despertou o interesse desta pesquisa em conhecer empiricamente essa realidade migratória transnacional, no contexto socioterritorial do Distrito Federal, capital do Brasil.

Este estudo partiu do argumento de que as mulheres imigrantes possuem projetos migratórios autônomos da figura do imigrante masculino, normalmente representada pelos seus pais, maridos, companheiros, irmãos etc. No caso das haitianas, elas cresceram numa atmosfera socioeconômica, política e cultural de diáspora, que remonta a sua fase colonial e, na atualidade, designa o mundo haitiano, bem como o povo haitiano no mundo (JOSEPH, 2015a). Apesar da maioria das participantes ser imigrante de primeira viagem, elas também são influenciadas por essa cultura diaspórica. Muitas delas alimentaram o sonho de viajar e conhecer outros mundos desde a infância: *“É meu sonho, porque meu pai viaja quando eu tenho sete anos”* (Maria). Elas também se reconhecem como diáspora: *“Eu sou diáspora”* (Vitória).

Contudo, o silenciamento predominante da figura feminina nos estudos migratórios, sobretudo das imigrantes latino-americanas e caribenhas, é constrangedor, porque a imigração não é igual para mulheres e homens, embora estejam inseridas no mesmo sistema capitalista de exploração. As vivências femininas são peculiares ao seu gênero, que sofre os rebatimentos das relações de poder, construídas historicamente pela cultura do patriarcado. Se ela é negra, enfrenta ainda outra estrutura de desigualdade também histórica, o preconceito e a discriminação com base na cor. O racismo segrega essas mulheres em ocupações que remetem a características simbólicas da escravidão, levando-as a posições de subalternidade. E, se além de mulher e negra, for uma trabalhadora proveniente de um país sem expressão econômica global, é ainda mais empurrada para espaços produtivos precários e

estigmatizantes que, no Brasil, só as mulheres mais pobres e com pouca escolaridade se submetem, mesmo que essas imigrantes possuam médio a alto nível escolar, como constatado.

Esta tese não é sobre um imigrante universal, indiferenciado, é sobre a mulher imigrante, trabalhadora, negra, haitiana. Categorias estas que são atravessadas por estruturas de desigualdade social, como o racismo, o patriarcalismo, a xenofobia. Por essa razão, escolhi a lente analítica da *interseccionalidade* (CRENSHAW, 2002), com o apoio da noção de *posicionalidade translocacional* (ANTHIAS, 2008). Pois, uma mulher imigrante trabalhadora racializada, com boa formação escolar, pode estar inferiormente posicionada no país de imigração, onde é explorada por sua condição de imigrante, mas que lhe permite algum acesso a recursos sociais e econômicos indisponíveis no seu país de origem. Por outro lado, essa mesma mulher pode adquirir um *status* social elevado no país de origem, em razão do seu relativo sucesso econômico, se localizando socialmente de maneira contraditória no contexto transnacional (ANTHIAS, 2013).

Com base nessa lente teórica, uma pessoa pode estar em uma posição superior ou subordinada, simultaneamente, a depender do contexto (ANTHIAS, 2013). No caso das haitianas desta pesquisa, o que se verificou foi uma posicionalidade translocacional às avessas. Enquanto no Haiti elas pertencem a famílias consideradas de classe média para os padrões haitianos, onde elas próprias tinham empregadas domésticas para poderem se dedicar melhor aos estudos, e cuja renda de suas redes sociais pessoais possibilitou que se tornassem mulheres diásporas; no Brasil, ocorreu um rebaixamento social e econômico dessas mulheres. Aqui, como profissionais do *care*, especialmente no ramo da limpeza, sem tempo ou oportunidades para continuar seus estudos, ou sequer estudar o idioma nacional, elas deixam de pertencer a classe média e passam a integrar a classe trabalhadora precarizada. Ainda que continuem sustentando no Haiti um *status* social privilegiado, como mulheres diásporas, mantido pelo segredo sobre a sua realidade no Brasil, já que o trabalho na limpeza é uma ocupação desprestigiada e estigmatizante em seu país de origem.

Estudar a imigração das mulheres haitianas no Brasil e, mais precisamente no Distrito Federal, sob essa ótica, dentro do *framework* da teoria crítica, me permitiu aprofundar as dinâmicas históricas e estruturais desse fenômeno, identificando os condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que incidem sobre esta faceta das migrações internacionais. Sem, contudo, desconsiderar os interesses e motivações pessoais dessas mulheres e o poder de agência delas sobre seu projeto migratório. A partir desse enquadramento heurístico, os dados desta pesquisa revelam o que segue.

O perfil mais comum da imigrante haitiana que chegou ao Distrito Federal é o da mulher de “classe média” para os padrões haitianos, o que significa que suas famílias tinham algum nível de acesso a recursos, principalmente do comércio das *madanm sara* e das remessas vindas do exterior, que viabilizaram uma melhor formação escolar e a possibilidade de emigrarem. Foram as haitianas mais jovens e escolarizadas que chegaram ao DF, cuja maioria vê na emigração uma fuga da difícil realidade do seu país e uma esperança de encontrarem melhores oportunidades no exterior, especialmente nos países ricos.

Migrar foi uma decisão intencional para a maioria das mulheres desta pesquisa, que majoritariamente viajou solteira e sozinha. Elas tiveram certa capacidade de agência, o que não significa que tenha sido um projeto independente da família e das redes sociais pessoais e migratórias. Pelo contrário, elas contaram com o apoio e o consentimento de familiares, bem como de pessoas ou instâncias que ajudaram a colocar em prática tal empreendimento. Ou seja, o projeto migratório individual de cada uma dessas mulheres é também um projeto familiar. As redes sociais e migratórias cumpriram um papel fundamental nesse processo, tanto na decisão de migrar quanto na escolha do país e da cidade de destino; e, numa característica própria de imigração transnacional, permanece em atividade, ligando dois mundos – o de origem e o de destino – pela comunicação frequente, pela ampliação das redes sociais e migratórias e pelas remessas enviadas e recebidas.

Essas jovens, mesmo as solteiras, que saíram ao encontro da mulher que desejavam ser, não se desvinculam de sua família quando chegam ao país de imigração. Elas mantêm seus laços e se sentem obrigadas a cuidarem dos parentes que ficaram no Haiti. E aquelas que saíram em função de um projeto de família, umbilicalmente vinculado ao marido ou companheiro, ou ainda ao filho, não deixam de tecer um projeto pessoal, ainda que nas margens desse projeto principal. Pois, na dinâmica desse movimento migratório, o individual e o coletivo se confundem, é um campo híbrido.

As haitianas também emigram por diversos fatores. E para compreendê-los é preciso lançar luz sobre a conjuntura haitiana, resultante de uma herança histórica colonial e neocolonial, e agravada por desastres ambientais; conflitos políticos; aumento da violência, inclusive contra as mulheres; e corrupção de agentes públicos. Esse contexto dificulta o acesso dessas mulheres ao trabalho, aumenta o risco de elas sofrerem violências, e torna os serviços públicos mais escassos e precários. Estes foram importantes gatilhos da decisão delas emigrarem. Além disso, elas queriam mais autonomia de suas famílias e condições para ajudá-las, o que fez do trabalho e do desejo por uma vida melhor as principais motivações para migrarem, mesmo para aquelas que estavam saindo a fim de reencontrar parentes no



Brasil. Em síntese, essas mulheres estavam emigrando, segundo a Maria, porque no Haiti “[...] *não tem futuro pra jovem!*”.

O Brasil do início dos anos 2010 se apresentava (ou era apresentado) como um lugar que integrava o polo de países capitalistas a oferecer oportunidades de trabalho e melhores salários, além de uma infraestrutura melhor em educação e saúde. Ele não era o país ideal, mas tinha lá suas vantagens. As informações recebidas sobre o Brasil, embora limitadas, transformou esse destino numa escala alternativa e provisória para boa parte dessas mulheres, até que consigam materializar o seu projeto migratório de médio a longo prazo – chegar aos Estados Unidos, Canadá ou França, principalmente. O Brasil não era de todo desconhecido e o que elas sabiam sobre o país talvez tenha alimentado o imaginário de que poderia ser uma boa opção migratória, ou seja, um tipo de “Norte global” (DIEME; TONHATI; PEREDA, 2020). Tanto é que algumas decidiram permanecer no país e não desejam remigrar para o clássico Norte global. Isso revela que, para além das barreiras impostas por Estados e conjunturas específicas, como a da pandemia de Covid-19, que dificulta o ingresso naqueles países, existe o elemento da agência dessas mulheres em seus projetos migratórios que não pode ser desconsiderado.

Em termos objetivos, essas mulheres escolheram o Brasil, lugar sem expressão na diáspora haitiana até o início da década de 2010, porque havia uma rede social pessoal, formada por consanguíneos e conterrâneos, que lhe antecedeu e que já estava instalada no país, o que facilitava a experiência migratória, que era pioneira para a maioria delas. Outra importante motivação foi por acreditarem que no Brasil teriam melhores condições de vida, especialmente pela facilidade de encontrar trabalho, inclusive nas suas áreas de formação. E ainda porque era um país com maior facilidade para entrar, em razão da criação do visto humanitário para imigrantes dessa nacionalidade.

O saber-circular, próprio dessa imigração transnacional (JOSEPH, 2015a), também é uma característica das mulheres haitianas. Embora o Brasil tenha sido o destino planejado pela maioria, isso não significa que aqui era o lugar preferencial ou que elas permanecerão no país. Prova disto, é que 30% delas afirmaram já terem em mente outros destinos migratórios e as outras deixaram em aberto esta possibilidade: “*Depende do futuro*” (Claudia). Apenas as mães da segunda geração, que já começou a nascer no Brasil, se mostraram mais reticentes com a decisão de permanecer circulando. Essa circularidade haitiana também se manifesta no nível microterritorial, em que essas mulheres vão escolhendo as regiões do DF a partir da localização de suas redes sociais, da segurança, da infraestrutura e do custo de vida, como o preço dos aluguéis.

O Brasil imaginado por essas mulheres foi se descortinando no cotidiano. O que é comum, e não é de hoje, em movimentos migratórios transnacionais. Como no caso estudado pelo pesquisador grego Papadopoulos (2013), que identificou a frustração de imigrantes ortodoxos gregos nos Estados Unidos:

After their arrival in the United States, the majority of immigrants realized that equal opportunities were guaranteed only on paper and that the American dream covered a harsh reality of inequality and labor exploitation. According to a saying that circulated among immigrants and which squarely contradicted the idealized image created by travel agents, “the streets were not paved with gold and we were supposed to pave them.” (PAPADOPOULOS, 2013, p.51).<sup>240</sup>

Para as haitianas participantes deste estudo, os principais dificultadores da vida no país e, mais precisamente no DF, foram o difícil acesso ao trabalho, os baixos salários e as condições laborais precárias; além do alto custo de vida e a dificuldade de acesso aos serviços públicos, principalmente saúde, assistência social e educação, as mais citadas em importância para a integração delas no país de imigração, em par com a política de trabalho. E, em momentos de dificuldades, são as redes sociais pessoais e institucionais que criam uma teia de proteção para não caírem na pobreza extrema.

Apesar disso, se aqui não está bom, no Haiti estava muito pior. Migrar foi, portanto, uma possibilidade de encontrarem meios para melhorar de vida. Não obstante a importância das condições laborais, salariais e de vida, que não consideram boas aqui no Brasil, ainda assim a maioria não se arrependeu de emigrar. Estar em um país com uma infraestrutura social mais acessível e gratuita, em comparação ao Haiti, especialmente nas áreas da saúde, educação e assistência, além dos direitos trabalhistas e da maior segurança, são fatores que corroboram para formar um atrativo capital social em relação ao Brasil, ainda que seja um destino provisório. Muitas das interlocutoras revelaram que não falam para os seus parentes e conhecidos no Haiti sobre as dificuldades que estão enfrentando aqui, em razão de não passar uma impressão de fracasso migratório.

A pandemia de Covid-19 apenas confirmou que as mulheres imigrantes pertencem ao grupo de maior risco social em tempos de crise, inclusive sanitária. Como categoria mais vulnerável à exploração na esfera produtiva, elas têm a “rua” como lugar de sobrevivência

---

<sup>240</sup> Tradução livre: “Após sua chegada aos Estados Unidos, a maioria dos imigrantes percebeu que a igualdade de oportunidades era garantida apenas no papel e que o sonho americano cobria uma dura realidade de desigualdade e exploração do trabalho. Segundo um ditado que circulava entre os imigrantes e que contradizia totalmente a imagem idealizada das agências de viagens, ‘as ruas não eram calçadas de ouro e tínhamos que as pavimentar’”. (PAPADOPOULOS, 2013, p.51).

(JOSEPH; NEIBURG, 2020b). Mas, como a mobilidade nos espaços públicos ficou restrita, se reduziram suas estratégias para ganharem a vida. As que possuíam alguma relação de trabalho, ainda que informal, também sofreram os impactos da crise econômica em tempos de pandemia, ao serem demitidas ou simplesmente não conseguirem um emprego, como qualquer outra brasileira em iguais condições. Contudo, por serem imigrantes, sofreram maior risco de exploração nesse período, por ser uma mão de obra com limitado acesso à proteção social e trabalhista, muitas sem dominar o idioma nacional para se defenderem. Além de ser uma força de trabalho mais barata e, portanto, atrativa para o empresariado.

Ainda que continuassem sendo uma importante retaguarda, nem as suas redes sociais conseguiram garantir o mesmo nível de apoio em tempos de pandemia, haja vista também estarem submetidas às mesmas condições de uma crise de dimensão planetária. O que se percebeu foi que, durante a pandemia, pouco mais da metade das participantes deste estudo estava fora do mercado de trabalho e, uma parte, sobrevivendo com o Auxílio Emergencial. Bem como, utilizando parte desse recurso como fonte de remessas para ajudarem suas famílias no Haiti. Tal realidade mostra a importância das políticas sociais e, portanto, do Estado, para socorrer a população mais pobre em tempos de crise. Entretanto, e a despeito do artigo 5º da CF/88 e do artigo 4º da Lei de Migração, mulheres imigrantes ainda permanecem invisíveis para as políticas públicas brasileiras, que não parecem flexíveis às peculiaridades desse coletivo.

Um exemplo disso é o das haitianas que compartilham de uma mesma moradia para aliviar os custos de vida no Brasil, mas que possuem orçamentos familiares independentes. Contudo, o número de ocupantes no domicílio influencia no corte de renda mínima para serem elegíveis ao Programa Bolsa Família ou outros benefícios sociais que utilizam esse critério para concessão, deixando essas mulheres de fora da proteção socioassistencial. O Auxílio Emergencial foi uma exceção. Em sua fase inicial, no primeiro semestre de 2020, quando surgiu a pandemia e o benefício foi criado, seu acesso era mais universal, com critérios menos restritivos e maior valor mensal concedido. A sua prorrogação, até o final desse mesmo ano, e a nova edição, no primeiro semestre de 2021, definiram versões mais minguadas do Auxílio, tanto no acesso quanto no valor mensal pago às pessoas assistidas. Durante o seu corte, uma grande parcela dessas imigrantes ficou completamente sem renda no país, contando apenas com a benemerência da sociedade civil que, embora tenha uma atuação relevante nesse campo, não atua no princípio do direito, mas da ajuda humanitária. Quando foi retomado o Auxílio, em setembro de 2020, o valor reduzido pela metade provavelmente não atenderia as necessidades mínimas de sobrevivência dessas mulheres e suas famílias.

O grupo mais afetado pela crise sanitária foi o das haitianas que chegaram ao Distrito Federal às vésperas da pandemia de Covid-19 – sem saber falar o português, sem poder estudar para aprender o idioma; impedidas de buscar trabalho por esta e outras limitações, não conseguiam se automanter, pagar as despesas da viagem, nem ajudar a família no Haiti. Ou seja, elas entraram em um modo de espera por tempo indeterminado. Uma alternativa sugerida neste estudo é de o Estado repensar a concessão desses benefícios de transferência de renda na perspectiva da renda básica cidadã, que alcance também às imigrantes, em cumprimento ao preceito constitucional de igualdade de direitos entre brasileiras e não nacionais.

Outra dificuldade encontrada pelas imigrantes haitianas é referente à política educacional brasileira, que cria barreiras quase intransponíveis para que essas mulheres consigam acessar o ensino público, principalmente superior e profissionalizante, tão importantes para uma melhor inserção produtiva no país de imigração. As que conseguem acessar esses espaços enfrentam os desafios linguísticos, acompanhados de exigências curriculares fundamentadas em projetos pedagógicos que raramente consideram a diversidade representada por estudantes imigrantes e suas necessidades. Tal situação tem inviabilizado a sua permanência na instituição de ensino, o que prejudica a formação acadêmica e técnica dessas imigrantes. Como no caso da Liline, que foi desligada de um curso de pós-graduação *stricto sensu* da UnB por supostamente não atender às exigências pedagógicas, como desempenho em disciplinas e cumprimento de prazos, critérios padronizados e pouco sensíveis à realidade de estudantes universitárias imigrantes.

Ademais, as imigrantes relataram ainda sofrer com as barreiras para revalidação de certificados e diplomas universitários adquiridos fora do país. Em razão das exigências documentais e custos administrativos (como taxas cobradas por universidades públicas para o processo de revalidação), este passa a ser um direito longe do seu alcance. Os cursos de idioma para não falantes do português e a assistência estudantil destinados a este público são muito relevantes, mas insuficientes. Os programas pedagógicos dos cursos precisam ser adaptados às necessidades desse segmento discente, aproximando o diálogo com essas estudantes imigrantes e pesquisadoras/es do tema, a fim de encontrar soluções<sup>241</sup>.

O desafio da universidade está não somente na criação de ações afirmativas para o ingresso desses grupos, mas também em estabelecer políticas de assistência estudantil

---

<sup>241</sup> Dificuldades semelhantes podem ser observadas também em relação a estudantes indígenas, que nem sempre têm o português como a primeira língua, e possuem necessidades pouco contempladas em cursos de graduação ou de pós-graduação, cujos projetos pedagógicos são pouco sensíveis à diversidade de seus discentes.

voltadas à permanência e sucesso acadêmico, o que envolve, por exemplo, o esforço dos cursos universitários no sentido de repensar seus projetos pedagógicos, grades curriculares e até mesmo conteúdo e diversidade epistêmica das disciplinas. Enfim, está posto diante das universidades públicas, unidades de ensino em geral e instâncias políticas o desafio de construir coletivamente políticas acolhedoras e de permanência de imigrantes na educação brasileira, para além de programas pontuais e descontínuos. Há ainda outro desafio muito maior, é o do reconhecimento social da qualificação profissional, após sua formação ou validação no território nacional. Ter um diploma reconhecido no Brasil não é garantia de que essas mulheres serão contratadas para trabalhar nas áreas de suas respectivas competências.

O capital cultural dessas mulheres, trazido do Haiti ou construído no Brasil, parece não ter valor algum, com poucas exceções. Pois, como apresentado nesta tese, há estruturas históricas de discriminação de mulheres, negras e imigrantes pobres, em relação aos melhores espaços e posições na esfera produtiva. A força de trabalho, proveniente de países como o Haiti, ainda está associada a um recurso humano braçal em países desenvolvidos e mesmo em desenvolvimento, como o Brasil. Provavelmente um resíduo colonial que continua alimentando àquelas estruturas geradoras de assimetrias sociais. O que se percebe é que, culturalmente, há um lugar representativo desse tipo de população imigrante: o lugar da reprodução social. Como destacou a Misoula: *“quando eles vê que você é estrangeira, eles tem só uma opção pra você: [trabalhos em] limpeza”*.

Os dados trazidos neste estudo sobre as condições de trabalho e discriminações sofridas pelas haitianas, residentes no Distrito Federal, revelam uma acentuada desigualdade de classe, de gênero, de raça e de nacionalidade na divisão sociotécnica do trabalho. O Brasil tem se tornado um lugar de consolidação dessa imigração, embora não seja o destino preferido dessas mulheres. Suas redes sociais já instaladas foram fundamentais para a decisão de escolherem esse país como lugar de destino, embora muitas não tenham desistido de seguir para o Norte global em um tempo oportuno. No Brasil, essas mulheres se deparam com diversas barreiras para a integração social, tendo como um dos principais desafios iniciais o aprendizado do idioma português, pois a dificuldade para se comunicar com fluência restringe o seu acesso ao trabalho.

Depois, descobrem que no país tem mais trabalho para os homens imigrantes que para elas, porque é um país que reserva à força de trabalho estrangeira, proveniente dos países pobres do Sul global, os serviços mais pesados, que não seriam para mulheres, segundo elas. Além disso, o mercado de trabalho é refratário à mão de obra feminina imigrante porque esta se torna um “problema” quando engravida, mostrando o peso das representações sociais sobre

a maternidade. Quando finalmente conseguem vencer essas barreiras e se inserir em postos de trabalho, irão ocupar majoritariamente serviços considerados sujos e desprestigiados, em especial na área dos cuidados, trabalhando como cuidadoras de crianças e idosos, ou profissionais de serviços de limpeza, seja residencial ou em restaurantes, lanchonetes, bares, supermercados, apesar de possuírem boa formação educacional e profissional. Além disso, elas enfrentam ainda o peso do estigma que esses tipos de serviços possuem no imaginário social haitiano, o que as qualifica como imigrantes fracassadas. Tanto é que elas preferem manter em segredo da família no Haiti, quando trabalham na área da limpeza, tentando garantir ao menos certo *status* social no seu país de origem como mulheres diásporas.

Embora não se tenha encontrado evidências da existência de uma cadeia global de cuidados entre as imigrantes deste estudo, elas também vivem um rebaixamento social e econômico no Sul. Foi comum encontrar haitianas cuidadoras de filhas e filhos de suas conterrâneas que conseguem se inserir nos mercados de trabalho do DF. Muitas destas deixam suas filhas sob o cuidado de outras haitianas para cuidar de brasileiros, da limpeza doméstica ou na cozinha de estabelecimentos comerciais da capital do país. Esse tipo de cuidadora, informal e de baixíssimo custo (ou até mesmo sem remuneração), é mais confiável para as haitianas que escolas e creches infantis da rede pública. E assim, essas cuidadoras garantem a inserção laboral de outras cuidadoras haitianas.

A dimensão do trabalho reprodutivo está sempre presente na vida dessas mulheres. Ora extraindo renda dessa esfera, considerada não produtiva, mas que viabiliza a dinâmica do capital nas áreas da produção e da prestação de serviços. Ora pelas duplas ou triplas jornadas de trabalho, quando chegam em casa e precisam cumprir com suas obrigações domésticas. Cabe registrar que em alguns lares a imigração viabilizou uma maior partilha das tarefas domésticas entre os sexos; já em outros, a cultura machista, trazida do Haiti e que encontra ressonância no Brasil, ainda coloca todo o peso da reprodução da família sobre a mulher.

Outro ramo em que se destacam as haitianas no DF é na área do comércio, como vendedoras, atendentes, operadoras de caixa, dentre outras. E há aquelas que, seguindo sua experiência como *madanm sara*, têm trabalhado como comerciantes autônomas. Embora reclamem que no Brasil há mais dificuldade de exercerem essa profissão por causa da fiscalização e exigências documentais, inexistentes em seu país de origem. Algumas, pela falta de acesso aos mercados formais de trabalho, ou mesmo informalmente para terceiros, aproveitam a riqueza da culinária haitiana para tentar ganhar dinheiro no Brasil. Algumas cozinham na própria casa e vendem comidas típicas sob encomenda para uma pequena clientela conterrânea e nacional, ou montam tendas nas calçadas, como cheguei a presenciar

na cidade do Guará, principal campo deste estudo. E há ainda uma microempreendedora individual, no ramo alimentício, que tem esperanças de crescimento nesta área aqui no Brasil.

Esse potencial gastronmico das haitianas poderia ser um nicho de mercado melhor aproveitado em Brasília, uma capital tão aberta ao pluriculturalismo, sendo inclusive a sede das embaixadas internacionais. Um exemplo de possibilidade de ampliao e divulgao dessa culinária e cultura caribenha seria a produo de grandes eventos ou mesmo feiras permanentes de imigrantes de diversas nacionalidades, para exposio e comercializao de seus produtos e comidas típicas. O que seria um espaço privilegiado, como uma espécie de comércio das *madanm sara*  brasileira, onde seria possível integrar temas como cultura, culinária e segurança alimentar, com insero produtiva e autonomia financeira de mulheres imigrantes. A insero de imigrantes no mercado gastronmico brasileiro pode representar novas oportunidades qualitativas de trabalho, com reconhecimento e valorizao da diversidade cultural, e pode ser considerado um tema relevante a ser explorado em pesquisas futuras sobre migraoes, segurança alimentar e políticas sociais.

Tais sugestoes apresentadas nesta tese objetivam romper com o ciclo vicioso de discriminao e subalternidade de imigrantes no território nacional. De modo geral, apesar de ter sido no Brasil que a maioria dessas mulheres conheceu a experiência do trabalho formal pela primeira vez na vida, as condioes de trabalho se caracterizam pela baixa remunerao, por ocupaoes consideradas inferiores, pela instabilidade e pela explorao. Além de vivenciarem a explorao mais geral, enquanto classe trabalhadora precarizada; enfrentam ainda exploraoes específicas, que se manifestam em consequência do preconceito e da discriminao pelo gnero, pela cor, pela classe e pela origem dessas mulheres. O que potencializa as já difíceis condioes de trabalho, por meio da atribuio dos serviços mais pesados e mais sujos, e diversas outras formas veladas de racismo e xenofobia, segundo as vivências das participantes do estudo.

Esta foi a radiografia que as evidências empíricas mostraram sobre as trajetórias migratórias das trabalhadoras haitianas no Distrito Federal, participantes deste estudo, e sobre suas redes e condioes de vida antes e durante a pandemia de Covid-19. Os dados revelaram a necessidade de políticas sociais sensíveis às necessidades das mulheres imigrantes no Brasil, sobretudo que gerem, transversalmente, formao profissional, acesso ao emprego,  renda e  rede institucional de assistência e cuidados para aquelas que são mães de crianças, especialmente na primeira infância. E que incorporem os eixos de relaoes de gnero, raça, nacionalidade e classe em seus programas e aoes.

Este estudo buscou ser um amplificador das vozes dessas mulheres, valorizando suas opiniões e relatos de vida como principal matéria-prima das análises realizadas, recorrendo ainda a outras fontes de análise para compreender os condicionantes específicos e determinantes estruturais desta faceta das migrações internacionais. E, embora esta tese possa ser considerada abrangente quanto às dimensões analisadas sobre o tema, não teve a pretensão de ser exaustiva e conclusiva quanto às dinâmicas da imigração feminina, especialmente haitiana. Reconheço as limitações deste estudo, que deixou questões ainda em aberto ou sem aprofundamento, que aponto abaixo como incentivo à comunidade acadêmica para abraçar o desafio empírico sobre os movimentos internacionais, com foco nas suas realidades femininas.

A nova legislação migratória brasileira (Lei nº 13.445/2017) veio para dar materialidade ao princípio da igualdade entre nacionais e imigrantes. Contudo, este estudo não aprofundou a análise sobre a correspondência (ou não) entre essa legislação e as demais políticas públicas, principalmente no que tange à acessibilidade pela população imigrante e qualidade do atendimento às necessidades desse coletivo. O Estado e suas políticas não foram unidades de análise desta pesquisa, e sua abordagem aqui se deu de forma superficial, buscando apenas complementar a análise das condições de vida das haitianas no Brasil. No Departamento de Pós-graduação em Política Social da UnB, foi defendida, em 2020, uma tese de doutorado que analisa a lei de migração a partir da experiência migratória venezuelana (PEREIRA, 2020). Seria interessante ampliar estudos analíticos deste tipo para populações imigrantes, dentre elas a haitiana, que já está há mais de uma década no Brasil. Já existem iniciativas acadêmicas nesse sentido, a exemplo da realizada pelo pesquisador haitiano Jean Baptiste (2019b), mas ainda é um terreno fértil para investigação empírica.

Outra questão que surgiu nos dados desta pesquisa, mas que não foi objeto de aprofundamento foi a recorrência de haitianas ao diploma jurídico do Refúgio para regularização no Brasil, mesmo após o visto humanitário e à nova lei de migração. Resta a dúvida sobre as motivações. Suspeito que estejam relacionadas às exigências documentais e aos custos administrativos para a solicitação de residência no país; somado à informação ainda corrente nas redes sociais e migratórias sobre as facilidades inerentes a esse *status*. Será que a regulamentação da nova Lei de Migração, ao invés de facilitar, tem dificultado o acesso dessas mulheres ao país, contrariamente ao período no qual o visto humanitário estava vigente? Não foi foco desta pesquisa aprofundar tal questão, mas deixo como sugestão para novos estudos.



No âmbito das contrarreformas mais atuais operadas sobre os direitos trabalhistas e previdenciários, os impactos de curto, médio e longo prazo sobre a força de trabalho imigrante merecem ser problematizados e analisados, numa perspectiva diacrônica, o que não coube dentro do escopo desta pesquisa. Ainda no que tange às imigrantes, enquanto coletivo que migra para trabalhar, sendo, portanto, classe trabalhadora afetada pelos processos de globalização do capital, penso que novas pesquisas poderiam explorar mais a questão do pertencimento simbólico de classe das mulheres imigrantes. Além disso, estudos futuros poderão também explorar a questão do Auxílio Emergencial destinado à classe trabalhadora excluída do trabalho durante a pandemia de Covid-19, comparando as condicionalidades e provisões monetárias distintas, entre os anos de 2020 e 2021.

A síntese deste estudo é que as imigrantes haitianas concretamente enfrentam barreiras estruturais, não apenas geográficas, como também linguísticas, culturais, sociais e econômicas, em um país onde as estruturas sociais não estão adequadamente preparadas para receber, integrar e promover essas mulheres em seu território. Nesse processo, elas vivenciam inúmeras formas de preconceito e discriminação na sociedade brasileira, mais precisamente no Distrito Federal, *lócus* da pesquisa, por meio da intersecção de estruturas de desigualdade, como o sexismo, o racismo e a xenofobia, com traços de classismo por serem provenientes de um dos países mais pobres do mundo. O que tem ocorrido especialmente no ambiente de trabalho, local no qual elas acreditavam que encontrariam a autonomia e ascensão social e econômica que desejavam, e que não tinham acesso no seu país de origem. Objetivamente, esses determinantes sociais têm levado essas imigrantes a uma posição de subalternidade, que torna inconsistente sua percepção enquanto pertencente à classe que fica “*no meio*” (classe média). A realidade dessas mulheres no Brasil revela que elas são parte da classe trabalhadora precarizada.

Diante do exposto, espero que os dados deste estudo contribuam para o aperfeiçoamento das políticas públicas e das condições de trabalho de todas as mulheres imigrantes que escolheram o Brasil como país de imigração, ainda que provisoriamente. E, assim, o Brasil ocupe a vanguarda dos países comprometidos com toda a sua população, inclusive de imigrantes, especialmente as mulheres. Por fim, gostaria de registrar que ter abraçado o desafio de estudar um tema com um recorte tão complexo como é o das migrações internacionais, envolvendo as mulheres trabalhadoras negras, imigrantes do Sul global com destino a um país do Sul, agregou não apenas conhecimento na trajetória acadêmica e profissional desta pesquisadora, como também certa identificação enquanto parte de um mesmo grupo: o de mulheres que precisam cotidianamente romper com padrões

imobilizadores do sexismo e do patriarcalismo, que lutam pelo direito do lugar da mulher ser aonde ela quiser.

Um dos resultados pessoais desse desafio foi o interesse de seguir estudando este tema e contribuindo para ações voltadas ao reconhecimento dos direitos das mulheres imigrantes no Brasil. Seja por meio da minha intervenção profissional como assistente social, seja por meio da minha participação em atividades acadêmicas, como grupos de pesquisa, publicações e participações em eventos científicos. Pois acredito que os resultados desta pesquisa podem representar uma contribuição no sentido de orientar novos estudos acadêmicos e políticas públicas futuras, destinadas à proteção social de imigrantes vivendo em território nacional.

## REFERÊNCIAS

A MULTA astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência. **BBC News Brasil**, São Paulo, 6 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129>. Acesso em: 11 maio 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, 2020, p.111-126. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n98/0103-4014-ea-34-98-111.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

AGENCE AD'OCC. **Haiti: le contexte économique**. Disponível em: <https://export.agence-adocc.com/fr/fiches-pays/haiti/economie-3>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Rosana de Lemos de Sousa. **Associativismo, capital social e mobilidade**: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal. 2008. 291 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

ALCANTARA, Pedro Ivo de Moraes. **Novas fronteiras: um olhar sobre a imigração haitiana para o Brasil**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ALMEIDA, Ivan. Dívida pública federal: saiba o que é e como ela é formada? **Politize!**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/divida-publica-federal/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

ALPHONSE, Fritznel; MACEDO, José Rivair. O Programa Pró-Haiti nas universidades públicas brasileiras (2011-2016). **Temáticas**, Campinas, v. 25, n.49/50, p. 233-270, fev./dez. 2017.

ANDRADE, Priscilla Maia de; PEREIRA, Lucélia Luiz. A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. **O Social em Questão**, Ano XXII, n. 45, p.57-80, set./dez. 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_45\\_art\\_3.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_3.pdf). Acesso em: 27 maio 2021.

ANDREWS, George Reid. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997.

ANGELIN, Paulo Eduardo; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Patroas e adolescentes trabalhadoras domésticas: relações de trabalho, gênero e classes sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 89, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n89/0102-6909-rbcsoc-30-89-0063.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

ANTHIAS, Floya. Thinking through the lens of translocational positionality: an intersectionality frame for understanding identity and belonging. **Translocations: Migration and Social Change**, v. 4, n. 1, p. 5-20, 2008. Disponível em: <https://repository.uel.ac.uk/item/8656x>. Acesso em: 24 maio 2021.

ANTHIAS, Floya. Translocational belonging, identity and generation: questions and problems in migration and ethnic studies. **Finnish Journal of Ethnicity and Migration**, v. 4, n. 1, p.6-15, 2009. Disponível em: <https://repository.uel.ac.uk/item/86407>. Acesso em: 24 maio 2021.

ANTHIAS, Floya. Intersections and translocations: new paradigms for thinking about cultural diversity and social identities. **European Educational Research Journal**, v.10, n.2, p. 204-217, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2304/eerj.2011.10.2.204>. Acesso em: 24 maio 2021.

ANTHIAS, Floya. Transnational mobilities, migration research and intersectionality: towards a translocational frame. **Nordic Journal of Migration Research**, v. 2, n. 2, p.102-110, 2012. Disponível em: <https://journal-njmr.org/articles/abstract/10.2478/v10202-011-0032-y/>. Acesso em: 24 maio 2021.

ANTHIAS, Floya. The intersections of class, gender, sexuality and 'race': the political economy of gendered violence, special issue on 'gender, sexuality and political economy'. **Int. J. Polit. Cult. Soc.**, v. 27, p. 153-171, 2014. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10767-013-9152-9#page-2>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ANTHIAS, Floya; MOROKVASIC-MÜLLER, Mirjana; KONTOS, Maria. Introduction: paradoxes of integration. In: ANTHIAS, Floya; KONTOS, Maria; MOROKVASIC-MÜLLER, Mirjana (Eds.). **Paradoxes of integration: female migrants in Europe**. International Perspectives on Migration 4. Nova Iorque; Londres: Springer Dordrecht Heidelberg, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Os novos proletários do mundo na virada do século. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 6, p.113-124, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista da RET**, São Paulo, ano II, n. 3, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, jun. 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>. Acesso em: 22 maio 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Aracy Alves de. **O Programa Bolsa-Família e o trabalho infantil no Brasil**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Economia e Gerenciamento do Agronegócio; Economia das

Relações Internacionais; Economia dos Recursos) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. **Reve de Brezil: A inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo – Brasil.** 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. Limitações e estratégias de ação feminina na sociedade haitiana: categorias de articulação/interseccionalidades. **Revista Agenda Social**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2016.

ARAUJO, Dina Santos. **Mobilidade haitiana:** análise do contexto brasileiro e seus desdobramentos. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.

AUDEBERT, Cedric. The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants? **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.55-71, jan./abr. 2017.

AYERBE, Luís Fernando. Pandemia e renda básica universal. Emergência conjuntural, governabilidade sistêmica ou consenso pós-trabalho? **Boletim Lua Nova Cedec**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://boletimluanova.org/pandemia-e-renda-basica-universal-emergencia-conjuntural-governabilidade-sistematica-ou-consenso-pos-trabalho>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BAENINGER, Rosana. Introdução. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (Orgs.). **Migrações Sul-Sul.** 2 ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, 2018.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de Prefácio à Edição Brasileira. In: CHABAUD-RYCHTER *et al.* (Orgs.). **O gênero nas Ciências Sociais:** releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. São Paulo; Brasília: EdUnesp; Editora Universidade de Brasília, 2014.

BARBOSA, Marina. Desde o início da crise, mais de 327 mil pessoas tornaram-se MEIs. **Correio Braziliense**, Economia, Brasília, 08 jun. 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/06/08/internas\\_economia,861916/desde-o-inicio-da-crise-mais-de-327-mil-pessoas-tornaram-se-meis.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/06/08/internas_economia,861916/desde-o-inicio-da-crise-mais-de-327-mil-pessoas-tornaram-se-meis.shtml). Acesso em: 6 abr.2021.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; BERNARDO, Mirelle Amaral de São. A importância da língua na integração dos/as haitianos/as no Brasil. In: CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio de (Orgs.). **A imigração haitiana no**

**Brasil:** características sociodemográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal. Brasília: OBMigra/OIM/CNIg/CNPq, 2016. p. 133-143.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia Social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BERTAUX, Daniel. Los relatos de vida en el analisis social. **Historia y Fuente Oral**, Barcelona, n. 1, 1989, p; 10-24.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, maio/ago. 2018.

BETTIOL LANZA, Lília Maria; SANTOS, Amanda de Barros; RODRIGUES, Julia Ramalho. Imigração, território e as políticas de seguridade social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13263/10424>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BIJOS, Paulo Roberto Simão; CAMBRAIA, Túlio. **Nota Técnica nº 21/2020:** subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, que Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados; Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 2020. Disponível em: [https://anfavea.com.br/docs/acoes/congresso\\_nacional/MPV%20936%20-%20Nota%20T%c3%a9cnica%20Consultoria%20de%20Or%c3%a7amento.pdf](https://anfavea.com.br/docs/acoes/congresso_nacional/MPV%20936%20-%20Nota%20T%c3%a9cnica%20Consultoria%20de%20Or%c3%a7amento.pdf). Acesso em: 5 abr. 2021.

BOFF, Leonardo. Quarenta anos da Teologia da Libertação. **Site Leonardo Boff**, Petrópolis, 09 ago. 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 09 maio 2021.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 323-340.

BOTTOMORE, Tom. Classe. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a. p. 61-64.

BOTTOMORE, Tom. Classe dominante. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b. p. 64-65.

BOTTOMORE, Tom. Classe média. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001c. p. 65-66.

BOTTOMORE, Tom. Classe operária. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001d. p. 66-67.

BOURDIEU, Pierre. La ilusión biográfica. **Acta Sociológica**, Cidade do México, n. 56, set./dez. 2011, p. 121-128.

BOYD, Mônica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: incorporating gender into international migration theory. **The on line Journal of the Migration Policy Institute**, Washington DC, 01 mar. 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 22 maio 2019.

BOYER, Florence. Le projet migratoire des migrants touaregs de la zone de Bankilaré: la pauvreté désavouée. **Stichproben – Wiener Zeitschrift für Kritische Afrikastudien**, Viena, n. 8, 2005, p.47-67.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 2006, p.329-365.

BRANDINO, Géssica. Violência contra mulheres imigrantes é recorrente e subnotificada no Brasil. **Agência Patrícia Galvão**, São Paulo, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-contra-mulheres-imigrantes-e-recorrente-e-subnotificada-no-brasil/>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. **Autorização de residência**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia>. Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Refúgio em números**. Brasília: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Justiça, [s.d.]. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017\\_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf](http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf). Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, [s.d.]. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. **Quadro geral de regime de vistos para a entrada de estrangeiros no Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, [s.d.]. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/qgrv/QGRV-simples-port-140120.pdf>. Acesso em: 17 mar 2021.



BRASIL. **Revalidação de diplomas**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, [s.d.]. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/retorno-ao-brasil/revalidacao-de-diplomas>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.039**, de 18 de março de 2021. Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020a. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 04 abr.2021.

BRASIL. **Decreto nº 40.539**, de 19 de março de 2020b. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETO-N%C2%B0-40.539-DE-19-DE-MAR%C3%87O-DE-2020.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 64.881**, de 22 de março de 2020c. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-quarentena.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 936**, de 1 de abril de 2020d. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.982**, de 2 de abril de 2020e. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm). Acesso em: 7 abr. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 255**, de 22 de maio de 2020f. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria-255-20-ccv.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria-255-20-ccv.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.020**, de 6 de julho de 2020g. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de



20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm). Acesso em: 5 abr.2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.000**, de 2 de setembro de 2020h. Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**Covid-19**) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.874**, de 20 de setembro de 2019a. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm). Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103**, de 12 de novembro de 2019b. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.429**, de 31 de março de 2017a. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017b. Institui a Lei de Migração. Diário Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm). Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017c. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **MINUSTAH**: militares brasileiros retornam do Haiti. Brasília: Ministério da Defesa, 2017d. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de->

[conteudo/noticias/ultimas-noticias/minustah-militares-brasileiros-retornam-do-haiti](#). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.199**, de 20 de novembro de 2017e. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm). Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016a. Brasília: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde, 2016a. Disponível em: chrome-extension://oemmnadbldboiebfnladdacbfmadadm/http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.757**, de 10 de maio de 2016b. Altera o Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, para dispor sobre a situação jurídica do estrangeiro na República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8757.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8757.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 123**, de 13 de setembro de 2016c. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=328777>. Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016d. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540698&id=14374770&idBinario=15655553&mime=application/rtf>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. **Sistema de refúgio brasileiro**: desafios e perspectivas. Brasília: Ministério da Justiça; Conare, 2016e. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema\\_de\\_Refugio\\_brasileiro\\_-\\_Refugio\\_em\\_numeros\\_-\\_05\\_05\\_2016.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf). Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.516**, de 04 de agosto de 2015a. Institui a Lei de Migração. Brasília: Senado Federal, 2015a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594910>. Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 117**, de 12 de agosto de 2015b. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=301701>. Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 113**, de 09 de dezembro de 2014. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=278602>. Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes**. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos, 2013a.

BRASIL. **Tráfico de pessoas**: uma abordagem para os direitos humanos. 1 ed. Brasília: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Justiça, 2013b.

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 106**, de 24 de outubro de 2013c. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261070>. Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 97**, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.835**, de 8 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm). Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 196**, de 10 de outubro de 1996. Brasília: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde, 1996. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.560**, de 29 de dezembro de 1992. Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18560.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18560.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.998**, de 11 de janeiro de 1990a. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17998.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990b. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266). Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 5 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 86.715**, de 10 de dezembro de 1981. Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D86715.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86715.htm). Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 2.874**, de 19 de setembro de 1956. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/12874.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/12874.htm). Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL, Emmanuel; ARAUJO, Dina. Abertura para questões de gênero e sexualidade em contexto migratório. **Cadernos OBMigra**, Brasília, v. 2, n.2, 2016.

BRAUM, Pedro; DALMASO, Flávia; NEIBURG, Federico. **Gender issues: relations between men and women in the low-income districts of Port-au-Prince**. Rio de Janeiro: Viva Rio; Nucec; UFRJ, 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Gender%20Rapport%20OK.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0085.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. **Debates Femeninos**, Ciudad de México, v.18, p. 296-314, 1998.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/8hCwhrsHQHYBBjmFm6h6xqQ/?lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2021.

CAMPOS, Marden B. de; BORGES, Gabriel Mendes; SILVA, Luciano G.de Castro e. Estimativas de migração internacional no Brasil: reversão do saldo migratório internacional negativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, 2012, Águas de Lindóia-SP. **Anais...** Águas de Lindóia: ABEP, 2012. p. 1-14.

CARARO, Aryane; SOUZA, Duda Porto de. **Valentes: histórias de pessoas refugiadas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Seguinte, 2020.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do auxílio emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, jul./ago. 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000401052&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000401052&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 04 abr. 2021.

CARLI, Pedro Baptista de; BERTUSSI, Geovana Lorena. Análise da infraestrutura das Regiões Administrativas do Distrito Federal. In: DISTRITO FEDERAL. **Texto para Discussão n. 41**. Brasília: Codeplan, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD-41-An%C3%A1lise-da-Infraestrutura-das-Regi%C3%B5es-Administrativas-do-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

CARVALHO, Eduardo Zanatta de. **Trajetórias de migrantes haitianos e haitianas em Balneário Camboriú/SC**: os desafios para a inserção laboral, o associativismo e a integração sociocultural. 2018. 72 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigrante (Imigração). In: CAVALCANTE, Leonardo *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 398-402.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A caminho da conclusão: meia década de novos fluxos imigratórios no Brasil. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; ARAUJO, Dina (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais. Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2016. p. 142-145.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de; MACEDO, Marília de. **Resumo Executivo**. Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020a.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de; MACEDO, Marília de. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020b.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de; MACEDO, Marília de. **Relatório Anual 2018**. Resumo Executivo. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Brasília: OBMigra/CNig/tem/CGI/MTE, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, T.; MACEDO, Marília de. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020a. p. 8-16.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de; MACEDO, Marília de. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020b. p.17-40.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia. Características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana no Brasil. **Périplos**, Brasília, v. 1, n.1, p. 68-71, 2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/5882/5333](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5882/5333). Acesso em: 22 maio 2012.

CEF – Caixa Econômica Federal. **Auxílio Emergencial 2021**. Brasília: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 8 abr. 2021.

CEPEDISA; CONECTAS. **Direitos na Pandemia: Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil** – Boletim n.10. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cepedisa.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 22 maio 2021.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle *et al.* (Orgs.). **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo; Brasília: EdUnesp; Editora Universidade de Brasília, 2014.

CHAUI, Marilena. Sobre as classes sociais: uma nova classe trabalhadora brasileira. In: CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO. **Poverty in focus: sobre a classe média**, n. 26. Brasília: CIP-IP, 2013. p. 21-24. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPCPovertyInFocus26.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.11, n. 31, p.21-37, 1º sem. 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/7556/5495>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, Edição 05, fev. 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez.1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/8643195/10739>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CHOMSKY, Noam. **Year 501: the conquest continues**. 2 ed. Chicago: Haymarket Books, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Codeplan. **Atlas do Distrito Federal 2017**. Brasília: Codeplan/Seplan/GDF, 2017. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Codeplan. **Demografia em Foco 7: evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal: 1959-2010**. Brasília: Codeplan/Seplan/GDF, 2013. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia em Foco 7-Evolu%C3%A7%C3%A3o dos Movimentos Migrat%C3%B3rios para o Distrito Federal-1959-2010.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia%20em%20Foco%207-Evolu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Movimentos%20Migrat%C3%B3rios%20para%20o%20Distrito%20Federal-1959-2010.pdf). Acesso em: 7 abr. 2021.



COGO, Denise. O Haiti é aqui: mídia, imigração haitiana e racismo no Brasil. **Chasqui**, Quito, Equador, n. 139, p.427-448, dez. 2018/mar. 2019. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/3595>. Acesso em: 20 abr.2021.

COGO, Denise. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. **Chasqui**, Quito, Equador, n. 125, mar. 2014, p.23-32.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Saúde no contexto da crise contemporânea do Capital: o Banco Mundial e as tendências da contrarreforma na política da saúde brasileira. Política de Saúde e Serviço Social: Impasses e Desafios. **Temporalis**, São Luís, ano VII, n. 13, ABEPSS, 2007, p. 1-22. Disponível em: <http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000178-6e4ac6f44f/Correia,%20Maria%20Val%C3%A9ria.%20O%20Banco%20Mundial%20e%20as%20tend%C3%Aancias%20da%20contra-reforma%20na%20pol%C3%ADtica%20de%20sa%C3%BAde%20brasileira.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. Profissionais do sexo conseguem garantias da CLT em tribunais do trabalho. **Acervo**, Brasília, 07 abr. 2014. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/04/07/interna-brasil.421237/profissionais-do-sexo-conseguem-garantias-da-clt-em-tribunais-do-trabalho.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CORTÉS GARCÍA, Francisco Joaquín. Remesas de inmigrantes y desarrollo. **Colección Finanzas Éticas**, Cajamar Caja Rural, n. 7, ago. 2009, p. 7-33. Disponível em: <https://www.publicacionescajamar.es/publicacionescajamar/public/pdf/series-tematicas/banca-social/remesas-de-inmigrantes-y-desarrollo-2.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

COSTA, Paulo Manuel. O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 30, p. 56-71, maio/ago. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/283213198\\_O\\_interculturalismo\\_politico\\_e\\_a\\_integracao\\_dos\\_imigrantes\\_o\\_caso\\_portugues](https://www.researchgate.net/publication/283213198_O_interculturalismo_politico_e_a_integracao_dos_imigrantes_o_caso_portugues). Acesso em: 6 nov. 2018.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 5 jul.2019.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Painel 1**: Cruzamento raça e gênero, p.7-16, [s.d.]. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 5 jul.2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Grã-Bretanha: The Women's Press Ltda, 1982.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: EdUnesp, 2009. p.173-178.

DESROSIERS, Ismane. **Haiti**: da desigualdade social às desigualdades socioespaciais na metrópole de Porto Príncipe. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DESROSIERS, Michaëlle; SEGUY, Franc. Haïti: nouveau cas de viol collectif de la MINUSTAH. **Développement et Civilisations Lebret-Irfed**, 17 set. 2011. Disponível em: <http://www.lebret-irfed.org/spip.php?article776>. Acesso em: 07 mar. 2021.

DÉUS, Frantz Rousseau. A antropologia haitiana e a questão racial no século XIX. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 207-224, jan./abr. 2020.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta básica**. São Paulo, 2020a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TEMA%7Chttp%3A%2F%2Fwww.dieese.org.br%2F2012%2F12%2Fdieese%23T356956290>. Acesso em: 7 abr. 2021.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de Coronavírus. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 96, p. 1-30, 15 jul. 2020b.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. **Boletim especial**, São Paulo, 10 nov. 2020c. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>. Acesso em: 7 abr. 2021.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos tomada especial de preços de novembro de 2020**. São Paulo, 7 dez. 2020d. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202011cestabasica.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

DIEHL, Fernando. **Estrangeiro em uma terra estranha**: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIEME, Kassoum; TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A migração haitiana e a construção de seus “Nortes”: Brasil um “Norte” alternativo e temporário. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 126-147, maio/ago. 2020.

DORSAINVIL, J. C. **Manuel d'histoire d'Haiti**. Porto Príncipe: [s.n.], 1934. Disponível em: <http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/PAP11077.dir/PAP11077.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **A theory of human need**. London: MacMillan, 1991.



DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 19, n. 62, p.13-30, abr. 1998. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000100002&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 20 mar. 2021.

DUTRA, Delia. Migrantes haitianos e mercado de trabalho no Distrito Federal. Uma análise sociológica a partir da perspectiva das relações sociais de gênero. **Périplos**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 47-57, 2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/5873/5319](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5873/5319). Acesso em: 22 maio 2021.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, ano XXI, n. 40, p. 177-193, jan./jun. 2013.

DUTRA, Delia. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília.** O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FALEIROS, Vicente. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v.16, n. esp., p.83-91, 2013.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FAZITO, Dimitri. The role of social networks in human migration. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 17, n. 32, p. 5-23, 2009.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Campinas: Abep, 2002. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1094/1058>. Acesso em: 11 mar. 2021.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00145.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à política social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 4-7, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14829/10419>. Acesso em: 23 abr. 2018.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. Mobilidade do capital, migrações e política social: elementos para o debate. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 21-28, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14712/10421>. Acesso em: 23 abr. 2018.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017a. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 04 abr. 2021.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017b.

FORTE, Elaine Cristina Novatzki *et al.* A hermenêutica dialética e o software atlas. TI: união promissora. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 26, n. 4, p. 1-8, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n4/0104-0707-tce-26-04-e0350017.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

G1. Mapa da Vacinação contra Covid-19 no Brasil. **Bem-estar**, 21 maio 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 22 maio 2021.

GADEA, Carlos A.. O significativo “negro” e a pós-africanidade: a diáspora haitiana em Miami. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 34, p. 220-245, set./dez. 2013.

GALDINO, Danielle de S. **Proteção pela metade**: um estudo sobre as necessidades humanas no Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GALDINO, Danielle; GUEDES, Cristiano. Saúde de testemunhas protegidas na crise atual: um direito ameaçado. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 133-149, jan./abr. 2018. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/324829831\\_Saude\\_de\\_testemunhas\\_protegidas\\_na\\_crise\\_atual\\_um\\_direito\\_ameacado](https://www.researchgate.net/publication/324829831_Saude_de_testemunhas_protegidas_na_crise_atual_um_direito_ameacado). Acesso em: 04 abr.2021.

GARCIA, Loreley. Mulheres transnacionais. **Imaginário**, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 379-398, 2007.

GARRETT JUNIOR, Gilson. EXAME/IDEIA: para 59%, custo de vida aumentou durante a pandemia. **Exame**, Economia, 09 nov. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/exame-ideia-para-59-custo-de-vida-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, Georges E. Terrains of blood and nation: Haitian transnational social fields. **Ethnic and Racial Studies**, London, v. 22, n. 2, p. 340-366, 1999.

GRANDO, Paulo Jonas; ARMADA, Charles Alexandre Souza. Haiti: um caso de desestruturação política e de vulnerabilidade ambiental. In: CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo *et al.* (Orgs.). **Imigrante haitiano na região da AMFRI**: aspectos socioeconômicos, indicadores de vulnerabilidade social e políticas públicas. Itajaí: Univali, 2017. p.70-99. Disponível em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202017%20IMIGRANTE%20HAITIANO%20NA%20REGI%C3%83O%20DA%20AMFRI.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-12, jan. 2021.

GRANOVETTER, Mark S.. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio 1973.

GUARNIZO, Luis Eduardo. Aspectos económicos del vivir transnacional. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 59, p.12-47, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/812/81205902.pdf>. Acesso em: 30 abr.2021.

GUEDES, Cristiano. Itinerários do cuidar em doenças falciformes e suas repercussões na vida de mulheres. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 370-381, 2016.

GUEDES, Cristiano; GUIMARÃES, Silvia. Research ethics and indigenous peoples: repercussions of returning Yanomami blood samples. **Developing World Bioeth**, Nova Jersey, EUA, v. 20, ed. 4, p. 209-215, dez. 2020.

GUERRA, Sidney. A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1717-1737, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/28937>. Acesso em: 01 maio 2021.

HAITI. Institut Haïtien de l'Enfance. **Enquête mortalité, morbidité et utilisation des services** (EMMUS-VI 2016-2017). Pétiion-Ville; Rockville: IHE; ICF, 2018.

HAITI. Comité de Coordination de la Concertation Nationale contre les Violences Faites aux Femmes. **Plan National 2017-2027 de lutte contre les violences envers les femmes**. Prévention, accueil, prise en charge et accompagnement des femmes et lles victimes de violences spécifiques. Porto Príncipe: URAMEL, 2017. Disponível em: <http://americatatinagenera.org/newsite/includes/fichas/politica/HAITI.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

HAITI. Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique. **Population totale, population de 18 ans et plus ménages et densités estimés en 2015**. Porto Príncipe: IHSI, 2015.

HAITI. Haïti Data Service. **Mouvements de population dans l'aire métropolitaine de Port-au-Prince avant et après le séisme de 2010**. Porto Príncipe: Fonds de Nations Unies pour la Population, 2010. Disponível em: [https://haiti.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Migration\\_PAP-FINAL.pdf](https://haiti.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Migration_PAP-FINAL.pdf). Acesso em: 07 mar.2021.

HALLAK NETO, João; SIMÕES, André. Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Brasília: OBMigra, 2020. p. 81-110.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte; Brasília: EdUFMG; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Cel. Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil Sergio Vieira de Melo (CCOPAB), 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 22, p. 201-246, 2004.

HAZEU, Marcel T. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém:** identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

HIRATA, Helena. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p.25-40, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v.26, n.1, p. 61-73, jun. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, ano 2, p.93-100, 1º semestre 1994.

HOCHSCHILD, Ariel Russell. Las cadenas mundiales de afecto y de asistencia y la plusvalía emocional. In: HUTTON, W.; GIDDENS, A. (Eds.). Barcelona: Tusquets, 2000. p. 188-209.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo.** Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, p.9-32, jan./jul. 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD contínua: taxa de desocupação é de 14,1% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em novembro de 2020. **Agência IBGE Notícias**, 28 jan. 2021, Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29934-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2020>. Acesso em: 05 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** divulgação especial – medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/4341fae21c3b7643a96d48781adc3c55.doc](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/4341fae21c3b7643a96d48781adc3c55.doc). Acesso em: 05 abr. 2021.

IHU – Instituto Humanitas Unissinos. **Comunicado da Conferência de Religiosos sobre a crise do país.** 18 out. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/593598>. Acesso em: 17 mar. 2021

INDEX MUNDI. **Mapa Comparativo entre Países.** Densidade de médicos – Mundo. 2020. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/map/?v=2226&l=pt>. Acesso em: 7 abr. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Economia dos cuidados:** marco teórico-conceitual. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Migrantes, apátridas e refugiados:** subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil.

Série Pensando o Direito n. 57. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, 2015.

IPPDH – Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR; OIM – Organización Internacional para las Migraciones. **Diagnóstico regional sobre migración haitiana**. Argentina: IPPDH; OIM, 2017.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. p.45-64.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

JANNUZZI, Paulo; MONTAGNER, Paula; TAIRA, Edna. **Migração e mobilidade social**: revisitando a discussão a partir da PNAD 2014. São Paulo: Blucher, 2017. p. 242-259. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/migrao-e-mobilidade-social-revisitando-a-discusso-a-partir-da-pnad-2014-27590>. Acesso em: 22 maio 2021.

JEAN BAPTISTE, Chaneline. **Família e fecundidade no Haiti**: uma análise entre 1994-95 e 2016-17. 2019. 146 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019a. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/335443/1/Baptiste\\_ChanelineJean\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/335443/1/Baptiste_ChanelineJean_D.pdf). Acesso em: 09 mar. 2021.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald; AMARAL, Wagner Roberto do. As compreensões dos imigrantes haitianos sobre as políticas sociais no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 3, 2019, Londrina-PR. **Anais...**, Londrina: UEL, 2019b. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/eixo-12.html>. Acesso em: 01 maio 2021.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. **O Haiti está aqui**: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2018.

JORDÃO, Roziane da S. **A mulher haitiana em Porto Velho, Rondônia: imigração e gênero**. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa Mestrado Acadêmico em Letras, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

JORNAL DO GUARÁ. **História do Guará**. Guará: [s.d.]. Disponível em: <https://jornaldoguara.com.br/historia-do-guara/>. Acesso em: 8 abr. 2021.

JOSEPH, Handerson. O sistema migratório haitiano nas Guianas: para além das fronteiras. **Diálogos**, Maringá, v. 24, n. 2, p. 228-258, mai./ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/54154/751375150464>. Acesso em: 11 mar. 2021.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. Dossiê: Imigração



haitiana no Brasil: estado das artes. **Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. In: CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio de (Orgs.). **A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal**. Brasília: OBMigra; OIM/CNIg; CNPq, 2016. p.85-106.

JOSEPH, Handerson. **Diáspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. 429 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.

JOSEPH, Handerson. Diásporas negras no contexto pós-colonial: dialogando com intelectuais haitianos. **Educere et Educare**, Cascavel, Paraná, v. 10, n. 20, p. 537-548, jul./dez. 2015b.

JOSEPH, Handerson. Colonialismo: subordinação e racismo. **Razão e Fé**, Pelotas, v. 10, n.1, p. 99-112, jan.-jun. 2008.

JOSEPH, Handerson; JOSEPH, Rose-Myrllie. As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 9, p. 1-33, 2015.

JOSEPH, Handerson; NEIBURG, Federico. A (i) mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 463-479, set./dez. 2020a.

JOSEPH, Handerson; NEIBURG, Federico. “I’m going to die in the street”: Haitian lives in the pandemic. **City & Society**, Arlington, Virgínia, EUA, v. 32, p. 1-9, ciso.12314-9, dez. 2020b.

JOSEPH, Rose-Myrllie. L'articulation des rapports sociaux de sexe, de classe et de race dans la migration et le travail des femmes haïtiennes. 2015. 450 f. Tese (Docteur en Etudes Genre) – Faculte des Sciences Sociales et Politiques Centre en Etudes Genre Liege, Université de Lausanne, Lausanne, Suíça, 2015c.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRAHÔ, Creuza Prumkwj. Mulheres-cabaças. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 11, p. 110-117, 2017. Disponível em: <https://piseagrama.org/mulheres-cabacas/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LANDRY, Véronique. Mujer, migración intrarregional e invisibilidade. **Revista Nomadías**, Santiago, Chile, n. 16, p. 99-117, nov. 2012.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs.). **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial** – PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRIA, 2002. Disponível em: [http://www.namaocerta.org.br/pdf/Pestraf\\_2002.pdf](http://www.namaocerta.org.br/pdf/Pestraf_2002.pdf). Acesso em: 01 maio 2021.

LEÃO, Augusto Veloso; FERNANDES, Duval. Políticas de imigração no contexto da pandemia de Covid-19. In: PUCMG – UNICAMP. **Impactos da pandemia de Covid-19 nas**

**migrações internacionais no Brasil** – Resultados de Pesquisa. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó; Unicamp, 2020. p. 20-34.

LEVITT, Peggy; GLICK SCHILLER, Nina. Perspectivas internacionales sobre migración: conceputar la simultaneidad. **Migración y Desarrollo**, México, n. 3, p. 60-91, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000305.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

LINDESAY, Paulo. O custo da dívida pública para o Estado brasileiro, com ou sem pandemia de COVID-19. **Auditoria Cidadã da Dívida**, Rio de Janeiro, 11 maio 2020. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/nucleo/o-custo-da-divida-publica-para-o-estado-brasileiro-com-ou-sem-pandemia-de-covid-19-por-paulo-lindesay/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

LOPEZ-CALVA, Luís Felipe. Uma nova abordagem econômica para analisar a classe média na América Latina. In: CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO. **Poverty in focus: sobre a classe média**, n. 26. Brasília: CIP-IP, 2013. p. 14-17. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPCPovertyInFocus26.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

LOZANO-GRACIA, Nancy; LOZANO, Marisa Garcia (Eds.). **Les villes haïtiennes: des actions pour aujourd'hui avec un regard sur demain**. Washington DC: La Banque mondiale, 2017.

LUSSI, Carmem. Vulnerabilidade. In: CAVALCANTE, Leonardo *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 726-732.

MA MUNG, Emmanuel. Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales: "penser de l'intérieur" les phénomènes de mobilité. In: DUREAU, Françoise; HILY, Marie-Antoinette. **Les mondes de la mobilité: exploration d'un paradigme**. Rennes: Presses de l'Université de Rennes, 2009. p. 25-38.

MACEDO, Leticia. Missão de paz no Haiti: 9 momentos para entender a história da operação liderada pelo Brasil. **G1**, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-9-momentos-para-entender-a-historia-da-operacao-liderada-pelo-brasil.ghtml>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MACLENNAN, Michael. Uma universalidade complexa: a furtividade do conceito de classe média. In: CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO. **Poverty in focus: sobre a classe média**, n. 26. Brasília: CIP-IP, 2013. p. 3-6. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPCPovertyInFocus26.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 355 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.

MAGENTA, Matheus. Afinal, Brasil vacina pouco ou muito? Confira 5 dados do ranking global. **BBC News Brasil**, Londres, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56680167>. Acesso em: 05 maio 2021.

MAMED, Letícia Helena. Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multissituada para investigação de itinerários migratórios e laborais Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. 2 ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, 2018. p. 66-96.

MAMED, Letícia Helena. Trabalho, migração e gênero: a trajetória da mulher haitiana na indústria da carne brasileira. **Temáticas**, Campinas, v. 25, n.49/50, p. 139-176, fev./dez. 2017.

MAMED, Letícia Helena. Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 78-90, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14506/10426>. Acesso em: 3 maio 2018.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration? Contextualização. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XV, n. 29, p.5-22.

MARTELLO, Alexandre. Seguro-desemprego: país tem 960 mil pedidos em maio; total durante pandemia vai a 1,9 milhão. **G1**, Economia, Brasília, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/09/brasil-registra-960-mil-pedidos-de-seguro-desemprego-em-maio-com-alta-de-53percent.ghtml>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MARTÍNEZ, Susana Martínez. **Migrantes haitianas y venezolanas en São Sebastião, Brasília**: capacidades de agencia y sentimientos de pertenencia. 2020. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais com ênfase em Estudos Comparados sobre as Américas) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MARTÍNEZ, Susana Martínez; DUTRA, Delia. Experiencias de racismo desde la inmigración haitiana y africana en Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 53, p.99-113, ago. 2018.

MARTINS, Antônio Vicente; PRETTO, Ricardo; LEMONJE, Julise; COSTA, Pedro Conzatti. Análise crítica da Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Porto Alegre: Antônio Vicente Martins Advogados Associados, 2020. Disponível em: <https://www.sindbancarios.org.br/wp-content/uploads/2020/04/An%C3%A1lise-cr%C3%ADtica-da-Medida-Provis%C3%B3ria-n%C2%BA-936.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MARUANI, Margaret; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p.59-69.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Livro 4**. Teorias da Mais Valia. v. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. p. 384-406. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>. Acesso em: 4 jan. 2019.



MASSEY, Douglas S.; ALÁRCON, Rafael; DURAND, Jorge; GONZÁLEZ, Humberto. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. Theories of International Migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, Nova Iorque, v.19, n. 3, p.431-466, set. 1993.

MASSON, Sabine. Sexe/genre, classe, race: décoloniser le féminisme dans un contexte mondialisé. Réflexions à partir de la lutte des femmes indiennes au Chiapas. **Dans Nouvelles Questions Féministes**, v. 25, p. 56-75, mar. 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2006-3-page-56.htm>. Acesso em: 22 maio 2021.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: EdUnesp, 2009. p.222-231.

MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 35, n.3, p. 1-25, 2018.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; LAZARINI, Twila; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José; BARROSO-TRISTÁN, José María. Migração e educação: um estudo sobre a invisibilização do migrante nas políticas educacionais brasileiras e distrital. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 29, n. 24, p. 24-30, mar. 2021. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/5540>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MAURILIO, Gabriel; KUNZ, Marivete Zanoni. As origens norte-americanas da Teologia da Prosperidade, seus ensinamentos e sua influência no contexto brasileiro. **Revista Via Teológica**, Curitiba, v. 19, n. 37, s/p, jun. 2018. Disponível em: <https://fabapar.com.br/blog/as-origens-norte-americanas-da-teologia-da-prosperidade-seus-ensinos-e-sua-influencia-no-contexto-brasileiro/>. Acesso em: 8 maio 2021.

McKLINTOCK, Anne P. **Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest**. Londres: Routledge, 1995.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. **Repocs**, São Luís, v.14, n.27, p. 171-190, 2017.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. Relato da experiência migratória de mulheres haitianas no Sul do Brasil. In: SIMPÓSIO Discursos, relatos y memorias en torno del transnacionalismo, las migraciones y la etnicidad, 67, 2016, [S.l.]. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2016. p. 1-14. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/431287/relato-da-experi%C3%Aancia-migrat%C3%B3ria-de-mulheres-haitianas-no...> Acesso em: 25 jul. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e**

**Cidadania**, Brasília, v.10, n.10, p. 55-69, 2015. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-10\\_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-10_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório**. Versão 1.63.0, de 24 dez. 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.18, p. 43-57, set./dez. 2015.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 17-33, jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84975>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MOLINIER, Pascale. **El trabajo de cuidado y la subalternidad**. Bogotá: Universidad Nacional de Columbia, 2012. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01075702>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAIS, Pâmela. MINUSTAH: o Brasil na missão de paz no Haiti. **Politize!**, 09out. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/minustah-missao-de-paz-no-haiti/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women... **The International Migration Review**, Nova York, v.18, n. 4, p. 886-907, 1984.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, dez. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 maio 2021.

NERI, Marcelo. A nova classe média brasileira e o lado brilhante dos pobres. In: CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO. **Poverty in focus**: sobre a classe média, n. 26. Brasília: CIP-IP, 2013. p. 17-19. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPCPOvertyInFocus26.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, p.41-50, jan./jul. 2001.

NOGUEIRA, Mara; AMARAL, Aiko Ikemura; JONES, Gareth. Os impactos do COVID-19 no precarizado mercado laboral brasileiro demandam políticas abrangentes como a renda básica universal. **LSE Latin America and Caribbean Centre Blog**, Londres, 26 maio 2020. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2020/05/26/os-impactos-do-covid-19-no-precarizado-mercado-laboral-brasileiro-demandam-politicas-abrangentes-como-a-renda-basica-universal/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

OIM – Organización Internacional para las Migraciones. **Informe de las migraciones en el mundo: el bienestar de los migrantes y el desarrollo**. Ginebra: OIM, 2013. Disponível em: [http://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr2013\\_sp.pdf](http://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr2013_sp.pdf). Acesso em: 14 jul. 2018.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 19, 2013, Ginebra. **Informe II...** Ginebra: OIT, 2013. p. 1-85. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/standards-and-guidelines/resolutions-adopted-by-international-conferences-of-labour-statisticians/WCMS\\_234036/lang--es/index.htm](https://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/standards-and-guidelines/resolutions-adopted-by-international-conferences-of-labour-statisticians/WCMS_234036/lang--es/index.htm). Acesso em: 05 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ana Carolina; GUEDES, Cristiano. Serviço Social e desafios da ética em pesquisa: um estudo bibliográfico. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 119-129, 2013.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00171.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura**. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, Márcio de. Haitianos no Paraná: distinção, integração e mobilidade. **Périplos**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 27-46, 2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/5870/5314](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5870/5314). Acesso em: 22 maio 2021.

OLIVEIRA, Márcio de. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-17.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Who Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho Econômico e Social. **Informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos**. Doc. E/2010/89. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/384/08/PDF/N1038408.pdf?OpenElement>. Acesso em: 01 jan. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **International Migration 2019 – Report**. Nova Iorque: ONU, 2019. Disponível em:

[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019\\_Report.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf). Acesso em: 11 abr. 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Qual a diferença entre ‘refugiados e ‘migrantes’?** 04 maio 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/72927-qual-diferenca-entre-refugiados-e-migrantes>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Avanços e desafios da proteção aos refugiados no Brasil**. Brasília: ONUBR, 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/01/UN-Position-Paper-Protection-of-Refugees.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

OPERA MUNDI. Mapa da vacinação no mundo: quantas pessoas já foram imunizadas contra covid-19? São Paulo, 6 maio 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/67957/mapa-da-vacinacao-no-mundo-quantas-pessoas-ja-foram-imunizadas-contra-covid-19>. Acesso em: 6 maio 2021.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p.65-95.

OXFAM. **O vírus da desigualdade**: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. Oxford, jan. 2021. Disponível em: [https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122\\_PT\\_Final\\_ordenado.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf). Acesso em: 6 abr. 2021.

ÖZDEN, Çağlar; SCHIFF, Maurice. **International migration, remittances, and the brain drain**. Washington DC: World Bank; Palgrave Macmillan, 2006. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6929/339880rev.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PAPADOPOULOS, Yannis. The “Floating Homeland”: The Ship as a “Connectivity Space” in Greek Migrant and Public Discourse. Conference papers of the meeting “Tales of Transit Narrative Migrant Spaces in Transatlantic Perspective, 1830-1954”, New Debates in American Studies series, Amsterdam University Press, 2013, p. 45-58. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/321648800\\_Floating\\_Homeland](https://www.researchgate.net/publication/321648800_Floating_Homeland). Acesso em: 27 maio 2021.

PARELLA RUBIO, Sònia. **Segregación laboral y “vulnerabilidad social” de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales; Instituto de la Mujer, 2005. Disponível em: [https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2005/216882/usopolsoc\\_a2005p97iSPA.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2005/216882/usopolsoc_a2005p97iSPA.pdf). Acesso em: 14 abr. 2021.

PARSANOGLOU, Dimitris; PAPADOPOULOS, Yannis G.S. Regulating Human Mobility through Networking and Outsourcing: icem, IOs and NGOs during the 1950s. **Journal of Migration History**, v. 5, n. 2, p. 332-352, set.2019. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/jmh/5/2/article-p332\\_332.xml](https://brill.com/view/journals/jmh/5/2/article-p332_332.xml). Acesso em: 27 maio 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez. 2018.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ; Cortez, 2003.

PEDONE, Claudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. **Empiria**, Revista de metodología de ciencias sociales, [S.l.], n. 19, p. 101-132, jan./jun. 2010.

PEREIRA, Fabrícia da Hora. **O alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil após a nova lei de migração**: um olhar a partir da realidade do estado de Roraima. 2020. 330 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PEREIRA, Potyara A. P. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. IX, n. 10, p. 1-21, dez. 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Temporalis**. Brasília, ano 2, n.3, p.51-62, jan./jul. 2001.

PEREIRA, Rosa Martins Costa. Haitianos evangélicos: lugaridades e experiência religiosa em Porto Velho-RO. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAVALCANTI, Leonardo (Orgs.). **Périplos**, Brasília, v. 1, n.1, p. 160-183, 2017.

PERES, Roberta Guimarães. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 120-137, jul./dez. 2015.

PERES, Roberta Guimarães. Os dois lados da fronteira: imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, n. esp., p. 398-421, 2011.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Mulheres latino-americanas e haitianas no Brasil: perfil na imigração internacional. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, 7, 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ABEP, 2016. s/p. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2681/2587>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, 2012, Águas de Lindóia-SP. **Anais...** Águas de Lindóia: ABEP, 2012. s/p. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1982/1940>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PÉREZ, Cristóbal Mendoza. Circuitos y espacios transnacionales en la migración entre México y Estados Unidos: aportes de una encuesta de flujos. **Migraciones Internacionales**, v. 2, n. 3, p. 83-109, jan./jun. 2004. Disponível em:



[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1665-89062004000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1665-89062004000100004&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 01 mai. 2021.

PESSAR, Patricia R.; MAHLER, Sarah J.. Transnational migration: bringing gender. **IMR**, v. 37, n.3, p. 812-818, 2003. Disponível em:

[http://www.mcrg.ac.in/RLS\\_Migration/Reading\\_List/Module\\_D/61.pdf](http://www.mcrg.ac.in/RLS_Migration/Reading_List/Module_D/61.pdf). Acesso em: 13 mar. 2021.

PINTO, Sônia Reis. Haiti: uma história de emigração e vulnerabilidades anteriores ao terremoto de 2010. In: JUBILUT, Liliana Lyra *et al.* (Orgs.). **Refugiados Ambientais**. Boa Vista: Editora UFRR, 2018. p. 821-848.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.2, p.263-274, 2008.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human development report 2020**. The next frontier: Human development and the Anthropocene. Nova Iorque: PNUD, 2020. Disponível em: <https://report.hdr.undp.org/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009**. Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos. Nova Iorque: PNUD, 2009.

PONGON, Vogly Nahum. **Immigration haïtienne, formation professionnelle et projets de vie**: stratégies de mobilités sociales des haïtiens et capverdiens dans le contexte brésilien. 2017. 357 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PONGON, Vogly Nahum. Formação profissional e projeto de vida: inserção dos migrantes haitianos e cabo verdianos no mercado de trabalho em Brasília. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 15-30, jan./jun. 2016.

PORTES, Alejandro. Convergencias teóricas y evidencias empíricas en el estudio del transnacionalismo de los inmigrantes. **Red Internacional de Migración y Desarrollo**, Zacatecas, México, n. 4, p. 2-19, jan. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000401.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PORTES, Alejandro. Determinants of the brain drain. **International Migration Review**, v.10, n. 4, p. 489-508, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2545081?seq=1>. Acesso em: 24 maio 2021.

PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis Eduardo; HALLER, William J.. Transnational entrepreneurs: an alternative form of immigrant economic adaptation. **American Sociological Review**, [S/I], v. 67, n. 2, p. 278-298, abr. 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3088896?seq=1>. Acesso em: 24 maio 2021.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Normalização do trabalho precário: a experiência europeia e brasileira. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 44, p. 32-47, jan./jun. 2020.

PRZEWORSKI, Adam. O processo de formação das classes. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 3-31, 1977.

PUCMG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil** – Resultados de Pesquisa. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó; Unicamp, 2020.

QUEIROZ, Claudia de Oliveira Carvalho. **A feminização da migração: trabalho doméstico, emancipação e redes sociais na fronteira Brasil-Guiana**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2005. p.116-142.

QUIMINAL, Catherine. Migrações. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: EdUnesp, 2009. p.138-143.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C.. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 47-69, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n1/v33n1a03.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

REYSOO, Fenneke. Féminisation de la migration. In: VERSCHUUR, Christine; REYSOO, Fenneke (Orgs.). **Femmes en mouvement: genre, migrations et nouvelle division internationale du travail**. Genebra: Graduate Institute Publication; L'Harmattan, 2004. p. 17-27.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2007.

RIBEIRO, Carolina. **Migração haitiana para o Brasil - processo de fixação e adaptação: uma questão de gênero (2013-2014)**. 2015.188 f. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RIBEIRO, Jullyane C. Articulações de gênero, práticas de controle migratório e produção da vítima humanitária na gestão do refúgio. **Cadernos OBMigra**, Brasília, v. 2, n.2, p. 1-23, 2016.

RIBEIRO, Tatiane. Conheça quem foram as mulheres por trás da Revolução do Haiti. **Alma Preta**, Quilombo, 29 set. 2017. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/quilombo/conheca-quem-foram-as-mulheres-por-tras-da-revolucao-do-haiti>. Acesso em: 24 fev. 2021.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Claudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. Lima: OIT, 2002. Disponível em: [http://white.lim.ilo.org/ipec/documentos/final\\_praticas\\_cult\\_brasil.pdf](http://white.lim.ilo.org/ipec/documentos/final_praticas_cult_brasil.pdf). Acesso em: 8 maio 2021.

RODRIGUES, Francilene dos S.; VASCONCELOS, Iana S. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na pan-amazônia. **Textos & Debates**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

ROSA, Marcelo C.. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 43-65, jan./abr. 2014.

ROSANVALLON, Pierre. **La nueva cuestión social**. Repensar el Estado providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995.

ROSÁRIO, Livia Verena Cunha do. **Interseccionalidade e fronteira**: mulheres negras migrantes na Amazônia franco-amapaense. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) –Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SÁ, Edvaldo Batista de. **O público e o privado no sistema de saúde**: uma apreciação do projeto de Plano de Saúde Acessível. Brasília: Ipea/Disoc, 2018. Nota Técnica n. 47.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Mulher e capitalismo. In: SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. p.53-196.

SAINT-LOUIS, Rose Nesmy. La classe moyenne haïtienne: de quoi et de qui parlons-nous? **Le Nouvelliste**, Haiti, 02 jul. 2020. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/public/article/217937/la-classe-moyenne-haitienne-de-quoi-et-de-qui-parlons-nous>. Acesso em: 11 maio 2021.

SALA, Gabriela A; CARVALHO, José A. M. de. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 287-304, 2008.

SALAMA, Pierre. Novas formas de pobreza na América Latina. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis; Buenos Aires: Vozes; CLACSO, 2000. p.180-222.

SALAZAR PARREÑAS, Rhacel. **Servants of globalization**: migration and domestic work. 2 ed. Califórnia: Stanford University Press, 2015.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SÁNCHEZ, Fernando Sabido. Marie-Thérèse Colimon-Hall. In: SÁNCHEZ, Fernando Sabido. **Poetas siglo XXI** – Antología mundial + 20.000 poetas. Espanha, 16 abr. 2014. Disponível em: <https://poetassigloveintiuno.blogspot.com/search?q=Marie-Th%C3%A9r%C3%A8se.+Colimon-Hall>. Acesso em: 14 maio 2021.

SANCHOTENE, Diná. Entenda o que mudou para o trabalhador nos últimos dois anos. **A Gazeta**, Economia, Vitória, 01 jan. 2020. Disponível em:



<https://www.agazeta.com.br/es/economia/entenda-o-que-mudou-para-o-trabalhador-nos-ultimos-dois-anos-0120>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS, Cleusa. Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à política social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 8-20, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14709/10420>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SANTOS, Cleusa. Fluxos migratórios e atribuições do assistente social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4, 2014, Belo Horizonte. **DOCUMENTO ESPECIAL CRESS-MG N. 8, PARTE 4...** Belo Horizonte: CRESS-MG, 2014.

SANTOS, Jose Ailton Rodrigues dos. **Haitianos em São Paulo: exclusão e invisibilidade social no contexto da mobilidade urbana**. 2018. 149 f. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: [http://files.leadit-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton\\_Santos\\_A\\_Natureza\\_do\\_Espaco.pdf](http://files.leadit-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf). Acesso em: 7 nov. 2018.

SASSEN, Saskia. La formación de las migraciones internacionales: implicaciones políticas. **Revista Internacional de Filosofía Política**, [S/1], n. 27, p. 19-40, 2006. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2149094>. Acesso em: 22 maio 2021.

SASSEN, Saskia. Contrageografías de la globalización: la feminización de la supervivencia. In: SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos**. Madrid: Traficantes de sueños, 2003. p. 49-80.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 13-35, out. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SCOTT, Russel Parry; VASCONCELOS, Iana dos Santos. Mulheres migrantes na fronteira Brasil/Venezuela: casamentos, cuidados e poderes de práticas familiares. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 21, p. 143-169, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar./maio 2002.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0034.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, Filipe Rezende. **Integração social e laboral dos imigrantes internacionais no Brasil**: o caso dos ganeses, haitianos, congolese e senegaleses. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Filipe Rezende; FERNANDES, Duval. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v.13, n. 18, p.50-64, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/download/16249/12788>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SILVA, João Guilherme C. M. L. G. X. da. **Por razões humanitárias**: cidadanias, políticas públicas e sensibilidades jurídicas na reforma migratória brasileira. 2017. 406 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017a.

SILVA, José Carlos L. da. **A migração haitiana para o Brasil**: lacunas de proteção aos deslocados ambientais. 2015. 283 f. Tese (Doutorado em Direito Ambiental Internacional) – Programa de Doutorado em Direito Ambiental Internacional, Universidade Católica de Santos, Santos, 2015.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-55, jan./jun. 2010.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 470-479, set./dez. 2020.

SILVA, Marluce Souza e; QUEIRÓZ, Imar Domingos; FERREIRA, Vera. Mundialização do capital e mobilidade humana: cenários, atores e políticas. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 40-53, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13270/10423>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SILVA, Paloma Karuza M. da. **Seguindo rotas**: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017b.

SIMÕES, André; HALLAK NETO, João; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de. **Relatório RAIS**: a inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Brasília: OBMigra, 2019.

SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **R. bras. Est. Pop.**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/284-Texto%20do%20artigo-830-1-10-20130923.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SOLIMANO, Andrés. Neoliberalismo, globalização e a classe média. In: CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO. **Poverty in**

**focus:** sobre a classe média, n. 26. Brasília: CIP-IP, 2013. p. 12-13. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPC Poverty In Focus 26.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

SOUCHAUD, Sylvain. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, Ademir Pacelli *et al.* **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**. Garamond, p.267-290, 2010. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00553018/document>. Acesso em: 24 maio 2021.

SOUCHAUD, Sylvain; CARMO, Roberto Luiz do; FUSCO, Wilson. Mobilidade populacional e migração no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. **Teoria & pesquisa**, São Carlos, São Paulo, v. XVI, n. 1, p.39-60, jan./jun. 2007.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolivar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2469-2477, jun. 2020a. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 abr. 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. O subfinanciamento do Sistema Único de Saúde e seus rebatimentos no enfrentamento da Covid-19. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 1-6, 2020b. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312020000300312&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000300312&tlng=pt). Acesso em: 04 abr. 2021.

SOUZA, Jessé. “Nova Classe Média” ou “Nova Classe Trabalhadora”? Quem são os “Batalhadores” Brasileiros? In: CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO. **Poverty in focus: sobre a classe média**, n. 26. Brasília: CIP-IP, 2013. p. 24-25. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPC Poverty In Focus 26.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPRANDEL, Marcia Anita. Migração e crime: A Lei 6.815, de 1980. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, ano XXIII, n. 45, p. 145-168, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n45/1980-8585-REMHU-23-45-145.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

TADEU OLIVEIRA, Antônio. Um panorama da migração internacional a partir do censo demográfico de 2010. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 21, n. 40, p. 195-210, jan./jun. 2013.

TEIXEIRA, Matheus. STF manda governo criar programa de renda básica para pessoas em extrema pobreza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/stf-manda-governo-criar-programa-de-renda-basica-para-pessoas-em-extrema-pobreza.shtml>. Acesso em: 06 maio 2021.

TELLES, Vera da Silva. A nova questão social brasileira. **Revista Praga**, São Paulo, v. 6, p. 106-117, 1998.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 84-109.

TETI, Michelle; SCHATZ, Enid; LIEBENBERG, Linda. Methods in the time of COVID-19: the vital role of qualitative inquiries. **International Journal of Qualitative Methods**, Califórnia, v. 19, p.1-5, 2020.

THERMIDOR, Feguerson. **La diasporaphilie, une autre forme de prostitution en Haiti**. Balistrad, 2018. Disponível em: <https://balistrad.com/la-diasporaphilie-une-autre-forme-de-prostitution-en-haiti/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

TONHATI, Tânia; MACÊDO, Marília de. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **Périplos**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 125-155, 2020. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/35905/28629](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905/28629). Acesso em: 22 maio 2021.

TORRADO, Trinidad L. Vicente. El panorama migratorio internacional: una mirada desde el género. **Rev. Sociedad & Equidad**, Santiago de Chile, n. 6, p.111-137, jan. 2014.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1>. Acesso em: 01 maio 2021.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Cedeplar. **Renda Básica Emergencial: uma resposta suficiente para os impactos econômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil?** Nota Técnica. 20 maio 2020. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <https://socialprotection.org/discover/publications/renda-b%C3%A1sica-emergencial-uma-resposta-suficiente-para-os-impactos-econ%C3%B4micos>. Acesso em: 8 abr. 2021.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. L'éducation des filles et des femmes: vers un cadre d'actionmondia. **Unesco News**, Paris, 09 mar. 2013. Disponível em: <https://fr.unesco.org/news/education-filles-covid-19-nouvelle-fiche-dinformation-revele-inegalites-croissantes-leducation>. Acesso em: 22 maio 2021.

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância. **Progrès pour les enfants**. Un bilan de l'enseignement primaire et de la parité des sexes. Nova Iorque: Unicef, 2005.

VATICAN NEWS. **Religiosos haitianos relançam alarme dos bispos: o país está morrendo**. Vaticano, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-03/religiosos-haiti-apelo-bispos-pais-morte.html>. Acesso em: 17 mar.2021.

VILLEN, Patricia. Fronteiras porosas e a explosão da mobilidade indocumentada. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 29-39, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14711/10422>. Acesso em: 2 maio 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Martin Claret: São Paulo, 2013.

WROBLESKI, Stefano. Sem acesso a políticas públicas, haitianos são explorados. **Repórter Brasil**, São Paulo, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/sem-acesso-a-politicas-publicas-haitianos-sao-explorados/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

YANNOULAS, Silvia. C. **Dossiê**: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

YANNOULAS, Silvia. C. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, p.33-40, jan./jul. 2001.

## APÊNDICES

### Apêndice 1: Cronograma de Execução do Projeto de Doutorado

ATIVIDADE	DATA INICIAL PREVISTA	DATA INICIAL CUMPRIDA	DATA FINAL PREVISTA	DATA FINAL CUMPRIDA	DURAÇÃO (em dias)
Banca de Qulaificação do Projeto de Doutorado	23/09/2019	23/09/2019	23/09/2019	23/09/2019	1
Revisão do Projeto de Doutorado	23/09/2019	01/12/20219	23/09/2019	01/12/20219	69
Submissão do projeto ao CEP - aprovação	02/12/2019	02/12/2019	31/01/2020	23/02/2020	83
Revisão Bibliográfica e Documental	02/01/2020	02/01/2020	30/06/2020	30/07/2020	210
Fase de campo (Entrevistas)	30/03/2020	08/08/2020	30/06/2020	30/10/2020	83
Tradução e/ou Transcrição das Entrevistas gravadas	30/03/2020	08/08/2020	15/07/2020	30/11/2020	114
Sistematização e Análise dos dados coletados	30/03/2020	08/08/2020	31/07/2020	30/01/2021	175
Doutorado Sanduíche	01/08/2020	01/08/2020	31/10/2020	Cancelado	-
Redação da tese	01/08/2020	01/02/2021	01/09/2020	14/05/2021	102
Revisão da Versão Final da Tese	16/11/2020	15/05/2021	30/11/2020	30/05/2021	15
Entrega da versão final da tese para Banca de Defesa	01/12/2020	31/05/2021	01/12/2020	31/05/2021	1
Análise da tese pelos avaliadores	01/12/2020	01/06/2021	17/01/2021	30/06/2021	30
Banca de Defesa da Tese	18/01/2021	01/07/2021	18/01/2021	01/07/2021	1
Revisão Final da Tese após Defesa	19/01/2021	01/07/2021	08/02/2021	27/07/2021	26
Envio da Tese para CEP	22/02/2021	28/07/2021	22/02/2021	28/07/2021	1
Entrega da Tese para UnB	22/02/2021	28/07/2021	22/02/2021	28/07/2021	1

## Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **“Imigração feminina no Brasil: um estudo interseccional sobre trabalho e redes de apoio das haitianas a partir das relações de gênero, raça/etnia e classe”**, de responsabilidade de *Danielle Galdino Solouki*, aluna de *doutorado* do Programa de Pós-graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social, da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é *estudar a imigração feminina haitiana no Brasil, sua inserção laboral e redes de apoio, a partir da análise interseccional das relações de gênero, raça/etnia e classe. Para tanto, este estudo se dividirá em três eixos de análise: 1. Redes migratórias e sociais que dão suporte a experiência migratória das haitianas; 2. Divisão sexual internacional do trabalho e economia dos cuidados, no contexto da feminização das migrações; 3. Discriminações e condições de vida das mulheres imigrantes na sociedade de destino.* Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Razão pela qual sua identificação pessoal (nome, telefone e e-mail) será mantida separadamente dos dados de pesquisa fornecidos por você nesta entrevista. Você será identificada nos resultados deste estudo por meio de um nome fictício, de sua preferência. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como anotações e registros das gravações das entrevistas, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa por um período de 5 (cinco) anos. Após este período, o arquivo será doado (excluindo-se seu nome e contatos fornecidos) para alguma instituição acadêmica que tenha interesse na salvaguarda do mesmo, caso contrário, serão descartados (triturados e cedidos para entidade de reciclagem de papéis).

A coleta de dados será realizada por meio de roteiro de entrevista, com questões que aprofundam a análise sobre a imigração de mulheres haitianas no Brasil; sua inserção laboral; suas redes de apoio; os desafios, dificuldades, conquistas e expectativas em relação ao projeto migratório dessas mulheres.

Para tanto, a entrevista será gravada para a pesquisadora prestar atenção na conversa e não se perder tomando nota, além de ser um registro mais fiel do que você irá dizer. Será solicitado na abertura da entrevista que a mesma declare sua anuência. Apenas a pesquisadora terá acesso e transcreverá a gravação, assegurando o seu anonimato e destruindo tudo que for gravado, em seguida. E, caso seja necessária a participação de intérprete nesta entrevista, o(a)

mesmo(a) se comprometerá por meio de termo de sigilo a não divulgar dados e informações que tome conhecimento. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Espera-se com esta pesquisa *contribuir para a reflexão sobre as assimetrias de gênero, raça/etnia e classe nesse contexto; e para a avaliação e aprimoramento das políticas públicas migratórias no país.*

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Você poderá obter todas as informações que quiser sobre a pesquisa. A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *cópia eletrônica da tese ao e-mail informado para tal*, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o qual foi submetido no endereço eletrônico <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>, da Plataforma Brasil, que é uma base nacional e unificada de registros de pesquisa envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos das participantes da pesquisa estão detalhados na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, editada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode me contatar através do telefone (61) ----- ou pelo e-mail [danigaljp@hotmail.com](mailto:danigaljp@hotmail.com). Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

**Contatos da participante:**

Nome: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



## Apêndice 3: Questionário Virtual pelo Google Formulários

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

### Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

Bienvenue à l'enquête « Immigration féminine au Brésil: une étude intersectionnelle sur le travail et les réseaux de soutien des Haïtiens basés sur le sexe, la race/ethnicité et les relations de classe » !

Vous êtes invitées à participer à une recherche sur l'immigration des femmes haïtiennes au Brésil, menée par l'étudiante Danielle Galdino Solouki, du programme de doctorat en politique sociale, à l'Université de Brasilia (UnB).

L'objectif de la recherche est d'étudier l'immigration des femmes haïtiennes, leurs conditions de vie et de travail, leurs relations sociales et leurs réseaux de soutien au Brésil et en Haïti ; et d'analyser comment les dimensions de genre, de race, d'origine et de classe sociale affectent leurs trajectoires migratoires .

Avec cette étude, j'espère contribuer à la réflexion sur les difficultés rencontrées par les femmes immigrées au Brésil et à l'évaluation et à l'amélioration des politiques publiques de migration dans le pays, en se concentrant sur les femmes immigrées.

Ce questionnaire constitue la première étape de la recherche, avec des questions objectives, afin d'appuyer la deuxième étape, qui sera la phase subjective, pour approfondir ce questionnaire.

Ce questionnaire peut prendre environ 15 minutes à remplir. Votre participation est volontaire et gratuite. La confidentialité de votre identité sera garantie. Vous pouvez vous retirer de votre participation à l'enquête à tout moment, pour n'importe quelle raison et sans aucune perte. Partager avec vous le résultat fin de la recherche, l'envoi d'une copie à l'e-mail informé.

Les conditions pour que vous puissiez participer à cette étude est d'être une femme, d'avoir la nationalité haïtienne, avoir 18 ans d'âge ou plus et résider au Brésil. Des informations concernant l'étude ou les droits du participant à la recherche peuvent être obtenues auprès des contacts du chercheur (E-mail: [danielajp@hotmail.com](mailto:danielajp@hotmail.com) / Celular: 61 [REDACTED]) ou du Comité d'éthique de la recherche (E-mail: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) / Tél: (61) 3107-1592 ).

\*Obrigatório

#### A) DONNÉES PERSONNELLES

1. 1. Quel est votre nom? \*

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

2. 2. Quel est votre numéro de téléphone? Exemple: (DDD) Numéro de téléphone \*

---

3. 3. Afin que je puisse vous transmettre le résultat final de l'enquête, j'ai besoin que vous me communiquiez votre e-mail. Quelle est votre adresse e-mail?

---

4. 4. Date de naissance (mois / année): \*

---

5. 5. État civil: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Célibataire

Mariée

Union libre

Séparée

Divorcée

Veuve

Autre

6. 6. Lieu de résidence en Haïti (département/ville/section rurale): \*

---

---

---

---

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

## 7. 7. Dans quel type de région se trouve votre ville d'origine? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Zone rurale
- Zone urbaine
- Je ne sais pas comment répondre

## 8. 8. Quel est votre religion? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Catholicisme
- Protestantisme
- Adventiste du Septième Jour
- Vaudou
- Spiritisme
- Islam
- Judaïsme
- Témoin de Jehovah
- Mormon
- Un autre
- Sans religion

## B) TRAJECTOIRES MIGRATOIRES

## 9. 9. Avez-vous été déjà dans un autre pays que le Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui
- Non

## 10. 10. Année d'arrivée au Brésil (mois / année): \*

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

11. 11. Qui a pris la décision de venir au Brésil? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Moi même
- Mon mari
- Mon partenaire
- Mon petit ami
- Mon père
- Ma mère
- Un autre parent
- Une autre personne qui n'est pas membre de la famille

12. 12. Aviez-vous déjà de la famille ou des amis au Brésil, avant de venir? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui
- Non

13. 13. Comment tu es entrée au Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Par la route (voiture)
- Par mer / rivière (bateau, navire)
- Par avion

14. 14. Avec qui êtes-vous venues au Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Seul
- Accompagné de membres de la famille
- Accompagné d'amis
- Autres

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

**15. 15. Le Brésil était-il votre destination migratoire finale? \****Marcar apenas uma oval.*

- Oui, je voulais vraiment venir au Brésil.
- Non, le Brésil est un endroit temporaire. J'ai l'intention d'aller dans un autre pays.
- Je ne suis pas sûr pour le moment.

**C) RÉSEAUX DE SOUTIEN****16. 16. Qui a aidé lors de votre voyage au Brésil? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \****Marcar tudo o que for aplicável.*

- Moi même
- Ma famille
- Mes amis
- Autres
- Personne

**17. 17. Quel genre d'aide avez-vous reçu de ces personnes ou institutions? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \****Marcar tudo o que for aplicável.*

- Argent
- Informations
- Billets / transport
- Logement
- Autre type d'aide

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

18. 18. Restez-vous toujours en contact avec ces personnes qui vous ont aidé dans votre voyage? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui, avec tous
- Oui, avec certains
- Non, avec aucun

19. 19. Avez-vous reçu ou un soutien d'une ONG, d'une entité religieuse, d'une université ou d'une association au Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui, souvent
- Oui, rarement
- Non

20. 20. Quelles institutions ou personnes qui vous aident au Brésil? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Je reçois l'aide d'une institution religieuse.
- Je reçois l'aide d'une Organisation Non Gouvernementale (ONG).
- Je reçois l'aide de l'université.
- Je reçois l'aide des voisins.
- Je reçois l'aide d'Haïtiens au Brésil.
- Je reçois l'aide d'Haïtiens en Haïti.
- Je reçois l'aide d'Haïtiens qui sont dans d'autres pays.
- Autres
- Je n'ai aucune aide.

#### D) HISTOIRE SCOLAIRE

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

## 21. 21. Quelle est votre formation? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Enseignement primaire / élémentaire complet
- Enseignement primaire / élémentaire incomplet
- Enseignement secondaire complet
- Enseignement secondaire incomplet
- Formation universitaire complète
- Formation universitaire incomplète
- Maîtrise / Doctorat complet
- Maîtrise / Doctorat incomplèt
- Je ne suis jamais allé à l'école.

## 22. 22. Etudiez-vous actuellement au Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui
- Non

## 23. 23. Avez-vous déjà fait un cours de portugais au Brésil?

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui
- Non

## 24. 24. Parlez-vous bien le portugais? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Bien
- Très bien
- Un peu
- Rien

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

25. 25. Comprenez-vous bien le portugais? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Bien  
 Très bien  
 Un peu  
 Rien

26. 26. Lisez-vous bien le portugais? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Bien  
 Très bien  
 Un peu  
 Rien

27. 27. Écrivez-vous bien le portugais? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Bien  
 Très bien  
 Un peu  
 Rien

28. 28. Quelles langues parlez-vous ? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Créole  
 Français  
 Anglais  
 Espagnol  
 Portugais  
 Autres



23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

## E) TRAVAIL ET REVENUS

29. 29. Quelle est votre profession? \*

---

---

---

---

---

---

---

---

30. 30. Quelle est votre situation de travail actuelle? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Je travaille d'une carte travail signée.
- Je travaille sans carte travail signée pour une autre personne.
- Je travaille pour moi même.
- Je n'ai pas de travail.

31. 31. Quel type de travail vous aviez avant de venir au Brésil? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Travail formel
- Travail informel pour d'autres personnes / entreprises
- Travail indépendant informel (en tant qu'indépendant)
- Je n'ai jamais travaillé

32. 32. À votre avis, pour qui est-il plus facile de trouver du travail au Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- C'est plus facile pour les femmes.
- C'est plus facile pour les hommes.
- C'est facile pour tout le monde, qu'il soit homme ou femme.
- Je ne sais pas comment répondre.

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

33. 33. Dans quel pays les conditions de travail sont-elles meilleures? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- en Haïti
- au Brésil
- Dans un autre pays où j'ai travaillé
- Je ne sais pas comment répondre

34. 34. Avez-vous une personne en Haïti ou dans un autre pays dépend-elle financièrement de vous? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui, souvent
- Oui, rarement
- Non

35. 35. Envoyez-vous une aide financière en Haïti? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui, souvent
- Oui, rarement
- Non

36. 36. Recevez-vous une aide financière de personnes d'Haïti ou d'un autre pays? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui, souvent
- Oui, rarement
- Non

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

37. Recevez-vous une "Auxílio Emergencial" (Aide d'urgence) du gouvernement fédéral à cause de la pandémie? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui
- Non. Mon inscription n'a pas été approuvée.
- Não. Eu não me enquadro nos requisitos.
- Je ne sais pas comment répondre.

38. 37. Quel est votre revenu mensuel individuel actuel en monnaie brésilienne (Reais: R\$)? \*

\_\_\_\_\_

39. 38. Quel est le revenu mensuel actuel de votre famille, le revenu de toutes les personnes qui vivent dans votre maison, ici au Brésil, en monnaie brésilienne (Reais: R\$)? \*

\_\_\_\_\_

#### F) VIE DOMESTIQUE ET FAMILIALE

40. 39. Zone d'habitation actuel (quartier / ville / état au Brésil): \*

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

## 41. 40. La maison dans laquelle vous vivez est: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Louée
- Possédée
- Financée
- Fournie par des amis ou des familles
- Logement fonctionnel - entretenu par l'entreprise pour laquelle vous travaillez
- Zone d'invasion
- Résident dans la rue
- Autre

## 42. 41. Avec qui vous vivez? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Seule
- Avec mon mari / partenaire / petit ami
- Avec mes enfants
- Avec mon père
- Avec ma mère
- Avec sœurs / frères
- Avec d'autres membres de la famille
- Avec des amis
- Avec des étrangers
- Autres

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

43. 42. Qui prend les décisions chez vous? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Moi même
- Mon mari / partenaire / petit ami
- Mon père
- Ma mère
- Un autre parent
- Mon ami
- Autres

44. 43. Qui fait le ménage à la maison? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Seulement moi
- Seules les femmes de la maison
- Tous les résidents de la maison, hommes et femmes, partagent les tâches ménagères
- Nous payons quelqu'un d'autre pour faire

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

45. 44. Consultez la liste ci-dessous les articles que vous avez chez vous. Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Internet (wifi)
- Internet mobile
- Téléphone portable
- Ordinateur, tablette ou ordinateur portable
- La télé
- Rechaud
- Frigidaire
- Four micro onde
- Machine à laver
- Blender
- Le fer
- Climatisation
- Voiture
- Moto
- Bicyclette

46. 45. À quelle fréquence restez-vous en contact avec des parents et amis qui sont restés en Haïti? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Hebdomadaire
- Tous les quinze jours
- Mensuel
- Rarement
- Pas une fois

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

47. 46. Êtes-vous actuellement enceinte? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Oui  
 Non  
 pas sûr

48. 47. Nombre d'enfants? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- un  
 deux  
 trois  
 quatre  
 cinq ou plus  
 Je n'ai pas d'enfants

49. 48. Où sont vos enfants en ce moment? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- au Brésil  
 en Haïti  
 dans un autre pays  
 Je n'ai pas d'enfants

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

## 50. 49. Quel âge ont vos enfants? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Tous ont moins de 18 ans
- Tous ont plus de 18 ans
- J'ai des enfants de plus de 18 ans et de moins de 18 ans
- Je suis enceinte de mon premier enfant
- Je n'ai pas d'enfants

## G) LA VIE AU BRÉSIL ET LA PANDÉMIE

## 51. 50. Dans quelles régions du Brésil avez-vous vécu? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Région du Nord (j'ai vécu dans un ou plusieurs de ces états: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima et / ou Tocantins)
- Région du Nord-Est (j'ai vécu dans un ou plusieurs de ces états: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte et / ou Sergipe)
- Région du Midwest (j'ai vécu dans un ou plusieurs de ces états: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul et / ou Distrito Federal)
- Région du sud-est (j'ai vécu dans un ou plusieurs de ces états: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro et / ou São Paulo)
- Région sud (j'ai vécu dans un ou plusieurs de ces états: Paraná, Rio Grande do Sul et / ou Santa Catarina)
- Je ne me souviens pas



23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

52. 51. Comment les Brésiliens vous traitent-ils? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Avec respect
- Chaleureusement
- Amical
- Avec le racisme (n'aime pas les noirs)
- Avec xénophobie (n'aime pas les étrangers)
- Avec d'autres formes de préjugés
- Indifféremment
- Par d'autres moyens
- Je ne sais pas comment répondre

53. 52. Quels services publics recherchez-vous le plus ici au Brésil ? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- dans le domaine de la santé
- dans le domaine de l'éducation
- dans le domaine de la sécurité
- dans le domaine de la justice
- dans le domaine de l'assistance sociale
- dans le domaine du transport
- dans la zone d'habitation (financé de Maison)
- dans le domaine professionnel et du travail
- dans le domaine de la sécurité sociale
- dans le domaine de la culture, du sport et / ou des loisirs
- autres domaines

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

54. 53. Quels sont les principales difficultés rencontrées au Brésil? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Difficultés à trouver un emploi
- Bas salaire
- Mauvaises conditions de travail
- Élevé coût de la vie
- Régularisation migratoire
- Ouvrir un compte bancaire
- Accès aux services publics
- Reconnaissance du diplôme scolaire / universitaire
- Insécurité / violence
- Préjudice des Brésiliens
- Pauvreté
- Louer une maison
- Je ne sais pas parler ou ne parle pas bien le portugais
- Autres
- Je ne sais pas comment répondre

55. 54. Avez-vous peur de vivre quelque part au Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- oui
- Non
- Je ne sais pas comment répondre

56. 55. Comment évaluez-vous votre venue au Brésil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- positif
- négatif
- Je ne peux toujours pas évaluer

23/05/2021

Recherche: Immigration des femmes haïtiennes au Brésil

57. 56. La situation actuelle du coronavirus pandémie (COVID-19) a affecté votre vie? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- oui, un peu
- oui, tout à fait
- non
- Je n'ai pas encore réalisé

58. 57. De quelle manière la pandémie de coronavirus (COVID-19) affecté-t-elle votre vie? Vous pouvez marquer plus d'une réponse. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- J'ai perdu mon boulot.
- Je ne peux pas trouver un autre emploi pendant cette période.
- Je ne peux pas payer le loyer de la maison où j'habite.
- Je ne peux pas acheter les bases pour vivre.
- Je suis tombé malade avec le Covid-19.
- Les personnes avec lesquelles je vis sont tombées malades du Covid-19.
- J'étais dans une santé émotionnelle affaiblie pendant cette période.
- Je ne peux pas accéder aux services de santé pour le moment.
- Moi et / ou d'autres membres de la famille sommes restés sans étudier.
- Je ne peux pas accéder à d'autres services publics pour le moment.
- Je ne peux pas envoyer d'aide à ma famille en Haïti.
- Autres types de difficultés.

**Merci beaucoup de votre collaboration!**

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

### Apêndice 4: Roteiro de Entrevistas

#### Questionário Socioeconômico + Roteiro Entrevista

Nome:

Data:

Hora:

Nº	QUESTIONÁRIO VIRTUAL	ENTREVISTA - TRANSCRIÇÃO
<b>A</b>	<b>DADOS PESSOAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como você se descreveria na condição de ser mulher, negra, imigrante?</li> </ul>
01	Qual é o seu nome?	
02	Qual o seu número de telefone? Exemplo: (DDD) Número do telefone	
03	Para que eu possa encaminhar o resultado final da pesquisa para você, preciso que me informe o seu e-mail. Qual o seu e-mail?	
04	Data de Nascimento (mês/ano):	
05	Estado civil: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solteira / Casada / União estável / Separada / Divorciada / Viúva / Outra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se casada, há quanto tempo?</li> <li>• Casou no Brasil ou noutro lugar?</li> </ul>
06	Cidade de origem no Haiti (departamento/distrito):	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fale sobre sua cidade de origem no Haiti?</li> </ul>
07	Sua cidade de origem fica em que tipo de região? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rural / urbana / Não sei responder</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como era sua vida no Haiti antes vir para o Brasil?</li> </ul>
08	Qual é a sua religião? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Catolicismo / Protestantismo / Adventista do Sétimo Dia / Vodou / Espiritismo / Islamismo / Judaísmo / Testemunha de Jeová / Mórmon / Outra / Sem religião</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você vai a sua igreja com frequência?</li> <li>• Participa de alguma atividade religiosa?</li> </ul>
<b>B</b>	<b>TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS</b>	
09	Já esteve em outro país além do Haiti e Brasil? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim / Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual foi o último país que você morou antes de vir ao Brasil?</li> <li>• Se esteve em outro país além do Brasil e Haiti, como foi a experiência?</li> </ul>
10	Mês/Ano de chegada no Brasil:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É a sua primeira vez no Brasil ou já esteve aqui antes?</li> <li>• Por que você escolheu o Brasil?</li> <li>• Você considera o Brasil um <i>gran/gros peyi</i> ou um <i>ti peyi</i>?</li> </ul>
11	Quem tomou a decisão de você vir para o Brasil? Pode marcar mais de uma resposta. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu mesma / Meu esposo / Meu companheiro / Meu namorado / Meu pai / Minha mãe / Outro parente / Outra pessoa que não é da família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você já sonhava em ser migrante, em sair do Haiti para aletranje? Ser uma mulher diáspora? Por quê?</li> <li>• Você acha que a migração é uma oportunidade para as mulheres haitianas? Que tipos de oportunidades?</li> </ul>
12	Já tinha parentes ou amigos no Brasil, antes de vir? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim / Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem já estava no Brasil?</li> <li>• Por que você acha que as mulheres haitianas estão saindo do Haiti para outros países?</li> <li>• Você tem familiares em outros países? Quais? Quem?</li> </ul>
13	Como entrou no Brasil? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Terra / Água / Avião</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como foi a viagem até aqui? Escalas?</li> </ul>
14	Com quem você veio para o Brasil? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sozinha / com familiares / com amigos / Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira vez que viajou só? Como foi? (EXPLORAR QUESTÃO)</li> <li>• Ou: Com Quem? (EXPLORAR QUESTÃO)</li> </ul>
15	O Brasil era o seu destino migratório final?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como começou o projeto de vir para o Brasil?</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, queria vir para o Brasil mesmo.</li> <li>• Não, o Brasil é um lugar provisório. Pretendo ir para outro país.</li> <li>• Não tenho certeza nesse momento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Decisão (pessoal ou familiar)</li> <li>○ Planejamento (organização da viagem, despesas, mudanças de plano).</li> <li>• Regularização migratória?</li> <li>• Pretende migrar para outro país?</li> <li>○ Qual? Por quê?</li> </ul>
<b>C</b>	<b>REDES DE APOIO</b>	
16	<p>Quem ajudou na sua viagem para o Brasil? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu mesma / Meus familiares / Meus amigos / Outros / Ninguém</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem lhe deu ajuda para realizar essa viagem? (EXPLORAR QUESTÃO)</li> <li>• Utilizou serviços de um Raketè/ajans/outros?</li> <li>• Como chegou a essa rede de contatos?</li> <li>• Tem uma rede migratória só de mulheres ou é a mesma dos homens?</li> </ul>
17	<p>Que tipo de ajuda recebeu dessas pessoas ou instituições? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinheiro / Informações / Passagens/ transporte / Moradia / Outro tipo de ajuda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Que tipo de ajuda? (EXPLORAR QUESTÃO)</li> <li>• Você ficou devendo dinheiro para alguém do Haiti que te ajudou na viagem?</li> </ul>
18	<p>Você ainda mantém contato com essas pessoas que te ajudaram na viagem?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, com todas.</li> <li>• Sim, com algumas.</li> <li>• Não, com nenhuma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você participava de alguma associação, movimento social lá no Haiti (ou outro país)?</li> <li>• Ainda mantém contato com essa rede? (EXPLORAR QUESTÃO)</li> <li>• Você pretende trazer mais alguém do Haiti/outro país para o Brasil?</li> <li>• Você tem ajudado outras mulheres haitianas (ou outras pessoas) a virem para o Brasil?</li> <li>• Tem repassado informações da sua rede?</li> </ul>
19	<p>Recebeu ou recebe apoio de alguma ONG, entidade religiosa, universidade ou associação no Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• frequentemente / raramente / Não</li> </ul>	
20	<p>Quais as instituições ou pessoas que ajudam você aqui no Brasil? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recebo ajuda de instituição religiosa</li> <li>• Recebo ajuda de Organização Não Governamental (ONG)</li> <li>• Recebo ajuda da universidade</li> <li>• Recebo ajuda dos vizinhos</li> <li>• Recebo ajuda de haitianos que estão no Brasil</li> <li>• Recebo ajuda de haitianos que estão no Haiti</li> <li>• Recebo ajuda de haitianos que estão em outros países</li> <li>• Outros</li> <li>• Não recebo nenhuma ajuda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• E no Brasil, quem é sua rede de apoio? (Ex: igreja, ONG, universidade, vizinhos, outros haitianos no Brasil, outros haitianos no Haiti, outros haitianos em outros países)</li> <li>• Como essa rede te ajuda a viver aqui?</li> </ul>
<b>D</b>	<b>HISTÓRICO ESCOLAR</b>	
21	<p>Qual a sua escolaridade?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EFC / EFI/ EMC/ EMI/ ESC / ESI/ PÓSC / PÓSI/ Nunca frequentei a escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que estudava no Haiti?</li> <li>• Público ou Privado? Quem pagava?</li> </ul>
22	<p>Estuda atualmente no Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim / Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O quê?</li> <li>• Tem vontade de voltar a estudar?</li> </ul>
23	<p>Você já fez curso de português no Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim / Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Onde?</li> </ul>
24	<p>Você fala bem o português?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem / Muito bem / Um pouco / Nada</li> </ul>	
25	<p>Você compreende bem o português?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem / Muito bem / Um pouco / Nada</li> </ul>	

26	Você lê bem o português? • Bem / Muito bem / Um pouco / Nada	
27	Você escreve bem o português? • Bem / Muito bem / Um pouco / Nada	
28	Quais os Idiomas que você fala? Pode marcar mais de uma resposta. • Crioulo / Francês / Inglês/ Espanhol / Português / Outros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a importância dos estudos para seu projeto de vida?</li> <li>• O que você sonha em ser profissionalmente?</li> </ul>
<b>E</b>	<b>TRABALHO E RENDA</b>	
29	Qual a sua Profissão?	
31	Que tipo de trabalho você teve antes de vir para o Brasil? Pode marcar mais de uma resposta. • Trabalho formal • Trabalho informal para outras pessoas/empresas • Trabalho informal por conta própria (como autônoma) • Eu nunca trabalhei	<p><b>No Haiti ou outros países:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiências de trabalho anterior ao Brasil?</li> <li>• Você gostava do que fazia?</li> <li>• Já tinha experiência no ramo?</li> <li>• Como eram as condições de trabalho? (Direitos eram respeitados?)</li> <li>• E o salário?</li> <li>• Tratada com dignidade e respeito pelo patrão e colegas de trabalho?</li> </ul>
30	Qual a sua situação de trabalho atual? Pode marcar mais de uma resposta. • Estou trabalhando com carteira de trabalho assinada • Estou trabalhando sem carteira assinada para outra pessoa ou empresa. • Estou trabalhando por conta própria (pra você mesma) • Estou sem trabalho	<p><b>No Brasil:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiências de trabalho?</li> <li>• Formal / Informal / autônomo?</li> <li>• Para brasileiros ou estrangeiros?</li> <li>• Já tinha experiência no ramo?</li> <li>• Você gosta/va do que faz/ia?</li> <li>• Condições de trabalho? (Salário, Benefícios, direitos respeitados, acordos cumpridos?)</li> <li>• Tratada com dignidade e respeito pelo patrão e colegas de trabalho? (diferença no tratamento?)</li> <li>• Quem te ajudou a conseguir trabalho no Brasil?</li> <li>• Trabalha/ou na <b>área dos cuidados</b> (trabalho doméstico; cuidar de crianças, idosos ou doentes; etc)? <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Se sim, conte sua experiência?</li> <li>○ O que você acha desse tipo de trabalho? (gosta?)</li> <li>○ Alguém da sua família trabalha nessa área dos cuidados?</li> <li>○ Tem algum tipo de trabalho que você não faria de jeito algum? (Qual? Por quê?)</li> </ul> </li> <li>• Como você avalia sua vida profissional no Brasil? +/-? (in)satisfeita? Por quê?</li> </ul>
32	Na sua opinião, para quem é mais fácil conseguir trabalho no Brasil? • mulheres / homens / ambos, independente do sexo / Não sei responder	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por quê?</li> <li>• Como é o mercado de trabalho brasileiro para mulheres estrangeiras (haitianas)? E para os homens?</li> </ul>
33	Em qual país as condições de trabalho são melhores? • Haiti / Brasil / outro país / não sei responder	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por quê?</li> <li>• Conhece os Direitos trabalhistas brasileiros? Como?</li> <li>• Qual a diferença entre o mercado de trabalho no Haiti (e outros países) e no Brasil? Alguma semelhança?</li> <li>• O que você acha melhor: Trabalho formal x trabalho informal: vantagens e desvantagens?</li> <li>• O trabalho no Brasil era o que você imaginava antes de vir?</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você está no Brasil desde (<b>X anos</b>). Antes era mais fácil conseguir trabalho que agora? Por quê?</li> </ul>
34	<p>Você tem alguém no Haiti ou em outro país que depende financeiramente de você?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• com frequência / raramente / não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem?</li> </ul>
35	<p>Você envia ajuda financeira para o Haiti?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• com frequência / raramente / não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quanto? Periodicidade? Finalidade?</li> </ul>
36	<p>Você recebe ajuda financeira de pessoas do Haiti ou de outro país?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• com frequência / raramente / não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quanto? Periodicidade? Finalidade?</li> </ul>
37	<p>Qual a sua renda mensal individual atual em moeda brasileira (reais: R\$)?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está recebendo o Auxílio Emergencial?</li> </ul>
38	<p>Qual a renda mensal atual da sua família (some a renda de todas as pessoas que moram na sua casa), aqui no Brasil, em moeda brasileira (reais: R\$)?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem conseguido se manter com esse trabalho?</li> <li>• O que faz para complementar a renda?</li> <li>• O que faz para viver no Brasil sem renda?</li> </ul>
<b>F</b>	<b>VIDA DOMÉSTICA E FAMILIAR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como a mulher é tratada no Haiti?</li> <li>• E no Brasil, como a mulher é tratada?</li> </ul>
39	<p>A casa que você mora é</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alugada / Própria / Financiada / Cedida por conhecidos / Moradia funcional – mantida pela empresa em que trabalha / Área de invasão / Moradora em situação de rua / Outro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quanto paga de aluguel?</li> </ul>
40	<p>Com quem você mora? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sozinha / marido / companheiro / namorado / filhos / pai / mãe / irmãs / irmãos / outros familiares / amigos / desconhecidos / Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações no ambiente doméstico e familiar?</li> <li>• O que você costuma fazer no tempo livre? Com quem costuma partilhar esses momentos?</li> </ul>
41	<p>Quem toma as decisões na sua casa? Você pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu mesma / marido/companheiro/namorado / pai / mãe / outro parente / amiga / Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liderança no ambiente doméstico e familiar?</li> </ul>
42	<p>Quem faz as tarefas domésticas em casa?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Somente eu</li> <li>• Só as mulheres da casa</li> <li>• Todos os moradores da casa, homens e mulheres, dividem as tarefas domésticas</li> <li>• Pagamos para outra pessoa fazer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divisão de tarefas em casa? (EXPLORAR QUESTÃO)</li> </ul>
43	<p>Marque na lista abaixo os itens que você tem em casa. Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Internet (wi-fi) / Internet móvel (pelo celular) / Telefone celular / Computador, tablete ou notebook / Televisão / Fogão / Geladeira / Micro-ondas / Máquina de lavar roupa / Liquidificador / Ferro de passar roupa / Ar-condicionado / Carro / Moto / Bicicleta</li> </ul>	
44	<p>Com qual frequência você mantém contato com parentes e amigos que ficaram no Haiti?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Semana / Quinzena / Mensal / Raro / Nunca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contato com familiares é suficiente?</li> <li>• De quem você mais sente falta do Haiti?</li> <li>• Gostaria de trazer essa pessoa para o Brasil?</li> </ul>
45	<p>Está grávida atualmente?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim / Não / Não tenho certeza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gravidez: planejada? Ter um filho no Brasil ajuda na sua permanência aqui?</li> </ul>
46	<p>Número de filhos?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5+</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SE NÃO TEM FILHOS OU SOLTEIRA: Planos de construir uma família (casar/filhos)? No Brasil ou em outro país?</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Algum filho nascido no Brasil?</li> <li>• Conciliação da vida profissional com criação de filhos?</li> </ul>
47	<p>Onde estão seus filhos neste momento? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil / Haiti / Outro país / Sem filhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Filhos distantes: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Onde estão?</li> <li>○ Por que não vieram?</li> <li>○ Quem cuida?</li> <li>○ Pretende trazê-los?</li> <li>○ Envia dinheiro para eles?</li> <li>○ Como é a experiência da distância deles?</li> </ul> </li> </ul>
48	<p>Qual a idade dos seus filhos?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos &lt; 18 / Todos &gt; 18 / &lt; e &gt; 18 / grávida do primeiro filho / sem filhos</li> </ul>	
<b>G</b>	<b>VIDA NO BRASIL E PANDEMIA</b>	<p>Como foi o início da vida aqui no Brasil?</p> <p>Dificuldades? Novidades / Surpresas?</p>
49	Bairro de moradia atual (bairro/cidade/estado no Brasil):	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que te fez escolher Brasília (ou outra cidade, se for o caso)?</li> <li>• Morou em outros estados? Quais?</li> <li>• E o que te fez vir para este bairro?</li> <li>• Já morou em outros? Quais?</li> <li>• Você gosta de onde mora atualmente? + e -</li> </ul>
50	<p>Em quais regiões do Brasil você já morou? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Norte / Nordeste / Centro-Oeste / Sudeste / Sul / Não lembro</li> </ul>	
51	<p>De que forma os brasileiros tratam você? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Respeitosamente / Acolhedoramente / Amigavelmente / Racismo / Xenofobia / Outras formas de preconceito / Indiferente / Outras formas / Não sei responder</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que te faz perceber esse tratamento?</li> <li>• Alguma vez se sentiu ameaçada ou humilhada aqui no Brasil? E em outro país?</li> <li>• Você se dá bem com a vizinhança? Como é a relação?</li> <li>• Existe <i>baz</i> de mulheres haitianas, como tem de homens haitianos?</li> </ul>
52	<p>Quais os serviços públicos que você mais procura aqui no Brasil? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• saúde / educação / segurança / justiça / assistência social / transporte / habitação / profissionalizante e laboral / previdência social / cultura, esporte e ou lazer / Outras áreas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como tem sido acessar as políticas públicas como imigrante no Brasil? E como era no Haiti?</li> </ul>
53	<p>Quais as principais dificuldades que você enfrentou no Brasil? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades para encontrar um trabalho</li> <li>• Salário baixo</li> <li>• Condições ruins de trabalho</li> <li>• Custo de vida alto</li> <li>• Regularização migratória</li> <li>• Abrir uma conta bancária</li> <li>• Acesso aos serviços públicos</li> <li>• Reconhecimento de diploma escolar/universitário</li> <li>• Insegurança/violência</li> <li>• Preconceito dos brasileiros</li> <li>• Pobreza</li> <li>• Alugar uma moradia</li> <li>• Não sei falar ou não falo bem o português</li> <li>• Outras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Explorar a questão</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não sei responder</li> </ul>	
54	<p>Você tem medo de morar em algum lugar no Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> <li>• Não sei responder</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você tem medo de viver no Brasil? Por quê?</li> <li>• Você acha que o Brasil é um país perigoso/violento para uma mulher migrante? Por quê?</li> </ul>
56	<p>A atual situação da pandemia do coronavírus (Covid-19) tem afetado sua vida? Pode marcar mais de uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Um pouco / Bastante / Não / Ainda não percebi</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como está sua vida depois da pandemia aqui no Brasil? Quais as dificuldades trazidas pela pandemia?</li> <li>• Você tem notícias de como está a situação do Haiti nesse período de pandemia? Afetou sua família lá?</li> </ul>
57	<p>Como a pandemia de coronavírus (Covid-19) está afetando sua vida?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perdi meu trabalho</li> <li>• Não consigo outro trabalho neste período</li> <li>• Não consigo pagar o aluguel da casa onde moro</li> <li>• Não posso continuar comprando o básico para viver</li> <li>• Fiquei doente com a COVID-19</li> <li>• Pessoas com quem eu convivo ficaram doentes com a COVID-19</li> <li>• Eu fiquei com a saúde emocional fragilizada neste período</li> <li>• Não consigo acessar os serviços de saúde neste período</li> <li>• Eu e/ou outros membros da família ficamos sem estudar</li> <li>• Não consigo acessar outros serviços públicos neste período</li> <li>• Não posso enviar ajuda para meus familiares no Haiti.</li> <li>• Outros tipos de dificuldades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Explorar essa questão</li> </ul>
55	<p>Como você avalia sua vinda para o Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Positiva</li> <li>• Negativa</li> <li>• Ainda não consigo avaliar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por quê?</li> <li>• Sua condição econômica e social aqui no Brasil é melhor ou pior em relação ao Haiti (ou outros países por onde passou)?</li> <li>• Você se considera uma pessoa que pertence à classe de pessoas pobres?</li> <li>• O que a faz se perceber nessa condição?</li> <li>• O Brasil é como você imaginava?</li> <li>• Arrependeu-se de migrar? (Avez-vous regretté d'avoir migré?)</li> <li>• Pretende voltar para Haiti? Por quê?</li> </ul>

## ANEXOS

## Anexo 1: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Imigração feminina no Brasil: um estudo interseccional sobre trabalho e redes de apoio das haitianas a partir das relações de gênero, raça/etnia e classe.

**Pesquisador:** DANIELLE GALDINO SOLOUKI

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 27153219.8.0000.5540

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Política Social

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.854.987

**Apresentação do Projeto:**

Apresentação do Projeto:

O objetivo desta pesquisa será estudar a imigração feminina haitiana no Brasil, sua inserção laboral e redes de apoio, a partir da análise interseccional das relações de gênero, raça/etnia e classe. Para tanto, este projeto se propõe a realizar uma pesquisa qualitativa, a partir do estudo de caso da imigração feminina haitiana no Brasil, utilizando as técnicas de levantamento e análise documental e bibliográfico; e entrevistas semiestruturadas com mulheres haitianas residentes no Brasil. Os dados qualitativos serão ainda complementados com levantamento quantitativo em registros administrativos públicos (RAIS e CAGED – dados relacionados ao mercado formal de trabalho) e de outras pesquisas. O recorte temporal será o período de 2010 a 2019 e será geograficamente situada no Distrito Federal (podendo se expandir para outras localidades a fim de alcançar os objetivos do estudo, se necessário)

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo desta pesquisa será estudar a imigração feminina haitiana no Brasil, sua inserção laboral e redes de apoio, a partir da análise interseccional das relações de gênero, raça/etnia e classe. Para tanto, este estudo se dividirá em três eixos de análise: 1. Redes migratórias e sociais que dão suporte a experiência migratória das haitianas; 2. Divisão sexual internacional do trabalho

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.854.987

e economia dos cuidados, no contexto da feminização das migrações; 3. Discriminações e condições de vida das mulheres imigrantes na sociedade de destino.

A autora parte da hipótese de que essas mulheres, para além do papel de imigrante dependente, buscam na mobilidade geográfica sua tão sonhada mobilidade socioeconômica, pela via do trabalho, ainda que num país dependente e periférico em relação à economia global, como é o caso do Brasil. E, para tanto, contam necessariamente com redes migratórias e sociais no país de origem, no deslocamento e no local de destino, para viabilizarem seu projeto migratório transnacional. Contudo, pela sua condição de imigrante, mulher, negra e trabalhadora precariamente inserida no mercado de trabalho, enfrentam barreiras estruturais para essa mobilidade

Este projeto se propõe a realizar uma pesquisa qualitativa, a partir do estudo de caso da imigração feminina haitiana no Brasil, utilizando as técnicas de análise documental, levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com mulheres haitianas residentes no Brasil. Os dados qualitativos serão ainda complementados com levantamento quantitativo em registros administrativos públicos (RAIS e CAGED – dados relacionados ao mercado formal de trabalho) e de outras pesquisas. O recorte temporal será o período de 2010 a 2019 e será geograficamente situada no Distrito Federal (podendo se expandir para outras localidades a fim de alcançar os objetivos do estudo, se necessário).

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

A pesquisa envolve principalmente o risco de expor as participantes e também de causar-lhes constrangimentos. Para minimizar esses riscos, a pesquisa trará as seguintes medidas de proteção às participantes:

a) No que tange às entrevistas, serão oferecidas, inicialmente, as devidas orientações às entrevistadas sobre o objetivo da pesquisa e sobre a pesquisadora, também sobre os procedimentos na coleta de dados e a forma de devolutiva dos resultados da pesquisa. A participante terá a liberdade de solicitar esclarecimentos adicionais e de desistir de sua participação na pesquisa a qualquer momento, que é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Todas essas informações estarão disponíveis no Termo de Consentimento Livre e

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep\_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.854.987

Esclarecido (TCLE) escrito em duas vias de igual teor (Apêndice 3 do Projeto de Pesquisa), que deverá ser assinado pela participante e pela pesquisadora, ficando cada uma com uma via do Termo. No início da gravação da entrevista será solicitado que a participante confirme sua anuência em participar da pesquisa;

b) Serão encaminhados às participantes da pesquisa, por e-mail, os resultados preliminares das análises dos dados coletados, para conferência da precisão dos mesmos e resultados qualitativos. E será encaminhada uma cópia eletrônica da tese (relatório final) para todas as participantes da pesquisa;

c) Será garantido o sigilo absoluto da identificação das imigrantes haitianas, que terão nomes fictícios dados pelas mesmas e que serão utilizados na análise dos dados e relatório final da pesquisa. E também não será registrado o endereço delas, apenas o bairro, cidade e estado;

d) Todos os documentos pesquisados possuem caráter público, acessíveis na internet, em formato eletrônico e/ou físico. Portanto, não haverá necessidade de garantia de sigilo de informações ou solicitação de autorização para acesso;

e) Não haverá terceirização da coleta e transcrição das entrevistas, que serão realizadas pela pesquisadora. E quanto à tradução, caso necessário, será solicitada assinatura em termo de confidencialidade à profissional contratada;

f) Não será usada linguagem ou palavras preconceituosas contra as participantes da pesquisa em razão de sexo, orientação sexual, raça ou grupo étnico, religião, deficiência ou idade;

g) Os dados brutos da pesquisa serão guardados pela pesquisadora por um prazo máximo de cinco anos. Após este período, o arquivo será doado (com exceção dos nomes e contatos das mulheres entrevistadas) para alguma instituição acadêmica que tenha interesse na salvaguarda do mesmo, caso contrário, serão descartados (triturados e cedidos para entidade de reciclagem de papéis

**Benefícios:** Espera-se com esta pesquisa contribuir para a reflexão sobre as assimetrias de gênero, raça/etnia e classe no contexto migratório brasileiro; e para a avaliação e aprimoramento das políticas públicas migratórias no país, com foco nas mulheres imigrantes, o que poderá trazer efeitos positivos na vida das próprias participantes da pesquisa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto de pesquisa está adequado às exigências da Resolução CNS 466/2012, 510/2016 e

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br



UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.854.987

Complementares. As participantes da pesquisa são mulheres em situação de vulnerabilidade – imigrantes haitianas, presumindo-se que algumas delas podem eventualmente encontrar-se em situação ilegal no país. Apesar disso, a autora reconhece a sensibilidade da pesquisa e adota diversas estratégias para proteger a identidade das participantes da pesquisa, como por exemplo a adoção de nomes fictícios, a eliminação dos dados brutos de pesquisa após 5 anos, dentre outros. Entende-se que as estratégias sugeridas pela autora são adequadas e suficientes para proteger as participantes.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A pesquisadora anexou projeto de pesquisa, TCLE, cronograma com início de coleta de dados prevista para março de 2020. A autora também pede dispensa de aceite institucional, uma vez que sua pesquisa será dirigida a imigrantes haitianas, e não a uma instituição, motivo pelo qual seria impossível obter um aceite institucional. O TCLE é informativo e possui informações importantes sobre a pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Este projeto foi aprovado pelo CEP/CHS

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1482035.pdf	10/12/2019 19:01:45		Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	10/12/2019 19:00:21	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado_Revisado_10_dez_2019.pdf	10/12/2019 18:58:36	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
Outros	Instrumento_coleta_dados_roteiro_entrevista.pdf	10/12/2019 18:56:10	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
Outros	Carta_de_revisao_etica.pdf	10/12/2019 18:55:18	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
Outros	cep_CHS_carta_de_encaminhamento.pdf	10/12/2019 18:54:52	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	Carta_justificativa_nao_envio_termo_de_aceite_institucional.pdf	10/12/2019 18:53:37	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep\_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.854.987

Ausência	Carta_justificativa_nao_envio_termo_de_aceite_institucional.pdf	10/12/2019 18:53:37	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	cep_CHS_tcle_revisado.pdf	10/12/2019 18:52:32	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
Cronograma	Cronograma_Projeto.pdf	10/12/2019 18:45:00	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	02/12/2019 23:10:32	DANIELLE GALDINO SOLOUKI	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASÍLIA, 23 de Fevereiro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Luciana Stoimenoff Brito**  
**(Coordenador(a))**

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep\_chs@unb.br